



ANAIS ELETRÔNICOS | 2023

INSTITUCIONAL



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina





Pesquisa e Ensino de
História das Mulheres e do Gênero
16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Elaine Schmitt
Wagner Cavalcante Farias
(org.)

V JORNADAS DO LEGH: ANAIS ELETRÔNICOS

1. ed.

Florianópolis, UFSC
2023



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jornada do Laboratório de Estudos de Gênero e
História (5. : 2023 : Florianópolis, SC)
V Jornadas do LEGH [livro eletrônico] : anais
eletônicos / organização Elaine Schmitt, Wagner
Cavalcante Farias. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC :
Ed. dos Autores, 2023.

PDF

Vários autores.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-89797-5

1. Mulheres - História 2. Mulheres -
Historiografia 3. Mulheres - Identidade 4. Temas
transversais (Educação) I. Schmitt, Elaine.
II. Farias, Wagner Cavalcante. III. Título.

23-187202

CDD-305.409

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres : História 305.409

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação Santa Catarina (Fapesc) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes)



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

REALIZAÇÃO

Laboratório de Estudos de Gênero e História
(LEGH)

Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC)

APOIO

Instituto de Estudos de Gênero (IEG)

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar
em Ciências Humanas (PPGICH)

Programa Institucional de
Internacionalização (PRINT)

Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Instituto de Estudos Avançados em
Iniquidades, Desigualdades e Violências de
Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas
Insurgências (CALEIDOSCÓPIO)

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação
do Estado de Santa Catarina (FAPESC)

ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Elaine Schmitt

Wagner Cavalcante Farias

COORDENAÇÃO-GERAL

Cristina Scheibe Wolff

Janine Gomes da Silva

Joana Maria Pedro

SECRETARIA

Cristina Scheibe Wolff

Janine Gomes da Silva

Katharine Nataly Trajano Santos

Luciana Pedrazzi Daer

Talita Fernandes Araújo

COMISSÃO CIENTÍFICA

Cristina Scheibe Wolff

Elaine Schmitt

Janine Gomes da Silva

Joana Maria Pedro

Morgani Guzzo

Vera Gasparetto

DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Elaine Schmitt

Helena Brandt Corrêa de Oliveira

Inara Fonseca

Isabela Rodrigues Regagnan

Julia Dias Lopes

Manoela Veras

Morgani Guzzo

Veronika Leyes Decker



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

MONITORIA

Ana Beatriz Rossi
Ana Luiza Camargo Colaço
Ândria Silva Sônego
Antonia Dnara da C. Nascimento Lima
Basualdo Ireneu dos Reis Gomes
Bruna Busnello
Eduarda Lorencetti Queiroz
Emili Marchiori
Emmanuela Harakassara R. de Lima
Francesca Carminatti Pissaia
Gabriela Santana Alves
Giovanna Trevelin
Hortencia Santos Oliveira
Isabela Regagnan
Julia Dias Lopes
Júlia Schuster Strack
Katharine Nataly Trajano Santos
Luciana Pedrazzi Daer
Luiza Machado dos Reis
Manuella Chaulet Cardoso Ribeiro
Marina de Oliveira Bortolatto
Noelen Alexandra Weise da Maia
Talita Fernandes Araújo
Tamiris Serafim de Matos
Thaís Lopes Medeiros
Tiago Gonçalves
Vanessa Chitolina
Vanessa Picolli
Veronika Leyes Decker
Wagner Cavalcante Farias

WEBTRANSMISSÃO

Ailê Gonçalves
Bruna Busnello
Luiza Machado dos Reis

APOIO

Projeto "MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)" financiado pelo CNPq, Processo nº Processo: 404662/2021-8



Projeto "A Internet como campo de disputas pela igualdade de gênero" financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), edital 12/2020





Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

RESUMO

Em sua quinta edição, a Jornadas do LEGH trouxe o tema “Pesquisa e Ensino de Histórias das Mulheres e do Gênero”, tendo como proposta a valorização da Lei Estadual 18.22226/2021 sancionada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que incluiu no currículo das escolas, como conteúdo transversal, a História das Mulheres do Campo e da Cidade de Santa Catarina.

Este Anais Eletrônicos concentra os artigos completos enviados pelas/os participantes do evento, e que foram apresentados em doze diferentes simpósios temáticos, coordenados por pesquisadoras e pesquisadores que integram o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH UFSC) entre outros grupos de pesquisa. A partir disso, visa-se possibilitar o intercâmbio de saberes e ideias, almejando à aproximação entre pesquisadoras/es de diferentes instituições que vêm se preocupando com as articulações entre feminismos, estudos de gênero, democracia no Cone Sul, mídias, universidade, raça, ensino de História, política e História das Mulheres



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O YOUTUBE COMO ESPAÇO DE ESCRITAS DE SI: EI SAPATÃO, POR ONDE CIRCULA O SEU AFETO?

Aline Dias dos Santos12

ANA MARIA: A MULHER POR TRÁS DA HEROÍNA ANITA GARIBALDI

Amanda dos Santos Vieira e Thaís Lopes Medeiros28

MINISTÉRIO DAS MULHERES AMERICANO? WOMEN'S BUREAU, GÊNERO E MÃO DE OBRA FEMININA NO IMEDIATO PÓS-GUERRA

Ana Carolina Sodré Ferreira39

PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA E SUAS DIFICULDADES: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E CHILE

Ana Luiza Camargo Colaço, Júlia Schuster Strack e Joana Maria Pedro (orientadora)50

PAPÉIS SOCIAIS E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Ana Quesado Sombra e Geórgia de Mendonça Nunes Leonardo61

CURSO DE EXTENSÃO EM HISTÓRIA DOS FEMINISMOS NO BRASIL: UM DIÁLOGO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

Andressa Almeida Belo da Silva , Cintia Lima Crescêncio , Danielli Couto Turri de Souza e Natalia da Silva Galvao76

MULHERES INDÍGENAS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS DE MULHERES TABAJARAS NA CIDADE DE MONSENHOR TABOSA (2000-2023)

Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima90

OS VESTÍGIOS DA MEMÓRIA NA OBRA “AUTORRETRATO” (1940) DA ARTISTA MEXICANA MARÍA IZQUIERDO

Aryane Barbado103

COTAS DE GÊNERO NA POLÍTICA: AS MULHERES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (1998-2018)

Bruna Busnello e Joana Maria Pedro116

ENTRE DORES E ALEGRIAS: SENTIMENTOS DE MULHERES INDÍGENAS NA LUTA CONTRA AS VIOLÊNCIAS EM SEUS CORPOS-TERRITÓRIOS

Claudia Regina Nichnig131

HISTÓRIAS E NARRATIVAS DE AVÓS AO SUL

Claudia Luana Cogo141

A MORENA BRASILEIRA DE SOL: COR E CORPO FEMININO NOS ANOS 1980-FORTALEZA -CE

Diocleciana Paula da Silva153



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

O CONJURAR DAS VOZES-POEMAS: REFLEXÕES SOBRE A METAPOESIA EM POEMAS DA RECORDAÇÃO E OUTROS MOVIMENTOS

Emmanuele Amaral Santos165

MULHER DE LUTA: UMA ANÁLISE DA CANÇÃO DE DANDARA MANOELA EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Evelin Maria de Carvalho e Gabriele Marchioro Gomes177

DE GOLDMAN À DI PRIMA: MATERNIDADE, CONTRACEPÇÃO E REVOLUÇÃO

Francine Gehring Martinez186

GÊNERO E NAÇÃO: A OBRA DE ARTE COMO CONDUTORA DA MEMÓRIA HISTÓRICA PATRIARCAL

Giovanna Trevelin195

O FEMINISMO DA DÉCADA DE 1970 E O MOVIMENTO CUSTO DE VIDA A PARTIR DO JORNAL BRASIL MULHER

Helena Brandt Corrêa de Oliveira208

A MULHER E A MÃE: REFLEXÕES SOBRE AS NOVAS DEMANDAS SOCIAIS DO “EU” DEPOIS DA MATERNIDADE

Ianne Paulo Macêdo e João Tadeu Andrade223

“CINEMA NOVO, VERSÃO FEMININA”: AS DESIGUALDADES DE GÊNERO DENTRO DO MOVIMENTO CINEMANOVISTA

Isabela Rodrigues Regagnan234

A INTERSECCIONALIDADE DO FEMINISMO SUBALTERNO LATINO-AMERICANO: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA GLOBAL E A AMEFRICANIDADE

Jaine Aparecida de Oliveira248

ENSINO DE HISTÓRIA E CIDADANIA: O SILENCIAMENTO DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO NA ESCOLA

Jaqueline Pelozato263

USO POLÍTICO DE LA MASCULINIDAD EN LA DICTADURA STRONISTA (1967)

Jazmín Duarte Skell276

O QUE É TRABALHO MULHER? REFLEXÕES DOS PAPEIS DE GÊNERO NA DINÂMICA DE TRABALHO

Jéssica Duarte de Souza286

AS PRIMEIRAS MULHERES

João Pedro Brunetti dos Santos303

UMA MULHER DAS MINAS: A TRAJETÓRIA DE DOMITILA BARRIOS CHUNGARA NA BOLÍVIA (1937-2012)

Joelma Alves de Paiva319



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

GÊNERO, CÂNONE LITERÁRIO E POESIA VISUAL NO ESTÁGIO DOCÊNCIA

Julia Dias Lopes e Luiza Machado dos Reis329

OFICINAS DE BORDADO E FOFOCA: TECENDO UMA HERSTORY

Júlia Petiz Porto337

PROPOSTA DE DEBATE DE MEMÓRIA E GÊNERO A PARTIR DO CINEMA: O CASO DA ÚLTIMA DITADURA ARGENTINA (1976-1983)

Larieli Ceron de Lima346

CURRÍCULOS ESCOLARES, GÊNERO E SEXUALIDADE: UM DIÁLOGO EMERGENTE

Leandro Cordeiro da Silva360

PEÇA DE MOSAICO: O CASO DA ESCOLA NA REGIÃO DO RIO DOS BUGRES

Lorena de Freitas Fernandes Pereira369

TRANSEXUALIDADE E VIOLÊNCIA: O COTIDIANO DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Luciene Carla Corrêa Francelino377

“ALGUÉM PRECISA CONTAR ESSA HISTÓRIA”: BERTHA LUTZ E A HISTÓRIA DAS MULHERES

Manoela de Oliveira Veras390

A LITERATURA DE MULHERES EM CADERNOS NEGROS COMO ECO LITERÁRIO RESSOANDO NA HISTÓRIA

Maria Clara Martins Cavalcanti399

RELAÇÕES DE GÊNERO E DISSEMINAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS NA IMPRENSA: UMA ANÁLISE DA REVISTA MANCHETE (1975-1979)

Maria Daniele Mourão da Costa412

COZER SEM QUEIMAR: PERMANÊNCIAS, SEGREDOS E TROCAS DE RECEITAS CULINÁRIAS

Mariana Vogt Michaelsen426

WEARING WHERE YOU'RE AT: IMMIGRATION AND UK FASHION, DE SABRINA MAHFOUZ: UM ENSAIO COMPLEMENTAR AO FEMINISMO BRANCO-OCIDENTAL

Mariana Soletti da Silva438

OS MOLDES FEMININOS EM BELÉM DO PARÁ (1885-1895): CONTROLES SOCIAIS E O DISCURSO JORNALÍSTICO

Mariane Tavares Zibell446

“DEUS AS FEZ E O DIABO AS AJUNTOU”: NARRATIVAS, GÊNERO E CRIME ATRAVÉS DE FAIT DIVERS EM JORNAIS (FORTALEZA, 1850-1890)

Nicodemos Zacarias da Silva456



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

LUÍZA TÁVORA, "MÃE DOS POBRES": A CONSTRUÇÃO E OS USOS POLÍTICOS DE UMA IMAGEM NO CEARÁ (1960-1980)

Norma Sueli Semião Freitas469

PUBLICAR É COLETIVO: MEMÓRIAS DE AUTORAS DE PUBLICAÇÕES FEMINISTAS NA DÉCADA DE 90

Pamela Cristina da Penha481

ENTRE A LOUCURA, O CRIME E O CONTROLE SOCIAL SOBRE AS MULHERES: UM ESTUDO SOBRE AS NORMAS DE GÊNERO E SEUS REFLEXOS NAS NARRATIVAS JURÍDICAS SOBRE O ENCARCERAMENTO E A INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA FEMININOS NO PERÍODO DE 1940-1960 EM FLORIANÓPOLIS/SC.

Pietra Lima Inácio494

A EXPERIÊNCIA VIVIDA: A TRAJETÓRIA RELIGIOSA DE MULHERES SEM RELIGIÃO PERTENCENTES A COLETIVOS FEMINISTAS

Renata Fernandes Maia de Andrade508

MULHERES NEGRAS: SIM, NÓS SOMOS PESQUISADORAS

Rosana Vargas Fraga518

MULHERES EDUCADORAS E EVANGELIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DO ESPIRITISMO EM ALAGOAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Vanessa Elisa da Silva Correia528

CONEXÕES FEMINISTAS ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE

Vera Fátima Gasparetto541

A CONVERGÊNCIA ANTROPOFÁGICA DOS CORPOS EM FOME AZUL, DE VIOLA DI GRADO

Verônica Farias Sayão556

EMOÇÕES, RELAÇÕES DE GÊNERO E HISTÓRIAS NA AVENIDA: A (CO)MEMORAÇÃO DO 7 DE SETEMBRO EM CATUNDA-CEARÁ (2013 – 2022)

Wagner Cavalcante Farias570

TO BE YOUNG, GIFTED AND BLACK: MILITÂNCIA NEGRA E ENCORAJAMENTO EM NINA SIMONE (1960-1970)

Yhandê Aguiar585



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

APRESENTAÇÃO

A quinta edição da Jornadas do LEGH teve como tema “Pesquisa e Ensino de Histórias das Mulheres e do Gênero”, tendo como proposta a valorização da Lei Estadual 18.22226/2021 sancionada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que incluiu no currículo das escolas, como conteúdo transversal, a História das Mulheres do Campo e da Cidade de Santa Catarina. A partir disso, visamos possibilitar o intercâmbio de saberes e ideias, principalmente almejando à aproximação entre pesquisadoras/es de diferentes instituições que vêm se preocupando com as articulações entre feminismos, estudos de gênero e democracia no Cone Sul, além das conferências, mesas-redondas, lançamento de livros e outras atividades, a programação contará com Simpósios Temáticos.

Os Simpósios Temáticos, que fizeram parte da programação do evento, aconteceram por três dias e se dividem nos seguintes temas: Literatura e Arte; Educação, Gênero, Raça e Violências; Memória, Trabalho, Ditadura Militar e Participação Política; Mídias, Literatura e outras linguagens; Políticas, Mulheres e Gênero; Mulheres na América Latina; Ensino, Universidades e Ciência; Mulheres e/na História; Imprensa, Mídias e Redes Sociais; Emoções/Subjetividades; Mulheres Negras, Corpos e Raça; Cuidados Pandemia e Mulheres. Já as mesas redondas contaram com pesquisadoras de todo Brasil e do exterior.

A Mesa 1, 2 e 3, que também foram reuniões de redes de pesquisa, abordaram três projetos em andamento no LEGH. São eles: “Internet como campo de disputa pela igualdade de gênero”, “Mandonas: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980- 2020)” e “Observatório Mulheres e Ciência Sul-Sudeste”, do 1º Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia feminista do Brasil, o INCT – Rede Caleidoscópio. Já a Mesa 4 trouxe o debate sobre feminismos na pesquisa e ensino de história; na Mesa 5 as pesquisadoras trataram sobre mídias digitais e gênero; na Mesa 6 mulheres na política e na história; e na Mesa 7 o tema discutido foi diversidades e interseccionalidades no ensino e pesquisa de gênero. Na conferência de encerramento, a professora Dra. Claudia de Jesus Maia, da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), falou sobre a pesquisa e o ensino da história das mulheres e a violência de gênero.

Estas jornadas foram um trabalho coletivo, em que todas as pessoas envolvidas trabalharam de maneira intensa, comprometida e amorosa, desde as primeiras ideias até as monitoriais e ajustes finais. A elas, nosso agradecimento. Também manifestamos nossa gratidão à UFSC, ao PRINT/CAPES/PPGICH e à rede Caleidoscópio que apoiaram a realização deste evento e a todas as pessoas que se inscreveram na V Jornadas do LEGH, contribuindo para os debates sobre a pesquisa e o ensino de Histórias das Mulheres e do Gênero.



O YOUTUBE COMO ESPAÇO DE ESCRITAS DE SI: EI SAPATÃO, POR ONDE CIRCULA O SEU AFETO?

Aline Dias dos Santos¹

Resumo: Discute representatividade de lésbicas e sapatonas negras na rede social de compartilhamento de vídeos Youtube. O fio condutor da discussão são a música e clipe da Rapper Luana Hansen “Deu onda” versão lésbica, que de maneira inédita inseriu nas mídias discussões sobre afeto e erotismo entre lésbicas e sapatonas negras tornando-se referência na comunidade. Apresentando uma análise sobre as relações entre o imaginário e pertencimento, verifica-se como estes encontros podem ser complementares para a construção de identidades movimentando formas de afeto e novas possibilidades de ser e estar no mundo, entre sapatonas e lésbicas da comunidade negra.

Palavras-chave: Afetos, feminismos, produção de mulheres negras, YouTube, sapatão.

Introdução

Novos meios de comunicação emergem na contemporaneidade como fruto de diversos avanços na área de Tecnologias de Comunicação, possibilitando através de comunicação mediada, a interação e sociabilidade à distância. O ciberespaço tem modificado nossa forma de ver o mundo, diluindo a divisão entre o mundo virtual e o mundo físico (FERRARI, 2013).

Como consequência, pode-se dizer que a representação do corpo e suas significações também se alteram, quando se trata deste novo espaço que não só permite, como incentiva experimentações diversas que entrarão em contato tanto com o público que se sentirá representado, quanto pelo público de que alguma forma discorda das experimentações. E ambos alimentarão esse ciberespaço, criando um território onde a circulação dos afetos encontra vazamentos na ordem cis hetero normativa criada pela branquitude, para criar universos paralelos de expressão.

¹Doutoranda pelo programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História do LEGH/UFSC. Pesquisadora associada ao Instituto de Estudos de Gênero/IEG. Membro do grupo de pesquisa Oju Obinrin: Observatório de Mulheres Negras, bolsista por ações afirmativas CAPES. E-mail: diasdealine1@gmail.com.



A ascensão do ciberespaço tornou-se crucial na vida de muitas sapatonas, frequentemente invisibilizadas mesmo dentro da comunidade lésbica. Isso ocorre, em parte, devido à complexidade da existência sapatão, que desafia a binaridade que pretendia dentro do movimento lésbico, criar a ideia de unidade a partir da homogeneização dos corpos.

O termo sapatão é um conceito com diferentes interpretações dependendo do tempo histórico e do contexto de apropriação da palavra², mas em sua maioria, representa uma ameaça à norma binária, provocando uma gama de emoções, incluindo medo, devido à sua expressão não conformista em relação ao gênero e à sexualidade."

Neste texto compreende-se esse grupo não como uma essência, mas um posicionamento "feito no interior dos discursos da cultura e da história" (HALL, 1996, p 70) selecionado de um grande número de identidades possíveis como uma identidade que se movimenta e se modifica de acordo com contextos históricos, e que possui suas trajetórias majoritariamente ligadas a categoria mulher³, ainda que não se posicione no mundo a partir dos princípios sexuais, estéticos e sociais femininos que lhe são atribuídos forçadamente para fazer parte desta categoria.

"Sara Ahmed (2015; 2018) propõe uma análise da relação política das emoções, destacando que as emoções desempenham um papel significativo na definição dos limites de existência ao longo da história por trajetórias que têm suas imagens fixadas na sociedade pela interpelação emotiva do outro.

A autora argumenta que "o medo é uma ferramenta de manutenção do poder, restringindo a mobilidade e circulação dos sujeitos"(AHMED, 2015, p. 108). O medo age nesse cenário, tanto para a anulação de si, quanto na produção da anulação do outro, pois

² Destaco aqui três usos muito comuns: Sapatão existe como xingamento, utilizado para evidenciar uma evidente inadequação social a feminilidade e traz consigo uma carga histórica de machismo e misoginia; Sapatão também é utilizado por lésbicas de diferentes idades mas que não romperam com a feminilidade e encontram na palavra sapatão uma forma de unidade política e sapatonas podem ser lésbicas nascidas mulheres que romperam com a feminilidade imposta pela estrutura patriarcal e caminham entre a neutralidade e o que se conhece como masculinidade.

³A partir da década de 1980 é possível encontrar literatura construída por , pesquisadoras lésbicas e feministas que teorizam sobre a politização da condição lésbica (WITTIG, 1980; LESSEPS, 1980; CLARKE, 1983; LORDE, 2019 [1984]). Dentro da categoria sapatão, existe uma diversidade de identidades que não querem e nem precisam ser nomeadas, mas que flutuam dentro desse espaço conhecido como sapatão. Existem diversos debates contemporâneos em torno destas identidades. Algumas pessoas que se compreendem como sapatão não se inserem dentro da categoria mulher e não se referem a si no feminino. Há ainda os debates que inserem sapatão como um gênero.



uma vez posto sob controle, o poder alheio é exercido como opressão, produzindo a exclusão e o apagamento da identidade sapatão, colocando-o como uma existência, não desejada.

A partir do medo como regulador social, a padronização induz à existência de modelos que penalizam as mulheres que quebram com estes padrões, como é o caso das sapatonas, lésbicas dissonantes dos padrões de feminilidade historicamente atribuídos às mulheres. E que para forçar a padronização binária de gênero, são violentamente classificadas como um simulacro de homem (LIMA 2018).

Essa falta de compreensão social produz para as sapatonas um entre-lugar social necessitando de novos símbolos para existir fora ou no entorno da binariedade. E o processo de busca por essa compreensão de si, muitas vezes ocorre de maneira silenciosa tornando difícil no dia a dia encontrar representações que quebram com a lógica da existência indesejada, do corpo inadequado de uma identidade que se constrói muito a partir da negação.

Nesse sentido, a interseccionalidade afirma que uma mulher não existe simplesmente como mulher; uma lésbica traz outros pertencimentos referidos a sua situação social, política e econômica e se constitui a partir de um amálgama das várias identificações, uma vez que “vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões” (BRAH, 2006, p. 341). A existência sapatão é uma realidade complexa que só é possível ser explicada dentro da interseccionalidade.

A sapatão negra tem sua existência atravessada por pelo menos três grandes eixos “raça, gênero e sexualidade, marcando uma tripla opressão que, ao ser conectada com outros marcadores categorias como classe, geração, território, entre outros, intensifica os processos de exclusão” (LIMA, 2018 p.68).

A presença do corpo negro, é sinal de alerta e perigo diante desse padrão criado pelo discurso padrão cis heteronormativo e branco, potencializando essas emoções que “funcionam para alienar os corpos com e contra outros” (AHMED, 2004, p. 120),



tornando o mundo real cada vez mais desinteressante e violento para quem existe nesses entre-lugares produzidos por essa estrutura rígida⁴.

Daí o motivo pelo qual dissidentes sexuais muitas vezes se vejam pressionados a apelar à perversão do disfarce, mesmo sabendo que a assimilação para os que, assim, o conseguem é uma resposta dolorosa e pouco efetiva à repressão política, à insegurança econômica e à renovada ‘temporada de caça’ da diferença” (RICH, 2010, p. 20).

As inseguranças em transitar pelas cidades a partir de uma construção de si fora do eixo branco e binário feminino-masculino, com esse corpo carregado de medo torna o ambiente virtual um lugar possível, ainda que a branquitude imprima emoções que geram marcas colocando as sapatonas negras numa realidade de perseguição e punição “de tal forma que eles moldam os contornos de espaço social e corporal.” (AHMED, 2014, p. 209) também no ambiente virtual.

As emoções são dispositivos importantes para compreender a dimensão e profundidade que as representações afetam e se renovam quando encontram ressonância. A partir dos estudos da autora, me interessa olhar para a produção audiovisual difundida na internet em busca de construções de afeto, e emoções que reconhecem a existência sapatão fora da narrativa do medo, ou da luta.

Pensando na potência afetiva da representatividade que surge em interações virtuais entre sapatonas negras, selecionei a música e clipe da Rapper Luana Hansen “Deu onda” versão Lésbica, que está ancorado na página da cantora no YouTube, como fio condutor.

O Youtube é uma rede social de compartilhamento de vídeos, uma das plataformas mais utilizadas no Brasil, responsável por popularizar a produção e o consumo de conteúdos audiovisuais⁵. Dentro da plataforma, existe uma ampla variedade de conteúdos, desde vídeos caseiros até produções profissionais em diversos assuntos. Esta

⁴ A expressão entre-lugares é um termo cunhado por Homi Bhabha, dedicado à constituição do Pensamento Pós-colonial. Os entre lugares se formam no trabalho fronteiro das culturas, situa-se nestas margens vivas, em que identidades, práticas, conhecimentos e regimes de vida se encontram em debate, em construção.

⁵ A plataforma possibilita uma série de interações como por exemplo, a criação de um canal pessoal que pode funcionar como meios de integração atraindo públicos específicos. É através dos canais que muitos videoclipes, também ancorados na plataforma, ganham engajamento e são difundidos em outras plataformas e playlists gerando algumas formas de representatividade para esse grupo.



plataforma serve como um espaço de criação de representações sociais digitais, muitas vezes em resposta à falta de representatividade em outros meios de comunicação.

As mídias sociais, em especial o Youtube, têm impactado na formação das identidades coletivas, tornando-se um espaço atraente e seguro para a comunidade sapatão que produz e encontra referências de ser e estar no mundo, utilizando a plataforma para tornar visível a pluralidade da comunidade.

Nesse sentido, este artigo é sobretudo um convite provocativo direcionado aos videoclipes de músicas direcionadas ao público LGBT. Quais são as histórias contadas? A presença de personagens sapatonas e negras está atrelada a quais representações? A partir desses materiais audiovisuais, quais as representações que estão sendo criadas e quais estão sendo reforçadas?

A afetividade sapatão na música e clipe “Deu onda” versão Lésbica aponta para o caminho de compreender como o afeto pode ser mobilizado a partir da existência de uma produção sapatona ancorada nas mídias de grande circulação. Esse trabalho audiovisual interferiu nas narrativas reguladoras e limitantes das identidades em discursos sociais que impactam diretamente nos trânsitos sociais desta comunidade ao colocar lésbicas e sapatonas negras felizes e existindo a partir de suas narrativas de afeto.

Pedagogias do funk: Encontros e desencontros de quem se constrói no entre lugar

O corpo é o nosso passaporte para transitar na sociedade. Nós carregamos no corpo o passado, através de marcas físicas, culturais e psicológicas; e o futuro, através de emoções, acordos e rompimento de fronteiras. Roland Barthes e Michel Foucault consideram que o corpo é construído dentro da linguagem ou discurso, pois permite ao indivíduo conceber e expressar ideias e conceitos.

A estrutura de sentimentos eurocêntricos enraizados no imaginário branquitude racializa todas as possibilidades estruturadas socialmente e em séculos de dominação produziu uma infinita visibilidade do branco em formas expressivas como a literatura, as letras de música, o cinema e o teatro⁶ desejando construir corpos adequados a uma estrutura rígida. Essa produção corporal repleta de signos e relações de poder faz com que

⁶ Ella Shohat e Robert Stam, *Crítica da imagem eurocêntrica*, São Paulo: Cosac Naify, 2006.



"tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da raça⁷, que coloca esses grupos racializados em categorias hierarquicamente organizadas em certas circunstâncias econômicas, políticas e culturais.

Nesse sentido, o Funk brasileiro, fortemente influenciado pela música negra norte-americana dos anos 1970, destaca-se por desafiar a estética branca e rígida que prevalece. Lançando letras, formas de dançar, se vestir e se portar que de maneira rizomática adquire características próprias em cada território brasileiro se tornando um pesadelo para os padrões e imposições da branquitude, e com isso também cerceando os espaços de trânsito de quem se identifica como "funkeiro".

É um estilo musical que se reinventa dentro dos territórios dos morros e favelas, ainda que parte desse movimento esteja negociado para passar por um processo de higienização para ocupar espaços nas grandes mídias, em busca de reconhecimento e valorização. Tais negociações e atravessamentos que vem trazendo uma espécie de higienização nas letras de funk, tem potencializado o funk como um espaço de crítica social e disputas de narrativas, ainda que os ritmos cantados para expressar erotismo sejam as mais popularizadas em detrimento das letras utilizadas como ferramenta para enfrentar a exclusão social, violência racial e diversas emoções.

A histórica única que é contada sobre o funk é que é um território exclusivamente masculino e heterossexual onde as mulheres são fetichizadas e erotizadas. Não obstante é essa face que é a mais comprada e vendida pela branquitude e tem servido como um espaço de produção de imagens e discursos que agem em favor da manutenção da heteronormatividade, que não é natural, mas social e, mais do que uma prática sexual, é uma ideologia, uma instituição, um regime político e compulsório (RICH, 2010)

O YouTube tem sido um ambiente onde o "eu" busca encontrar a si mesmo, pois possibilita que pessoas de grupos diversos procurem por interesses compatíveis com seu modo de ser e estar no mundo. Assim, se faz necessário refletir sobre a plataforma e sua possibilidade de interferência social questionando os modelos prontos, e assim abrindo possibilidades de ser e estar no mundo.

⁷ Avtar Brah, "Diferença, diversidade, diferenciação", p. 345.



Dentro dessa estrutura complexa criada pela branquitude, o funk tem sido alimentado com uma função social de adestrar os corpos dos sujeitos à essência de representações masculinas e femininas coerentes, estimulando-os a uma corporeidade materializada no sexo (LOURO, 2000). Esse processo de adestramento busca ocultar as variações internas do próprio funk que desafiam essa representação única.

No entanto, o crescimento das mulheres na cena, apesar da pressão da cultura heterossexual, levanta questões importantes sobre a autonomia sexual das mulheres. Além disso, MCs LGBTQ+ estão emergindo no cenário, desafiando a ideia de que apenas homens heterossexuais podem falar de sexo e erotismo, tornando o funk uma possibilidade de expressão também para esse público.

A música cantada por Luana Hansen “Deu onda” versão lésbica, vem dessa onda de não homens expressando suas idéias, e nasceu a partir da adaptação da letra em cima da batida original do funk do MC G15⁸, que possui um enredo originalmente heterossexual, assim como grande parte da produção desse estilo de funk que se caracteriza por letras com forte conteúdo heteronormativo que enfatiza a hegemonia masculina sobre o corpo feminino.

A letra do MC G15 narra a trajetória de um homem que abre mão do uso de drogas e festas com os amigos porque gosta de transar e ama a mulher a quem a música é direcionada, moça loira, dentro dos padrões de beleza impostos pela branquitude, magra e com vestimentas sensuais femininas⁹. Sobre o refrão, há duas versões, a que foi para a grande mídia diz “eu gosto de você, fazer o que? o pai te ama!”. A versão rotulada pela mídia como “proibidona” traz em seu refrão “eu gosto de fudê fazer o que? meu pau te ama”.

Tanto as versões do Mc G15, quanto a adaptação de Luana narram declarações de afeto, desejo e erotização. Os videoclipes funcionam como um registro de distinção entre

⁸ A música original “deu onda” do MC G15 ancorada no canal Kondzilla foi lançada em dezembro de 2016, tem em outubro de 2021, 2,7 MIL visualizações.

⁹ Na época a música foi considerada romântica porque narra a história de um homem que larga a vida de diversão e drogas para ficar com sua companheira e ao fazer isso, obtém sucesso financeiro, que fica evidente pois no início do clipe o protagonista está andando de bicicleta e nas cenas finais está com um carro aparentemente novo e de última geração, e ao descer do carro o rapaz toma uma aliança e pede a moça em casamento, terminando com uma cena de sorrisos e beijos.



corpos como experiências de produção subjetividades ou de coletividades criados no interior da representação assim como um processo intermitente de construção e reconstrução (HALL, 1996).

O direcionamento dado por Luana aos afetos em sua produção é um ponto de divergência entre as versões, destacando o constante confronto na formação da identidade de grupos marginalizados em relação às identidades hegemônicas, corroborando com Da Silva (2003, p. 81), que ao falar sobre as identidades normativas defende que elas “não são simplesmente definidas; elas são impostas” e estão sujeitas “a vetores de força, a relações de poder¹⁰”.

Ainda que a massificação de aplicativos de músicas e a facilidade de disseminar artistas, que numa estrutura heteronormativa seja comum que na ausência de músicas e clipes com narrativas fora do contexto heterossexual, as sapatonas ausentes dessas narrativas, se incluam forjando sua existência, seja a partir da subversão das letras, incluindo duas mulheres em trechos onde os personagens na versão original são representados por um casal heterossexual ou se incluindo como personagem masculino para fazer caber suas existências.

Essas realidades engendradas são artifícios possíveis e evidenciam que a noção de representação é importante, está ligada à produção das identidades e das diferenças, porque “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2000, p. 91). E ainda que existam diversas identidades sendo destruídas, construídas e refeitas à margem do binarismo, o poder representativo segue centrado em papéis femininos e masculinos bem demarcados na sociedade.

Desse modo as identidades são constantemente negociadas e marcadas por sistemas de representação, o contexto apresentado por Luana Hansen lança numa plataforma de grande acesso uma versão onde tanto sensualidade dos corpos, quanto a letras se transformam em símbolos de autonomia e valorização sobre o corpo das mulheres lésbicas e sapatonas apresentadas no clipe.

¹⁰ Por relações de poder entendemos que são relações de forças que produzem ações, afetos, identidades, discursos que se difundem, de forma múltipla, produzindo pessoas sujeitadas ou subversivas aos discursos hegemônicos (Salih, 2018).



Conforme apontado por Raquel Martins 2019 em seus estudos sobre música, a presença de 'Deu onda versão lésbica' no YouTube se tornou viável devido ao fortalecimento dos movimentos funk liderados por mulheres, que ganharam força a partir de 2016, principalmente na cidade de São Paulo. Quando bailes espalhados começaram a se transformar em festas organizadas para serem alternativa para lésbicas e bissexuais que desejavam estar na cena funk, cantar e dançar letras erotizadas mas não se sentiam à vontade em eventos abertos ao público em geral (MARTINS 2019 p.02).

As festas mais conhecidas dessa cena são "Fancha" e "Sarrada no brejo". Martins 2019 explica que a Festa Fancha começou na zona sul do Rio de Janeiro, é mais voltado ao entretenimento do que há aspectos políticos. Se caracteriza por um público majoritariamente branco, mas a busca pela experiência de dançar e cantar sem a regulação social faz com que o repertório de funk seja muito parecido com o de outras festas com o mesmo recorte (MARTINS 2019 p.07).

A Sarrada no Brejo nasceu de uma proposta pensada pelo coletivo Luana Barbosa¹¹, que produzia as festas, para a caminhada lésbica, mas a grande procura da comunidade lésbica, principalmente negra e periférica por um espaço de lazer, foi o ponto decisivo para criação de uma festa s exclusiva.

O sentimento, a vontade de criar espaços de afetividade e diversão acabam se desdobrando como sinaliza bell hooks, num “gestos de desobediência” com as imagens e representações criadas sobre pessoas negras sapatonas e lésbicas pela estrutura de poder colonial (hooks, 2019, p.37) que faz com que as representações contemporâneas construídas sobre esse grupo, seja majoritariamente em torno da violência Principalmente no que se refere a exibição de nossos corpos a partir do espancamento e óbito, sequências que frequentemente encerram a vida principalmente das sapatonas.

¹¹ A Coletiva Luana Barbosa foi criada a partir das reuniões do Grupo de Trabalho (GT das Pretas) da Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo em 2016. Em sua criação o coletivo contava com nove mulheres, 8 lésbicas e 1 bissexual. Todas negras e/ou indígenas. Todas periféricas e duas mães. O nome do coletivo foi escolhido porque também em 2016 Luana Barbosa dos Reis (negra, sapatão, periférica e mãe) foi assassinada pela Polícia Militar, chocando principalmente as comunidades lésbica, trans e sapatão que sentiu necessidade de se fortalecer em comunidade. Informações retiradas da entrevista concedida ao esquerda diário em março de 2017.



Daí o posicionamento da lesboafetividade enquanto tecnologia de se organizarem num propósito festivo, aparece como uma ação questionadora dessas imagens de controle sobre identidades e comportamentos da comunidade lésbica e vai ao encontro de bell hooks quando autora sinaliza que, o desafio crítico para as pessoas negras tem sido expandir a discussão sobre raça e representação para além dos debates envolvendo bons e maus conjuntos de imagens” (hooks, 2019 p. 36), mas seguindo com ações que movimentem emoções que possam curar essas feridas coloniais.

As festas da Sarrada no Brejo vão se construindo a partir das características do público envolvido frequentadoras, MCs, DJs, organizadoras, produtoras, fotógrafas entre outros, que majoritariamente são lésbicas e bissexuais. Muitas delas gordas, negras, periféricas, ou seja, pertencentes a grupos marginalizados e com pouca representação na sociedade.

O funk produzido e disseminado a partir dessa configuração, é plano de fundo para as emoções que surgem no interior das festas, e ainda que apenas durante o curto período da festa, tem o poder de acionar afetos que interferem nas representações de si, possibilitando experimentar novas maneiras de expressar afetividades, sensualidade, desejo e outras sensações fora dos olhos regulatórios da heteronormatividade.

As emoções se colam às imagens, aos corpos, aos objetos, reinventando tanto o "ser lésbica" das frequentadoras, quanto o "ser sapatão" como experiências vividas, visto que e a crença nessas imagens produz emoções que se aderem justamente a eles, produzindo representação, um modo circular esses afetos, podendo impulsioná-las para uma vida afirmada, “[...] pois muitas pessoas negras são criadas para acreditar que há muitas coisas sobre as quais não se deve falar, nem no privado nem em público.(HOOKS, 2019b, p. 25)”

A cantora lésbica negra Luana Hansen¹² frequentadora das festas, participava na criação de letras que expressavam lesboafetividade em cima de batidas famosas de

¹²Ganhadora do prêmio Maria da Penha, promovido pelo Congresso Nacional em 2016, suas letras versam sobre lesbianidade, aborto, empoderamento de mulheres negras, violência contra mulheres. Luana traz em suas letras e cliques essa periferia da qual é parte. A cidade de São Paulo é cenário frequente, os viadutos, as vielas, o concreto, os pichos dos muros, os pontos de ônibus, os parques e os lugares fechados aparecem em cliques como Flor de Mulher, Negras em Marcha, Samba Brasil, Ventre Livre de Fato e Minha Xota Te Ama. Na música/clipe mais recente, lançada no dia 03 de agosto de 2017, Luana relata sua trajetória de



diversos ritmos musicais. Então, a partir das participações nas festas, Luana Hansen pensou na produção da música e do clipe “Deu onda versão lésbica”, pensando em difundir representatividade lésbica e afeto para que o alcance das mensagens ultrapassasse são paulo e as festas da sarrada no brejo.

O clipe está ancorado no canal de Luana no youtube desde 07 de fevereiro de 2017 com o nome "Minha Xota Te Ama -Clipe Deu Onda Versão lésbica". Em outubro de 2023 tem mais de 76.814 visualizações¹³ na página oficial da cantora. Essa versão colocou de maneira inédita lésbicas e sapatonas negras num contexto erótico do funk, que através do ponto de vista lésbico, nos permite senti-lo como “um recurso que mora no interior de nós mesmas, assentado em um plano profundamente ~espiritual, e firmemente enraizado no poder de nossos sentimentos não pronunciados e ainda por reconhecer” (LORDE, 2009, p. 11).

Minha xota te ama, Minha língua te ama!

O canal de Luana Hansen no youtube possui aproximadamente 4,65 mil inscritos, conta com 15 vídeos disponíveis. Os vídeos são em sua maioria de música, com letras e imagens trazendo mensagens e reivindicações das populações negras e da comunidade lésbica. Os vídeos mais vistos do canal, são o vídeo feito para a marcha das mulheres negras pelo bem viver, e o vídeo Minha Xota Te Ama -Clipe Deu Onda Versão lésbica, que está sendo discutido neste artigo.

A produção audiovisual se desenvolve durante preciosos dois minutos e trinta e dois segundos, onde Luana Hansen canta sobre afeto e desejo entre sapatonas, e já nas primeiras palavras da música, com um tom envolvente e convidativo divulga a festa Sarrada no Brejo. As imagens, habilmente centradas nas mãos, capturam, mãos que arrumam caminhões de brinquedo, lixam as unhas com dedicação e arrumam o cabelo black, expressando orgulho.

vida, da infância jogando futebol passando pelo envolvimento com o tráfico de drogas, até chegar nos dias atuais. (Silva 2017 p. 55).

¹³ Importante pensar que na internet o vídeo foi baixado e ancorado em outros suportes e plataformas, portanto circula em diversos meios difíceis de serem contabilizados.



Em paralelo, o vídeo nos transporta para um ponto de ônibus onde mulheres negras com corpos e expressões de gênero diversas aparecem dançando, rebolando, sorrindo e sendo carinhosas fundindo a intimidade dos gestos com a liberdade da expressão sensual. Utilizando diversos símbolos que fazem sentido para a comunidade lésbica, Luana deixa evidente com quem esse trabalho audiovisual conversa, a quem se quer representar.

Para a comunidade, lésbica as mãos e os dedos transcendem sua função física comum. São órgãos sensitivos-sexuais existindo para pegar, tocar, amparar, sinalizar vontades, sentir e dar prazer para si e para a outra. As mãos como parte intrínseca da subjetividade desempenham um papel importante na expressão da identidade e na construção da conexão emocional e física dentro da comunidade lésbica.

A escolha visual de destacar as mãos no início do clipe, evoca as mãos para o lugar de uma ferramenta da comunicação não verbal, traduzindo desejos e emoções de uma linguagem subliminar que conversa com quem pode compreender as nuances lesbo-sensuais. Não se trata da ficção tentando forjar a realidade, mas a exibição de uma realidade escondida, falsificada e deturpada pelo sistema colonial que tem a heterossexualidade e a branquitude como pilares de sustentação.

Caminhão, é um dos nomes pelos quais são reconhecidas as sapatonas que tem um arquétipo muito específico dentro da comunidade. Quem olha as caminhoneiras com olhar de admiração, percebe sapatonas desapegadas de estereótipos que reduzem as mulheres à feminilidade e seu bojo de comportamentos sociais. Porém, o pensamento dominante é o de que caminhoneiras são grosseiras, agressivas, traiçoeiras e seus valores e visões de mundo se aproximam da visão dos homens. Naverdade espera-se que uma lésbica não feminina tenha esses comportamentos para validar a binariedade, a lógica heterossexual, porém a realidade é muito mais complexa e as identidades muito mais interessantes.

No início do clipe, a presença cuidadosamente organizada de caminhões de brinquedo evoca de maneira sensível a representação das caminhoneiras, que não tem a feminilidade como jeito de ser e estar no mundo e por isso, muitas vezes são apagadas das representações lésbicas. Os caminhões, como um símbolo de identidade e expressão, são uma representação delicada e respeitosa dessa faceta da comunidade.



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

A escolha do tom descontraído para a narrativa do clipe em junção com os Corpos e gestos múltiplos, no qual a arte, o afeto, a imaginação e a poesia sonora ampliam a potência política do do riso, dos beijos, da festa e da alegria trazendo um tom de celebração da existência lésbica e funciona como circuito de afetos, porque se conecta e as coloca numa rede de afetos. Compartilhar “pequenos momentos de amor umas com as outras na vida cotidiana” faz parte da resistência das mulheres negras (COLLINS, 2019, p. 12).

Assim, faz sentido que a comunidade lésbica negra utilize tecnologias ancestrais da diáspora, como por exemplo o uso de festividades para que em conjunto encontrem força e resiliência para os desafios impostos pela branquitude. O refrão da música expressa uma representação da experiência negra lesbiana a partir da afirmação do erótico, podendo ser compreendida como uma prática de descolonização, estimulando a superação do denunciamento por si, cantando frases afirmativas, celebrativas, amorosas e afetuosas de desejo.

A sua presença, me deu onda. Teu sorriso, me deu onda... você chupando moção, me deu onda. Que vontade de lambar garota, eu gosto de fudê fazer o que? Minha xota te ama, minha língua te ama, meu grelo te ama!. (HANSEN 2017).

Para Lorde (1984 p. 54), o erótico é uma força que orienta e conecta todos os aspectos da vida em plenitude: “[...] sendo essa emoção não sobre o que fazemos; mas sobre quão penetrante e inteiramente nós podemos sentir no fazendo. O trabalho audiovisual aqui analisado, interferiu nas emoções em contextos culturais diversos, movimentando formas de afeto na comunidade lésbica que tem entre suas pautas centrais a invisibilidade de seus corpos, respondendo a essas e outras questões apontando caminhos mais adequados para estas representações.

A narrativa audiovisual segue com cenas de afeto cotidianas, o modo como a construção do clipe foi realizado, inscreve as sapatonas numa representação lesbiana inédita na internet. Sob esse olhar, a equipe que produziu o videoclipe, todas mulheres da comunidade LGBTQ+, não apenas dão destaque à diversidade dentro da comunidade, o clipe revela um mundo que muitas vezes permanece oculto devido à violência e aos preconceitos, onde demonstrações de afeto e carinho podem ocorrer discretamente.



As mulheres que fizeram parte do clipe fazem parte da coletiva que organizava a festa “sarrada no brejo”, haviam também algumas frequentadoras assíduas, respondendo o questionamento presente no título desse artigo. O afeto sapatão circula numa dimensão comunitária porque funciona como o "espelho de Oxum, que se mira para dentro, desde dentro, para se reconhecer" (SANTOS p.89).

Mirar outra sapatão e se reconhecer nela, é uma forma de existir numa linguagem representativa, alternativa à invisibilização e ao silenciamento. Fátima Lima (2018) aponta que o sul global ainda vivencia o apagamento das experiências de lésbicas negras e racializadas e conseqüentemente às violências sofridas por essas são precariamente enfrentadas e visibilizadas. O momento histórico atual não reconhece de maneira igualitária nem as violências sofridas pelas lésbicas, menos ainda sua humanidade, amores e afetos.

Desde o lançamento do clipe, inúmeros trabalhos subsequentes conquistaram espaço na comunidade lésbica como por exemplo o trabalho do MC Mano Feu com “Rainha da linguadinha”, no entanto, “Minha xota te Ama - Deu onda versão lésbica”, teve um impacto muito profundo, podendo ser considerado inclusive como um marco significativo na representação da comunidade lésbica e sapatão com relação a trocas de afeto e sensualidade.

Além disso, acredito que é possível considerá-lo como um farol para o surgimento de outras produções, porque ao priorizar que as características coletivas da comunidade fossem representadas através do audiovisual, a equipe que produziu o clipe movimentou diversas estruturas de representação. E é por meio dos significados produzidos pelas representações, que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos.

Uma produção cultural negra, produzida em comunidade, reconhece que “sem comunidade não há libertação”, e uma produção negra lésbica, reconhece que o significado de comunidade não deve caminhar pela homogeneização (LORDE, 1979, p. 23), mas sim pelo reconhecimento das nuances presentes nessas comunidades porque “vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões” (BRAH, 2006, p. 341).



Essa produção audiovisual serve como resposta a inúmeras questões, ao mesmo tempo, espero que instigue experiências sensuais e prazerosas, de forma tão significativa quanto contribua para pesquisas e debates acadêmicos.

Referências

- AHMED, Sara. *The Cultural Politics of Emotion*. Nova Iorque: Routledge, 2004.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.
- BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cad. Pagu, Campinas, n. 26, p. 329- 376, June 2006. Disponível em: Acesso em 10 de agosto 2018.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 58, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CLARKE, Cheryl. Lesbianism: An Act of Resistance. In: MORAGA, Cherrie; ANZALDÚA, Gloria (orgs.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. 6. ed. Watertown: Persephone, 1983. p. 128-137.
- DA SILVA, Ariana Mara; ROSA, Laila. *Raperas Sudacas e Espaço Urbano: A interseccionalidade, o rap e a cidade*. In: Anais Eletrônicos do Encontro Internacional do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Arquiteturas e Urbanismos do Sul - Maloca, v. 1, n. 1, 2017, p. 52.
- DA SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: DA SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença – perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FERRARI, Pollyana. *A Força das Mídias Social*. Interface e Linguagem jornalística no ambiente Digital. 2ª edição. São Paulo. Estação das Letras e Cores. 2015.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural e diáspora*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75.
- HANSEN, Luana. "Minha Xota Te Ama - Clipe Deu Onda Versão lésbica" [Gravação de áudio]. No: Luana Hansen Oficial. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WdN8HjEd6w8>. Acesso em: Agosto de 2023.
- HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019a.



_____. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019b.

LESSEPS, Emmanuèle de. *Hétérosexualité et féminisme*. *Questions Féministes*, n. 7, 1980, p. 55-69.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo. Editora 34. 1999.

LIMA, Fátima. *Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas*. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, vol. 4, n. 2, Salvador, 2018, pp. 66-82. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/issue/view/1604/showToc>. Acessado em 10/10/2021.

LORDE, Audre. Os usos do erótico: o erótico como poder. In: LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Trad. de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019 [1984], p. 67-74.

MARTINS, RAQUEL. *Cena lésbica do funk em São Paulo*. In: XXIX Congresso da ANPPOM - Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Música, 2019, Pelotas - RS. Caderno de Resumos e Anais, 2019b.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Acesso em 12 jul. 2022.

SANTOS, Tatiana Nascimento dos. *Letramento e tradução no espelho de Oxum: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos / Tatiana Nascimento dos Santos; orientadora, Luciana Rassier – Florianópolis/SC, 2014. 185 p.*

WITTIG, Monique. *La pensée straight*. *Questions Féministes*, n. 7, p. 45-53, 1980.

Youtube as a space for the writing of the self: hey slut, where does your affection circulate?

Abstract: It discusses the representativeness of black lesbians and sluts on the video-sharing social network Youtube. The main thread of the discussion is the song and music video by rapper Luana Hansen "Deu onda", a lesbian version, which in an unprecedented way brought discussions about affection and eroticism between lesbians and black sluts to the media, becoming a reference in the community. By presenting an analysis of the relationship between the imaginary and belonging, we can see how these encounters can be complementary to the construction of identities, moving forms of affection and new possibilities of being in the world, among black sluts and lesbians.

Keywords: Affections, feminisms, black women's production, YouTube, slut.



ANA MARIA: A MULHER POR TRÁS DA HEROÍNA ANITA GARIBALDI

Amanda dos Santos Vieira¹
Thaís Lopes Medeiros²

Resumo: Esta pesquisa busca responder a seguinte questão: O que levou a imagem, criada, da heroína e esposa de Anita Garibaldi, se sobrepor a da mulher Ana Maria? Sendo assim, o objetivo geral se caracteriza por compreender a criação da imagem da heroína e esposa, sob a da mulher. Para alcançar determinado objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando como material base as cartas de Ana Maria, na qual relata suas visões antes e durante a revolução, no livro Anita Garibaldi, a mulher de general (GARIBALDI, 1989). Bem como das memórias de Garibaldi, relatadas em um livro do mesmo nome (GARIBALDI; DUMAS, 2014), buscando assim entender todo o processo de criação da imagem de heroína. E como a mesma se sobrepõe à imagem de Ana Maria, fazendo com que conheçamos mais a história das vitórias e derrotas dentro das revoluções, tanto no Brasil quanto pelo mundo, do que a história da própria pessoa.

Palavras-chave: Anita Garibaldi; memórias; cartas; heroína; Giuseppe Garibaldi.

Introdução

Quando pensamos em Anita Garibaldi é comum vir a imagem da mulher conhecida como “heroína de dois mundos” ou a companheira de Giuseppe Garibaldi que juntamente com ele lutou na Revolução Farroupilha, se tornando um braço de apoio e que não temia ao participar de grandes batalhas. Mas o questionamento que vem a partir de toda essa perspectiva de heroína é: Quem seria Anita Garibaldi para além dessa perspectiva que liga sua imagem ao de seu companheiro? Que momento Ana Maria se torna Anita? Como a imagem de heroína conseguiu abafar a imagem da mulher?

É a partir desses questionamentos que se estrutura essa presente pesquisa, em busca de responder e se aproximar mais do processo de formação dessa imagem heroica de Ana Maria e entender quais eram seus anseios antes mesmo de conhecer Giuseppe. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica focalizada com dois documentos: o primeiro as cartas enviadas pela própria Anita para sua irmã, seu tio e alguns conhecidos, no qual relata suas vivências tornando possível se aproximar mais de suas perspectivas e

¹ Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, amanda.s.vieira@hotmail.com

² Graduanda em História, Universidade Federal de Santa Catarina, thaislopesm2001@gmail.com

anseios. Essas cartas foram transformadas em livro, com título de “Anita Garibaldi: a mulher do general” (GARIBALDI, 1989), produzido com cartas encontradas por sua bisneta também com o nome de Anita Garibaldi. O segundo documento são os manuscritos de Giuseppe Garibaldi, na obra “Memórias de Garibaldi” (GARIBALDI; DUMAS, 2014), em que o mesmo com o auxílio de Alexandre Dumas transcreve suas batalhas e experiências vividas, e desta forma esbarra também nas vivências que teve em conjunto com sua companheira, Anita. Em conjunto a essas duas obras, dialogamos com Helen Lemos Bregantin (2018), Marina Luísa Rohde (2017) e João Batista Bitencourt (2016) que buscam contextualizar as diversas perspectivas que foram criadas sobre Anita Garibaldi e também a criação da imagem heroica tanto dela quanto de Giuseppe.

Quem era Ana Maria de Jesus?

Ana Maria de Jesus Ribeiro (1821-1849) não tem sua data de nascimento de forma precisa, sendo que uma análise que descarta outras opções associa ao ano de 1821, tendo em vista que os livros de registros de Laguna (SC) entre os anos de 1820 até 1824 não foi encontrado impedindo de que haja informação precisa sobre sua certidão de nascimento. Sendo a terceira mais velha de uma família com, provavelmente, dez filhos. Seu pai faleceu antes mesmo do primeiro casamento de Ana Maria, fazendo com que a mãe tome para si a responsabilidade de toda a família (ROHDE, 2017). Em uma das cartas para sua irmã mais velha, que se mudou para o Rio de Janeiro, Ana comenta sobre como - mesmo com o falecimento do seu irmão mais novo - sua mãe não para de trabalhar, em dezembro de 1834 ela escreve: “*Quero te dizer que na semana passada morreu nosso irmãozinho Salvador, por causa da tosse. [...] A mamãe [...] continua a ir para o trabalho porque, como você sabe, comida ninguém dá de presente.*” (GARIBALDI, 1989, p.14).

Ana relata várias vezes sobre como ela se torna responsável por cuidar dos irmãos mais novos e que isso a faz não querer ter filhos, por não estar disposta a lidar com toda aquela agitação e teimosia presente na personalidade dos mais novos. Em abril de 1834, relata que chegou a escutar sermões do padre da cidade por ter levado ao extremo o tratamento com um dos seus irmãos

Nossos irmãozinhos ficaram terríveis [...] sabem que tenho que ficar dentro de casa para fazer as coisas. [...] Estou farta dos sermões do padre Ferreira, que nunca acha



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

bom o que eu faço. A última penitência que vou ter que pagar é porque dei uns tapas fortes no melequento do Francisco, que sempre faz história para comer caranguejo (GARIBALDI, 1989, p.12).

Vale frisar que não era Ana que escrevia as cartas, mas sim Maria Rosário a qual ela fez um acordo que engraxataria seus sapatos em troca de que esta escrevesse as cartas. Porém ela cita sua ânsia em aprender a escrever e que, novamente, seus irmãos seriam um dos motivos que dificultaram esse processo. E pela primeira vez, como a compartilhar com sua irmã a sua necessidade de liberdade e apoio a revolução, lá em abril de 1835:

Que grande invenção, a escrita! Também quero aprender a escrever. Um dia vou encontrar alguém que me ensine, e então você vai ver como vou aprender depressa. [...] Como vou achar tempo para estudar com todas essas crianças levadas por perto? Acho até que nunca vou me casar, assim pelo menos não vou ter filhos. Imagine só que maravilha poder ser livre! Poder fazer o que quiser! Por exemplo, ajudar meu tio a preparar a revolução. E não me diga que estou louca... (GARIBALDI, 1989, p.19)

Desde sua primeira carta, Ana reforça como a sociedade de Laguna repreende seus atos e a aponta como uma moça/mulher não correta ou de respeito. Muito aparece os relatos de como o padre é uma peça fundamental dentro de todo o cessamento de suas vontades e liberdade, em sua primeira carta ela relata que *“Para o padre, não existe nada que não seja pecado, pelo menos para uma menina. Porque os homens, como os padres, fazem tudo o que querem. Tenho certeza de que é tudo invenção dele, inferno, fogo eterno e todo resto.”* (GARIBALDI, 1989, p.12). Ela também cita como era a visão das pessoas perante seus atos e vestimentas: *“Além do mais, para elas, eu nunca seria uma pessoa correta. Minha saia é muito curta, não ando na rua com os olhos baixos, não vou à missa, saio sozinha, faço caretas, rebolo, enfim, as línguas delas disparam sempre que me vêem.”* (GARIBALDI, 1989, p.20). Ana sempre demonstra ser irredutível as visões maliciosas e errôneas sobre sua pessoa, como elas a enxergam enquanto uma pessoa que age fora das normas da sociedade.

Em abril de 1835, traz o relato de um assédio que sofreu ao voltar de uma caminhada pela praia e como essa mesma sociedade que se apresenta cheia de regras ignora o caso e a coloca como culpa pelo que aconteceu:

“Aninha, para, não seja má, você sabe que me deixa louco, eu quero te dar um beijo”, e de repente ele me agarrou. [...] O sangue me subiu à cabeça e eu não vi mais nada, de tanta raiva. Arranquei o chicote da mão dele, dei-lhe uma joelhada no saco e consegui me desvencilhar. Depois, ainda lhe dei um tapa no



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

meio da cara [...]. Mamãe, em vez de me dar razão, e de me consolar, me xingou de todos os nomes, começou a chorar e quase desmaiou no meio da algazarra das crianças. [...] Até parece que sem-vergonha era eu e que devia ter ido direto me esconder em casa, de boca fechada, na esperança de que o João resolvesse ficar quieto. Como se fosse eu que tivesse atacado! [...] Uns dão razão àquele fedorento, outros, a mim. Estes são bem poucos, para falar a verdade. (GARIBALDI, 1989, p.23)

Durante todo o relato ela cita como foi ignorada pela polícia e pelas pessoas para qual contou o que havia acontecido, assim como elas a apontavam como a errada. Até mesmo sua mãe a via como errada, chegando a falar que “*Você é a vergonha da família [...] Como é que, aos trezes anos, você pode ser tão selvagem? Você vai me matar.*” (GARIBALDI, 1989, p.23). É possível perceber como todas essas questões incomodam e perpassam frequentemente pela cabeça de Ana Maria, que ao decorrer das cartas questiona o porquê de não poder andar em paz pelas ruas e qual seria o mal de passear pelas praias, como isso poderia incomodar tanto aqueles que a cercam.

Mas é em junho de 1835, que Ana Maria aponta como sua vida vira de cabeça pra baixo e, novamente, tem interferência daqueles que não aceitavam sua liberdade ou opiniões. Desta forma, Ana é prometida em casamento para Manuel Duarte, um sapateiro da cidade. Ela relata a sua irmã que

Acho que para mim está tudo acabado: meus sonhos, meus desejos, minha própria razão de viver. [...] escolheram Manuel Duarte para ser meu marido. Tudo por culpa daquelas megeras e do padre, que acabaram convencendo até o padrinho de que o casamento é o único jeito de garantir minha salvação eterna, neste mundo e no outro. Não é justo me condenarem a viver com um homem contra a minha vontade. Também quero me apaixonar, amar meu marido, esperar ansiosa a volta dele (GARIBALDI, 1989, p.25).

Ana relata todo o processo de se casar, a preparação das vestimentas, o local em que se arrumou e até mesmo o fato de ter tropeçado durante a saída da igreja, o que para os outros significou um mau agouro, como se algo de errado fosse acontecer neste casamento, parecia que Ana estava prevendo o futuro.

A ânsia por liberdade que nasce antes da imagem de heroína

Em toda carta, Ana apresenta sua necessidade de liberdade e de não ficar presa em Laguna para sempre, cita que o fato de sua mãe apontar que ficariam para sempre em Laguna era algo que cessava sua liberdade e fazia sua necessidade de viajar pelo mundo aumentar. “*Não quero ficar aqui para sempre. Quero viajar, como você. Quero ver o*



mundo.” (GARIBALDI, 1989, p.11). Em novembro de 1835, ao enviar uma carta para seu tio Antônio, que era um dos revolucionários e estava na cidade de Lajes, relata sobre como seus ensinamentos influenciaram nos seus desejos de adulta, escreve que “*Tenho esta certeza porque, desde pequena, sentada no seu colo, aprendi os seus princípios de liberdade e de justiça, e foi com você que aprendi a respeitar as aspirações de todos os seres humanos*” (GARIBALDI, 1989, p.31).

A necessidade de liberdade é algo muito presente em todos os seus discursos, relata como as pessoas devem ter o poder sobre sua vida e que suas escolhas sejam respeitadas. E todos esses seus objetivos acabam dialogando e se encaixando com aquilo que é previsto pela Revolução Farroupilha³ que estava se organizando no Rio Grande do Sul e em breve chegaria a Santa Catarina. Em uma das cartas ela deixa claro que, “*Acho que as pessoas deveriam escolher quem as governa e lutar para os pobres não sofrerem mais, para todos poderem ler e escrever e para os doentes não serem abandonados à morte.*” (GARIBALDI, 1989, p.19). Em outra carta, para sua irmã, deixa claro que o caminho para essa liberdade seria aquilo que já era defendido por seu tio, “*E como ele, agora eu também acredito na necessidade da revolução para o mundo mudar.*” (GARIBALDI, 1989, p.42).

A primeira vez que realmente traz o desejo de colaborar com a revolta está em uma das cartas escritas também para seu tio Antônio, em abril de 1839:

Agora também quero participar da revolta; assim pelo menos faria alguma coisa de útil. [...] Seria que seria diferente, eu não seria uma simples hospedeira. Quero lutar com os revolucionários. Você sabe que atiro bem, você me ensinou a não errar nenhum tiro. Poderia ser um dos seus homens, não teria medo. [...] Galopar junto com você, cantar à noite em volta do fogo, lutar por uma causa justa: essa é uma verdadeira razão de viver! (GARIBALDI, 1989, p.35)

E aqui gostaríamos de frisar que, ao contrário daquilo que podemos ser levados a acreditar, a necessidade de revolução e de liberdade está presente nos objetivos e lutas de

³ A Revolução Farroupilha nasce no Rio Grande do Sul como um objetivo com o objetivo republicano e em oposição ao governo imperial, durante dez anos (1835-1845). Em 20 de setembro de 1835, rebeldes tomam Porto Alegre, capital da Província, tirando o presidente do poder e decretando Bento Gonçalves como presidente da República do Piratini. O Império começa a realizar bloqueio e atacar as fronteiras, neste momento Garibaldi auxilia os revolucionários e vai em direção a Laguna. Os farrapos foram derrotados em uma última ação imperial chamada Ponche Verde, na qual vários homens morreram e foram levados a rendição 1845 (DORNELLES; BIFFIGNANDI, 2022).



Ana Maria muito antes dela conhecer Giuseppe Garibaldi, antes mesmo de que ela tome para si o nome de Anita Garibaldi. Sendo assim, os atos e objetivos de luta por uma sociedade melhor veio antes mesmo da imagem de heroína nascer.

Ana Maria vira Anita

Analisando a historiografia, Anita aparece antes de Ana Maria de Jesus, através dos romances escritos sobre o encontro dela com o italiano Giuseppe Garibaldi, um amor proibido, mas heroico já que eles lutaram juntos pela instauração da república no Brasil. Esses romances e posteriormente as biografias em volta da heroína são escritos juntos da construção de uma identidade nacional que necessitava de heróis e heroínas para sua legitimação.

Ademais, é por volta do século XX que a heroína irá então aparecer de forma historiográfica, se dissociando dos romances literários e das páginas policiais, para então assumir os documentos oficiais, sendo Adolfo Boiteux com financiamento governamental, e baseando-se nas cartas escritas pelo Giuseppe que irá escrever a primeira biografia sobre Anita Garibaldi numa tentativa de preservar uma imagem de imaculada da catarinense. (BREGANTIN, 2018, p. 49).

No entanto, essa construção não se dá apenas por conta da historiografia, a própria Ana em novembro de 1839, menciona em uma carta enviada a sua irmã, que Giuseppe quer mudar seu nome para Anita: *“Sabe que ele quer até mudar o meu nome? Agora, para ele eu sou Anita. à maneira espanhola. Acho meio estranho... O que você acha?”* (GARIBALDI, 1989, p. 58).

Então nesse momento, Ana Maria começa a sua transformação em Anita Garibaldi, pelos desejos do seu marido, e ainda que ela apresente uma estranheza. Numa carta posterior dirigida a sua amiga Fortunata - com apenas uma semana de diferença - ela já irá assinar como Aninha-Anita, assumindo então a sua nova identidade. Dentro dessa carta, apresenta muito aquilo que Giuseppe fazia e falava para a mesma, sempre com um tom de que desejaria que a mesma ficasse mais protegida para preservar a vida do filho “dele” e até mesmo que ela chega a cogitar se ele gostaria de que ela se transformasse em uma dona do lar, em contraponto ela deixa bem claro que *“Mas seria contra a minha natureza, porque tenho necessidade de espaço, de movimento, de*



justificar de algum modo a minha existência.” (GARIBALDI, 1989, p.77). Menos de um ano depois, ao enviar uma carta a um casal de amigos que recebeu a família Garibaldi em sua casa, ela assina pela primeira vez como Anita Ribeiro Garibaldi, nome ao qual será legitimado e difundido posteriormente pela república primeira brasileira e pelos escritores desse período.

As memórias de Giuseppe

Outro fato importante nessa criação da heroína é os escritos deixados por ele no seu livro escrito juntamente com Alexandre Dumas, escritor famoso por outros livros como “Os três mosqueteiros” e “O conde de Monte Cristo”. Vale frisar que esta foi a principal referência na época, já que durante o Oitocentos, ela passou despercebida pelos historiadores de e quando ainda viva era vista como apenas a companheira e esposa de Garibaldi, aquela que o acompanhou durante a revolução (BREGANTIN, 2018). Isabella Nogueira (2014) aponta que o tipo de narrativa de Dumas, bem como sua influência na sociedade, auxiliou no processo de cumprir com os planos tidos por Giuseppe Garibaldi que era conseguir atenção e se tornar um herói. E ele conseguiu além, conquistou fama aqui na América, tornando-se o título de “herói de dois mundos”.

Quando observamos os escritos, um fator que é levantado seria que Giuseppe antes de apresentar Anita dentro de sua história já começa a falar sobre sua necessidade de ter uma mulher ao seu lado. O mesmo apresenta que “[...] *só uma mulher me podia curar, uma mulher quer dizer, o único refúgio, um anjo consolador, a estrela da tempestade. A mulher é uma divindade que nunca se implora em vão, especialmente quando se é desgraçado.*” (GARIBALDI; DUMAS, 2014, pos. 1230). E é após apresentar essa necessidade que Garibaldi fala sobre como conheceu uma mulher e logo a disse que ela pertenceria a ele. E aqui é preciso haver um adendo, enquanto ele fala sobre como conheceu Anita, em nenhum momento fala seu nome. Dumas comenta que apontou para Giuseppe que neste capítulo havia uma falta - sendo a pessoa Anita nomeada e apresentada -, e ele disse para deixar assim. Porém, dias depois mandou um manuscrito denominado Anita Garibaldi.

Dentro dessa nova escrita, Anita é apresentada como aquela que sempre esteve ao seu lado o defendendo e ajudando, “*Anita, então companheira de toda a minha vida, e*



por consequência, de todos os meus perigos, tinha querido acompanhar-me.”, em outro momento reforça que *“Felizmente Anita ignorava o que era medo.”* (GARIBALDI; DUMAS, 2014, pos. 1249/1644).

Essas narrativas dele vão sempre trazendo o fator de como Anita era primordial para as batalhas também, não apenas para sua vida particular. *“Havia querido desembarcar Anita, mas ela não tinha consentido, e como do fundo da minha alma admirava a sua coragem e me achava orgulhoso pelo seu valor, cedi aos seus rogos.”* (GARIBALDI; DUMAS, 2014, pos.1268) No seguinte trecho, reforça como sua braveza era comparável e até maior a dos homens mais bravo que fosse para guerra, *“Durante o combate Anita ficou sempre ao meu lado, no posto mais perigoso, não querendo nem desembarcar nem aproveitar-se de nenhum alívio, e desprezando mesmo o inclinar-se como faz o homem mais bravo, quando vê a mecha aproximar-se do canhão inimigo.”* (GARIBALDI; DUMAS, 2014, pos.1327).

E por fim, em um dos momentos que cita sua esposa e sua bravura ele se refere a ela como um coração heroico, reforçando novamente que Anita era uma heroína nata. *“Excelente cavaleira, e montando um admirável cavalo, bem poderia Anita ter fugido; mas dentro desse peito de mulher batia o coração de um herói: em lugar de fugir, animava os nossos soldados a defenderem-se, e num momento se viu cercada pelos imperiais.”* (GARIBALDI; DUMAS, 2014, pos.1624).

Os heróis de um estado

A revista que foi lançada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) foi fundamental para a construção de toda a imagem de heróis que foi atrelada a Ana Maria e Giuseppe Garibaldi. No ano de 1902, ano de lançamento, a mesma foi uma ferramenta primordial no processo de “reconstruir” a história do estado e transformar Laguna, em uma cidade histórica e com heróis. Através dos textos escritos por Virgílio Várzea em 1907, narra o processo de chegada das frotas de Giuseppe Garibaldi em Laguna, que mesmo após um naufrágio chega a cidade para realizar a tomada de Laguna. Dentro dessa narrativa, o autor reforça que é preciso reverenciar tanto a construção da República em Laguna quanto a construção da imagem heróica de Garibaldi, e todo momento se preocupa em deixar explícito como Giuseppe sempre se preocupou mais com



a salvação dos seus companheiros e muitas vezes esquecendo de si mesmo (BITENCOURT, 2016).

Várzea demonstra que Garibaldi, no momento da Tomada de Laguna, demonstrou todo seu brilhantismo para combater as forças imperiais usando suas técnicas avançadas. E em 29 de julho de 1839, há a Proclamação da República Catarinense e Laguna se torna uma cidade, sendo capital deste estado criado. Se aproximando do fim do texto, o autor foca no amor à primeira vista de Garibaldi e Anita, descrevendo a vivência de Anita até conhecer seu companheiro, descrevendo como algo que estava predestinado a acontecer. Perpassando ao final pela perseguição dos imperiais aos republicanos, através do oceano que os levou a refugiar-se em Imbituba, porém sempre trazendo a ousadia e bravura dos Garibaldis.

Bitencourt (2016) apresenta e reforça como ficou visível a intenção de que Giuseppe e Anita fossem vistos como heróis e líderes de uma revolução e ideias democráticas, sendo destemidos que não temiam a morte e continuavam lutando, esperando essa mesma atitude de seus companheiros. Frisando ainda mais como Garibaldi como um herói que estava predisposto a tudo por seus companheiros, disposto a estar em perigo para salvar estes e com sua fiel companheira Anita ao seu lado.

Conclusões

Ao concluir esta pesquisa, podemos compreender o processo de construção da imagem de Anita Garibaldi e, principalmente, que houveram processos para que a imagem da heroína fosse superior a da mulher, conhecemos menos a Ana Maria do que Anita.

Em um primeiro momento, revisitamos a vida de Ana Maria de Jesus Ribeiro e através de suas próprias cartas pudemos compreender como era sua vida em Laguna e a partir desse momento pode-se entender qual a perspectiva da sociedade sobre ela. Como sua ânsia por liberdade era algo que a motivava a viver e seu grande sonho era conhecer o mundo. Relatando como o casamento forçado foi visto como um fim para sua vida e influenciou ainda mais na sua conexão com a revolução, que é descrita como algo que cresceu junto com ela através do incentivo de seu tio Antônio.



Ana Maria deixa claro que começou a ser chamada de Anita por seu companheiro, Giuseppe Garibaldi, e não demorou muito para que adotasse esse apelido como seu nome oficial e assinasse cartas utilizando este. Um fator que nos chamou atenção é que na primeira versão de seu livro, Giuseppe não cita seu nome quando fala como se conhecessem, e em nenhum momento chama sua companheira pelo seu nome de batismo, citando apenas Anita. E o primordial, este livro nasce com o objetivo de reforçar seus atos heroicos e implementar essa perspectiva no interior de todos aqueles que conhecessem sua história. E por conseguinte, toda vez que descreve sua companheira, usa termos que reforçam seus atos genuinamente heroicos e sua braveza. E também compreendemos com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) ao contar a história de Santa Catarina e, principalmente, de Laguna narra todos os feitos e o como estavam sempre preocupados com a salvação dos seus companheiros e seriam capaz de qualquer coisa, até morrer, em busca de seus ideias.

E aqui respondemos que o que levou a imagem, criada, da heroína e esposa de Anita Garibaldi, se sobrepor a da mulher Ana Maria, foi exatamente o fato de que por ter sido criada ela foi reforçada inúmeras vezes e de formas diferentes. Nos acostumamos a conhecer apenas seu lado de heroína, que abrange vários momentos históricos, mas muitas vezes se esquece de querer compreender quem ela era antes de começar a lutar. E essa questão acaba deixando passar que seu anseio de liberdade começa antes mesmo de que a revolução chegue a Laguna, muito antes de conhecer seu futuro companheiro Giuseppe Garibaldi.

Referências

Bregantin, Helen Lemos. *Anita Garibaldi: a construção de uma heroína em biografias populares (1849-1999)*. 2018. 85 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

BITENCOURT, João Batista. *Laguna: uma análise sobre o discurso de cidade histórica*. Criciúma: Ediunesc, 2016.

GARIBALDI, Anita. *Anita Garibaldi: a mulher de um general*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GARIBALDI, Giuseppe; DUMAS, Alexandre. *Memórias do Garibaldi*. Belo Horizonte: Barbudância, 2014.



NOGUEIRA, Isabella. *Alexandre Dumas e Giuseppe Garibaldi: a construção de um herói*. In: IV Congresso Internacional de História: Cultura, Sociedade e Poder, 2014, Jataí. Anais Congresso 2014, 2014.

ROHDE, Marina Luísa. *Anita Garibaldi: de heroína à mulher – a trajetória das imagens ficcionais de Ana Maria de Jesus Ribeiro*. 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

Ana Maria: The Woman behind the heroine Anita Garibaldi

Abstract: This investigation seeks to answer the following question: What did the image of the maid, the heroine and wife of Anita Garibaldi, surpass the woman Ana Maria? Sendo assim, the general objective is characterized by understanding the creation of the image of the heroine and wife, sob of the woman. To achieve a certain objective, a bibliographical research was carried out, using as base material Ana Maria's letters, in which she recounts her experiences before and during the revolution, in the book *Anita Garibaldi*, a general woman (GARIBALDI, 1989). It is like Garibaldi's memoirs, recounted in a book of the same name (GARIBALDI; DUMAS, 2014), thus seeking to understand the entire process of creating the image of heroin. And how it surpasses the image of Ana Maria, making us know more about the history of victories and defeats within the revolutions, both in Brazil and in the world, than in the history of our own people.

Keywords: Anita Garibaldi. memories. cards. heroine. Giuseppe Garibaldi.



MINISTÉRIO DAS MULHERES AMERICANO? WOMEN'S BUREAU, GÊNERO E MÃO DE OBRA FEMININA NO IMEDIATO PÓS-GUERRA

Ana Carolina Sodré Ferreira¹

Resumo: Após muitas pressões e lobbies políticos de sindicatos e organizações de mulheres, em 5 de junho de 1920, o Congresso estadunidense emitiu uma ordem pública que criou o Women's Bureau dentro do U.S. Department of Labor (o Ministério do Trabalho dos EUA). Pela primeira vez na história do país, foi criada uma agência federal dedicada exclusivamente ao bem-estar e interesse da classe trabalhadora de mulheres. Desde sua criação, o Women's Bureau dedicou-se à luta pelos direitos trabalhistas das mulheres, não sendo incomum reivindicar, também, por direitos econômicos, políticos, civis e sociais. Além de ter produzido extensos estudos – muitos inéditos –, e coleta de dados sobre a situação da mão de obra feminina, publicados em formato de boletins, panfletos, relatórios, discursos, entre outros. Durante a primeira metade do século XX, o Women's Bureau foi um ponto de encontro de lideranças trabalhistas e da classe trabalhadora de mulheres, se apresentando como alternativa aos movimentos feministas elitistas e brancos da época. De origem ambígua, por um lado o Women's Bureau era aliado de sindicatos e organizações políticas e profissionais de mulheres; por outro, era uma agência federal subordinada aos interesses do presidente do país e U.S. Department of Labor. No imediato pós-guerra, a agência apresentou um discurso político e trabalhista que não contestava a ordem hierárquica e opressiva de gênero e raça da sociedade estadunidense, tendo, inclusive, reiterado alguns estereótipos de gênero e essencialismos biológicos. Ao mesmo tempo, contudo, a agência defendeu a igualdade de direitos entre mulheres e homens, independentemente de gênero e raça, e adotou um discurso cientificista que desconstruiu determinismos biológicos por meio da tecnologia e ciência. Apesar das controvérsias, o Women's Bureau, sem dúvidas, é um exemplo de ativismo feminista na esfera governamental, e de como reivindicar direitos por meio dos mecanismos de controle e exploração do opressor.

Palavras-chave: Women's Bureau. Pós-guerra. Ministério das Mulheres. Trabalhadoras mulheres. EUA.

Panorama geral da situação trabalhista das mulheres no início do século XX

No início do século XX, já era possível constatar a tendência de crescimento da participação da mão de obra feminina estadunidense na força de trabalho do país que, em 1900, representava quase 20%, atingindo o ápice de 36% durante a Segunda Guerra Mundial (WOMEN'S BUREAU, 1952, n. 242). A industrialização iniciada no século anterior, favoreceu essa tendência, principalmente pelo fato da mão de obra feminina e infantil a terem viabilizado através da exploração econômica, social, trabalhista e política de suas respectivas forças de trabalho. Apesar do crescimento da

¹ Mestranda em História Social e Bacharela e Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Contato: anacsf.academico@gmail.com



representatividade da mão de obra de mulheres no mercado de trabalho formal, elas ainda estavam excluídas da maioria dos direitos trabalhistas assegurados pelo governo e sindicatos.

De acordo com a socióloga Ruth Milkman (2016), desde o surgimento dos primeiros sindicatos – como a American Federation Labor (AFL), em 1886 –, ocorreu um processo de consolidação da divisão sexual do trabalho, na qual mulheres e pessoas negras geralmente eram proibidas de se afiliarem aos sindicatos – e, conseqüentemente, usufruir de acordos trabalhistas com empresas –, e marginalizadas em empregos de baixa remuneração e qualificação. Ademais, a falta de uma legislação trabalhista federal e existência de leis segregacionistas, contribuíram para o empobrecimento e exploração das mulheres e população negra.

Com o início do século XX, novas pautas políticas e trabalhistas emergiram. O movimento trabalhista, por exemplo, passou a rejeitar vigorosamente a intervenção federal na regulamentação das relações trabalhistas, e se expandiu para abranger “[...] não apenas as respostas de curto prazo para baixos salários e condições de trabalho perigosas, mas, também, perguntas maiores sobre a organização da sociedade e a distribuição do poder político”² (FAUE, 2017, p. 3, tradução nossa). Não havia, porém, uma união “universal” ou coesa do movimento.

Como bem destacou a historiadora Elizabeth Faue (2017), o movimento trabalhista estadunidense caracterizou-se – e ainda caracteriza-se – por três elementos, a saber: diversidade, o que implicou na existência de conflitos diversos de classe, gênero, raça, nacionalidade, qualificação, entre outros; ser guiado pelas ideologias da masculinidade e branquitude; e possuir caráter de história transnacional e global. Na prática, conforme observou-se na primeira metade do século XX, isso significou a existência de um movimento trabalhista fragmentando, nichado e, não raro, discriminador.

É neste cenário que o movimento de mulheres da época, identificou que não conseguiria assegurar os seus direitos trabalhistas pelas instituições sindicais, uma vez que estas consideravam a mão de obra feminina de “segunda categoria”, temporária e inferior em relação a mão de obra masculina e branca. As vias seguidas, então, foram a política e governamental, sem romper vínculos ou parcerias com o movimento trabalhista e sindical geral.

Na segunda metade século XIX, a principal pauta política dos movimentos de mulheres hegemônicos, foi o sufrágio feminino. Uma reivindicação, no entanto, limitada, pois predominava

² “[...] not just the short-term answers for low wages and dangerous working conditions but also larger questions about the organization of society and the distribution of political power” (FAUE, 2017, p. 3).



em movimentos das classes médias e altas enquanto questões de racismo e direitos trabalhistas – de interesse das mulheres negras e das classes baixas –, eram ignorados ou secundarizados. De acordo com a filósofa Angela Davis (2016), as trabalhadoras da época não se importavam suficientemente com o sufrágio feminino, priorizando as pautas trabalhistas – como melhores condições salariais e de trabalho –, e julgando a causa como abstrata, principalmente pelo fato de observarem seus familiares exercerem o direito ao voto, mas permanecerem em uma miserável explorável econômica no cotidiano. Ao contrário do que as sufragistas brancas e de classes médias e altas acreditavam, para as mulheres negras e de classes baixas, o sufrágio feminino não era uma libertação nem a solução para a exploração econômica imediata que sofriam.

Esse posicionamento, contudo, se transformou no século seguinte. A classe trabalhadora de mulheres, passou a considerar o sufrágio feminino como estratégia política para obtenção de direitos trabalhistas (DAVIS, 2016). Com uma aliança mais próxima e concisa com a classe de trabalhadoras, o movimento sufragista adquiriu uma nova dimensão de pressão política, culminando na aprovação do sufrágio feminino em 1920.

As trabalhadoras mulheres também fizeram uso da via sindical em sua luta de reivindicação por direitos trabalhistas. O número de sindicatos criados e predominados por mulheres, aumentou a partir do século XX em função do crescimento da participação da mão de obra feminina na força de trabalho. O Women's Trade Union League (WTUL), por exemplo, foi criado em 1903 com o apoio da AFL. O WTUL foi uma das organizações trabalhistas de mulheres mais importantes das três primeiras décadas do século XX, tendo, inclusive, recebido apoio e filiação da futura primeira-dama do país, Eleanor Roosevelt, e apoio do futuro presidente democrata, Franklin Delano Roosevelt (1933-1945).

Pela via governamental, muitas organizações e lideranças trabalhistas femininas, firmaram alianças com políticos e administradoras públicas, e outras assumiram cargos públicos. É a partir dessa relação, que foi possível a criação da primeira e mais longeva agência federal dedicada exclusivamente às trabalhadoras mulheres: o Women's Bureau.

Women's Bureau

A eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 e posterior entrada dos EUA na guerra em 1917, aumentou a produção bélica e recrutamento militar de homens no país. Uma das consequências desse cenário, foi o aumento de contratação da mão de obra feminina em indústrias, principalmente



naquelas com produção bélica. Esse incremento de trabalhadoras, elucidou as más condições de trabalho e salariais às quais estavam sujeitas. Elucidação esta amplificada com as pressões políticas exercidas pelas organizações de mulheres da época. Em meio a esse contexto e pressões, foi criada em caráter temporário, em 1917, a agência federal Women in Industry Service (WIS), sob direção de Mary van Kleeck até 1919, que foi sucedida pela imigrante sueca, sindicalista e liderança trabalhista e afiliada do WTUL, Mary Anderson.

Durante a guerra, a agência teve por objetivo melhorar as condições de trabalho das mulheres em indústrias. Após, passou a tratar solicitações de

governos estaduais e organizações sem fins lucrativos que desejavam usar o conhecimento para construir e promover políticas públicas para proteger mulheres trabalhadoras, mas que não tinham os recursos ou habilidades para realizar investigações detalhadas.³ (HENDRICKSON, 2008, p. 486, tradução nossa).

Em 1920, a WIS tornou-se permanente e virou o Women's Bureau, uma agência federal dentro do Department of Labor⁴. Segundo a ordem pública expedida,

Será dever da referida agência formular padrões e políticas que promovam o bem-estar das mulheres assalariadas, melhorem suas condições de trabalho, aumentem sua eficiência e promovam suas oportunidades de emprego lucrativo. A referida agência terá autoridade para investigar e reportar ao referido ministério [Department of Labor] sobre todos os assuntos referentes ao bem-estar das mulheres na indústria. A diretora da referida agência pode de tempos em tempos publicar os resultados dessas investigações de tal maneira e em tal ponto que o Secretário do Trabalho possa prescrever. (66º CONGRESSO, 1920, n.p.).

A criação da agência, segundo a historiadora Alice Kessler-Harris (2001), foi possível em vista de pressões e *lobbies* políticos realizados por ativistas do movimento trabalhista – principalmente do WTUL – e de organizações de mulheres. A socióloga Theda Skocpol (1992), por sua vez, acrescenta que a “Primeira Guerra Mundial trouxe a mobilização nacional de mulheres para um pico e, como as mulheres estavam se tornando eleitoras, o Congresso aderiu à demanda por uma agência de mulheres permanente”⁵ (SKOCPOL, 1992, p. 420). Observa-se, assim, que em 1920, as mulheres obtiveram duas conquistas significativas nos âmbitos político e trabalhista, apesar de não ter significado o fim de discriminações e desigualdades: o sufrágio feminino e a criação de uma agência federal trabalhista, respectivamente.

³ “[...] state governments and nonprofit organizations that desired to use knowledge to construct and to promote public policies to protect women workers, but that did not have the resources or skills to conduct detailed investigations” (HENDRICKSON, 2008, p. 486).

⁴ Equivalente ao Ministério do Trabalho no Brasil.

⁵ “[...] World War I had brought women's nation wide mobilization to a peak, and because women were becoming voters, Congress acceded to the demand for a permanent Women's Bureau” (SKOCPOL, 1992, p. 420).



Embora o principal objetivo da agência tenha sido a produção estatística e de relatórios⁶ sobre o status e condições de trabalho das mulheres com finalidade de melhora destas, na prática, o Women's Bureau adquiriu um status de agência politicamente ativista. Além de suas atribuições burocráticas, a agência manteve alianças com sindicatos e organizações de mulheres e figuras políticas, realizando *lobbies* em governos estaduais para aprovação de legislações trabalhistas para mulheres, e organizando – e por vezes liderando –, uma parcela do movimento trabalhista feminino. De acordo com a historiadora Dorothy Cobble (2004), o Women's Bureau foi umas organizações que contribuíram decisivamente para a união nacional de lideranças e ativistas femininas trabalhistas no país.

Kessler-Harris, no entanto, critica alguns posicionamentos da agência durante a gestão de Mary Anderson entre 1920 e 1944. A diretora, por exemplo, defendia a criação do Women's Bureau principalmente para atender as “necessidades especiais” de trabalhadoras que atuavam em indústrias e necessitavam de benefícios sociais e trabalhistas (KESSLER-HARRIS, 2001) para conseguirem manter a dupla jornada de trabalho dentro e fora de casa.

Para Kessler-Harris (2001), discussões desse tipo durante o contexto de criação da agência, serviram para tirar o foco da luta pelos direitos individuais das mulheres como um todo. Nesta perspectiva da historiadora (KESSLER-HARRIS, 2001), o Women's Bureau não seria um órgão ativista em prol do movimento de mulheres, mas, sim, um órgão que visava melhorar as condições de trabalho das mulheres para que essas pudessem executar a dupla jornada de trabalho com tranquilidade e dignidade até se casarem. Logo, a intervenção federal na vida das trabalhadoras mulheres era justificada antes pelo resguardo do papel doméstico da mulher no lar e sociedade, do que um foco primário do Women's Bureau na profissionalização da mão de obra feminina de forma que esta contraísse promoções e se empregasse em cargos de altos salários (KESSLER-HARRIS, 2001).

É necessário levar em consideração, no entanto, o contexto da época. A contestação à divisão sexual do trabalho e às discriminações de gênero e raça provenientes desta e da estrutura política,

⁶ A partir de visitas e entrevistas a empresas e trabalhadoras, acesso a documentações de empresas e indústrias, análise e manipulação de dados estatísticos de outras agências governamentais, e produção de dados estatísticos próprios a partir de pesquisas de campo, o Women's Bureau realizou uma série de estudos – publicados no formato de boletins, variando de 1 a 300 páginas, e divulgados nacionalmente em panfletos, folhetos, revistas, entrevistas, discursos, entre outros – sobre as condições e situação econômica, social e política das trabalhadoras mulheres. Não raro, o conteúdo serviu como base para a criação de políticas públicas e leis estaduais. A produção física dos boletins se estendeu, pelo menos, até o início da década de 80. Atualmente, a produção da agência é online.



social, econômico e cultural racista e generificada dos EUA, tornou-se pauta principal e consistente dos movimentos de mulheres apenas a partir da década de 60. Antes disso, não se questionava essas estruturas e, sim, as desigualdades desencadeadas por estas. Dessa forma, o Women's Bureau fez uso de discursos e estratégias políticas que, por vezes, reiteravam a ordem generificada do momento, mas fez isso como estratégia para o avanço dos direitos das mulheres em um contexto de hostilidade social e política aos movimentos de mulheres. Certamente que essa estratégia tornou-se falha e insuficiente a partir da década de 50, mas para o seu contexto de criação, era um posicionamento considerado desafiador e não conservador.

Apesar dessas discussões, é inegável a importância e contribuição do Women's Bureau à luta das mulheres por direitos nos EUA. Quando de sua criação, a agência se tornou uma alternativa ao movimento de mulheres predominado pelos interesses de mulheres brancas das classes média e alta. A classe de trabalhadoras, principalmente de mulheres negras e pobres, encontraram na agência um apoio e esperança que, até então, lhe eram negados em outros movimentos.

Women's Bureau no imediato pós-guerra: gênero, trabalho e raça

Ao término da Segunda Guerra Mundial e sob nova direção – Frieda S. Miller (1944-1953) –, o Women's Bureau adotou novas abordagens políticas e enfatizou outras pautas trabalhistas em resposta ao novo cenário político, social e econômico do país, o qual havia se consolidado como a maior potência política e econômica do mundo.

Com a adoção, pelo governo federal, de políticas nacionais de consumo e bem-estar social baseado em salários, a agência deixou de defender a legislação protetiva para mulheres e passou a reivindicar por uma política de aumento dos salários das trabalhadoras (LAUGHLIN, 1993). As principais reivindicações do Women's Bureau, que também refletiram-se em sua produção estatística e de boletins, foram: legislação trabalhista federal, como a de igualdade salarial (*equal pay*) e salário mínimo; equidade em oportunidades de emprego, promoção e profissionalização entre mulheres e homens; defesa de benefícios trabalhistas, como o de maternidade; padrões mínimos de condições de trabalho; defesa do trabalho de meio período, sem diminuição salarial; extensão de direitos e regulamentações trabalhistas aos trabalhos domésticos.

Muitos desses direitos e benefícios trabalhistas, já haviam sido regularizados pela lei federal trabalhista Fair Labor Standards Act (FLSA) de 1938. A lei, no entanto, era de caráter excludente, pois a maioria das profissões exercidas por mulheres e pessoas negras, não foram contempladas. Em



vista desse cenário, o Women's Bureau, em conjunto com suas alianças civis, intensificou a reivindicação por esses direitos.

Dessa forma, observa-se que a questão sobre o trabalho da mulher no pós-guerra, não era mais sobre se as mulheres poderiam ou não trabalhar ou se eram tão capazes quanto os homens. O desempenho e a importância da mão de obra feminina durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), desconstruiu e refutou esses mitos. A questão, pois, era a de extensão de direitos civis, trabalhistas e políticos às mulheres, que não estavam mais dispostas a serem inferiorizadas em relação aos homens quando eram tão capazes e produtivas quanto estes e humanas, passíveis de obtenção e exercício de cidadania. A ideologia racista e generificada ordenadora da sociedade estadunidense à época, estava, então, sob pressão e contestação uma vez que a justificativa para a inferiorização e negação de direitos às mulheres, não tinha motivação além do ideológico.

Na sua produção de boletins entre 1944 e 1953, por exemplo, foi comum o Women's Bureau desconstruir discursos baseados em essencialismos biológicos que eram utilizados como justificativas para as desigualdades salariais e trabalhistas entre mulheres e homens, e pessoas negras e brancas. Com isso, a agência demonstrou que esses discursos se baseavam em construções sociais e culturais que haviam sido naturalizados. Nas citações a seguir, extraídas de dois boletins publicados pela agência em 1948 e 1945, respectivamente, é possível observar as estratégias discursivas utilizadas pelo Women's Bureau.

Sobre as mulheres negras, a agência defendeu que a performance e produtividade destas, dependia do fornecimento adequado de treinamento e não da raça: “O desempenho das mulheres negras durante o período de guerra provou que, dado o treinamento, elas podem ter sucesso em qualquer tipo de trabalho que as mulheres [brancas] possam fazer”⁷ (WOMEN'S BUREAU, 1945, n. 205, p. 1, tradução nossa). E em relação à empregabilidade das mulheres na área de química, o Women's Bureau questionou a “influência biológica” no ingresso na área, sugerindo construções sociais que favoreciam a divisão sexual na academia e trabalho:

O aumento das matrículas das mulheres na química nos anos de guerra, mostrou que existe um suprimento potencial de mulheres que se tornarão químicas se as oportunidades de emprego forem encorajadoras. Esse aumento também indicou, no entanto, que essas oportunidades não foram boas o suficiente para induzir muitas meninas, em comparação com os meninos, a considerar a química, ainda jovem, como uma possível carreira. Uma química de destaque atribui o pequeno número de mulheres com doutorado ao fato de que alguns professores desencorajam as mulheres porque temem que não possam aloca-las [no mercado de trabalho e/ou acadêmico]. Ainda mais sério é o desvio que ocorre no ensino médio, quando

⁷ “Negro women's wartime performance has proved that, given the training, they can succeed in any type of work that women can do” (WOMEN'S BUREAU, 1945, n. 205, p. 1).



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

a filha comum é desencorajada a realizar as disciplinas de matemática, física e química, enquanto o filho é habitualmente instado a realizá-las. O conjunto químico sob a árvore de Natal invariavelmente vai para o garoto da família, embora mais tarde a garota descubra que gosta também. As meninas, então, e as mulheres jovens, mais tarde, precisam de uma oportunidade completa de demonstrar e desenvolver seu interesse, para saber até que ponto o pequeno número de mulheres na química é devido a fatores biológicos e quanto é influenciado pelo ambiente e costume. Enquanto isso, há espaço para mais mulheres na química, ou seja, mulheres que podem ser verdadeiramente descritas como “bem qualificadas”.⁸ (WOMEN’S BUREAU, 1948, n. 223-2, p. 53-54, tradução nossa).

O Women’s Bureau também fez uso do essencialismo biológico estratégico em seus boletins, reiterando e defendendo determinados estereótipos de gênero. Essa abordagem foi utilizada em um contexto de negociação, no qual a agência tentava melhorar e tornar equitativa as oportunidades de emprego, formação e promoção entre mulheres e homens. Como forma de diminuir as discriminações de gênero na contratação de mulheres na área de engenharia, por exemplo, a agência argumentou que as mulheres teriam “vantagens naturais” em alguns ramos de atuação – como o de design de eletrodomésticos –, tornando-as, assim, desejáveis para contratação:

Nas engenharias de iluminação e eletrônica e em design de eletrodomésticos, as mulheres têm mais vantagens naturais, no entanto, do que na engenharia de energia e utilidade, incluindo eletrificação rural, na qual o trabalho e a viagem de campo são mais prováveis.⁹ (WOMEN’S BUREAU, 1949, n. 223- 5, p. 39, p. 39, tradução nossa).

Ainda que abordagens como essas, hoje, sejam consideradas falhas e conformistas, à época, foi uma estratégia política e não uma crença. O Women’s Bureau estava muito consciente de que as desigualdades no mercado de trabalho eram deliberadas e motivadas por ideologias políticas generificadas e racializadas, e não por “fatos biológicos” que “comprovavam” uma relação “natural” de inferioridade-superioridade entre gêneros e raças. A existência dessa relação, havia sido construída. E por não possuir poderes executivo, legislativo nem judiciário, e estar subordinada ao governo federal, a atuação política do Women’s Bureau era limitada e calculada. Sua posição como

⁸ “The increased enrollments of women in chemistry in the war years has shown that there is a potential supply of women who will become chemists, if the opportunities for employment are encouraging. They also indicated, however, that these opportunities have not been great enough to induce many girls, as compared with boys, to consider chemistry at an early age as a possible career. One prominent woman chemist attributes the small number of women with doctorates to the fact that some professors discourage women, because they are afraid they cannot place them. Even more serious is the diversion that takes place in the high school, when the average daughter is discouraged from taking mathematics, physics, and chemistry, while the son is customarily urged to do so. The chemical set under the Christmas tree invariably goes to the boy in the family, although later the girl may be found to enjoy it as well. Girls, then, and young women, later, need full opportunity to demonstrate and to develop their interest, if we are ever to know to what extent the small number of women in chemistry is due to biological factors and how much it is influenced by environment and custom. Meanwhile, there is room for more women in chemistry, that is, women who can be truly described as ‘well-qualified’” (WOMEN’S BUREAU, 1948, n. 223-2, p. 53-54).

⁹ “In illuminating engineering, electronics, and the design of household appliances, women have more natural advantages, however, than in power and utility engineering, including rural electrification, in which field-work and travel are more likely” (WOMEN’S BUREAU, n. 223-5, 1948, p. 39).



ponte e porta-voz entre as trabalhadoras e lideranças trabalhistas da esfera civil e com o poder político, era vital. Logo, uma posição conciliatória e não defensora de transformações estruturais, se fez necessária.

Considerações finais

O Women's Bureau influenciou diversos movimentos e organizações trabalhistas de mulheres ao redor do mundo. O Canadá e o Japão, por exemplo, por influência da agência estadunidense, criaram seus próprios Women's Bureau em 1953 e 1947, respectivamente. O Brasil, inclusive, também foi influenciado pela agência. Conforme pontuado pela historiadora Glaucia Cristina Candian Fraccaro (2016), a deputada Bertha Lutz foi inspirada por Mary Anderson em suas recomendações de elaboração de leis para as mulheres no Brasil, além de ter sugerido a criação de um ministério das mulheres aos moldes do Women's Bureau estadunidense.

Mas a agência dos EUA foi e ainda é uma das agências governamentais de mulheres mais antigas do mundo, com mais de cem anos de existência. Certamente sua atuação no presente é bem diferente da época de sua criação, e sua relevância e influência perderam espaços aos movimentos feministas do país após a década de 60. Contudo, a sua existência ainda significa que as trabalhadoras estadunidenses ainda não obtiveram equidade de direitos em sua plenitude.

Não podemos encarregar agências governamentais da luta pelo fim de discriminações e reivindicações de direitos pelos grupos discriminados. Isto porque os Estados no Ocidente, se constituíram a partir das ideologias da branquitude, da masculinidade e do capitalismo. Logo, quem é e domina o Estado, em sua maioria, são grupos que dependem da exploração de grupos discriminados – mulheres, população negra e LGBTQUIAP+, pessoas com deficiência, minorias étnicas e religiosas, classes pobres, entre outros – para a sustentação e manutenção de seu poder.

Mas o governo pode se tornar aliado em um contexto de alianças com organizações civis e comprometimento com as pautas políticas destes, principalmente quando lideranças e ativistas políticos compõem o quadro governamental, e a institucional governamental possui determinado grau de autonomia. A atuação dos Women's Bureau entre as décadas de 20 e 50, evidenciou as possibilidades e limitações desse tipo de atuação.

Referências



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

66th CONGRESS. *An act to establish in the Department of Labor a bureau to be known as the Women's Bureau*, jun. 1920. Public—No. 259—66th Congress, H. R. 13229. Disponível em: <<https://fraser.stlouisfed.org/title/5564>>. Acesso em: 07 set. 2023.

COBBLE, Dorothy Sue. *The other women's movement: workplace justice and social rights in Modern America*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2004.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. Publicado originalmente em 1981.

FAUE, Elizabeth. *Rethinking the American Labor Movement*. Nova York: Routledge, 2017.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. *Os direitos das mulheres – organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. 2016. 198 f. (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP), Campinas. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ifch/direitos-mulheres-organizacao-social-legislacao-trabalhista-entreguerras-brasileiro-1917-1937-0>>. Acesso em: 07 set. 2023.

HENDRICKSON, Mark. *Gender research as labor activism: the Women's Bureau in the New Era*. *The Journal of Policy History*, Pensilvânia, v. 20, n. 4, out. 2008, p. 482-515. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/jph.0.0025>>. Acesso em: 07 set. 2023.

KESSLER-HARRIS, Alice. *In pursuit of equity: women, men, and the quest for economic citizenship in 20th-century America*. Nova York: Oxford University Press, 2001.

LAUGHLIN, Kathleen Anne. *Backstage activism: the policy initiatives of the Women's Bureau of the U.S. Department of Labor in the Postwar Era, 1945-1970*. 1993. 260 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Ohio State University, Ohio.

MILKMAN, Ruth. *On gender, labor, and inequality*. Urbana: University of Illinois Press, 2016.

SKOCPOL, Theda. *Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

WOMEN'S BUREAU, United States Department of Labor. *Negro women war workers*, n. 205. Washington: U. S. Government Printing Office, 1945. Disponível em: <<https://fraser.stlouisfed.org/title/negro-women-war-workers-5477>>. Acesso em: 07 set. 2023.

WOMEN'S BUREAU, United States Department of Labor. *The outlook for women in Chemistry*, n. 223-2. Washington: U. S. Government Printing Office, 1948. Disponível em: <<https://fraser.stlouisfed.org/title/5494/item/539678>>. Acesso em: 07 set. 2023.

WOMEN'S BUREAU, United States Department of Labor. *The outlook for women in Architecture and Engineering*, n. 223-5. Washington: U. S. Government Printing Office, 1948. Disponível em: <<https://fraser.stlouisfed.org/title/5494/item/539681>>. Acesso em: 07 set. 2023.

WOMEN'S BUREAU, United States Department of Labor. *1952 Handbook of facts on women workers*, n. 242. Washington: U. S. Government Printing Office, 1952. Disponível em: <<https://fraser.stlouisfed.org/title/5560/item/539710>>. Acesso em: 07 set. 2023.



American women's ministry? Women's bureau, gender and female labor in the immediate post-war period

Abstract: After much pressure and political lobbying from unions and women's organizations, on June 5, 1920, the US Congress issued a public order creating the Women's Bureau within the U.S. Department of Labor. For the first time in the country's history, a federal agency dedicated exclusively to the welfare and interests of working class women was created. Since its inception, the Women's Bureau has dedicated itself to fighting for women's labor rights, and it is not uncommon for it to also call for economic, political, civil and social rights. It has also produced extensive studies - many unpublished - and collected data on the situation of female labor, published in the form of bulletins, pamphlets, reports, speeches and more. During the first half of the 20th century, the Women's Bureau was a meeting point for labor leaders and working class women, presenting itself as an alternative to the elitist, white feminist movements of the time. With ambiguous origins, on the one hand the Women's Bureau was an ally of women's unions and political and professional organizations; on the other, it was a federal agency subordinate to the interests of the president of the country and the U.S. Department of Labor. In the immediate post-war period, the agency presented a political and labor discourse that did not challenge the hierarchical and oppressive order of gender and race in American society, and even reiterated some gender stereotypes and biological essentialisms. At the same time, however, the agency defended equal rights for women and men, regardless of gender and race, and adopted a scientific discourse that deconstructed biological determinisms through technology and science. Despite the controversies, the Women's Bureau is undoubtedly an example of feminist activism in the government sphere, and of how to claim rights through the oppressor's mechanisms of control and exploitation.

Keywords: Women's Bureau. Post-war. Women's Bureau. Women workers. USA.



PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA E SUAS DIFICULDADES: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E CHILE

Ana Luiza Camargo Colaço¹
Júlia Schuster Strack²
Joana Maria Pedro (orientadora)³

Resumo: Nos países do Cone Sul, as mulheres têm enfrentado dificuldades e barreiras para se inserirem no campo político. A legislação em países como o Brasil e o Chile estabelece uma porcentagem mínima de candidaturas femininas e reserva de vagas para as mulheres com o sistema de Lei de Cotas de Gênero. Porém isso não assegura que as mulheres participem ativamente de espaços decisivos de poder. A fim de corresponderem às Leis de Cotas, partidos considerados de centro, centro-direita e direita buscam atrair mais mulheres para ganharem mais visibilidade na política. Porém, há casos em que os partidos se utilizam das candidaturas femininas “laranjas” como forma de burlar a lei. Entrevistas de senadoras e deputadas federais eleitas revelam que, mesmo com o apoio partidário, as mulheres ainda sofrem com ataques quando chegam ao parlamento, muitas vezes vindo do próprio partido. A partir de dados levantados, o subfinanciamento também é um dos problemas que dificulta a eleição de mulheres na política, impactando, conseqüentemente, a representação feminina nas tomadas de decisões. Visto isso, é necessário reiterar que o crescimento lento de mulheres na política não se dá pela ineficácia da Lei de Cotas, mas por uma série de fatores, como a falta de apoio financeiro e social. Este artigo é resultado da Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) da UFSC.

Palavras-chave: Lei de cotas; mulheres na política; feminismos; financiamento de campanha.

Introdução

As mulheres do Cone Sul têm enfrentado barreiras no campo político. Sendo alvo de violências políticas de gênero, enfrentam inúmeras dificuldades para a inserção e a manutenção na vida política. Nesse sentido, inúmeras iniciativas têm sido tomadas visando maior presença das mulheres em cargos eletivos. Na Argentina, entre 1994 e 1998, por exemplo, um periódico chamado “Mujeres em Política” discutiu especialmente a presença das mulheres na política, chegando a

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). <http://lattes.cnpq.br/6514278440004265>

² Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). <http://lattes.cnpq.br/4296796493198364>

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Itajaí, mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Fez pós-doutorado na França, na Université d'Avignon e também nos Estados Unidos, na Brown University. <http://lattes.cnpq.br/0818383116633579>



organizar um seminário, em 1994. Deste evento, participaram representantes de diferentes países da América Latina, onde foram discutidas formas de superar as dificuldades e permitir a eleição de mulheres; como realizar a campanha eleitoral, os discursos, a procura de fundos e a elaboração de estratégias para conhecer e superar os obstáculos a serem enfrentados em um ambiente predominantemente masculino e patriarcal, que impede o avanço de mulheres em cargos políticos, como o não-cumprimento da lei de cotas, as “candidaturas laranjas”, e o subfinanciamento de campanhas de mulheres em relação aos homens. Temos utilizado, como embasamento as bibliografias que dialogam com o tema sobre a presença de mulheres na política e o financiamento de suas campanhas, como as obras dos autores Daniel Zovatto (2005), Teresa Sacchet e Bruno Wilhelm Speck (2012), Gerson Scheidweiler (2021), Luis Felipe Vergara e Victoria Libertad Rojas (2021). Ademais, utilizaremos como fontes históricas para essa apresentação no Gt: 1) o periódico *Mujeres en Política*; 2) entrevistas com mulheres eleitas no Chile; 3) dados coletados no *site* do Serviço Eleitoral do Chile desde o final dos anos 80 sobre a presença de mulheres eleitas como deputadas e senadoras no país.

Desenvolvimento

No seminário organizado pelo periódico “*Mujeres em Política*” (1994), foram convidadas palestrantes para discutir um ponto decisivo para qualquer candidata: a campanha eleitoral. Essa questão tem sido abordada por inúmeras pesquisadoras, como fazem Sacchet e Speck no texto reproduzido abaixo (2012):

“As campanhas eleitorais dependem fortemente de recursos financeiros. Sem recursos financeiros torna-se difícil para os candidatos realizarem suas atividades de campanha como, por exemplo, deslocar-se até diferentes localidades para discutir programas e apresentar sua candidatura, reunir equipes de trabalho visando a organização da campanha e a elaboração de propostas de governo, produzir material publicitário, e fazer pesquisa junto ao eleitorado para avaliar os rumos da campanha. Neste sentido, recursos financeiros viabilizam as candidaturas e aumentam as chances de sucesso nas urnas.” (Sacchet; Speck, 2012, p. 183).

Logo, para viabilizar as atividades mencionadas, é necessário o acesso a recursos financeiros, já que as empresas de publicidade, por exemplo, assim como empresas de marketing, gráficas, emissoras e jornais, operam segundo uma lógica de mercado (Scheidweiler, 2021). Dessa forma, a campanha eleitoral é um momento decisivo, em que se definem as chances da candidata ser ou não eleita. Logo, a falta de financiamento das campanhas de candidatas influencia diretamente na falta de representação de mulheres eleitas no Brasil e no Chile. É importante ressaltar, também, as

“candidaturas laranjas”, criadas pelas coligações partidárias, nas quais as mulheres apenas emprestam os seus nomes para o cumprimento da Lei de Cotas, porém não são eleitas. Assim, o dinheiro recebido pelo partido para o financiamento da candidata é, muitas vezes, usado para financiar a campanha de homens. Nesse sentido, evidencia-se que, apesar de necessária, a Lei de Cotas não garante a representatividade de mulheres em cargos políticos em ambos os países.

No Brasil, durante a década de 1990, a primeira lei de cotas foi aprovada: a Lei Nº 9.100/1995⁴ determinou que no mínimo 20% das vagas de cada partido ou coligação para deputado federal deverão ser preenchidas por candidaturas femininas ao legislativo municipal (Colaço, 2022). Em 1997, a Lei Nº 9.504⁵ expandiu o mínimo de candidaturas reservadas para mulheres para 30%. Porém, o número de mulheres que ocupam cargos políticos ainda é baixo, como podemos observar nos Gráficos 1 e 2:

Gráfico 1

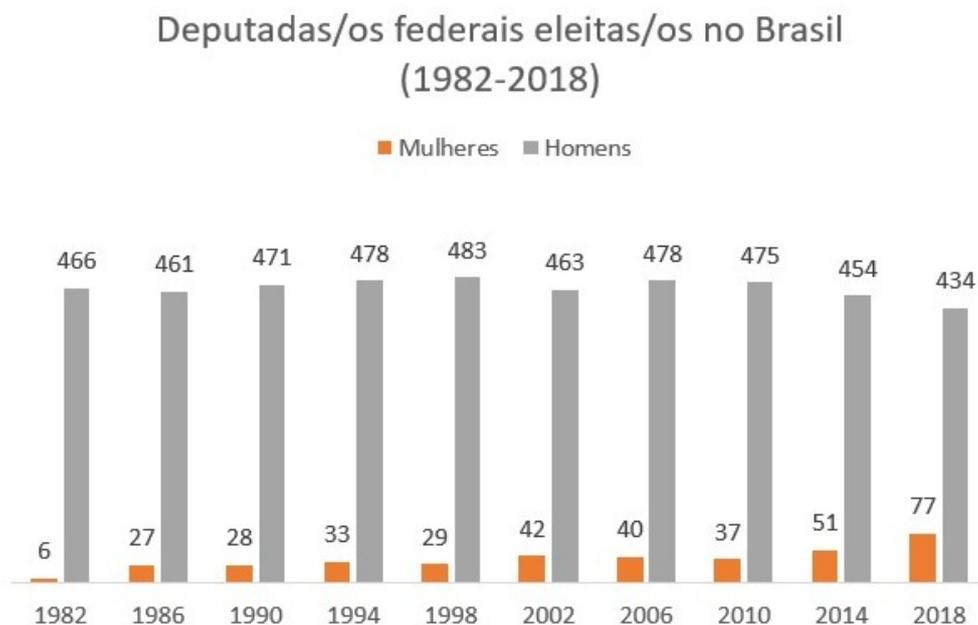


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: Serviço Eleitoral do Brasil.

Gráfico 2

⁴ Lei Nº 9.100. (Brasil, 1996). https://oig.cepal.org/sites/default/files/1995_lei9100_bra.pdf

⁵ Lei N 9.504 (Brasil, 1997). https://oig.cepal.org/sites/default/files/1997_lei9504_bra.pdf

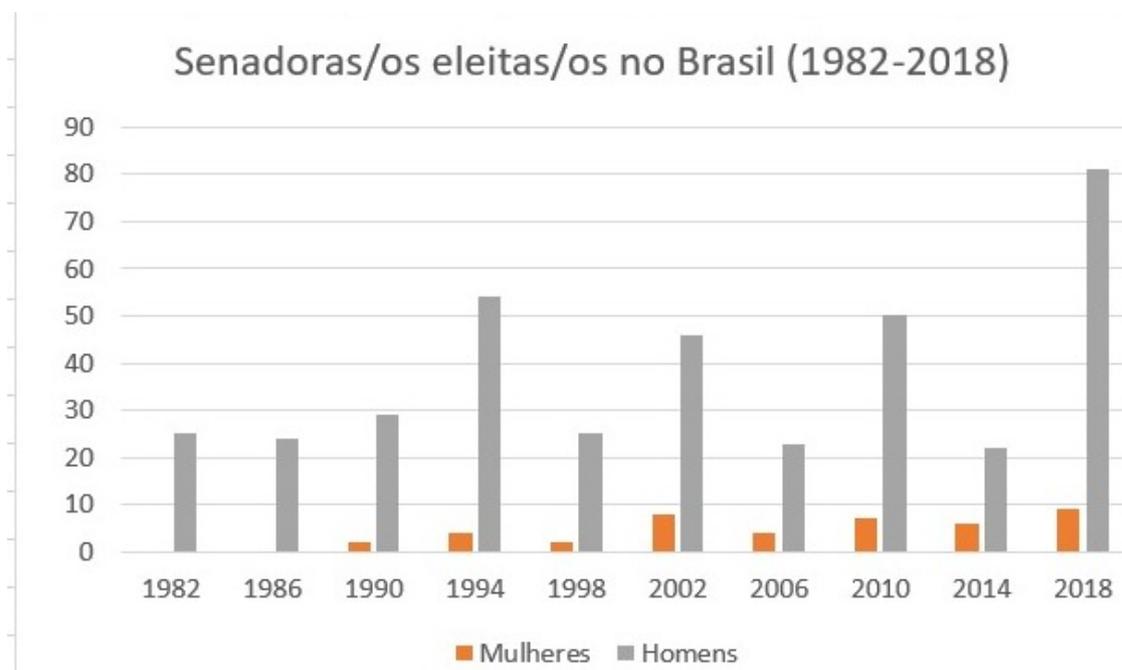


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: Serviço Eleitoral do Brasil.

Ao analisar os Gráficos 1 e 2, percebemos que o número de mulheres eleitas no Poder Legislativo permaneceu baixo na Câmara de Deputados, mesmo após a aprovação da primeira lei de cotas. No Gráfico 2, podemos ver que os números de mulheres eleitas para o Senado subiram razoavelmente durante os anos de eleições, dado em conta que a Lei de cotas de gênero não está inclusa para senadores. Ao analisarmos o Gráfico 1 e 2, especialmente no ano de 2018, percebemos que a Câmara de Deputados tem apenas 14,7% de mulheres eleitas. Já no Senado, o número é ainda menor, com 12,5% de senadoras. O número mais baixo de todo o Cone Sul, tanto na Câmara de Deputados quanto no Senado. Concluimos que o legislativo brasileiro é o mais masculino de todo o Cone Sul, como vamos mostrar ao longo desta pesquisa ao analisar os dados dos demais países da região, através da bibliografia.

Por outro lado, o Brasil elegeu, pela primeira vez na história do país, uma presidenta, representando uma conquista significativa do movimento feminista brasileiro. Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) foi eleita como Presidenta do Brasil no ano de 2010 e sofreu golpe de Estado, que recebeu, em 2016, o nome de processo de impeachment, por supostas pedaladas fiscais. No ano de 2023, o Tribunal Regional Federal (TRF) excluiu Dilma do processo de impeachment, que foi arquivado “por falta de fundamentação das acusações” (CNN BRASIL, 2023).

As barreiras e dificuldades para as mulheres na vida política, são muitas, tanto para a inserção na vida política, em que as dificuldades se apresentam através das “candidaturas laranjas”, como nas dificuldades de financiamento impostas pelo próprio partido, como é o caso, também, de outros países do Cone Sul; quanto para a manutenção da própria vida política, visto que as mulheres, mesmo ao ocupar cargos de poder, encaram dificuldades em se manter em um ambiente hostil, masculino e patriarcal. Dilma Rousseff, Marielle Franco (PSOL), que foi assassinada a tiros em 2018 por questões políticas, além de inúmeras outras mulheres em cargos políticos, sofreram violência política de gênero.⁶ Como citam os pesquisadores em seus estudos sobre a participação política de mulheres na América Latina: “[...] o Brasil apresenta um dos piores resultados quanto à presença de parlamentares mulheres.” (Spohr, Maglia; Machado; Oliveira, 2016, p. 432) Nesse sentido, é importante ressaltar que o Brasil é considerado um dos piores países na questão de eleger mulheres no Cone Sul.

Evidencia-se que, no **Chile**, desde a redemocratização do país, o número de mulheres eleitas permaneceu, também, muito baixo, representando apenas 16% da Câmara dos Deputados e 15% do Senado chileno.

Gráfico 2

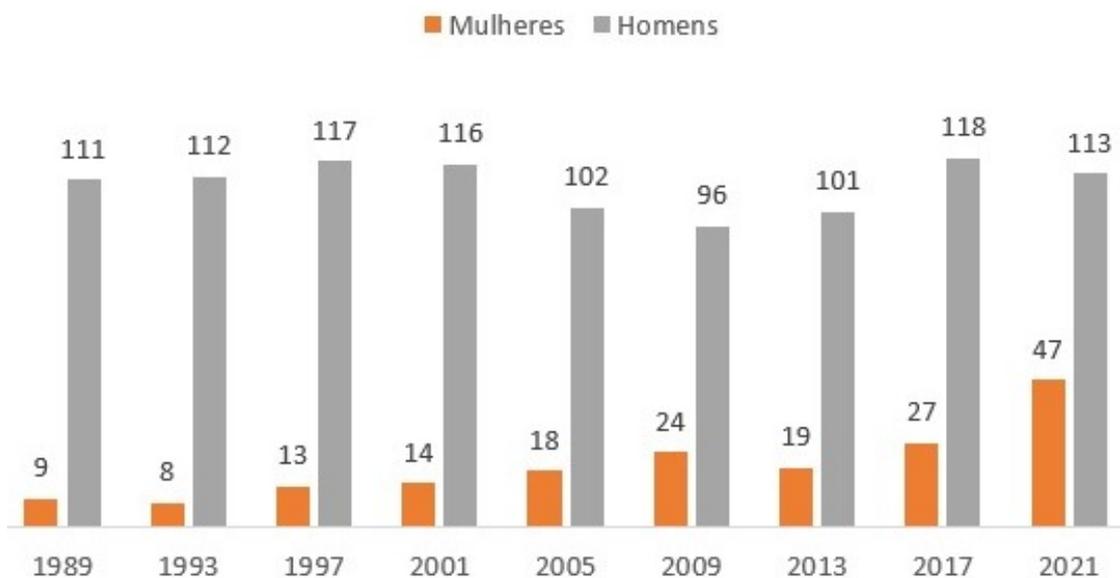


Fonte: elaborado pela autora, com dados do Serviço Eleitoral do Chile.

⁶ A violência política de gênero pode ser definida como um ato de silenciamento de candidatos e eleitos devido ao seu gênero, podendo ocorrer também ameaças físicas e/ou psicológicas, ofensas e injúrias, restringindo o exercício de participação política nos espaços públicos.

Gráfico 3

Deputadas(os) eleitas(os) no Chile (1989-2021)



Fonte: elaborado pela autora, com dados do Serviço Eleitoral do Chile.

Ao analisarmos os Gráficos 1 e 2 com os dados de todos os eleitos como senadores e deputados no Chile, de 1989 a 2021, constatamos que, em comparação ao número de homens, o número de mulheres eleitas variou conforme se era a Câmara de Deputados ou o Senado. Como demonstrado no Gráfico 1, no ano de 2001, foram eleitos 18 senadores homens e nenhuma mulher. Porém, ao analisarmos o Gráfico 2, houve um aumento significativo no ano de 2021, o ano em que foi alcançado o maior número de mulheres eleitas como deputadas na história do Chile, representando quase metade da Câmara de Deputados. Esse aumento se deu após a publicação da Lei 20.840/2015⁷, que determinou que nem os candidatos homens, nem as candidatas mulheres poderiam superar 60% do total de candidaturas para deputado ou senador. No Senado, houve um aumento mínimo. Dois anos antes da lei ter sido aprovada, havia quatro mulheres ocupando cargos políticos. Já em 2017, dois anos após a sua publicação, seis candidatas foram eleitas. Hoje o Senado chileno conta com apenas quatro mulheres, o mesmo número de senadoras antes da publicação da Lei de Paridade de Gênero no Congresso Nacional. Um retrocesso na representação política de mulheres na política do país.

⁷ Lei Nº 20.480/2015. Modifica a Lei Nº 18.700 e substitui o sistema eleitoral binomial por um dos caracteres proporcional inclusivo e fortalece a representatividade do Congresso Nacional. (Chile).



Em uma entrevista concedida por Lily Pérez, eleita como deputada pela primeira vez em 1997 e como senadora no ano de 2009 no Chile, ela afirmou que a questão econômica é o maior problema das mulheres e que, na década de 90, quase não tinham financiamento partidário para as suas campanhas. Segundo a ex-deputada, ao participar de reuniões, e perguntar: “quem quer ser candidato?”. Todos os homens levantavam a mão e as mulheres, uma ou duas.” (Perez, 2023). Nos perguntamos: por quê? A principal questão era, e ainda é, o dinheiro. Para conseguir fundos, era necessário pedir empréstimos no banco (para isso era necessária a assinatura dos maridos) ou ajuda financeira familiar. Assim como a ex-senadora, muitas mulheres na política denunciam o atraso do financiamento partidário e/ou financiamento insuficiente. Algumas candidatas não tinham outra opção a não ser financiar a candidatura com o próprio dinheiro. Porém, nem todas viviam a mesma realidade de quem pode pagar os custos de uma campanha. Logo, predominava (e ainda predomina) na política quem tinha poder econômico, geralmente mulheres brancas, cis-hetero e que se identificam como mulheres de direita.

No Brasil, por exemplo, há o Fundo Partidário para financiamento político através de recursos públicos, regulamentado pela Lei Nº 14.291/2022⁸, incluindo recursos financeiros destinados pela lei (Agra, 2017). No Chile, após a constante luta feminista, houve, também, uma mudança legislativa, a partir da publicação da Lei 21.261/2020⁹, que regularizou o financiamento e a propaganda das campanhas eleitorais para o Plebiscito Constituinte, proibindo, por exemplo, a doação de pessoas físicas e jurídicas, além de impor limite aos gastos e sanções para quem ultrapassar os limites estabelecidos, tornando mais justo o financiamento entre homens e mulheres.

Nesse espectro, ao abordar os obstáculos enfrentados pelas mulheres, o seminário “Mujeres en Política” abordou estratégias para contornar as dificuldades impostas no campo político. Como construir o discurso em uma campanha eleitoral? Como construir uma imagem de credibilidade? Segundo o que foi dito no seminário, ele apontou sugestões, como se pode ver no trecho abaixo:

“A ideia forte para a construção política são os seus princípios juntamente com as necessidades expressadas pela sociedade. É conveniente buscar os votos de homens e mulheres, onde se deve atender a realidade do país junto com as linhas do partido, colocando na sua proposta a “visão da mulher” (Oca; Altschul; Ibarlucia, 1994, p. 12).

⁸ Lei Nº 14.291/2022. Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão. (Brasil)

⁹ Lei Nº 21.261/2020. REFORMA CONSTITUCIONAL QUE REGULA EL FINANCIAMIENTO Y LA PROPAGANDA DE LAS CAMPAÑAS PARA EL PLEBISCITO CONSTITUYENTE. (Chile)



Ao abordar a imagem da candidata, as palestrantes sugeriram clareza e transparência, exaltando os “valores femininos”. Assim como a competitividade, a “agressividade” das mulheres é considerada inaceitável e pouco feminina pela imprensa (Oca; Altschul; Ibarlucia, 1994), que retrata mulheres assertivas na política como loucas e explosivas.

O sistema eleitoral de cada país e sua relação com o sucesso eleitoral de mulheres

O sistema binominal chegou ao fim no Chile com as reformas no sistema eleitoral em 2015, com vigência do novo sistema nas eleições de 2017. De acordo com o cientista político Carlos Fuentes, no qual explica sobre a reforma eleitoral, diz:

“Em abril de 2015, foi promulgada a lei (20.840) que modificou o sistema de representação binominal do Congresso, estabelecendo um maior grau de proporcionalidade – especialmente da Câmara Baixa. Nessa câmara, o novo sistema mudou de 60 distritos que elegiam dois deputados em cada um (120 no total) para uma composição territorial de 28 distritos que elegem de 3 a 8 deputados, a depender da população (155 deputados no total). No caso do Senado, são eleitos 2, 3 ou 5 senadores por circunscrição (15 circunscrições, totalizando 50 senadores).” (Fuentes, 2017, p. 8)

Assim, “Manteve-se o sistema de lista aberta, no qual os leitores devem votar nominalmente.” (Fuentes, 2017, p. 8). Diante disso, o Brasil e o Chile¹⁰ possuem como sistema de votação a lista aberta, onde neste sistema os eleitores votam nos candidatos e não nos partidos ou coligações. Dessa forma, os auxílios financeiros para as campanhas são enviados para os partidos e se concentram em candidatos que eles acham mais propensos a vencer as eleições, deixando em segundo plano os grupos minoritários. “Assim sendo, na medida em que não há um pré-ordenamento dos candidatos na lista que determine as suas oportunidades eleitorais, cada um deles compete individualmente pelos votos do eleitor.” (Sacchet; Speck, 2012, p. 178). Em comparação ao país argentino onde possui o sistema de lista fechada e bloqueada no qual “[...] os eleitores votam nos partidos e não nos candidatos.” (Htun, 2001, p. 227), a eficácia no sucesso eleitoral das mulheres é visível. Porém, de acordo com a pesquisadora Mala Htun, “[...] a lista fechada funciona melhor do que a lista aberta, porque o partido tem condições de controlar a inclusão da mulher na lista. Agora, se os partidos o quiserem, podem colocar mulheres nas últimas posições da lista.” (Htun, 2001, p. 230). Diante disso, vimos como o uso da lei de cotas de gênero se faz importante, pois não basta ter apenas ter a natureza de um sistema mais inclusivo se não houver leis que visam o cumprimento de tais ações. Ademais, vimos que, no Brasil e no Chile, essa perversa combinação de lista aberta juntamente com o diferente acesso aos

¹⁰ No Chile, existem listas fechadas e desbloqueadas apenas para o Senado. Já no Brasil, as listas são abertas.



recursos financeiros entre os candidatos torna o sistema de lei de cotas de gênero menos eficaz, especialmente no Brasil.

Conclusões

Através desta pesquisa observamos que o desempenho das mulheres na política no Brasil teve um aumento importante e significativo ao longo dos anos, já no Chile o aumento durante os anos de eleição para o senado não foram surpreendentes, e, para a câmara dos deputados o aumento de mulheres eleitas nos últimos dois anos foram os maiores da história do país, mesmo não se equiparando com o número de homens eleitos. No entanto, no Brasil, as mulheres ainda não conseguiram alcançar o mesmo número de homens eleitos no parlamento, sequer alcançaram os 30% estabelecido pela Lei de cotas de gênero. No caso do Chile, as cotas de gênero são voluntárias e são adotadas por apenas alguns partidos, e o seu sistema eleitoral, assim como o do Brasil, contribuiu, por muito tempo, para a baixa presença de mulheres na câmara legislativa.

Apesar das iniciativas legislativas no Brasil e no Chile com o objetivo de promover a igualdade de gênero na esfera política, os desafios persistem. A não conformidade com a Lei de cotas de cada país e a persistente disparidade na distribuição de recursos financeiros continuam a ser obstáculos significativos enfrentados pelas candidatas. Entre esses desafios, o subfinanciamento das campanhas das mulheres se destaca como um dos principais problemas, impactando de maneira direta a capacidade delas de competir em igualdade de condições. Esse cenário tem como resultado a contínua sub-representação das mulheres na política, permanecendo como um desafio importante em ambos os países.

Dito isso, é necessário compreender que a Lei de cotas de gênero não é um fator determinante para a eficácia do sucesso eleitoral de mulheres nos dois países. Vimos por exemplo na Argentina que o crescimento de mulheres eleitas foi tão significativo que até superou a Lei de Cotas de Gênero adotada em 1991, que reservava 30% das vagas nas listas de candidatos para mulheres, aumentando para 50% em 2019. (Souza, 2016, p. 265). Sendo assim, o resultado do baixo aumento do número de mulheres com o tempo está ligado a uma série de fatores. Conforme apresenta a pesquisadora Htun: “A eficácia do uso de cotas depende das instituições eleitorais e do compromisso partidário. Então, se o objetivo do legislador ou líder político é aumentar a presença das mulheres no parlamento, a mera criação de uma lei de cotas não é suficiente.” (Htun, 2001, p. 230). Dessa maneira, os fatores como o subfinanciamento de campanha; a natureza do sistema eleitoral; o cumprimento ou não da



Lei de cotas e a própria falta de incentivo dos partidos juntamente com o enraizamento histórico da figura masculina, são os principais fatores que desconsideram a participação da mulher politicamente e resultam na sub-representação das mulheres na esfera política.

Referências

AGRA, Walber de Moura. *Financiamento eleitoral no Brasil*. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/150/edicao-1/financiamento-eleitoral-no-brasil>. Acesso em: 07 mar. 2023.

ALMEIDA, Isadora Maria Gomes de. *Cotas eleitorais de gênero: análise dos debates em torno das medidas de fomento da participação feminina na política*. São Paulo. 2019. 123 p. Dissertação (Mestrado em Direitos do Estado – Direito Constitucional) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

BRASIL. *Tribunal Superior Eleitoral*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em: 01 jun. 2023;

CEPAL. *Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe*. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/leis>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CHILE. *Serviço Eleitoral do Chile*. Disponível em: <https://www.servel.cl>

COLAÇO, Ana Luiza Camargo. *Inventário de leis que buscavam atender às pautas dos movimentos de mulheres e feministas nos países do Cone Sul (1982-2012)*. Relatório de Iniciação Científica. PIBIC-UFSC, 2022.

ZOVATTO, Daniel. *Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada*. Opinião Pública, Campinas, v. 11, n. 2, p. 287-336, out. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-62762005000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/LCZbd6MjbsctTPcmmKkJsSc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FUENTES, Claudio. *As novas regras do jogo político do Chile: partidos, campanhas e probidade*. Análise, São Paulo, n. 29, p. 1-20, jun. 2017.

HTUN, Mala. *A política de cotas na América Latina*. Revista Estudos Feministas, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 225-230, 2001. FapUNIFESP (SciELO).

OCA, Zita C. Montes de; ALTSCHUL, Monique; Ibarlucia, Blanca. *Mujeres en Política*. San Isidro: Bueno Aires, v. 1, n. 1, fev. 1994. PP 4-9.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. *Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006*. Opinião Pública, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 177-197, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-62762012000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/9dSM7QLtmYmCHfsGSWmMYmq/?lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SCHEIDWEILER, G. *O Timing do Financiamento Eleitoral em Campanhas Eleitorais de Mulheres*. Compolítica, v. 11, n. 3, p. 5-28, 14 jun. 2022. Disponível em: <http://www.compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/552>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SOUZA, Cristiane Aquino de. *A eficácia das cotas eleitorais na Argentina e no Brasil*. Revista Novos Estudos Jurídicos, Itajaí, v. 21, n. 1, p. 246-268, jan./abr. 2016.

SPOHR, Alexandre Piffero; MAGLIA, Cristiana; MACHADO, Gabriel; OLIVEIRA, Joana Oliveira de. *Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada*. Revista Estudos Feministas, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 417-441, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p417>.

TORTELLA, Tiago. *Justiça mantém decisão que isenta Dilma Rousseff de "pedaladas fiscais"*. CNN BRASIL. 21 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/justica-mantem-decisao-que-isenta-dilma-rousseff-de-pedaladas-fiscais/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

VERGARA MALDONADO, L. F.; ROJAS TAPIA, V. L. . *Análisis del gasto electoral en elección parlamentaria 2017 en Chile*. Journal of the Academy, [S. l.], n. 5, p. 27-43, 2021. DOI: 10.47058/joa5.3. Disponível em: <https://journalacademy.net/index.php/revista/article/view/64>. Acesso em: 27 fev. 2023.

Women's participation in politics and its difficulties: a comparative study between Brazil and Chile

Abstract: In the Southern Cone countries, women have faced difficulties and barriers in entering the political arena. Legislation in countries such as Brazil and Chile establishes a minimum percentage of female candidates and reservations for women under the Gender Quota Law. However, this does not ensure that women actively participate in decisive spaces of power. In order to comply with the quota laws, parties considered to be center, center-right and right-wing seek to attract more women in order to gain more visibility in politics. However, there are cases in which parties use "orange" female candidates as a way of circumventing the law. Interviews with elected female senators and federal deputies reveal that, even with party support, women still suffer attacks when they reach parliament, often from within the party itself. According to the data collected, underfunding is also one of the problems that hinders the election of women in politics, consequently impacting on women's representation in decision-making. In view of this, it is necessary to reiterate that the slow growth of women in politics is not due to the ineffectiveness of the Quota Law, but to a series of factors, such as the lack of financial and social support. This article is the result of Scientific Initiation Research (PIBIC) at UFSC.

Keywords: Quota law; women in politics; feminisms; campaign financing.



PAPÉIS SOCIAIS E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Ana Quesado Sombra¹
Geórgia de Mendonça Nunes Leonardo²

Resumo: Historicamente, as relações de gênero são atravessadas por paradigmas sobre os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres, que reverberam em preconceitos, discriminações e desigualdades, bem como em expressões de violência contra a mulher, nos diversos contextos sociais. Essas concepções presentes na sociedade são também percebidas no espaço escolar, nos discursos, práticas pedagógicas e conteúdos didáticos que naturalizam a hierarquia nas relações entre homens e mulheres, e legitimam a desigualdade de gênero. Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada por meio de buscas nas bases de dados SciELO e Periódicos CAPES. Foram selecionados artigos publicados de janeiro de 2010 a agosto de 2020, objetivando investigar como a escola tem dialogado sobre os papéis sociais de gênero, baseados no modelo de masculinidade hegemônica, e como tais estereótipos contribuem para a reprodução e naturalização da desigualdade de gênero nas relações sociais entre homens e mulheres no espaço escolar. Para vislumbrarmos mudança no atual cenário, é essencial reconhecer a escola como lócus de transformação social, que se dá por meio de reflexão e consciência crítica. Cabe à escola utilizar estratégias que visem a problematizar as questões de gênero e ressignificar os paradigmas sociais que geram a desigualdade de gênero. Ademais, salientamos a importância da participação do poder público na promoção de formação docente sobre a temática gênero e diversidade, e proposição de políticas públicas que favoreçam a participação efetiva das mulheres, a fim de garantir uma educação para a equidade de gênero, com vistas ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e digna.

Palavras-chave: Papéis Sociais; Relações de Poder; Desigualdade de Gênero; Escola.

Introdução

A violência contra a mulher é considerada um problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos das mulheres. Em 2019, a segunda edição da pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto Datafolha, revelou que 16 milhões de mulheres brasileiras, com 16 anos ou mais, haviam sofrido algum tipo de violência nos últimos 12 meses. Essa pesquisa demonstrou ainda que 42,6% das mulheres mais jovens, entre 16 e 24 anos, apresentaram maior vulnerabilidade a situações de violência. Outro dado importante encontrado na pesquisa, diz respeito à autoria dos episódios mais

¹Especialista em Estratégias de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, ESP/Ceará. anaquesado.ce@gmail.com

²Mestra em Nutrição e Saúde pela Universidade Estadual do Ceará. georgialeonardo@gmail.com



graves de violência relatados, indicando que, em 76,4% dos casos, o agressor era conhecido da vítima (FBSP, 2019).

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), a desigualdade de gênero figura entre os principais fatores associados ao aumento do risco de incidência da violência contra a mulher (OPAS, 2019). Tal afirmativa aponta para a importância de se ressignificar as relações sociais de gênero, uma vez que estas são atravessadas pelas concepções do sistema patriarcal, objetivando romper as estruturas que naturalizam a hierarquia nas relações entre homens e mulheres, e legitimam a desigualdade de gênero, que é raiz da violência contra a mulher. No Brasil, a despeito de todos os avanços trazidos pela Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, este fenômeno continua sendo cada vez mais frequente no cotidiano das mulheres, e, portanto, exige a criação de políticas públicas efetivas de enfrentamento e prevenção.

Para Saffioti (2004, p. 71), a desigualdade “é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência”. Ainda de acordo com a autora,

[...] qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. Ela é passível de superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade (SAFFIOTI, 2009, p. 14).

Como pode ser observado, por se tratar de um comportamento culturalmente apreendido, entende-se que a desigualdade de gênero seja passível de desconstrução, o que evidencia a necessidade de se promover reflexões sobre as relações sociais entre homens e mulheres, visando à sua ressignificação e, conseqüentemente, à promoção da equidade de gênero.

Em sua obra *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Scott (1990) traz uma discussão sobre os diversos usos do termo gênero, dentre eles, a designação das relações sociais entre os sexos, contrária às explicações biológicas como fator legitimador das desigualdades entre homens e mulheres. Nesse sentido,

[...] o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1990, p.72).

Corroborando este pensamento, Auad (2018, p.21) afirma que “as relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construídas em cada sociedade, ao longo de sua história para atribuir significados, símbolos e diferenças para cada um dos sexos”. Assim, infere-se que essas construções sociais naturalizam a hierarquia instituída historicamente nas relações sociais entre homens e mulheres e legitimam a desigualdade de gênero, que é fator determinante da violência contra a mulher. A autora ainda ressalta que

quando começamos a considerar as relações de gênero como socialmente construídas, percebemos que uma série de características consideradas ‘naturalmente’ femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. Essas relações vão ganhando a feição de ‘naturais’ de tanto serem praticadas, contadas, repetidas e recontadas. Tais características são, na verdade, construídas, ao longo de anos e dos séculos, segundo o modo como as relações entre o feminino e o masculino foram se engendrando socialmente (AUAD, 2018, p. 19).

Sobre os papéis sociais convencionalmente atribuídos ao masculino e ao feminino, Louro (2000, p.12) diz que “ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina”. Nesse mesmo sentido, Biroli (2018) ensina que

embora exista uma pluralidade de arranjos na realidade cotidiana das pessoas, as formas institucionalizadas de organização da vida definem vantagens ao valorizá-los desigualmente e reconhecê-los seletivamente. Com isso, induzem preferências. Nesse processo, produzem-se vivências e estereótipos que controlam e regulam as relações e os sujeitos (BIROLI, 2018, p. 115).

Ainda citando a autora acima, essas discriminações produzem sofrimento e comprometem a integridade de crianças e adolescentes, daí a necessidade de um ensino voltado ao respeito e igualdade, a fim de que estes gozem de um ambiente que não normalize a violência e os preconceitos, mas que os confronte. Nesse contexto, Biroli (2018, p. 129) afirma que “a escola desempenha papel fundamental na formação, podendo ativar concepções democráticas de vida ou reforçar preconceitos”. Do exposto, depreende-se a importância de problematizar os papéis sociais de gênero como uma construção social e cultural, considerando sua relação com a produção, reprodução e naturalização da desigualdade de gênero no espaço escolar.

AUAD (2018, p.77) cita que a escola, “como outras instituições sociais, ressalta e utiliza as diferenças e transforma-as em desigualdade”, evidenciando a necessidade de refletir sobre esta temática no espaço escolar, uma vez que nele se refletem de diversas maneiras os problemas, conflitos e ideologias da sociedade, de tal modo que se constitui espaço de reprodução das relações de poder, reiterando as desigualdades em seu cotidiano (BOURDIEU; PASSERON, 1992).



BOURDIEU (2002, p. 53) explica que um dos mais importantes fatores de transformação desta realidade relaciona-se “com a transformação decisiva da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais como o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares”.

A escola é reconhecida como um lugar onde estão presentes diversos discursos, que podem reproduzir a ideologia dominante (FARIA, 2008), mas é também um espaço onde se dá a educação que, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana e socialmente justa” (BRASIL, 2017), o que demonstra a relevância do estudo do tema. Nesse sentido, esta investigação buscou contribuir para fomentar reflexões acerca dos papéis sociais de gênero, como construção sociocultural, os quais se fundamentam no modelo de masculinidade hegemônica, e sobre a desigualdade de gênero como fator estruturante da violência contra a mulher, buscando promover a equidade nas relações sociais entre homens e mulheres no espaço escolar.

Portanto, a presente pesquisa partiu do pressuposto de que as representações sociais dos comportamentos historicamente atribuídos ao masculino e ao feminino repercutem na escola, reproduzindo e naturalizando a desigualdade de gênero nas relações sociais entre homens e mulheres, e, conseqüentemente, perpetuando os padrões de masculinidade hegemônica no espaço escolar. Nesse contexto, a escola emerge como reprodutora da ideologia dominante, fortalecendo o sistema opressor enraizado histórica e culturalmente na sociedade, o qual é, muitas vezes, incorporado ao currículo e às práticas escolares (SILVA, 2009).

O interesse pela temática surgiu a partir da observação das relações sociais estabelecidas no cotidiano escolar que, de modo velado ou explícito, são permeadas de valores e crenças discriminatórias e excludentes, que acabam cerceando a participação das mulheres em alguns espaços sociais.

O desenvolvimento desta pesquisa se justifica pela relevância do estudo do tema, uma vez que a desigualdade de gênero perpassa historicamente a sociedade, e reverbera nas instituições, dentre elas, a escola, manifestando-se, entre outras formas, por meio de baixas expectativas, desigualdade de acessos, de oportunidades e escolhas, que geram impactos negativos à trajetória das mulheres e reforçam ainda mais a estrutura que as oprime, apontando para a necessidade de serem criados na escola espaços de diálogo e reflexão sobre as diversas manifestações de preconceito, discriminação e ideias de subalternidade feminina, com vistas à construção de uma educação para a equidade.



Nesse sentido, esta revisão objetivou investigar como a escola tem dialogado sobre os papéis sociais de gênero, baseados no modelo de masculinidade hegemônica, e como tais estereótipos contribuem para a reprodução e naturalização da desigualdade de gênero nas relações sociais entre homens e mulheres no espaço escolar.

Metodologia

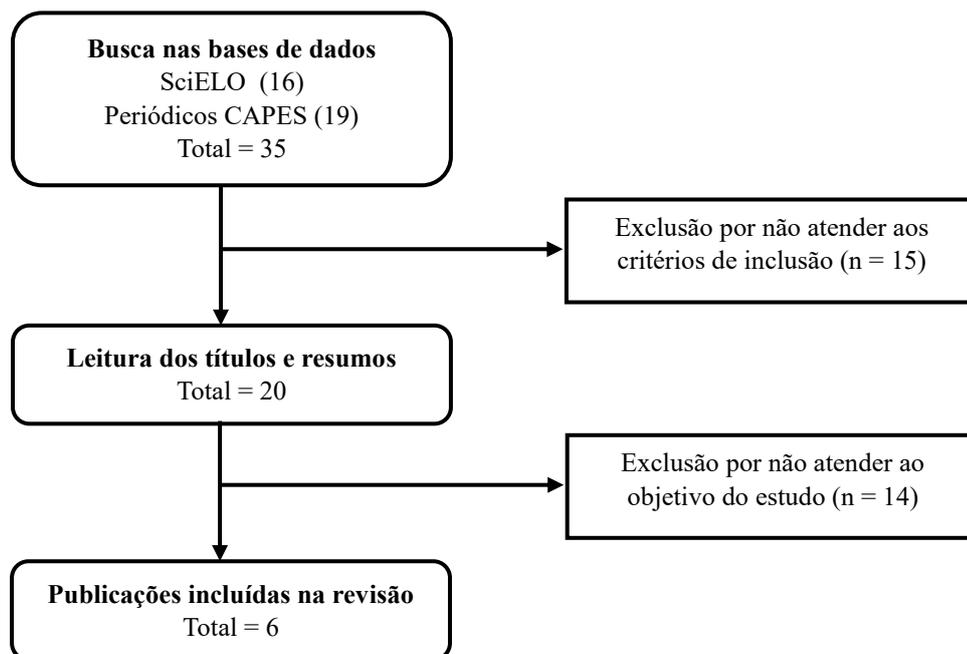
Trata-se de uma pesquisa de caráter teórico, realizada por meio de uma revisão bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de artigos científicos (GIL, 2008).

Para a elaboração desta revisão, foram seguidas as etapas: 1) busca nas bases de dados bibliográficas; 2) leitura das publicações selecionadas e realização de fichamentos; 3) apresentação da síntese e 4) discussão dos resultados obtidos.

A partir da questão norteadora: Como a escola tem dialogado sobre os papéis sociais de gênero, baseados no modelo de masculinidade hegemônica? Foram realizadas buscas nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e nos Periódicos CAPES, a partir da combinação dos descritores definidos para esta revisão, com a utilização do descritor booleano “AND”. Os descritores utilizados foram: “Papéis Sociais”, “Relações de Poder”, “Desigualdade de Gênero” e “Escola”, conforme os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

As buscas e a seleção de artigos ocorreram no período de setembro a outubro de 2020. Incluíram-se nesta pesquisa artigos publicados no período de janeiro de 2010 a agosto de 2020, escritos em língua portuguesa, com texto disponível na íntegra e de livre acesso. Foram excluídas as publicações repetidas na busca inicial, as que discutiam, isoladamente, uma das variáveis envolvidas ou que fugiam ao tema proposto, que inviabilizassem o alcance dos objetivos do estudo (Figura 01).

Figura 01: Fluxograma de seleção das publicações incluídas na revisão.



FONTE: autoras da pesquisa.

Após a conclusão das buscas nas bases de dados, foi realizada a leitura dos títulos e resumos das publicações, para a seleção dos estudos elegíveis, com base nos critérios de inclusão e exclusão previstos.

Para a coleta dos dados, foram extraídas as seguintes informações das publicações incluídas nesta revisão e que foram inseridas em fichamentos: nome do(s) autor(es), data de publicação, tipo de estudo; objetivos e principais resultados encontrados. As informações foram sintetizadas e serão apresentadas no Quadro 1.

Posteriormente, realizou-se uma análise de conteúdo qualitativa, consistindo na leitura, interpretação e codificação dos dados coletados, com o objetivo de responder ao objetivo da pesquisa.

As informações inicialmente foram organizadas a partir da ordem cronológica de publicação dos artigos. Em seguida, foram categorizadas a partir do foco abordado: a pesquisa que analisou como os conceitos de igualdade, diferença, identidade, classe e gênero são tratados no ambiente escolar evidenciou a presença de concepções hegemônicas, fundadas em aspectos biológicos, sociais e



culturais; os estudos que analisaram os estereótipos de gênero sob a ótica das aulas de educação física encontrou alguns elementos que deram conta da crença em uma suposta inferioridade e incapacidade feminina para a realização de determinadas atividades durante as aulas de Educação Física; as análises sobre a abordagem dos estereótipos femininos nos materiais didáticos utilizados na escola demonstraram a necessidade de discussão sobre o tema, por reproduzirem preconceitos e desigualdades; por último, a pesquisa que apresentou a relevância de incorporar as temáticas de gênero e sexualidade no currículo escolar demonstrou que apesar da necessidade de levar à escola a reflexão sobre gênero e sexualidade, numa perspectiva de construção social, esta é incompatível com alguns segmentos, tais como os religiosos e políticos, que a veem como uma ameaça à ordem familiar.

Apresentação dos resultados e discussão

A amostra da pesquisa consistiu em seis publicações alinhadas ao objeto de estudo, classificadas em três categorias: quanto ao tipo de estudo, ano de publicação e objetivos. Quanto ao tipo de estudo, uma pesquisa trata-se de estudo de caso (16,6%), uma se utilizou de pesquisa documental (16,6%), uma fez uso de pesquisa documental associada a estudo de caso (16,6%) e três utilizaram pesquisa bibliográfica (50%), demonstrando a preferência dos pesquisadores por esse tipo de estudo, durante o período pesquisado.

Referente ao ano de publicação: um artigo foi publicado em 2014 (16,6%), um no ano de 2015 (16,6%), um em 2017 (16,6%), e três no ano de 2018 (50%), podendo-se inferir que houve um crescente interesse pelo objeto de pesquisa nos últimos anos. Ainda assim, os resultados obtidos servem como subsídio para fomentar uma reflexão acerca da necessidade de pesquisas sobre o tema serem realizadas com maior frequência, uma vez que apontaram para a escassez de produções científicas nos últimos dez anos.

Quanto aos objetivos, todas as seis publicações têm caráter exploratório. Dentre elas, duas (33%) investigaram a desigualdade de gênero na perspectiva das aulas do componente curricular de Educação Física, outras duas (33%) analisaram as relações e representações de gênero presentes em materiais e livros didáticos de língua portuguesa, uma (16,6%) abordou a necessidade de inclusão dos conteúdos relativos a gênero e à sexualidade no currículo escolar, à luz do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, e uma (16,6%) versou sobre os conceitos de igualdade, diferença,

identidade, classe e gênero que permeiam o espaço escolar, bem como acerca da necessidade de refletir sobre eles.

No Quadro 01, a seguir, será apresentada uma síntese dos artigos selecionados para a composição da amostra desta pesquisa.

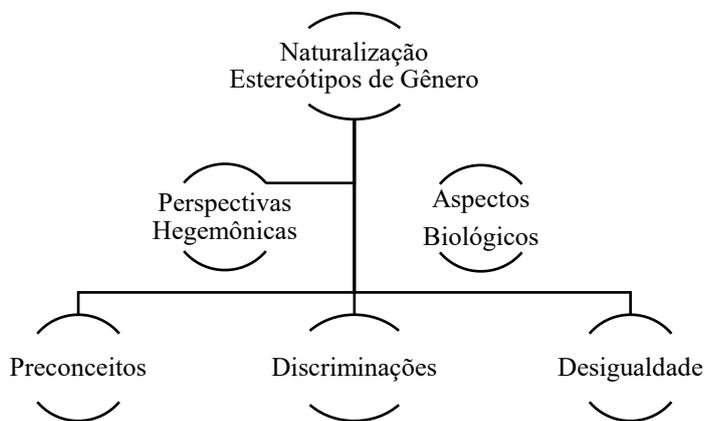
Quadro 01: Síntese dos artigos incluídos na revisão bibliográfica. Fortaleza/ CE, 2021.

| AUTORIA/ANO | OBJETIVO | TIPO DE ESTUDO | PRINCIPAIS RESULTADOS |
|-------------------------------|---|---|--|
| MONTEIRO, 2017. | Discutir a construção identitária e sua relação com as aulas de Educação Física, valendo-se de significados construídos por estudantes. | Estudo de caso. | Os resultados demonstraram que há uma naturalização dos aspectos relativos ao desempenho dos/as alunos/as durante as aulas, e aos seus gostos individuais, baseada em conceitos biológicos e deterministas, desconsiderando os aspectos culturais das relações sociais. |
| ALVES; CECCHIM; FRIZZO, 2018. | Analisar as expressões da desigualdade de gênero nas aulas de Educação Física na escola, tendo como objeto de investigação um estudo realizado em duas escolas públicas de educação básica no município de Pelotas-RS. | Pesquisa documental e estudo de caso. | A pesquisa revelou que a perspectiva hegemônica nas aulas de Educação Física reproduz as desigualdades da sociedade em geral, identificando elementos que retratam algumas expressões da desigualdade de gênero e opressão às mulheres, tais como: assédio e violência. |
| BRANDÃO; LOPES, 2018. | Discutir as premissas que regem o debate público na sociedade brasileira sobre a inclusão dos conteúdos relativos ao gênero e à sexualidade no PNE. | Pesquisa socioantropológica documental. | A pesquisa encontrou dois aspectos: o primeiro ressalta a importância de integrar o debate sobre gênero e sexualidade na socialização escolar; já o segundo sustenta que a discussão sobre gênero e sexualidade ameaça a ordem familiar. |
| CUNHA; SILVA, 2018. | Problematizar a questão de gênero na construção discursiva do livro Tosco, textual e imagética, entendendo que moralidades e valores ali expressos podem não suscitar discussões, mas consolidar preconceitos e desigualdades de gêneros. | Pesquisa bibliográfica. | A análise comprovou que a personagem “mãe” é apresentada como uma mulher inconsequente, guiada por seus impulsos e paixões, com baixa autoestima, e desordem emocional, replicando uma dinâmica familiar violenta. Repetidas situações protagonizadas pela personagem feminina acabam promovendo o seu desgaste e uma espécie de preservação da figura masculina às avessas, demonstrando que a ausência do pai é menos nociva do que a presença da mãe. |
| FERREIRA, 2014. | Discutir os conceitos de igualdade, diferença, identidade, classe e gênero na perspectiva de refletir e entender como estes | Pesquisa bibliográfica. | As discussões chamaram a atenção para a complexidade que envolve as relações de classe e de gênero enquanto relações socioculturais e de poder, construídas historicamente, |

| | | | |
|---------------------------|--|-------------------------|--|
| | conceitos marcam a construção da identidade tendo a escola como lócus. | | apontando para um campo de tensão existente nos grupos humanos, com marcas de sub-representação social, embasadas em preconceitos, discriminações e desigualdades. |
| LEDO; MARCUSCHI, 2015. | Investigar as representações de gênero social veiculadas em livros didáticos de língua portuguesa. | Pesquisa bibliográfica. | Os resultados obtidos revelaram que as diversas representações veiculadas nos dois livros didáticos de língua portuguesa podem (re)construir e ajudar a perpetuar e naturalizar relações de desigualdade que são geradas por questões de poder, e não por razões biológicas de qualquer tipo, como as de gênero. |

As relações de gênero têm sido marcadas historicamente pela hierarquia entre homens e mulheres, que resulta na desigualdade e violência de gênero. Para Pasinato (2016, p.230), “existe um continuum de atos de violência, definido como consequência de um padrão cultural que é aprendido e transmitido ao longo de gerações”, o que evoca a necessidade de mudanças estruturais na sociedade.

Figura 02: Resultado obtido no estudo de Ferreira (2014):

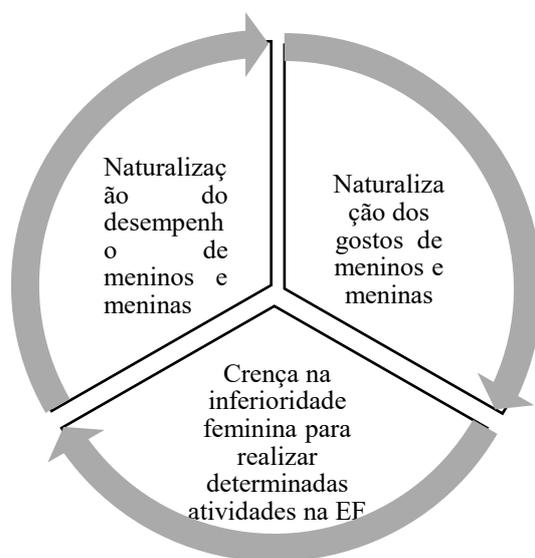


FONTE: autoras da pesquisa

Nesse sentido, Osterne (2020, p. 46), apud Chauí (1995), traz que “a naturalização das determinações sociais e históricas é o recurso privilegiado da ideologia, da mesma forma que a aceitação dessa naturalização sempre foi fundamental para a aceitação da violência como não-violência”. Ainda nesse cenário, Louro (2000, p. 16) cita a escola como uma das instâncias sociais

que “realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas”.

Figura 03: Resultado da pesquisa de Monteiro (2017):



FONTE: autoras da pesquisa.

Nesse cenário, Corsino e Auad (2017, p. 335) ressaltam que “homens e mulheres passam por determinado adestramento do corpo, e até mesmo do seu comportamento, já na infância, se estendendo para a adolescência”. Os autores ainda afirmam que “há uma educação que molda seus corpos de modo que seus comportamentos correspondam ao que é esperado (no interior das normas de gênero)”.

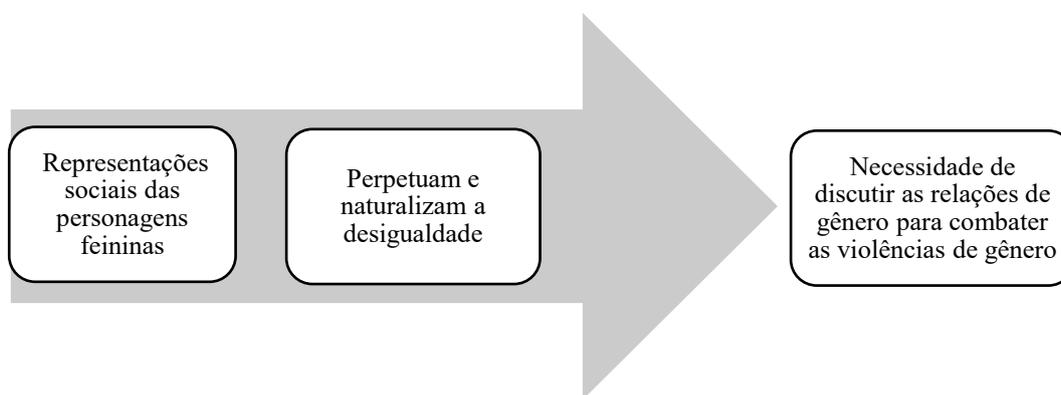
Ainda nesse sentido, o estudo de Alves; Cecchim e Frizzo (2018) apontou que percepções hegemônicas cristalizadas nas instituições de ensino foram facilmente percebidas em elementos e expressões presentes nas aulas de Educação Física, que reproduzem a desigualdade de gênero, por meio de assédio e violência.

Tais pesquisas evidenciaram a existência da produção e reprodução de práticas e discursos da dominação masculina durante as aulas de educação física, que inferiorizam as mulheres e acabam

cerceando o acesso delas a espaços instituídos estritamente masculinos, o que pode ser classificado como uma violência simbólica. Sobre a violência simbólica, Bourdieu (2002) afirma que “os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritos no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações)”.

CUNHA e SILVA (2018), ao analisarem as personagens femininas e as representações presentes em material didático integrante de uma política pública, concluíram que tais representações reiteram desigualdades, hierarquias e opressões à mulher, observando que os valores ali expressos, se não forem problematizados, poderão consolidar preconceitos e desigualdades de gêneros.

Figura 04: Resultados da análise de Ledo e Marcuschi (2015):



FONTE: autoras da pesquisa.

Referente a pesquisas realizadas sobre o livro didático, Marques (2007, p. 207) diz que este “está condicionado a atuar, historicamente, como difusor de preconceitos em relação ao trabalho, a sociedade e às relações sociais – incluindo aí as relações de gênero”, e enfatiza a necessidade de “verificar, nos textos didáticos, os níveis de representações do lugar social do homem e da mulher, principalmente, em tempos de significativos debates acerca da condição feminina”, ressaltando a importância de questionar as percepções acerca dos papéis sociais do homem e da mulher, e das relações entre os gêneros, bem como os comportamentos sugeridos, produzidos e reproduzidos por meio do livro didático (MARQUES, 2007).

Por fim, o estudo de Brandão e Lopes (2018) apontou que a perspectiva de construção social do gênero e da sexualidade é questionada por ser considerada disruptiva à família para certos segmentos sociais, não devendo ser tratada na escola. Outra perspectiva, que se apoia nas discriminações e violências sofridas por estudantes devido ao estigma e à desigualdade de gênero



persistentes nos espaços escolares, observa a relevância de incorporar as temáticas de gênero e sexualidade no currículo escolar; no entanto, tal discussão apresenta-se como uma ameaça à ordem familiar.

A referida pesquisa analisou o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, documento que norteia as ações pedagógicas das instituições de ensino da educação básica, aprovado na Câmara dos Deputados Federais sem, contudo, abordar questões de gênero e sexualidade, debates considerados estritamente necessários no ambiente escolar, dada a realidade apresentada.

O PNE 2014-2024 destaca que os objetivos da Meta 8 “traduzem o traçado pela Diretriz III do PNE: a busca pela superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”, demonstrando o tratamento genérico dado pelo documento à temática em questão.

Considerações Finais

Os resultados obtidos na pesquisa revelaram que a escola, enquanto uma das principais instituições de formação do sujeito, tem reproduzido os estereótipos de gênero, por meio de discursos, práticas pedagógicas, conteúdos didáticos, entre outros, naturalizando a hierarquia nas relações entre homens e mulheres, e legitimando a desigualdade de gênero no espaço escolar. Foi possível perceber ainda que os aspectos biológicos são considerados um fator determinante para a manutenção da desigualdade de gênero, o que pode ser facilmente observado por meio de comportamentos, características, expectativas e limites atribuídos aos homens e às mulheres no contexto escolar.

A pesquisa evidenciou que tais estereótipos contribuem para hierarquizar papéis e regular o modo de ser/agir dos indivíduos; interferem nas escolhas e oportunidades, causando um forte impacto à formação pessoal, social e profissional; cerceiam o acesso das mulheres a espaços, materiais ou simbólicos, considerados tradicionalmente masculinos e as sujeitam a condições de subalternidade, exploração, discriminação ou exclusão.

Para que se vislumbre uma mudança nesse cenário, é essencial reconhecer a escola como locus de transformação da realidade social, que se dá por meio da reflexão e da consciência crítica. Como estratégias para a solução dessa problemática, sugere-se à escola: problematizar as questões de gênero e os paradigmas sociais que geram as desigualdades entre homens e mulheres; viabilizar a ressignificação dos papéis sociais atribuídos ao longo dos anos ao masculino e ao feminino, com vistas a desconstruir os estereótipos e mitigar preconceitos e discriminações que favorecem a



hierarquia nas relações entre homens e mulheres; promover debates com a comunidade escolar acerca dos valores, conceitos e normas engendrados nas práticas pedagógicas e no cotidiano das instituições de ensino, bem como refletir sobre o papel da escola como agente de uma educação não sexista.

Ademais, vale salientar a importância da participação do poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, na promoção de formação docente sobre a temática gênero e diversidade, e na proposição de políticas públicas de ações afirmativas, projetos e programas que favoreçam a participação efetiva das mulheres, a fim de garantir uma educação para a equidade de gênero, com vistas ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e digna.

Referências

ALVES, Pamela; CECCHIM, Katarina; FRIZZO, Giovanni. *A desigualdade de gênero na educação física escolar*, 2018. Disponível em: [A desigualdade de gênero na Educação Física Escolar \(conicyt.cl\)](#) Acesso em: 10/09/2020.

AUAD, Daniela. *Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola*/Daniela Auad. – 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil* / Flávia Biroli. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*/ Pierre Bourdieu; tradução: Maria Helena Kuhner – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2002.

BRANDÃO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. “*Não é competência do professor ser sexólogo*” O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação, 2018. Disponível em: [SciELO - Brasil - “Não é competência do professor ser sexólogo” “Não é competência do professor ser sexólogo”](#) Acesso em: 20/09/2020.

BRASIL. *Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em: 19/07/2020.

BRASIL. *Plano Nacional De Educação, PNE* - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Ministério da Educação. Disponível em: [PNE - Plano Nacional de Educação.indb \(inep.gov.br\)](#) Acesso em: 03/10/2020.

CORSINO, Luciano Nascimento; Auad Daniela. *O professor diante das relações de gênero na educação física escolar*. [Livro Eletrônico]/ Luciano Nascimento Corsino, Daniela Auad. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção Educação e Saúde; vol. 7).



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

CUNHA, Diego Fernando; SILVA, Maria de Lourdes da. *Personagens femininas do livro paradidático “Tosco”*: educação sobre gênero e identidade, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/33787> Acesso em: 26/10/2020.

FARIA, A. L. G. da. *Ideologia no livro didático*. 16ª.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, 2019*. Disponível em: <http://www.iff.fiocruz.br/pdf/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf> Acesso em: 03/08/2020.

FERREIRA, M. M. *Relações de Classe e Gênero na Escola: revisitando conceitos de igualdade, desigualdade, diferença, classe e gênero*, 2014. Disponível em: [Relações de Classe e Gênero na Escola: revisitando conceitos de igualdade, desigualdade, diferença, classe e gênero | Revista Tempos e Espaços em Educação \(ufs.br\)](#) Acesso em: 05/10/2020.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência 2019*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorioinstitucional/190605atlasdaviolencia2019.pdf> Acesso em: 03/08/2020.

LEDO, Amanda Cavalcante de Oliveira; MARCUSCHI, Elizabeth. *Representações de gênero social em livros didáticos de língua portuguesa, 2015*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/5vQFVrf66mstnkr4rdqDx8S/abstract/?lang=pt> Acesso em: 17/10/2020.

LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: Pedagogia da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARQUES, Mara Rúbia Alves. *Imagens Femininas e Masculinas no Livro Didático: subsídios para um debate teórico-metodológico/Olhares Feministas*. MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia (orgs.). – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007. 504 p. – (Coleção Educação para Todos; v. 10)

MONTEIRO, Marcos Vinicius Pereira. *A construção identitária nas aulas de educação física, 2017*. Disponível em: [SciELO - Brasil - A construção identitária nas aulas de educação física A construção identitária nas aulas de educação física](#) Acesso em: 02/09/2020.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. *Folha informativa - Violência contra as mulheres, 2017*. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=comcontent&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820> Acesso em: 03/08/2020.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. *Violência nas relações de gênero e cidadania feminina* [livro eletrônico]– 1. ed. -- Fortaleza, CE: Edmeta Editora, 2020.

PASINATO, W. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 37, p. 219–246, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645012> Acesso em: 1 jul. 2021. Acesso em: 30/07/2021.



SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *Ontogênese e filogênese de gênero: ordem patriarcal do gênero e a violência masculina contra mulheres*. Série Estudos/Ciências Sociais/FLACSO-Brasil, 2009.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

SILVA, J. G. *Currículo e diversidade: a outra face do disfarce*. Revista Trabalho necessário. Ano 7, n°. 9, p. 1-18, 2009.

Social roles and gender inequality in schools: a bibliographical survey

ABSTRACT: Historically, gender relations are crossed by paradigms about the social roles assigned to men and women, which reverberate in prejudices, discrimination and inequalities, as well as in expressions of violence against women in various social contexts. These conceptions present in society are also perceived in the school environment, in the discourses, pedagogical practices, and didactic contents that naturalize the hierarchy in the relations between men and women, and legitimize gender inequality. This is a bibliographic review, carried out by means of searches in the SciELO and CAPES Periodicals databases. Articles published from January 2010 to August 2020 were selected, aiming to investigate how the school has talked about the social gender roles, based on the hegemonic masculinity model, and how such stereotypes contribute to the reproduction and naturalization of gender inequality in social relations between men and women in the school environment. In order to envisage changes in the current scenario, it is essential to recognize the school as a locus of social transformation, which occurs through reflection and critical consciousness. It is up to the school to use strategies that aim to problematize gender issues and redefine the social paradigms that generate gender inequality. Furthermore, we emphasize the importance of the participation of public authorities in promoting teacher training on gender and diversity issues, and proposing public policies that favor the effective participation of women, in order to ensure an education for gender equity, with a view to the development of a more just and worthy society.

Keywords: Social Roles; Power Relations; Gender Inequality; School.



CURSO DE EXTENSÃO EM HISTÓRIA DOS FEMINISMOS NO BRASIL: UM DIÁLOGO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

Andressa Almeida Belo da Silva¹
Cintia Lima Crescêncio²
Danielli Couto Turri de Souza³
Natalia da Silva Galvao⁴

Resumo: Por meio de um dos projetos de extensão universitária que compõe as atividades do Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia (NEG), da Universidade Federal do ABC (UFABC), nasceu a proposta de ofertar aos docentes do ensino básico, um curso História dos Feminismos no Brasil, visando contribuir com as condições concretas para a formação mais crítica das futuras gerações de crianças e jovens. Objetivando reviver o diálogo entre a universidade e o ensino básico - representados aqui pelas escolas da rede do Grande ABC -, a primeira etapa do projeto se iniciou através da construção do Curso em si, momento no qual deu-se início à nossa inserção no ambiente escolar. O processo de aproximação entre as extensionistas e comunidade escolar, se deu por meio da presença das estudantes e da docente coordenadora em cursos de formação continuada de professores, muitas vezes oferecidos por outros projetos da própria UFABC. Nesses espaços privilegiados para abordagem e debate de assuntos relacionados às questões de gênero e interseccionalidades, foram feitas entrevistas coletivas e individuais, através das quais foi possível levantar as reais demandas teóricas para a práxis crítica dos docentes, necessárias ao desenvolvimento do material e da didática do Curso. Mas principalmente, traçar os perfis da comunidade escolar do ABC Paulista, e analisar as percepções acerca das questões sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades, aspecto do projeto que gerou este trabalho.

Palavras-chave: Gênero; Extensão; História.

Introdução

Desde 2011 vivemos uma cruzada antigênero, momento de discussão do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Programa Brasil sem Homofobia, ocasião em que iniciativas de combate a desigualdades de gênero foram solapadas do próprio PNE, e de planos estaduais e municipais de educação. Para Maria José Rosado Nunes (2015), debates sobre gênero são considerados perigosos

¹ Estudante de graduação da Universidade Federal do ABC (UFABC) e integrante do Núcleo de Estudos de Gênero (NEG/UFABC). E-mail: belo.almeida@aluno.ufabc.edu.br

² Professora da Universidade Federal do ABC (UFABC), coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero (NEG/UFABC) e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). E-mail: cintia.lima@ufabc.edu.br

³ Estudante de graduação da Universidade Federal do ABC (UFABC) e integrante do Núcleo de Estudos de Gênero (NEG/UFABC). E-mail: danielli.couto@aluno.ufabc.edu.br

⁴ Estudante de doutorado da Universidade Federal do ABC (UFABC) e integrante do Núcleo de Estudos de Gênero (NEG/UFABC). E-mail: galvao.natalia@ufabc.edu.br



porque fundam um indivíduo fora da lei e da moral religiosa e sinalizam forte avanço em direção à democracia. Colocar gênero como um conjunto de perguntas políticas é meio privilegiado de construção de um conhecimento pautado na inclusão social e na excelência. Pensando nisso, criamos o Curso de Extensão em História dos Feminismos no Brasil, como ação da Universidade Federal do ABC (UFABC). Partimos da premissa que é necessário reviver o diálogo da universidade com o ensino básico, diálogo que, sob nenhuma hipótese, pode ser pautado nas hierarquias que se construíram historicamente entre escola e universidade. Por isso, o Curso foi construído depois de esforços de aproximação com docentes da rede pública da região do ABC paulista. Através da coleta de informações via formulários e de entrevistas orais, buscamos conhecer o público-alvo do Curso, e também entender que temas e problemas poderiam ser abordados no Curso que tem como objetivo debater gênero a partir da história dos feminismos no Brasil. É esta experiência que apresentamos neste texto.

Acreditamos que o debate sobre gênero viabiliza, além de tudo, combater a compartimentalização dos saberes, a relação dicotômica entre teoria e prática/conhecimento e ensino e a hierarquia entre educação básica e ensino superior. A oferta de um Curso de Extensão em História dos Feminismos no Brasil, que demanda uma guinada teórica e metodológica em direção à categoria gênero, cumpre um papel fundamental de formação para uma vida digna e justa. Ao compartilharmos saberes com docentes do ensino básico, e mesmo entre a própria comunidade da UFABC, compartilhamento que não é de via única, criamos a possibilidade de afetar a formação de futuras gerações de crianças e jovens, assim como nos permitimos afetar por tudo que a escola e seus agentes podem nos ensinar. Para além de preencher lacunas evidentes na formação, nos currículos e nos materiais didáticos, o que atravessa também o conhecimento produzido na universidade, um Curso como este cria oportunidades de encontro, conflitos e afetos necessários à construção da ciência e de um mundo justo.

O texto que apresentamos é uma reflexão sobre este processo, desde o princípio, narrando derrotas, visíveis nos esforços de aproximação com as escolas por e-mail e por telefone que não avançaram, e conquistas, como o uso dos espaços de formação continuada já oferecidos na UFABC para observação, análise e aplicação de formulários e realização de entrevistas com docentes do ensino básico da região do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano - em São Paulo), público alvo principal do Curso.

O que diz a teoria?



Bell Hooks (2013), refletindo sobre a educação como prática de liberdade e pensando o ensino como lugar de transgressão em uma abordagem feminista e antirracista, afirma que a sala de aula é o lugar que oferece as possibilidades mais radicais na academia. Para a autora, é nos encontros, nos conflitos e nos afetos da sala de aula, que podemos imaginar um mundo outro. Nesse sentido, no projeto de construção do Curso de Extensão em História dos Feminismos no Brasil retomamos a sala de aula da universidade como lugar central para reforçar um dos seus principais papéis, o da crítica, de si e do mundo. Como ensinou Milton Santos (1999), o destino da universidade é falar, o silêncio é sua morte.

A proposta do Curso pauta-se no diagnóstico comum que a História, enquanto ciência, perdeu-se no passado (NETO, 2018), sendo necessário revigorar uma de suas dimensões fundamentais, o ensino, aspecto importante para a Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) da Universidade Federal do ABC, curso interdisciplinar que demanda contato permanente com as escolas através da realização dos estágios e das disciplinas de práticas. Ao barrar, de maneira acertada, a relação estanque e dissociada entre teoria e prática docente, a LCH cria também a necessidade de produção de espaços e oportunidades de interlocução entre os grupos temáticos, compostos por disciplinas de opção limitada nas áreas de História, Direitos Humanos, Práticas de Ensino, entre outras, e as escolas da região do Grande ABC.

Nessa empreitada, a categoria interdisciplinaridade emerge como ponto central. Para Claude Raynaut (2011) a interdisciplinaridade é um processo de interlocução entre disciplinas firmemente estabelecidas, mas também cientes de seus limites e da parcialidade dos recortes com os quais operam. Nesse sentido, o Curso foi pensado a partir da História, mas em articulação às demais disciplinas, necessárias, inclusive, ao abordar a História dos Feminismos no Brasil e as questões elencadas como caras a LCH, como os debates sobre gênero, sexualidade, raça e etc. Ao considerar a centralidade da sala de aula da universidade na construção de um mundo justo, e ao refletir sobre a construção da História como “ensimesmada”, o Curso de Extensão em História dos Feminismos no Brasil pretende estabelecer diálogo com docentes do ensino básico das mais diversas áreas, pautando discussões fundamentais na escola e na universidade, formando também estudantes que estarão envolvidos no projeto, seja por sua aproximação orgânica, seja pelas alianças formuladas com os estágios e as disciplinas de práticas de ensino.



Metodologia e métodos

Martins (2005) defende a existência da história - enquanto situações e acontecimentos - independentes de sua narrativa, ou da perspectiva de quem busca desvendar seus aspectos. Por outro lado, a historiografia seria o produto primário de quem observa o desenrolar dos fatos ao longo do tempo, o produto de historiadores e historiadoras. Neste sentido, um dos desafios das primeiras etapas do projeto aqui exposto, se relaciona com a identificação da historiografia dos feminismos do Brasil que sirva aos fins desta empreitada. Ou seja, a definição do caráter da narrativa que seria construída e apresentada a docentes e demais inscitos(as), tendo em mente os objetivos mediados por e imediatos à ação extensionista em construção.

Para que se definisse uma proposta historiográfica acerca da História dos Feminismos no Brasil, foi necessário antes, identificar demandas e obstáculos encontrados por docentes do ensino básico, público alvo do Curso de Extensão, em seu local de atuação e em seu processo de formação enquanto professore(as) e seres políticos. A extensão, portanto, demandou trabalho de pesquisa. Com esse desafio posto, iniciamos a jornada de mapeamento das escolas da região de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, região metropolitana de São Paulo. Destacamos que os campi da UFABC localizam em Santo André e São Bernardo.

Buscamos, primeiramente, listar as escolas por meio de contato com os órgãos institucionais locais, como o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Em resposta, o Consórcio intermunicipal enviou a orientação da execução do contato direto com os Gabinetes das Secretarias Municipais de Educação dos municípios de Santo André e de São Bernardo do Campo, para obtenção do apoio no processo de inserção nas escolas e mesmo na construção do projeto. Avaliamos então que, não sendo necessário o apoio institucional desses órgãos para a construção do projeto, optamos por inventariar as escolas onde a UFABC possuía algum tipo de inserção através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) ou Residência Pedagógica.

Apesar dos esforços empregados em contatar docentes através das parcerias já existentes na UFABC, a fim de agilizar o processo de inserção no espaço escolar, devido à falta de retorno, seguimos o caminho do contato direto com as escolas constantes nas listas da UFABC, gentilmente cedida pela Coordenação do PIBID da instituição. Mais uma vez, não obtivemos retorno. Fato que expõe a distância entre Universidade e escolas, a ser superada por meio de projetos de extensão, mas também de outros aspectos estruturais e sistêmicos. Após as sucessivas tentativas de acesso ao espaço escolar, consideramos então a possibilidade do levantamento das demandas escolares acerca das



questões de gênero e sexualidade, por meio do acesso a docentes matriculados(as) em cursos de formação continuada, ofertados pela própria UFABC.

A primeira oportunidade se deu em 19 de junho de 2023, na ocasião da oferta do Curso de Especialização Formação das Infâncias em Territórios Periféricos na unidade Heliópolis dos Centros Educacionais Unificados (CEU), em São Paulo, no qual Cintia Lima Crescêncio (também coordenadora do Projeto de extensão História dos Feminismos no Brasil) ministrou em parceria a disciplina Estudos de Gênero e as Figuras da Maternidade. No primeiro encontro, estiveram presentes as extensionistas Andressa Silva e Natália Galvão, que participaram da atividade formativa visando observar discentes/docentes presentes e então, confeccionar um questionário, a ser respondido pelo grupo no segundo encontro.

Ao longo da atividade, a professora Cíntia fez exposições e promoveu debates guiados por meio de análise dos textos sugeridos previamente⁵. Como relatado pelas extensionistas em caderno de campo, o nível de compreensão crítica de parte da turma era destacável. Logo no início, alguns presentes expuseram suas percepções sobre o texto principal, apresentando uma leitura crítica, histórica e estrutural acerca de determinadas questões, fazendo recortes de classe, mas principalmente, demonstrando uma leitura dialética por meio da qual associavam os condicionantes da estrutura (relações sociais e econômicas) com os sintomas aparentes na superestrutura (ideologia, cultura, costumes, religião). A professora Cíntia fez apontamentos acerca da idealização do homem, destacando a hegemonia cultural e colonizadora, originada do norte global. A partir desse debate, os(as) presentes foram convidados(as) a refletir sobre a noção de ideal masculino, com base em sua experiência territorial. Na análise sobre a natureza do homem, a turma apresentou uma concepção crítica da construção histórica de natureza, demonstrando compreender o aspecto ontológico da natureza do homem, que pode variar em cada recorte: algumas pessoas relataram que o ideal de homem na perspectiva da periferia, por exemplo, poderia estar atrelado à demonstração de violência; já em regiões fora do eixo sudestino brasileiro, poderia estar atrelada à virilidade, reprodução e etc. Em algumas falas, percebemos a compreensão e preocupação com aspectos raciais, enquanto conceito socialmente construído. Esse aspecto ficou explícito em uma das falas quando, perguntado sobre a influência da raça sobre a concepção do “ser homem”, o locutor teve o cuidado de conceituar o que entendia por raça antes de introduzir sua resposta. A questão moral e religiosa também foi identificada

⁵ KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.



como influência para a construção do imaginário popular sobre a natureza do homem. Elementos que, quando conduzidos para o recorte de etnia pela professora, foram pouco desenvolvidos pelos presentes. Uma das poucas falas, apresentou um aspecto tanto quanto romantizado ao apontar uma suposta ausência de relações de poder atreladas à questão de gênero e sexualidade em comunidades indígenas. Por outro ângulo, quando perguntados(as) sobre qual a imagem se tem de um homem indígena, muitas foram as contribuições. Em síntese, a noção de educação como critério que separa a imagem do homem branco da imagem do homem negro (menos educado) e ainda do homem indígena (sem acesso a educação, bruto, ingênuo).

Como as diversas questões abordadas se atravessam, não houve linearidade na exposição e análises, de forma que a professora Cintia precisou recorrer à conexão das questões trazidas pelos presentes ao eixo central do encontro, conduzindo o debate para que se alcançasse os níveis de generalização necessários para a identificação do que se entende por natureza do homem e, então, fosse possível identificar esse gênero também em suas especificidades nos diversos recortes regionais, históricos e sociais.

Por fim, a professora apresentou algumas ideias defendidas no texto, como o sexismo e a homofobia como constitutivas das construções das masculinidades. Neste ponto, uma presente faz um importante apontamento sobre o papel dessas masculinidades, na lógica produtiva do sistema capitalista, distinguindo ainda, essa função no espaço privado (família) e público (sociedade). Outros pressupostos usados pelo autor, destacados pela professora, apontavam as masculinidades como imersas em relações de poder, sendo essas, invisíveis aos homens - cujo lugar de privilégio prevalece. Além disso, foi exemplificado como a transformação dessa percepção acontece, ao passo em que se pensa em todos os recortes e atravessamentos. A condutora destacou também que a categoria gênero é uma construção relacional, que envolve hierarquia e poder, elemento constitutivo das relações entre os gêneros. Informou ainda que gênero é tido por este autor como a primeira base da construção dessa hierarquia. Assim, finalizou o encontro destacando a facilidade com que se identifica os elementos que definem o feminino no imaginário popular - como gestar e parir -, em detrimento do que ocorre com os que definem o masculino. De forma que, para suprir a ausência do que se entende por característica genérica de masculino, a repetição sobre o “ser homem” se torna um recurso de reforço de identidade, que para o autor, seria a masculinidade hegemônica subalterna (masculinidades fluidas e em constantes mudanças).



As contribuições finais dos(as) presentes se deram no por meio do apontamento das diferenças entre a função social do homem e da mulher nos espaços públicos (homem) e privados (mulher), de forma que, culturalmente, tenha sido construída a noção de que o ambiente privado seria danoso ao homem, e à sua construção de masculinidade (noção desenvolvida principalmente nos EUA e norte global, no geral).

Observados os perfis daqueles(as) professores(as) presentes, bem como a potencial contribuição que poderiam dar à construção do Curso, as extensionistas e a orientadora do projeto construíram em conjunto um questionário. As perguntas tinham como objetivo conhecer melhor as necessidades formativas daqueles(as) profissionais da educação sobre o assunto em foco, mas também visavam traçar a origem do conhecimento e posicionamento crítico que apresentaram, bem como identificar se houve contato com as questões de gênero e sexualidade por meio de sua formação docente. Além disso, o questionário, respondido nos momentos finais do segundo encontro, deixava um convite aos que se interessassem por contribuir de maneira mais profunda, através de entrevista via tele-chamada. 35 formulários foram respondidos pela turma.

Uma segunda rodada de coleta de dados foi realizada em 05 de julho de 2023, aproveitando-se do espaço do Curso de Especialização em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, ofertado pela UFABC e conduzido pelo Prof. Paulo Neves, o qual cedeu gentilmente o momento inicial de sua aula para que o questionário fosse aplicado novamente. Na ocasião, 24 pessoas responderam, sendo que algumas delas não completaram todos os campos. Foi avaliado que a aplicação da pesquisa poderia ser otimizada se promovida em momentos onde as pessoas pudessem responder com mais calma, lendo com mais atenção e evitando de devolver questionários com campos em branco (uma vez que considera-se importante que se contabilize, inclusive, respostas negativas).

O que dizem os(as) docentes?

No total, 59 questionários foram respondidos e 2 pessoas se disponibilizaram para responder a uma entrevista individual, por meio de tele-chamada. Para fins didáticos, nas análises que se seguem, nomeamos as entrevistadas por nomes fictícios.

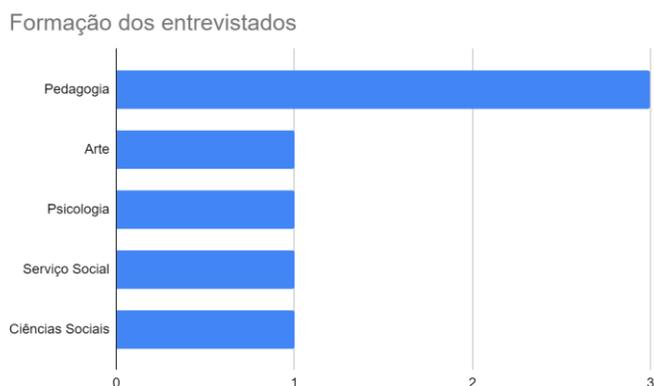
Partindo da análise dos questionários respondidos observamos que 94,4% dos(as) educadores(as) se identificam como “mulher” e 57,1% se formaram na graduação em instituição particular. Além disso, é refletido nessa área de atuação a realidade brasileira de que a maioria dos

estudantes do ensino superior são de universidades particulares (86,4% segundo último censo do MEC).



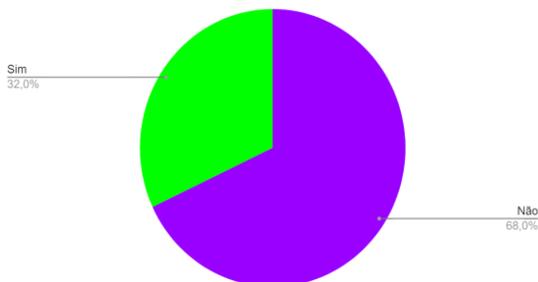
Além disso, 42,9% dos docentes que responderam ao questionário são formados em pedagogia.

Ademais, 68% dos(as) docentes não tiveram contato com estudos de gênero durante graduação ao mesmo tempo que 100% afirmam ter, ao menos eventualmente, demandas para tratar do tema no exercício da profissão, o que demonstra uma lacuna na formação desses(as) profissionais e a importância da curricularização dos estudos de gênero na graduação de educadores(as) e formações adicionais para profissionais já formados.

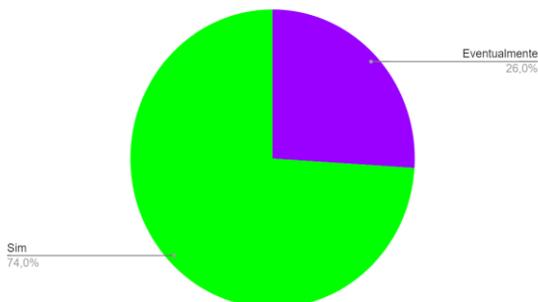


Destacamos, no entanto, devido a demanda presente, que esses(as) profissionais buscaram formação após a graduação, alguns pela pós-graduação e alguns pela inserção em movimentos sociais.

Profissionais que atuam na área da educação que tiveram contato com estudos de gênero na graduação

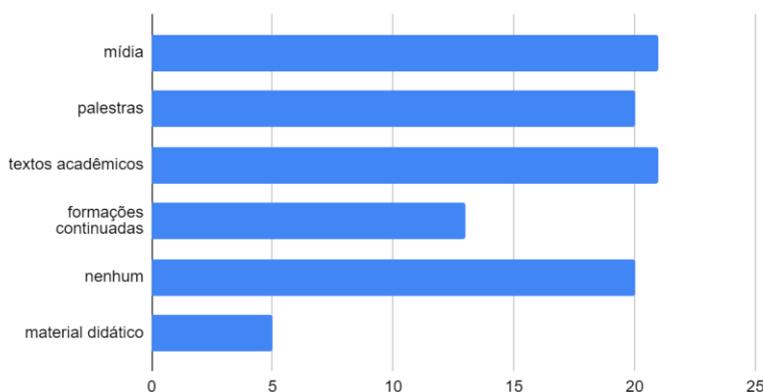


Demandas para tratar do tema na profissão



Mas também educadores(as) que não tiveram nenhum contato com o tema e continuam com uma lacuna aberta na sua formação profissional.

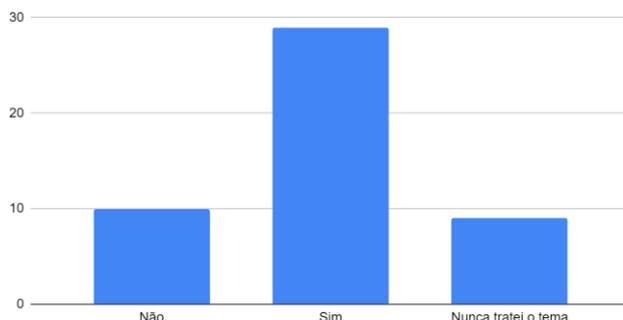
Forma de contato com estudos de gênero após a graduação (em porcentagem)



Ademais, 60,4% dos(as) profissionais enfrentam dificuldades para tratar do tema na profissão, o que ressalta ainda mais a importância da formação em estudos de gênero destes(as) profissionais para tratar do tema no ambiente escolar.

Os dados acima se convertem na necessidade de formações adicionais de gênero para os profissionais que já atuam na área, visto que 67,6% afirmam que gostariam que ações sobre gênero

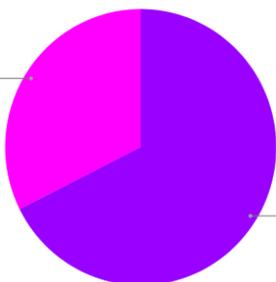
Enfrenta resistência para falar sobre gênero (e interseccionalidades) na prática docente profissional



fossem ofertadas nas suas escolas e 62% demonstraram interesse em participar do Curso de Extensão da História dos Feminismos no Brasil.

Gostaria que ações sobre gênero fossem ofertadas na sua escola

Não
32,4%

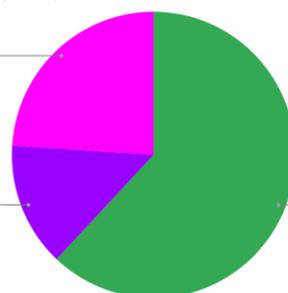


Sim
67,6%

Interesse em participar do CHFB

Depende
24,0%

Não
14,0%



Sim
62,0%

Por último, os docentes ainda apontaram demandas para que temas como papéis de gênero, masculinidade, sexualidade, padrões de beleza, cultura do estupro e interseccionalidades fossem abordados. Uma peculiaridade encontrada nos formulários foram as diferentes respostas dadas no dado gênero: “mulher cis”, “mulher trans”, “feminino”, “feminino não cis”, “homem cis”, “homem trans”, “masculino”.

Em geral, a análise dos questionários ressalta a importância da oferta de formações em temas de gênero devido a falta de contato com a temática durante a graduação de educadores(as) em contraste com as altas demandas para tratar do tema no ensino básico. Desse modo, conseguimos entender melhor o público-alvo, ao mesmo tempo que identificamos que apesar da demanda por debates sobre gênero, não é muito claro o modo como esses debates são desejados, uma vez que temas e problemas de gênero apontados pelos formulários foram bastante difusos.

Após a aplicação dos questionários, entramos em contato com as pessoas que responderam ter interesse em contribuir para a construção do curso com uma entrevista individual mais detalhada, das



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero** 16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

17 pessoas que haviam se disposto previamente só conseguimos 2 respostas afirmativas para as entrevistas. A primeira entrevista com Ana (nome fictício), de 26 anos, formada em gestão ambiental, ocorreu no dia 06 de setembro de 2023 e a segunda com a pedagoga Maria (nome fictício), de 45 anos, no dia 12 de setembro de 2023, ambas de forma online.

Ao longo de toda a entrevista, Ana destaca o papel dos movimentos sociais na mediação entre academia e escola. Ela acredita que os movimentos possuem o acúmulo acerca do contexto social, no qual discentes da escola estão inseridos, necessário à identificação das demandas que irão embasar as pesquisas acadêmicas que, por sua vez, guiarão as práticas pedagógicas escolares. Além disso, Ana aponta a necessidade da flexibilização da fala no discurso acadêmico para que se alcance mais pessoas nos diversos grupos aos quais as pesquisas se propõem ajudar. Ela identifica a questão da transexualidade como lacuna nas formações de professores(as). De forma que, mesmo que seja um assunto abordado em alguns cursos, não é feito em consideração ao professor(a) enquanto sujeito objeto das demandas reais que poderiam surgir em uma sala de aula, como por exemplo, como lidar com a reação de estudantes diante de uma professora ou um professor transsexual, ou como prepará-los(as) para esta relação. Ademais, Ana entende o recorte socioeconômico como critério para abordagens acerca das opressões de gênero e sexualidade.

O destaque da entrevista concedida pela Maria se relaciona com sua visão acerca da possível contribuição da história dos feminismos para a formação de professores(as): ela afirma que, por meio da origem histórica das opressões e das construções culturais que embasam as questões de gênero e sexualidade, fica mais fácil romper com noções acerca de determinados conceitos opressores que, sob a perspectiva do senso comum, pode parecer imutável, inato às mulheres e etc. Ademais, ela aponta que, por meio de uma pesquisa feita em projeto do movimento social do qual faz parte, levantou dados que comprovam a presença massiva das mulheres na educação infantil. O que reforça o papel formativo das mulheres na sociedade. Dessa maneira, ela acredita que a formação constante das professoras e professores, especialmente da educação infantil, sobre as questões de gênero, pela perspectiva histórica de sua origem, pode ser um caminho assertivo para o combate às noções de gênero que mantêm a opressão e são geradas ainda nessa primeira infância. Exemplo: a questão da divisão dos banheiros por gênero, da não binariedade, da associação de brinquedos específicos a cada gênero (que reforça a divisão sexual do trabalho na sociedade) e etc. Maria ainda aponta algumas questões que podem parecer simples e básicas, mas se constituem enquanto demandas de formação de professores(as). Cita como exemplo, a identificação e diferenciação entre o que se constitui como



abuso sexual e violência sexual, bem como tratar essa questão com os alunos e alunas da educação infantil. Por fim, assim como Ana, a entrevistada ressalta a importância dos movimentos sociais como apoiadores na construção da abordagem sobre gênero para preparar professores(as) para lidar com questões do cotidiano escolar.

Considerações Finais

A construção de um Curso de Extensão em História dos Feminismos no Brasil dialoga diretamente com necessidades da região do ABC paulista, onde a UFABC se situa, e com o contexto nacional em geral. Enfrentamos forte perseguição aos estudos de gênero e ao seu potencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A escola, como lugar privilegiado de crítica e reflexão, mostra-se como o lugar mais potente, e também mais sensível, na medida em que pode reproduzir violências de gênero, mas também construir lógicas outras e revolucionárias. Nesse sentido, é fundamental que o conhecimento produzido nas universidades coloque-se em articulação aos conhecimentos produzidos nos ambientes escolares e nos próprios movimentos sociais. Para isso, é fundamental que diálogos sérios sejam estabelecidos. Nossos esforços de (re)conhecimento sobre as comunidades escolares, que compunham o público alvo do Curso, partiram dessa premissa.

O uso das parcerias já estabelecidas pela UFABC a partir da oferta de cursos de especialização para docentes do ensino básico da região afirmou-se como a estratégica mais prolífica. A oportunidade de aplicar formulários, de realizar entrevistas e de acompanhar aulas fundamentando o caderno de campo permitiu entendermos o público do Curso. Embora não tenhamos tido sucesso na definição de temas e problemas para o Curso em si, foi possível compreender que esta demanda existe e que é momento de dedicação para encontrar caminhos de atendimento a esse desejo evidente de qualificação em termos de debates sobre gênero.

A falta de formação sobre gênero e temas transversais na graduação por parte educadores(as) contrasta diretamente com as altas demandas para tratar do tema no ensino básico. Além disso, observamos a importância dos movimentos sociais como espaços de formação crítica e de diálogo tanto para adultos quanto para jovens. A partir disso, pretendemos estabelecer uma base sólida para a implementação de futuras intervenções e ações que atendam às necessidades específicas das comunidades escolares da região do ABC.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Neste momento, o Curso está com inscrições abertas e conta com 19 docentes do ensino básico matriculados(as), e 35 estudantes de graduação e pós-graduação. A construção e oferta do Curso foram baseadas no público-alvo original, no entanto acreditamos na importância de abrir vagas também para a comunidade acadêmica da UFABC e de outras instituições, apostando numa formação docente informada pelas questões de gênero desde o princípio da graduação. Neste texto apresentamos os resultados da pesquisa que fundamentaram a construção do Curso. Esperamos, em breve, compartilhar uma reflexão acabada já contando com as experiências de oferta do Curso de Extensão em História dos Feminismos no Brasil.

Referências

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MARTINS, Roberto de Andrade. Ciência versus historiografia: os diferentes níveis discursivos nas obras sobre história da ciência. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo (Org.). *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: EDUC/Livraria de Física/FAPESP, 2005. p. 115-145

NETO, José Alves de Freitas. A transversalidade e a renovação no ensino de história. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 57-74.

NUNES, Maria José Rosado. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, jul./set. 2015. p. 1237-1260.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimento. In: PHILIPPI Jr., Arlindo e SILVA NETO, Antonio J. (Org.). *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação*. Barueri: Editora Manole, 2011. p. 69-105.

SANTOS, Milton. A era da inteligência baseada na máquina. In: TRINDADE, Azoilda L.; SANTOS, Rafael dos (org.). *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 149-157.

Extension Course in History of Feminism in Brazil: a dialogue between university and school

Abstract: Through one of the university extension projects that make up the activities of the Esperança Garcia Gender Studies Center (NEG), at the Federal University of ABC (UFABC), the proposal was created to offer basic education teachers a History of Feminisms course in Brazil, aiming to contribute to the concrete conditions for the more critical formation of future generations of children and young people. Aiming to revive the dialogue between the university and basic education - represented here by the schools of the Greater ABC -, the first stage of the project began with the construction of the Course itself, the moment in which our insertion into the environment began



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

school. The process of bringing the extensionists and the school community closer together took place through the presence of the students and the coordinating teacher in continuing teacher training courses, often offered by other UFABC projects. In these privileged spaces for approaching and debating aspects related to gender issues and intersectionalities, collective and individual interviews were held, through which it was possible to raise the real theoretical demands for the critical praxis of teachers, necessary for the development of the material and didactics of the Course. But mainly, to outline the profiles of the ABC region school community, and analyze perceptions regarding issues about gender, sexuality, race and their intersectionalities, an aspect of the project that generated this work.

Keywords: Gender. Extension. History.



MULHERES INDÍGENAS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS DE MULHERES TABAJARAS NA CIDADE DE MONSENHOR TABOSA (2000-2023)

Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima¹

Resumo: Este trabalho tem como principal objetivo refletir e problematizar a trajetória de mulheres indígenas da etnia Tabajara da Serra das Matas, no município de Monsenhor Tabosa, entre os anos 2000 e 2023. Busco compreender como o movimento de mulheres indígenas é construído, através das trajetórias de lideranças das aldeias. Por meio de suas histórias proponho conhecer e evidenciar as principais pautas levantadas e seus desafios, os lugares sociais e políticos ocupados pelas mulheres que formam o movimento, buscando entender as relações de gênero no contexto em questão, e principalmente como as mulheres se percebem frente a esse movimento. Para isso, a pesquisa é desenvolvida com fontes orais, documentais e audiovisuais, de diferentes acervos, públicos e privados. O recorte se dá pelas intensas mobilizações pelos direitos das mulheres nos primeiros anos do século, destaco a participação de mulheres indígenas Tabajaras na primeira Marcha das Margaridas em 2000, evento que mobiliza mulheres de todo o país, que visa reivindicar questões como o combate a violência contra as mulheres, e a defesa pelos direitos trabalhistas. E vai até 2023, pois é um momento importante de luta pela reestruturação de políticas públicas para os povos indígenas. Acreditamos que essa produção contribui de forma efetiva para os estudos da história das mulheres e das relações de gênero, e da história indígena.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas; História das Mulheres; Trajetórias; Movimento Indígena.

Introdução

Essa força feminina
Traz um sagrado poder,
Nascemos com a natureza,
Com ela vamos morrer,
A nossa ancestralidade,
E a nossa diversidade,
Nos fazem sobreviver.

Auritha Tabajara²

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha Histórias Entrecruzadas de subjetividades, gênero e poder. E-mail: dnaralima987@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9504202251722234>

² Auritha Tabajara é poeta, contadora de histórias, atriz e compositora. Nasceu no interior do Ceará, em Ipeueiras. Tem publicado os seguintes livros: Magistério Indígena em versos e poesia (2007), Toda luta, a história e a tradição de um povo (2010) e Coração na aldeia, pés no mundo (2019). Mais informais disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa643552/auritha-tabajara>



É por meio da escrita que Auritha Tabajara, a primeira cordelista indígena a publicar no Brasil, demarca seu lugar e luta pelas mulheres originárias, utilizando assim a arte como forma de existência e resistência. Assim como a escrita, sua voz ecoa e nos ensina sobre autoafirmação, educação e ancestralidade, que por muitas gerações foram silenciadas e apagadas pelos colonizadores.

O meu lugar social na construção desta pesquisa, é o de uma mulher branca, não indígena, feminista, de contexto urbano, que tem ancestrais indígenas, e que apoia suas causas. A minha motivação para realizar esta pesquisa nasceu de um lugar afetivo, na busca por compreender minhas origens, despertado a partir de experiências profissionais. Portanto, busco contribuir com os estudos da história das mulheres indígenas, a partir de suas trajetórias, utilizando principalmente seus relatos, por meio de uma escuta sensível e afetiva.

Ao refletir sobre a história das mulheres indígenas, é necessário problematizar a história das mulheres, alguns questionamentos são pertinentes: Quem foram essas mulheres na história? Como foram representadas? Quem escreveu essa história? De fato, a história das mulheres transformou a historiografia quando questionou a prevalência dada ao “sujeito universal”, explorado na “história do homem”, pois apresentou como este sujeito se tornou absoluto na história e como foi designado papéis de subordinação às mulheres (SCOTT, 1992, p. 78). Contudo, a categoria “mulher” foi posta como homogênea e coletiva, sem considerar suas especificidades. No final da década de 1970, os movimentos reivindicaram a “diferença dentro da diferença”, logo, pensar somente a categoria “mulher” não seria suficiente, pois não priorizava as diferentes mulheres, com suas classes e raças específicas (SOIHET; PEDRO, 2007, p.287).

Embora, inúmeras transformações no campo da história das mulheres tenham ocorrido, ainda precisamos superar muitos desafios e silenciamentos historiográficos em relação às mulheres indígenas. Esse silêncio foi imposto às mulheres nos diferentes espaços e atravessou séculos, sendo sustentado pelo sistema patriarcal. Esse campo é desafiador para as mulheres indígenas, pois como afirma a professora Paula Faustino, “volta-se para as indígenas mais como sujeitas do passado, já os estudos de gênero têm uma atenção voltada para as mulheres indígenas como agentes do presente etnográfico” (SAMPAIO, 2021, p. 76). A colonialidade do gênero é também uma forma de apagamento da história das mulheres indígenas na historiografia, “compreende-se a colonialidade do gênero como exercícios de poder concretos, intrinsecamente relacionados, alguns corpo a corpo, alguns legalistas (LUGONES, 2014, p. 948).

As populações indígenas foram durante muito tempo representadas de forma cristalizada e deturpada, dando pouca relevância para suas histórias, colocando-as sempre de forma secundária, ou apagando-as, isso se deu pelas narrativas eurocêntricas dos colonizadores (ALMEIDA, 2017, p.19), somente a partir da década de 1970 muitos estereótipos foram sendo rompidos. Portanto, é necessário que as fontes que integram as demandas de mulheres indígenas sejam mais exploradas, e que rompam com muitos discursos de passividade e estereótipos de gênero e raça, nesse sentido, uma história das mulheres indígenas crítica e reflexiva é necessária e urgente.

O principal objetivo deste artigo, portanto, é refletir sobre a atuação política de mulheres indígenas lideranças da etnia Tabajara, na construção de seus movimentos, por meio de suas trajetórias. Este estudo compõe uma pesquisa mais ampliada que se encontra em desenvolvimento sobre as mulheres indígenas dessa etnia. Pretende-se dessa forma contribuir com os campos da história das mulheres indígenas e da etno-história.

Território e Identidade

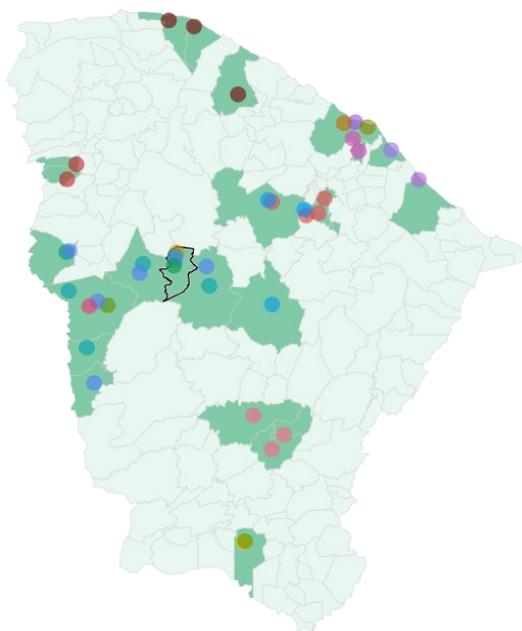
A Região Nordeste, tem a peculiaridade de ser formado historicamente por mulheres lideranças indígenas, mesmo que em menor quantidade, isso constituiu a criação de movimentos representativos (PANKARARU, 2019, p. 64). Portanto, há registros importantes de cacicas, pajés, lideranças que atuam na saúde, educação e na luta do movimento indígena. Um exemplo dessas representações ocorreu em 1995, no Ceará, com a primeira cacica mulher reconhecida no Brasil, a cacica Pequena, da etnia Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz. Para além do cacicado, as mulheres indígenas atuam como agentes decisivas em suas aldeias que muitas vezes não estão presentes em registros históricos (SILVEIRA, 2018, p. 60). A construção dessas identidades está atrelada ao território, à cultura, e aos saberes ancestrais. Ao ocupar essas posições enfrentam desafios diários, principalmente no desdobramento das diversas demandas cotidianas, logo, assumi-la suscita transformações sociais, por isso muitas vezes as indígenas não são motivadas a exercer posições dentro das organizações (SANTOS, 2012, p. 98).

Para que este estudo seja possível precisamos situar o território estudado, - que é construído a partir das vivências, - e quem são as agentes da pesquisa. A etnia Tabajara está situada na cidade de Monsenhor Tabosa, no interior do estado do Ceará, na Mesorregião dos Sertões Cearenses, situada a 306 km da capital, Fortaleza. Segundo o censo de 2022, o município possui 4.861 indígenas, e ocupa o quinto lugar no estado, dentre as maiores populações indígenas. A etnia está localizada no território

Serra das Matas, que envolve três municípios, a saber, Tamboril, Boa Viagem e Monsenhor Tabosa, e conta com as etnias Tabajara, Potyguara, Gavião e Tubiba-Tapuya. A etnia Tabajara em Monsenhor Tabosa possui 13 aldeias, sendo a sede a aldeia Olho D'Água, onde fica localizado a Escola Indígena Tabajara, o posto de saúde indígena e o Ponto de Cultura Museu Indígena Casa de Taipa³.

Imagem 1: Povos Indígenas do Ceará

■ Tremembé ■ Tapuya Kariri ■ Anacé ■ Kariri-Quixelô ■ Gavião ■ Cariri ■ Jenipapo Kanindé ■ Kalabaça ■ Karão
■ Kanindé ■ Kariri ■ Pitaguary ■ Potiguara ■ Tapeba ■ Tabajara ■ Tubiba Tapuya ■ Tupinambá ■ Quixará-Tapuia
■ Warao ■ Paiaçu



Fonte: Ministério dos Povos Indígenas - Fundação Nacional dos Povos Indígenas FUNAI (2023) • Criado com [Flourish.studio](https://www.flourish.studio)

As mulheres da etnia Tabajara tem histórias marcadas pela luta dos povos indígenas, muitas ocupam posições de liderança, neste artigo destaque duas, Luísa Nascimento de Melo, conhecida popularmente como Luísa Canuto, liderança tradicional dos povos Tabajaras da Serra das Matas, e a pajé Francisca da Silva Ambrósio, conhecida como Fransquinha Tabajara. Ambas possuem espiritualidade e objetivos comuns, como a defesa da demarcação dos territórios, com frentes de luta distintas, Luísa tem como um dos seus principais propósitos a luta pelos direitos das mulheres indígenas e a pajé Fransquinha a defesa pela espiritualidade, medicina natural e educação.

³ O município de Monsenhor Tabosa possui oito dos quatorze museus indígenas do Estado. Informações disponível em: https://issuu.com/adelco.org/docs/folder_museus

A liderança Luísa Canuto foi a primeira pessoa a se identificar como indígena em seu território, na década de 1980. Sua atuação atravessou diferentes espaços de militância política, iniciou sua trajetória nos grupos de jovens da pastoral da juventude, depois no movimento sindical, onde ocupou diferentes cargos, atuou e atua fortemente nos grupos de mulheres, e na política formal do município. Atualmente ocupa a função de articulação e mobilização com os povos indígenas, como também nos diálogos entre os povos indígenas e não indígenas. A mesma tem um papel crucial na transmissão de ensinamentos sobre a espiritualidade indígena.

Luísa Canuto possui uma firme trajetória na luta pelos direitos das mulheres, e reconhece que entre os seus desafios está a luta contra o machismo: “o meu maior desafio por ser mulher, ser indígena e ser uma mulher feminista que sou, é superar o preconceito, a discriminação na relação de gênero, em uma sociedade machista” (AMICE, 2022). É atuante nos movimentos nacionais e regionais, participando de diversas assembleias e marchas, representando seu povo, como a Marcha das Margaridas, da qual foi uma das precursoras da primeira edição em 2000, a Marcha das mulheres indígenas, e o Acampamento Terra Livre

Imagem 2 - Participação de Luísa Canuto na 6ª Marcha das Margaridas, 2019.



Foto: Júlia Seabra

A liderança mora na aldeia sede, mas atuou na ocupação de territórios indígenas em Monsenhor Tabosa, como o assentamento Bargado e Xique Xique. É cantora na banda Nativos do Forró, formada por integrantes indígenas, é também compositora da música “Mulher”. Sua longa

trajetória de militância e formação pessoal é atribuída aos aprendizados com sua mãe e às experiências com mulheres feministas, assim como importantes momentos de partilha de dores e alegrias:

A minha inspiração é minha mãe e as mulheres feministas, as mulheres feministas na minha formação, nos articulamos juntas, nós formamos grupos juntas, nós dividíamos nossas dores, nossas lágrimas, nós cantávamos juntas, então a minha formação de ser Luísa Canuto, mulher feminista que sou hoje, que não sou tanto, porque eu tenho essa formação, de todas as companheiras feministas (AMICE, 2022).

A liderança Fransquinha Tabajara é pajé, mora na aldeia Malhada da Onça, no interior da cidade. Trabalha em seu quintal produtivo, onde se dedica todos os dias no cultivo de árvores frutíferas e plantas medicinais, além do cuidado de pequenos animais. A liderança atua principalmente na defesa por alimentações mais saudáveis e sem agrotóxicos. É presente também na Escola Indígena Tabajara, e desenvolve um projeto de conscientização alimentar para crianças. A mesma é defensora da medicina natural, e de seu poder curativo, pois acredita na força da natureza, e através de seus conhecimentos ensina sobre os ancestrais e sua força na luta dos povos indígenas. Assim, como Luísa Canuto, a pajé participa de formações e mobilizações regionais e nacionais, representando a etnia Tabajara.

Imagem 3 - Francisca Tabajara (Pajé Fransquinha) no Acampamento Terra Livre de 2023.



Foto: Juventude Indígena Tabajara



A espiritualidade dos povos Tabajaras é um ato de resistência, diante de todas as violências já sofrida. Essa espiritualidade está diretamente relacionada às forças dos encantados, como afirma a pajé, pois ajudam os povos na luta pela proteção da natureza, esta que se dá de forma coletiva. A pajé Fransquinha explicou em um vídeo sobre sua relação com os encantados, e a importância da espiritualidade em defesa do território:

A nossa espiritualidade começa com nossos encantados, para nós eles viram uma arma em defesa da terra. Eu tenho muita fé nos nossos encantados. A nossa espiritualidade como guardiã, como índia, os verdadeiros guardiões, começa por defender a natureza, que é o mais importante, defender a natureza ao mesmo tempo a gente está defendendo a nossa terra. [...]. A nossa resistência, a gente usa nos nossos momentos de espiritualidade nas nossas retomadas, a gente usa no coletivo, na fé que a gente tem no nosso pai Tupã, nos nossos encantados e no coletivo, a resistência do nosso povo se baseia toda no coletivo (TABAJARA, 2021).

A presença de mulheres indígenas com esse poder espiritual - mágico, em muitas etnias, atravessa séculos de exclusão, justificados pelo corpo, por questões relacionadas à fraqueza, por exemplo (SILVEIRA, 2018, p. 28). Logo, essa presença de mulheres pajés em diversas etnias não era comum, eram papéis destinados somente aos homens. O surgimento de pajés mulheres, em muitas etnias, desafiou o que era estabelecido por muitas gerações (Ibid., p. 24). Por isso, a pajé Fransquinha tem uma relevante atuação na defesa da espiritualidade, pois como mencionado é uma forma de resistência e que possibilita a existência dos povos indígenas.

Movimento de Mulheres Indígenas e Feminismo

Ao refletir sobre a constituição dos movimentos de mulheres indígenas, partimos da compreensão de que ele se dá de forma institucionalizada e de modo autônomo. De forma organizativa, segundo registros do Adelco⁴, no projeto do Centro de Documentação Indígena do Ceará, foi mapeado associações e grupos indígenas em o todo o estado, na região da Serra das Matas, somente o Conselho de Mulheres Potyguara na Revitalização da Cultura Local e o Grupo de Mulheres da Viração, foram inseridos na pesquisa como grupos específicos de mulheres. Contudo, foi relatado durante o processo de pesquisa que as mulheres indígenas Tabajaras possuem um grupo, não

⁴ Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido, é uma entidade sem fins lucrativos, com sede na cidade de Fortaleza. Dentre suas linhas de ação está o etnodesenvolvimento, gênero, geração e etnia e igualdade de gênero. Disponível em: <https://adelco.org.br/quem-somos/nossa-historia/>. Acesso em: 01 de outubro de 2023.



institucionalizado, organizado por Luísa Canuto, portanto as mulheres indígenas têm se organizado de modo formal e informal para tratar questões como demarcação de território, educação e saúde.

Ainda sobre as organizações de mulheres, a primeira do estado foi criada em 2002, a Associação de Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé – AMIJK, na aldeia Lagoa Encantada. A nível estadual foi formada em 2007, a Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará – AMICE. Essa entidade foi construída para organizar as lutas e pautas das mulheres indígenas no estado, e para pensar principalmente seus papéis dentro do movimento indígena. Dessa forma, diversas mulheres a partir dos anos 2000 no Ceará, começaram a se organizar para reivindicar questões que até então não eram tratadas pelo movimento indígena. A própria participação das mulheres nesse movimento, reflete as modificações das relações de gênero, que atravessam as relações organizacionais dos povos indígenas (SACCHI, 2006, p. 154).

As mulheres indígenas, enquanto sujeitas políticas, ocuparam e ocupam diversos papéis em suas aldeias, na luta por sobrevivência, embora não fosse reconhecido ou exposto, como relatou Azelene Kaingang: “as mulheres têm formas próprias de se impor, de se fazer ouvir, de fazer valer a sua “autoridade” e de comandar revoluções silenciosas no interior das suas aldeias, sem que isso fique explícito” (KAINGANG, 2013, p. 488). Ainda que sejam determinantes, a ocupação em posições que representam poder é um desafio, como relatado anteriormente por Luísa Canuto, enquanto mulher indígena feminista inserida no movimento, enfrenta impasses constantemente por causa do machismo e do racismo. Azelelene Kaingang, descreveu como essa presença é permeada de desafios mesmo após a inserção nos espaços de representatividade:

Mesmo com toda a responsabilidade que têm dentro do grupo, só recentemente as mulheres indígenas passaram a atuar como militantes no movimento indígena. Atuação ainda restrita e muito complicada. Quando nós chegamos a ocupar espaços políticos e de representação é como se isso se desse porque contamos com a chancela dos homens – uma espécie de “ela está lá porque os homens permitiram” –, pois os espaços de protagonismo são uma exclusividade masculina (KAINGANG, 2013, p. 490).

Inserida nessa discussão, uma questão latente, tema de muitos encontros acadêmicos e textos, é a existência ou não do feminista indígena, ou se os movimentos de mulheres indígenas são também feministas. A pesquisadora Maria Luiza Silveira (2018), questiona se existe de fato um feminismo para as mulheres indígenas. Esse termo não é um consenso entre as indígenas, esse debate está sendo tratado por diferentes pesquisadoras indígenas e não indígenas no Brasil nos últimos anos, com muitos pontos divergentes. Por um lado, uma das contestações apontadas por mulheres indígenas é a ausência



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

de sensibilidade do movimento feminista em relação as questões específicas das mulheres indígenas, e da compreensão de mundos diferentes (SACCHI, 2006, p.155), portanto, elas não conseguem se identificar com o feminismo ocidental. A indígena Ana Manoela Karipuna, refletiu sobre essa relação:

Mas, se de fato os movimentos de indígenas mulheres são feministas, eles são movimentos que possuem raízes, troncos, sementes, trajetórias, oralidades, memórias e demandas bastante específicas, que diferem daquelas demandas de outros feminismos de origem não indígena, sendo movimentos contra-colonizadores e pintados de jenipapo e urucum (Correa Xakriabá, 2018). Destaco que nossas pautas prioritárias são outras. Reivindicamos, por exemplo, o direito à vida e a cura da Terra (KARIPUNA, 2021, p. 3-4).

A autora reconhece que ficou instigada pelo tema quando foi questionada pela definição de feminismo indígena, e por reconhecerem suas falas, pesquisas e ações como feministas (KARIPUNA, 2021, p.2) embora ela não se reconheça como tal. A antropóloga em seu texto relatou que muitas indígenas se identificam como integrantes do movimento de mulheres indígenas, mas não como feministas. Considera alguns pontos de união entre o feminismo e o movimento de indígenas mulheres, ainda que tenham origens distintas: “são os debates de gênero; as mobilizações pelas participações nos lugares de enunciação; o empoderamento pelo acesso à formação e informação qualificada; e o combate à violência contra a mulher” (Ibid., p.9).

Por outro lado, algumas pesquisadoras têm se dedicado a pensar o feminismo indígena, juntamente com as teorias do feminismo comunitário. Definido por Julieta Paredes, escritora e ativista indígena boliviana do povo Aymara, como a “luta e a proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa da história, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime”⁵ (PAREDES, 2013, p.76). A sua proposta é construída a partir da comunidade, tendo-a como elemento que cuida das vidas, organizado por campos de ação e de luta, o espaço, corpo, memória, movimento e tempo. O feminismo comunitário é compreendido como uma corrente de pensamento, que nasceu na ação, como explica Julieta Paredes: “nós nascemos como uma prática social que nomeia seus sonhos, suas propostas, suas lutas, e vamos encontrando na construção teórica a explicação do que estamos fazendo” (PAREDES, 2020).

A antropóloga e ativista Elisa Urbano Ramos Pankararu, uma das primeiras pesquisadoras a teorizar sobre o feminismo indígena no Brasil, em sua dissertação *Mulheres Lideranças indígenas em Pernambuco, espaço de poder onde acontece a equidade de gênero* (2019), se propõe pensar o

⁵ Texto original: “es la lucha y la propuesta política de vida de cualquier mujer en cualquier lugar del mundo, en cualquier etapa de la historia que se haya rebelado ante el patriarcado que la oprime” (PAREDES, 2013, p. 76).



feminismo indígena, como um feminismo outro, com pautas específicas. Envolve primeiro pela espiritualidade, pois é crucial nas relações e no fortalecimento para enfrentar os desafios, seguido dos corpos, territórios, e histórias (PANKARARU, 2019, p. 84). A liderança afirma que é uma forma de pensar o mundo, sem desigualdades, que envolve mulheres e homens, compreendendo a diversidade de povos e culturas, e marcados pela coletividade:

Podemos definir Feminismo Indígena enquanto um conjunto de ações das mulheres indígenas em prol dos direitos coletivos que refletem no presente a trajetória de luta dessas mulheres fortalecidas nas suas espiritualidades, de forma que seus corpos estão para seus territórios como um corpo coletivo dotado de histórias, culturas e da memória de seus antepassados. E na sua especificidade comunga com a luta de outras mulheres contra as violências de qualquer natureza. Portanto, feminismo indígena é ação, uma ação contínua porque começa com a relação de pertencimento das mulheres com seus territórios e suas organizações sociais, e tem continuidade nos espaços coletivos a partir das aldeias, nas participações nos rituais sagrados, nas assembleias e nas lutas por direitos sociais coletivos (PANKARARU, 2019, p. 84).

A autora defende que o feminismo indígena é ação permanente, que parte do território e das relações e vai para a coletividade, “é pensar uma forma de bem viver no mundo, é conectar elementos e desenvolver posturas de convivência”, (PANKARARU, 2019, p. 85). O feminismo é uma forma de combate as violências, que marcam as mulheres indígenas duplamente, por questões de gênero e raça, como a escritora Francesca Celentani, explicou, “a ação feminista é um confronto com a misoginia, a negação e a violência contra o espaço vital das mulheres, que elas empreendem quando se reconhecem e dialogam entre si”⁶ (2014, p. 117).

As discussões trazidas neste texto têm o objetivo também de pensar os feminismos plurais, que integram distintas culturas, crenças e histórias. De forma específica tratamos do feminismo indígena, que para Elisa Pankararu, está no seu ser, como relatou, “eu busco na minha essência, na minha ancestralidade, compreendendo o meu contexto, o meu percurso, de quem vem antes de mim, do que vivo e vivi” (PANKARARU, 2023). Assim, como na trajetória de Luísa Canuto que tem o feminismo como parte constituinte da sua história.

Algumas considerações

As reflexões desenvolvidas não se esgotam neste artigo, pois a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento, mas o que pode ser considerado até a escrita deste texto, é que a atuação de

⁶ Texto original: “La acción feminista es una confrontación con la misoginia, la negación y la violencia contra el espacio vital de las mujeres, que ellas emprenden cuando se reconocen y dialogan entre sí.” (CELENTANI, 2014, p.117).



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

mulheres indígenas em posições que anteriormente não eram comuns em muitas etnias demonstram força e resistência. Portanto, as atuações de Luísa Canuto e Fransquinha Tabajara, constituem um movimento de mulheres indígenas Tabajaras através das articulações, posicionamentos, resistência, espiritualidade e pelo feminismo indígena. Este último, apesar de ter muitos posicionamentos divergentes, se faz relevante ao passo que reflete sobre as diferentes formas de ser e de entender o mundo, com o principal objetivo de lutar pela igualdade dos direitos. Logo, pensar feminismos plurais é essencial para que se compreenda a história das mulheres. Desse modo, as trajetórias aqui delineadas carregam consigo as diversas histórias de outras mulheres indígenas que assim como elas são essência, existência e resistência.

Referências

AFIUNE, Giulia; ANJOS, Anna Beatriz. Temos que construir a utopia no dia a dia. *Agência Pública*, 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/>. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

ALMEIDA, Maria Celestino de. *A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

AMICE. Luiza – *Povo Tabajara/ Monsenhor Tabosa*. YouTube, 28 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fFwGXVQUx-E&t=1s>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

BORBA, Bárbara Lustoza da Silva. *Nas entrelinhas da história: representações de índias e mamelucas nos registros coloniais do primeiro século da América Portuguesa*. p.195. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018.

CELENTANI, Francesca Gargallo. *Feminismos desde Abya Yala*. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México: Corte y Confección, 2014.

ESPLAR. *Do quintal à escola: um dia na vida de Francisca*. Disponível em: <https://esplar.com.br/noticias/item/250-do-quintal-a-escola-um-dia-na-vida-de-francisca>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

FALCÃO, Larissa. *Dia dos Povos Indígenas: Ceará tem Secretaria voltada à proteção, fortalecimento e valorização dos povos e seus territórios*. Governo do Ceará, Fortaleza, 19 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2023/04/19/dia-dos-povos-indigenas-ceara-tem-secretaria-voltada-a-protecao-fortalecimento-e-valorizacao-dos-povos-e-seus-territorios/>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

KAINGANG, Azelene. Indígenas. Depoimento de uma militante. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

KARIPUNA, Ana Manoela Primo dos Santos Soares. *Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas*. São Paulo: Cadernos de campo, v. 30, n. 2, p. 1-12, 2021.

SESC SÃO PAULO. *Leia poemas inéditos da cordelista indígena Auritha Tabajara*. 2023. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/ineditos-poemas-em-cordel-assinados-por-auritha-tabajara-e-ilustracoes-de-lucelia-borges/>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

LUGONES, María. *Rumo a um Feminismo Descolonial*. Estudos Feministas. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935 - 952, set-dez/2014.

MARIE CLARIE. *Marcha das Margaridas: cem mil mulheres trabalhadoras rurais protestam em Brasília*. 2019. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2019/08/marcha-das-margaridas-cem-mil-mulheres-trabalhadoras-rurais-protestam-em-brasilia.html> Acesso em: 01 de setembro de 2023.

PANKARARU, Elisa Urbano Ramos. *Movimento de mulheres indígenas e feminismo indígena*. [Entrevista concedida a Jade Alcântara Lôbo]. Epistemologias do Sul, v.5, n.2, p. 58-65, 2021.

PANKARARU, Elisa Urbano Ramos. *Mulheres lideranças indígenas em Pernambuco: espaço de poder onde acontece a equidade de gênero*. 2019, p. 100. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2019.

PAREDES, Julieta. Hilando Fino. *Desde el feminismo comunitario*. La Paz: Cooperativa El Rebozo, 2013.

SABIÁ. *Feminismo indígena: estudo e ancestralidade*. 21 de abril de 2023. Disponível em: <https://centrosabia.org.br/2023/04/21/feminismo-indigena-estudo-e-ancestralidade/>. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

SACCHI, Angela Célia. *União, luta, liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira*. p. 245. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2006.

SAMPAIO, Paula Faustino. *Indígenas Mulheres entre colonialismos e resistência de longa duração - séculos XX e XXI*. Teresina: Cancioneiro: 2021.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. *Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários*. Revista EDUCAmazônia – Educação, Sociedade e Meio Ambiente. Manaus, ano 5, v. 8, p. 94-104, 2012.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63 – 95.

SILVEIRA, Maria Luiza. *Mapulu, a mulher pajé: a experiência Kamaiura e os rumos do feminismo indígena no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo de (Antropologia), São Paulo, 2018.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.



SOUZA, Adriana Uassuri de; SANTOS, Juvana Evarista dos; OLIVEIRA, Edileia Santiago. *A mulher indígena e o protagonismo da sua própria história de luta e resistência*. Emblemas. Goiás, v. 17, n. 1, p. 94-105, 2020.

TABAJARA, Renan. *A importância da espiritualidade em defesa do Território*. YouTube, 15 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b5qBzFXuqKU>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

Indigenous Women in Motion: Trajectories of Tabajara Women in the City of Monsenhor Tabosa (2000-2023)

Abstract: The main objective of this work is to reflect upon and problematize the journey of indigenous women from the Tabajara ethnic group in the da Serra das Matas region, in the municipality of Monsenhor Tabosa, between the years 2000 and 2023. I seek to understand how the indigenous women's movement is constructed through the trajectories of leadership within the village. Through their stories, I aim to learn about and highlight the main issues raised and their challenges they face, the social and political roles occupied by the women who comprise the movement, seeking to comprehend gender relations in the context at hand, and, most importantly, how women perceive themselves within this movement. For this purpose, the research is conducted using oral, documentary and audiovisual sources, from various public and private collections. The focus begins with the intense mobilizations for women's rights in the early years of the century, with a particular emphasis on the participation of Tabajaras indigenous women in the first March of the Margaridas in 2000, an event that mobilized women from across the country, aiming to advocate for issues such as combating violence against women, and the defending labor rights. The study extends until 2023, as it represents a crucial moment in the struggle for the restructuring of public policies for indigenous peoples. We believe that this work contributes effectively to the study of women's history and gender relations, and indigenous history.

Keywords: Indigenous Women; Women's History; Trajectories; Indigenous Movement

OS VESTÍGIOS DA MEMÓRIA NA OBRA “AUTORRETRATO” (1940) DA ARTISTA MEXICANA MARÍA IZQUIERDO

Aryane Barbado¹

Resumo: María Izquierdo (1902-1955) foi uma importante artista mexicana conhecida por suas pinturas marcadas por temas que envolvem a condição das mulheres no México, bem como a memória coletiva de seu povo. Em 1940 Izquierdo realiza a obra “Autorretrato”, uma pintura a óleo com dimensões de 140 x 87 cm; neste trabalho a artista autorretrata-se vestindo trajes típicos mexicano junto a uma estátua de cavalo selvagem diante de uma paisagem de morros. Seu autorretrato está localizado temporalmente na transição da concepção imagético-teórico acerca do autorretrato, não apenas devido a sua localização temporal, mas também pela forma como a artista interliga sua imagem às relações inconscientes e psicossociais. Assim este trabalho pretende formular uma análise iconológica da obra “Autorretrato” (1940), da artista mexicana María Izquierdo, buscando elucidar os vestígios de sua memória a partir de estudos da psicanálise. Posteriormente é possível traçar relações entre uma série de outros trabalhos da artista, propondo uma reincidência de seus processos memoriais em sua obra, bem como sua contribuição para a construção de um imaginário cultural pré-espânico no México.

Palavras-chave: Autorretrato. Memória. María Izquierdo.

María Cenobia Izquierdo Gutiérrez, nasceu em 1902 em San Juan de los Lagos (Jalisco - México). Cresceu rodeada pela paisagem rural de sua cidade, uma terra cercada pelo “furor das planícies e o gosto de suas terras ocres, brancas, vermelhas e verdes” (ROBLES, pág. 219, 2019), enraizada numa cultura pré-hispânica. Izquierdo foi uma pintora mexicana pertencente ao grupo Contemporâneos; sua produção está marcada por temas que envolvem a condição das mulheres mexicanas, bem como a memória coletiva de seu povo e os próprios vestígios de sua memória. Julieta Ortiz Gaitán, em seu texto “Magia e ensueño en la obra de María Izquierdo”, aponta uma dualidade na produção da artista, se por um lado há a forte presença de temas que abarcam a mexicanidade, desenvolvendo e tornando visual questões culturais e de cunho autobiográfico; por outro lado, Izquierdo experimenta em sua obra um apreço as vanguardas internacionais, em especial o surrealismo, buscando a emancipação da razão absoluta (GAITÁN, 2019).

Em 1940, María Izquierdo realizou um de seus muitos autorretratos. Autorretrato (1940), ou como também é conhecido, *Autorretrato con Rebozo Rojo*, é uma pintura a óleo, com dimensões de 140 x 87 cm, onde Izquierdo constrói um plano pictórico adornado de poucos elementos visuais. A

¹Graduanda em Artes Visuais Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas - aryaneblima@hotmail.com.

artista apresenta-se sentada, vestida com trajes típicos, um vestido longo branco cheio de babados, com fitas e laços pretos. Sobre ele está jogado um *rebozo* vermelho sangue, com padronagens nas pontas. Seu cabelo está trançado e sobre ele há uma tiara também vermelha com três flores brancas. Em suas orelhas usa brincos brancos que pendem e seguram uma pequena bolinha vermelha. Seu rosto está sério, porém tranquilo, límpido, com apenas os lábios pintados no mesmo tom de vermelho de sua tiara e *rebozo*. No lado direito, num segundo plano pictórico, há um suporte retangular com extremidades retas, em tons amadeirados; sobre ele está uma escultura de cavalo selvagem branco. No terceiro plano pictórico, Izquierdo nos apresenta ainda uma paisagem de morros em tons de marrom avermelhado. No quarto e último plano, há a continuidade desses morros, dessa vez num azul petróleo, e um céu que os acompanha em tons de azul, ocre e branco. O autorretrato de Maria Izquierdo possui uma altura que se assemelha à própria altura da artista.



Imagem 1: María Izquierdo, Autorretrato, 1940.
Óleo sobre tela, 140 x 87 cm

Autorretrato uma breve apresentação

A pesquisadora brasileira Katia Canton, afirma em seu livro “Retrato de artista” (2004), que



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero** 16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

“O Autorretrato é uma forma de registro em que o modelo é o próprio artista. O retratado é quem se retrata. (...) Na verdade, o autorretrato sempre acompanhou o ser humano no desejo de deixar uma marca de sua própria imagem, mesmo depois da passagem de sua vida. Essa autorrepresentação foi tomando formas diferentes no decorrer do tempo...” (CANTON, pág 3, 2004)

Dessa forma o autorretrato se desenvolve como uma espécie de projeção do artista por meio de sua autopercepção.

A história do autorretrato teve seus primeiros registros ainda na Antiguidade, sendo encontrado em algumas obras egípcias, gregas e romanas; porém foi somente durante o Renascimento Europeu que ele passou a ser reconhecido enquanto gênero artístico autônomo (BOTTI, 2005). Se afirmando como tal e acompanhando as tendências sociais que colocavam o indivíduo em evidência, o autorretrato invadiu ateliês e marcou produções do mundo todo, principalmente de artistas mulheres. Durante o Renascimento Europeu o autorretrato carregava consigo características latentes desse período, possuindo como principal suporte a tela. A obra era executada seguindo algumas noções da época, como a perspectiva (princípios matemáticos e geométricos da representação), o realismo (representação fiel do objeto) e o uso do claro-escuro (reforçando as noções de volume da obra) e foi constantemente associado ao espelho, demonstrando a clara intenção de uma representação verossímil (BOTTI, 2005), tais aspectos constituem as características pertencentes ao conceito clássico do autorretrato. Por muito tempo sendo vinculado ao espelho, o autorretrato carregava noções que o ligavam a uma representação clara da artista e de sua realidade física.

A partir da segunda metade do século XIX, o autorretrato passou por mudanças tanto técnicas, como conceituais. A popularização da fotografia marcou a transformação não só deste mas também de muitos gêneros e linguagens da arte, já que por meio dela as artistas sentiram-se livres de seu “comprometimento mimético para abraçar outros caminhos de representação” (BOTTI, pg. 33, 2005), abrindo espaço para a experimentação e o surgimento e/ou desenvolvimento de novos gêneros artísticos, como a performance, a videoarte, body art, a instalação e entre tantos outros. Estas mudanças ao redor do autorretrato acabaram por contribuir com as questões acerca da representação da mulher, dado que “ao inserir-se na obra de arte, a artista passa a (re)existir de um modo outro, sendo ela e ao mesmo tempo outra, (re)significando sua existência a partir de suas próprias experiências e vivências” (REIS, p. 72, 2018). Tal qual a invenção da fotografia, os movimentos sociais, em especial a primeira onda feminista, tiveram forte impacto na produção de autorretratos de mulheres, não só daquela época, mas também na contemporaneidade; sentindo-se livres de certas “noções convencionais do comportamento feminino” (NUNES, pg.935, 2019) muitas artistas

passaram a reivindicar controle de suas próprias narrativas. Neste contexto, o autorretrato foi utilizado, principalmente, como mecanismo de resistência, já que naquele momento as artistas se propuseram a desafiar as regras impostas a elas, dispensaram o cargo de musa e reivindicaram para si o papel de artista. O autorretrato passa então a ser entendido enquanto um conceito a ser trabalhado dentro da obra, e não apenas como uma subcategoria pertencente ao retrato que deve seguir noções e preceitos pré estabelecidos. Isto leva as artistas a uma liberdade de seu emprego em suas próprias produções, onde elas passam a utilizar sua própria imagem enquanto uma ferramenta que evoca discursos acerca de suas memórias, suas elaborações psíquicas, sobre seus corpos, suas próprias alegorias, bem como sobre seus lugares dentro do tecido social em que estão inseridas, num constante movimentos de (re)construção e transfiguração de si.

O autorretrato de María Izquierdo está localizado temporalmente no início desta ruptura conceitual e estética acerca do autorretrato. Isso se torna possível não apenas pela sua localização temporal, mas também, como veremos mais adiante, pela forma como ela interliga sua imagem às relações inconscientes e psicossociais, que diz respeito a sua imagem que, como dito por Reis, passa pela (re)significação de existências outras. Bem como a partir dela traça um discurso acerca da memória cultural mexicana, contribuindo para a construção de um imaginário cultural pré-espânico no México.

Trauma e Memória no Autorretrato de María Izquierdo

Em seu autorretrato de 1940, Izquierdo apresenta junto a sua imagem uma pequena escultura de um cavalo selvagem branco sobre uma pilastra retangular. Ao localizá-lo em seu autorretrato, Izquierdo abre espaço para atrelarmos a representação do cavalo à sua própria imagem. O cavalo emerge no autorretrato de María Izquierdo como uma alegoria de si. Seu simbolismo na obra da artista carrega marcas memoriais de sua infância, já que nesta época de sua vida, enquanto ainda morava em San Juan de Los Lagos, ela passou por um evento marcante: foi pisoteada por uma manada de cavalos selvagens durante a Feira de São João. Este episódio traumático gerou na artista uma fascinação pelo animal, que passou a representá-lo em diversas de suas pinturas, seja como um elemento central ou secundário (Imagem 2, 3, 4, 5 e 6).



Imagem 2: María Izquierdo,
Caballos en el río, 1946.
Óleo sobre tela, 50x70cm



Imagem 3: María Izquierdo,
Calvario, 1933.
Aquarela sobre papel, 21,5x28cm



Imagem 4: María Izquierdo
El ronzal azul V, 1940.
Guache sobre papel, 41x51cm

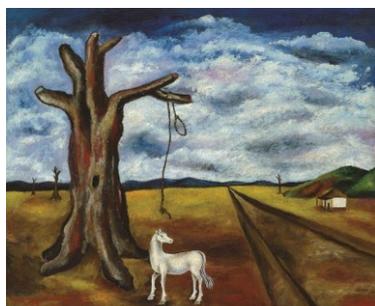


Imagem 5: María Izquierdo,
La sogá, 1947.
Óleo sobre tela, 43x51cm

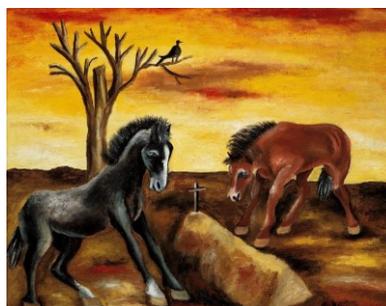


Imagem 6: María Izquierdo
Zapata, 1945
Óleo sobre tela, 41x51cm

De acordo com estudos que buscam elucidar o desenvolvimento do conceito de “trauma” relacionado ao conceito de “memória”, ambos abordados pela teoria psicanalítica, Maria M. A. Moreno e Nelson E. C. Junior, em “Trauma: o avesso da memória” (2012) discorrem sobre os “efeitos do trauma nas funções psíquicas da memória” (MORENO; JUNIOR, pág. 48, 2012). Em concordância aos autores, apropriando-se dos estudos de Sigmund Freud, devido ao trauma, a memória não guarda nem reproduz diretamente a percepção do acontecimento original; ela se dá na ação da substituição, no que de acordo com a teoria psicanalítica de Freud, chamamos de “impressões” ou “signos de percepção” (MORENO; JUNIOR, pág. 51, 2012). Esse processo leva o sujeito, investido pelo inconsciente, a uma elaboração mnemônica do acontecimento. Há, portanto, uma espécie de tradução imagética do acontecimento original, ou seja, um processo de figurabilidade. No decorrer desse processo, que pode levar a um desamparo psíquico, o trauma desenvolve-se como a “impossibilidade do sujeito representar-se não investido pelo objeto” (BOTELLA, C. & BOTELLA, S. apud MORENO; JUNIOR, pág 56, 2012). Ou seja, há um processo de absorção/incorporação do objeto por parte do sujeito.

Desta forma, a representação do cavalo no autorretrato de 1940 surge como uma transfiguração de si. Izquierdo, de acordo com os processos descritos acima, entendia sua imagem,

em um primeiro momento, atrelada à elaboração mnemônica do acontecimento original (ser pisoteada por uma manada de cavalos), traduzindo-a, posteriormente, na figura do cavalo selvagem.

Todavia as possíveis relações com a imagem do cavalo não se encerram aqui. Os processos ao qual leva a uma relação da “memória” ao “trauma” continuam na teoria psicanalítica freudiana. Zelig Libermann em “Tempo, memória e ressignificação” (2014), explica que, *a posteriori*, pode haver desdobramentos na compreensão do acontecimento original. Isto é, “que um mesmo registro pode sofrer diferentes transcrições à medida que as lógicas do desenvolvimento se sucedem” (LIBERMANN, pág. 86, 2014). Por conseguinte, é possível que novas relações tenham sido elaboradas por Izquierdo ao interligar sua imagem à do cavalo; ressignificando-o para além de um objeto fruto da tradução imagética do acontecimento original, para além das relações traumáticas.

De fato é possível confirmar esta elaboração ao observarmos como a imagem do cavalo foi apresentada em algumas de suas pinturas. Da elaboração de um processo traumático, Izquierdo passa a uma fascinação, utilizando a imagem do cavalo como uma alegoria, seja ligado à representações de sentimentos, como é o caso da pintura “*Caballos amorosos*” de 1940 (imagem 6); ou seja ligado a sua própria imagem, como é o caso do autorretrato objeto desta análise iconológica.



Imagem 6: María Izquierdo. *Caballos amorosos*, 1940. Gouache sobre tela, 42,6x58cm

Logo, a imagem do cavalo selvagem também pode ser lida como um símbolo de liberdade. Assim, ao atrelar sua imagem à representação de um cavalo selvagem é possível que Izquierdo nos



diga que deseja ser, bem como ser lida, detentora de uma liberdade. Essas constatações são impulsionadas pela trajetória de María Izquierdo, não apenas como artista, mas principalmente em suas contribuições aos movimentos sociais e de emancipação feminina no México. Durante os anos que viveu na Ciudad del Mexico, Izquierdo frequentou o Café Paris, onde passou a ter contato com os integrantes da “Liga de Escritores y Artistas Revolucionarios”, e posteriormente se tornou membro (ARJONA, 2018). María Izquierdo também integrou um grupo antifacista, bem como contribuiu para a causa da expropriação petroleira, realizando um leilão de arte mexicana. Izquierdo esteve engajada na luta pelo direito das mulheres no México, tendo realizado uma conferência intitulada “La mujer y el arte”, denunciando a opressão sofrida pelas artistas mulheres no México; posicionamento este que se encontram em muitos de seus trabalhos.

A cultura mexicana e seus vestígios pré-hispanicos no Autorretrato de María Izquierdo

María Izquierdo nasceu em uma família de classe média baixa com ascendência indígena, após a morte de seu pai, passou a ser criada pelos seus avós, que mesmo sendo religiosos cristãos, ainda mantinham certas tradições e ritos provindos de uma cultura e religiosidade pré-hispânica. Foi nesta mistura de culturas e ritos que Izquierdo passou grande parte da vida, nutrindo um grande apreço e carinho pela cultura popular e todas suas manifestações. Influenciando não apenas suas obras, mas sua própria vida, a forma como se vestia e seus movimentos políticos. Octavio Paz, em entrevista concedida a Miguel Cervantes em novembro de 1988, rememora os primeiros contatos com María Izquierdo no Café Paris. Lá ele afirma que Izquierdo se destacava na multidão, enquanto todos seus amigos e acompanhantes vestiam-se com roupas formais e refinadas, em um estilo quase europeu,

“María Izquierdo era o contrário, parecia uma deusa pré-hispânica. Um rosto de lama seco sol e fumado com incenso de copal. Muito maquiado, com uma maquiagem *no-up to date* mas antigo, ritual: lábios de brasa; dentes canibais; narizes largos para aspirar o fumo delicioso das orações e sacrifícios; bochechas violentamente ocre; sobrancelhas de corvo e olheiras enormes rodeando uns olhos profundos. O vestido era também fantástico: tecidos azabache e Solferino, colares opulentos (...) com dentes de jaguar. Mas aquela mulher com ar terrível de deusa pré-hispânica era a doçura mesma. Tímida, íntima.” (PAZ, pág 22, 1988)²

Nancy Deffebach em seu texto de 2018, “María Izquierdo: arte puro y mexicanidad”, nos traz a informação de um texto publicado pela escritora mexicana Elena Poniatowska, em 1953, onde ela diz que em uma conversa, Izquierdo apontou que são “sete as cores que me importam: o vermelho,

² Tradução da autora desta pesquisa.

o vermelho mais escuro, o carmim, ocre, branco, *'chicle'* (o rosa dos indígenas) e o *tezontle* (terra queimada de Michoacán)"³ (PONIATOWSKA apud, DEFFEBECH, 2018). Deffebach, conclui que Izquierdo selecionava as cores de acordo com seus gostos pessoais, bem como seguindo o emprego de cores segundo as tradições indígenas mexicanas. Os povos indígenas mexicanos “empregavam cores vivas ou vermelhas intensas ou escuras em contraste com cores frias.”⁴ (DEFFEBACH, pág 31-32, 2018). Podemos observar no “Autorretrato” de 1940, que Izquierdo utiliza apenas as cores quentes de sua paleta em contraste às tonalidades frias. Um emprego da cor que se aproxima da afirmação de Deffebach. Ao brincar com as tonalidades quentes junto a detalhes frios, a artista traz a obra uma sensação de serenidade. À medida que, ao analisar a paleta junto aos elementos pictóricos, o autorretrato transmite uma introspecção da artista; como se, ao voltar-se para suas memórias e raízes passadas, Izquierdo entendesse que tanto os eventos que lhe sucederam durante a vida - neste caso em específico ser pisoteada por uma manada de cavalos selvagens - bem como as paisagens que a marcaram e a acompanharam - e aqui podemos pensar também nas culturas que estão engendradas nesses lugares - dão forma e constituem a autopercepção de si mesma.

Outro elemento pictórico no autorretrato de María Izquierdo que pode nos trazer uma forte relação entre sua autobiografia e a memória cultural, são as montanhas que compõem o terceiro e quarto plano pictórico de seu autorretrato. As montanhas representadas pela pintura, num ângulo quase paralelo e horizontal ao corpo da artista, trazem uma forte referência a algumas montanhas e vulcões do México, principalmente à Cintura Vulcânica Trans-Mexicana⁵ (Imagem 7), que se estende por 900 km do território mexicano, e se encaixam visualmente na representação feita pela artista. Ao analisar sua biografia foram traçadas três principais cidades por onde a artista passara partes de sua vida; San Juan de los Lagos (Jalisco), cidade Natal de María Izquierdo, localizada ao oeste do México; Torreón, para onde se mudou ainda jovem, localizada ao norte; e por fim, a Ciudad de México, onde aos 22 anos ingressou na Escuela Nacional de Bellas Artes, e passou grande parte de sua vida adulta. Independente da exata localização geográfica que Izquierdo buscava retratar, a Cintura Vulcânica Trans-Mexicana marca a paisagem de todas as cidades por onde a artista viveu durante alguma época de sua vida. Dessa forma, este grande cinturão vulcânico faz parte da memória e reconhecimento geográfico não apenas de María Izquierdo, mas para parte da população mexicana, que de Jalisco a Vera Cruz são marcados pelos seus altos relevos em tons de ocre e marrom.

³ Tradução da autora desta pesquisa.

⁴ Tradução da autora desta pesquisa.

⁵ A “Cintura Vulcânica Trans-Mexicana” é uma cadeia de montanhas que corta grande parte do território do país.



Imagem 7. Foto de arquivo digital. A Cintura Vulcânica Trans-Mexicana.

María Izquierdo apresenta-se, em seu autorretrato de 1940, vestindo duas indumentárias culturais do México. A artista utiliza um vestido branco com babados e laços pretos, que possui grande semelhança visual à vestimenta tradicional dos trajes “Jarocho” (Imagem 8), atualmente utilizados em danças folclóricas mexicanas, mas que em sua origem recordam a história da independência do México. O traje “Jarocho” é um desdobramento de outro traje utilizado e popularizado pós-revolução mexicana, principalmente no estado de Jalisco, possuindo como referência o traje “Charro” (traje masculino) e “China” (traje feminino). A história do traje “China” remota as crenças antigas do imaginário coletivo mexicano acerca de uma mulher escravizada que detinha visões místicas, no século XVII; acabou por casar com o comerciante responsável por ela, todavia não compartilharam a mesma cama, terminando sua vida em rocolhimento ao ficar viúva. A fama por detrás de suas visões contribuiu para uma enorme devoção à sua imagem. A partir deste momento sua história possui uma bifurcação, onde por um lado sua imagem é atribuída a Catarina de San Juan, uma monja; por outro lado inicia-se a história de “La China Poblana”, que a partir do século XIX transformou sua imagem “na mulher das classes mais baixas da população e a roupa que usava reunia características dos vários tipos populares mexicanos que representava a litografia costumbrista desse período” (TORRES, pág 71, 2022). “La China Poblana” se converteu em um dos símbolos nacionais do México independente; ao passo que sua imagem passou a ser associado ao baile Jaracho, originalmente ligado ao sul do país (nascendo da confluência entre a população indígena e as pessoas escravizadas oriundas de distintas etnias africanas), sendo concedida como a parceira do “Charro”. A imagem de “La China Poblana” passou a ser reconhecida por toda a nação e é um símbolo de libertação; suas vestimentas foram modificadas com o tempo, sendo incluídas bordados e cores que representassem a iconografia de um México Independente (TORRES, 2022).

Entre as muitas de suas variações em cores e bordados, está presente o traje típico dos bailes de “Jaracho”, como um desdobramento do traje “China” e “Charro”. Maricruz Velásquez Ovideo, em

“*Así se quiere en Jalisco*” (2017), traça um histórico cultural por detrás dos trajes “Charro”, explicando que o traje se populariza como uma vestimenta regional do estado de Jalisco (estado onde a artista María Izquierdo nasceu e viveu parte de sua infância), e lá as soldadeiras foram responsáveis por popularizar-lo entre as mulheres, (OVIDEO, 2017), hoje em dia é muito utilizado em danças folclóricas da região. O traje consiste em um vestido longo de algodão ou popeline, normalmente com apenas uma cor, podendo ser adornado com rendas, laços ou fitas coloridas; possui ainda sobreposições formando babados. O vestido que a artista Maria Izquierdo utiliza em seu autorretrato, muito se assemelha a esta indumentária cultural do estado de Jalisco.



Imagem 9: Foto de arquivo digital. Traje *Jaracho*.

Além do vestido, a artista também utiliza uma espécie de lenço sobre os ombros, chamado “*Rebozo*”, uma indumentária originalmente ligada aos povos originários do México. Patricia Arias em seu texto “*Del rebozo a la pañoleta: la reinención de la vestimenta indígena*”, caminha pelas marcas das tradições indígenas para explicar os resquícios de suas vestimentas no atual cenário da moda. Em seu artigo, Arias nos apresenta a vestimenta indígena como um indicador de informação, assim eles comunicavam um pertencimento e uma identidade específica (ARIAS, 2019). No México “a vestimenta indígena foi, durante muito tempo, marcador da estética, da identidade e dos sentidos de diversos grupos e povos de acordo com seus gostos, relações e lógicas simbólicas”⁶ (ARIAS, pág 178, 2019); visto que, até 1960, cerca de 80% deste fazer manual era produzido por e para o uso de seus próprios membros (ARIAS apud LECHUGA, 2019), e estava engendrado dentro de suas

⁶ Tradução da autora desta pesquisa.

tradições familiares, onde as mulheres eram ao mesmo tempo produtoras e consumidoras. Marcadas pela produção têxtil do lar, a vestimenta feminina era formada por *rebozos*, saias, cintas, *huipiles* e aventais; suas decorações e estampas referenciam e combinavam elementos da cosmovisão dos grupos étnicos com a reprodução de suas paisagens (como por exemplo animais e plantas).

Tanto o vestido quanto o rebozo que Izquierdo utiliza em seu autorretrato implicam numa forte leitura de sua memória cultural, demarcando suas origens e as histórias que permeiam o movimento de independência do México. A artista rememora suas tradições mexicanas, bem como aquelas que se originaram em um México pré-hispanico; ela marca e legitima a existência de seus ancestrais, bem como cria pontos de referências futuras. Em muitas de suas obras, Maria Izquierdo representa elementos culturais que integram o imaginário mexicano. Pensando pelo viés da História da Arte, ao trazer para suas pinturas estes elementos visuais, que vão desde paisagens até vestimentas culturais, ela torna marcante e legítimo a experiência de um povo, fazendo-as visíveis, tornando-as reais para um imaginário coletivo.

Conclusão

Em *Autorretrato* (1940), a artista mexicana María Izquierdo apresenta imgeticamente suas memórias e concepções da cultura chicana ao evidenciar as paisagens que marcam o território de seu país e as vestimentas populares de seu estado de origem, Jalisco. Em seu autorretrato é possível notar a influência de uma cultura pré-hispânica localizada nas raízes dos povos originários, tanto pelas cores que emprega em sua pintura (tons tradicionalmente utilizados por estes povos) como pela utilização do *rebozo*, uma peça presente na indumentária indígena. Izquierdo também traz à tona seu processo complexo de relações traumáticas e transfigurações com a imagem do cavalo selvagem, marcando-o como um elemento indispensável em sua autopercepção enquanto indivíduo no mundo. A artista dispõe de um discurso sobre a importância de sua representação/presença dentro do quadro pictórico; bem como a de sua cultura e suas memórias mais afetuosas/traumáticas. María Izquierdo traça as reverberações iconológicas, criando uma memória coletiva e visual para as pessoas de seu país. Dando e tomando espaços antes restritos por certas disputas de poder.

Referências



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

ARIAS, Patricia. Del rebozo a la pañoleta: la reinención de la vestimenta indígena. *Encartes*, vol 2, núm. 4, setembro 2019 - março 2020, pp. 175-194. Disponível em: <https://encartesanropologicos.mx/reinencion-vestimenta-ropaindigena/>. Acesso em: 29 abril 2023.

ARJONA, Kathy Celeste Cellis. Introducción a la vida y obra de María Izquierdo. *Vita et Tempus*, vol. 5, p. 64-76, 2018. Disponível em: <https://www.uqroo.mx/files/revista-vita-et-tempus/nuevos/Vita-N.5-ajuste.pdf#page=64>. Acesso em: 30 abril 2023.

BOTTI, Mariana Meloni Vieira. *Espelho, Espelho meu? Auto-retratos fotográficos de artistas brasileiras na contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p.172, 2005.

CANTON, Katia. *Retrato de artista*. São Paulo: Cosac&Naify, 2004.

DEFFEBACH, Nancy. María Izquierdo: arte puro y mexicanidad. *Co-herencia*. Medellín, Vol.15, No, pág 13-36, agosto, 2018. Disponível em: <https://publicaciones.eafit.edu.co/index.php/co-herencia/article/view/5087>. Acesso em: 28 de abril 2023.

GAITÁN, Julieta Ortiz. Magia y ensueño na obra de María Izquierdo. In: ROJAS, E. F. (org). *La mujer en el arte: su obra y su imagen*. Xochimilco: Diseño de portaba, 2019, pág. 45-55.

LIBERMANN, Zelig. Tempo, memória e ressignificação. *Revista Brasileira de Psicoterapia*. Porto Alegre, Vol.15, No, pág 83-90, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-847749>. Acesso em: 25, abril 2023.

OVIDEO, Maricruz Velázquez. *Así se quiere en Jalisco*. Ciudad de México, 2017, 132 páginas. Monografía. Investigación y Educación Artísticas Del Instituto Nacional de Bellas Artes. Disponível em: <http://inbadigital.bellasartes.gob.mx:8080/jspui/handle/11271/1496>. Acesso em: 27 abril 2023.

PAZ, Octavio. María Izquierdo Sitiada y Situada. *Vuelta*, vol. 12, página 21-27, novembro de 1988. Disponível em: https://letraslibres.com/wp-content/uploads/2016/05/Vuelta-Vol12_144_04MISStOPz.pdf Acesso em: 30 abril 2023.

REIS, Fernanda, História das Mulheres na Arte: O Autorretrato como Escrita de Si. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v.12, n.26, p. 68-83, jan. / jun. 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/issue/view/354>. Acesso em: 10 de agosto 2022.

ROBLES, Martha. María Izquierdo. In: ROBLES, Martha. *Mulheres, Mitos e Deusas*. São Paulo: Goya, 2019, p. 419-427.

TORRES, Andreia Martins. Vistiendo la Independencia de México: el traje de “China Poblana”. In: GIMENO, Jorge García; GARCÍA, Camilo Herrero (org). *Visiones y revisiones de las independencias en el mundo hispánico*. Madrid: Doce Calles, 2022, p. 67-90.

The trace of memory in “Autorretrato” (1940), artwork made by the mexican artist María Izquierdo

Abstract: María Izquierdo (1902-1955) was a relevant Mexican artist, known by her painting market by themes that involve the condition of women in México, as well as the collective memory of its



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

people. In 1940, Izquierdo created "Self-portrait", an oil painting in dimensions of 140 x 87 cm; In this artwork she paints herself wearing typical Mexican costumes, besides her there's a horse statue, and in the background there's a mountain landscape. Her self-portrait is temporally located in the transition from the imagistic-theoretical conception of the self-portrait, not only because of its temporal location, but also because of the way that the artist interconnects her image to unconscious and psychosocial relationships. Thus, this work intends to formulate an iconological analysis of the work "Self-portrait" (1940), by the Mexican artist María Izquierdo, seeking to elucidate the traces of memory from her psychoanalytic studies. Therefore, it's possible to trace relationships between a series of other artworks by the artist, proposing a recurrence of memory processes in her work, as well as his contribution to the construction of a pre-spaschal cultural imaginary in Mexico.

Keywords: Self-portrait. Memory. María Izquierdo.



COTAS DE GÊNERO NA POLÍTICA: AS MULHERES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (1998-2018)

Bruna Busnello¹
Joana Maria Pedro²

Resumo: O Brasil foi um dos primeiros países da América Latina a garantir o direito ao voto das mulheres, ainda assim, é considerado um dos piores países em índices de representação política deste grupo. Conquistas e avanços aconteceram nesse sentido, no final do século passado e na primeira década deste milênio, com a proposta do sistema de cotas e de paridade de gênero. Documentos assinados pelo país em conferências internacionais e nacionais buscaram garantir o aumento da participação das mulheres no campo político. Em 1995, foi adotada a primeira forma da Lei de Cotas de gênero na política nas eleições proporcionais. Em diálogo com os estudos de gênero, interseccionalidade e na óptica da História do Tempo Presente, buscou-se compreender como se deram os conflitos, as adesões e os resultados desta legislação e a atuação das mulheres eleitas na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) entre 1998 e 2018. Em um primeiro momento, é realizado um breve histórico abordando sobre os direitos políticos das mulheres no Brasil, seguido pela discussão e debate bibliográfico sobre a Lei de Cotas, buscando observar se os partidos políticos acataram a legislação no lançamento das candidaturas em Santa Catarina. Na segunda parte, apoiando-se no conceito de interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw, foi analisado os perfis das mulheres eleitas e suplentes, utilizando variáveis como raça, etnia, geração, classe social e profissão. Por fim, foram analisados os Projetos de Lei feitos por estas parlamentares durante o exercício na ALESC. As fontes utilizadas foram os dados obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) e da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Foi notado que, geralmente os partidos políticos não cumprem com as cotas, o que dificulta a eleição de mulheres. Estas, quando eleitas, não se dedicam necessariamente à representação de seu grupo social. Ainda, constatou-se que este é um parlamento essencialmente branco e modelado por marcadores sociais.

Palavras-chave: Gênero. Interseccionalidade. História do Tempo Presente. Lei de Cotas.

Introdução

As mulheres foram historicamente excluídas de espaços político-decisórios e subordinadas a esfera doméstica – ao cuidado com a família, os filhos e idosos. De forma que, os processos que garantiram a cidadania das mulheres aconteceram tardiamente quando comparado aos homens. Michelle Perrot (2005, p. 337), evidencia que os direitos cívicos e políticos foram estritamente resistentes e fechados para as mulheres, de modo que “a cidade Grega, primeiro modelo da

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: bruna.busnello16@gmail.com. Esse trabalho é um resultado do Trabalho de Conclusão de Curso defendido em junho de 2023, na mesma titulação e sob orientação da co-autora Joana Maria Pedro.

² Doutora em História Social pela USP. Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, dos Programas de Pós-Graduação em História e do Interdisciplinar em Ciências Humanas. E-mail: joana.maria.pedro@ufsc.br.



democracia [...] as excluía radicalmente. E quase tanto quanto a república romana”. Ao analisarmos o tempo-presente, percebemos que embora avanços tenham acontecido neste âmbito, a esfera política continua sendo majoritariamente ocupada por homens brancos, evidenciando uma permanência na longa duração da organização política.

Compreende-se que a primeira forma de garantir direitos políticos às pessoas é através do voto. No Brasil, as mulheres tornaram-se cidadãs políticas após a intensa mobilização do movimento sufragista em 1932³. Salvuaguarda que neste momento, não foram todas as mulheres que puderam exercer o direito ao eleitorado⁴. O país foi um dos pioneiros da América⁵ a reconhecer o direito ao voto feminino, mas representou apenas o início da etapa para o alcance do exercício pleno dos direitos políticos-eleitorais das mulheres (Prá, 2013), pois não garantiu seus lugares em espaços de poder e tomada de decisão. A busca pela afamada igualdade de gênero na esfera política, não se faz sem que as mulheres precisem enfrentar dificuldades de forma diferente dos homens. Tal busca reflete o desejo de garantir os direitos que deveriam ser naturalmente exercidos, na prática, da cidadania igualitária entre os sexos.

É preciso entender que essa luta implica em romper paradigmas que se refletem nos espaços sociais, econômicos, políticos e culturais de uma sociedade que carrega a herança patriarcal, na qual as mulheres são condicionadas a subordinação masculina e que refletem como as relações de gênero hierarquizadas permeiam o campo político. Utiliza-se o conceito de gênero como categoria útil de análise histórica, o que foi base para a compreensão de que as relações sociais entre os sujeitos são, inevitavelmente, relações de poder moldadas historicamente pela cultura patriarcal. Para Joan Scott (1995, p. 86), “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; [...] e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.”

A busca pela igualdade de gênero na política faz parte das exigências internacionais da ONU, da qual o Brasil é signatário e foi respaldada em documentos e conferências mundiais. À vista disso, o Brasil adotou o sistema de cotas de gênero na política em 1995, através da Lei 9.100/95, que

³ O movimento sufragista ocorreu no início do século XX e tinha como principal reivindicação os direitos políticos e o acesso à educação das mulheres. Fez parte da primeira onda do feminismo.

⁴ Naquele momento, o direito ao voto foi garantido à alfabetizadas, que eram em sua maioria mulheres brancas, deixando falhas na emancipação política das mulheres negras e indígenas (Bester, 2016).

⁵ Seguindo do Canadá, Estados Unidos e Equador (Hahner, 1981).

inicialmente previa 20% de reserva de vagas para cada um dos sexos nas eleições proporcionais⁶. Em 1997, a lei sofreu alterações e passou a estabelecer 30%, mas ainda não previa a reserva de vagas como medida obrigatória, neste mesmo momento, a lei também permitiu o aumento de número de candidaturas que cada partido ou coligação poderia lançar. Em 2009, com a Minirreforma Eleitoral (Lei nº 12.034), tornou-se obrigatório o preenchimento efetivo de vagas com 30% de mulheres em cada partido ou coligação nas candidaturas para as eleições proporcionais.

Esta discussão parte do pressuposto de que a legislação é insuficiente para o alcance da equidade de gênero em espaços políticos institucionais no Brasil. Após 25 anos da primeira lei de cotas, o país ainda ocupa o 131º lugar na posição do ranking mundial de mulheres em parlamentos, segundo dados da IPU⁷. Este fato pode ser associado a diversos motivos, pontua-se entre eles o sistema eleitoral de lista aberta, a falta de comprometimento dos partidos, a lacuna na representatividade política das mulheres e o aparato histórico que estrutura a suposição do que seria um “político ideal” no cenário brasileiro. De maneira que, o espaço político do Brasil se compõe majoritariamente por homens brancos. Em Santa Catarina, este perfil é mais evidenciado: nas eleições de 2022, apenas pessoas brancas foram eleitas para ocuparem cargos na assembleia estadual, câmara federal, senado e governo do estado⁸ e em sua maioria, foram homens. Na Assembleia legislativa catarinense, apenas 17 mulheres ocuparam espaço no parlamento, desde 1834. O estado ocupa a segunda posição no ranking da baixa representação de mulheres em Assembleias Legislativas Estaduais do Brasil.

Neste ínterim, em um primeiro momento, este trabalho dedica-se a analisar a efetividade da lei de cotas na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), no período de 1998 a 2018. Na segunda parte, procura-se observar de forma interseccional⁹, os perfis das mulheres que ocuparam cargos na ALESC durante os 24 anos investigados e analisar os Projetos de Lei (PL) propostos por elas durante sua atuação no parlamento.

A efetividade da Lei de Cotas na ALESC

⁶ As eleições proporcionais atribuem-se apenas para os cargos de deputado/a federal, deputado/a estadual, deputado/a distrital (DF) e vereadores.

⁷ União Interparlamentar é uma organização internacional dos Estados soberanos.

⁸ Dados consolidados segundo informações do TSE.

⁹ Esta categoria será explicada no decorrer deste texto, contudo, cabe evidenciar que tem como base teorias propostas por Kimberlé Crenshaw (2002), Carla Akotirene (2018) e Patricia Hill Collins (2015).



As eleições de 2022 para cargos na ALESC, demonstram que 53% do eleitorado é composto por mulheres, para um diferencial de 47% de homens, contudo, de 40 deputados/as eleitos/as, apenas 3 são mulheres, nenhuma é negra ou indígena. Santa Catarina foi o primeiro estado brasileiro a eleger uma mulher negra para o cargo de deputada estadual: Antonieta de Barros, que assumiu a titularidade do mandato na legislatura de 1935 a 1937, sendo a primeira representante mulher e negra no poder legislativo na América Latina.

Partindo do pressuposto de que apesar da Lei de Cotas de gênero, as mulheres continuam sendo sub representadas em espaços da política institucional, esta investigação dedicou-se a analisar se os partidos políticos que lançaram candidaturas na ALESC acataram a legislação. Compreendendo que, em 1998 ocorreram as primeiras eleições para cargos de deputado/a estadual, depois da primeira lei de cotas estabelecida em 1995¹⁰, o recorte temporal foi estipulado para início em 1998 e estendido até 2018, somando um total de seis legislaturas diferentes. Utilizou-se como fonte os dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SC) e o site da ALESC.

Com o intuito de demonstrar se as cotas foram acolhidas ou não no Estado, observa-se os números de uma eleição anterior a legislação das cotas: em 1994, foram registrados 174 candidatos/as para o cargo de deputado/a estadual em Santa Catarina. Desse número, 170 (98%) eram homens e apenas 4 (2%) eram mulheres. Dos 40 eleitos/as, apenas uma era mulher.

Nas eleições de 1998, observou-se que dos 19 partidos que lançaram candidaturas, apenas cinco cumpriram com as cotas: PMN, PRTB, PSB, PSC e PSTU. De um total de 280 candidatos/as, 28 (9,9%) eram mulheres: número baixo, mas demonstra uma mínima atuação da Lei de Cotas. Enquanto o resultado das eleições, compactua com este número: 38 homens eleitos para um diferencial de 2 mulheres.

A falha dos próprios partidos políticos com o não cumprimento das cotas expressas nestas – e nas próximas eleições, demonstra a carência de compromissos dos líderes partidários com o tema. Clara Araújo (2010, p. 205) evidencia que os partidos ainda se configuram como os pilares centrais que legitimam as democracias representativas e é por meio destes que são escolhidas as pessoas que vão para a disputa eleitoral, logo, tendem a escolher quem já foi testado eleitoralmente e/ou quem apresenta competências para estar na disputa, além de pesar o capital simbólico e financeiro dos

¹⁰ Esta primeira legislação estabeleceu que 20% das vagas de candidaturas de cada partido deveriam ser destinadas às mulheres em eleições proporcionais. Como a Lei foi estabelecida em 1995, as próximas eleições em 1996 eram destinadas ao cargo de vereadores/as. Apenas em 1998 houve eleições para deputados/as estaduais, distritais e federais.



possíveis candidatas/as, estes geralmente homens, pois, “a elite política, ou quem já está testado, tem certas características mais típicas, como ser masculina, pertencer a certas profissões e ser oriunda de determinados grupos étnicos ou sociais”. Neste sentido, a Lei de Cotas se constitui em uma possibilidade de modificar esta tendência, na medida que viabiliza oportunidades para as mulheres estarem presentes nas disputas eleitorais, mesmo que não garanta que sejam eleitas.

Nas eleições gerais de 2002, foram registradas 293 candidaturas para a Assembleia Estadual de SC, sendo, 254 (86%) homens e 39 (13%) mulheres. Mais uma vez o resultado das eleições reproduziu a misoginia existente na esfera política: apenas 2 mulheres foram eleitas - sendo uma delas reeleita, para um diferencial de 38 homens. Quanto aos partidos políticos, percebeu-se que em sua maioria, a legislação de cotas de gênero não foi cumprida: 25 partidos lançaram candidaturas e apenas 4 cumpriram – PST, PSTU, PRTB e PAN. Estes, são considerados partidos “nanicos”, que tendem a apresentar elevado percentual de candidatas quando comparado aos partidos maiores, contudo, a elegibilidade das mulheres é muito pequena (Araújo, 2005). Cabe lembrar, que nesse ano, a legislação ainda não previa a obrigatoriedade do preenchimento das vagas com candidaturas de mulheres, algo que foi imposto em 2009, com a alteração da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 12.034/09). Ainda, durante a 15ª Legislatura, outras duas mulheres, que ficaram na condição de suplentes nas eleições, foram convocadas para assumir o cargo em determinados períodos.

Nas eleições de 2006, de um total de 306 candidatos/as, apenas 39 (12,8%) eram mulheres. Em relação aos partidos políticos, percebe-se que mais uma vez a Lei de Cotas não foi cumprida: do total de 20 partidos, apenas 3 cumpriram com a legislação – Pcdob, PRONA e PSTU, que colocaram na disputa apenas 2 candidatos/as cada um no total. No total de 40 vagas, apenas três foram para mulheres – duas em reeleição - e uma parlamentar assumiu como suplente.

Em 2010 aconteceram as eleições gerais para compor a Legislatura de 2011-2015. Nesta ocasião, o TSE registrou 306 candidatos/as considerados/as aptos para concorrer a Assembleia Legislativa do Estado. Entre tais, 236 (77%) registram-se sendo homens e 70 (22,8%) eram mulheres. Cabe ressaltar, que estas eleições foram as primeiras após a Lei nº 12.034, que realizou a Minirreforma Eleitoral em 2009 e tornou obrigatório o preenchimento efetivo de 30% das vagas com candidaturas femininas. Houve aumento no número de candidatas, mas mesmo a medida tendo se tornado obrigatória, nem todos os partidos políticos cumpriram com o mínimo esperado. De um total de 23 partidos, apenas dez cumpriram com a lei: Pcdob, PHS, PMDB, PRP, PRTB, PSC, PTB, PSDC,



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero** 16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

PSTU e PT do B. Destaca-se que para estas eleições foram aprovadas sanções¹¹ para os partidos que não cumprissem com as cotas. Contudo, é observado que as punições para a falha com a legislação não são impostas e isso é uma das razões para a ineficácia da lei no Brasil (Araújo, 2010). Ainda, a lei prevê que os partidos que não registrarem o mínimo de 30% de candidaturas de mulheres devem reduzir o número de candidatos homens, dessa forma muitos deles driblam a lei registrando mulheres que não serão eleitas, apenas para cumprir com as cotas e não retirar os homens da disputa eleitoral. Nestas eleições, foram eleitas quatro mulheres para um diferencial de 36 homens.

Nas eleições gerais de 2014, o TSE registrou 398 candidaturas para disputa eleitoral em Santa Catarina. Destes, 284 (71,3%) eram homens e 114 (28,6%) mulheres. Dos 40 eleitos/as, foram 36 homens e 4 mulheres, todas em posição de reeleição. Naquele momento, 30 partidos lançaram candidaturas e apenas a metade cumpriu com a lei. Pontua-se que nestas eleições, foi possível analisar o perfil do eleitorado por gênero: 51% eram mulheres para um diferencial de 49% homens. Demonstra-se claro que o fato de o campo político ser historicamente ocupados por homens brancos influencia na escolha do eleitorado. Jordão (2010) evidencia que a falta de apoio dos partidos políticos nas candidaturas de mulheres acaba se refletindo nos/as eleitores/as, já que implica em menor recursos financeiros e simbólicos e em menos tempo no horário de propaganda eleitoral. As relações de gênero que desqualificam as mulheres neste espaço, mostram-se permanentes no processo partidário/eleitoral e se refletem em “eleitores e eleitoras com visões mais tradicionais a respeito do papel a ser desempenhado pelas mulheres na sociedade, ainda frequentemente enviesado do ponto de vista das relações de gênero.” (Matos, 2018, p. 8).

Nas eleições gerais estaduais de 2018, o TSE registrou 432 pessoas para concorrer ao cargo de Deputado/a Estadual. Deste número, 294 (60,06%) eram homens e 138 (31,94%) mulheres. O eleitorado foi composto por 51,5% de mulheres e 48,4% de homens. Em relação ao cumprimento das cotas pelos partidos políticos, é possível observar que neste ano elas foram mais cumpridas do que no anterior, mesmo assim, diversos partidos não conseguiram compor 30% de mulheres como candidatas: 33 partidos lançaram candidaturas e apenas 21 cumpriram com as cotas. Em mais uma eleição, foi perceptível que embora a legislação aumente o número de mulheres na disputa do pleito eleitoral, não consegue garantir que sejam eleitas. Do total de 138 candidatas, apenas cinco foram

¹¹ O TSE decidiu nas eleições de 2010, que os partidos que não cumprissem com as cotas seriam impedidos de registrar sua coligação.



eleitas – duas em reeleição. Além disso, três mulheres foram chamadas para assumir o cargo na categoria de suplentes durante o exercício da legislatura.

Percebe-se em partes, a ineficácia da Lei de Cotas para eleger mulheres. Esta lacuna representa algumas das dificuldades que as mulheres passam no campo político, pois, embora a Lei de Cotas tenha sido aprovada para garantir espaços para elas na disputa eleitoral, os chamados pilares da democracia representativa não correspondem com a demanda. Há de se observar também, a possibilidade de muitas dessas candidaturas de mulheres serem as chamadas candidaturas laranjas, nas quais as mulheres concorrem, mas apenas estão emprestando seus nomes para cumprirem a porcentagem que pede a legislação.

Além disso, poucas mulheres têm o desejo de candidatar-se, isto porque as relações de gênero atravessam o espaço político, fazendo com que elas não reconheçam esta esfera como pertencente a elas, a baixa representação de mulheres parlamentares contribui para isto. A divisão sexual do trabalho, implica na falta de tempo, recursos e contatos para realizarem suas campanhas. Não obstante, quando participam deste espaço, precisam enfrentar julgamentos diferentes dos homens. A cultura patriarcal se propaga na esfera política, em situações que vão desde assédio até feminicídio político, caracterizados como violência política de gênero¹².

Tudo isto implica no baixo número de mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos. Na ALESC a representatividade é mínima e quando nos referimos às mulheres negras, indígenas e trans, é inexistente. Com isso, percebe-se que o aumento de candidaturas é essencial para eleger mulheres, pois, quando se tornou obrigatório o preenchimento de 30% das vagas para elas, cresceu o número de candidatas e de eleitas, embora não proporcionalmente.

Mulheres eleitas

A proposta agora é analisar os perfis das mulheres eleitas, observando suas trajetórias políticas, faixa etária, declaração referente à cor/raça, classe social, grau de escolaridade, ocupação profissional além da política, se eram mães, quanto tempo permaneceram atuando no parlamento e qual foi o capital político¹³ que se mostrou mais influente na construção de suas trajetórias políticas.

¹² Conceito definido pela Organização dos Estados Americanos (OEA, 2017) como: “[...] qualquer ação, conduta ou omissão, realizada diretamente ou através de terceiros que, com base em seu gênero, cause danos ou sofrimento a uma ou mais mulheres, e que tenha como objetivo ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos políticos.”

¹³ Utiliza-se o conceito de capital político extraído da sociologia de Pierre Bourdieu e compreendido segundo a análise de Luis Felipe Miguel (2003).



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero** 16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Os dados coletados dizem respeito às deputadas estaduais eleitas a partir de 1998 até as eleições de 2018, ou seja, as mulheres que ocuparam cargos na ALESC desde a 14ª até a 19ª Legislatura, que compreende o período de 1999 a 2022. Neste ponto, foram analisadas não somente as eleitas, mas também as que assumiram por um curto período na condição de suplentes. Em suma, as parlamentares analisadas são: Ideli Salvatti, Odete de Jesus, Ana Paula Lima, Simone Schramm, Ada de Luca, Luciane Carminatti, Dirce Heiderscheidt, Angela Albino, Marlene Fengler, Ana Campagnolo, Paulinha, Anna Carolina Martins, Tati Teixeira e Alba Schlichting.

Para tanto, o conceito de interseccionalidade permitiu dar instrumentalidade teórico-metodológica para compreender as implicações estruturais e dinâmicas da interação entre diferentes eixos de subordinação (Crenshaw, 2022). A interseccionalidade focaliza, especificamente, como o racismo, o patriarcado e a opressão de classe criam desigualdades básicas (Crenshaw, 2002), sendo geradores de avenidas identitárias, onde as mulheres negras são, repetidas vezes, acertadas por estes cruzamentos (Akotirene, 2018), de forma que, limitam a participação política destas mulheres e tornam-se categorias fundamentais para entender as bases estruturais de dominação e subordinação (Collins, 2015).

Utilizando raça e etnia como categorias de análise, procurou-se investigar se houve alguma mulher autodeclarada negra ou indígena que foi eleita durante as seis legislaturas investigadas. A pesquisa revelou que todas as quatorze mulheres que passaram pela Assembleia Legislativa do estado neste período, na categoria de eleitas ou suplentes, eram/são brancas¹⁴. Os dados coletados durante a pesquisa permitiram realizar um cruzamento de informações referentes a autodeclaração de cor/raça e gênero, entre os/as candidatos/as nas eleições de 2014 e 2018 – ressalta-se que só havia informações disponíveis no TSE nestas duas eleições.

O baixo número de candidaturas de homens e mulheres autodeclarados/as negros/as e pardos/as é visível: nas eleições de 2014 entre homens e mulheres havia somente 28 (7,5%) candidatos/as, sendo 11 (2,9%) mulheres, do total de candidatos/as, enquanto na disputa eleitoral de 2018, este número foi 54 (14,3%) candidatos/as, sendo que 15 (3,9%) eram mulheres e apenas uma mulher amarela (0,27%). Entende-se que as limitações impostas principalmente às mulheres negras, incidem na falta de desejo, oportunidade e espaço para participarem do campo político, demonstrando

¹⁴ Importante ressaltar que, estes dados só foram possíveis de serem coletados a partir das eleições de 2014, o que faz com que esta informação seja uma afirmação minha, com base nas fotos disponíveis das eleitas, acessíveis no site do Memorial da ALESC.

a falha da democracia representativa, já que implica diretamente na lacuna de projetos e políticas públicas direcionadas a esse grupo.

Estes fatos representam a maneira como os marcadores sociais de raça, classe e gênero sustentam os eixos de dominação política e fornecem estrutura para organização das relações de poder. Ainda, contribuem para a manutenção da logicidade racista e patriarcal e para hierarquização dos espaços-políticos decisórios do Brasil, especificamente, de Santa Catarina.

Destarte, além da questão racial, a classe social é observada como marcador influente nas candidaturas e eleição de mulheres em Santa Catarina. As mulheres de classes mais baixas precisam enfrentar barreiras diferentes daquelas vivenciadas por mulheres de classes mais altas: a falta de escolaridade, a desigualdade de oportunidade de empregos e salários são alguns destes fatores, que influenciam na lacuna da participação de espaços de tomada de decisões destas mulheres. Nas fontes utilizadas para realizar esta pesquisa não havia informações referentes à classe social dos/as candidatos/as ou eleitos/as. Todavia, analisando indicadores referentes ao grau de escolaridade, profissão e trajetória política das mulheres eleitas, pode-se dizer que em sua maioria, nenhuma delas pertence a uma classe social desfavorecida. Para tanto, será elucidado tais indicadores nos perfis das deputadas, com o propósito de compreender quais e como são as mulheres que se elegeram em Santa Catarina.

Na análise tangente ao grau de escolaridade, percebeu-se que 50% das eleitas possuem graduação e 42% são pós-graduadas em cursos de especialização ou mestrado. Segundo Campos e Machado (2014), o fato de possuir ensino superior reflete-se não apenas no acesso a conhecimentos específicos, mas também possibilita a criação de rede de contatos sociais que estão inseridas naquele ambiente e auxiliam na iniciação da vida político-partidária para aqueles/as que almejam a vida pública.

Sobre a ocupação profissional destas mulheres, a área da educação apareceu como principal atuação, resultando em 46,8%, seguido pela área do direito – com 17% e da saúde com 11%. A revisão teórica (Reis, 2010) evidencia que as mulheres constroem uma carreira profissional particular e depois convertem o capital adquirido para a política, por isso, suas ocupações profissionais demonstram-se importantes para sua elegibilidade.

Em relação a faixa etária, a maioria das mulheres chegaram ao parlamento estadual depois dos 40 anos de idade, isso pode ser explicado por já possuírem carreiras políticas mais consolidadas,

maior concentração de capital político e por já estarem saindo da idade reprodutiva (Araújo, 2010). Salva-se exceção da deputada Ana Campagnolo, que foi eleita com 28 anos de idade.

Na análise da trajetória política, procurou-se observar quanto tempo estas parlamentares permaneceram no cargo: se houve reeleição ou não, filiação partidária e ocupação de cargos políticos/públicos anteriormente. Os resultados demonstraram que 50% delas foram reeleitas na ALESC. Além disso, algumas destas mulheres passaram a ocupar outros cargos políticos depois do legislativo estadual, como Ideli Salvatti, que se elegeu para o Senado duas vezes e Ana Paula Lima – que foi deputada federal. Algumas destas deputadas reeleitas mudaram de partido durante suas trajetórias políticas. É o caso da deputada Odete de Jesus, que concorreu a primeira vez pelo PPB, mudou para o PL e em seguida foi para o PRB. Tal como, Ana Campagnolo, que esteve no PSL e posteriormente no PL; e a deputada Paulinha, eleita pelo PDT e depois pelo partido PODEMOS. No que diz respeito a cargos políticos ocupados antes do pleito estadual, não foi possível encontrar informações sobre nove mulheres, portanto, conclui-se que possivelmente o cargo de deputada estadual foi a primeira função na política institucional destas parlamentares eleitas. O cargo no legislativo municipal é o segundo indicador mais notável – 33%, seguindo pelo cargo de prefeita, onde apenas uma deputada assumiu.

Em relação aos principais capitais políticos das parlamentares eleitas (Miguel; Marques; Machado, 2015), neste estudo, focou-se na caracterização do capital político pessoal, capital delegado e capital familiar, por entender que são os três pilares principais da carreira política das deputadas de Santa Catarina.

No que se refere ao acúmulo de capital político pessoal, logo, sobre ter suas trajetórias marcadas através das militâncias nas diferentes esferas e da ocupação de cargos no legislativo municipal, identificou-se 47% das deputadas. Estas geralmente tiveram suas trajetórias marcadas por atuação em sindicatos, movimentos estudantis, sociais e partidários. O capital delegado é entendido aqui como cargos que as mulheres ocuparam antes do parlamento estadual, que permitiram que ganhassem visibilidade social e auxiliaram na formação de uma rede de apoios partidários e extra-partidários (Miguel, 2003), necessários para uma disputa eleitoral em pleitos mais altos. Neste sentido, identificou-se quatro deputadas que ocuparam cargos na área da educação ou na assistência social municipal, uma mulher que ocupou cargo no campo político e ainda a deputada Odete de Jesus, que transferiu sua influência como líder religiosa para a esfera política. No que diz respeito sobre o capital familiar, identificamos quatro deputadas que tiveram influências de parentesco ou foram

apadrinhadas durante a sua trajetória política. O capital familiar é distinto nas relações de parentesco das eleitas, mas a maioria das deputadas era “mulher de” alguém que já havia ocupado cargo político.

A próxima variável revela sobre serem mães ou não. De um total de quatorze mulheres que passaram pela ALESC nesse período, não foram encontrados esses dados sobre três delas. Entende-se que a responsabilidade pela criação dos filhos, logo, a maternidade, é uma função naturalizada e fundada historicamente como sendo das mulheres, enquanto, o campo político é majoritariamente masculino e está moldado em função dos homens, no que diz respeito à horários, maneiras de atuação e negociação (Sennle, 2020). Assim, ao romperem estas barreiras e entrarem no campo político, são alvos de julgamentos inerentes à sua condição de mães e precisam enfrentar diversas situações que se caracterizam como violência política de gênero.

Projetos de Leis

Este item trata da análise dos dados referentes aos Projetos de Leis feito por cada deputada ou suplente. Estas informações foram coletadas no site da ALESC, através do portal *Proclégis*. Preocupou-se em investigar se as deputadas trazem em pauta projetos referentes às mulheres e de que maneira isso ocorre, visto que, podem ser projetos feministas ou projetos que beneficiem as mulheres, mas não partem de um cunho feminista. Evidencia-se que esta análise se utiliza da categoria mulheres, respeitando as múltiplas diferenças dentro deste grupo social e entendendo que as reivindicações de algumas mulheres não formam a pauta de outras (Pedro, 2005), por isso, foram considerados projetos referentes a mulheres negras, brancas, indígenas, independente da classe social e geração a qual se referem, mas que não expõem especificamente a exigência de direitos específicos para as mulheres. Para tanto, foi entendido como projetos feministas, aqueles que visam a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e a ruptura de padrões patriarcais historicamente impostos.

No total, somaram-se 997 PL's criados pelas parlamentares neste período, na categoria mulheres foram elencados 82 (8,2%), os projetos transformados em Leis no total foram 398, destes na categoria mulheres, foram 25 (6,2%). A categoria mulheres foi pouco pautada pelas parlamentares eleitas, apenas 8% do total, durante 24 anos (1999-2022). O fato de poucos projetos se transformarem em leis, reflete decisões da maioria que está no parlamento estadual: homens brancos. Na categoria mulheres, isto fica mais evidenciado, visto que foram aprovadas apenas 6% das propostas que partiam desta perspectiva. Salienta-se que neste item, foram colocados PL's que não são necessariamente feministas, mas que de alguma forma beneficiam as mulheres. Tomando como exemplo o PL



0294.7/05, feito pela deputada Simone Schramm, que “Institui o Dia Estadual da Mulher Empresária”.

Também foram relacionados PL's que se entende como partindo de um viés feminista. Para elucidar, um exemplo, é o PL 00.30.7/19, de autoria da deputada Paulinha, que “Institui no âmbito Estadual, o Programa Tem Saída, destinado ao apoio às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”. Mesmo que durante este período investigado, quatorze deputadas tenham passado pela ALESC, isto não garante que estejam de fato representando as mulheres. São reconhecidas as diferenças dentro desta categoria, que resultam em distintas reivindicações, onde reside um dos problemas da assembleia legislativa catarinense, por apenas mulheres brancas ocuparem cadeiras, logo, a representatividade torna-se falha, pois não abarca pautas específicas de mulheres racializadas. Ainda, conforme Phillips (1995) argumenta, a presença das mulheres em espaços político-decisórios não traz garantia de resultados. Contudo, se as ideias dos representantes estão mais próximas de suas vivências materiais e se distintos grupos forem representados, possibilita a expressão de perspectivas plurais, resultando em construção de políticas públicas relacionadas a interesses e necessidades mais amplas (Sacchet, 2012).

Considerações Finais

Este trabalho dedicou-se a analisar a efetividade da lei de cotas de gênero na esfera legislativa estadual de Santa Catarina. Notou-se que embora a legislação seja obrigatória desde 2009, geralmente os partidos políticos não cumprem com ela e não são punidos por isso – o que colabora com a ineficácia da lei, resultando na sub representatividade de mulheres na ALESC. Mesmo assim, a existência da legislação é considerada um avanço para a efetivação da cidadania das mulheres e para o fortalecimento do sistema democrático – visto que, é injusto que mais da metade da população não seja efetivamente representada em cargos político-decisórios.

No período investigado, apenas 14 mulheres passaram pelo parlamento estadual, como eleitas ou suplentes. Por meio da análise interseccional, notou-se que as categorias de raça, classe e gênero são influenciadores significativos para eleição de mulheres no estado. De forma que, o perfil que pode ser traçado seria dessa forma: branca, com grau de escolaridade mínimo de graduação, faixa etária entre os 40 e 49 anos, mãe, profissionalmente relacionada à área da educação, direito ou saúde, com capital político pessoal notável e não necessariamente tendo ocupado cargos políticos antes do pleito estadual. Portanto, pode-se dizer que além de um “perfil político ideal” para homens (Araújo, Sousa,



2010), há também um “padrão modelo” das mulheres que foram eleitas em Santa Catarina. Fugindo a regra, destaca-se mais uma vez a deputada Antonieta de Barros.

A análise dos projetos de lei propostos pelas parlamentares, demonstrou que, de um total de 997 projetos, 82 (8%) foram elencados na categoria mulheres, entendidos como projetos que beneficiavam as mulheres de alguma forma. Os projetos compreendidos como feministas foram 5% do total de 997 PL's propostos e a deputada mais influente foi Luciane Carminatti. Os projetos das parlamentares são geralmente voltados para temáticas sociais. Foi visto que a presença de mulheres no parlamento em Santa Catarina não garante sua dedicação em prol de seu grupo social, nem que estas sejam mulheres feministas. Ainda assim, a presença de mulheres no parlamento é considerada um avanço nos direitos de cidadania e na representação política.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O Que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2018.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 18 (2): 352, 2010, pp. 567-584.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista Sociologia Política*, 24, p. 193-215, jun. 2005.

ARAUJO, Neiva; SOUSA, Karen Roberta M. de. Paridade de gênero na política brasileira e a política de cotas. In: *Estudos de Gênero e Feminismos na Sociedade Contemporânea: Diálogos Interdisciplinares*. Cruz Alta, v. 3, p. 195-231, 2014.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 16, Brasília, 2015, p. 121-151.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. Moreno, Renata (org.). *Reflexões e Práticas de Transformação Feminista*, São Paulo: SOF, 2015, p. 13-42.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, University of California – Los Angeles, p. 171- 188, jan. 2002.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

JORDÃO, Fátima Pacheco. Eleições 2010: O poder do voto feminino. 2010. *Projeto Mulheres em Espaços de Poder e Decisão do Instituto Patrícia Galvão*. São Paulo, 2010.

MARCINIK, Geórgia Grube; MATTOS, Amana Rocha. “Mais branca que eu?": uma análise interseccional da branquitude nos feminismos”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021.

MATOS, Marlise. A violência política sexista, racista e inteseccional. In: D'AVILA, Manuela. *Sempre foi sobre nós: Relatos da violência política de gênero no Brasil*. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, p. 210-224, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n.20, p.115-134, jun. 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.58, n.3, p.721-747.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1978.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Mulheres. *Ley Modelo Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres en la Vida Política*. 2017.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença. *Estudos Feministas*, ano 9, 269, p. 268-290, 2001.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, democracia paritária e inclusão política das mulheres. *Gênero na Amazônia*, Belém, n.4, jul - dez. 2013.

REIS, Cíntia de Oliveira Santiago dos. *Representação política no Brasil: uma análise do perfil das mulheres eleitas à Câmara dos Deputados (1986-2011)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 87p., 2010.

SACHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, mai.-ago., 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20 (2), p. 71-99, jul- dez. 1995.

SENLE, Renata Garcia. Conversas de mãe – Da arena virtual para arena política. *IV Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, Londrina-PR, 2020, p. 1251-1273.

Gender quotas in politics: women in the Santa Catarina legislative assembly (1998-2018)



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Abstract: Brazil was one of the first countries in Latin America to guarantee the right to vote for women, even so, it is considered one of the worst countries in terms of political representation of this group. Conquests and advances took place in this sense, at the end of the last century and in the first decade of this millennium, with the proposal of the quota system and gender parity. Documents signed by the country at international and national conferences sought to ensure increased participation of women in the political field. In 1995, the first form of the Law on Gender Quotas in Politics in Proportional Elections was adopted. In dialogue with gender studies, intersectionality and from the perspective of the History of the Present Time, we sought to understand how the conflicts, adhesions and results of this legislation and the performance of the women elected in the Legislative Assembly of Santa Catarina (ALESC) took place, between 1998 and 2018. In a first moment, a brief history is carried out addressing the political rights of women in Brazil, followed by the discussion and bibliographic debate on the Quota Law, seeking to observe whether the political parties complied with the legislation in the launch of the applications in Santa Catarina. In the second part, based on Kimberlé Crenshaw's concept of standard intersectionality, the profiles of elected and alternate women were analyzed, using parameters such as race/ethnicity, generation, education level and profession. Finally, the Bills prepared by these parliamentarians during the time they remained in ALESC were analyzed. The sources used were data obtained from the website of the Superior Electoral Court (TSE), the Regional Electoral Court of Santa Catarina (TRE-SC) and the Legislative Assembly of Santa Catarina. It was noted that, generally, political parties do not comply with quotas, which makes it difficult for women to be elected. These, when elected, are not necessarily dedicated to representing their social group. Still, it was found that this is an essentially white parliament and modeled by social markers.

Keywords: Gender. Intersectionality. History of the Present Time. Quota Law



ENTRE DORES E ALEGRIAS: SENTIMENTOS DE MULHERES INDÍGENAS NA LUTA CONTRA AS VIOLÊNCIAS EM SEUS CORPOS- TERRITÓRIOS

Claudia Regina Nichnig¹

Resumo: Historicizar a presença de meninas e mulheres indígenas e suas práticas no processo da resistência contra múltiplas violências sofridas no Brasil, perpetradas em seus corpos-territórios, utilizando a análise de suas emoções. A participação em coletivos e organizações que lutam pelo direito as suas terras tradicionais se alia a luta por uma vida sem violências, que se traduz em uma forma de re-existência, através de atuações coletivas em coletivos de mulheres indígenas.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas. Violências. Corpo-território.

No dia 05 de agosto de 2023 foi realizada uma visita de representantes do governo Federal na Reserva Indígena de Dourados², em que as mulheres enquanto lideranças indígenas pediam providencias em relação as violências sofridas pelas mulheres e meninas indígenas, dentre elas destacando os casos de feminicídio. Através da presença da representante do Ministério das Mulheres no território indígena ficou demonstrada a intenção deste governo em realizar prática de enfrentamento, buscando a escuta das demandas das mulheres indígenas, buscando de forma dialógica viabilizar parte de suas políticas de enfrentamento e dar efetividade as políticas públicas. Neste encontro, foi lembrada a morte violenta de Raíssa Kaiowá e Guarani, o qual vem sendo reiteradamente lembrado pelas mulheres indígenas organizadas no coletivo denominado Kuñangue Aty Guasu. Da mesma forma, a carta denúncia enviada ao governo federal no início do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além de lembrar várias mortes violentas de pessoas indígenas, trouxe as meninas indígenas que forma vítimas de feminicídio, como Raíssa e Raiane, duas meninas indígenas de 11 e 13 anos que foram vítimas de estupro e seguida de feminicídio, nos anos de 2021 e 2022.

Nesta carta-denúncia a qual, se trata de um “pedido de socorro das mulheres indígenas do Povo Kaiowá e Guarani/MS”, destacam como a região onde habitam as pessoas indígenas da etnia

¹ Doutora em Ciências Humanas/UFSC. Doutorando em Histórias/UDESC. claudianichnig@gmail.com.

² Sobre a Reserva Indígena de Dourados, ler Juliana Graziéli Bueno Mota e Thiago Cavalcante (2019).



Kaiowá e Guarani, as quais estão, “localizadas no centro oeste do Brasil” e são consideradas como “umas das regiões mais perigosa para mulheres indígenas viver no país”.³

O fato de ser uma região de violência extrema para as meninas e mulheres indígenas Kaiowá e Guarani fez com que essas se organizassem para atuar em um processo de resistência coletiva, mas que se trata de uma forma de re-existência. Para as mulheres indígenas as múltiplas violências que forma e ainda são perpetradas em seus corpos-territórios, existem em um tempo contínuo, uma flecha no tempo. Desta forma, estas violências não estão apenas presentes no passado colonial, mas se fazem presentes no presente e, se algo não seja feito por elas mesmas, fará parte de um futuro.

A história, ao contrário, tradicionalmente trabalha com a concepção de que o aconteceu, está irremediavelmente no passado. Ela salienta a flecha do tempo, pensa o tempo como fundamentalmente irreversível, e nos obriga a reconhecer as dimensões da ausência e da inalterabilidade do passado (BEVERNAGE, 2018, p. 30)

Através da análise das agendas de enfrentamento as violências trazidas pelas Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, principalmente dos documentos produzidos pela Grande Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, Kunangue Aty Guasu, pretendo traçar um olhar para os sentimentos lançados pelas mulheres para o debate sobre os enfrentamentos às violências. Perceber de que forma se constroem percepções sobre as violências, como estas afetam as meninas e mulheres nas suas experiências e vivências, bem como as emoções ativadas neste processo de enfrentamento individual e coletivo, buscando trazer os diferentes sentimentos experienciados nesse processo de re-existência.

Quando atuam em coletivos e organizações em favor de suas terras tradicionais, também lutam em defesa de suas existências e de seus corpos como territórios, que devem ser defendidos. A ideia de corpo-território é trazida pelas próprias mulheres indígenas Kaiowá e Guarani em suas práticas políticas e está em conformidade com outras autoras indígenas Braunila Baniwa; Jozileia Kaignang e Giovana Mandulão (2023); Julieta Paredes (2021); e Sofia Zaragocin (2020, 2021).

Medo e injustiça: vidas e corpos violentados

Primeiramente o que se percebe são os sentimentos de medo e injustiça acionados pelas mulheres indígenas. Trazem para o debate estes dois sentimentos para acionar coletivamente as

³ Documento intitulado “Omissão do estado Brasileiro e os assassinatos de vidas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso Do Sul”. Disponível em: kunangue.com.br. Acesso em: 07.10.2023.



demais mulheres e as lideranças, além dos representantes do Estado Brasileiro, em suas diferentes esferas, para que levantem para lutar diante de mortes violentas de meninas e mulheres.

Quando reunidas em assembleia, as mulheres indígenas trazem narrativas impactantes sobre as violências sofridas em suas relações familiares e conjugais, demonstrando como as relações familiares sejam elas, partilhadas nas aldeias ou nas cidades pelas meninas e mulheres indígenas, marcadas por emoções e violências.

Ao se organizarem em coletivos indígenas, como as assembleias, as mulheres indígenas e as lideranças femininas compartilham seus amores, suas emoções e de que forma podem coletivamente buscar uma vida sem violências. Se uma cultura política legalista e a busca pela proteção do Estado são almeçadas por essas mulheres, que estratégias atravessam suas demandas das mulheres indígenas quando as legislações e o Estado não alcançam seus clamores?

Para estas mulheres buscar estratégias de enfrentamento e problematizar como há uma ausência do Estado, e ainda mais que há um racismo estrutural no atendimento e na busca pela Estado por estas mulheres, demonstrando como é preciso que as mulheres indígenas precisam traçar metas em relação às violências de gênero, buscando formas de enfrentamento coletivo. Para as indígenas Kaiowá e Guarani são violências perpetradas contra seus corpos. Estou entendendo como as desigualdades de gênero importam também nas relações traçadas entre mulheres e homens indígenas, e entre mulheres e homens brancos, pois são violências acometidas não somente no âmbito doméstico e familiar, mas também nas relações fora do ambiente doméstico e também nas relações traçadas com o Estado.

As mulheres indígenas Kaiowá e Guarani reiteram que são violências trazidas com a invasão colonial, pois havia relações mais horizontais antes da invasão. Desta forma, ainda que não seja possível definir a partir de que momento passam a ocorrer desigualdades no âmbito das relações familiares, ou mesmo dentro da parentela, há que se afirmar que as violências se tornam naturalizadas e corriqueiras, precisando então que as mulheres se mobilizem para buscar formas de enfrentamento. Assim, é preciso buscar formas de desnaturalizar como as relações conjugais e familiares, também para as meninas e mulheres indígenas, também não podem ser vistas como um lugar do acolhimento e da proteção, já que elas também são reiteradamente vítimas de seus companheiros, pais, irmãos, tios e familiares em geral.

As percepções sobre as violências sofridas e suas estratégias de enfrentamento, que afetam a corporalidade e o psicológico de meninas e mulheres nas suas experiências, emoções e vivências são, portanto, o que pretendo abordar neste artigo.

Assembleias e encontros de meninas e mulheres indígenas Kaiowá e Guarani

A Grande Assembleia de Mulheres Guarani e Kaiowá acontece desde 2006 no Estado do Mato Grosso do Sul, de forma anual desde 2012⁴, organizada por lideranças femininas as quais convidam mulheres indígenas de diferentes tekohas para participem da assembleia, para que juntas compartilhem as denúncias e pensem estratégias de enfrentamento. Para a etnia Kaiowá, o tekoha significa mais do que um território, “*tekoha* (lugar de viver)” (PEDRO, 2020, p. 22), o qual não se estabelece a partir da “ótica da propriedade privada” (PEDRO, 2020, p. 22). Segundo autores que estudam a História Indígena Kaiowá e Guarani o termo significa “comunidade -tekoha - (seria o espaço social) no qual se realizam normas, comportamentos e valores -*nande reko* - assim como a lei e o modo de ser por excelência religioso - *iiande reko katu*” (MELIÁ, GRÜNBERG;GRÜNBERG, 1976; 266).

A assembleia é um importante espaço de diálogo, que confronta questões locais e globais, denota “a importância do tempo presente nos estudos historiográficos atuais: o ‘fim de um paradigma nacional’” (ROUSSO, 2016, p. 227), evidenciando que se trata de um tema inserido em um contexto global. O convite para participar da assembleia busca a discussão conjunta de pautas específicas para as mulheres indígenas, principalmente para homens, mulheres não indígenas e autoridades é para que sejam, sobretudo, escuta daquelas que em outros espaços são silenciadas. Neste espaço, podem coletivamente refletir sobre as violências cometidas contra as mulheres e meninas nas relações familiares, conjugais e familiares e quais são as formas de enfrentamento propostas.

A *Kuñangue Aty Guasu* trata-se de um importante espaço de fala para as mulheres indígena, em que lideranças femininas se formam e são formadas, sendo a cada encontro é produzido um relatório final que sintetiza as discussões realizadas durante a assembleia, além dos resultados e encaminhamento da assembleia. Para as meninas e mulheres indígenas o debate sobre as violências contra as mulheres é um dos motes principais das assembleias, desde sua primeira edição, já que este era um lugar em que poderiam discutir sobre as violências sofridas, inclusive cometidas contra os

⁴ Participei como professora e pesquisadora do VII *Kuñangue Aty Guasu*, realizado entre os dias 16 e 20 de setembro de 2019, no tekohá Ivy Katu Potrerito atuando como facilitadora de uma das oficinas sobre violências.



homens de sua própria etnia ou mesmo realizado por lideranças masculinas. Assim em diferentes edições a temática das violências foi sempre bastante debatida, sendo que em encontros como o de 2019 foi realizada oficinas⁵ para discutir as diferentes formas de enfrentamento propostas nos encaminhamentos finais. Mesmo que questões como a demarcação das terras indígenas e a proteção dos territórios sejam consideradas demandas importantes, percebo como a reflexão sobre resistência de mulheres indígenas em contextos de enfrentamento às violências, não somente no âmbito privado, mas também em ambientes públicos, evidenciam as mulheres e seus corpos como territórios violentados por homens (indígenas ou não) e também pelo próprio Estado.

A realização de uma assembleia anual que “não é um espaço só de mulheres”, mas que é organizada por elas, faz menção à necessidade da escuta dos homens indígenas e das autoridades diante das questões levantadas pelas mulheres indígenas.

Para as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá organizadas em assembleia, as violências são fenômenos abrangentes mas que incluem “todos os pacotes de leis que ferem os nossos corpos, nos violam, nos assassinam e retiram o nosso direito à vida”, conforme dispõe o relatório escrito por elas e que interpreto como uma forma de perceber a intervenção do Estado sobre os corpos das mulheres, também como uma forma de violência.

A partir das fontes da pesquisa e dos aportes teóricos propostos pelos estudos de gênero, feministas e decoloniais é possível refletir sobre uma nova história indígena, protagonizada pelas próprias mulheres indígenas e suas narrativas. Que exigem o seu protagonismo quando exigem que as outras pessoas (principalmente as brancas) sejam escuta de suas agendas e reivindicações. Quando discutem as formas de enfrentamento as violências, e a necessidade de discutirem a aplicação da Lei Maria da Penha, a sua efetiva universalidade, o conhecimento por parte das mulheres indígenas de sua existência e aplicabilidade, estamos diante de uma ação e de um protagonismo, em que as emoções como o medo, mas também da alegria do encontro possível e de um espaço em que tenham suas vozes escutadas.

Assim, mesmo diante da suposta neutralidade dos direitos humanos, em que todas as pessoas estariam (ou deveriam estar) protegidas, existe uma vulnerabilidade social e uma situação

⁵ Na oficina em que participei juntamente com a professora de antropologia da UFGD, Simone Becker, as participantes relataram casos de violências e dificuldades enfrentadas, sendo que algumas mulheres indígenas afirmaram a dificuldade para o registro das violências e a imposição de sua cultura, no sentido de terem filhos e se manter casadas, o que resulta muitas vezes em experiências de violências em suas relações afetivo-conjugais. Também fizeram denúncias de conhecimento de violências obstétricas sofridas por elas mesmas ou por suas irmãs e familiares, bem como o tratamento pouco respeitoso recebido em alguns espaços públicos

invisibilidade dos povos indígenas, especialmente desta etnia que vive um grave situação de conflito na região que ocupa tradicionalmente, tendo em vista a ausência da proteção do Estado em relação as áreas tradicionalmente ocupadas e os conflitos existentes entre as populações indígenas e os representantes do agronegócio. Assim, a situação de grave conflito existente no território que ocupam as meninas e mulheres indígenas Kaiowá e Guarani evidenciam a situação de extrema vulnerabilidade e violência, pois mesmo diante de uma suposta inclusão e universalidade por parte das legislações em relação a todas as pessoas que as deveriam proteger (sem diferenças) não as protege efetivamente, o que vem sendo reiteradamente denunciado coletivamente por estas lideranças.

Portanto, diante das diferentes situações que vivenciam em seus corpos, de violências perpetradas pelo Estado e por homens contra seus corpos, a letra fria da lei não dá conta de proteger as especificidades dos povos indígenas e aqui, especialmente em relação as meninas e mulheres indígenas. É preciso que se pense numa aplicabilidade efetiva e afetiva, já que são a partir das vozes e das trajetórias das mulheres indígenas e de suas necessidades específicas que se percebe a necessidade de uma atuação específica, pois há uma denúncia reiterada de que há uma ausência do Estado e a presença de uma herança colonial, que invisibiliza corpos e trajetórias de pessoas indígenas.

Sentimentos evocados: entre medos e alegrias

Primeiramente o que se percebe são os sentimentos de medo e injustiça acionados pelas mulheres indígenas. Trazem para o debate estes dois sentimentos para acionar coletivamente as demais mulheres e as lideranças, além dos representantes do Estado Brasileiro, em suas diferentes esferas, para que se levantem e lutem diante das mortes violentas de meninas e mulheres. Buscam uma empatia e um sentimento coletivo de injustiça diante das situações de violências, os quais se tornam casos que se repetem, diante da fragilidade destas pessoas e apresentam as vulnerabilidades e a ausência do Estado para enfrentar as situações de violências.

Outro sentimento que percebo ser acionado para a realização de conexões entre as mulheres que participam das assembleias, as quais embora sejam das duas etnias, Kaiowá e Guarani, as mesmas vivem em diferentes regiões do atual Estado do Mato Grosso do Sul, os já denominados *tekohas*. Para as meninas e mulheres é importante compartilhar suas alegrias, suas presenças e experiências, sendo que foi o sentimento que mais me afetou como pesquisadora. Perceber que diante de tanta adversidade e das mais diferentes situações de vulnerabilidade, sejam sociais e econômicas, são meninas e



mulheres que vivem e lutam com alegria, e ainda tem a capacidade de compartilhar alegria com as pessoas que participam das assembleias, as quais não são indígenas e se sensibilizam pela luta e resistências destas pessoas. São a partir destes sentimentos de conexão e união que as mulheres indígenas compartilham as experiências de violências, que são sentimentos relativos às dores vividas e compartilhadas coletivamente entre as pessoas indígenas, mas também tem a capacidade de compartilhar as alegrias experimentadas, as quais são acionadas como forma de resistência e re-existência, mesmo diante das adversidades da vida vivida.

Embora algumas ciências do campo das humanas como a História e a Sociologia tenham pouco se debruçado sobre a emoção coletiva, isto tem se modificado. George de Cerqueira Leite Zahur afirma que “a emoção partilhada é um aspecto essencial” (ZAHUR, 2003, p.246) para as humanidades, pois trata-se de “um importantíssimo aspecto da dimensão humana e da vida em comum- uma ‘microfísica’ da emoção que permeia o cotidiano” (ZAHUR, 2003, p.246). Alerta o autor que “para estudar as emoções coletivas é essencial que se identifique o que faz os homens se emocionarem em conjunto” (ZAHUR, 2003, p. 246).

Para a História, as emoções passam a ser objeto de análise e são as epistemologias feministas e decoloniais, as principais responsáveis por incentivar e impulsionar que os sentimentos e as emoções como importantes para a análise histórica. Dentre as autoras que trabalham sob esta perspectiva, destaco os trabalhos de Sarah Ahmed (2015), Cristina Scheibe Wolff (2021) e Barbara H. Rosenwein (2021). Diante de diferentes emoções que podem ser acionadas quando nos deparamos com as violências, Cristina Scheibe Wolff apresenta como a honra é uma das emoções que detém “significados e materialidades diferentes segundo o gênero” (WOLFF, 2021, p. 240) e é acionada muitas vezes como uma das formas de justificar a violência acometida contra as mulheres, sendo que a honra a ser preservada é a honra familiar ou a honra masculina.

No enfrentamento as violências, a historiadora destaca como os sentimentos acionados pelos movimentos sociais permitem acionar a prática política, sendo que “os feminismos e suas reflexões epistemológicas e metodológicas, sem dúvida, fornecem pistas sobre como estudar as emoções e como investigar com cuidado em contextos de violência sociopolítica” (WOLFF, GASPARETTO, 2021, p. 226), ou seja, é a partir dos feminismos e suas propostas epistemológicas que é possível historicizar a dor sentida pela outra pessoa, de forma respeitosa, não se apropriando ou tampouco tomando como uma dor coletiva, sentida por outras mulheres, mas respeitando a experiência das mulheres indígenas.



Embora as mulheres indígenas Kaiowá e Guarani reunidas em assembleias, não se identifiquem como feministas⁶, é a partir das epistemologias feministas que vou dialogar com os sentimentos narrados e sentidos coletivamente, expostos a partir de uma narrativa comum e experienciada entre meninas e mulheres indígenas, que são dores e sentimentos sentidos a partir de um corpo e de uma experiência vivida, e neste caso são mulheres indígenas que vivem em uma região de conflito pela posse terra, conhecida como “faixa de gaza brasileira”⁷, devido aos constantes conflitos por terra e as violências.

Mas se por um lado por muito tempo não se buscou evocar a política e as emoções para explicar acontecimentos históricos, estes passam a ser chamados para explicar questões. Enquanto “os afetos são aqueles sentimentos mais corporificados, menos conscientes, enquanto às emoções concernem os sentimentos mais conscientes, ancorados na linguagem e nos significados.” (WOLFF, 2021, p. 231). Pensando na perspectiva das emoções sentidas que me fizeram conectar com o tema das violências e os enfrentamentos pelas mulheres indígenas a alegria e a capacidade de ter esperança na mudança são características presentes nestas mulheres, que são verdadeiras guerreiras.

Os ensinamentos da historiadora Cristina Scheibe Wolff permitem tecer estas conexões, entre o que é racional e o que motiva uma pesquisa, aquilo que é sentido e permite tecer os fios que conectam os sentimentos, o desejo, a ação e a política:

Confesso que quando comecei a trabalhar com as noções de emoção e afeto, minha primeira aproximação com estas categorias foi a partir do senso comum. Estava buscando falar de algo que não estivesse tão ancorado naquilo que é considerado racional. Percebi que quando se trata de questões de gênero, nem sempre as razões, as lógicas, os discursos elaborados davam conta de explicar as motivações para a ação, as formas de sensibilização da opinião pública e a nossa própria sensibilidade com certos assuntos como historiadoras/es. Quando lemos as fontes, também nos sensibilizamos e obtemos uma compreensão sobre o passado, uma compreensão que, muitas vezes, ultrapassa aquilo que conseguimos explicar em termos racionais e metodológicos. Os arrepios, risos e, até, o choro, fazem parte de nossas experiências no contato com as fontes, muito especialmente quando se trata, por exemplo, de relatos orais (WOLFF, 2021, p. 231).

⁶ Em minha tese de doutorado a ser defendida junto ao programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, sob a orientação da professora doutora Sílvia Maria Fávero Arend discuto sobre a existência (ou não) de um feminismo indígena e desta perspectiva de atuação para as mulheres Kaiowá e Guarani.

⁷ A expressão é do próprio Ministério Público Federal que considera “o Mato Grosso do Sul é a “Faixa de Gaza brasileira”. De acordo com “a coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República (PGR), Deborah Duprat, a situação dos Guarani e Kaiowá pode ser considerada uma das piores situações envolvendo povos indígenas no mundo”. Disponível em: <https://cimi.org.br/2015/07/37428/>. Acesso em: 20.07.2023.



Ao buscar compreender os sentimentos das meninas e mulheres indígenas Kaiowá e Guarani procurei transferir as experiências destas para a narrativa escrita, através de um olhar para as fontes que me conectei para a escrita desta história tecida a partir de um escuta sensível. Ao escutar e ler suas narrativas, escrita pelas mulheres indígenas Kaiowá e Guarani em língua portuguesa, que para elas também se traduz num processo violento, pois escrever na língua do colonizador se por um lado é uma espécie de violência, por outro permite usar as mesmas armas para o enfrentamento, Para mim, traçar este olhar como pesquisadora me faz acionar as emoções das mulheres indígenas mas também as minhas próprias, pois também fui (e ainda me sinto afetada) pelo modo como as mulheres e meninas indígenas Kaiowá e Guarani vivem e re(existem) em situações muito adversas, sendo que estas emoções impulsionaram minha pesquisa e escrita.

Referências

- AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.
- BANIWA, Braulina; KAINANG, Joziléia; MANDULÃO, Giovana; SCHWINGEL, Kassiane (Org.). *Mulheres: corpos-territórios indígenas em resistência*. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia: Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023.
- BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Serra-ES: Editora Milfontes/Mariana-MG: SBTHH, 2018.
- MAYBURY-LEWIS, David. Identidade étnica em estados pluriculturais. In: SCOTT, Parry; ZARUR, George. *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003, P. 11-18.
- MELIÁ, Bartolomeu S.J. Memória, História e futuro dos povos indígenas. In: CHAMORRO, Graciela; COMBES, Isabelle (Org.). *Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: UFGD, 2015, p. 15-17.
- MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs). *Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos*. Ebook, São Leopoldo: Karywa, 2019.
- PAREDES, Julieta Carvajal. Para descolonizar el feminismo – 1492 Entronque patriarcal y feminismo comunitario. La Paz, Bolivia: Moreno Artes gráficas, 2020.
- PEDRO, Gileandro Barbosa. Ore Rekohaty (*Espaço de pertencimento, lugar que não se perde*): Do esbulho das terras à resistência do modo de ser dos Kaiowá da Terra Indígena Panambi – Lagoa Rica em Douradina MS (1943 – 2019). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História/UFGD. 2020.



ROSENWEIN, Barbara H. *História das Emoções: problemas e métodos*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Tradução Fernando Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, emoções e afetos na política. In: WOLFF, Cristina Scheibe (Org.) *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 229-242.

WOLFF, Cristina Scheibe; GASPARETTO, Vera Fátima. *Esperança equilibrista: emoções e gênero nas lutas contra as ditaduras* In: WOLFF, Cristina Scheibe (Org.) *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 209-228.

ZARAGOCIN, Sofia. Ampliando los espacios de los feminismos descoloniales desde los territorios y territorialidades antirracistas. *Epistemologias do Sul*, v.5, n.2, p.114-125, 2021.

ZARAGOCIN, Sofia. La geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta. In: CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania.; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. (Coords.) *Cuerpos, territorios y feminismos: compilación latino-americana de teorías, metodologías y prácticas políticas*. Quito-Ecuador/Mexico: Abya-Iala Ediciones, 2020, p. 83-100.

Between pain and joy: feelings of indigenous women in the fight against violence in their bodies-territories

Abstract: Historicize the presence of indigenous girls and women and their practices in the process of resistance against multiple violence suffered in Brazil, perpetrated in their bodies-territories, using the analysis of their emotions. Participation in collectives and organizations that fight for the right to their traditional lands is combined with the fight for a life without violence, which translates into a form of re-existence, through collective actions in groups of indigenous women.

Keywords: Indigenous women. Violence. Bodies-territories



HISTÓRIAS E NARRATIVAS DE AVÓS AO SUL

Claudia Luana Cogo¹

Resumo: Em minha pesquisa de mestrado busco contar a história de minhas avós, mulheres migrantes e trabalhadoras do campo. Para isso parto de alguns textos, como as teses “Sobre o conceito de história”, de Walter Benjamin, que elaboram, de maneira geral, uma ideia antiprogressista da história. A tese mais famosa desse ensaio descreve o “anjo da história” como uma instância que tem o papel de olhar para o passado, desejando parar e revolver os destroços, enquanto uma tempestade chamada progresso o impele sempre em frente. Esse é o movimento que busco realizar ao voltar minha atenção ao passado, em especial ao passado das minhas avós, para revolver alguns escombros e contar suas memórias e histórias de pessoas comuns. Minha pesquisa parte de relatos orais tendo como base os textos *Manual de história oral*, de Verena Alberti, “Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres” de Silvia Salvatici e *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi. Entendo como desafiador trazer a memória e a história através do relato oral para o ambiente acadêmico, já que aí se entende a memória oral como fato histórico e se questiona a escrita como a única fonte legítima para a historiografia. A partir disso é possível reintroduzir histórias, linguagens e subjetividades de pessoas à margem, como as narrativas de mulheres do campo, trabalhadoras rurais, que encontram na história oral um caminho, principalmente aquelas que tiveram pouco ou nenhum acesso ao estudo formal. Além disso, meu viés sobre a história das avós é guiado pelos estudos de gênero. Pretendo explorar, sob essa perspectiva, temáticas simbólicas presentes nos relatos de minhas avós, como educação, uso de anticoncepcional, maternidade, trabalho doméstico e rural, casamento (separação, fidelidade e viuvez), e as relações de gênero que ditam o cuidado na velhice.

Palavras-chave: memória; história oral; estudos de gênero.

“Queiram as mulheres felizes e honradas dos tempos futuros voltarem de quando em quando suas mentes para as dores e humilhações das mulheres que as precederam na vida, e lembrarem com alguma gratidão os nomes daquelas que abriram e prepararam o caminho à nunca antes desfrutada, talvez apenas sonhada, felicidade!”
Sobre a condição presente e futura das mulheres,
Cristina Trivulzio di Belgioioso [1808-1871]²

Introdução

Este artigo aborda algumas discussões preliminares resultantes da minha pesquisa de mestrado em Literatura que tem como objetivo contar as histórias e as memórias de minhas avós. O estudo está inscrito na linha de pesquisa “Subjetividade, memória e história” do Programa de Pós-graduação em

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Literatura na Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail para contato: claudiacogo@outlook.com.

²

Disponível

em:

https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/40812/raizes_feministas_simoni.pdf?sequence=4&isAllowed=y



Literatura, e é orientado pela profa. dra. Tânia Regina Oliveira Ramos. Este texto discute alguns aspectos citados nas entrevistas orais realizadas com minhas avós referentes à maternidade e ao trabalho doméstico.

Ao lidar com a história das minhas avós busco apoio nas reflexões de Walter Benjamin, principalmente seus textos “O narrador” e as teses “Sobre o conceito de história”, ensaios publicados no livro *Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política*, de 1987. Parto também da leitura que Jeanne Marie Gagnebin faz dos textos e conceitos benjaminianos, mais especificamente seu ensaio “O trabalho de rememoração de Penélope”, publicado no livro *Limiar, aura e rememoração* e da obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi, também pautada pelos estudos benjaminianos. Conto, então, histórias de avós camponesas, migrantes, que tiveram pouca educação formal e buscaram como objetivo de vida possibilitar melhores condições de existência aos filhos através do trabalho rural, a partir de perspectivas anticapitalistas.

Minha abordagem sobre os elementos citados acima parte dos estudos de gênero e tem como guia os textos de Silvia Federici, que aborda o feminismo a partir da categoria de classe e que problematiza o papel social imposto às mulheres de mãe e trabalhadora doméstica. Federici discute a forma como o sistema de produção capitalista convenceu os sujeitos sociais, principalmente as mulheres, que a reprodução e o trabalho doméstico são partes naturais constitutivas de sua condição feminina, impossibilitando que sejam tratadas como trabalho de fato e desconsiderando, portanto, o valor do trabalho que resulta na reprodução humana.

Memória e história oral de mulheres

A partir de um interesse inicial pelas relações que literatura e história estabelecem entre si e que problematizam o discurso histórico oficial como o único legítimo, entendi que conhecer o passado é conhecer as pessoas que habitaram nele e não apenas conhecê-lo por meio do que contam aqueles que exercem o poder. Assim, falar sobre a história das avós foi uma escolha muito subjetiva baseada em estudos prévios sobre história, memória e passado.

A partir disso, busco na história oral um método historiográfico que propõe novas formas de narrar que questionam o discurso histórico oficial escrito como o mais legítimo, possibilitando a recuperação de histórias e narrativas daquelas e daqueles que geralmente são ignorados por esse discurso histórico, que costuma focar em grandes figuras históricas, soldados, reis, presidentes. Nas

palavras de Benjamin “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1987, 225). O relato em história oral, possibilita dar voz a memórias e histórias de pessoas comuns. Para Ecléa Bosi

A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano. [...] Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. (BOSI, 2003, p. 15)

Assim, a história oral permite contar outras histórias, detalhes do cotidiano, das minorias, de coisas aparentemente sem importância, mas que se olhadas com cuidado podem revelar pequenas e grandes transformações (ou permanências) que fazem parte das transições de um período histórico para outro, sob o domínio do capitalismo e do progressismo. Walter Benjamin fala sobre as transformações do ato de narrar no seu ensaio “O narrador” e sobre a incapacidade que surge, a partir das grandes guerras, de narrar as experiências traumáticas vividas pela humanidade. Para Gagnebin (2014, p. 218),

a questão da memória é inseparável de uma reflexão sobre a narração, bem como de uma história ficcional da própria vida, da História de uma época ou de um povo. E as formas de lembrar e de esquecer, como as de narrar, são os meios fundamentais da construção da identidade, pessoal, coletiva ou ficcional.

Considero fundamental entender como minhas avós narram suas memórias e histórias de vida. Escrever suas narrações, perceber que memórias são, para elas, as mais importantes e quais foram narradas como fatos simples, sem tanta relevância, em um tom conformado que diz “é assim que as coisas eram”, garante para mim, para elas e para a nossa família, entender como as grandes mudanças da sociedade chegaram até esse núcleo familiar e o que reverberaram, o que modificaram. Possibilitar esse trabalho de rememoração para minhas avós também é uma forma de modificar as relações familiares.

O trabalho da memória é, em minha pesquisa, um trabalho conjunto, meu e de minhas avós, que busca de não apenas narrar suas histórias, mas também construir suas biografias, a partir desse fragmento de passado que é a memória e entender o valor histórico que há nessas narrativas de mulheres comuns, trabalhadoras domésticas e rurais que viveram toda sua vida no oeste/sudoeste da região Sul do Brasil. Para Benjamin (1987, p. 224), “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência”.

Além disso, surge a importância de evidenciar aquilo que minhas avós não foram e o porquê. São possibilidades de vida, de realização profissional, intelectual que minhas avós não tiveram e por



isso meu viés sobre a história das avós é guiado também pelos estudos de gênero. Pretendo entender e mostrar como as vidas das minhas avós, e de outras tantas mulheres como elas, são muitas vezes definidas a partir das possibilidades que estão disponíveis ou não a elas. São possibilidades de estudo, de trabalho, de diferentes vivências de maternidade ou de casamento, que não lhes foram sequer apresentadas.

E aqui a história oral também tem um papel importante. Silvia Salvatici explica que em um dado momento entendeu-se que a subjetividade do relato oral, antes condenado, poderia ser na realidade, sua força, já que questionava em graus mais profundos as especificidades do fazer histórico. Para a historiadora italiana, “uma das mais relevantes contribuições oferecidas pelo encontro entre a história oral e a história de mulheres foi o desafio e a crítica da universalidade abstrata e neutra com a qual geralmente tendemos a identificar o ser humano.” (SALVATICI, 2005, p. 35) Ou seja, essa união possibilita questionarmos o conceito de “homem” como categoria universal para a representação de todos os seres humanos, ao inserir diferentes experiências de vida, de trabalho, de conflito, de afetos etc. em que os homens não são os protagonistas.

A união da história oral e da história das mulheres pode ser datada como tendo sua origem a partir dos anos 1960 até 1990, ocorrendo em várias fases e países, como Estados Unidos da América e Itália. Em 1977, no periódico acadêmico *Frontiers: a journal of Women Studies*, Sherna Berger Gluck publicou um ensaio que defendia a história oral de mulheres como um método científico importante para desafiar os discursos históricos vigentes:

Recusando-se a serem deixadas historicamente sem voz por mais tempo, as mulheres estão criando uma nova história – usando nossas próprias vozes e experiências. Estamos contestando o conceito tradicional de história, aquilo que é ‘historicamente importante’, e estamos afirmando que nossa vida cotidiana é história. Usando uma tradição oral, tão antiga quanto a memória humana, estamos construindo nosso próprio passado. (GLUCK, 1977, *apud* SALVATICI, 2005, p. 30)

Sherna Gluck cita um ponto importante ao mencionar a oralidade como uma das mais antigas tradições orais, podendo ser remetida a diversas civilizações ancestrais do ocidente. Benjamin problematiza no seu ensaio “O narrador”, de 1936, as consequências das grandes guerras para a arte de contar histórias. A vivência traumatizante dos conflitos armados acabou tornando os sujeitos incapazes de narrar suas experiências e praticamente extinguiu os dois tipos de narradores orais originais, aquele que viaja e volta para contar o que viveu e aquele que nunca saiu do mesmo lugar e por isso conhece todas as histórias e tradições; esses seriam os legítimos contadores de histórias. Para Benjamin (1987, p. 198), “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos



os narradores.” Sem essa fonte, a tradição oral se torna escassa, dando lugar ao romance que tem seu advento com o surgimento da imprensa. De certa forma, a união da história oral com a história das mulheres busca resgatar as características originais da tradição oral, possibilitando novas e revolucionárias interações entre mulheres de diferentes gerações e com as mais diversas experiências:

A história oral de mulheres é um encontro feminista, mesmo se a entrevistada não for ela própria uma feminista. É a criação de um novo tipo de material sobre mulheres; é a validação de experiências femininas; é a descoberta de nossas próprias raízes e o desenvolvimento de uma continuidade que nos tem sido negada nos relatos históricos tradicionais. (GLUCK, 1977, *apud* SALVATICI, 2005, p. 31)

Os discursos históricos oficiais sempre deixaram de lado certos sujeitos sociais. As mulheres, por exemplo, praticamente não aparecem em documentos escritos, que são as fontes mais valorizadas para a história tradicional. Além disso, “A entrevista de história oral permite também recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc.” (ALBERTI, 2013, p. 30) A história oral possibilita, então, não apenas garantir a presença das mulheres na história, mas também, introduzir novos aspectos da vida humana relacionados geralmente ao trabalho feminino. Como afirma Salvatici (2005, p. 41),

A história oral de mulheres contribui para expandir as fronteiras da história, que incluíram conseqüentemente – por exemplo – a atividade ligada aos cuidados: uma esfera de experiência humana que é marcada pelas protagonistas femininas, mas que desempenha um papel básico para a vida coletiva.

Na seção seguinte apresento algumas dessas atividades ligadas ao cuidado e à reprodução humana, ao trabalho doméstico e rural realizado por mulheres e que têm sido cada vez mais objeto de estudo e pesquisa no campo da história. Graças à luta e às reivindicações dos movimentos feministas, principalmente o feminismo marxista e o feminismo negro, as histórias das mulheres em toda sua diversidade começou a ser inserida nas discussões científicas, tanto históricas como de outras áreas do conhecimento, e possibilitou que conheçamos minimamente o passado daquelas que viveram, trabalharam, cuidaram e lutaram antes de nós.

Narrativas de avós sob a perspectiva de gênero

Minhas avós nasceram no Rio Grande do Sul, na década de 1940. Olmarina, avó materna, nasceu em Tucunduva e Elisabeta, avó paterna, em Santiago. Os dois municípios são distantes um do outro em aproximadamente 200km. Na década de 1960 ambas, já casadas, viajaram com parte da



família para o oeste do Paraná. Em algum momento da década de 1970 ambas estabeleceram suas famílias na comunidade de Lajeado Grande, município de Pérola d'Oeste, que faz fronteira com a Argentina.

Elisabeta teve cinco filhos, três homens e duas mulheres, o terceiro faleceu alguns dias após o nascimento. A partir desse acontecimento ela descobriu que não poderia ter tido filho nenhum, pois havia alto risco de morte do bebê devido a incompatibilidade sanguínea entre a mulher e o filho. Depois ainda teve mais dois, uma menina e um menino, a menina esteve à beira da morte durante os primeiros dias de vida, mas sobreviveu. Junto com o marido compraram uma propriedade rural e construíram uma fazenda onde criavam porcos para venda. O filho mais velho, meu pai, não completou o ensino fundamental e continua trabalhando com agricultura até hoje. Minhas duas tias formaram-se professoras no magistério com foco em educação especial e meu tio, filho mais novo formou-se em direito e atua como policial civil. Meu avô faleceu de câncer em 1999, e minha vó não teve mais nenhum relacionamento depois da morte do marido. Uma das filhas mora com ela até hoje, elas mudaram-se da fazenda para a cidade, mas ainda mantém a chácara com a ajuda do meu pai e do meu tio.

Olmarina teve oito filhos. Meu avô era abusivo: nas palavras dela ele era “ciumento, mulherengo e ruim”³, e na década de 1990 minha avó decidiu se separar, morou sozinha na mesma cidade por uns anos até que vendeu a casa e mudou-se para Cascavel, PR, entre 2000 e 2010. Encontrou um parceiro nos bailes para idosos que frequentava e foi morar com ele. Sempre católica fervorosa acreditava que estava cometendo adultério e quando meu avô ficou debilitado depois de um episódio de AVC em 2021 ela decidiu, junto com uma das filhas, construir uma casa para os dois morarem e para que elas pudessem cuidar dele. Ela já havia passado por dois tratamentos de câncer de mama e sobrevivido e estava com oitenta anos. Depois da morte do meu avô, no ano passado, ela passou a morar com os filhos.

Nesta seção pretendo apresentar alguns dos elementos que aparecem nas entrevistas orais que fiz com minhas avós e que estão ligados à esfera doméstica do cuidado e do trabalho reprodutivo, em sua maioria executados por mulheres. Mas, discutirei, também, como o trabalho rural que garantia a subsistência alimentar e financeira das famílias de ambas contava com uma importante participação delas. A partir do que defende Silvia Federici, as divisões de classe explicam essas diferentes formas de vida e de trabalho femininos: mulheres de classe média ou alta podiam dedicar seu tempo, e no

³ SILVEIRA, Olmarina Carvalho. *Entrevista concedida a Claudia Luana Cogo*. Pérola d'Oeste, 28 de dezembro de 2022.



contexto brasileiro do final do século XIX e começo do XX eram encorajadas a fazer isso pela escola positivista⁴, por exemplo, enquanto mulheres pobres e mulheres pretas precisavam trabalhar em atividades rurais ou em atividades de serviço ligadas à esfera doméstica para garantir condições básicas de sobrevivência para suas famílias.

O que se pode observar, a partir de estudos de várias áreas do conhecimento humano, é que o capitalismo enquanto sistema de produção alterou drasticamente vida e sociedade, alterou nossas percepções de tempo, de história, de memória e de valor. A crítica ao sistema de produção capitalista aparece em Silvia Federici, ao tratar das formas que as famílias se organizavam, e como se organizam atualmente, com relação ao trabalho reprodutivo:

Por séculos, a reprodução de seres humanos foi um processo coletivo. Era um trabalho de famílias estendidas e comunidades com as quais as pessoas podiam contar, especialmente em bairros proletários, e mesmo quando essas pessoas viviam sozinhas – assim a velhice não viria acompanhada da solidão e da dependência desoladoras nas quais muitos idosos vivem hoje em dia. É somente com o advento do capitalismo que essa reprodução passa a ser completamente privatizada. (FEDERICI, 2019, p. 389)

O estabelecimento do capitalismo como sistema de produção transformou nossas relações sociais, familiares, produtivas e reprodutivas. Isso pode ser observado mais facilmente principalmente nos centros urbanos e fabris. Quando a mão-de-obra tornou-se escassa, – por conta de eventos como as grandes guerras, por exemplo – as mulheres também passaram a frequentar esses espaços de trabalho, ao mesmo tempo que precisavam dar conta do trabalho doméstico e reprodutivo, resultando em jornadas duplas de trabalho. Mas, e isso já foi ressaltado anteriormente, esse cenário se limitava às classes econômicas mais baixas da sociedade. Nesse contexto histórico o trabalho doméstico e reprodutivo ganha novas delimitações e objetivos: ele não é apenas atribuído como uma função social, mas sim natural, das mulheres. Para Federici, o trabalho doméstico

não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. (FEDERICI, 2019, p. 42-43)

As histórias das minhas avós, como a de muitas mulheres, refletem esse cenário. As mulheres cuidam dos filhos e das tarefas domésticas, mas na maioria dos casos de famílias que vivem em zonas rurais, a esses trabalhos se adiciona o trabalho de produção rural: plantação, trato de animais, entre

⁴ Essa discussão é aprofundada em (PEDRO, 2022, p. 278-321).

outros. Para a aposentadoria, por exemplo, apenas o trabalho rural documentando por vários anos, garante o direito à previdência. E quando os maridos adoecem ou envelhecem são elas as que cuidam. Quando não é o marido o sujeito desse cuidado, é a mãe, o pai, um irmão ou irmã, um tio ou tia, um filho ou filha portador de alguma necessidade especial ou alguma condição de saúde debilitante. O cuidado é um trabalho essencialmente atribuído às mulheres. É o que aponta Alda Britto da Motta:

só ela, mulher, apesar das “deficiências” sempre apontadas, devendo ser também cuidadora de maridos “velhos” (isto é, doentes ou, incapacitados), de filhos e netos, pois cuidar é o “destino” clássico e persistente de todas as mulheres. Imagem pública que se funde com a prevalente na vida cotidiana, expressão de um contrato social imemorial. (MOTTA, 2011, p. 74-75)

A história das mulheres no Sul, narrada por Joana Maria Pedro (PEDRO, 2022) dá ênfase às mulheres das capitais dos três estrados, mas em alguns momentos trata das contradições que se apresentavam ao olhar para a condição da mulher nas zonas rurais e mais afastadas dos centros urbanos. O que se vê nos relatos de minhas avós são mulheres que executavam todo o trabalho doméstico: limpeza, alimentação, costura e cuidados com os filhos e ainda trabalhavam na roça, desde a plantação até os estágios finais da colheita e armazenamento da produção agrícola, como pode ser observado nos trechos a seguir:

Trecho 1: “A gente tinha prazer em trabalhar, anoitecíamos triando o milho com a trilhadeira, para no outro dia de novo quebrar o milho, só eu e o Claredi quebrávamos.”

Trecho 2: “ela tinha uns dezoitos filhos, essa mãe da minha sogra – e quando ela via que aquelas nuvens de gafanhotos sentavam no trigo, no feijão, no arroz, ela ia tocar, ela mesma. O velho não valia nada, só em casa sentado. Ele era... homem: homem era homem sempre, [...] só mandava. Uma vez ela foi pra tocar os gafanhotos e estava nos dias de ganhar o nenê, chegou lá e só prendeu os vestidos aqui⁵ – usavam um vestidão, saiona e um aventalção por cima – e o nenê nasceu. Trouxe o nenê pra casa naquela saiona assim.”⁶

Trecho 3: “eu [trabalhava] na roça, direto, direto, sempre, sempre, sempre. E eu ia na roça, chegava [em casa] fazia almoço, levantava de madrugada, quantas vezes fiz pão de madrugada para depois ir pra roça, era direto. Se eu não ia ele não ia [...] ele não ia sozinho.”⁷

Dessa forma, os trabalhos se acumulam sob as costas das mulheres. É interessante perceber como nossa sociedade androcêntrica coloca o poder nas mãos dos homens, nos fazendo acreditar em uma incapacidade natural das mulheres para a liderança ao mesmo tempo em que constatamos por meio de documentos históricos, relatos de viajantes, e registros de outros tipos, que na ausência dos

⁵ Ela mostra com as mãos, prendendo o vestido na altura dos joelhos com as pernas.

⁶ Trechos 1 e 2: COGO, Elisabeta Ana de Melo. *Entrevista concedida a Claudia Luana Cogo*. Pérola d’Oeste, 28 de fevereiro de 2023.

⁷ SILVEIRA, Olmarina Carvalho. *Entrevista concedida a Claudia Luana Cogo*. Pérola d’Oeste, 28 de dezembro de 2022.



homens, principalmente durante períodos de guerra, as mulheres foram as que tomaram a frente dos negócios, sejam eles urbanos ou rurais e garantiram a sobrevivência de suas famílias.

Como afirma Joana Maria Pedro, “a ausência masculina no lar exigiu que as mulheres assumissem a direção dos empreendimentos e mantivessem a sobrevivência da família, transpondo assim os limites das tarefas definidas usualmente para seu sexo.” (PEDRO, 2022, p. 280). A dominação da mulher pelo homem, se mantém, apesar disso. Por trás da ideia sexista e amplamente difundida de que a mulher é o sexo frágil, se esconde a verdade sobre a dominação de um grupo de pessoas pelo outro. São dominações de vários tipos: física, sexual, reprodutiva, intelectual, financeira e muitas vezes psicológica.

É importante lembrar que a sociedade patriarcal, em que todo o poder está centrado na figura do pai, por tanto no homem, e o sistema de produção capitalista são intrinsecamente ligados e dependentes. Apesar de o patriarcalismo ter coexistido com outros meios de produção anteriores na história da humanidade, o capitalismo acentuou essa dominação. A partir da revolução industrial e do trabalho fabril, as mulheres passaram a exercer jornadas duplas de trabalho, cenário que já poderia ser visto nos meios rurais, mas o afastamento das famílias que viviam em comunidades dificultou as vidas das mulheres, que costumavam criar seus filhos a partir de redes de apoio coletivas de mulheres.

A experiência com a maternidade nas entrevistas com minhas avós aparece de formas diferentes em alguns pontos e similares em outros. Há memórias felizes, relacionadas ao nascimento e ao crescimento dos filhos e há memórias tristes, relacionadas principalmente à doença e à perda de um filho. Momentos em que as dificuldades financeiras e o excesso de trabalho impossibilitam melhores condições de vida parecem causar sentimentos negativos, como vergonha. Mas o que chama mais atenção em seus relatos é como apesar dos momentos difíceis, a maternidade parece evidenciar relações fortes de afeto, orgulho e um sentimento de redenção, de dever cumprido.

É o que pode ser observado na fala de minha avó paterna: “Mas os filhos foram a coisa mais boa: eu sou feliz com meus filhos, graças a deus, eu sempre digo que se eu tenho uma coisa de bom na minha vida, são os meus filhos.”⁸; “Mas estou feliz. Graças ao bom deus meus filhos estão encaminhados.”⁹ É importante destacar, porém, que a maternidade, na vida das minhas avós, aconteceu por diferentes fatores, e o menos significativo deles é o desejo genuíno pela maternidade. Elas tiveram filhos porque era o que se esperava delas, após o casamento. Porque não haviam opções

⁸ COGO, Elisabeta Ana de Melo. *Entrevista concedida a Claudia Luana Cogo*. Pérola d’Oeste, 28 de fevereiro de 2023.

⁹ Idem.



fáceis de métodos contraceptivos, assim como a ausência de informação necessária relativa à contracepção. E talvez os fatores dominantes eram que os filhos eram necessários para a sobrevivência da propriedade rural, já que se tornariam mão de obra e para garantir a sobrevivência do nome da família (lê-se o nome do marido/pai). Ainda assim, a relação delas com a maternidade aparece das mais distintas formas.

Ecléa Bosi discute sobre a forma como seus entrevistados rememoram certos fatos da vida a partir de mudanças importantes que se passaram na família: “Chama-nos a atenção com igual força a sucessão de etapas na memória que é toda dividida por marcos, pontos onde a significação da vida se concentra: mudança de casa ou de lugar, morte de um parente, formatura, casamento, empregos, festas.” (BOSI, 1994, p. 415) Na entrevista com minha avó materna, Olmarina, pude perceber um fenômeno de rememoração um pouco diferente. O princípio é o mesmo, são grandes mudanças no contexto familiar, mas sua memória parece se basear nos nascimentos e, portanto, nas idades, dos filhos. Quando perguntada sobre a idade que tinha quando saiu do Rio Grande do Sul para viajar para o Paraná, ela respondeu: “aí tinha que lembrar da idade do Valmir agora. O Valmir tinha um aninho quando eu vim.”¹⁰

Em outro momento da entrevista eu pergunto sobre como foi a experiência de passar por tratamento oncológico, que idade ela tinha e ela responde: “a primeira vez eu fiz tratamento em Curitiba só que eu não lembro a idade que eu tinha. Dá pra fazer a conta, o Adilson tinha quatro anos.”¹¹ Esses momentos indicam, em minha interpretação, uma relação positiva com a maternidade, mas que também revela um grau de abnegação consigo mesma. Para ela, a idade dos filhos são meios mais eficazes de marcar os acontecimentos da sua vida, dos que os próprios acontecimentos em si.

De alguma forma, apesar de todos os acontecimentos, individuais ou coletivos, sociais, políticos ou históricos, o trabalho doméstico e de reprodução realizado pelas mulheres parece nunca cessar. Como afirma Ecléa Bosi (1994, p. 73)

alguém continuou na cozinha, servindo, lavando pratos e copos em que os outros beberam, limpando banheiros, arrumando camas para o sono de outrem, esvaziando cinzeiros, regando plantas, varrendo o chão, lavando a roupa. Alguém curvou suas costas atentas para os resíduos de outras vidas.

Essa constatação evidencia a importância desse trabalho, sem o qual muito do que foi feito por homens ao longo de tantos anos nas esferas sociais e políticas, não poderia ter sido realizado, já que

¹⁰ SILVEIRA, Olmarina Carvalho. *Entrevista concedida a Claudia Luana Cogo*. Pérola d’Oeste, 28 de dezembro de 2022.

¹¹ Idem.



“a imensa quantidade de trabalho doméstico remunerado e não remunerado, realizado por mulheres dentro de casa, é o que mantém o mundo em movimento.” (FEDERICI, 2019, p. 17) O trabalho doméstico e reprodutivo é essencial para a sobrevivência e para o desenvolvimento da humanidade, e por conta de perspectivas patriarcais e capitalistas todos nós fomos ensinados a olhar para esse trabalho como algo fácil e que não merece qualquer tipo de valorização ou remuneração. Espero que minha pesquisa, assim como outras que discutem essa temática, possa contribuir para uma mudança real de pensamento e de atitude perante o trabalho realizado por mulheres.

Penso que apenas uma perspectiva feminista e anticapitalista da história é capaz de produzir novas formas ou resgatar formas antigas de vida, de trabalho, de memória e de história. E preciso finalizar dizendo que essa pesquisa me ajuda, cada vez mais, a entender melhor e, portanto, ser capaz de respeitar as histórias de vida e as escolhas das minhas avós. São mulheres que fizeram o que puderam, com as condições que lhe foram dadas, pra buscar dignidade e felicidade para si e para os seus filhos. E eu sei que elas não são exceções, como elas existem muitas.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- COGO, Elisabeta Ana de Melo. *Entrevista concedida a Claudia Luana Cogo*. Pérola d'Oeste, 28 de fevereiro de 2023.
- FEDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 379-394.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Coletivo Sycorax (trad.). São Paulo: Elefante, 2019.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Trabalho de rememoração de Penélope. In: *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 217-249.
- MOTTA, Alda Britto da. Feminismo, gerontologia e mulheres idosas. In: BONNETI, Alinne; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e (org.). *Gênero, mulheres e feminismos*. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2011, p. 71-92.



PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Editora Contexto. 2022, p. 278-321.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, jan-jun 2005, p. 29-42. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/114>. Acesso em: abril 2023.

SILVEIRA, Olmarina Carvalho. *Entrevista concedida a Claudia Luana Cogo*. Pérola d'Oeste, 28 de dezembro de 2022.

Stories and narratives of grandmothers to the south

Abstract: In my master's research I seek to tell the story of my grandmothers, migrant women and rural workers. For this, I start from some texts, such as the theses “On the concept of history”, by Walter Benjamin, which elaborate, in general, an anti-progressive idea of history. The most famous thesis of this essay describes the “angel of history” as an instance that has the role of looking at the past, wishing to stop and and revolve the debris, while a storm called progress impels it always forward. This is the movement I seek to carry out by turning my attention to the past, especially to the past of my grandmothers, to dig up some rubble and tell their memories and stories of ordinary people. My research is based on oral reports based on the texts *Manual de História Oral*, by Verena Alberti, “Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres” by Silvia Salvatici and *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, by Ecléa Bosi. I understand how challenging it is to bring memory and history through oral reporting to the academic environment, since oral memory is understood there as a historical fact and writing is questioned as the only legitimate source for historiography. From this it is possible to reintroduce stories, languages and subjectivities of people on the margins, such as the narratives of rural women, rural workers, who find a way in oral history, especially those who have little or no access to formal education. In addition, my bias on grandmothers history is guided by gender studies. I intend to explore, from this perspective, symbolic themes present in my grandmothers' reports, such as education, use of contraception, motherhood, domestic and rural work, marriage (separation, fidelity and widowhood), and the gender relations that dictate care in old age.

Keywords: memory; oral history; gender studies.



A MORENA BRASILEIRA DE SOL: COR E CORPO FEMININO NOS ANOS 1980- FORTALEZA -CE

Diocleciana Paula da Silva¹

Resumo: Nos anos 1980, ao final da ditadura militar, percebemos um movimento de construção de uma identidade nacional pautada no embelezamento das mulheres, através de uma estética trabalhada por máquinas de academia e pelo bronzamento de sol. Surge uma apologia da frequência da praia como um fenômeno social que será disseminado nas mídias e meios de comunicação, através de músicas, revistas, jornais e novelas, incentivando principalmente as mulheres a se tornarem a “morena de sol”, símbolo da sensualidade brasileira. Sensualidade essa já proferida no início do século XX por Gilberto Freyre ao se referir à mulata brasileira, misto de branca com negra, gerando um diferencial, tanto no formato do corpo como no tom de pele. Nos anos 1980, tal referencial reaparece como uma característica inerente às mulheres, mas que era preciso tornar evidente. A praia será palco de exibição desse corpo bronzeado e “bem-feito” (termo da época). Nossa pesquisa problematiza a construção da beleza “morena de sol”, incentivadora de uma padronização de tom de pele e formato de corpo, invisibilizando as mulheres negras, já que nos discursos midiáticos, as mulatas de pele clara eram incentivadas a ter o chamado “corpo dourado”. Temos como referenciais teóricos Patrícia H. Collins e a interseccionalidade, Giovana Xavier analisa beleza branca e beleza negra, Lucia Castro e Mirian Goldenberg discutem o culto ao corpo e a praia e Sergio Guimarães problematiza a democracia racial. Chartier reflete sobre representações, Beatriz Salo a história oral, Maria Celeste Mira discute o uso das revistas. As fontes são a revista Capricho, portadora de um forte apelo para a morenidade de sol, muito lida em Fortaleza e narrativas de mulheres que vivenciaram o período, frequentadoras da praia e leitoras da revista.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Corpo. Beleza. Morenidade.

Refletir sobre o corpo “moreno” nos anos 1980 faz parte de uma pesquisa que se encontra em fase inicial onde trabalho mais perguntas que afirmações sobre o tema.

Escolhemos o corpo feminino por estar mais em evidência por todo século XX, onde desde seu início, a produção da moda se pautou em vestir e embelezar a mulher, que estava reclusa no lar no século anterior, com produtos de beleza de rosto e corpo. Até os anos 1970 a roupas e produtos de beleza como maquiagem foram o principal na aparência da mulher, a roupa e acessórios ditou estilos de vida, distinção social e comportamentos. Nos anos 80 tudo muda, o corpo fica em evidência, formas e tons de pele ditam a moda. (BERNUZZI, 2015)

Assim, o corpo que será explorado como um biopoder no século XX, em conjunto com a ciência da eugenia que vai dividir os indivíduos por raça, classificando-as em fortes e fracas,

¹ Historiadora, mestre em História Social pela UFC, Professora Formadora do curso de História da UECE/UAB. Email: dioclecianapaulasilva@gmail.com. Esse artigo é originário do início de uma pesquisa para um projeto de tese em História.



superiores e inferiores, fortalecendo a hegemonia europeia símbolo de civilidade e supremacia, nos anos 80, se torna alvo de transformação e manipulação de formas e tons. (DIWAN, 2007)

A medicina estética se expande para trabalhar os corpos através de máquinas de estética, academias de ginásticas e cirurgias plásticas, tudo sendo divulgado como símbolo de saúde e beleza, aumentando o consumo e a distinção social. (GOLDENBERG, 1998)

No Brasil, um país onde a mestiçagem é formada por três raças, consideradas pela eugenia uma superior e duas inferiores, na construção da nação brasileira esse foi um dos fatores mais discutidos, como será o Estado nação brasileira. Gilberto Freyre, em seu livro Casa Grande e Senzala, afirma haver uma positividade na mistura das raças e destaca a mulata como símbolo de sensualidade brasileira. Com muitos estereótipos racistas, constrói os tipos ideais para os relacionamentos das mulheres brasileiras, “branca para casar-se, mulata para amar e negra para trabalhar”

Assim, da mulata dos anos 1930, construída como símbolo de sensualidade brasileira, em um imaginário sexual das mulheres mestiças cheio de estereótipos e preconceitos raciais, temos a morena de sol dos anos 1980, década do centenário da abolição da escravidão, onde os discursos de raça, cor e democracia voltam a ser discurso na reconstrução do estado nação brasileiro pós regime militar.

Nesse sentido, o consumo de massa e a mídia televisiva serão o pano de fundo para a criação da morena brasileira com a pele dourada de sol, criando uma beleza sensual pelo tom de pele morena e um corpo perfeito criado pela tecnologia das máquinas. Temos como lugar social a cidade litorânea de Fortaleza, no estado do Ceará. há uma forte ligação com o Rio de Janeiro, principalmente no costume de ir à praia, lugar da construção da cor, exposição do corpo desnudo pelo biquini cavado e de sociabilidade.

As revistas femininas dos anos 1980 possuem uma vertente que enaltecem a juventude em meio ao fim do regime militar, período de cerceamento de direitos, censura política e moral, propagando a liberdade sexual e política do corpo.

Esse artigo reflete sobre questões que surgiram nos anos 1980 e levaram a construção da morena brasileira como símbolo de beleza e sensualidade, graças a propagação do chamado “corpo bem-feito.” Tal expressão muito utilizada no período, se referia às mulheres com um corpo modelado, seja por máquinas, cirurgias plásticas, ou academias de ginástica.

Essa construção teve o apoio da mídia televisiva, radiofônica e imprensa geral. No nosso caso, analisaremos a imprensa, em publicações como revistas femininas, grande incentivo da morenidade,



tendo a revista Capricho como fonte em conjunto com narrativa orais de mulheres que vivenciaram o período leitoras da revista.

A construção da democracia racial dos anos 1980, a cor morena.

A ideia de um corpo perfeito e moreno de sol que perneou o imaginário social do Brasil nos anos 1980, teve forte apoio da mídia e imprensa, principalmente revistas e Tv para a divulgação de um perfil de corpo brasileiro que iria ser o tom da mestiçagem nacional.

Antônio Guimarães (2003) analisa que o termo “Democracia racial” colocado por Gilberto Freyre nas suas obras nos anos 1930, não vai ser mencionado por mais nenhum outro intelectual. Nos anos 1960 /70 Florestan Fernandes analisa que esse termo é de uso político para a desmobilização dos movimentos negros no Brasil.

O termo “democracia racial” passa, portanto, a carregar e sintetizar uma certa constelação de significados. Nela, raças não existem e a cor é um acidente, algo totalmente natural, mas não importante, pois o que prevalece é o Brasil como Estado e como nação; um Brasil em que praticamente não existem etnias, salvo alguns quistos de imigrantes estrangeiros. Inventa-se, portanto, um povo para o Brasil, que passa a ter samba, passa a ter um pouco da cultura negra, que até aqui não existia pois se, no Império, predominou a mística do índio, e na República a mística do imigrante europeu, somente na Segunda República o negro vai dar coloração à nação, à ideia de uma nação mestiça. (GUIMARAES, 2003, p. 102)

Nos anos 1980 o movimento negro unificado (MNU) vai questionar a democracia racial colocando que os brasileiros vivam em um mito de harmonia entre as raças, mas que na realidade havia um abismo social de discriminação e desigualdade. Traz à luz novamente um discurso sobre raça, origens africanas para identificar os negros e introduzir novamente a raça sobre a nacionalidade brasileira. (GUIMARAES, 2003)

Nesse sentido, os discursos sobre a mestiçagens voltam a permear a sociedade brasileira, principalmente no tocante a mulher brasileira. A sensualidade brasileira em tons e formas de corpo. A morena de sol parece ser o tom ideal e padrão ideal que vai moldar todo o mercado consumidor de produtos e moda, passando por todas as esferas de publicidade (TV, Imprensa e Radio)



Figura 1 – Revista Manchete, nov de 1980



Figura 2 – Revista Capricho 568, dez de 1982



Observando o anúncio de bronzeador e os conselhos para um bronzeado perfeito das revistas Manchete e Capricho respectivamente, podemos ver que há uma busca para a inclusão das mulheres de pele mais clara buscar a cor da morenidade, mais escura que o branco mais claro que o negro temos a morena de sol que pode camuflar sua pele para a sensualidade brasileira.

Podemos destacar que o culto ao corpo bronzeado como manifestação cultural, conta com uma base material concreta hegemônica sobre a corporeidade, incutindo na sociedade ideologias que expressam interesses e disputa de poder econômico e cultural no qual os homens regem suas vidas (BERNUZZI, 2007, p. 13) Formas e tons de pele ditam épocas e tendências nas sociedades modernas com usos das técnicas e produtos inerentes a contemporaneidade.

Normalmente, as afro-brasileiras de origem mista ou com características físicas mais europeias são consideradas mais atraentes. Além disso, em geral as mulheres de visível ascendência africana são construídas como não sexualizadas e, frequentemente, como trabalhadoras assexuais ou, ao contrário, como prostitutas [19]. A aparência não apenas carrega um peso diferencial para homens e mulheres, mas diferentes estereótipos relacionados às mulheres negras se apoiam em crenças sobre sua sexualidade. Essas ideias remontam às noções de identidade nacional, usando raça, gênero, sexualidade e cor como fenômenos interseccionais (HILL COLLINS, 2020, p. 44).

Nesse sentido Collins analisa que as mulatas de pele mais claras ainda carregam o símbolo da sensualidade, da libido aflorada que ao mesmo tempo depreciadas pela moral cristã, enaltecida para os jogos de sedução e conquista, sendo uma característica a ser adquirida com através do bronzeamento.

A gente ia à praia todos os domingos, era um passeio, quando a gente passou a ter mais autonomia íamos sábado e domingo. Eu jogava frescobol na praia, não usava nada, para bronzear mais rápido. Eu tenho uma pele branca, mas a gente fazia questão de ficar no sol, pegando sol, as vezes queimava até formar bolhas. (..) Usava um biquíni asa-delta bem cavado, não tinha vergonha de estar de biquíni porque eu tinha o corpo bem-feito, era assim que chamava. (Cristiane, Fortaleza-CE)

Nas narrativas de Cristiane, jovem nos anos 1980, moradora no bairro Dionisio Torres, próximo da praia, tinha a praia como espaço de diversão, produção do bronzeamento, queria estar mais “escura” possível apesar de denominar branca. O corpo “bem-feito” também é um elemento que ela coloca em evidência, que faz parte do contexto do momento.

Sendo o Brasil representado como um país tropical ensolarado, o uso da praia para diversão na segunda metade do século XX, reforça e afirma o bronzeamento do corpo, como o tom saudável, sensual e de identidade nacional. O tom de pele, considerado nem negro e nem branco fortalece o



“moreno”: leia-se aqui a construção de uma representação do moreno como sendo a pele bronzeada. Nos anos 1980 observamos que o lugar central para tal construção na cidade de Fortaleza foi a praia, constituída como cenário e laboratório para a criação e a exposição desse corpo modelado e da suposta cor brasileira (FARIAS, 2002). Nesse sentido há uma representação de corpo que se junta com uma tonalidade de tom de pele.

As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classe sociais; aspiram a universalidade, mas sempre são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros, produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo legitimar escolhas (CHARTIER, 1999, p. 17).

Em relação ao corpo podemos considerar que o ideário do biopoder dito por Michel Foucault, impulsionou as sociedades mestiças, que passaram a construir um padrão típico e inato de cada Estado nação.

Tratava-se de um investimento direto no corpo do individuo através de estratégias para extrair e desviar a potencia de cada um para as instituições de poder como a família, a escola, a polícia, a medicina, entre outras tantas. Em suma, de tornar a vida objeto essencial do poder e, por conseguinte, o corpo um dos principais alvos de seus investimentos. (DIWAN, 2015 p. 97)

No Brasil, durante os anos 1980 que vivenciou os cinco primeiros anos ainda de ditadura militar, ainda com a censura moral e política e os anos restantes de reconstrução política e social que exaltava a liberdade em todos os setores da sociedade.

O corpo se volta para uma representação da mulher brasileira que se configura com a morena de sol. A sensualidade vai estar presente na forma do corpo e na tonalidade bronzeada pelo sol. Assim temos a produção de equipamentos de modelagem do corpo como também a criação de culto à praia para a fabricação dessa cor morena.

A construção da beleza morena de sol brasileira

Vamos refletir agora a construção do corpo padrão da morena de sol através da mídia e imprensa que divulga os produtos de mercado e incentiva o consumo da beleza para chegar na beleza sensual da mulher brasileira dos anos 1980.

Nesse setor as revistas e jornais são os maiores influenciadores. As revistas femininas já produzidas desde a década de 1950, tem um papel fundamental em ajudar as mulheres na sua

construção do “Eu” dos anos 1980. Já consolidadas no universo feminino, as revistas têm uma relação de intimidade com as leitoras nas seções de cartas dos leitores, perguntas e respostas que mostram o laço de credibilidade e confiança nas revistas que circulavam.

Através da elaboração do ‘eu’, a leitora pode fortalecer o seu ego, recuperar sua autoestima e tentar realizar em sua vida mudanças que a revista e o próprio movimento das mulheres lhe propõem. Porém, nos anos 80 e 90, o valor e o controle de si estarão cada vez mais relacionados ao corpo. Nas palavras de Giddens, “o que se aplica ao eu aplica-se ao corpo. A construção da autoimagem, da identidade feminina (e masculina, como veremos), deixa de se referir apenas à moda e seus artifícios para inscreve-se mais profundamente no corpo, na forma física. (MIRA, 2008, p. 146)

A forma física do corpo vai ser trabalhada constantemente nas revistas, jornais e meios de comunicação em geral. Junto com a composição de um corpo “bem-feito” temos a cor para completar a sensualidade. A forma e cor vai ser um elemento de distinção social, mulheres bem-feitas e bronzeadas demonstra um poder aquisitivo e tempo para cuidar do corpo. No entanto, encontramos nas revistas várias maneiras de ter um corpo modelado e bronzeado com ou sem gasto de dinheiro.



TERRA DEL NILO
BRONZEADOR EGÍPCIO
A COR DO VERÃO O ANO TODO

Agora para ter uma pele bonita e bronzeada o ano inteiro você não precisa ficar correndo atrás do sol. Chegou **TERRA DEL NILO**, uma loção que em apenas alguns segundos deixa você com a cor do verão. Um bronzeado saudável que dura o tempo que você quiser. É muito simples. Toda vez que você passar **TERRA DEL NILO** sobre a pele, na mesma hora você fica com uma cor incrível. **TERRA DEL NILO** não mancha a roupa, mesmo com a transpiração e pode ser removido facilmente quando você desgar. Peça **TERRA DEL NILO** hoje mesmo e viva a cor do verão a qualquer hora.

FAÇA SEU PEDIDO PELO TELEFONE (011) 276-3811 OU ENVIE SEU CUPOM PARA:

SHOP STOCK Comercial Ltda. Data de validade: 10/1981

EXER-TONER
UM NOVO E REVOLUCIONÁRIO EXERCITADOR

EMAGREÇA, PERCA A BARRIGA E TENHA UM CORPO FIRME E BONITO, COM APENAS 5 MINUTOS DIÁRIOS.

Desenvolvido por Joe Wilder, técnico de modelagem física nos EUA, **EXER-TONER** é o exercitador completo para mulheres preocupadas em obter uma nova forma física. Lançado agora no Brasil, **EXER-TONER** faz você emagrecer, perder a barriga e eliminar a flacidez. Tudo isto com apenas 5 minutos diários. **EXER-TONER** substitui a barriga e estômago salientes, seios caídos e nádegas flácidas por músculos firmes e um corpo bem desenhado. É portátil e de fácil instalação, podendo ser usado por qualquer pessoa da família. Junto você recebe o método Joe Wilder com instruções fáceis de seguir. Preencha o cupom e peça hoje mesmo o seu **EXER-TONER**.

100% FAÇA SEU PEDIDO HOJE

Figura 3 – Revista Carinho 165, nov 1981

Nesse anúncio da revista Carinho, podemos ver a divulgação dos equipamentos que devem ser usados para ser ter um corpo perfeito em formas e tom. A beleza sensual é o maior apelo para as mulheres da época.

Éramos seis amigas que moravam na mesma rua, eram mais claras, só eu e outra eram morenas. Nas férias íamos todos os domingos e na semana também, de ônibus para a praia



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

do Náutico, ficar “estatalada” no sol para ficar com a marquinha que os homens gostavam. Eu ia à praia para me divertir e mostrar o corpo bronzado. (Socorro, Fortaleza -Ce)

Nessa narrativa, Socorro jovem nos anos 1980, moradora do bairro São João do Tauape, tinha o hábito de ir à praia constantemente com suas amigas para pegar um bronze, porque como ela afirma “os homens gostavam”. Faz uma distinção entre ela e suas amigas, diz que de seis amigas: “eram mais claras” “eu e a outra eram morenas”. Vejamos que ela atribui a cor negra à morena

Gilberto Freyre na sua obra Casa Grande e Senzala faz uma clara distinção de cor das mulheres brasileiras, atribuindo também um valor moral e social. Nos anos 1930 a mulata ou morena era o resultado de branco com negro, gerando a mulata que seria símbolo de sensualidade e beleza brasileira. Nos anos 1980, a morena ganha outra simbologia.

Morenidade parece ser uma espécie de palavra de ordem na cidade, a conquista de uma cor considerada a perfeição do corpo. O que por sua vez, indica um aspecto essencial ao charme da praia: é o locus por excelência da exibição corporal. O corpo seminu de seres humanos de ambos os sexos no mesmo local, sendo estes em sua maioria inteiramente estranhos uns aos outros, configura uma situação sui generis (FARIAS, 2002, p. 264)

A antropóloga Patricia Farias, analisa os aspectos da construção da morenidade e o uso da praia. Em Fortaleza por ser uma cidade litorânea, segue os ditames de moda e comportamento do Rio de Janeiro por ser sinônimo de modernidade e civilidade. As praias eram consideradas um lugar de sociabilidade, lazer e exibição de corpos bem-feitos e bronzados. Há uma orla que se torna frequentada por vários segmentos sociais, sendo as famosas barracas na praia qualificada por seu público frequentador. Temos a Beira Mar mais elitizada e praia de Iracema a da juventude.



Figura 4 –

Podemos constatar essa apologia e hábito de ir à praia, nessa reportagem do jornal O POVO, em que menciona que o melhor lugar para se ir depois de votar na eleição para governador do Estado é a praia, descontrair e pegar um bronze.

(...) A praia dessa forma, é uma experiência coletiva que une o máximo de descontração com o máximo de estranheza, realizando-se num espaço aberto, público, gratuito. Além dessas considerações gerais sobre a associação entre praia e corpo, falar de praia é falar também de um aspecto físico específico: a cor. (FARIAS, 2002, p. 264)

A praia será o primeiro espaço de exibição do corpo que precisa estar em forma, não é qualquer corpo que pode estar em evidência, é o de formas “perfeitas e moreno de sol”. Queremos fazer uma ressalva que a morenidade não são para todas e sim para as mulatas de pele clara, pois são as que verdadeiramente bronzeiam. A negras não alteram a cor necessariamente e as brancas ou chamadas “branquelas” pela revista queima mais que bronzeiam. Assim, as de pele mais claras são as morenas. As negras não fazem parte da morenidade.



Figura 5 – Revista Manchete, dez de 1982

Podemos ver com a revista Manchete que está bronzeada de sol era uma característica de sensualidade e beleza. A mídia televisiva foi uma grande divulgadora desse padrão, onde celebridades da época de peles claras queriam ficar escuras de sol, como estamos vendo Monique Evans e Luiza Brunet ambas as modelos famosas na época.

Hoje eu penso, que minha mãe era muito católica, não sei como ela deixava eu usar o biquini Asa Delta, as marcas de biquini que a gente mostrava nos lugares a noite. Acho que como ela via nas novelas e revistas, achava que era necessário usar para acompanhar a moda e o tempo (risos) (Cristiane, Fortaleza-Ce)

Como no narra ainda Cristiane, o impacto das novelas, revistas e jornais criou uma necessidade de aderir ao padrão da morenidade, que será muito forte nos anos 80 e início dos 90, mas que vai reduzindo a fabricação da cor pelo sol e permanecendo o culto ao corpo com cirurgias plásticas, tatuagens, procedimentos estéticos que reduzem o envelhecimento da pele etc. que se fortaleceu nessas primeiras décadas do século XXI.

Segundo Guimarães,

“moreno”, que é o “branco” escuro, muito usado no Nordeste e no litoral, onde o queimado de sol é muito valorizado, junto com a categoria “mulato”, tipo mais negroide, ainda que mais claro que “preto”. Essas categorias se relevaram facilmente traduzíveis em termos das categorias censitárias, posto que grande parte dos “morenos” são brancos sociais. (Guimarães, 2003, p. 95)



Se temos nos anos 1980 o questionamento da democracia racial, fortalecimento do movimento negro, reconhecimento da raça afro-brasileira, o colorismo vem de outra forma enaltecendo a mulata de pele bronzeada de sol como elemento de sensualidade nas brasileiras que vão buscar ter essa brasilidade na cor e invisibilizando as negras de pele escuras.

Nossa pesquisa tem poucos anos, se encontra na fase de projeto para uma tese, portanto, foi uma breve reflexão sobre a construção do corpo bem-feito e bronzeado dos anos 1980. Os homens também foram levados ao culto ao corpo, porém as mulheres foram as que mais romperam tabus ao longo da década ao mostrar o corpo semi nu de biquini em várias ocasiões que vão além da praia. As revistas e jornais foram os guias dessa revolução de costumes.

Referências

CASTRO, Ana Lucia de. *Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo*. São Paulo. Annablume: Fapesp, 2007

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Ed. Difel: 2002.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza-SP, Boitempo, 2020.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo, Contexto; 2015.

FARIAS, Patrícia. Corpo e Classificação de cor numa praia carioca in: GOLDENBERG, Mirian. *Nu e Vestido: Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro/ São Paulo. Ed. Record, 2002

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. O cuidado de Si*. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 2009.

GUIMARAES, Antônio Sergio Alfredo. *Como Trabalhar com “raça” em sociologia*. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, V9, n1, p 93-107 jan/jun 2003.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. CASTRO, Ana Lucia de. *Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo*. São Paulo. Annablume: Fapesp, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São. Paulo: Companhia das Letras, 2007

XAVIER, Giovana. *A História Social da Beleza Negra*. Rio de Janeiro; Rosa dos tempos 2021.

Referências orais



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Cristiane Alves, 49 anos, jovem estudante, frequentadora da praia, jogava frescobol para se bronzear mais rápido, morava próximo a praia, no bairro Dionísio Torres. Atualmente é arquiteta. entrevista feita em agosto de 2021

Socorro Martins, 49 anos, jovem estudante nos anos 1980, requentava muito a praia morava próximo à praia no bairro São João do Tauape. Atualmente é Assistente Social. Entrevistas feita em setembro de 2018 e agosto de 2020

Referências impressas:

Revista Capricho nº521, 1980

Revistas Carinho nº 165, 1982

Revista Manchete, s/n de 1982

Jornal O POVO, 16 de novembro de 1986

The Brazilian sun brunette: color and the female body in the 1980s - Fortaleza - CE

Abstract: In the 1980s, at the end of the military dictatorship, we saw a movement to build a national identity based on the beautification of women, through an aesthetic worked on by gym machines and sun tanning. There was an apology for going to the beach as a social phenomenon that was disseminated in the media through songs, magazines, newspapers and soap operas, encouraging women in particular to become the "sun brunette", a symbol of Brazilian sensuality. This sensuality had already been uttered at the beginning of the 20th century by Gilberto Freyre when he referred to the Brazilian mulatto, a mixture of white and black, generating a difference in both body shape and skin tone. In the 1980s, this reference reappeared as an inherent characteristic of women, but one that needed to be made evident. The beach was the stage for showing off this tanned and "well-made" body (the term of the time). Our research problematizes the construction of "brunette sun beauty", which encourages a standardization of skin tone and body shape, making black women invisible, since in media discourses, light-skinned mulattos were encouraged to have the so-called "golden body". Our theoretical references are Patricia H. Collins and intersectionality, Giovana Xavier analyzes white beauty and black beauty, Lucia Castro and Mirian Goldenberg discuss the cult of the body and the beach and Sergio Guimarães problematizes racial democracy. Chartier reflects on representations, Beatriz Salo on oral history and Maria Celeste Mira discusses the use of magazines. The sources are Capricho magazine, which had a strong appeal for sunny morenity and was widely read in Fortaleza, and the narratives of women who lived through the period, who frequented the beach and read the magazine.

Keywords: Gender. Race. Body. Beauty. Morenity.



O CONJURAR DAS VOZES-POEMAS: REFLEXÕES SOBRE A METAPOESIA EM POEMAS DA RECORDAÇÃO E OUTROS MOVIMENTOS

Emmanuele Amaral Santos¹

Resumo: A partir de seu conhecimento sobre certas vivências femininas afro-brasileiras e a função social da poesia, a pesquisadora e escritora mineira Conceição Evaristo tece o livro *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017) permeada às noções de força e memória ancestral, registrando lembranças ao mesmo tempo que as (re)imagina por meio da escrita. Dessa forma, a obra de Evaristo permite ampliar as discussões sobre o fazer poético através da fricção entre as vivências, as vozes e os versos de mulheres negras pertencentes a contextos históricos diversos. Logo, o seguinte trabalho propõe pensar o conceito de metapoesia como um recurso de reflexão poética, assim como suas possíveis relações com a “escrevivência”, termo cunhado pela própria Evaristo, e que explicita uma ausência de fronteiras entre a memória e o fazer poético. Ademais, pretende-se refletir sobre a utilização da voz como um artefato metapoético e característico da obra de Evaristo, por meio da análise do termo “conjuração”, discutido em Spina (2002), assim como pensar no embate entre a figura canônica do poeta e o local subalternizado (SPIVAK, 2010) do corpo-escrita feminino.

Palavras-chave: Metapoesia; Conceição Evaristo; Escrevivência.

Introdução

Publicado em 2017 pela editora carioca Malê, o livro *Poemas da recordação e outros movimentos* é uma das únicas obras de poesia da escritora mineira Conceição Evaristo. Em suas páginas, temas que marcam a carreira e a vida da autora, como as vivências femininas afro-brasileiras e a função social da escrita, são acompanhados por reflexões que envolvem a presença e a força da ancestralidade.

Ao evocar essa memória coletiva dentro de seus poemas, Evaristo permite ampliar as discussões sobre o fazer poético, friccionando e ficcionando as diversas vivências, vozes e versos de mulheres negras. Pensando nisso, o seguinte trabalho visa refletir sobre o exercício metapoético e

¹Graduanda em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e-mail: emmanuelesantos.ufsc@gmail.com

seus desdobramentos sociais e literários a partir da análise de metapoemas presentes na obra mencionada.

Com base nas considerações de Maria Bochicchio sobre o conceito de metapoesia, propomos investigar as interações desses metapoemas com o conceito de “escrevivência”, cunhado pela própria Evaristo, perpassando questões como a subalternidade da voz e da escrita (voz-escrita) de mulheres negras. Para auxiliar nessas reflexões, elencamos o texto *Pode o subalterno falar?* da pesquisadora Gayatri Spivak, visando um diálogo com as perspectivas desenvolvidas em determinados metapoemas.

Ademais, para discutir sobre os diferentes aspectos da metapoesia de Evaristo em torno do termo “conjurar”, selecionamos a noção de “canto mimético” abordada em *A madrugada das formas poéticas*. Esse conceito e a análise antropológica executada pelo autor Segismundo Spina, também mostram-se importantes para investigar as particularidades da relação entre voz, escrevivência e a metapoesia.

Dividido em duas partes, o seguinte trabalho foca, primeiramente, na apresentação do conceito de metapoesia e em algumas de suas relações com o conceito de escrevivência e a subalternização de corpos femininos. A segunda parte, delimita-se a refletir sobre a utilização da voz como um artefato metapoético e da escrevivência, utilizando a análise do termo “conjuração” como alicerce para esse estudo.

Onde habita a metapoesia?

Em *Poemas da recordação e outros movimentos*, os 65 poemas são separados, de forma não proporcional, em seis conjuntos. Cada grupo de poemas é introduzido por um trecho narrativo sucinto que parece explicitar a temática geral do conjunto que o sucede. Algumas das divisórias temáticas percebidas foram: a violência racial, o amor, as vivências de mulheres (destaque para a maternidade), a infância, a escrita e o banzo. O uso do termo banzo para algo semelhante à palavra “saúde” foi pensado com o objetivo de alinhar-se não somente à obra de Evaristo, mas também às especificidades desse escrito com raízes afro-diaspóricas tão marcantes.

Como já citado, um dos temas presentes em *Poemas da recordação e outros movimentos* concerne à própria ação de escrever textos, em especial, o fazer poético. Partindo do conceito de “metalinguagem”, desenvolvido por Roman Jakobson em *Linguística e Poética*, podemos inferir que a função metalinguística encontra-se atuante quando determinado “discurso focaliza o



código” Jakobson (2007), ou seja, quando desenvolvem-se reflexões em torno do código que está sendo utilizado na situação comunicativa.

Dentro da metapoesia, a metalinguagem funciona concomitantemente à função poética da linguagem, visto que os metapoemas, além de refletirem sobre o uso do código linguístico no fazer poético, também focalizam na própria mensagem veiculada por meio desse código.

Em paralelo à conceituação dada por Maria Bochicchio em *Metapoesia e a crise da consciência poética*, também podemos acrescentar que

No texto metapoético é a própria poesia que é questionada, nas suas matrizes culturais e referenciais, nos seus pressupostos e nos seus objectivos, no elenco de interpretações ou de enigmas que suscita, no que afirma explicitamente e no que supõe ou omite. (BOCHICCHIO, 2012)

Elencando tais questões e conceitos para pensar sobre a metapoesia na obra *Poemas da recordação e outros movimentos*, é perceptível que há uma utilização dos metapoemas como recurso de reflexão poética, permitindo a incorporação de críticas sobre as “matrizes culturais e referenciais” da poesia, incluindo à própria figura do poeta.

Um dos aspectos mais importantes para o desenvolvimento de tais reflexões na obra é a intersecção com os eixos temáticos de raça, classe e gênero, os quais possibilitam considerações sobre o local subalterno circunscrito à mulher negra e à comunidade afro-brasileira dentro do contexto de produção literária poética.

Em “A empregada e o poeta”, por exemplo, a denúncia de uma hierarquização da figura do poeta perante a figura da empregada ressalta um silenciamento da voz-escrita da empregada ao mesmo tempo que demonstra uma cisão entre essas duas figuras. O distanciamento retratado, o qual parece impedir a coexistência entre essas duas figuras, reforça que o único lugar “possível” para “a serviçal” seria o de zelar pela obra alheia e não o de construir a sua.

Na primeira estrofe, a própria voz do poema suspeita que essa “figura poeta” poderia ser “envenenada”, ou seja, metaforicamente retirada do seu local de privilégio e exclusividade no exercício poético. Essas suspeitas fazem com que os livros sejam afastados da serviçal:

Na suspeição de que a empregada envenenaria o poeta
anteciparam as dores dos livros.
Folhas mortas despencariam dos troncos,
lombadas folheadas em ouro,
tesouro do poeta,
que a mesma serviçal
eficiente e justa cuidava em sua obra.
(EVARISTO, 2017)



Nessa estrofe, o “tesouro do poeta” e as “lombadas folheadas em ouro,” recriam a imagem do homem escritor branco e burguês como representante dessa espécie de poeta verdadeiro, visto que sua é a única legitimada. Em ambos os sentidos, ele e a voz-escrita mostram-se à prova de qualquer suspeita.

Além disso, o aspecto de fluidez e ininterrupção propiciado pelos enjambements, além da utilização dos pontos e vírgulas que remetem aos usos narrativos e a voz do poema em terceira pessoa, parecem guiar o poema para uma atmosfera estética de cantiga popular ou um “debochado cordel”, termo que aparece na segunda estrofe:

A empregada envenenaria o poeta,
um mofo podre acumularia
de cada letra morta.
E a biblioteca manuseada
pela mente assassina
esperaria uma nova edição
de um debochado cordel,
que cantaria a história do poeta
e do bife envenenado,
trazendo o verso final:
“o peixe morre é pela boca.”
Todos suspeitariam,
condolências antecipadas
surgiriam em prosa e verso.
Entretanto suspeição alguma
ouviu e leu a história da empregada.
Ela jamais assassinaria o poeta.
(EVARISTO, 2017)

Tal uso do cordel como exemplo e veículo da “história” ficcionada no poema, assim como o verso “o peixe morre é pela boca”, parecem sugerir uma espécie de caricatura da “escrita popular” na qual a empregada estaria circunscrita. Nessa mesma estrofe, a voz do poema que “conta” os desdobramentos da “história” mostra a serviçal ainda na esfera de “suspeitas”, entretanto, fica claro que apenas isso já é o suficiente para condenar a empregada pelo “envenenamento” e metafórica subversão da figura do poeta.

Nos últimos três versos “Entretanto suspeição alguma/ ouviu e leu a história da empregada./ Ela jamais assassinaria o poeta.” (EVARISTO, 2017), a perspectiva das “suspeitas” começa a mostrar sinais de dissipação, visto que o silenciamento da voz-escrita da empregada torna-se explícito. Entretanto, o verso “Ela jamais assassinaria o poeta” acaba gerando uma imagem ambígua, já que ao



mesmo tempo que ele enfatiza a inocência da serviçal na “história”, ele também condena sua voz-escrita à subalternidade.

A última estrofe desse metapoema encerra a “história” revelando o nome da empregada: Raimunda. Essa escolha reforça a ideia de que a última estrofe intenciona evocar os contornos de uma voz-escrita própria da figura da empregada e que rompe com estereótipos cunhados anteriormente. Entretanto, o lugar de subalternidade literária e social, trazidos por meio das restrições ao ambiente e ao trabalho doméstico, ainda se mostram como a realidade irredutível de Raimunda:

Quando o bife passou
quase amargo e cru,
foi porque o tempo logrou
as tarefas de Raimunda.
O não e o malfeito da empregada
eram gastos às escondidas em leituras
do tesouro que não lhe pertencia.
No entanto ela sabia, mesmo antes do poeta,
que rima era só rima.
E em meio às lacrimejantes cebolas
misturadas às dores apimentadas
nos olhos do mundo,
Raimunda entre vassouras, rodos,
panelas e pó desinventava de si
as dores inventadas pelo poeta.
(EVARISTO, 2017)

Finalizando com a ideia de que a “morte” do poeta pode ter sido um acidente, o metapoema esclarece os encarceramentos de Raimunda: a condenação prévia e um “envenenamento” que não resultou na subversão da figura do poeta mas sim, na permanência de sua voz-escrita na subalternidade. Essa conclusão pode ser analisada em paralelo à obra *Pode o subalterno falar?* da pesquisadora Gayatri Spivak a qual comenta: “O subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido.” (SPIVAK, 2010).

A semelhança dessa citação com os versos “Entretanto suspeição alguma/ ouviu e leu a história da empregada” não é por acaso, visto que tanto Spivak quanto o metapoema apresentado partem de uma certa figura exemplar a qual possui sua voz-escrita e perspectivas legitimadas socialmente. Desse modo, o próprio sujeito feminino e suas intersecções, como é o caso de Raimunda e a figura da empregada, são marcados como ilegítimos, assim como as vozes-escritas que partem desses lugares.

Outro tópico evocado pela metapoesia em *Poemas da recordação e outros movimentos* é o uso de paráfrases e referências de outras obras para desenvolver as reflexões. Para Maria Bochicchio, esses processos fazem parte do cerne da escrita metapoética e são essenciais para analisá-lo: “[a

metapoesia] Torna-se matéria de si mesma, espelho, glosa, paráfrase, análise de processos próprios ou alheios, programa e transgressão, surpresa ou mesmo exploração do lugar-comum.” (BOCHICCHIO, 2012).

Ainda em “A empregada e o poeta”, versos como “Raimunda entre vassouras, rodos, / panelas e pó desinventava de si / as dores inventadas pelo poeta.” (EVARISTO, 2017) podem ser associados ao metapoema “Autopsicografia” do escritor português Fernando Pessoa. Nesse movimento, Pessoa parece assumir o papel de poeta canônico, antagonizando com a figura da empregada e a deslegitimidade de sua voz-escrita.

O poeta é um fingidor
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.

E os que lêem o que escreve,
Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm.
[...] (PESSOA, 1995)

Esse mesmo “desinventar de si das dores inventadas do poeta” pode ser analisado como uma espécie de deslocamento dessas dores da esfera ficcional para uma esfera não-ficcional. Pensando no “desinventar” como um resgate desses sentimentos, as vivências podem ser compreendidas como as “dores desinventadas” de Raimunda que também carregam em si a voz-escrita pulsante.

Esse encontro entre a voz-escrita subalternizada e as vivências pode ser pensado em paralelo a um conceito desenvolvido pela própria autora de Poemas da recordação e outros movimentos, Conceição Evaristo, denominado “escrevivência”. Esse termo é descrito como a habilidade “de fazer as histórias se (con)fundirem com sua própria história” tal como cita Isabella Rosado Nunes, uma das organizadoras da obra “Escrevivência: a escrita de nós”.

Essa amálgama entre ficção e as vivências reflete diretamente as “dores desinventadas” de Raimunda, visto que a escrevivência também fala especificamente sobre as vozes-escritas de mulheres negras que, assim como suas histórias, eram subalternizadas “entre vassouras, rodos, panelas e pó”.

Para além de tais reflexões que permeiam “A empregada e o poeta”, Conceição Evaristo concebe a própria escrevivência como uma ferramenta de reapropriação dos “signos gráficos” e do “valor da escrita”, como um resgate de vozes ancestrais, além de criticar e responsabilizar os agentes da violência sob o corpo-escrita de mulheres negras do passado e do presente:



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujaça da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. (EVARISTO, 2020)

Por meio desse conceito e as subsequentes reflexões evocadas por Evaristo, podemos inferir que há um lugar dentro dos metapoemas que compõem Poemas da recordação e outros movimentos onde a inscrição de vivências individuais e coletivas mostra-se um ato de (re)existência de uma voz-escrita tão subalternizada quanto os corpos-vozes que a compõem.

Em “Inquisição”, por exemplo, o poder legitimador pertencente à figura do poeta é novamente evocado, entretanto, a irônica dedicatória “ao poeta que nos nega” já introduz uma perspectiva combatente e de reavaliação de tal poder:

Enquanto a inquisição
interroga
a minha existência,
e nega o negrume
do meu corpo-letra,
na semântica
da minha escrita,
prossigo.

Assunto não mais
o assunto
dessas vagas e dissentidas
falas.

Prossigo e persigo
outras falas,
aquelas ainda úmidas,
vozes afogadas,
da viagem negreira.

E, apesar
de minha fala hoje
desnudar-se no cálido
e esperançoso sol
de terras brasis, onde nasci,
o gesto de meu corpo-escrita
levanta em suas lembranças
esmaecidas imagens
de um útero primeiro.

Por isso prossigo.



persigo acalentando
nessa escrevivência
não a efigie de brancos brasões,
sim o secular senso de invisíveis
e negros queloides, selo originário,
de um perdido
e sempre reinventado clã.
(EVARISTO, 2017)

É interessante observar como o uso da acentuação, principalmente o ponto final, disposto no último verso de cada estrofe, funciona para reforçar um tom de autoridade e uma certeza nos posicionamentos da voz metapoética. Ao mesmo tempo, a presença da aliteração, por meio do uso do P e do R em versos como “Por isso prossigo./ persigo acalentando” e “Prossigo e persigo/ outras falas,”, promove uma espécie de entrave na cadência dos enjambements que pode ser analisada como uma pausa ou um “engasgo” dessa voz que “o poeta” nega ou, justamente, como os bloqueios que precisam ser enfrentados para que essa voz prossiga a dizer.

Nesse metapoema, por meio do reconhecimento da própria inquisição realizada sobre o “corpo-letra” afro-brasileiro e feminino, a conclusão sobre as opções da voz-escrita subalternizada é diferente da vista em “A empregada e o poeta”. O “prosseguir e persistir” associado à própria ideia de escrevivência age como um caminho de cura, de resgate ancestral e negação do lugar de subalternidade ao qual essa voz-escrita foi circunscrita.

Assim, por meio do encontro da noção de escrevivência com as metapoemas presentes em Poemas da recordação e outros movimentos, torna-se possível investigar quais outras intersecções e interações habitam entre essa voz-escrita e o fazer poético.

O conjurar poético e seus desdobramentos

Partindo do metapoema “Conjuração dos versos”, percebemos um uso da voz tanto como agente sonoro-rítmico de reflexão metapoética quanto metáfora de recusa ao silenciamento imposto:

- nossos poemas conjuram e gritam -

O silêncio mordido
rebel e revela
nossos ais
e tantos são os gritos
que a alva cidade
de seu imerecido sono,
desperta em pesadelos.

E pedimos



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

que as balas perdidas
percam o nosso rumo
e não façam do corpo nosso,
os nossos filhos, o alvo.

O silêncio mordido,
antes o pão triturado
de nossos desejos,
avoluma, avoluma
e a massa ganha por inteiro.

E não há mais
quem morda a nossa língua
o nosso verbo solto
conjugou antes
o tempo de todas as dores.

E o silêncio escapou
ferindo a ordenança
e hoje o anverso
da mudez é a nudez
do nosso gritante verso
que se quer livre.
(EVARISTO, 2017)

Esse uso da voz como artefato metapoético e da escrevivência pode ser pensado, de acordo com Maria Bochicchio, como uma “amálgama” própria das construções metapoéticas: “O metapoema, à medida que o texto avança, vai devorando, incorporando e digerindo a ideia de que parte, amalgamando-a à linguagem que utiliza.” (BOCHICCHIO, 2012).

Uma das formas em que esse processo pode ser percebido é no uso de palavras que contrastam em seu sentido contendo pronúncias semelhantes como nos pares: “alvo - lavado”, “mudez - nudez” e “rebelar-revelar”. Por meio dessa união entre palavras contrastantes, as críticas referentes à violência racial e ao silenciamento sistemático são aludidas com maior ênfase sonora.

Outras referências à voz, como “língua” e “gritar”, também podem ser pensadas em paralelo ao “morder” e o “silêncio”, os quais formam agentes antagônicos que limitam ou excluem o poder dessa “voz”. Além disso, ainda que o par “conjurador-conjugar” não esteja presente exatamente desta forma no metapoema, também acreditamos que ele pode ser importante para compreender o duplo funcionamento da “voz” como artefato metapoético e de escrevivência.

Sob uma perspectiva antropológica, Segismundo Spina comenta em *A madrugada das formas poéticas* sobre a influência da voz humana e de sua modulação como intrínseca ao processo de formação da poesia. Ao explicar sobre o chamado “canto mimético”, Spina pontua sua realização no

contexto de povos agricultores/sedentários, caracterizando-o como “uma espécie de canto mágico” que, no entanto, “ultrapassa os limites das fórmulas de encantamento”.

Além disso, a imitação da fauna, dos ritos de combate e caça também são elencados pelo autor para compreender uma potência não estritamente corpórea desse canto: “[...] é o canto mimético da própria vida dos Espíritos, a fim de conjurar essas forças de que dispõem os espíritos dos mortos no mundo dos vivos.” (SPINA, 2002).

Esse conjurar citado por Spina pode ser pensado paralelamente ao par “conjurar-conjugar” e ao próprio título do metapoema “Conjuração dos versos”. Ao evocar a ancestralidade “o nosso verbo solto/ conjugou antes/ o tempo de todas as dores”, a dupla voz do poema conjura os ancestrais ao conjugar seus próprios versos-verbos. Nesse sentido, o verbo pode ser assimilado tanto como artefato morfológico quanto sinônimo de voz, amalgamando aspectos do resgate ancestral, característico da escrevivência, com a metapoesia sob a qual ele se desenvolve.

Para além do resgate memorialístico, esse “conjurar de versos” também dimensiona uma resistência das vozes subalternizadas, revelando e denunciando violências “E pedimos/ que as balas perdidas/ percam o nosso rumo/ e não façam do corpo nosso,/ os nossos filhos, o alvo.”, assim como o próprio silenciamento:

E o silêncio escapou
ferindo a ordenança
e hoje o anverso
da mudez é a nudez
do nosso gritante verso
que se quer livre.
(EVARISTO, 2017)

O uso do “anverso” como um par contrastante ao “verso-grito”, remete mais uma vez ao silenciamento como aprisionador e a voz escreviente-metapoética como sinônimo de liberdade corpórea, ancestral e poética. Nessa conjuração-conjugação, a voz do poema rejeita o silêncio da subalternidade e o “anversa” conjurando as vozes do presente e do passado, para acordar os moradores da “alva cidade” de seu “sono imerecido”.

Assim, as características do canto mimético elencado por Spina sustentam uma reflexão sobre o “conjurar” que envolve tanto os aspectos metapoéticos de voz e ritmo, quanto seus desdobramentos no contexto da escrevivência, relativos ao resgate e força ancestral.

Considerações finais



Deste modo, as análises e reflexões feitas a partir dos metapoemas possibilitaram observar alguns dos desdobramentos sociais e teóricos sobre o fazer poético quando inserido numa discussão interseccional de gênero, classe e raça. Entre essas reflexões, ressalta-se a subalternidade da voz feminina afro-brasileira, evocada por Raimunda em “A empregada e o poeta”.

Além disso, por meio do conceito de escrevivência e o metapoema “Inquisição”, foi possível observar novas ferramentas contra o silenciamento imposto às vozes subalternizadas, dentre elas, podemos citar a própria escrita de escrevivência concomitante às reflexões sobre o fazer poético evocadas pela metapoesia.

Nessas interações da escrevivência e da metapoesia também foi possível investigar diversos aspectos da “voz”, perpassando noções como a resistência e o resgate de ancestrais por meio da “conjuração” pensada, paralelamente, aos ritos miméticos e a perspectiva antropológica de Spina.

Sobre o termo “conjuração”, ao desenvolvermos uma análise sobre o metapoema “Conjuração dos versos”, esse mostrou-se de muita relevância para aludir aos objetivos literários-sociais da escrevivência, ao mesmo tempo que age como artefato metapoético relativo ao som e à elaboração semântica.

Assim, a metapoesia presente em *Poemas da recordação e outros movimentos*, viabilizou reconhecer os múltiplos potenciais dos metapoemas como promotores de reflexões sobre o fazer poético, além de possibilitar uma investigação sobre o contexto de desenvolvimento da própria poesia e dos diferentes aspectos sociais relevantes para a obra da autora Conceição Evaristo.

Referências

BOCHICCHIO, M. *Metapoesia e crise da consciência poética*. Coimbra: Biblos, vol. 10, jan. 2012. p. 154-172.

DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). *Escrevivência: a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Último acesso em: 20 set. 2023.

EVARISTO, C. *Poemas da Recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

JAKOBSON, R. Linguística e Poética. In: Jakobson, R. *Linguística e Comunicação*. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2007. p. 79-108.

PESSOA, F. *Poesias*. 15. ed. Lisboa: Ática, 1995.



SPINA, S. Introdução. In: Spina, S. *A madrugada das formas poéticas*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 15-42.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

The conjuring of the poems' voices: reflections on the metapoetry in *Poemas da recordação e outros movimentos*

Abstract: Based on her knowledge of Afro-Brazilian female experiences and the social function of poetry, the researcher and writer from Minas Gerais, Conceição Evaristo, wrote the book *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017) permeated with the notions of strength and ancestry, recalling memories at the same time that she (re)imagines them through writing. In this manner, Evaristo's work allows us to broaden discussions about poetic making through the friction between the experiences, voices and verses of black women belonging to different historical contexts. Therefore, the following article proposes a discussion of the concept of metapoetry as a resource for poetic reflection, as well as its possible relationships with “escrevivência”, a term coined by Evaristo herself, and the subalternization of female bodies (SPIVAK, 2010). Furthermore, this work intends to reflect on the use of the voice as a metapoetic artifact and characteristic of Evaristo's work, using the analysis of the term “conjunction”, discussed in Spina (2002), as a theoretical foundation.

Keywords: Metapoetry; Conceição Evaristo; Escrevivência.



MULHER DE LUTA: UMA ANÁLISE DA CANÇÃO DE DANDARA MANOELA EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Evelin Maria de Carvalho¹
Gabriele Marchioro Gomes²

Resumo: Esta comunicação oral trata sobre o trabalho “Mulher de Luta: uma análise da canção de Dandara Manoela em uma perspectiva de gênero, raça e classe”. A música foi lançada em agosto de 2018, sob financiamento coletivo, o contexto histórico de lançamento foi antecessor ao Governo Bolsonaro e fervilhamento dos debates sobre gênero no país, momento de aprofundamento aos ataques ao povo negro e pobre. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a composição da canção e seus entrelaçamentos na realidade da mulher brasileira. Assim, sob uma perspectiva marxista buscaremos tratar sobre violência, negritude, a questão queer e a resistência. Com este trabalho, queremos, ao analisar a canção, buscamos pensar a música e a arte como uma ferramenta de mobilização de grupos oprimidos, produzindo assim, espaços de troca de vivências. Além disso, aproximar as canções populares, especialmente produzidas por mulheres negras e sáficas, para a academia e no ambiente universitário. Se colocando contra o apagamento desses sujeitos que, em boa parte das vezes, têm suas histórias deixadas apenas na oralidade e esquecidas pela história oficial.

Palavras-chave: Dandara Manoela; Mulheres negras; Gênero; Raça; Classe.

De norte a sul, a música popular brasileira está repleta de composições acerca das mais diversas histórias sobre diferentes Marias. Maria, um nome tão popular, vai desde a santificada Maria que deu luz ao Deus cristão, até a expressa nos versos de Milton Nascimento. De qualquer forma, Maria parece ter um significado além de apenas um nome próprio. Quem não conhece uma Maria? Aquelas que são trabalhadoras, esforçadas, merecem viver e se esforçam para um mundo melhor. É dessa maneira que trazemos a canção “Mulher de luta” de Dandara Manoela como mais uma dessas canções, mas que contextualiza perfeitamente com seu tempo e com sua própria liberdade artística. Aqui Maria torna-se toda em uma só, transformando em abstração um grupo concreto de mulheres.

De acordo com Marcos Napolitano (2002) a música não é só “boa pra ouvir”, ela também é “boa pra pensar” e o nosso desafio como pesquisadores é conseguir unir as duas coisas. A música está presente em nosso cotidiano, seja fazendo tarefas domésticas, estudando, nos exercitando ou em comemorações, estamos sempre prestigiando e consumindo esse tipo de arte. Da mesma forma, aqui consideramos as canções como essenciais para o ser humano e, conseqüentemente, para a historiografia. Apesar de não se limitar às narrativas históricas clássicas, podemos considerar as letras e a própria sonoplastia como fontes históricas necessárias a serem estudadas e aprofundadas.

¹ Mestranda em história pela UFSC, bolsista CAPES - evelin.carvalho201416@gmail.com

² Graduanda em história pela UFSC, bolsista PET - História, gabrielemarchioro1@gmail.com



A partir daí, pudemos observar que para a análise de uma música como fonte histórica, precisamos compreender que tais fontes exigem do pesquisador historiador uma interdisciplinaridade entre as ciências humanas, uma vez que a música se constitui para além de sua versão final, mas também sua letra, seu instrumental (ou beat, em alguns gêneros musicais), seu veículo de reprodução e, claro, seu contexto histórico.

Dessa forma, de acordo com Raymond Williams (2000) as obras culturais não são apenas produtos sociais, elas também produzem significados e valores constitutivos da sociedade, tendo participação ativa no processo de produção, reprodução e transformação da mesma. Diante disso, utilizaremos a letra da música para explicitar a discussão histórica do período, entendendo que Dandara lança o álbum em um momento complicado da conjuntura nacional de uma intensa retirada de direitos do povo pobre e negro que se intensifica depois do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) e passa a tomar um caráter fascistizante com as eleições à presidência da república em que Jair Bolsonaro (PL) posteriormente é eleito. Dentre os acontecimentos que antecedem o disco, podemos citar o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, a reforma trabalhista, a reforma da previdência e o congestionamento da verba para as universidades públicas.

Com o advento das tecnologias que permitiram a reprodução técnica da obra de arte, as músicas, as quais anteriormente estavam restritas à performance ao vivo, tiveram a possibilidade de se propagarem com mais facilidade dentre a população. No início da década de 80 não foi diferente. A invenção do computador pessoal e do CD player, aumentaram a comercialização dos álbuns musicais, adquirindo novo caráter de formação de consciência, cultura e apreciação na população. Assim, intensifica-se a ingerência da Indústria Cultural perante todas as camadas da sociedade, uma vez que esta possui o controle de muitas formas de divulgação de informação e produção de conhecimento, como os jornais, televisão, rádios e agora, conseguem migrar por todos os locais com mais facilidade, penetrando a fundo na vida cotidiana (Adorno, Horkheimer, 1985, p. 6).

O teórico Theodor Adorno defendia a tese de que com a massificação dos produtos artísticos se produziam cada vez menos materiais originais e orgânicos, criando apenas padrões monótonos que se encaixem na comercialização (Adorno, Horkheimer, 1985, p. 23). Em contrapartida, Paul Gilroy em seu texto "Jóias trazidas da servidão": música negra e a política da autenticidade" traz considerações importantes a serem refletidas sobre a música contemporânea, defendendo que os padrões anteriormente considerados belos e razoáveis, não compreendem a questão total da música

originária das populações minoritárias (como o hip hop, synth pop e synth funk, frequentemente associados a baixa intelectualidade).

Essas combinações densas e implosivas de sons diversos e dissimilares resulta em mais do que a técnica que elas empregam em sua reconstrução festivamente a instabilidade da identidade racial vivida e profana. Uma ênfase estética é atribuída à distância social e cultural absoluta que anteriormente separava os elementos diversos agora deslocados em novas significados por sua provocativa justaposição auditiva (Gilroy, 2001, p. 213).

A música de Dandara nos coloca numa situação de reflexão crítica ativa. Aqui, consideramos como essencial as manifestações artísticas para a construção de uma nova hegemonia da sociedade. A arte permite que o ser humano encontre novos direcionamentos e novas realidades, além de manifestar a história e a consciência de um determinado período de tempo. A música e a criação artística podem e devem estar engajadas com a sociedade ao redor, sensibilizando e influenciando uma nova percepção de mundo. Para Angela Davis, “a arte é especial por sua capacidade de influenciar tanto sentimentos como conhecimento.” (Davis, 2018, p. 138).

Mulher de Luta

A música “Mulher de Luta” da cantora, compositora, intérprete e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina Dandara Manoela³ faz parte do álbum Retrato Falado⁴ que foi lançado em 23 de agosto de 2018. O álbum foi produzido através de financiamento coletivo.

Dandara Manoela⁵ (2019) faz seu trabalho de conclusão de curso intitulado “Retrato Falado e a mulher negra no Brasil: Uma reflexão sobre a relação entre o singular e o universal.” onde ela traz uma análise do reflexo da mulher negra na sociedade através das composições do seu álbum “Retrato Falado”

“Retrato Falado, é um CD todo autoral, onde eu falo sobre ser mulher negra, das nossas próprias vivências, sobre cantar/falar, estender e atravessar limites impostos pela sociedade, num trato vestido de canção, utilizando da música e dos palcos para trazer reflexões políticas e denúncias urgentes.” (Dandara, p.13)

Dandara Manoela conta/canta a história das mulheres negras brasileiras. Essas que são mulheres de luta e carregam o peso da herança da formação de um Brasil colonial que nasceu da

³ Para mais informações acessar o perfil da cantora que está disponível em: <https://www.instagram.com/dandaramanoela/>. Acesso em: 07 de out. 2023.

⁴ Para ter acesso ao álbum completo: https://www.youtube.com/watch?v=_pmtot2SXsns. Acesso em: 13 de out. 2023.

⁵ dos Santos, Dandara Manoela. Apesar do nome científico de Dandara ser o que consta nesta nota de rodapé usaremos Dandara Manoela ao nos referirmos a produção acadêmica e musical da cantora por ser o nome pela qual ela é conhecida popularmente.

exploração do nosso povo. Sobre a formação sócio-histórica do Brasil, Lélia Gonzalez (2020) fala sobre como as mulheres negras passaram a ser vistas através de estereótipos e em como essa visão limita seu lugar na sociedade. A autora discorre sobre os dois papéis sociais que são designados às mulheres negras e fazem parte de uma herança colonial, sendo elas “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstico” estaria ligado ao “lugar natural” da mulher negra na sociedade. Lélia cita os exemplos da empregada doméstica, merendeira escolar, servente de supermercado, na rede hospitalar, etc. E em relação a “mulata” seria a mulher como “produto de exportação” servindo de objeto aos turistas e pelos burgueses nacionais. Desse modo, a condição exposta por Dandara no trecho a seguir nos faz refletir sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira:

*Andava na rua, debaixo de Sol, vi Maria
Teu rosto marcado pelo tempo já dizia tudo
Que destino é esse? Que palavra é essa?
Que destino tem Maria que trabalha, trabalha, trabalha
Mas não tem destino certo?*
Dandara Manoela (2018)

Este trecho da música de Dandara Manoela retrata o caráter de classe que o eu lírico da canção assume. O rosto marcado pelo tempo, enfatiza a longa duração de uma exploração social. A questão do destino entra como uma faca de dois gumes aqui. Normalmente, a palavra é utilizada para designar um futuro fadado e concreto, alavancado totalmente com questões atribuídas ao fictício, ao mágico e ao irreal. Porém, a mesma palavra só tem conotação positiva quando se há condições para tal.

Para a Maria analisada, o destino é incerto. Ao compreender o contexto da música, percebemos que não há garantias do amanhã. Se haverá comida na mesa, se chegará em segurança em casa, se haverá emprego. Nota-se que a questão de planejar e arquitetar um futuro, ter o poder de escolha, perpassa as condições sociais em que você está incluso, sendo o grupo social das mulheres negras os mais afetados pelas questões de classe.

Além disso, defendemos nesse trabalho que o capitalismo está intrinsecamente ligado ao racismo e às questões de gênero. Tanto essas duas categorias influenciam nas questões trabalhistas, como o próprio trabalho é fundamental na construção da sociedade e na formação dos seres humanos,, como podemos analisar o “trabalho como categoria ontológico-fundante do ser social [...] e, portanto, como mediação ineliminável da existência humana” (Lessa, 2002, p. 34).

Historicamente, o povo negro no Brasil, em essencial as mulheres, são subjugados a empregos subalternizados e com índices elevados de exploração. Desde a abolição da escravidão, há um descaso



crescente com essas populações, os afastando do mercado de trabalho formal e pauperizando ainda mais suas condições, como demonstraado na pesquisa de Tereza Cristina Santos Martins:

“Nesse sentido, Paixão e Carvano (2008, p. 98) reafirmam que no período de 1995 a 2006 a informalidade atingiu Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014. 125 relativamente mais a população preta e parda. Ou seja, enquanto 53,3% da PEA branca estava inserida em ocupações informais, 65% da PEA preta e parda vivenciava essa situação. Ao verificarem os indicadores a partir do enfoque étnico-racial e de gênero, constataram que 51,1% da PEA branca era masculina, enquanto 54,1% era feminina. Da PEA preta e parda inserida na informalidade, 61,5% eram homens e quase 75% mulheres.” (Martins, 2014, p. 125.)

Dessa forma, percebe-se que o destino, muitas vezes certo para a classe média branca, é só mais um jogo de dados para a população negra e pobre, incluindo nossa Maria. Não há garantias, mesmo a possibilidade de ser um trabalhador remunerado, com a crescente irregularidade do mercado, as questões de estabilidade tornam-se complexas.

*Se tem pão na mesa, ou não
Se morre amanhã, com bala perdida
Indigente, sem cova certa
Se morre na fila de hospital público
Sem convênio privado
Se o traste que mora lá em casa
Lhe dá um tapa, um soco, um murro
Pra onde é que vai?
Pra onde é que vamos?
Dandara Manoela (2018)*

Os questionamentos que Dandara traz em sua música mostram o lugar de incerteza que o povo negro é colocado no Brasil. Lélia Gonzalez (2020) aponta que o “desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal” (Gonzales, 2020, p. 85). A autora enfatiza que “Não é casual, portanto, o fato de a força de trabalho negra permanecer confinada nos empregos de menor qualificação e pior remuneração.” (Gonzales, 2020, p. 86), tudo isso faz parte de um projeto de sociedade que nos é imposto.

Quando a cantora questiona “se tem pão na mesa, ou não” ela também denuncia os altos índices de insegurança alimentar que afetam o povo negro. De acordo com as autoras Santos, Ferreira, Pérez-Escamilla, Sabino, Oliveira e Salles-Costa (2023) na pesquisa “Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil” realizada em 2022, em todas as regiões do Brasil a proporção de insegurança alimentar em casas chefiadas por pessoas negras foi maior do que casas chefiadas por pessoas brancas. Esse dado se intensifica quando falamos de casas chefiadas por mulheres negras e a situação de insegurança alimentar, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. A pesquisa mostra que as regiões de maior desenvolvimento industrial e com melhor

índice de desenvolvimento humano, são os espaços de maior vulnerabilidade e insegurança alimentar para mulheres negras.

“Se morre amanhã com bala perdida” esse trecho da música é parte do cotidiano das periferias no Brasil. Podemos encontrar situações assim em diversas páginas de jornais como por exemplo na reportagem do Globo (2020) intitulada “Para mãe, João Pedro foi vítima de racismo: 'Se fosse na Zona Sul, eles não entrariam atirando” a manchete faz parte da fala de João Pedro Matos Pinto morto aos 14 anos vítima de bala perdida, em São Gonçalo no Rio de Janeiro; Na reportagem do G1 (2021) vemos um caso semelhante “Como confunde marmita com revólver?”, diz mãe de jovem negro morto pela Polícia Civil no Morro do Piolho, na Zona Sul de SP”. Esses não são casos isolados, poderíamos colocar outros tantos exemplos que fazem parte de um projeto de genocídio⁶ do povo negro. Afinal, de acordo com a ONU, a cada 23 minutos⁷ um jovem negro é morto no Brasil. Nas duas reportagens expostas são falas de mães negras que ficam em evidência, além de serem vidas negras perdidas é necessário pensar no impacto que isso causa nas famílias, em especial nas mães.

A partir desse exemplo podemos pensar na solidão da mulher negra mediante às ações do Estado. Dandara Manoela (2019) traz a reflexão de como a solidão da mulher negra geralmente é associada à questão afetiva. Porém a autora argumenta que essa solidão vai além, pois vem sendo autorizada pelo Estado através de seus mecanismos de exclusão que cotidianamente contribuem para o apagamento e invisibilização das mulheres. A autora coloca que:

É a violência que começa pelo Estado com suas políticas de exclusão e genocídio, por sua omissão com a população negra. Uma solidão que se intensifica quando as mulheres negras falam, apontam as injustiças, sendo taxadas de agressivas e raivosas. (Santos, 2019. p. 38)

Dentre essas violências trazidas por Dandara, a cantora também chama atenção para a questão da negligência por parte do Estado em relação à saúde do povo pobre e negro. Jurema Werneck (2016) em sua pesquisa problematiza o fato de que a saúde de mulheres negras não é um campo relevante nas ciências da saúde e que muitas conquistas em relação à saúde do povo negro não foram conquistas dos profissionais da saúde e sim por parte da luta por parte da população negra, em especial os movimentos de mulheres negras e do movimento negro. Foi o Movimento Negro que participou das lutas que giraram entorno da Reforma Sanitária e do Sistema Único de Saúde. Porém, apesar dessa contribuição e luta por parte do povo negro não foi suficiente para insetir mecanismos de

⁶ Partindo de Abdias do Nascimento (1978) onde, a grosso modo, genocídio faz parte do uso de medidas deliberadas e sistemáticas com a intenção de exterminar um grupo racial, político ou cultural.

⁷ Apesar do dado apresentado ser de 2017 e não termos encontrado dados atuais, a situação de violência no Brasil se intensificou com as políticas do Governo de Jair Bolsonaro.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

superação dessas barreiras enfrentadas pela população negra no acesso à saúde. Essa é uma das facetas do racismo em nossa sociedade, onde os direitos básicos como alimentação, saúde e lazer são negados.

Maria, Mulher de Luta
Mulher de luta sim senhor
Dandara Manoela (2018)

Dandara também é uma mulher de luta. Em suas músicas conta/canta a história das mulheres brasileiras, mas também conta a sua história e de sua família. Dandara Manoela (2019) relata que consegue através da música sair de um retrato singular para tornar um retrato universal, já que o que ela ilustra na música são também um retrato da vida de grande parte das mulheres negras dessa sociedade.

Mulher de luta termina com a seguinte provocação:

Ah se todas essas Marias se ajuntar
Sapatão, trans, viadas
Pretas, brancas, amarelas
Pedras e sonhos nas mãos
Punhos erguidos
Seremos todas, todas
Marias da revolução!
Dandara Manoela (2018)

A luta de mulheres necessita ser constante, firme e, além de tudo, coletiva. A música “Mulher de luta” encerra com um ode ao coletivo, um chamado à revolução, à crítica, ao rompimento das correntes. Como também é uma recusa ao individualismo, à luta que se distancia dos seus. A unidade de pensamento e de tática direciona e unifica a história contada por Dandara, seja branca, negra, parda, trans, mulheres do Brasil estão unidas por anos de exploração e submissão. Se apoderar das narrativas, é constituir um novo eu para a criação de uma nova hegemonia. A filósofa Angela Davis (2017) coloca:

“Esse é o conselho da socióloga feminista negra Jacqui Alexander: “Conheçam as narrativas de suas irmãs”. Trata-se de um processo dialético que nos exige recontar nossas narrativas constantemente, revisá-las, recontá-las e relançá-las. Desse modo, não podemos fingir que não conhecemos as conjunturas de raça, classe, etnicidade, nacionalidade, sexualidade e capacidade (Davis, 2017, p. 124).

Dessa maneira, nos colocamos aqui como parte dessas Marias da revolução. De muitas identidades, mas com muitas semelhanças. Marias brasileiras, que possuem histórias distintas que convergem em de certa forma. Reivindicamos Dandara como uma intelectual e musicista potente, que luta por todas nós de alguma forma. Escrevemos esse trabalho por todes que algum dia foram Mulher de Luta.



Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 99-138.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Boitempo Editorial, 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Boitempo Editorial, 2017.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: 34 Ltda, 2001.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp, 2020.

GLOBO. Para a mãe, João Pedro foi vítima de racismo: 'se fosse na Zona Sul, eles não entrariam atirando'. Rio de Janeiro, 14 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/para-mae-joao-pedro-foi-vitima-de-racismo-se-fose-na-zona-sul-eles-nao-entrariam-atirando-24479075>. Acesso em: 10 set. 2023.

G1. 'Como confunde marmita com revólver?', diz mãe de jovem negro morto pela Polícia Civil no Morro do Piolho, na Zona Sul de SP. São Paulo, 21 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/21/como-confunde-marmita-com-revolver-diz-mae-de-jovem-negro-morto-pela-policia-civil-no-morro-do-piolho-na-zona-sul-de-sp.ghtml>. Acesso em: 01 set. 2023.

LESSA, S. *Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na "questão social" brasileira*. *Temporalis*, v. 14, n. 28, p. 113-132, 2014.

SANTOS, Dandara Manoela dos. *Retrato Falado e a mulher negra no Brasil: uma reflexão sobre a relação entre o singular e o universal*. 2019. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208598>. Acesso em: 13 out. 2023.

SANTOS, Lissandra Amorim; FERREIRA, Aline Alves; PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael; SABINO, Lia Lucia; OLIVEIRA, Livia Gomes de; SALLES-COSTA, Rosana. *Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil*. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.L.], v. 38, n. 11, 06 jan. 2023. Mensal. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311xpt130422>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT130422>. Acesso em: 10 out. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WERNECK, Jurema. *Racismo institucional e saúde da população negra*. *Saúde e Sociedade*, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 535-549, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-129020162610>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>. Acesso em: 10 out. 2023



WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Mulher de Luta: an analysis of Dandara Manoela's song from gender, race and class perspective.

Abstract: This work deals with the song “Mulher de Luta: an analysis of Dandara Manoela's song from a gender, race and class perspective”. The song was released in August 2018, under crowdfunding, the historical context of its release preceded the Bolsonaro Government and the boiling of debates about gender in the country, a moment of deepening attacks on black and poor people. This research aims to analyze the composition of the song and its intertwining in the reality of Brazilian women. From a Marxist perspective, we will seek to address violence, blackness, the queer issue and resistance. With this work, when analyzing the song, we have to think of music and art as a tool for mobilizing oppressed groups, thus producing spaces for exchanging experiences. Furthermore, bring popular songs, especially produced by black and sapphic women, closer to academia and the university environment. Standing against the erasure of these subjects who, in most cases, have their stories left only orally and forgotten by official history.

Keywords: Black Women; Class; Dandara Manoela; Gender; Race.



DE GOLDMAN À DI PRIMA: MATERNIDADE, CONTRACEPÇÃO E REVOLUÇÃO

Francine Gehring Martinez¹.

Resumo: O presente artigo traz uma breve análise dos trabalhos acerca do controle de natalidade por Emma Goldman, notória lituana anarcofeminista do início do século XX, duramente perseguida por seus posicionamentos e militância a favor da contracepção, do antimilitarismo e do anticapitalismo, e de Diane Di Prima, escritora da geração *Beatnik*, que optou viver de forma contracultural, trazendo em seus poemas de forma sensível a dura realidade da existência feminina mesmo no cenário da resistência, que não estava a par das construções patriarcais que oprimem as mulheres e, sobretudo, da maternidade solo.

Palavras-chave: Anarquismo; *birth control*; *beatnik*; Emma Goldman; Diane Di Prima.

Introdução

Sustentar-se na moralidade é o recurso inicial da busca ou manutenção do *stablishment*, e é atrelado aos discursos políticos das mais diversas vertentes, cada qual com a sua interpretação e aplicação do termo. Ao analisar essa diversidade de concepções do que se categoriza como “moral”, é nítido que a mulher - como agente política e/ou como corpo objetificado - se encontra no centro dessas discussões: a ideia conservadora de que sua funcionalidade se resume à submissão ao marido, à funcionalidade como procriadora e, conseqüentemente, responsável pela educação e manutenção do núcleo familiar, as coloca categoricamente como corpos dóceis, alheias de qualquer liberdade de escolha pelo fato de suas existências estarem vinculadas a uma pré-concepção já instaurada a respeito dos seus respectivos papéis e funções dentro da estrutura social.

É evidente que a liberdade do corpo feminino sempre foi cerceada, as pautas que giram em torno da maternidade ou da sua recusa tornaram-se, respectivamente, obrigação e tabu. Por conta disso, os métodos de contracepção foram amplamente condenados, bem como aqueles que lutavam por distribuir as informações a respeito, perseguidos pela Igreja ou pelo próprio Estado, que via nessa relação de controle social a partir das construções da “moralidade” e do papel das mulheres, uma

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História, na Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR). Contato: francine.gehring@hotmail.com.



forma de conservação e manutenção do seu poder - o que pode ser amplamente analisado a partir das construções teóricas foucaultianas de relações de micro-poder a partir do controle e interferência do Estado nas configurações familiares² a fim de ditar comportamentos a serem adquiridos no processo de desenvolvimento ordeiro da nação.

Como se sabe, nenhuma mudança estrutural surge de imediato ou cria reviravoltas no *status quo* de forma abrupta em um curto espaço de tempo. Por ter isso em mente, optei por refletir acerca das temáticas da maternidade e da contracepção estabelecendo uma relação entre duas mulheres atuantes no século XX, com um distanciamento temporal ínfimo ao conduzirmos o olhar a partir da perspectiva historiográfica, mas considerável se pensarmos de forma subjetiva, levando em conta os incidentes do início do século, os contextos políticos e o próprio tempo de vida de um ser humano.

Emma Goldman E Diane Di Prima: Direito À Contracepção E Maternidade Solo

Nascida na Lituânia em 1869 e de origem judaica, Emma Goldman ou “Red Emma” foi uma notória militante anarquista que atuou com destaque no desenvolvimento do anarquismo norte-americano no fim do século XIX e primeira metade do século XX. Após uma longa jornada repleta de lutas, decepções e perseguições, Goldman vai para os Estados Unidos e tem a sua atuação muito focada no controle de natalidade, partindo da decisão da mulher, bem como na luta pelos direitos à informações referentes aos métodos contraceptivos. Suas ações lhe renderam diversos embates mais diretos com a polícia e até mesmo encarceramentos, mas aqui trataremos especificamente dos seus trabalhos acerca do *Birth Control*. Ainda que a autora sinalize as dificuldades impostas ao homem pelo capitalismo, moralidade, Estado e até mesmo pela obrigatoriedade da concepção feminina, uma vez que a responsabilidade de assegurar financeiramente seja do homem. Conforme pondera Goldman, mesmo que os ganhos de um homem de família numerosa sejam miseráveis, ele não pode arriscar nem mesmo que pouco, então ele continua na rotina, se compromete e se encolhe diante de seu mestre, apenas para ganhar o suficiente para alimentar as muitas boquinhas³ (GOLDMAN, 1916, tradução nossa). Por isso, é impedido de adentrar à organização revolucionária, não faz greve nem sente-se no direito de expressar a sua opinião. Isto posto, é notável a importância de Emma Goldman em inserir os debates feministas nos círculos anarquistas:

² Para compreender o que é micro-poder, sugiro a leitura de *A Microfísica do Poder*, de Michel Foucault: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

³ Original: Wretched as the earnings of a man with a large family are, he cannot risk even that little, so he continues in the rut, compromises and cringes before his master, just to earn barely enough to feed the many little mouths.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Há séculos, a mulher está de joelhos diante do altar do dever imposto por Deus, pelo capitalismo, pelo Estado e pela Moral. Hoje ela despertou de seu sono secular. Ela mesma se agitou livre do pesadelo do passado; ela virou o rosto para a luz e está proclamando em tom de clarim que não será mais parte no crime de trazer infelizes crianças ao mundo apenas para serem reduzidos a pó pela roda do capitalismo e em pedaços em trincheiras e campos de batalha. E quem pode dizer não? Afinal, é a mulher que está arriscando sua saúde e sacrificando sua juventude na reprodução da raça. Com certeza ela deveria estar em posição de decidir quantos filhos ela deve trazer ao mundo, se eles deveriam ser trazidos ao mundo pelo homem que ela ama e porque ela quer o filho, ou deveria nascer em ódio e repugnância⁴. (GOLDMAN, 1916, tradução nossa)

O caráter incisivo de seus posicionamentos se fundem em sua escrita, onde ela traz paralelos entre a guerra, a consciência social e política das mulheres e a maternidade, ao tratar da problemática elencando o despertar mental da mulher, que desempenha um papel importante em prol do nascimento como o cumprimento de seu dever mil vezes mais do que o soldado no campo de batalha, uma vez que o papel do soldado é tirar a vida - vale salientar que sua atuação se deu no período de pré primeira guerra, o que torna a contextualização ainda mais alterosa.

A relação dos sexos é pautada na objetificação dos corpos femininos não apenas por uma determinada parcela dos homens, mas como uma convenção, de forma a instituir informalmente um estado de definição e expectativas a respeito da existência da mulher e do seu papel de submissão e serventia. Assim, se criam um meio e fim, sobretudo físico. Contudo, não seria resolutivo de forma idônea se o ímpeto das modificações da estrutura social não partisse também das mulheres, pois de nada valeria enquanto a mulher não tivesse seu lugar na grande luta social. Se uma mulher desperdiça seu âmago em gestações eternas, partos e lavagem de fraldas, ela não tem tempo para mais nada. Muito menos ela tem tempo para as perguntas que absorvem e movimentam o pai de seus filhos⁵ (GOLDMAN, 1916, p.3, tradução nossa).

Ora, se a relação de homens e mulheres como figuras importantes da revolução está diretamente atrelada às relações cotidianas, todos aqueles envolvidos em movimentos contraculturais

⁴ Original: For ages she has been on her knees before the altar of duty as imposed by God, by Capitalism, by the State, and by Morality. To-day she has awakened from her age-long sleep. She has shaken herself free from the nightmare of the past; she has turned her face towards the light and its proclaiming in a clarion voice that she will no longer be a party to the crime of bringing hapless children into the world only to be ground into dust by the wheel of capitalism and to be torn into shreds in trenches and battlefields. And who is to say her nay? After all it is woman who is risking her health and sacrificing her youth in the reproduction of the race. Surely she ought to be in a position to decide how many children she should bring into the world, whether they should be brought into the world by the man she loves and because she wants the child, or should be born in hatred and loathing.

⁵ Original: [...] if a woman wastes her substance in eternal pregnancies, confinements and diaper washing, she has little time left for anything else. Least of all has she time for the questions which absorb and stir the father of her children.



e espaços políticos de resistência estariam conscientes e atuariam de maneira taxativa em relação às divisões de trabalho e a importância das mulheres dentro da militância? Bom, infelizmente a prática esteve - e ainda está - muito longe, em sua maioria, dos discursos daqueles que bradam pela igualdade. As construções do patriarcado acerca da existência da mulher elencada às suas funções se tornaram praticamente intrínsecas no âmbito social. Por isso, a servidão se tornou cômoda o suficiente para ser conjecturada e por conseguinte desobrigadas de ordens diretas e explícitas, necessariamente, por parte do homem ou do marido, a partir do momento em que define-se que o trabalho doméstico e a criação dos filhos são “coisas de mulher”, onde a participação do homem é mero suporte, quase nunca uma divisão de responsabilidades. A percepção de Emma Goldman em relação tudo isso, ainda no início do século XX, é de um caráter vanguardista sublime, ainda mais se pensarmos no contexto das mulheres na sociedade da década de 1910, das relações de trabalho e da articulação do Progressivismo norte-americano que entalha em seus discursos duras críticas aos seus adversários, sob a premissa do “radicalismo” no sentido pejorativo do termo, quando na realidade é apenas a imposição de um sistema visto como única medida cabível e viável para se instaurar a ordem - entende-se por ordem as diretrizes impostas por eles de tudo aquilo que, dentro de suas doutrinas liberais, se definiam como construções sociais necessárias - quando na realidade é a potência dominante que esteriliza, oprime e depende da desigualdade dos *outsiders* para obter o pleno funcionamento do sistema. Nesse ponto, vale refletirmos a partir da perspectiva foucaultiana as relações de micropoder (definição presente na obra já referenciada neste artigo em nota) que são diretamente envolvidas nesse processo, ao definirem a partir do topo da pirâmide social quais são as condutas moralmente aprovadas e estimuladas na vida privada dos cidadãos, desde normas no seio familiar, até a atuação no trabalho e na educação. Nesse aspecto, os grupos de resistência são tratados como grupos de barbárie, sendo que a instauração do sistema é violenta em diversas esferas e muito mais opressora em níveis político estruturais, favorecendo uma parcela mínima da sociedade.

Seja na esfera política econômica, que depende da manutenção desse *status quo* para se manter como grupo dominante, essa fluidez do poder e do controle perpassa as relações estruturais e chega nas relações de gênero, com a opressão patriarcal. A complexidade da articulação de poder é inerente por ser a base que define a estrutura social, fazendo com que o processo de desconstrução seja, além de custoso pelos seus enredamentos, um movimento que está sempre na contramão do *modus operandi* do Estado.

Emma pontua ainda que observou certas modificações no pensamento de uma parcela de homens em relação ao papel das mulheres, sobretudo no que diz respeito à obrigatoriedade da maternidade, pois observam a perda do que a autora chama de substância, e portanto não possuem condições físicas e mentais para exercerem outros papéis. Mas o entendimento de uma ideia no campo teórico não significa necessariamente uma mudança pragmática. Uma vez que os homens estejam em um nível de poder mais elevado que o das mulheres dentro do âmbito político e social, alguns dos comportamentos acabam por ser naturalizados e executados quase que mecanicamente. Logo, o homem que pertence à contracultura, à militância e à revolução não está isento de tais pensamentos e condutas opressoras e machistas ainda que, embora o tempo passe, os espaços políticos recebam mais e mais mulheres na luta que ocupam espaços até então exclusivos a eles, tragam seus posicionamentos acerca do sentimento de pertencimento - ou não despertencimento - a desigualdade de gênero se mantém em outros aspectos, sobretudo dentro das relações familiares. Isto posto, enfatizo o salto temporal entre o período de atuação política de Emma Goldman, do início do século até sua morte em 1940, para uma nova etapa da história norte-americana: Os anos 50 e 60, a literatura da geração *beatnik* e a próxima grande mulher a ser apresentada: Diane Di Prima.

Diferente de Goldman que atuou precisamente na esfera política, Diane Di Prima surge no meio cultural que, assim como todas as outras áreas da sociedade, era dominada por homens - Diane vinha de uma família anarquista e, inclusive, seu avô era colega de Goldman⁶ - E mesmo que a cultura também seja uma manifestação política, seus trabalhos se deram de formas distintas, ainda que muitos deles pairam sob a mesma temática: a maternidade.

Para falar de Diane, faz-se necessário, primeiramente, entender um pouco sobre o movimento *Beatnik*: Adverso ao *American Way Of Life* tão difundido no pós segunda guerra, que propagava o consumismo e o conservadorismo, a geração *Beatnik* surge após uma conversa entre os escritores Jack Kerouac e Allen Ginsberg, e se faz presente na literatura, na música, sobretudo o jazz, e no estilo de vida altruísta. Ao contrário do que se dizia - sobretudo os conservadores - a respeito da conduta *Beat* ser irresponsável e destrutiva, seus seguidores defendiam a ideia de que, na realidade, se trata de uma vida muito mais aproveitada, desprendida e espontânea, distinta da relação de tempo da rotina capitalista. Para eles, a vida na estrada, as experiências com o uso de drogas os leva a uma

⁶ Uma breve e sucinta apresentação da autora se encontra na apresentação do livro “Memórias de uma beatnik”, da Editora Veneta. Link disponível em <<https://veneta.com.br/blog/autores/diane-di-prima/>>. Acesso em 07/08/2022.



aproximação com o místico através de vivências mais subjetivas, onde o indivíduo deixa de ser perseguido pela morte por estar em contato profundo com a vida:

O beat observa a multidão enfurecida como quem olha para animais em uma jaula. Vê falta de lógica e de sentido no estilo de vida burguês. Há crueldade e competição no ar, tudo em função de objetivos e sonhos vazios. A realidade das metrópoles é triste, seus habitantes vivem e se movem apenas em função do dinheiro. A metrópole é uma prisão, é um hospício, é um cemitério de homens (CORDEIRO, 2011).

Ficam claras as críticas feitas pelo movimento ao estilo de vida capitalista que limita a existência do indivíduo à sua funcionalidade enquanto mão-de-obra do sistema. Porém, ainda que sua estrutura subversiva pregue a liberdade com veemência, as relações de gênero não são isentas de conflitos e desigualdades mesmo dentro da vida tão desprezada como a dos *beatniks*, onde muitas mulheres ainda não ocupavam os mesmos espaços que os homens, vivendo nas sombras de seus companheiros. Os espaços contraculturais e de transgressão sempre foram ainda mais cruéis com as mulheres, por consequência do machismo e do controle implacável do patriarcado sobre os seus corpos. Frequentemente, aquelas que se recusavam a seguir um planejamento de vida tradicional aos costumes morais recebiam represálias que para os dias atuais são inimagináveis, como internamentos em manicômios onde administravam eletrochoques, além de outras submissões a atos desumanos.

Nesse ínterim, surge Diane Di Prima, a mais conhecida transgressora dos *beatniks*, que consegue sair do ostracismo editorial com as suas poesias e, sobretudo, com a sua autobiografia “Memórias de uma Beatnik” (1998) cuja vida subversiva é retratada de forma romântica, detalhando toda a sua trajetória em busca do seu lugar de pertencimento. A busca desse lugar, em meio à liberdade sexual, a vida nômade nas estradas, o consumo de drogas, bebidas, e a própria arte era condenada com veemência, ocasionando duras represálias e prisões por “vadiagem” e pornografia e, não obstante, dificultada por outra condição limitadora: a convivência em um movimento de origem contestadora, mas patriarcal (SANTOS, 2017).

Ainda que se note um certo acolhimento por parte do movimento *beatnik* a grupos marginalizados, como homossexuais e hippies, as mulheres não conseguiram o mesmo espaço que os homens. Por mais que o caráter revolucionário e transgressor trouxesse a liberdade como pauta eminente, a prática em relação à igualdade de gênero dentro do movimento esteve longe de ser apropriada:



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Durante muito tempo a crítica encarou as escritoras *beat* apenas como esposas, amantes, namoradas, amigas ou até mesmo só são citadas como *groupies* dos escritores. Com um trabalho mais atento, estudiosos como Brenda Knight (1996) investigam a literatura das escritoras *beat* Edie Parker Kerouac, Joan Burroughs, Anne Waldman, Denise Levertov, Joanna McClure, Helen Adam, Jane Bowles, Madeline Gleason, Josephine Miles, Eileen Kaufman e Elise Cowen. Já Johnson e Grace (2002) lembram de Joanne Kyger, Janine Pommy Vegas e Anne Waldman. E Lee (1996), em uma coletânea, destaca as poetas Carolyn Cassady e Bonnie Bremser (SANTOS, 2017).

Ou seja, as mulheres *beat* não eram poucas, mas viviam sobretudo às sombras de seus companheiros e colegas, pois as práticas do mundo patriarcal coexistiam e limitavam o espaço das mulheres, silenciadas dentro de suas casas, distantes das produções artísticas e dos espaços culturais e científicos, restringindo suas rotinas aos afazeres domésticos. Por sua vez, Diane consegue adquirir mais espaço. Escritora profícua, publicou mais de 40 obras, foi também co-editora da revista literária *The Floating Bear* e co-fundadora do *Poets Press* e do *New York Poets Theatre* (RIGITANO, 2016). Para além da contribuição para a literatura, Diane também foi mãe, e seus sentimentos a respeito dos seus múltiplos papéis, como escritora, transgressora, mulher e mãe, acabam por se fundir de uma forma muito sensível, a qual é transmitida em alguns de seus poemas, ao trazer reflexões acerca da solidão, da individualidade, das dificuldades de se andar na contramão do *status quo* e das incertezas resultantes desse emaranhado de sentimentos e percalços previsíveis, e da angústia da insegurança em relação às demais dificuldades ainda desconhecidas, porém inevitáveis. Isto posto, destaco um de seus poemas escritos para um de seus filhos, quando ainda estava em seu ventre, com tradução de Isaura M. R. de Limas:

Corpo
De quem é carne
Que cruzou meu destino?
Qual noite
Comum ou abençoada
Se forma agora
A andar pela terra?

Corpo
Qual mão
Abriu o solo
Para aquela cabeça romper?
Nos olhos
Brotando à vista
Quem eu vou ver?

Corpo
Segredo em você
Nasceu esse choro da carne



Agora conto o conto

Querida
Quando você chegar
encontrará
Uma poeta aqui
Não bem o que alguém escolheria.

Não prometo
Que você nunca sentirá fome
Ou que nunca ficará triste
Nesse eviscerado
Quebrado
Globo
Mas posso mostrar a você
Baby
Amor suficiente
Para partir seu coração
Pra sempre (LIMAS, 2016).

Ao analisar com delicadeza as palavras de Diane Di Prima, fica nítido o posicionamento racional mediante às dificuldades de uma vida fora dos padrões convencionais, elencadas à sensibilidade e ao amor pelo bebê que estava por vir. Desse modo, volto ao início deste texto, para que assim eu possa fazer uma comparação com o que dizia Emma Goldman quando trata a respeito da maternidade como escolha da mulher, que deve ter o direito de decidir se o momento é propício ou não, se a mesma se sente preparada psicologicamente para receber essa criança, além da consciência de garantir um espaço seguro e saudável para todos. Dessa forma, as pontuações feitas por Goldman, a partir da perspectiva neomalthusiana trazida por ela, é vislumbrada na prática quando se trata de Di Prima, mesmo com o distanciamento temporal entre elas. Isso reforça que as construções sociais, da mesma forma que não são instituídas de maneira imediatista, também se sucedem por décadas a fio. O que Emma trazia com criticismo nas primeiras décadas do século XX ainda era realidade das mulheres já na segunda metade do século e, ainda pior, atravessou os anos, as décadas, o século, e ainda se sustenta como *modus operandi* mesmo com todas as conquistas até aqui. Mesmo com a revolução de Goldman, o sufrágio feminino, o divórcio (que mesmo assim é condenado pelos grupos religiosos e pela sociedade mais “tradicional”), os direitos trabalhistas, as leis de amparo em casos de violência ou até mesmo as mulheres ao volante - símbolo tão utilizado pelos *beats* como representação da liberdade - ainda clamamos pelas mesmas coisas que Goldman, que Di Prima, e todas àquelas que não tiveram as mesmas oportunidades, fadadas assim ao anonimato ou ao desperdício de habilidades que foram cruelmente substituídas pelos serviços mecânicos da vida



domiciliar ou pela perda de suas identidades e individualidades como mulheres ao se tornarem mães e, assim, reduzidas apenas às suas “obrigações”, passando pela dura morte da mulher, como agente social de capacidades múltiplas mas já censuradas e cerceadas, para o nascimento daquela persona maternal cujo único intuito de sua existência seja se doar inteiramente para a sua prole.

Referências

Arquivos Diane Di Prima. Disponível em <<https://veneta.com.br/blog/autores/diane-di-prima/>> Acesso em 07/08/2022.

LIMAS, Isaura M. R. de; RIGITANO, Isaura. As Mulheres da Geração Beat. In *Jornal Relevo*. Curitiba. Ed. 8. p. 3-23. mar./2016.

CORDEIRO, Emilio: *Quando o homem domina o tempo: a geração beatnik e a gênese de mitos modernos*. Arquivo do Estado de São Paulo, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOLDMAN, Emma. *The Social Aspects of Birth Control*. 1916.

SANTOS, Maria Clara Dunck. *Lugar de mulher: Submundo e subversão na narrativa autobiográfica de Diane Di Prima*. In Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017

From Goldman to Di Prima: Maternity, Contraception And Revolution

Abstract: This article presents a brief analysis of the works on birth control by Emma Goldman, a notorious Lithuanian anarcho-feminist of the early 20th century, severely persecuted for her positions and militancy in favor of contraception, anti-militarism and anti-capitalism, and Diane Di Prima, a writer of the Beatnik generation, who chose to live in a countercultural way, bringing in her poems in a sensitive way the harsh reality of female existence even in the scenario of resistance, which was not aware of the patriarchal constructions that oppress women and, above all, of solo motherhood.

Keywords: Anarchism; birth control; beatnik; Emma Goldman; Diane Di Prima.



GÊNERO E NAÇÃO: A OBRA DE ARTE COMO CONDUTORA DA MEMÓRIA HISTÓRICA PATRIARCAL

Giovanna Trevelin¹

Resumo: A presente proposta tem o intuito de pensar as grandes narrativas nacionais a partir da obra de arte, considerando especificamente o gênero da pintura histórica. O recorte temporal aqui situado encontra embasamento na transição do século XIX para o XX, no contexto brasileiro, momento de inúmeras mudanças principalmente voltadas para a construção de uma identidade nacional pautada, predominantemente, na externalização da masculinidade como principal referencial histórico, o que condiciona a construção de uma memória específica que exclui processos e personagens essenciais nos desdobramentos dos acontecimentos. Assim, penso na possibilidade de uma contramemória da nossa história, capaz de ampliar o horizonte de representatividade (e pensar em outros referenciais) a partir de uma artista mulher do século XIX, Georgina de Albuquerque (1885 – 1962), que propôs uma narrativa diversa a respeito do momento de independência do país, centralizando este acontecimento na figura de uma mulher: Leopoldina (1797 – 1826). O diferencial, no sentido da construção da arte como um importante recurso da análise historiográfica, é que existe um viés da história formulado por uma mulher e protagonizado por outra mulher, algo que não era comum nesse gênero de pintura. A partir disso, é possível analisar quais as possibilidades dos referenciais imagéticos encontrarem sentido na dinâmica social quando descentralizados de um modelo hegemônico.

Palavras-chave: Arte. Mulheres. Independência. Nação. Memória.

[...] afirmar-se como pintora de história significava recuperar, mesmo que parcialmente, obras que negavam a existência das mulheres como seres capazes de grandes feitos ou grandes invenções, justamente aquilo que Georgina procurava ser em sua vida prática e afirmar em sua produção iconográfica (SIMIONI, 2019, p. 278).

Quando pensamos em grandes momentos históricos, o campo visual frequentemente é mobilizado na nossa mente, embasando uma memória social específica a partir do reconhecimento de contextos mentais já tradicionalmente marcados imageticamente. Com isso, construímos referenciais que condicionam o fazer história a partir de determinados agentes, geralmente homens brancos. Esse norteador também é fabricado por ausências, esquecimentos intencionais de atuações que foram essenciais, como as das mulheres.

Não há como dizer que as mulheres não fazem parte da construção da história, elas (nós) sempre estiveram exercendo socialmente papéis que conduziram a sociedade, também a partir da subversão das funções designadas a elas pelas demandas da generificação de seu sexo em contextos patriarcais. A grande questão aqui é o silenciamento dessas narrativas tendo em vista

¹ Doutoranda em História Global na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuante na linha de pesquisa “História da historiografia, Arte, Memória e Patrimônio”. trevelingiovanna@gmail.com



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

a manutenção de uma hierarquia que busca sustentar privilégios do gênero masculino. Nesse sentido, a arte pode ser uma grande condutora desse aspecto, uma vez que ela comunica e se relaciona com o olhar espectador atento às simbologias, representações e signos mobilizados para propor determinada narrativa, e pode até mesmo ser utilizada como instrumento político e de poder.

A partir dessas considerações, podemos nos referir a pintura histórica. Importante dizer que a pintura histórica é um gênero da arte que atua na construção de uma história nacional e permeia a consciência coletiva, as relações sociais, e determinada memória identitária. Ainda, é guiada pelo estilo neoclássico, o que envolve, entre outras questões, o homem no centro do poder (narrativo e imagético). Por isso torna-se necessário o questionamento a respeito dessas construções que permeiam a memória nacional e são produtos e produtoras de um sentido social: a quem elas servem? Qual o impacto dessas narrativas nas relações sociais? Qual é a influência desses cânones masculinos, que marcam a nossa história, na atuação das mulheres em sociedade? Quem estas imagens representam e por qual motivo?

Partindo de um parâmetro geral a respeito da arte e da pintura histórica, detenho-me a um recorte temporal e territorial específico. Busco trazer para a discussão o Brasil do século XIX e XX, mais especificamente o processo de independência do território colonizado por Portugal e as narrativas imagéticas que construíram até mesmo o imaginário do contexto político posterior ao Império, a República. A independência do Brasil é marcada oficialmente como um momento, o 7 de setembro de 1822, a partir de uma pintura histórica: o quadro *Independência ou Morte* [Imagem 1], construído em 1888 por Pedro Américo (1843-1905).

Imagem 1- Independência ou Morte (1888)



Fonte: Museu Paulista, São Paulo (reprodução da internet)
Óleo sobre tela, 415 x 760 cm.

Não pretendo, aqui, analisar minuciosamente cada aspecto das obras – algo que farei em trabalhos posteriores –, mas pensa-las em relação a constituição social da memória histórica manipulada e construtora por/de um imaginário patriarcal. Assim, é preciso pontuar que a obra acima traz inúmeras problemáticas que não conversam com as possibilidades daquele momento, e o pintor sacrifica o ocorrido em nome da estética do gênero artístico ao buscar destinar a d. Pedro a libertação do território, construindo a imagem do herói viril. A pintura pode até mesmo ser considerada uma citação a obra de Ernest Meissonier (1815-1891) intitulada *1807, Friedland* (1875) [Imagem 2], que refere-se a Napoleão e seu exército, mantendo suas formas, pano de fundo, figuras e símbolos da masculinidade – e da nação masculina. Esse movimento era muito comum na pintura histórica, a citação a outra obra fazia parte de um recurso de aprendizagem dentro das próprias Academias de Belas Artes, como um treino do estilo, o que dotava o pintor de autoridade para exercer aquele tipo de narrativa.

Imagem 2- 1807, Friedland (1875)



Fonte: Museu Metropolitano de Arte (reprodução da internet)
Óleo sobre tela, 135,9 x 242,6 cm.

Por fim, o mito da proclamação da independência passou a ser considerado representação de um fato, uma verdade sobre um processo que na verdade engloba o período entre 1821 e 1823, não apenas 1822 ou o dia 7 de setembro. Ainda, contou com diferentes localidades e personagens, não unicamente as margens do rio Ipiranga e d. Pedro, mas houve um protagonismo incontestável das cidades que compõem o recôncavo baiano e de suas/seus residentes, como pessoas populares, descendentes de escravizadas/os, ex-escravizadas/os, e em grande parte mulheres.

Logo, podemos entender a narrativa específica de Pedro Américo como imbuída de intencionalidade, afinal foi um quadro encomendado por um descendente da família real portuguesa, d. Pedro II, para recuperar a imagem de seu governo, e ainda tem o histórico de ser uma imagem constantemente retomada em momentos onde a identidade nacional é invocada, como na própria construção do governo republicano, principalmente no contexto do Centenário da Independência e Semana da Arte Moderna, em 1922, e durante período ditatorial brasileiro (1964-1985), que militarizou a imagem de d. Pedro I.

Sendo a pintura histórica predominantemente construída por homens (uma vez que as mulheres – por serem mulheres – não podiam participar desse gênero artístico composto por



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

etapas minuciosas de aprendizagem e treino que conduziam o artista a sua produção final), temos narrativas oficiais da nossa história construída apenas por vozes e mãos masculinas. Uma das etapas de sua aprendizagem era a aula de nu artístico: um modelo homem ficava exposto no centro da roda de alunos enquanto eles praticavam o desenho, priorizando a perfeição das formas e se demorando nos detalhes. Este é o princípio da arte neoclássica, descendente das grandes pinturas de Estado da França de Napoleão, de pintores como Jacques-Louis David, Eugène Delacroix, Jean-Baptiste Debret (primeiro pintor-historiador do Brasil), que inspiraram nomes como Victor Meirelles e Pedro Américo, no Brasil. Com isso, considerando que essas aulas envolviam contato com um homem nu, as mulheres não tinham acesso a esse tipo de educação formal, uma vez que conflitava com a moral e posição social destinadas a elas. Apenas no final do século XIX, com o período republicano ascendente, a Escola Nacional de Belas Artes começou a aceitar alunas do gênero feminino, porém ainda com restrições (os modelos não ficavam inteiramente nus) e em um momento em que a pintura acadêmica – e o neoclássico – estava em crise, uma vez que o modernismo tomava forma como uma crítica às formas metódicas da Academia, ou seja, as mulheres começavam a se destacar nesse tipo de arte quando ele já não era mais tão relevante.

Georgina de Albuquerque: as possibilidades de contramemórias

Transportados para o Brasil a partir da Missão Artística Francesa (1816), os referenciais franceses de arte se constituíam, por exemplo, de grandes obras acerca do governo napoleônico. Pautada pelo Neoclassicismo, que se contrapõe a estilos que caracterizavam o Antigo Regime, como o Rococó – dominante nas cortes dos setecentos –, a pintura histórica se desenvolve a partir da construção de um herói, masculino e viril, com a pretensão de um acabamento perfeito do corpo humano, buscando um realismo na maioria das vezes imaginado e condicionado: “Esta [a pintura histórica] se assenta numa tradição em que os grandes feitos eram, recorrentemente, simbolizados por um herói cujo corpo era modelado por músculos pulsantes, testemunhando de seu vigor e força, qualidades vistas como masculinas” (SIMIONI, 2002, p.146).

Jacques-Louis David (1748-1825) foi um grande nome desse tipo de arte (SILVA, 2000, p. 258). Priorizando a anatomia do corpo humano, David delineava narrativas históricas sobrepondo o herói a uma suposta fragilidade feminina, que embasava e dava sentido aos personagens principais de suas obras – algo que pode ser observado em *Os litores trazendo a Brutus os corpos de seus filhos* (1789) [Imagem 2] e *O Juramento dos Horácios* (1784)

[Imagem 3]. Os discípulos de David trabalharam ainda mais com o protagonismo e superioridade masculina, destoando até mesmo dele próprio – uma vez que David estava diretamente inserido no contexto da Revolução Francesa (1789-1799) que, a princípio, deveria incluir as mulheres. Ele foi um dos principais defensores da participação feminina no âmbito artístico, ainda que guiado por um imaginário conivente com a construção da superioridade dos homens (SIMIONI, 2002).

Imagem 3- Os litores trazendo a Brutus os corpos de seus filhos (1789)



Fonte: Museu do Louvre (reprodução da internet)
Óleo sobre tela, 323 × 422 cm

Imagem 4- O Juramento dos Horácios (1784)



Fonte: Museu do Louvre (reprodução da internet)
Óleo sobre tela, 330 x 425 cm

Jean-Baptiste Debret (1768-1848), um dos discípulos de David, foi considerado pintor oficial da corte portuguesa no Brasil. Reconhecido como pintor historiador, o primeiro do território, registrava importantes eventos com resquícios neoclássicos adaptados ao território brasileiro, que foi se modificando com o passar do tempo. A intensidade da tradição neoclássica foi se dissolvendo nas obras de Debret, mesmo ainda sendo guiadas por valores desse estilo.

Levando em conta as poucas possibilidades do desenvolvimento das mulheres na pintura histórica, só em 1922 podemos encontrar, com a obra de Georgina de Albuquerque (1885-1962), uma mulher como referência deste gênero. A obra *Sessão do Conselho de Estado* (1922) [Imagem 5] pode ser compreendida como um contraponto a uma narrativa hegemônica da história do Brasil no âmbito artístico, referente a oficialidade da obra *Independência ou Morte*, anteriormente citada.

Imagem 5 - Sessão do Conselho de Estado (1922)

Fonte: Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (reprodução da internet)
Óleo sobre tela, 210 x 265 cm.



No contexto de produção da obra de Georgina, a pintura histórica já estava em declínio: em um aspecto global, com a ascensão do impressionismo, e no contexto brasileiro, com o movimento modernista, influenciado pelas mudanças do primeiro. No novo momento, a produção artística fica envolta de inúmeros questionamentos a respeito do estilo de arte produzido dentro da Academia, considerado centralizador das formas e conteúdos.

A arte de Georgina de Albuquerque se encontra em um momento de transição, absorvendo as especificidades dos dois estilos. Há, em meio às pinceladas e imprecisão impressionista, o modelo corporal bem definido e disposições neoclássicas, em uma temática típica da pintura histórica: “A tela Sessão do Conselho de Estado é indicativa desse movimento de academização do impressionismo e, em contrapartida, de inovação da pintura acadêmica” (SIMIONI, 2002, p.152). A obra foi realizada tendo em vista a intenção do governo brasileiro em adquirir quatro quadros de temática histórica associados à independência a partir do edital



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

da Comissão Executiva do Centenário – Secção de Belas Artes (VICENTIS, 2015, p. 69). Na ocasião, rememorava-se o acontecimento a partir do Centenário da Independência. Georgina retrata, na pintura, a sessão do Conselho de Estado que ocorreu em 2 de setembro de 1822 e que foi presidida por Leopoldina (1797-1826), responsável pelo poder central naquele momento de ausência de d. Pedro, ainda que de forma limitada. A reunião requisitou, a partir da deliberação de Leopoldina juntamente com os conselheiros do príncipe regente, incluindo José Bonifácio (1763-1838), a declaração oficial da independência do Brasil, em 7 de setembro, por d. Pedro (1798-1834). Assim, a pintora torna pública a imagem de uma mulher no centro de uma decisão política do século XIX – algo impensável –, em um contexto totalmente diferente daquele geralmente explorado nas pinturas históricas: não há a grandiosidade da movimentação de cavalos em um espaço aberto, público, composta por um aglomerado de homens com espadas em riste, mas a grandiosidade do espaço privado, em um debate gerenciado por uma mulher.

Aliando mais uma vez a formação artística ao gênero, quando consideramos a consolidação das instituições de arte, e suas funções, que se relacionam diretamente com a sociedade, não podemos deixar de mencionar que o lugar social de Georgina, relativo à sua classe social e cor, lhe concede privilégio em relação a outras mulheres que têm suas vidas atravessadas por estas questões. Se vamos considerar as interferências extra-artísticas na consolidação das mulheres enquanto artistas, assim como na falta de representação feminina em lugares de poder e narrativa histórica, não podemos deixar de mencionar classe e cor como determinantes.

É preciso destacar também que Georgina construiu essa obra em um período de grande movimentação das mulheres na luta por direitos de existência social. No ano de 1922, foi fundada a Federação Brasileira das Ligas Pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz (1894-1976) foi uma de suas fundadoras e participantes mais atuantes. A instituição contou com a participação de diversas integrantes engajadas na defesa de direitos políticos e sociais das mulheres brasileiras. No mesmo ano aconteceu, no Rio de Janeiro, o I Congresso Internacional Feminista, que demonstrava a expansão da atuação da Federação (BBM, 2021). Marcos importantes na história do Movimento Feminista no Brasil, esses acontecimentos podem ter influenciado, ou não, a composição da obra que coloca uma mulher no centro do poder, algo muito pertinente a ser investigado com mais afinco.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

A problemática da presente discussão encontra base no desconforto diante das narrativas artísticas oficiais da história do Brasil. A arte liga-se a fatores externos de modo a fazer permanecer uma condição de gênero desigual em uma temporalidade de longa duração, não só no âmbito social, mas da representação histórica. A respeito dessa questão, Linda Nochlin, ao questionar metodologias da história da arte e a construção de sua narrativa, propõe:

A pergunta “Por que não houve grandes mulheres artistas?” Nos leva à conclusão, até agora, de que a arte não é a atividade livre e autônoma de um indivíduo dotado de qualidades, influenciado por artistas anteriores e mais vagamente e superficial ainda por “forças sociais”, mas sim que a situação total do fazer arte, tanto no desenvolvimento do artista como na natureza e qualidade do trabalho como arte, acontece em um contexto social, são elementos integrais dessa estrutura social e são mediados e determinados por instituições sociais específicas e definidas [...] (NOCHLIN, 2016, p.23).

Nesse sentido, podemos perceber a obra de Georgina como uma possibilidade de contramemória, aquela narrativa diversa da oficial, que descentraliza o olhar espectador para ampliar a percepção sobre a memória histórica do acontecimento.

Considerando esse viés de pensamento, podemos nos perguntar quais foram os esquecimentos necessários para moldar e direcionar a história que conhecemos de maneira predominante nos dias de hoje, e que ainda serve de referência para nos situarmos no mundo. Se exercitarmos uma memória que se dirige ao presente, reconhecendo as atuais demandas das relações sociais e como as pessoas se relacionam com o seu entorno, podemos, então, pensar em uma contramemória como um ponto de partida capaz de embasar uma ação frente às memórias reafirmadas por instituições de poder predominantes, que representam uma versão particular da história – não de forma a excluir esta última versão, mas expandi-la.

Para isso, é preciso considerar que a formação de *lugares de memória*, como museus, arquivos, bibliotecas, centros culturais (entre outros), caminham ao lado da formação de um Estado nacional que, se levarmos em conta a perspectiva de gênero adotada neste trabalho, guarda uma representação exclusivamente masculina – nesse caso, é geralmente o homem que existe como agente público e político que articula a sociedade. No imaginário, refletido na realidade, o exercício de cidadania da mulher está predominantemente na constituição do lar.

No contexto brasileiro, podemos entender que as exposições recorrentes da Academia Imperial de Belas Artes – posterior Escola Nacional de Belas Artes – já atuavam, em um sentido público, na construção de uma memória nacional ao legitimar, a partir das escolhas da instituição, narrativas imagéticas com forte simbolismo.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

A constituição do gênero de pintura histórica possibilita a formação de uma consciência social onde os indivíduos podem se sentir pertencentes (ou não) à nação ao tomar pelo olhar aquele jogo de simbologias proposto no discurso construído, formulando, assim, uma identidade compartilhada específica. Instaura-se um imaginário, a partir das imagens, para garantir a estabilidade e a ordem, o que propõe uma relação direta com a sociedade, tanto na produção quanto na circulação destas. Dessa forma, a arte produz um discurso capaz também de elaborar práticas sociais (PEREIRA, 2012), e este fator nos interessa até mesmo em uma concepção metodológica – iconológica – que pode ser adotada nas análises imagéticas. Assim, pensando no nacionalismo também como um produto que se forma em dimensões globais e transnacionais, é importante o entendimento de que as dinâmicas mundiais são fundamentais para compreender a criação de identidades nacionais (CONRAD, 2019) embasadas em determinados discursos históricos.

Mário Chagas ainda relaciona a expansão territorial europeia, através da colonização, à institucionalização da memória e seu desenvolvimento nos países colonizados, como o Brasil:

O panorama das instituições brasileiras que cuidam da preservação e difusão do patrimônio material e espiritual produzido nas relações com os campos empíricos do trabalho, da vida e da linguagem, foi concretamente transformado após a transferência da corte e da família real portuguesas da Europa para o Brasil, no início do século XIX. Essa transferência, vinculada à seqüência de acontecimentos que se desdobraram a partir da Revolução, trouxe para a colônia não apenas a família real acompanhada de um contingente de mais de 15000 pessoas, mas também novos hábitos, comportamentos, sabores e odores, novas relações de poder, novas ordenações jurídicas e econômicas, novos conhecimentos e práticas médicas, novos olhares, memórias e esquecimentos. Com grande velocidade é construída uma rede de memória que vincula decididamente o Brasil à Europa. Palavras, livros, documentos, coisas, sonhos, artistas e cientistas europeus são trazidos para a colônia que se transforma em sede provisória da monarquia portuguesa (...) (CHAGAS, 2002, p.58).

Ao inserir também o aspecto da colonização, podemos pensar que essas instituições nacionais criadas não estão voltadas para pessoas negras ou indígenas, funcionando, então, como um dispositivo de poder para aqueles que são detentores das instituições de memória, onde orienta-se o que se pode saber, lembrar e esquecer.

A partir do princípio da pintura histórica como uma das principais referências imagéticas da história nacional, a hipótese norteadora consiste na ideia de que a disseminação de narrativas plurais (como a de Georgina), a respeito de importantes momentos da nossa história, pode abranger um maior horizonte de representatividade em relação a outros agentes históricos. Estes últimos não fazem parte de um ciclo hegemônico de homens brancos que conduzem predominantemente o discurso oficial da história. Podemos pensar, então, que as



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

relações sociais, ainda baseadas em um imaginário normativo, podem passar a ser influenciadas por referenciais diversos e, no caso deste trabalho, em uma história também construída por mulheres, impactando de outra maneira a vivência social destas.

Tendo em vista toda a discussão desenvolvida até aqui, é possível refletir sobre o quanto as imagens criadas por mulheres artistas – também a respeito das mulheres – podem romper com estereótipos de gênero que delineiam o lugar do “feminino” na sociedade. Nesse sentido, uma possível indagação se forma também a respeito de como as obras – e em específico sua pintura histórica – de Georgina fazem permanecer ou não esses modelos patriarcais impostos. Seria a pintura histórica criada apenas para servir a concepção masculina de mundo? Este artigo parte da compreensão da arte como fundamental na difusão de ideias e referenciais que coordenam e são coordenados pela existência em sociedade, e esse fator perpassa também pela questão de gênero:

Debater a arte e seus mecanismos de regulação de condutas a partir dos códigos patriarcais foi um dos pontos mais reforçados por pesquisadoras feministas a partir dos anos 70. Esses insights ou intervenções feministas no campo da crítica e da história da arte contribui de alguma maneira para que nosso olhar perca a inocência e cada vez mais desconfie de uma suposta neutralidade política das imagens (LAPONTE, 2008, p. 154).

Sendo assim, reforço a preocupação em relação a como nossas vidas são conduzidas em sociedade a partir de narrativas hegemonicamente construídas pela arte, e questiono sobre quais as possibilidades de encontrar, em outras representações históricas, referenciais que influenciem de maneira determinante nos lugares sociais atualmente dispostos.

Referências

- BBM, USP. *Mulheres brasileiras em 1922: Luta por direitos e novos espaços sociais*. São Paulo: USP, 3x22: Kits didáticos, 2021.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. *A Longa duração*. Trad. Ana Maria de Almeida Camargo. *Annales E. S. C.*, nº4, outubro-dezembro, 1958.
- CHAGAS, Mário. *Memória e Poder: dois movimentos*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT): *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 19 n. 19, 2002.
- CONRAD, Sebastian. *O que é a História Global?* Lisboa: Edições 70, 2019.
- JUNIOR, Carlos Lima; SCHWARCZ, Lilia Moritz; STUMPF, Lúcia Klück. *O sequestro da Independência: Uma história da construção do mito do Sete de Setembro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

LAPONTE, Luciana Gruppelli. *Pedagogias visuais do feminino: arte, imagens e docência*. Currículo sem Fronteiras, v.8, n.2, pp.148-164, Jul/Dez 2008.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo. (10), dez. 1993.

NOCHLIN, Linda. *Por que não houve grandes mulheres artistas?* Trad. Juliana Vacaro. Edições Aurora, São Paulo, maio de 2016.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: Uma introdução ao estudo da arte da Renascença. In: *Significado nas Artes Visuais*. Tradução: Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed., 1986, p 47-87.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Entre convenções e discretas ousadias: Georgina de Albuquerque e a pintura histórica feminina no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), vol. 17, n. 50, outubro/2002.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: Pintoras e Escultoras Acadêmicas Brasileiras*. 1ª ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2019.

VICENTIS, Paulo de. *Pintura histórica no Salão do Centenário da Independência do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Gender and Nation: Artwork as a Conduit For Patriarchal Historical Memory

Abstract: This proposal seeks to examine the dominant national narratives through the lens of visual art, with a specific focus on historical painting. It centers on the period of transition from the 19th to the 20th century in Brazil, a time marked by significant changes, particularly in the development of a national identity predominantly rooted in the externalization of masculinity as a primary historical reference. This exclusive focus on masculinity in shaping the nation's memory often disregards crucial processes and individuals in historical events. In response to this, the proposal suggests the potential for a counter-memory of Brazil's history that could expand the scope of representation by highlighting a 19th-century female artist, Georgina de Albuquerque (1885 - 1962). Her work presents an alternative narrative of the country's struggle for independence, placing women at the forefront, particularly focusing on the figure of Leopoldina (1797 - 1826). The significance of this approach lies in the fact that it offers a historical perspective crafted by a woman and featuring another woman, a departure from the conventional portrayal in the genre of historical painting. This proposal aims to investigate how a shift in historical representation, particularly when removed from a dominant paradigm, can provide new insights into the cultural and social dynamics of the time.

Keywords: Art. Women. Independence. Nation. Memory.



O FEMINISMO DA DÉCADA DE 1970 E O MOVIMENTO CUSTO DE VIDA A PARTIR DO JORNAL BRASIL MULHER

Helena Brandt Corrêa de Oliveira¹

Resumo: O trabalho tem como objetivo pensar em como feministas viam, conversavam e se aliavam ao Movimento Custo de Vida, através da cobertura que o Jornal Brasil Mulher desenvolvia a respeito do mesmo. Sendo assim, busca-se responder como o movimento feminista da década de 1970 se aproximava dos movimentos de mulheres de periferia, a partir da imprensa feminista desenvolvida durante o período militar, parte de um movimento de imprensa alternativa. Teles e Leite (2013) afirmam a imprensa feminista como instrumento de luta, a classificando como duplamente alternativa, uma vez que essas pautas feministas não encontravam espaços de manifestação dentro da imprensa alternativa geral. Leite (2003) pontua que o surgimento desses jornais e os princípios por eles defendidos estão relacionados ao contexto histórico do país e ao movimento feminista nacional, buscando uma nova linguagem e abordagem, difundindo as reivindicações diretamente relacionadas com a condição das mulheres. O Jornal Brasil Mulher foi publicado pela Sociedade Brasil Mulher, de 1975 a 1980, com 17 edições regulares e 3 edições extras. O Movimento Custo de Vida (MCV), foi construído por mulheres periféricas e trabalhadoras, que se colocavam contra a carestia e a política econômica do governo militar. Lutavam contra a miséria organizadas através dos clubes de mães, muitas vezes apoiados por Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. O MCV foi assunto recorrentemente abordado no Jornal Brasil Mulher, dessa forma, busca-se compreender como a representação e mediação realizada através deste veículo contribuiu para a construção da relação de mulheres feministas com os movimentos de mulheres periféricas na cidade de São Paulo, compreendendo as relações e a participação política das mulheres em tempos de censura e repressão de um regime militar.

Palavras-chave: Gênero; Ditadura Militar; Jornalismo; Imprensa Feminista; Imprensa Alternativa.

Introdução

De acordo com Tabak (1983), as décadas de 1960 e 1970 foram os principais momentos do agravamento do autoritarismo na América Latina, onde golpes militares foram desferidos, instaurando censura rígida, perseguição, prisão, tortura e assassinato de opositores como práticas costumeiras e impunes. No Brasil, Colling (1997) indica que a ditadura era justificada pela necessidade de controlar o comunismo e seus valores, conter a inflação e executar novas reformas políticas e econômicas para o possível retorno do governo civil no futuro. Para isso,

¹Graduada em Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de pesquisa Cultura e Sociedade, integra o grupo de estudos Transverso: Jornalismo, Interesse Público e Crítica. E-mail: helenabrandt_oliveira@hotmail.com.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Colling (1997) revela a industrialização a partir de multinacionais e associados como estratégia para potencializar a economia do país. Porém, Teles e Leite (2013) afirmam que essas medidas ao mesmo tempo que rendiam altos lucros para as empresas, geravam perdas de direitos da classe trabalhadora que haviam levado décadas para serem conquistados. Sendo assim, de 1964 a 1985, o Brasil passou por um processo ditatorial que conteve momentos mais intensos, rígidos e violentos, até momentos mais brandos e gradualmente mais flexíveis. Mesmo assim, foram múltiplos âmbitos do corpo social do Brasil que resistiram à ditadura.

Colling (1997) coloca que existiram desde organizações armadas até manifestações intelectuais e culturais. Essas organizações se complexificam cada vez mais a partir de movimentos sociais e políticos nos espaços públicos, estudantis e de trabalho, que eram influenciados pelas revoluções político culturais que aconteciam no Estados Unidos, Paris e Cuba. De acordo com Teles e Leite (2013), foi em 1968 que ganharam força as greves operárias e passeatas, até que o Ato Institucional nº 5 (AI- 5) foi emitido em 13 de dezembro de 1968, tirando da população qualquer possibilidade de manifestação política. Durante os períodos de maior ou menor repressão, dentre os resistentes, estavam as mulheres.

A partir deste artigo busca-se pensar na relação entre o movimento feminista da década de 1970 com Movimento Custo de Vida, mobilização de mulheres de periferia por melhores condições de vida, através da cobertura que o Jornal Brasil Mulher, periódico da Imprensa Feminista desenvolvida durante o período militar, desenvolvia a respeito do mesmo. Para isso, é necessário uma pesquisa bibliográfica para entender as diferentes formas de participação de mulheres na resistência ao regime militar e compreender o momento feminista que emergia naquele momento. Além disso, utiliza-se o método Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), proposto por Gislene Silva e Flávia Dourado Maia (2011), que analisa os produtos impressos finalizados para compreender as práticas jornalísticas que os configuraram.

Mulheres na resistência à ditadura e feminismo

Teles e Leite (2013) pontuam que a partir da década de 1960 começam a se questionar as relações de gênero, a partir das discussões a respeito da mulher no mercado de trabalho, o seu prazer sexual, sua autonomia reprodutiva, os valores de feminilidade e maternidade e sua qualidade de vida. Além disso, Tabak (1983) pontua que dentro desse cenário de ditadura militar as mulheres tiveram um grande desenvolvimento nas suas inteligências, criatividade e capacidade política. Sendo resistindo no exílio político, no encarceramento e torturas físicas e



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

psicológicas, reorganizando movimentos sindicais, reestruturando organizações políticas de esquerda, mobilizando-se pela libertação de presos políticos, entre outros métodos de luta clandestinos.

É a partir das décadas de 1970 que valores feministas começaram a ser mais disseminados entre a resistência intelectualizada no Brasil. De acordo com Colling (1997), mulheres influenciadas pelos textos de autores como Simone de Beauvoir e Betty Friedan pensavam cada vez mais sobre a politização da vida privada e sobre a participação política da mulher. Teles e Leite (2013) indicam que no ano de 1975 as organizações de esquerda estavam dizimadas ou desarticuladas, após a luta armada, com suas lideranças mortas, exiladas ou presas.

A resistência continuava e se transformava em outras ações, agora lideradas por mulheres da periferia e da classe média. Num primeiro momento, passaram despercebidas pelo aparato repressivo. Organizadas nos bairros operários, com apoio de algumas paróquias de cunho progressista, em clubes de mães e associações de donas de casa, as mulheres da periferia lançaram um abaixo-assinado contra a alta do custo de vida. Assim deram início ao *Movimento Custo de Vida*. (TELES e LEITE, 2013, p. 49, 50)

Em 1975 nascia também o Movimento Feminino pela Anistia, foi Ano Internacional da Mulher, no qual ocorreram diversos encontros de mulheres, além de ser o ano em que nasce a Imprensa Feminista, parte do movimento de Imprensa Alternativa que se mobilizava naquela época (TELES e LEITE, 2013). Assim, as mulheres criavam diferentes estratégias e espaços de resistência ao autoritarismo, machismo e demais desigualdades.

Imprensa Alternativa Feminista

São os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* os primeiros nacionais dirigidos a mulheres e feitos por mulheres no período de 1975 a 1980. O primeiro, foco deste trabalho, teve 17 edições, mais 3 edições extras com uma tiragem de uma média de 5 mil exemplares (algumas edições com 10 mil tiragens). Teles e Leite (2013) colocam que eles eram produzidos em formato tablóide, comprometidos com uma nova linguagem e tendo como pauta lutas sociais relacionadas ao regime ditatorial, movimentos populares e ao feminismo emergente.

Esses jornais faziam parte de um movimento de Imprensa Alternativa, que foi instrumento de resistência à ditadura militar no Brasil, cada jornal com o seu perfil e linguagem, com produção artesanal e distribuição autônoma. Araujo (2000) coloca que os jornais desse movimento “questionaram o regime, denunciaram a violência e a arbitrariedade, expressando



uma opinião e uma posição de esquerda num país que praticamente havia suprimido quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição” (ARAÚJO, 2000, p.21). Leite (2003) pontua como alguns exemplos da Imprensa Alternativa os jornais Pasquim, Opinião, Movimento e Em Tempo, políticas, e Versus, Ovelha Negra, Lampião e De Fato.

As autoras Teles e Leite (2013) pontuam a importância de falar sobre a invisibilidade da imprensa feminista dentro do próprio movimento de jornalismo alternativo, classificando a imprensa feminista como duplamente alternativa, já que essas pautas feministas não encontravam espaços de manifestação dentro da imprensa alternativa geral. Assim, foram necessárias as produções próprias feministas, assim como de outros movimentos pertencentes a outras vivências, como o Movimento Negro, Movimento LGBT ou Movimento Indígena (ARAÚJO, 2000).

Teles e Leite (2013) afirmam que o Brasil Mulher e o Nós Mulheres tiveram um papel importante na divulgação e construção de uma nova forma de pensar e viver práticas feministas na sociedade brasileira, pois davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial (LEITE, 2003).

O Movimento Custo de Vida (MCV)

De acordo com Teles e Leite (2013), o Movimento Custo de Vida foi o primeiro movimento popular e de massas a ir às ruas depois do AI-5². Desde 1973, com pequenas reuniões, pensavam sobre as problemáticas da qualidade de vida da população periférica, despistando espões de repressão política. Dessa forma, foram mulheres de periferia que foram pioneiras e protagonistas da participação de mulheres da resistência ao regime militar a partir dos movimentos populares, incentivando e dando espaço para muitos outros movimentos se manifestarem e se organizarem também.

Monteiro (2015) assinala que existiram outras articulações com passeatas e greves contra a carestia de vida desde a década de 1950, como é o caso das manifestações da Panela Vazia, nas quais já eram pautas o salário mínimo e o preço dos gêneros alimentícios. Porém,

² Ato Inconstitucional Número 5 emitido em 13 de dezembro de 1968, durante o governo de Artur da Costa e Silva, com o objetivo de ampliar o fechamento do regime. Conferiu ao Executivo poderes excepcionais, criando um aparato de repressão política, de violência e de terror do Estado. Foi decretado estado de sítio por tempo indeterminado, ou seja, a suspensão temporária dos direitos e garantias individuais previstos na constituição, suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado e cassação de mandatos eletivos (FERREIRA, 1996).



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Monteiro (2015) ressalta que a partir da década de 1970, esse movimento é protagonizado por outros atores, ou melhor, atrizes, que modificaram também as estratégias e linguagens do mesmo, com influências de grupos de diferentes experiências políticas que ao longo dos anos disputaram a hegemonia política do movimento, e ainda alega que o MCV “pode ser considerado um dos maiores movimentos populares que emergiram no contexto das lutas populares nos anos de 1970 e 1980” (MONTEIRO, 2015, p. 13).

Como anteriormente disposto por Teles e Leite (2013), Monteiro (2015) indica que o MCV iniciou a partir de 1973, a partir das comunidades de base ligadas às igreja católica, nos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo, como resposta à política econômica adotada pelo governo durante o regime ditatorial, que provocavam cada vez mais insalubridade na sobrevivência do trabalhador e à falta de meios para reivindicações, já que existia uma política de repressão nas articulações sindicais, de bairro e de partidos políticos. A partir desse núcleo emergiram as principais lideranças que atuaram no movimento e foram criados muitos centros comunitários na periferia de São Paulo (MONTEIRO, 2015). Monteiro (2015) pontua que o período conhecido como “milagre econômico”, que ocorreu de 1969 a 1973 foi na verdade um tempo no qual a desigualdade social se acentuou. Em 1973, portanto, se oficializa o MCV, quando os Clubes de Mães realizam uma pesquisa comparando os preços dos alimentos nas diferentes regiões da cidade, e anexam junto de uma carta, que enviaram para as autoridades (MONTEIRO, 2015). De acordo com Monteiro (2015), eram reivindicações do MVC, a baixa do custo de vida, o aumento dos salários mínimos e boas condições de vida na melhoria das condições de trabalho e de moradia.

Monteiro (2015) indica como o ano de 1975 marcou o MCV, pontuando que as creches passaram a ser uma das principais reivindicações devido a necessidade das mulheres irem trabalhar para conseguir complementar a renda familiar. Monteiro (2015) evidencia que o Ano Internacional da Mulher e a proximidade entre as mulheres do MCV com mulheres militantes feministas influenciou o protagonismo das mulheres no movimento, associando o MCV mais fortemente à identidade feminina, além de despertar o olhar dessas mulheres de maneira mais crítica e libertadora em relação aos homens. Essas mulheres passam a trocar cada vez mais nos espaços de reflexão, apoio e construção de luta política.

A partir de 1977, o MCV passou por um momento de mudança ao formalizar uma coordenação central com o objetivo de mobilizar outros setores da sociedade. Monteiro (2015) indica que essa mudança proporcionou o protagonismo do MCV nas mobilizações ocorridas



em 1978, ao mesmo tempo que evidenciou tensões dentro do movimento com o PC do B, que fizeram com que o MCV se desestabilizasse e perdesse algumas características principais, posteriormente mudando seu nome para Movimento Contra a Carestia (MCC).

Foram feitos muito importantes do MCV: Reunir 20.000 pessoas uma assembleia para o lançamento de um novo abaixo assinado no dia 12 de março de 1978, a realização das “Jornadas Contra a Carestia” que resultou na coleta um milhão de assinaturas, a ato na Catedral da Sé do dia 27 de agosto de 1978, no qual 20.000 pessoas de periferia foram ao centro da cidade e o ato de entrega da carta feita comissão do MCV no Palácio do Planalto, em Brasília.

Análise de Cobertura Jornalística: Movimento Custo de Vida no Jornal Brasil Mulher

A metodologia da Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) foi estabelecida por Gislene Silva e Flávia Dourado Maia (2011), autoras que desenvolveram estratégias metodológicas próprias do campo para estudar o jornalismo como objeto científico particular, ao mesmo tempo que não ignorando contribuições que outros campos do conhecimento oferecem para o estudo do fenômeno jornalístico. É com esse propósito que a ACJ investiga o acontecimento jornalístico, que pode ser observado e analisado por meio das marcas que o processo de produção da notícia deixa no próprio produto acabado. O método organiza-se em três níveis analíticos que utilizam do produto impresso já finalizado, para compreender as práticas jornalísticas que o produziram.

O primeiro são marcas de apuração, que recaem exclusivamente sobre a matéria jornalística tomada de forma isolada, procurando indícios do método de apuração e da estratégia de cobertura. Isso inclui: Assinatura (local, correspondente, enviado especial, colaborador ou outros), Local da Apuração (interno ou externo), Origem da informação (informações de primeira mão obtidas diretamente ou informações de segunda mão obtidas por terceiros). O segundo observa marcas da composição do produto que oferece uma visão um pouco mais aberta do objeto, tendo seu foco não somente no texto, mas no conjunto amplo do produto, como localização na página, diagramação, foto etc. Sendo estes: Gênero jornalístico/formato (nota, notícia, foto notícia, entrevista, reportagem, reportagem especial, editorial, artigo de opinião), Localização do texto no veículo (editoria, categoria, caderno), Temática (o tema abordado pelo conteúdo) e Recursos visuais e multimídia (gráficos, infográficos, fotografia, vídeos, hiperlinks, boxes, imagem não fotográfica, animações, entre outros). E o terceiro trata dos aspectos do contexto de produção, oferecendo um plano geral do objeto, captando aspectos



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

da dimensão organizacional e do contexto sócio-histórico-cultural em que se insere a produção jornalística. Eles sendo: Contexto interno (perfil do veículo jornalístico e de sua redação, público-alvo etc.) e Contexto externo (características do tema/acontecimento e da conjuntura social/política/econômica do período).

Devido ao espaço limitado dentro do artigo, escolhi analisar a cobertura jornalística da edição número 12, de maio de 1978, por ter sido uma edição com a temática principal do 1º de maio, dia do trabalhador, e conter uma matéria extensa que trata do tema do Movimento Custo de Vida, mais especificamente do ato do dia 12 de março de 1978, lançamento oficial do abaixo-assinado de tal ano, no Colégio Católico Arquidiocesano. O evento, de acordo com Monteiro (2015), colocou o movimento em outro patamar, contando com 60 ônibus para transportar participantes de diversas regiões de São Paulo, reunindo mais de 20.000 pessoas, teve grande cobertura da imprensa, adesão popular e a apoio do então prefeito, Olavo Setúbal. Ao mesmo tempo em que demonstrou as tensões entre as novas influências presentes no MCV. (MONTEIRO, 2015).

A edição contém 15 páginas, e a sua capa é vermelha, com uma montagem de fotografias de manifestações com vários tipos de cartazes diferentes, sendo alguns deles chamadas para matérias da edição, assinalando a página na qual se encontram. Um dos cartazes diz “Abaixo a Carestia”, outro diz “Pelo Direito Greve” e outro diz “Pela Liberdade Sindical”, outro diz “Pílula só pra quem quer!”. Há também uma chamada para a matéria “Trabalhar a noite?” e um grande letreiro anuncia a edição “1º de maio”. Por fim, o letreiro do nome do jornal Brasil Mulher no cabeçalho da folha. No editorial, na segunda página, lê-se o título “Um novo BM”, que anuncia as temáticas trabalhadas na edição, assim como anuncia uma repaginada visual do jornal. O jornal assume que seguirá preocupado “com a luta pela libertação da mulher, especialmente a mulher trabalhadora, a operária, a empregada doméstica e mesmo a dona de casa da periferia que faz o impossível com o salário do marido” e segue para um resumo das matérias. Na página 3, há uma matéria sobre 9 mulheres periféricas da Associação das donas de Casa de Burgo Paulista, que realizam reuniões na igreja para conversarem e para pensarem formas de reivindicações de direitos. A matéria discorre sobre a falta de recursos da região e se propõe a explorar para que serve o grupo, quais suas estratégias, desafios e conquistas. Há uma fala sobre os efeitos dos grupos de mães nas vidas dessas mulheres com seus maridos, evidenciando tensões ou apoios em relação a suas autonomias cada vez mais desenvolvidas.



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Na página de número 4 do jornal, há o título: “Custo de Vida: Um movimento só contra a carestia?”, uma imagem grande e central em preto e branco de uma senhora negra vestindo branco, segurando jornais e folhetos, olhando com atenção para algo um pouco acima de sua cabeça, e ao fundo, uma multidão de pessoas. Ao lado da imagem, uma legenda que identifica aquela foto como tirada no dia 12 de março, na qual aquela mulher prestava muita atenção ao que se dizia e lia todos os materiais repassados. No canto direito da página, uma outra imagem menor é disposta, no qual mulheres estão atrás de um cartaz escrito: “Um país tão rico um povo tão pobre”. Como texto introdutório, contextualiza-se que no dia 12 de março cerca de 6 mil pessoas participaram do lançamento do abaixo assinado contra a carestia, reunindo moradores de periferia, operários, estudantes, autoridades religiosas e intelectuais. Evidenciando a importância dessa manifestação ao MCV, o texto indica as principais pautas: Congelamento dos preços, aumento salarial e abono imediato. Ao mesmo tempo, também evidencia que existem muitas outras questões sendo discutidas e manifesta o interesse do jornal BM de enriquecer o MCV através de entrevistas com pessoas envolvidas no debate, alegando a intenção de transmitir ao leitor os diversos pontos de vista. A matéria ocupa duas páginas da edição.

A seguir é possível ver o primeiro subtítulo: “Causas”, que traz o relato de um Grupo de Mães da Periferia de São Paulo, de Dom Mauro Morelli, de Aurélio Peres (da coordenação), do DCE da USP e de Ubiracy Dantas de Oliveira, operário da Philco Ford e candidato da oposição sindical de metalúrgicos pela chapa 3. O grupo de mães afirma que o custo de vida está assim porque as políticas querem favorecer as grandes indústrias, proprietários e banqueiros, já que são muitas vezes os próprios que estão em cargos decisivos, como o de governador. Dom Mauro Morelli diz que o custo de vida é fruto do consumismo e da forma corrupta que o desenvolvimento econômico controla o próprio mercado. Aurélio Peres defende que a inflação e o custo de vida são causados pelo modo como a economia brasileira depende e é determinada por multinacionais, e aponta como pontos fundamentais a participação popular na resistência, a reforma agrária e práticas de cultivo consciente com maior aproveitamento da mão de obra no campo. O DCE da USP aponta que quem é culpado pelo custo de vida é a minoria que lucra e que determina a política econômica do governo, afirmando que a solução surgirá da organização da luta dos trabalhadores do povo por melhores condições de vida e de oposição ao regime militar. Ubiracy diz acreditar que é através da união e organização dos trabalhadores de diversos setores que eles serão conscientes da legislação.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Na página 5, o segundo subtítulo: “Perspectiva”. O grupo de mães pontua a urgência do movimento, unindo forças não somente de operários, como de todos, para construir uma reação popular. Aurélio Peres também pensa que o movimento ganha força quando é capaz de chamar massa, porém, acredita que algumas bandeiras precisam de momentos específicos para serem levantados, como é o caso da luta pela anistia, por liberdades democráticas ou contra a ditadura. De acordo com ele, esses são chavões da pequena burguesia e que por mais que sejam necessários e pertinentes essas questões, eles não atingem tão diretamente o operário assim como ter comida na mesa e direitos trabalhistas. Já o DCE da USP coloca que é importante que o MCV veja o custo de vida está conectado com problemas de opressão, como o baixo salário e a falta de liberdade para organização de lutas por direitos, identificando os culpados por essas situações e não se isolando como movimento. Dessa forma, de acordo com sua fala, o DCE acredita que a força de mobilização do MCV seja através da ligação com a luta de outros setores, explorando estratégias para além do abaixo assinado. Dom Mauro Morelli pontua que o crescimento do MCV revela a capacidade de participação da população para pensar soluções para problemas sociais, por mais que se diga que não, através de um subjugamento da periferia. Salvador aponta o MCV como uma chance dos trabalhadores se unirem e se organizarem, e diz que acredita que onde se questiona sobre o custo de vida, se questiona também sobre o problema da terra, a política salarial e a estrutura sindical. Assim, ele acredita que é preciso aproveitar as questões que podem ser defendidas e pensadas junto, a partir da ação do trabalhador. Ubiracy defende ser necessário a declaração de que o MCV é um movimento de oposição à política econômica do governo, evidenciando uma postura de oposição frente ao governo mais intensa.

O meio da página é atravessado por uma fotografia duplicada do evento, onde pessoas seguram uma grande faixa com “Abaixo a Carestia” escrito. O terceiro subtítulo: “Ato Público”. Há um relato de uma mãe do setor Cupecê do MCV, que pontua as dificuldades ao organizar o evento do dia 12 de março, contando os desafios da produção, como o fato de autoridades fazerem uma festa na mesma hora do evento, atrapalhando o engajamento do público e também como o perigo de lotação do local. Ela evidencia a presença de estudantes no ato, e diz que acha boa a participação dos mesmos, desde que respeitem a opinião do movimento. As bandeiras dos estudantes defendiam as Liberdades Democráticas, que de acordo com ela, o povo sabe o que é, mas tem medo de dizer e defender, além de ter como foco sua principal pauta: a fome, que vive diariamente. Aurélio Peres indica que houveram falhas da coordenação na execução do evento, em relação à condução dos trabalhos e da segurança, já que as falas dos oradores



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

foram lidas, e não naturalmente articuladas. Ele conta que as faixas apresentadas pelos estudantes foram retiradas de maneira autoritária pela mesa do evento, por não fazerem parte das reivindicações do MCV, quando deveria ter havido uma consulta ao público presente. O DCE da USP coloca que por mais que tivessem boas intenções, a coordenação do evento teve atitudes passíveis de crítica. Evidenciando também o incidente da faixa, revela-se que foi acordado dentro da Universidade que os estudantes não levariam outras faixas que não as do MCV, ao mesmo tempo, o DCE faz um posicionamento de que a mesa deveria ter consultado o plenário, antes de retirar as faixas. Os estudantes defendem que a luta por Liberdades Democráticas deveria ser uma questão assumida pelo povo, já que lutam por defesa dos seus direitos. Outra crítica foi em relação a limitação de falas e depoimentos, que acabou, de acordo com eles, limitando a participação dos presentes. E por fim, comentam que perceberam a ausência das oposições sindicais. Ubiracy opina que no Ato Público do dia 12 deixou claro que há uma limitação política do movimento, que conduziu o evento de forma burocrática, impedindo a participação mais efetiva de setores representativos dos quais não faziam parte da coordenação do MCV, que segundo ele, evidencia a necessidade de uma maior politização do movimento, visto que o custo de vida não é apenas um problema econômico, mas também um problema político.

Na página 6, “Fatos”. Nesta página é possível notar quatro assuntos: Uma pequena notícia é disposta a respeito das reivindicações da chapa de oposição dos Metalúrgicos, a Chapa 3. Uma nota conta da desistência de prosseguir com a investigação e processo da família de Alexandre Vannuchi Leme, após cinco anos de sua morte, assassinado nas dependências da OBAN. Há também uma nota a respeito de posicionamentos da Sociedade Brasileira de Física contra aposentadorias compulsórias e cassações brandas de pesquisadores, além de divulgar o Congresso da Mulher Trabalhadora no Setor, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas. Por fim, há uma notícia a respeito da greve de fome dos presos políticos na Ilha de Itamaracá contra o isolamento de dois presos, Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, relacionando a repressão da ditadura às táticas de resistência dos presos, suas famílias e o Movimento pela Anistia. Na página 7, “Rosa dos Ventos”. Uma matéria explora os impactos da Revolução Cubana na prostituição e situação da mulher cubana, que passaram por um processo de reintegração profissional através da transformação de bordéis em centros de educação e através da união de mulheres cubanas organizadas.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Na página 8, “Convocatória”. Conta-se sobre a história do 1º de Maio, trazendo uma convocatória para a participação do leitor nas atividades reivindicatórias de diversos setores de trabalhadores do Brasil. Há também trechos de entrevistas com representantes de lutas sindicais a respeito da participação da mulher na luta dos trabalhadores. Na página 9, “A noite da mulher é”. Aborda-se sobre o trabalho noturno para as mulheres, explicando o projeto de lei que estava sendo discutido e votado, demonstrando seus perigos. A página 10 é a continuidade da matéria, trazendo o título “o lucro do patrão”, onde discorre-se sobre mobilizações que as trabalhadoras estão fazendo, com abaixo assinados e pensando em parcerias com mulheres de outras frentes. Além disso, há também o pequeno texto que aborda a importância de apoiar a imprensa alternativa, tão vigiada e cheia de dificuldades. A página é finalizada com uma nota sobre o sequestro, tortura e morte de um líder sindicalista.

Na página 11, “8 de março”. No texto, aborda-se o que ocorreu no Dia Internacional da Mulher, especialmente sobre o documento de reivindicações da mulher paulista lido na Câmara Municipal de São Paulo, mas também dá um parâmetro geral das demais atividades. Para comentar o ocorrido e as pautas trazidas e discutidas na época, o BM entrevista membros do Movimento Feminino pela Anistia, do DCE da USP, o Centro de Estudos Brasileiros de Educação para a Saúde e o jornal Nós Mulheres. Na página 12, “O Jogral da Zona Leste”. Dispõe-se o jogral que um grupo de mulheres do Itaim Paulista, bairro da Zona Leste de São Paulo, fez para comemorar o Dia Internacional da Mulher e ler na Câmara Municipal. Na mesma página, “Paris”, trazendo um resumo das atividades que aconteceram na cidade de Paris, na França, descrevendo principalmente a passeata que ocorreu durante a data.

Na página 13, “Quebrando Castanhas”. O texto conta sobre as precárias condições de trabalho que mulheres desenvolvem como quebradeiras de castanha em Belém do Pará, e conta sobre histórias de indignações dessas trabalhadoras. Na página 14, “Mulher, patrimônio social do Estado”, traz a notícia de medidas governamentais para o avanço da implementação do Programa de Prevenção à Gravidez de Alto Risco, problematizando a falta de assistência médica gratuita e o controle de natalidade impositivo. Há também a seção “Brasil Correio” que anuncia que 700 famílias de agricultores estão ameaçadas, contando a história do conflito em que se encontram. Finalmente, na página 15, uma carta do Grupo de Trabalhadores é trazida, com título “Suicídio”, aborda a morte de uma operária que se jogou do 3º andar do prédio da fábrica, relacionando a sua saúde mental com os salários e condições de trabalho.



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

A respeito das marcas de apuração, pode-se identificar que é uma prática do jornal Brasil Mulher não assinar os textos específicos, mas divulgar a lista de participantes do seu conselho editorial (Amelinha de Almeida Teles, Ana Castelo Branco, Ângela Borba, Beatriz de V. Bargieri, Diva Burnier Romão, Luiza Miriam Martins, Mirtes Leal e Rosalina Santa Cruz Leite), da redação (Leda Beck - coordenadora, Albertina de Carvalho, Ana Maria Silva, Aparecida M. de Oliveira, Barbara Arruda, Elza Machado. Iara G. Areias Prado, leda M. Areias, Katia Antunes de Andrade, Lauro Bandeira, Maria Alice, Maria Elisa Leonel, Marisa Sobral, Marlene Crespo, Paulino Feijó Lopes, Suzana Marques Dias Beck, Tiba Nunes, Vera Lúcia Soares, Wagner Carelli. Paris: Beth Lobo, Lena Latinas, Maria Helena Tachinardi no texto e Otilia, Sueli Tomazini e Sula nas fotos), da arte e demais colaboradores. Como diretora responsável, Leda Maria Marques Dias Beck-Tunas é identificada. É destacado também que esta publicação é de propriedade da Sociedade Brasil Mulher.

Sobre o local da apuração, identifica-se que a produção toda acontece na cidade de São Paulo e além disso, pode-se dizer que a equipe do jornal demonstra um interesse grande em estar acompanhando de perto os grupos, o evento e as discussões dos quais cobre jornalisticamente. Isso é perceptível pela riqueza de detalhes, presença de entrevistas, fotografias e outros. A respeito da origem da informação, tratam-se de informações de primeira mão obtidas diretamente com mulheres periféricas, representantes do Grupo de Mães, uma figura de liderança da Igreja Católica, uma liderança da coordenação do MCV, uma grande representação estudantil da Universidade de São Paulo, uma liderança de um grande movimento sindical trabalhista e uma liderança no movimento sindical de operários metalúrgicos.

As marcas da composição do produto evidenciam uma reportagem montada de forma que associa perguntas e respostas feitas em entrevistas paralelas, evidenciando as diferenças e semelhanças entre as falas dos entrevistados. A localização do texto no veículo é na quarta e quinta página, ganhando um espaço de 2 páginas de desenvolvimento, entre uma matéria sobre uma associação de mulheres na periferia de São Paulo, e a categoria de “Fatos”, que reúne notas sobre diversos assuntos. A temática explora a grandeza e importância do movimento MCV, ao mesmo tempo que evidencia as divergências e disputas dentro do próprio movimento de diferentes setores de lutas sociais. Os recursos visuais e multimídia são fotografias em preto e branco que são utilizados a fim de dar rostos e palavras para os participantes do MCV, dando protagonismo feminino e à luta contra a carestia.



Conclusão

De acordo com a revisão bibliográfica e com a análise de cobertura jornalística observada na edição número 12 do Jornal Brasil Mulher a respeito do Movimento Custo de Vida, é possível perceber uma grande presença dessa e de outras lutas de camadas populares da sociedade nas páginas do jornal BM. É perceptível um envolvimento muito grande do tablóide com esses movimentos, que estabelece relações estreitas com lideranças e grupos, realizando entrevistas, colhendo relatos, acompanhando empreitadas, complexificando debates, valorizando e incitando a participação popular para a emancipação e melhores condições de vida dos trabalhadores. A matéria sobre o Movimento Custo de Vida evidencia a presença ativa do jornal Brasil Mulher nos espaços de disputa política que o movimento intencionava estabelecer, ao estar presente em reuniões, assembleias e passeatas, conhecer seus líderes, disseminar suas pautas e iniciativas, além de se posicionar claramente ao lado dos trabalhadores e das mães periféricas organizadas.

Fica evidente o cenário do MCV no período relatado, ao ganhar notoriedade e adesão popular, organizado e articulado, buscando agregar diferentes setores da sociedade, ao mesmo tempo que permeado por disputas de diferentes visões e experiências de militância. De acordo com Monteiro (2015), em 1978 o MCV não é mais apenas um movimento de mulheres da periferia, é um movimento maior que é promovido por diversas vozes, e que promove diversos outros movimentos também, e isso se comprova através da cobertura jornalística do evento do dia 12 de março de 1978 no jornal Brasil Mulher. De acordo com Teles e Leite (2013), e com o posicionamento explícito do veículo, as mulheres do jornal Brasil Mulher são feministas e evidenciam o protagonismo das mulheres no MCV, sempre as incluindo como fontes essenciais. Ao mesmo tempo, nesta edição, há uma preocupação em incluir outras fontes, devido ao cenário de reconstrução que se encontrava o MCV.

O fato de que o jornal não utiliza assinaturas nos textos especificamente, mas sim divulgando as equipes das edições fortalece o caráter de coletividade e de não hierarquização dentro do BM. Os recursos multimídia são feitos através de fotografias que evidenciavam as mulheres presentes no Ato Público do dia 12 e que ajudam a ilustrar o cenário do evento. O formato do texto, que quase simula um debate entre lideranças, realça as questões conflitantes que estavam revelando-se. As fontes consultadas são evidências da proximidade do jornal com os diferentes movimentos sociais que estavam efervescentes naquela época, demonstrando a característica forte de uma prática de jornalismo militante.



Referências

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. IBSN 85 225 0327 3. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa brasileira pós-1974*. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V. 12, n. especial, 2004. p. 37-55. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300004>> Acesso em: 06/10/2023.

COLLING, A. M. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. IBSN 85 01 04783 X. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. IBSN 85 225 0204 8. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis. vol.11, n.1, pp.234-241, Janeiro, 2003. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114351014>>. Acesso em: 06/10/2023.

MONTEIRO, Thiago William Nunes. *“Como pode um povo viver nesta carestia”*: O Movimento Custo de Vida em São Paulo (1973 - 1982). 2015. 274 pgs. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Gislene Silva; MARIA, Flávia Dourado. *Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico*. *Rumores*, USP, edição 10 julho-dezembro, pág.18-36, 2011. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2011.51250>>. Acesso em: 06/10/2023.

TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. IBSN 83 0689. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975 – 1980)*. IBSN 978 85 64586 59 8. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

Feminism in the 1970s and the Movimento Custo de Vida - MCV (Cost of Life Movement) by the journalistic coverage of the newspaper Brasil Mulher

Abstract: The work aims to think about how feminists saw, talked about and allied themselves with the Movimento Custo de Vida - MCV (Cost of Living Movement), through the coverage that the newspaper called Brasil Mulher developed about it. Therefore, the article seeks to answer how the feminist movement of the 1970s approached women's movements on the urban periphery, based on the feminist press developed during the military period, part of an alternative press movement. Teles and Leite (2013) affirm the feminist press as an instrument of struggle, classifying it as doubly alternative, since these feminist agendas did not find spaces for manifestation within the general alternative press. Leite (2003) points out that the emergence of these newspapers and the principles they defend are related to the country's historical context and the national feminist movement, seeking a new language and approach, spreading demands directly related to the condition of women. *Jornal Brasil Mulher* was published by Sociedade



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Brasil Mulher, from 1975 to 1980, with 16 regular editions and 4 extra editions. The Cost of Living Movement (MCV) was built by peripheral and working women, who stood up against famine and the economic policy of the military government. They fought against poverty organized through mothers' clubs, often supported by Basic Ecclesiastical Communities of the Catholic Church. The MCV was a subject recurrently addressed in Jornal Brasil Mulher, therefore, the article aims to understand how the representation and mediation carried out through this vehicle contributed to the construction of the relationship between feminist women and peripheral women's movements in the city of São Paulo, understanding the relations and political participation of women in times of censorship and repression by a military regime.

Keywords: Gender; Military dictatorship; Journalism; Feminist Press; Alternative Press.



A MULHER E A MÃE: REFLEXÕES SOBRE AS NOVAS DEMANDAS SOCIAIS DO “EU” DEPOIS DA MATERNIDADE

Ianne Paulo Macêdo¹

João Tadeu Andrade²

Resumo: A presente comunicação apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em sociologia que destaca a experiência do parto e a construção da maternidade. Sobre o momento em questão, podemos inferir que na compreensão do senso comum é em primeira instância pensado tão somente como a chegada de um novo ser ao mundo. Embora, também seja isto, não se resume exclusivamente a esse fato. Ao usarmos os conceitos antropológicos, podemos pensar no sentido estrito do significado como um “ritual de passagem” que a mulher vivencia e que instantaneamente passa a ser atribuído a ela novas demandas, responsabilidades, comportamentos e ações socialmente impostas. Mas, se não forem não correspondidas, passam a ser os crivos e parâmetros para validar ou não a maternidade e a dedicação das mulheres para com seus filhos (diga-se de passagem: a anulação de sua identidade em detrimento do materno). Entretanto, a supervisão social não acontece com a mesma rigidez com a paternidade, no qual é encarada quase de forma optativa. Assim, levantamos o questionamento: o que sociedade espera de uma mulher que se torna mãe? Para responder, foi utilizado como percurso metodológico o trabalho etnográfico, com a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com mulheres/mães, além da revisão bibliográfica com autores das ciências humanas. Nesse sentido, o estudo tem o objetivo de discorrer sobre os marcadores sociais de gênero que são direcionados para as mulheres ao se tornarem mães. Portanto, visamos contribuir com as reflexões sobre a maternidade e os seus desdobramentos a partir do olhar socioantropológico.

Palavras-chave: Maternidade. Mães. Mulheres. Sociedade.

Introdução e apontamentos metodológicos

Notadamente, estudar um fenômeno social por si só é dificultoso. Não é tão simples “tratar como coisas” e procurar um distanciamento como sugere Durkheim (2007), especialmente quando o objeto de análise é o evento do nascimento na sociedade que eu estou inserida, além disso, que eu também estou vivenciando na condição de mãe (de uma menina de nove meses) ao tempo que escrevo.

Tenho consciência que escrever sobre a maternidade me coloca sujeita a todos os questionamentos metodológicos possíveis: maneiras de me relacionar com o campo, as condições de como estou sendo afetada por ele e pela minha experiência particular, por estar

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: ianne.macedo@aluno.uece.br

² Orientador e professor do quadro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: joao.andrade@uece.br



dentro de um sistema de lugares, transitar entre o descentramento e a capacidade de compreensão de variáveis sociais estruturantes.

Essa vivência me remete a DaMatta (1985), quando apontou que há um temor nas ciências sociais em revelar a subjetividade em campo, o que não deveria acontecer numa disciplina que tem sua força no contato humano entre universos de significação diferentes.

Assim, levantamos o questionamento: o que a sociedade espera de uma mulher que se torna mãe? Para responder, foi realizado o trabalho de campo de inspiração etnográfica, com a aplicação de 30 questionários com mulheres/mães, além da revisão bibliográfica com autores das ciências humanas.

Nesse sentido, a comunicação tem o objetivo de discorrer sobre os marcadores sociais de gênero que são direcionados para as mulheres ao se tornarem mães. Portanto, visamos contribuir com as reflexões sobre a maternidade e os seus desdobramentos a partir do olhar socioantropológico.

A maternidade e seu contexto histórico e social: discussões e debates

Historicamente, ao longo da Idade Média ao Renascimento, existiram mudanças relevantes nos costumes da maternidade na Europa, os quais se inclinam para o caráter relativo de sua construção.

Sobre este período, Badinter (1985), adverte para a situação de que durante a maior parte da Idade Média existiu uma desvalorização dada à maternidade em função de uma maior importância atribuída ao poder do homem, enraizado em valores sociais estabelecidos e que fundamentaram a autoridade marital sobre sua mulher e seus filhos.

Assim, os aspectos fisiológicos trazem consigo a função biológica do que a sociedade impôs às mulheres: a procriação. Isso posto, com uma visão mais crítica e feminista, há de ser considerada há redução das mulheres a condição de mães, ou limitadas a maternidade e as suas demandas.

Conseqüentemente, como as mulheres aceitam seu destino biológico, gerar e amamentar são funções naturais (BEAUVOIR, 1949), instituídas ao longo dos séculos, passam a ser reproduzidas e aceitas de modo pouco questionado no cenário de protagonismos bem especificadas do que é do homem, e do que é da mulher.

Logo, como sendo obrigação primeira da mulher a respeito da prole é a de trazê-la ao mundo, o espaço doméstico é naturalmente da mulher, como apontado por Molina (2006). Haja



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero** 16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

vista que o corpo feminino é tido como um corpo social que é utilizado para reprodução, há uma forte idealização do amor materno (BADINTER, 1985).

Apesar dos diferentes momentos e espaços históricos que a sociedade ocidental percorreu, as identidades e papéis femininos têm assumido uma resistência quanto à maternidade e seus desdobramentos, cujo é demarcado a concepção sexista tradicional dos papéis socialmente atribuídos aos homens e mulheres (ENGELS, 2010).

Aos poucos estes papéis foram se legitimando, e justificado pelo aspecto “da natureza da mulher”. Como resultado, o papel da mulher passou a se limitar progressivamente ao cenário intrafamiliar e a maternidade seria a sua marca distintiva.

Segundo Badinter (1985), é neste momento que o mito do amor materno, incondicional e abnegado, se instala e passa a moldar progressiva e propositalmente as concepções sociais do feminino, sobretudo, no sentido de se imprimir à concepção do ser mulher uma certa instintividade inapelavelmente destinada à procriação e à vida familiar.

Este destino de maternidade amorosa e abnegada, afirma Badinter (1985), não é intrínseco à constituição feminina, não está no seu gene. Os atributos da maternidade incondicional, na realidade, estão atrelados às demandas sociais, econômicas e políticas do contexto em que a mulher se inscreve, ou melhor dizendo, em que é “inscrita”.

Os autores Coutinho e Menandro (2009), fazem uma análise congruente sobre a construção social desse feminino, ao elucidar que a construção sócio-histórica da feminilidade tende a formar ideias do senso comum que fundem numa só personagem os papéis de mãe, esposa e o ser mulher. Todavia, a maternidade, o cuidado com o marido, e a vida doméstica seriam práticas que definiriam a essência da mulher.

É possível concluir, que o corpo feminino levanta pautas coletivas sobre a sua dimensão social, ou seja, existe uma articulação entre a fisiologia e a condição social de gênero como fenômenos agregados a condição de existência das mulheres na sociedade, já que “o caráter fundamentalmente social das distinções está baseado no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72).

Por sua vez, as relações de poder e gênero tendem a estabelecer uma hierarquia entre homens e mulheres a partir da diferenciação biológica, de modo a definir papéis e posições que legitimam e perpetuam um tipo de relação na qual os homens desempenham papéis e ocupam posições privilegiadas, enquanto às mulheres são reservados papéis e posições sociais considerados inferiores (SCOTT, 1995).

Essa hierarquização, também vai se expandir para o campo da ciência, na medida que temos o desenvolvimento da medicina. Sobre isso, Foucault (2011), nos atenta para o fato de que a medicina moderna, apesar de professar um discurso individualizante, do conhecimento minucioso do corpo, na verdade constitui-se como uma medicina social, visando o controle anátomo-clínico do corpo social. Gradativamente, a biomedicina associa sua prática com a inovação tecnológica, na possibilidade de desenvolvimento de aparelhos e técnicas mais precisas, de esquadramento corporal, sofisticando assim sua estratégia biopolítica.

Com efeito, quando analisamos criticamente o percurso de execução do parto hospitalizado, conseguimos perceber que ele também destitui a mulher de seus direitos, de privacidade, do poder de decisão sobre como e onde será o parto e quem a acompanha durante esse processo, tornando-a objeto de poder médico ou mesmo “paciente” – a ser paciente do que decidem sobre seu corpo para a retirada de seu bebê.

De fato, é inquestionável que a mulher não tem a liberdade sequer da escolha da melhor posição de parir, mesmo nos dias de hoje, como também identificado por Helman (2003), haja vista que elas são orientadas a ficar em posição de litotomia (e geralmente com as pernas amarradas para que não tenha risco de chutar os profissionais que estiveram à frente), para ser mais confortável ao médico na utilização de seus instrumentos e técnicas.

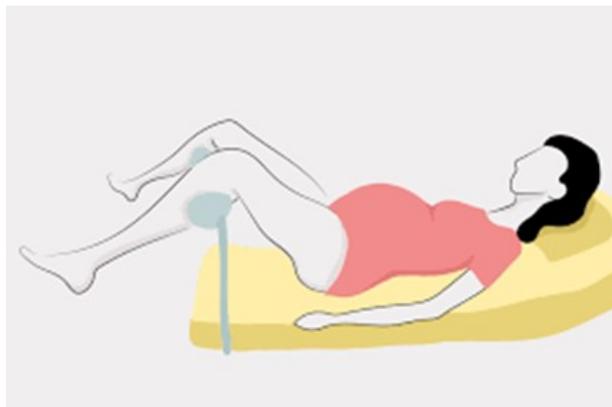


Imagem 1: Demonstração da posição de litotomia (ARQUIVO DA INTERNET)³

Não obstante, a consolidação dos hospitais como uma instituição apropriada para a realização dos partos -e consequentemente do nascimento- deve ser considerada como um mecanismo da autoridade do conhecimento científico, que tanto é de alto custo para conquistá-

³ Imagem de domínio público obtida no endereço < <https://bebe.abril.com.br/parto-e-pos-parto/parto-normal-posicoes-facilitam-nascimento-bebe/> > Acesso em 23 de agosto de 2023.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

lo, como o preço a ser pago pelos beneficiários dele (pacientes). Assim, é enaltecida a soberania do saber médico, que se sobrepõe às práticas e conhecimentos tradicionais, como por exemplo a da atuação das parteiras.

Precisamente, essas mulheres, tão populares na história recente do Brasil, facilitaram (e ainda facilitam) a chegada de muitas de crianças em suas comunidades, bairros e cidades, graças ao seu conhecimento prático, sem nenhuma escolaridade específica como requisito para seu protagonismo.

Embora, o trabalho das parteiras tradicionais⁴, esteja cada vez mais extinto no Brasil, ainda é muito comum em várias regiões interioranas afastadas dos grandes centros do nosso país, onde o acesso aos hospitais é difícil (IPHAN, 2021). Contudo, isso não quer dizer que não exista parteiras nas cidades mais desenvolvidas, embora, nesses locais elas comumente sejam dotadas de mais conhecimento científico, como graduação em enfermagem.

No tocante as parteiras tradicionais, é importante ressaltar que:

(...) as parteiras brasileiras são, além de obstetizas populares (atuando no pré-natal, parto e puerpério das mulheres), também enfermeiras populares (porque atendem todo tipo de ocorrência em termos de adoecimento), psicólogas populares (porque socorrem aqueles com crises, nervoso, distúrbios mentais), puericultoras populares (porque cuidam dos bebês e crianças de suas clientes), assistentes sociais e advogadas populares (porque ajudam as mulheres a terem acesso a benefícios e direitos de várias ordens). Elas são profissionais multitalentosas (FLEISCHER, 2015, p.04).

A respectiva situação demonstra nitidamente a hierarquização dos saberes: saber popular x saber científico. O primeiro sendo executado pela formação prática, na maioria dos casos com uma formação de anos de acompanhante e aprendiz dos procedimentos de execução do parto, sem nenhuma escolaridade ou formação específica, e o último representado por uma graduação com duração média de seis anos, acrescido da especialização na área de obstetrícia.

Chamamos a atenção para este fato, pois aqui evidencia-se também um tipo de conhecimento marcado por um forte viés de gênero, já que o desenvolvimento da biomedicina é um lugar historicamente masculino e das parteiras de mulheres.

Nesse curso histórico, a família moderna assume e reforça os papéis sociais para homens e mulheres que foram incorporados e que reverberaram principalmente na sociedade ocidental, no que diz respeito ao ideal materno.

A propósito, Valeska Zanello (2016) nos demonstra quão enraizados esses valores estão e como funciona o que ela denomina de “dispositivo materno”:

⁴ Denomino de parteiras tradicionais aquelas mulheres que atuam em suas comunidades facilitando através de suas técnicas sem escolaridade específica o trabalho de parto de outras mulheres.



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

O dispositivo materno diz respeito, assim, a um lugar de subjetivação no qual as mulheres são constituídas como cuidadoras ‘natas’. (...) esse dispositivo se construiu historicamente, sobretudo a partir do século XVIII, momento esse no qual a capacidade de maternagem foi compreendida como desdobramento da capacidade de procriação (ZANELLO, 2016, p.113-114).

Da mesma forma, Badinter (1985), também apresenta a maternidade como uma construção social enraizada simbolicamente e que varia segundo diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos, no qual relembra que, durante o século XVIII, as mães entregavam seus filhos, logo após o parto, para as amas-de-leite cuidarem e amamentarem, retornando à família biológica apenas anos depois. Com isso, a autora afirma que os valores da sociedade têm um grande peso sobre os desejos e as decisões das pessoas.

A partir das últimas décadas do século XVIII, as mulheres passaram a assumir o papel de boa mãe, se dedicando integralmente aos filhos e se responsabilizando pelo espaço privado da família. A maternidade passa a ser vista como um sofrimento voluntário e indispensável para a mulher (BADINTER, 1985; LEITE; FROTA, 2014).

Acordar várias vezes à noite com o choro da criança, amamentar, trocar a fralda, dar banho, vigiar constantemente as brincadeiras, acompanhar os outros filhos. São inúmeras as tarefas que podem sobrecarregar a mãe após o nascimento e ao longo do crescimento do filho. E esse acúmulo de obrigações, em conjunto com os afazeres domésticos e as demandas profissionais, podem acabar tendo um efeito negativo sobre a saúde mental materna.

Entretanto, diante da pressão ideológica, as mulheres se sentem até os dias de hoje obrigadas a serem mães sem desejá-lo realmente, vivendo a maternidade sob o desígnio da culpa e da frustração (RESENDE, 2017), ou com uma concepção romantizada sobre a maternidade, como apontou as respostas do questionário da pesquisa, respondido por 30 interlocutoras:

Você acha que a maternidade é romantizada em nossa sociedade?

30 respostas

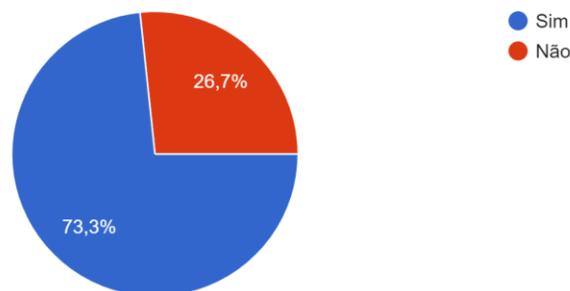


Imagem 2: Gráfico extraído do questionário aplicado com as interlocutoras do estudo (Arquivo da pesquisa).

A romantização da maternidade, pode ser observada sob diferentes contextos, inclusive com o desserviço de inúmeras influenciadoras digitais que utilizam das suas redes sociais, para divulgarem uma maternidade leve, fazendo os registros dos melhores momentos e deixando privado o suporte de uma rede de apoio paga e profissionais que ajudam na recuperação estética do corpo da mãe que pode custear inúmeros serviços que uma mãe proletária não consegue. Conseqüentemente, isso acarreta de modo inconsciente no descontentamento com o seu corpo, frustração e comparação entre os processos de matinar, mas não há um espaço público para promover esse debate, e abre margem para sobrecarga emocional que a mãe guarda só para ela.

A sobrecarga não apenas no âmbito emocional, ocorre fisicamente quando várias atividades estão concentradas somente na mãe: cuidar dos filhos e da casa, acompanhar os outros filhos, manter um relacionamento saudável com o parceiro, fazer compras, cuidar do próprio corpo etc.

Para além dessas tarefas consideradas “domésticas”, há ainda a preocupação com a vida profissional. O excesso de obrigações em casa e no trabalho e a sensação de falha por não conseguir cumpri-las a tempo podem levar ao desenvolvimento de sentimento de culpa, insuficiência e fracasso.

Eventualmente, esse ciclo de auto culpabilização provoca uma série de condições que impactam negativamente a saúde mental e, conseqüentemente, o dia a dia da mulher. Muitas mães têm vergonha, orgulho ou medo de pedir ajuda e acabam desenvolvendo doenças como depressão, ansiedade, síndrome do pânico e outros transtornos mentais.



A mulher que, diante da maternidade, se vê diferente do papel considerado ideal, tende a se sentir inferior ou incapaz de lidar com situações decorrentes da função materna (BADINTER, 1985).

Não obstante, as mulheres cujo comportamento não segue os padrões esperados pelos especialistas moralistas da sociedade patriarcal, esta é considerada automaticamente como uma mulher ruim, uma vez que fracassou em seu propósito de vida: ser mãe (BADINTER, 1985), mesmo nos dias de hoje.

Todavia, ao considerarmos as mesmas ações de um pai, executadas por uma mãe, esta é apontada com os adjetivos pejorativos. Mas ao passo que um pai exerce minimamente sua paternidade (fazendo próximo do que é típico de uma mãe), este é reconhecido como um superpai, super-homem, super-tudo, e a mãe é apenas a mãe cumprindo com as suas obrigações.

A maternidade está impregnada de ideais que a fazem ser vista como um papel gratificante. Para Badinter (1985), o modo como se fala dessa "nobre função", com um vocabulário tomado à religião (como vocação ou sacrifício materno) indica o aspecto místico que é associado ao papel materno. A mãe é usualmente comparada a uma santa e criou-se o hábito de pensar que toda boa mãe é uma "santa mulher".

Durante séculos, esse amor materno problematizado de forma tão famigerada por Badinter (1985), foi considerado inato, mas na contemporaneidade, ancorada pela discussão antropológica, é assimilado como uma construção, como qualquer outro amor.

Com a sobreposição das crenças sociais e culturais, previsto que a mulher em algum momento de sua vida reflita acerca da maternidade. Em seguimento, as mulheres desejando ou não a maternidade, sentem-se pressionadas diante da coerção social para cumprir essa demanda oriunda do coletivo. Juntamente com a delegação do "Ser mãe", surgem também nestas mulheres sentimentos ambíguos, como dúvidas e medos relacionados a maternidade (CÉSAR; LOURES; ANDRADE, 2019).

É válido enfatizar que o nascimento de uma criança pode trazer felicidade a mãe e ofertar um novo significado a sua vida. No entanto, as responsabilidades e atividades da maternidade também podem representar novos fardos e estresse para a mesma (CHENG et al., 2020), que pouco tem a oportunidade de falar e reconhecer essa condição.

Assim, a maternidade, que já foi a única via para a aceitação social da figura feminina, foi cortada pela metade. Por exemplo, a sensibilização das mulheres pode advir do trabalho, das atividades intelectuais, criativas e artísticas, bem como das dos homens.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Nesse contexto, aconteceu uma reinvenção do feminino e a mulher passou a assumir novos papéis e novos desafios, tendo que conciliar a vida profissional com suas antigas contribuições da vida privada, atribuindo-a uma dupla jornada de trabalho. Dessa forma, a maternidade deixou de ser um destino para se tornar uma escolha, um projeto de vida apoiado na liberdade que a ciência moderna ofereceu a mulher (TEIXEIRA, PARENTE, & BORIS, 2009).

Cabe ressaltar que essas atividades não são um obstáculo para as mulheres que buscam a maternidade, mas uma escolha, uma forma de investir na vida. Nesta perspectiva, a atratividade da maternidade para as mulheres é subjetiva porque é um trabalho responsável, duradouro e exigente, muitas vezes interpretado como muito doloroso.

Por sua vez, de acordo com Resende (2017), as pautas prescritas sobre a maternidade, ainda que variáveis ao longo dos anos, não levam em consideração que existem tantas mulheres quanto desejos, desconsiderando a vivência subjetiva de cada mulher a respeito da maternidade.

Portanto, a discussão aqui realizada demonstrou que a responsabilização das mulheres pelas atividades do cuidado está presente na história da sociedade patriarcal, contudo a situação colocada pela pandemia torna mais severa esta realidade, pois as medidas tomadas para garantir o isolamento social e evitar o aumento do número de casos resultaram na sobrecarga das mulheres, já marcadas na sociedade moderna pelas múltiplas jornadas.

Referências

BADINTER, E. *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. A experiência Vivida. Rio de Janeiro: Editora: Nova Fronteira, v.2, 1949.

CÉSAR, R.C.B; LOURES, A.F.; ANDRADE, B.B.S. *A romantização da maternidade e aculpabilização da mulher*. Revista Mosaico, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: <http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1956>. Acesso em 23 de agosto de 2023.

CHENG, H.; WANG, W.; WANG, S.; LI, Y.; LIU, X.; LI, Y. *Validation of a Chinese Version of the Parental Burnout Assessment*. Frontiers in Psychology. China, mar. 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2020.00321/full>. Acesso em 23 de agosto de 2023.

COUTINHO, S. M. S., MENANDRO, P. R. M. *A dona de tudo: um estudo intergeracional sobre representações sociais de mãe e esposa*. Editora da UFES, 2009.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter Anthropological Blues. In: NUNES, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. 3. ed. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

ENGELS, Friedrich, 1820-1895. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FLEISCHER, S. *Como as parteiras podem ajudar a melhorar o SUS?* 2015. Disponível em: <https://parteirastradicionais.wordpress.com/2015/01/06/comoasparteiraspodemajudaramelhorarorus/>. Acesso em 30 julho 2023.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

HELMAN, Cecil G. *Cultura, saúde e doença*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

IPHAN. *Dossiê Parteiras Tradicionais do Brasil*. (Online). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/aberta-consulta-publica-sobre-os-saberes-e-praticas-das-parteiras-tradicionais-dobrasil/Dossi_ParteirasTradicionaisdoBrasil_diagramadoparadivulgao_compressed.pdf. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

LEITE, R. R. Q; FROTA, A. M. M. C. *O desejo de ser mãe e a barreira da infertilidade: uma compreensão fenomenológica*. Rev. da abordagem gestáltica, 20(2), 151-160, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-68672014000200002. Acesso em 23 de agosto de 2023.

MOLINA, M. E. *Transformaciones Históricas Culturales del concepto de maternidad y sus repercusiones en la identidad de la mujer*. Psykhe (Santiago), 2006.

RESENDE, D. K. *Maternidade: uma construção histórica e social*. Pretextos, 2(4), 175- 191. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15251/11732>. Acesso em 23 de agosto de 2023.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil da análise histórica*. Educação e Realidade. Jul./Dez. 1995.

TEIXEIRA, L. C., PARENTE, F. S. & BORIS, G. D. B. *Novas configurações familiares e suas implicações subjetivas: reprodução assistida e família monoparental feminina*. Revista Psico, 40(1), 24-31, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2848/4138>. Acesso em 23 de agosto de 2023.

ZANELLO, Valeska. *Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia*. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, p. 103-122, 2016.



**THE WOMAN AND THE MOTHER: reflections on the new social demands of the “I”
after motherhood**

Astract: This communication presents the partial results of a doctoral research in sociology that highlights the experience of childbirth and the construction of motherhood. About the moment in question, we can infer that in the understanding of common sense it is, in the first instance, thought only as the arrival of a new being in the world. Although this is also the case, it is not limited exclusively to this fact. When using anthropological concepts, we can think in the strict sense of the meaning as a “rite of passage” that the woman experiences and that instantly starts to be attributed to her new socially imposed demands, responsibilities, behaviors and actions. But, if they are not unrequited, they become the screens and parameters to validate or not the motherhood and dedication of women towards their children (by the way: the annulment of their identity to the detriment of mothering). However, social supervision does not happen with the same rigidity with paternity, in which it is seen almost as an option. Thus, we raise the question: what does society expect from a woman who becomes a mother? To respond, ethnographic work was used as a methodological route, with the application of questionnaires and semi-structured interviews with women/mothers, in addition to a bibliographical review with authors from the human sciences. In this sense, the study aims to discuss the social markers of gender that are directed towards women when they become mothers. Therefore, we aim to contribute to reflections on motherhood and its consequences from a socio-anthropological point of view.

Keywords: Maternity. Mothers. Women. Society.



“CINEMA NOVO, VERSÃO FEMININA”: AS DESIGUALDADES DE GÊNERO DENTRO DO MOVIMENTO CINEMANOVISTA

Isabela Rodrigues Regagnan¹

Resumo: O Cinema Novo foi um movimento cinematográfico brasileiro que teve seu auge na década de 1960 e que, entre ânsias, idealizações e censura, buscou romper com a hegemonia do cinema hollywoodiano. A partir de pautas progressistas, debatendo desigualdades sociais e o autoritarismo, o movimento se destacou no e fora do país. No entanto, ao buscarmos as mulheres dentro do movimento do Cinema Novo, inclusive nos próprios filmes, é possível constatar dados que revelam uma desigualdade de gênero exorbitante, o que nos faz questionar como esse cinema dito inovador, se relacionou com um cinema já produzido, por exemplo o hollywoodiano, ao qual se buscava certo tipo de rompimento. Dessa maneira, este trabalho tem como objetivo, através da análise das páginas do *Caderno B* do *Jornal do Brasil*, bem como a análise do curta documental *A Entrevista*, examinar as relações de gênero dentro do movimento, considerando a relação com a única diretora mulher no movimento, Helena Solberg.

Palavras-chave: Cinema Novo; Desigualdade de Gênero; Helena Solberg; Caderno B.

Introdução

O cenário internacional da década de 1950 foi permeado pela disputa ideológica entre os blocos capitalista e socialista. A Guerra Fria, conflito travado entre os EUA e a URSS, influenciou de forma direta os setores sociais de diversos países do mundo, assim como o Brasil que era governado pelo populismo (Santos, 2016).

Com grande influência norte-americana, “Anos dourados” foi chamada a década de 1950 nacional, responsável por marcar dentro do imaginário da classe média, a ideia de o Brasil como um país do futuro (Malafaia, 2020). Com o processo de expansão de capitais, o deslocamento de empresas multinacionais em direção a países periféricos (Novais, 2013), muito se ansiava com as chances de grandes transformações em solo brasileiro. Desse modo, diversas transformações foram pautadas pelo setor político e por parte da sociedade, como afirma Milton Fernandes Brandão:

A partir de 1941, o Brasil foi literalmente invadido por missões de boa vontade norte-americanas, compostas por professores universitários, jornalistas, diplomatas, empresários, etc., todos empenhados em estreitar os laços de cooperação com os

¹ Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). Mestranda no Programa de Pós-graduação em História com ênfase em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de História Entrecruzadas de Subjetividades, Gênero e Poder. Integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). E-mail: isabelaregagnan@hotmail.com. ORCID: 0000-0001-6891-3533



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

brasileiros, visando a conquista de um novo mercado consumidor. Através de um planejamento cuidadoso de penetração ideológica, principalmente com o cinema de Hollywood, que tentava mostrar o estilo de vida norte-americano, os Estados Unidos procuravam assegurar-se de que o Brasil e a América Latina seriam seus “aliados políticos e econômicos” no plano internacional (Brandão, 1990, p. 28).

Envolto de um amplo progresso industrial, o mantado Juscelino Kubitschek tinha como um de seus objetivos realizar o dito “plano de metas” e fazer com que mudanças de cinquenta anos, acontecessem em cinco. Com o desenvolvimento no setor econômico, junto da produção industrial, houveram aspirações e mudanças significativas no ideário cultural e social (SANTOS, 2016).

O imaginário popularizado pelas revistas, imprensa, o cinema norte-americano e a televisão, acabou por exercer forte influência na classe média brasileira. É importante ressaltar nesse fator, o avanço dos meios de comunicação em massa e a mídia como propulsora da ideologia nacionalista. Tais avanços potencializou, e na década de 1960 disseminou as transformações culturais.

Neste trabalho busquei fazer de forma breve uma introdução sobre a parte sócio-cultural dos anos de 1950, para explanar no corpo do texto minhas pretensões. É com foco na década de 1960 que este texto se constrói. Pensando nos meios de comunicação – propriamente o cinema e a imprensa –, resolvi analisar a relação de gênero dentro do movimento do Cinema Novo brasileiro, utilizando do curta-documental *A Entrevista*, de Helena Solberg, e as páginas do *Caderno B do Jornal do Brasil*.

“Cultura vastíssima em busca de um domínio próprio”: década de 1960 e as transformações culturais

Isso é que é, na verdade, a Revolução Brasileira. [...] ela ganha carne, densidade, penetra fundo na alma dos homens. O rio que vinha avolumando suas águas e aprofundando seu leito, até março de 1964, desapareceu de nossas vistas. Mas um rio não acaba assim. Ele continua seu curso, subterraneamente, e quem tem bom ouvido pode escutar-lhe o rumor debaixo da terra. (Gullar, 1967, p. 253).

Uma convulsão cultural e política perpassou com muita potência os anos de 1960 no Brasil e no mundo. É no corpo da juventude que emergem novos protagonistas na cena social (Vaz, 2021). Por muitos estudiosos, a década de 1960 foi um tempo que abriu portas para respostas eventualmente radicais que colidiam com problemas de conteúdos distintos no mundo.



Alexandre Ferraz Vaz (2021) aponta que no caso do Brasil, havia uma mescla entre paranoia e regressão, que ocasionaram em importantes consequências para toda a população, mas principalmente para os grupos sociais ditos vulneráveis. O autor defende ainda que, este momento fez ecoar valores reacionários, infiltrados nos ideais daqueles que vieram a derrubar João Goulart.

A esquerda brasileira da década de 1960 eclodiu em iniciativas culturais. Foi do surgimento entre a ligação do Centro Popular de Cultura junto da União Nacional de Estudantes (UNE) que dominaram a época. De acordo com Ivan Lima Gomes (2011), foi criado no Rio de Janeiro o primeiro Centro Popular de Cultura, advindo do engajamento dos movimentos sociais vinculados também ao interesse de artistas e intelectuais.

É notório salientar que o engajamento de artistas e intelectuais, além das mudanças consequentes aos “Anos dourados”, foi o estopim para transformações culturais tão vastas. Antecedendo ao golpe de 1964, a produção artística já estabelecia um cunho político e contra-hegemônico, situados principalmente no Cinema Novo e no Teatro do Oprimido, como contextualizado por Isabela Fuchs e Alina Nunes (2019). As autoras apontam ainda que era notável como desde o início da década, essas manifestações artísticas buscaram subverter não só o político com seus discursos, mas também, a parte estética que visou um *status* de inovação. A arte produzida na época citada, buscou acima de tudo, uma inovação diante do político e do estético por meio de toda uma crítica.

Acredito que seja necessário salientar que grande parte do setor artístico ebulia em transformações, entretanto, como parte do recorte escolhido, neste trabalho busco focalizar o olhar para o meio artístico audiovisual e a imprensa, enfatizando a relação cinematográfica com o movimento do Cinema Novo.

Dominado por interesses econômicos, culturais e políticos, o Cinema Novo floresceu antes mesmo do golpe de 1964. Diante do emaranhado de mudanças, e com a ebulição do Brasil nos campos das ideias e práticas culturais, as cabeças que lideraram o movimento cinemanovista buscaram um pensamento com viés revolucionário que estava em curso desde a década de 1950, em especial na América Latina, território em que as transformações sociais e políticas estavam em movimento, assim como a revolução Cubana de 1959 (NOVAIS, 2013).

Influenciado pela *Nouvelle Vague* francesa e o neorealismo italiano, o Cinema Novo brasileiro tinha uma crítica alinhada ao momento histórico do país, propondo um cinema que fosse fiel a à realidade brasileira (Novais, 2013). Um dos pontos propulsores do movimento,



era utilizar do aparato cinematográfico para denunciar as mazelas sociais em que viviam a maioria da população brasileira naquele contexto, e, dessa forma, contribuir também para o processo revolucionário.

Diante de buscas por realizar denúncias e um processo revolucionário, desde a década de 1950 havia também um certo ideal de identidade nacional que vinha sendo construído. O Cinema Novo contribuiu para construir tal imagem, defendendo um cinema que pautasse os assuntos nacionais na produção de seus filmes e gerasse uma capitalização para a indústria pátria, gerindo boa parte do dinheiro que por anos fora evadido (Ramos, 2018). Ou seja, um dos objetivos do movimento que estava fortemente atrelado ao cinema da década de 1950, era produzir um cinema nacional e que representasse o nacional. Fernão Pessoa Ramos (2018, p. 17) salienta ainda que: “A questão do nacional já surgindo vinculada à nova imagem do popular, mas ainda de uma forma paralela”.

Sobre essa dimensão do popular Ramos (2018) aponta que não designava somente a repercussão do filme nas camadas mais pobres da população, mas também como as classes eram representadas na imagem narrativa. Desse modo, pensando na estrutura do Cinema Novo, é notório observar as intenções do movimento em busca de uma renovação estética e a inserção de temáticas que aludisse críticas à realidade brasileira (Severo, 2021).

Vejo que muito foi pautado pelo movimento cinemanovista a relação com o outro-popular (RAMOS, 2018), com a representação narrativa dos sujeitos brasileiros, com a elaboração do que era o Brasil, com um ideal e uma possível quebra de perspectivas advindas de uma sociedade imperialista. Apesar do movimento do Cinema Novo ter vestido a camisa de revolucionário, alguns elementos fundamentais da década de 1960 foram esquecidos pelos cineastas e pelas cabeças que guiavam esse fazer cinema. Ana Maria Veiga (2013) ressalta que a revolução proposta pelo Cinema Novo foi uma revolução incompleta. A autora aponta que: “não colocaram em cena o problema da situação inferiorizada das mulheres na sociedade; ao contrário, muitos diretores apenas reafirmaram ou naturalizaram esta questão” (VEIGA, 2013, p. 41).

Noto e compreendo o movimento do Cinema Novo ainda como um movimento falocêntrico. É importante salientar que esse esquecimento da situação das mulheres não deve ser desconsiderado, tendo em vista o contexto histórico da época. Entre os anos de 1960 e principalmente 1970, as ideologias feministas se fortaleciam nos Estados Unidos e na Europa e foram espalhadas por diversos cantos do mundo.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Se pensarmos o marco do Cinema Novo nascendo nos anos de 1960 e se esvaindo no final desta mesma década, podemos afirmar a existência de apenas uma mulher dentro do movimento enquanto diretora. Helena Solberg, fez parte da dita segunda geração do Cinema Novo. Na universidade, construiu articulações com outras pessoas que também fizeram parte dessa segunda geração, como, Arnaldo Jabor, Cacá Diegues, Davi Neves, Gilberto Santeiro e Nelson Pompéia (Tavares, 2011) e desse modo ingressou no universo de criação do movimento.

Para muitas pessoas que fizeram parte do círculo do Cinema Novo, o movimento era como um Clube do Bolinha, e Helena foi a única mulher do clube todo. Ramos (2018) escreve que:

Enfim, Solberg é integrante plena da geração cinemanovista, embora sua condição de mulher e a posterior permanência nos Estados Unidos, a partir de 1971, a tenha impedido de participar do movimento numa posição mais atuante. É difícil imaginá-la, como mulher, tendo presença nas intermináveis conversas no bar da Líder ou nas noitadas dos garotos pela cena carioca. O Cinema Novo se desenvolveu em um ambiente essencialmente masculino (Ramos, 2018, p. 63).

É evidente o domínio de homens diante o movimento dito revolucionário. Entretanto, mesmo com tal predominância a cineasta conquistou um pequeno espaço e usou do cinema como uma arma de resistência a condição feminina da época, e posteriormente com outras obras. O primeiro filme de Helena Solberg foi o único dirigido por uma mulher a fazer parte do Cinema Novo. *A Entrevista*, lançado em 1966 é um curta documental em que a diretora investigou a condição de mulheres de classe média, residentes no Rio de Janeiro, no alvorecer da década de 1960. Entrevistando 70 mulheres, Helena nos traz a visão feminina daquela década perante as aspirações e atitudes relacionadas as mulheres de classe média.

Sobre este filme, Ramos traz a seguinte contextualização:

A entrevista (1966), que se constitui em torno da temática específica da situação da mulher no Brasil de meados dos anos 1960, particularmente a mulher de classe média, trazendo para primeiro plano uma voz feminina ausente no Cinema Novo. Respira-se no filme intensamente a condição feminina, através de uma imagética própria e em um discurso narrativo inédito para época. O discurso da mulher de classe média brasileira e seu imaginário proliferam no curta: crianças, cremes, olhar para o homem, gestos femininos, o ato de pentear o cabelo, a escola de freiras, as bruxas, o *closet* de roupas, a coleção de sapatos, o vestido de noiva, os biquínis, o tomar sol deitada na praia etc[...] Solberg afirma que as mulheres das quais tomou os depoimentos que surgem em *over* não quiseram se identificar por imagem, com receio. De todo modo, a temática e os assuntos que *A entrevista* traz à tona são absolutamente singulares no novo cinema brasileiro, mostrando que os dilemas da dimensão da representação do outro podem atingir não somente o outro-popular, mas também o outro-mulher (Ramos, 2018, p. 63 e 64).



Acredito que as averiguações de Ramos (2018) nos dizem muito sobre a importância de Helena Solberg dentro do movimento do Cinema Novo. Isso se dá, principalmente, porque a grande parte das personagens mulheres criadas pelos diretores masculinos não representavam a mulher da década de 1960. A própria diretora em entrevistas alega que não se sentia representada por essas personagens, idealizadas a um universo popular que não era o dela e o da sua geração de mulheres que vivenciou tal época (Ramos, 2018).

Seguindo o pressuposto, presume-se que Solberg buscou um certo tipo de rompimento com o contexto dos dilemas masculinos do Cinema Novo sobre a questão popular (Ramos, 2018), utilizando do cinema como ferramenta para alastrar um outro viés, e uma outra visão a ser pensadas na época. A diretora sinalizou um ponto muito importante para debate: a questão de gênero nesse movimento tão singular.

O pioneirismo do lado B: as nuances do *Caderno B* do *Jornal do Brasil*

De acordo com Lavina Madeira Ribeiro, a imprensa no Brasil se origina e se desenvolve como uma instituição moderna, criada e organizada de acordo com as demandas da sociedade e dos seus específicos recursos materiais e simbólicos (Ribeiro, 2001, p. 67). Maria Helena Rolim Capelato (1988) salienta que desde os seus primórdios, a imprensa se compôs como uma força política. Mediante a tais afirmações, busco pensar a presença ou ausência da única diretora do Cinema Novo na imprensa da década de 1960 – utilizando enfaticamente o *Caderno B* do *Jornal do Brasil*.

Fundado por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco em 1891 após a Proclamação da República, o *Jornal do Brasil* é um dos jornais mais antigos ainda em circulação no Brasil (Lima, 2006). Durante todos esses anos, muito precisou ser reformulado em todo o corpo desse jornal, principalmente pelas reformas da imprensa. Neste texto, focaremos na da década de 1950 para 1960.

Assim como o cenário cultural, a imprensa também exerceu forte participação e coerção nos processos desenvolvimentistas da política brasileira advinda da década de 1950. Os anos de 1960 deram continuidade aos processos inaugurados em 1950 que permeavam a reforma da imprensa. Tal reforma trazia para o corpo dos jornais, os ditos segundos cadernos. Passou-se a integrar a edição diária, um recheio de variedades: serviços como horários da programação de TV, peças de teatro, crônicas diárias ou semanais, colunas sociais, lançamento de filmes, livro, disco e afins (LIMA, 2006).



Como essa reforma foi aplicada ao *Jornal do Brasil*? De acordo com Patrícia Ferreira de Souza Lima² (2006), é notório observar a relação das publicações nos primeiros anos do *Caderno B*, com as inovações presentes na própria trajetória do *JB*, simultaneamente ao contexto brasileiro, principalmente quando se pensa na cultura que estimulava a cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a autora “matérias exaltam os tempos de entusiasmo pelo prometido avanço econômico do país, quando torna-se possível a destinação de uma seção diária na imprensa brasileira ao lazer e as críticas a produções artísticas” (LIMA, 2006, p. 20). O segundo caderno do *Jornal do Brasil* se fortaleceu e ganhou notoriedade como um precioso espaço de vanguarda. Isso fora pautado em seu conteúdo e em sua forma.

Desde 1956 com o *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil* – iniciado como uma página diária feminina –, era gerado por parte do *JB* com todo um cuidado em disseminar conteúdos que tendiam a falar sobre as produções artísticas que rodeavam a sociedade brasileira da década de 1950, influenciada pela nova forma de fazer cultura e os processos de modernização (Lima, 2006). Isso perpassou também para a quando fora idealizado a composição do *Caderno B*. Sobre a reforma e os conteúdos do jornal:

A reforma aloca os anúncios para cozinheira em um caderno à parte e cria novamente um espaço para expressão feminina. Moda, moldes e educação da mulher vão para o *Caderno B* dividir espaço com matérias de interesse para toda a família, incluindo pautas de caráter mais social, não restritas às maneiras femininas, e algumas seções para as crianças, como quadrinhos, ou a coluna de literatura infantil (Lima, 2006, p. 65).

Acredito ser importante pontuar que, diferente do *Suplemento Dominical*, o *Caderno B* fez parte da integra edição ordinária do jornal. A respeito disso, Lima afirma que:

A função diária é preencher o espaço entre as atualidades e os classificados com matérias de texto simples em notas pequenas. Para isso, reúne seções internas já existentes: crônicas, quadrinhos, dicas para afazeres domésticos. O *Caderno B* não está atrelado a nenhuma corrente poética filosófica como o *SDJB*. Pelo contrário, prima pela variada divulgação do que julga merecer destaque na agenda cultural da cidade. Ser caráter pioneiro fica por conta do fato de que ninguém até então havia investido não só na organização desse espaço, mas também lhe dado autonomia a ponto de permitir dentro dele leituras da pauta diária com a descontração que lhe é peculiar (Lima, 2006, p. 69).

Dentre tantas mudanças ocasionadas pela reforma, é explícito como o *Caderno B* se insere nessa camada, tornando-se uma parte importante da composição do *JB*. Nesse sentido, o

² Acredito ser importante esclarecer e enfatizar a utilização do trabalho de doutoramento de Lima (2006) neste texto. Em buscas realizadas na internet, o trabalho dessa autora foi um dos únicos e o mais abrangente sobre o *Caderno B* do *Jornal do Brasil*. Por isso, o utilizei com tanto afinco na pesquisa para a escrita deste tópico.



B pressupõe um novo presente advindo com a reforma da imprensa brasileira pontuada no final da década de 1950, exercendo “no meio jornalístico um papel pioneiro, desenvolvendo técnicas, ideias e conceitos novos, tidos como avançados em sua época” (Lima, 2006, p. 74).

Mediante ao pressuposto, proponho analisar então, como a única diretora do Cinema Novo, Helena Solberg fora citada nas páginas do *Caderno B*. Essa proposta surge de indagações relacionadas as desigualdades de gênero dentro do movimento cinemanovista. Isso porque, como foi contextualizado no tópico anterior, o movimento era dominado por homens, criando personagens femininas inequívocas e possivelmente não alastrando espaço para mulheres dentro desse cinema.

Desse modo, como Solberg era repercutida na imprensa e na sociedade da década de 1960? Seu filme teve o mesmo impacto de informação que tivera os filmes de diretores como Paulo César Saraceni, Cacá Diegues, Arnaldo Jabour, Glauber Rocha e afins? Tal imprensa também restringia seu espaço para essa mulher?

“A Entrevista” revela outra face de Eva”: Helena Solberg pelas páginas do *Caderno B* do *Jornal do Brasil*

Primeiramente, gostaria de pontuar sobre o recorte feito para análise de conteúdo e a análise discursiva das páginas do *Caderno B*, no que tange a presença da cineasta Helena Solberg. Por esse texto ser suprimento de uma pesquisa que pauta a década de 1960 com enfoque no filme *A Entrevista*, a datação utilizada aqui também será a da mesma década. Sendo assim, a análise se constituirá nas aparições de Solberg nos anos de 1960 no corpo do caderno.

Aderi aos métodos como análise de conteúdo, tendo em vista seu teor técnico, no que diz respeito ao texto. O texto deve ser considerado um meio de expressão ao qual a/o analista busca categorizar palavras ou frases que tendem a se repetir, qualificando uma expressão que as represente (Caregnato; Mutti, 2006). Desse modo, será feita uma análise do conteúdo das páginas do *Caderno B* de acordo com o recorte específico. Mesmo tendo suas diferenças, é através da AC que introduziremos a análise do discurso, isso porque mediante ao que é textualizado nesta imprensa, analisaremos como esse mesmo texto produz ou não discursos, e como esses discursos permeavam na época de sua circulação. Michel Foucault (1996) enfatizou que há uma inquietação do que é discurso na realidade material de uma coisa pronunciada ou escrita. É importante pontuar que as duas abordagens podem ser vistas como distintas, a AD buscando os efeitos de sentido relacionados ao discurso, enquanto a AC centra-se no conteúdo



do texto, sem fazer relações além (Caregnato; Mutti, 2006). Entretanto, apesar de serem diferentes, não me impede de inter cruzar ambas e obter um material de análise.

O banco de dados utilizado para a procura do veículo de imprensa foi a Hemeroteca Digital³. Nela coloquei a data temporal, ou seja 1960 a 1969 e o nome de “Helena Solberg” que era o sujeito centro da análise. Solberg, na década em questão, aparece sendo citada em 11 veículos da imprensa, sendo o *Jornal do Brasil*⁴ a segunda esfera que a mais cita. Outro ponto importante, mas que não será respaldado neste texto, é analisar como as outras imprensas citavam a cineasta, tendo em vista que, a mesma também fazia parte do corpo de jornais, como é o caso do *Diário de Notícias* (RJ), escrevendo reportagens. Este jornal é o que mais aparece citando o seu nome, entretanto o viés desta análise é observar como Helena Solberg fora citada enquanto diretora do Cinema Novo, o que já se fragmenta no que diz respeito ao *DN*. Ela pode ser mais citada nesse veículo, porém não ocorreu enquanto diretora. Um breve custo de informação, Solberg é citada 15 vezes no *DN*, dessas 15 vezes apenas 2 a citam enquanto cineasta, divulgando coisas relacionais *A Entrevista*.

Como dito, o *Caderno B* vem atrás do *Diário de Notícias*, é o segundo veículo da imprensa que mais cita Solberg. Diferente do *DN*, o *CB* não a tem na produção de seu corpo de membros. Ou seja, as citações feitas a ela neste veículo não têm vínculo com reportagens ou outros espectros que ela realizava fora da direção e produção de filmes. Helena Solberg é citada no *Caderno B* do *Jornal do Brasil*, dos anos de 1960 a 1969, 14 vezes. As aparições dela variam de apenas uma simples divulgação de *A Entrevista*, a relatos sociais como festas realizadas em sua casa, entrevistas concedidas sobre seu papel enquanto cineasta do Cinema Novo.

Helena Solberg aparece pela primeira vez nas páginas do *CB* em outubro de 1964. Seu nome é citado em uma matéria intitulada “Estado dá hoje 120 milhões para 14 produtores rodarem filmes com temas nacionais”. Dentre os filmes (longa e curta metragens) mencionados como escolhidos para receber esse dinheiro do Estado, Solberg é a única mulher a receber, assim como fora a única mulher ao longo de todo o movimento. Nomes de diretores como Arnaldo Jabour, Paulo César Saraceni, José Lins Rego entre outros, estão na seleção que também receberam o investimento para seus filmes. Analisando essa questão, noto que a idealização da

³ <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴ Acredito que seja importante frisar o porquê da escolha deste jornal. Tudo se deu mediante ao impacto e o pioneirismo que o *Caderno B* do *Jornal do Brasil* exerceu no meio da comunicação cultural. Nos primórdios da pesquisa, quando se buscou tais jornais, o primeiro e de imediato único a aparecer foi o *Caderno B*, por isso, debruçamo-nos de princípio a fazer uma investigação em suas páginas.



produção do filme de Helena Solberg já visava uma importância para o cinema nacional. Acredito que, se o filme não fosse demasiado necessário, ele talvez não fosse escolhido para receber tal recurso. Assim como na década de 1960, poderia ter sido escolhido um homem para ocupar essa vaga, mas havia sim para o contexto histórico certa necessidade de se contextualizar e gerar debates acerca das condições das mulheres, até mesmo pelo fortalecimento do movimento feminista.

Dentre as 14 citações, algumas delas não são tão relevantes para o recorte feito a esse texto. Isso porque elas trazem questões relacionadas a uma vida pública de Solberg, festas sendo feitas em sua casa, festas feitas no final de gravação etc. É claro, existe o interesse em se saber como essa mulher fora citada e até mesmo a conotação das citações. Por meio desses pequenos fragmentos de uma vida social, notamos que a cineasta possuía algum prestígio da mídia e uma importância para o cenário da época.

Quando pesquisado o nome de Helena Solberg, *A Entrevista* aparece cinco vezes nas páginas do *Caderno B* com datação de 1967 para frente. Apesar de haver citações em que diz que a cineasta está na produção de um filme, anterior a 1967, o nome desse filme não é citado. Não podemos alegar o porquê da ausência de uma aparição mais completa na produção da obra pela mídia, entretanto, posso sim indagar os não ditos que a produção da cineasta teve nas páginas do caderno. Outro ponto, é que quando construído os textos que viesavam falar sobre *A Entrevista*, tais aparições na maioria das vezes era de divulgação do curta metragem em algum cinema, ou em algum festival. Apenas 4 reportagens se debruçaram mais em trazer elementos da composição e do curta documental para o corpo desta imprensa.

A matéria mais importante sobre Helena Solberg apareceu nas páginas do *CB* em 1967. Intitulada “As verdades de Helena e Glória. Cinema Nôvo, versão feminina”, essa matéria se consiste em uma entrevista realizada com Solberg e sua cunhada Glória Mariani Solberg – única mulher a deixar-se ser filmada no filme. Apesar de ser uma entrevista curta, a cineasta pontua elementos importantes sobre sua atual produção da época e sua vida pessoal. Ela relembra que ao sair do Rio de Janeiro para residir no exterior, deixou suas amigas com várias perspectivas e sonhos. Ao regressar, diz que tudo fora por água abaixo e isso foi um dos motores para começar realizar as entrevistas com mulheres que haviam feito o mesmo colégio que ela.

Na mesma entrevista, Helena Solberg estimula então as mulheres a fazerem cinema:

Elas devem fazer cinema para enriquecer uma visão do mundo que até hoje nos foi dada quase exclusivamente através do homem. Acho importante que a mulher utilize o cinema para contar o seu lado da história e, assumindo seus compromissos, revelar



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

tudo aquilo que ela acha errado (Helena Solberg em entrevista para o *Caderno B* do *Jornal do Brasil*, 1967).

É notório como que para além do seu filme, Helena Solberg pensava as relações de gênero. Influenciada pelo movimento feminista e pensadoras como Simone de Beauvoir e Betty Friedan, a diretora do Cinema Novo compreendia a ausência das mulheres neste campo, e principalmente nesse movimento, e tornava público a necessidade de mulheres também irem para de trás das câmeras. No mesmo ano, em julho de 1967 Glória Solberg concede uma entrevista ao *CB* onde fala sobre sua aparição no filme e salienta que um dos objetivos de *A Entrevista* é mostrar que a mulher está fazendo cinema, que a mulher está tomando decisões e expressando-se, saindo de dentro de si mesma para agir.

A jornalista Léa Maria escreveu no caderno sobre Helena Solberg e *A Entrevista* em algumas publicações. Em uma delas, escreve que o Teatro da Maison de France estava lotado para a exibição do filme da cineasta. A plateia era formada principalmente de moças que “vivem o esquema de vida da heroína do filme”. Descreve um pouco da produção do material exibido e informa que até o final daquele ano (1967) o filme talvez representasse o Brasil no Festival de Leipzig⁵.

A última matéria que traz um diálogo com Helena Solberg nas páginas do *CB*, é de 1969. Nela contém informações importantes. Primeiro diz que a diretora foi convidada para participar do festival de filmes sociológicos de Florença, o *Dei Populi*. Enfatiza que Solberg ficou surpresa com o convite já que se passaram dois anos que fez o filme, e que no momento do convite e consequentemente da matéria, estava mais preocupada com a realização de um longa-metragem com Rogério Sganzerla. O ponto que mais me chama atenção, é a informação que diz que *A Entrevista* só foi exibido em sessões da cinemateca⁶.

Esse fato, abre novos questionamentos para pensar como fora distribuído o filme desta mulher. Mesmo sendo a cinemateca um ponto importantíssimo do cinema, podemos deduzir que possivelmente a cineasta não recebeu os mesmos investimentos e atenção que os diretores homens, justamente por ser uma mulher e por produzir um filme sobre e voltado a realidade feminina, algo nunca feito antes dentro do movimento do Cinema Novo. No final da matéria,

⁵Se trata de um Festival Internacional de Documentário e Animação de Leipzig, também conhecido como Dok Leipzig. É um festival de cinema da Alemanha, criado em 1955, voltado para documentário e animação.

⁶ Cinemateca brasileira se consiste em ser uma instituição responsável por preservar e promover a produção audiovisual do Brasil.



em fala de Helena Solberg, a diretora volta novamente a frisar como as mulheres eram construídas pelo olhar masculino e a importância das mesmas na direção de filmes.

Na década de 1960, essas foram as aparições de Helena Solberg nas páginas do *Caderno B do Jornal do Brasil*. Compreendo como os discursos sobre ela foram construídos de uma maneira singular. Ao mesmo tempo em que eles eram voltados apenas para um tipo de divulgação de sua produção, havia um espaço para que a cineasta tornasse explícito o seu ponto de vista sobre fazer cinema na época. Embora houvesse muitas lacunas nas páginas do caderno sobre a produção realizada por ela, a mesma conseguiu usufruir de tal espaço quando houve a oportunidade, assim como usufruiu da sua pequena brecha dentro do movimento do Cinema Novo.

Considerações Finais

Por meio de uma análise do conteúdo e da análise do discurso, vejo o dito e o não dito sobre Helena Solberg nas páginas do *Caderno B do Jornal do Brasil*. Como explanado, a cineasta foi citada 14 vezes dentro a década de 1960. Digamos que poucas entrevistas com ela foram realizadas, e poucas matérias mais completas sobre a mesma ou sobre seu filme foram escritas. Neste texto não abrangei a questão de comparar citações a ela com citações de outros diretores importantes para o movimento e o contexto da época. Entretanto, em uma breve e pequena busca por alguns nomes, notei de antemão a diferença discrepante em citações dos mesmos na imprensa. Alguns chegando a ter mais de 30 citações só na década de 1960.

Compreendo que Helena Solberg aparece na mídia sendo posta como a segunda geração do Cinema Novo, e ganhando certo tipo de notoriedade a partir de 1964, porém, não creio que é somente por causa destes fatores sua lacuna dentro da imprensa da época. É de suma importância sua presença dentro do movimento do Cinema Novo, mesmo que seu filme tenha um viés totalmente diferente do que estava sendo produzido na época – seja isso seu grande destaque, mas é importante pensar também na ausência de mais mulheres dentro desse mesmo movimento, assim como ocupando as páginas da imprensa.

Veiga (2013) é enfática ao afirmar o quanto o movimento não ponderou as questões de gênero. Reflito muito qual era a revolução que os cinemanovistas queriam realizar, tendo em vista que ela não incluía todas as pessoas. De quem era o dito popular que eles falavam? Para quem eles falavam? Diversas indagações continuam a surgir mesmo explanando as



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

desigualdades frente a esse movimento cinematográfico que de fato carrega um peso muito importante para a história do cinema, principalmente o nacional.

Acredito no viés fundamental da aparição de Helena Solberg no Cinema Novo e na imprensa. Todavia, é vigente que a mesma também sofrera com as desigualdades de gênero para além do cinema. Os discursos produzidos nas páginas do *Caderno B*, nos dizem muito sobre a relação com essa figura feminina da época. Como pontuado, havia um pequeno espaço em que ela conseguiu se inserir, de toda forma, não podemos dizer que ele não era restrito. Ao deixar ser entrevistada e enraizar em suas entrevistas a importância das mulheres por trás das câmeras, Solberg usou deste espaço do discurso, assim como utilizou do cinema, como mecanismo de resistência para a condição feminina da época.

Referências

BRANDÃO, M. F. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 1990, p.28.

CAPELATO, M. H. R. . *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a História), 1988. 78p.

CAREGNATO, R. C. A. ; MUTTI, R. M. V. . *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. Texto & Contexto. Enfermagem, v. 15, p. 679-684, 2006.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Loyola, 3ª Edição, São Paulo, Brasil, 1996.

FUCHS, I ; NUNES, A. . *Arte, política e feminismo: as imagens da resistência das mulheres na ditadura*. In: Cristina Scheibe Wolff; Jair Zandoná; Soraia Carolina de Mello. (Org.). *Mulheres de Luta: Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964-1985)*. 1ed. Curitiba: Editora Appris, 2019, v. 1, p. 323-344.

GULLAR, F. (1967), “*Quarup ou ensaio de deseducação para brasileiro virargente*”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 15: 251-258, set

LIMA, P. F. de S. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-85)*. Rio de Janeiro. 2006, p. 267. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História.

MALAFAIA, W. V. *O Rio de Janeiro e a construção do imaginário do Cinema Novo*. *REVISTA MARACANAN*, v. 1, p. 225-445, 2020.

NOVAIS, A. R.. *Cinema e memória da ditadura civil-militar no Brasil: Uma análise dos filmes Pra Frente Brasil (1982) e Ação Entre Amigos (1998)*. Agosto, 2013.

RAMOS, F. P.; SCHZARZMAN, S. *Nova História do Cinema brasileiro*. São Paulo: Edições Sesc – São Paulo, 2018 – 600 p.,v.2.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

RIBEIRO, L. M. . O Processo de Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1960). In: BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina. (Org.). *Comunicação: Discursos, Práticas E Tendências*. 1ed.SÃO PAULO: RIDEEL, 2001, v. 1, p. 67-86.

SANTOS, T. S. dos. *Anos dourados no Brasil: a imprensa e o ideário feminino na década de 1950*. Encontro de pesquisa em história: a década do afrodescendentes, 2016.

SEVERO, C. A. *Cinema Novo a partir da perspectiva de gênero: as mulheres em Os Cafajestes, Os Fuzis e os Deuses e os mortos* (Ruy Guerra 1962, 1965, 1970). Rio Grande do Sul, 2021, p. 230. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

TAVARES, M. R. da S. Helena Solberg: *Trajectoria de uma documentarista brasileira*. Belo Horizonte, 2011, p. 284. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais.

VAZ, A. F. *Anos 1960: cultura e política no Brasil*. Campinas, 2021. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.

VEIGA, A. M. *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos, fugas, especificidades*, 2013, p. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2013.

“*Cinema Novo, Female Version*”: Gender Inequalities Within The *Cinema Novo*

Movement

Abstract: *Cinema Novo* was a Brazilian film movement that peaked in the 1960s, and amidst aspirations, idealizations, and censorship, sought to break free from the dominance of Hollywood cinema. Grounded in progressive agendas, addressing social inequalities and authoritarianism, the movement gained recognition both within and outside the country. However, when we look for the role of women within the *Cinema Novo* movement, even within its own films, it becomes evident that there is a significant gender inequality. This leads us to question how this supposedly innovative cinema related to cinema that was already being produced, such as Hollywood, which it sought to break away from in a certain sense. Thus, this work aims to examine gender relations within the movement through an analysis of the pages of *Caderno B* of *Jornal do Brasil*, as well as an analysis of the short documentary *A Entrevista*, considering the relationship with the only female director in the movement, Helena Solberg.

Keywords: Cinema Novo. Gender Inequality. Helena Solberg. Caderno B.



**A INTERSECCIONALIDADE DO FEMINISMO SUBALTERNO
LATINO-AMERICANO: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA GLOBAL E
A AMEFRICANIDADE**

Jaine Aparecida de Oliveira¹

Resumo: O presente artigo pretende articular sobre a intersecção entre História Global e os Estudos de Gênero, através da categoria descolonial de Amefricanidade proposta por Lélia Gonzalez em 1988. Trata-se em apontar que a perspectiva clássica do movimento feminista hegemônico ocidental que baseou-se em uma concepção universalizante da categoria “mulher”, acaba ocultando as múltiplas experiências subjetivas, por consequência as epistemologias do Sul Global que se articulam com as categorias de classe, raça e gênero.

Palavras-chave: História Global, Estudos de Gênero, Amefricanidade.

Introdução.

A História Global vem se destacando em diferentes campos de pesquisa, assim como retratando novas propostas de como escrever uma história atual conectando diversas narrativas antes isoladas. Eventos como a Guerra Fria, o Onze de Setembro, a transformação de novas tecnologias e uma grande proporção de imigrações, estimularam uma maior consciência da complexidade mundial. No campo da História estes fatores acabaram gerando uma competição para explicá-los, além da necessidade de narrativas para comportá-los.

Acontecimentos históricos como a descolonização da África e da Ásia entre as décadas de 1960 e 1970 trouxeram novos países para esfera internacional, a queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria, o estabelecimento da Década da Mulher (1976-1985) pela ONU, a libertação de Nelson Mandela em 1990 produziu uma importante reviravolta no regime do Apartheid, o período posterior ao 11 de setembro em 2001, houve um processo de mudança intensa dos fenômenos de globalização, do aumento populacional e de imigração, e de uma percepção de aceleração do tempo histórico na contemporaneidade.

Porém, é extremamente necessário destacarmos que por mais que o mundo esteja mais

¹ Jaine é mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – Brasil). É filósofa formada pela Universidade Estadual do Paraná, e integrante do grupo Memorial S.A.C.I (UNESPAR/UVA) e do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC. (LEGH).



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

integrado, por outro lado, ele não se tornou menos excludente. Mulheres, indígenas, negros e pessoas dissidentes ainda estão à margem de uma sociedade patriarcal e racista, na qual *“as abordagens pós-coloniais elegem os entrelaçamentos do mundo moderno como ponto de partida da sua historiografia transnacional”*. (CONRAD, 2019. p.72) Em vista disso, houve um anseio por uma nova visão para se pensar a disciplina da História, que de acordo com Conrad, *“tem dois defeitos de nascença”*, uma perspectiva que tem a Europa como centro de expansão e acaba desdobrando seus instrumentos privilegiando explicações internas, criando *“narrativas de longa data, que concebem as histórias nacionais como a história de espaços definidos, circunscritos e autônomos”* (CONRAD, 2019. p.3). O autor destaca que diversas sociedades são marcadas pela imigração, então a História Global serviria de saída para provocações sociais em busca de uma narrativa *“mais inclusiva do passado”*, ou seja, *“menos enraizada em perspectivas estritamente nacionalistas”*.

A História Global, portanto, se insere neste contexto de mudanças como uma necessidade de novos instrumentos analíticos, no qual as atuais ciências sociais não são capazes de colocar as perguntas adequadas e de gerar respostas que expliquem a realidade das redes (de contato) e do mundo globalizado (CONRAD, 2019, p.13). A nomeada História Global não tem uma definição uniforme, porém carrega características explícitas, sobretudo a concepção de pensar a História para além de fronteiras nacionais tal como entendidas até então e buscando novas alternativas historiográficas para romper a exclusividade de um ponto de vista eurocêntrico. É nesse intuito de precisamente recuperar os demais pontos de vista, não eurocêtricos, não-ocidentais, não-colonialistas, que a História Global se reorienta tratando de construir uma história sem um centro único.

As mudanças que o mundo sofreu por conta do colonialismo, *“não afetou apenas as formas de dominação e a exploração econômica, como também se refletiu nas categorias de conhecimentos, nos conceitos do passado e nas visões do futuro”* (CONRAD, 2019. p.71). Sendo assim, para além de compreender os desenvolvimentos destas transformações globais, é necessário redefinir o mundo como esfera histórica e social, com a finalidade de buscar esses novos conceitos do passado para novas perspectivas do futuro através das pesquisas pós-coloniais. Atestar contra o hegemônico também *“assemelha-se ao caráter emancipatório dos estudos de gênero e sexualidade, visando uma apreensão relacional dos objetos de pesquisa. Apesar dos paralelos programáticos, esses dois campos pouco se interseccionam”* (SANTOS, H. C.; SANTOS, A. L.; SILVA, J. G. 2021).



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Luciana Ballestrin (2013), aponta que o Grupo Modernidade/Colonialidade² representa um marcante movimento epistemológico substancial que por meio do "Giro-decolonial" radicaliza a característica de reintegração crítica nas ciências sociais na América Latina no século XXI. Em vista disso, o argumento 'pós-colonial' possibilita releituras históricas, enfatizando uma agenda política nova que está intimamente relacionada com as antigas hierarquias do poder no chamado 'terceiro-mundo'. Dessa maneira o Grupo Modernidade/Colonialidade intervém e *defende a "opção decolonial" – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva* (BALLESTRIN, 2013. p. 89).

Elaborar algumas considerações sobre o que seria um clássico da literatura pós-colonial seria demasiado suscetível, por estarmos diante da oposição aos próprios clássicos das ciências sociais, entretanto a eminente "tríade francesa" juntamente com o Edward Said³ (1935-2003) aparece como primordial nas reflexões acerca do pós-colonialismo. A "tríade francesa" é composta por Aimé Césaire (1913-2008) com a obra "Discurso sobre o colonialismo" de 1950, Albert Memmi (1920-2020) com a produção "Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador" (1947) e Franz Fanon (1925-1961) com o "Peles negras, máscara branca" (1952) e "Os condenados da terra" (1961) formam essa tríade de escritos seminais acerca da intrincada relação com o colonialismo. *"Estes quatro autores contribuíram para uma transformação lenta e não intencionada na própria base epistemológica das ciências sociais"* (BALLESTRIN, 2013. pg.92).

A relação intelectual entre Aimé Césaire e Frantz Fanon é digna de menção, sobretudo, ao que se refere à elaboração e definição do termo "négritude". Nesse artigo, partimos do argumento pós-colonial da relação colonizador/colonizado na relação branco-superior/negro-inferior tecida por Fanon, ancorados nas reflexões contidas em "Pele Negra, Máscara Brancas", que através da sua análise histórica e psicanalítica contém um forte referencial social e econômico, analisando questões relacionadas ao 'ser'. O texto comporta uma sofisticada análise sobre o colonialismo e suas sequelas, já que a violência assume uma íntima relação com a ideia de raça nas sociedades coloniais. O detrimento psicológico do negro colonizado aparece como consequência do racismo na experiência

² O grupo M/C surgiu na década de 1990, nos Estados Unidos, inspirado especialmente no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos que começou na Universidade de Sussex em meados de 1980. Os latino-americanistas desagregaram-se do Grupo de Estudos Subalternos por entenderem que *as teorias pós-coloniais têm seu locus de enunciação nas heranças coloniais do império britânico e que é preciso, por isso, buscar uma categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu locus na América Latina.* (BALLESTRIN, 2013).

³ Edward Said (1935-2003) com sua seminal obra *Orientalismo* (1978), apontava o Oriente como "invenção" do Ocidente, denunciava a utilidade da produção do conhecimento na dinâmica de dominação sobre o "outro".



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

subjetiva desses sujeitos. O novo tecido social que se constitui através da colonização indica que o mundo colonial passa a ser dividido entre os que pertencem ou não a tal raça (FANON, 2009, p. 34). O colonizador é quem cria e desenvolve renovadas técnicas de violência com a finalidade de dominar os seres colonizados, Fanon quem pela primeira vez expressou objeção em 1961: *"A presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas"* (BALLESTRIN apud LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 125).

Com base na análise de Fanon, podemos entender um pouco mais sobre as condições do colonialismo, racismo e racialização na experiência subjetiva dos que foram subjugados no lugar de não-seres. Já que se trata de um estudo histórico que investiga como se dá essa aproximação entre o europeu e 'outro', a partir dessa aproximação cria-se um mecanismo de dominação. Fanon assinalava que não é possível compreender a relação de embate entre o branco e negro, sem considerar as condições que determinaram a invasão das terras da África, além da colonização europeia nas Américas durante o século XVI até o século XIX. Desse modo, o autor também vai estar apontando para reflexões de cunho de uma exploração econômica e estrutural dessas terras, afinal as colônias nada mais foram do que um gerador de lucros para as metrópoles. Conseqüentemente, com o advento da colonização assinala a diferença colonial, pois segundo o autor tanto racismo e a racialização são parte de um processo maior de dominação: *a violenta e desigual expansão das relações capitalistas de produção para o mundo não europeu* (FANON, 1980). Nessa perspectiva, as forças sociais que operam uma guerra colonial o fazem tendo em vista um negócio comercial, e não um confronto cultural, por isso toda perspectiva de exploração e desenvolvimento da metrópole deve ser problematizada.

Deivison Faustino já nos lembrava em sua tese⁴, que na época em que Fanon escreveu *"Peau noire, masques blancs"* (1952) na França, *foi marcada por uma leitura de Hegel que identificava na problemática da alienação e da alegoria do senhor e do escravo uma metáfora para problematizar as contradições econômicas e sociais.* (FAUSTINO, D.M. 2015). O cenário colonial produziu novas regras, criou-se um novo tecido social e este estabelece novos determinantes de relacionamentos, de sociabilidades, criando assim novas formas de representação social, de classificação e hierarquias que estabelece a dinâmica de papéis sociais a serem exercidos nas sociedades coloniais. O

⁴ FAUSTINO, D. M. "Por que Fanon, por que agora?": Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. 252 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

revolucionário particularmente negro⁵ afirma que o racismo é apropriado na sociedade moderna, como elemento que torna possível o empreendimento colonial.

Tal perspectiva assume importante preposição nas produções isoladas⁶ dos membros do grupo de Modernidade/Colonialidade elaborando teorias do conhecimento para uma descolonização epistemológica das ciências humanas na América Latina. Mencionar o conceito de transmodernidade de Dussel⁷ nos parece interessante, pois não se pretende caminhar a um hodierno universal abstrato imperial, porém a categoria entrecruza as experiências subalternas vivenciadas pelos colonizados. A transmodernidade corresponde com a ‘descolonização’ uma vez que esta deseja transgredir com a lógica monológica da própria modernidade. Revela-se como um projeto para decolonizar a teoria, em especial a teoria política, assim desloca-se rumo a libertação do próprio poder:

“Em oposição ao projeto de Habermas, que propõe como tarefa central a necessidade de terminar o projeto inacabado e incompleto da modernidade, a transmodernidade de Dussel é o projeto para terminar, através de um largo processo, o inacabado e incompleto projeto da decolonização” (BALLESTRIN *apud* GROSFOGUEL, 2007, p.73).

A transmodernidade pretende fomentar diálogos com correntes epistemológicas Sul Global cujas primeiras categorias de análises próprias podem ser observadas desde o século XIX na América latina, passando pelo marxismo latino-americano, a filosofia da libertação e a teoria da dependência, portanto:

“A Modernidade nasce realmente em 1492: essa é a nossa tese. Sua real superação (como *subsumtion* e não meramente como *Aufhebung* hegeliana) é a subsunção de seu caráter emancipador racional europeu transcendido como projeto mundial de libertação de sua Alteridade negada: a Trans-Modernidade (como novo projeto de libertação político, econômico, ecológico, erótico, pedagógico, religioso, etcetera)” (BALLESTRIN *apud* DUSSEL, 2000, p. 50-51).

Salientamos que, embora não de forma linear, ou até mesmo disciplinado e articulado o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado (BALLESTRIN, 2013 p. 92), ou seja, foi um argumento comprometido com a transgressão das relações hierárquicas do colonialismo, colonialidade e da colonização: *sugere que a identificação e a superação da colonialidade do poder,*

⁵ Alusão ao título do livro de Deivison Faustino: “Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro” - 1. ed. - São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018. 144 p.;

⁶ Desde a década de 1970, alguns integrantes do grupo já haviam desenvolvido linhas epistêmicas próprias, como a Teoria da Dependência de Aníbal Quijano, a Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein e a Filosofia da Libertação de Enrique Dussel.

⁷ Enrique Dussel (1934) é um intelectual da práxis, dadas suas diversas atividades filosóficas e militantes na América Latina e no mundo, que nas palavras de Hickert: “*trabalhando com categorias de pensamento específicas, identifica o caráter da dominação e avança no sentido da proposição de uma perspectiva de libertação.*” (HICKERT, 2005, p. 18)



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

do saber e do ser, apresenta-se como um problema desafiador a ser considerado pela ciência e teoria política estudada no Brasil (Ibidem, p. 92).

Segundo Ballestrin (2017), nos anos de 1980 ‘acontece’ o encontro entre o pós-colonialismo e o feminismo, tal acontecimento mostra-se cada vez mais valioso para análises de dentro do próprio feminismo e das relações de dominação do espaço, trabalho, conhecimento, etc. E é no interior do feminismo subalterno decolonial que encontramos subsídios para apreender e captar a importância da interseccionalidade nos contextos dos países da América Latina.

“Basicamente, foi pelo mergulho no universo anteriormente exposto que chegamos ao feminismo do sul, e não pelo caminho contrário. (...) sabemos que realidade e teoria são mutuamente estabelecidas; a força dessa afirmação é ainda mais acentuada no caso dos movimentos sociais em geral e do movimento feminista em particular” (BALLESTRIN, 2017. pg 1036).

Através do encontro do pós-colonialismo com o feminismo, produzem-se novas epistemologias, a partir do novo tecido social colonial no qual as mulheres não-brancas são “*aqueles que do ponto de vista étnico são os testemunhos vivos da ladinoamefricanidade que lhes foi indeferida*” (GONZALEZ, 1988). Desde a década de 1980 os estudos pós-coloniais vêm colaborando para uma melhor compreensão das complexidades e das interações que acontecem através das fronteiras culturais. Segundo Luciana Ballestrin, “*a globalização do movimento feminista acentou as fissuras nas relações de poder que perpetuam desigualdades e hierarquias de gênero em uma escala internacional*” (BALLESTRIN, 2020). Assim sendo, podemos constatar que nos mais diversos espaços e sociabilidades em diferentes partes do mundo, o feminismo é um movimento global muito significativo em termos/modos de inovação teórica, seja pelo viés da atuação política, pela intervenção social (com ajuda da globalização nas redes sociais) e principalmente pela resistência diante do colonialismo e suas sequelas nas sociedades democráticas. Os impactos da colonialidade deferem diretamente com a hodierna agenda política da própria História Global, considerando que se relaciona propriamente com a organização, divisão racial sexual do trabalho e espaço social, com a produção do conhecimento científico além das relações que se articulam entre si e a categoria de raça e gênero.

As importantes modificações que aconteceram nas ordens nacionais e internacionais, começando na década de 1970 engajaram na institucionalização do movimento feminista. Estados Unidos e Inglaterra começavam a testar o neoliberalismo, a globalização impulsionou uma nova organização geopolítica, além de uma importante afirmação do multiculturalismo e das políticas de identidades afirmativas. O movimento feminista decolonial pelo menos desde a década de 80, manifesta-se contrário a universalização, pensando a dimensão de tornar o global cada vez mais



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

representativo de outros contextos regionais, nacionais e locais. Entendendo a diversificação das histórias e trajetórias das lutas feministas, e para além disso, por estar diretamente ligada à ciência moderna, é inviável dissociar "perspectivas universalizantes" do pacto colonial que serviu de base para construir impérios coloniais e neocoloniais. Alguns conflitos têm origem na privação da autonomia e emancipação por parte das associações feministas e coletividades de mulheres, a burocratização de muitos grupos distanciava algumas "mulheres" da realidade dos mesmos.

Consequentemente, o próprio movimento feminista transpassa pelas infinitas possibilidades que aparecem na cortina da subalternidade por parte de muitas mulheres. Dessa forma, além de encontrarmos recursos, podemos visualizar também possibilidades de epistemologias subalternas para analisarmos contradições do próprio movimento feminista. O que acaba se inserindo também como um problema relevante da agenda da História Global, tendo em vista que as barreiras geográficas, linguísticas, culturais, etnográficas e para além a intersubjetividades e identidades dessas sujeitas no então nomeado "terceiro mundo", desmonta a categoria universal de "mulher" do feminismo branco, ocidentalizado e hegemônico. *A (geo)politização do debate feminista evidenciou diferenças irreconciliáveis na construção de sua cosmopolitização, expondo dimensões conflitivas irreconciliáveis dentro do próprio movimento global de mulheres* (BALLESTRIN 2020).

A concepção difundida pela versão (neo)liberal do feminismo, que utiliza a categoria "mulheres" enquanto uma identidade universalizante do movimento feminista e toda a carga sobre a "vulnerabilidade" desse gênero como substancial do corpo feminino, acaba aproximando o feminismo hegemônico do que se pretendia afastar, tensionando-se como um movimento pelo menos ocidentalizado. Em um país de dimensão de identidades étnicas múltiplas como no caso do Brasil, segundo Sueli Carneiro:

(...) o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (CARNEIRO, 2003. pg. 118)

Depois da década de 1980, com grandes mudanças sociais a nível global envolvendo o movimento feminista, fortalece o aparecimento de grupos subalternos (em especial na América Latina) com denúncias válidas e exemplos práticos sobre a universalização da categoria. Dessa maneira, encontramos o feminismo de(s)colonial, como destaca Ballestrin (2020), "*sendo ele próprio um feminismo subalterno que se articula com diferentes expressões feministas- também subalternas- com propósitos descolonizadores*".

A categoria política cultural de "Amefricanidade" cunhada por Lélia Gonzalez (1935-1994)



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

em 1988 aparece como uma epistemologia feminista subalterna descolonial na América Latina, visto que marca a existência e re-existência dos povos amefricanos na diáspora, que além de interseccionar classe, raça e gênero também trazia a dimensão dos povos indígenas. “*Para além de seu caráter geográfico, ela designa todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de toda uma identidade étnica*” (GONZALEZ, 1988, p.23). Podemos verificar que aspectos de interpretação da categoria contribuíram de maneira global na formação de uma cultura de protesto antirracista e anti-sexista através de um encorajamento a denúncia do racismo, evidenciando que o mesmo, como uma ponte estrutante do capitalismo na América Latina. Lélia Gonzalez intersecciona as categorias de raça, classe e gênero que até então estavam relativamente apartadas nas ciências sociais da América Latina, tudo isso na década de 80 aparecendo como uma pensadora descolonial. Sendo possível tal premissa tendo em vista que: *o fato de pensadores pós-coloniais poderem ser encontrados antes mesmo da institucionalização do pós-colonialismo como corrente ou escola de pensamento* (BALLESTRIN, 2013.pg 91).

Gonzalez traz uma contribuição importantíssima que pensa para além dos registros das fronteiras nacionais, e nesse sentido amefrica ladina superaria os limites das barreiras linguísticas, culturais e de formação nacional. Tem inestimável contribuição para pensarmos um feminismo afrolatinoamericano articulado nas experiências práxis, nas formas de emancipação pensadas e recriadas por mulheres indígenas, camponesas, trabalhadoras negras desses vários países latino americanos.

Possibilitando dispor de *Amefricanidade* como categoria infrapolítica⁸ epistemológica para um feminismo afrolatinoamericano, seria possível uma dilatação da categoria a partir da história global. Uma vez que se articula com agendas políticas atuais do movimento feminista pos-colonial em várias vertentes, por denunciar a divisão de espaço e trabalho que perpetua a vida dos negros(as) através da colonialidade do poder, trata-se de uma leitura que reivindica a radicalidade do feminismo como uma expressão de luta das mulheres do Sul Global. Utilizando a História Global como metodologia analítica, podemos reforçar uma dilatação da categoria de *Amefricanidade* avaliando a relação intersubjetivas das mulheres não brancas no mercado informal de trabalho no capitalismo no terceiro mundo, uma vez que: *Na América Latina e no Brasil em particular, o interesse*

⁸ “A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna.” Ver: Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

pela História Global vincula-se a eventos locais que tem como objetivo conectar histórias elaboradas no país aos debates do contexto internacional (ESPADA, 2019, p. 60).

O movimento feminista brasileiro do século XX, tinha contribuído enormemente para as discussões sobre os direitos das mulheres na esfera pública, relações de conquistas essas, que revolucionaram as ciências sociais. Porém, Lélia vai além ao passo que ainda na década de oitenta, denunciava problemas que custam muito ao movimento feminista até os dias de hoje, como: família, sexualidade, trabalho doméstico, o trabalho infantil, violência policial, além de um grande enfrentamento contra a concepção ideológica do branqueamento, recusando qualquer explicação pautada no determinismo “natural” que legitimava as desigualdades sofrida pelos indígenas e negros, sendo todas essas pautas atuais.

Amefricanidade também carrega a valorização e inclusão dos povos indígenas para a redemocratização da América Latina que tem inestimável importância para época em que se estava propondo e atualmente levando em consideração que:

As indispensáveis articulações entre as histórias dos índios, as histórias regionais e, em perspectiva mais ampla, a história do Brasil. Afinal, como afirmou (Hill, 1996), as histórias indígenas se entrelaçaram com as histórias dos europeus desde que eles chegaram à América. Para a compreensão dos complexos processos históricos de formação e desenvolvimento das sociedades americanas é imprescindível levarmos em conta a presença e o protagonismo significativos dos inúmeros e distintos povos nativos do continente, que foram todos chamados índios (ALMEIDA, 2017, pg. 85).

Amefrica portanto, não é uma geografia que estabelece unicamente um lugar espacial, não diz respeito a um único e específico lugar, mas trata de experiências e histórias que são comuns em nossa América e que revela o caráter do histórico dinâmico cultural do povo negro e indígena. *Amefrica* carrega toda uma potência em seu conceito, porque através dele seríamos capazes de enfatizar, de reafirmar histórias de resistência subalternas e ao mesmo tempo, como uma possibilidade de compreensão sobre como essas resistências foram se impermeando por meio de tensões, por processos de adaptação e assimilação. Ao mesmo passo que o conceito de *Amefrica* além de uma categoria descolonial acaba ressignificando os profundos processos de busca em responder a essas violências que os povos viveram na América através de um epistemologia feminista subalterna.

Frantz Fanon, Lélia Gonzalez e Linguagem

Fanon em “Peles negras, Máscaras brancas” (1952), dedica-se a apresentar como o fenômeno da linguagem é de suma importância, no processo de colonização, merecedor de um capítulo



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

exclusivo para expor o tema. Porque é através da linguagem, que o humano passa a existir para o outro, da mesma forma, passa também a ser uma ferramenta de dominação. Nessa sessão o autor vai tratar de questões relativas à alteridade. *“Uma vez que falar é existir absolutamente para o outro”* (FANON, 2008. pg. 33). Nesse sentido, Fanon considera a linguagem como meio de comportamento, de gestos, de vocabulário e principalmente como um eixo da cultura. Trazendo a dimensão da situação colonial, aponta sobre o quanto os negros (as) buscam se aproximar do idioma do colonizador e baseado nisso constroi a ideia que pode receber uma posição social mais favorável. Nesse mesmo capítulo, versa sobre a questão do branqueamento do negro por meio da linguagem. Pois como aponta Fanon, quanto mais o negro colonizado domina o idioma do colonizador, mais branco ele se “sente”, e disso surge a grande armadilha, porque assumindo essa linguagem se inicia o processo de inferiorização.

O idioma se torna um meio de ascensão de uma hierarquia que estabelece o branco como superior e o negro como indivíduo inferior, o *petit négri* é um exemplo disso. Porém, assumir a linguagem do colonizador é também assumir uma cultura, que não é a sua: *“Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”* (FANON, 2008. pg. 33). Assim sendo, a um sepultamento da originalidade da cultura, porque o negro passa a rejeitar sua condição visto que dele é tirado a humanidade e o direito de ser um sujeito histórico. Porque adotar a linguagem do colonizador, aproxima o homem negro nesse ideal de homem, que é branco por excelência. *“O negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano”* (FANON, 2008. pg. 27). Segundo o autor, podemos analisar isso no Iluminismo no século XVIII, quando começam as análises sobre o que é o humano a partir da razão, os iluministas reiteram o que é o humano, narcisivamente partem de uma parte dos humanos, no caso a Europa, que nesse momento tem mais de 200 anos de escravidão. *“A civilização branca, a cultura européia, impuseram ao negro um desvio existencial. Mostraremos, em outra parte, que aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco”*. (FANON, 2008. pg 30). Dessa maneira, o branco também vai estar alienado e mistificado, preso na sua noção de superioridade, essa noção que parece dupla, sobre superioridade e inferioridade atravessa o comportamento psíquico dos sujeitos, e vai demonstrar um paradoxo dentro da própria perspectiva dos negros de verem a si mesmo, na medida em que eles procuram um ‘desenvolvimento’, ele mira no indivíduo branco. Acaba que o principal meio de se aproximar dessa razão, dessa humanidade branca é através da linguagem.

Lélia Gonzalez teve uma experiência de vida acadêmica em uma formação erudita clássica, e



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

com isso se depara com o ‘embranquecimento’ que encontrou no sistema e as contradições e obstruções que a encaminharam para a militância no feminismo e movimento negro. Especificamente no texto “Racismo e sexismo na Cultura Brasileira” (1984), a filósofa nos apresenta questões relevantes para compreender um pouco como a colonialidade se manifesta na sociedade brasileira. O texto fala sobre o mito da democracia racial e a situação da mulher negra na sociedade brasileira, o mesmo possui uma epígrafe que desvela muito de onde Lélia está partindo para sua análise. A epígrafe associa a identificação do dominador e do dominado, inspirada em Fanon sobre a internalização do racismo. Segundo Gonzalez, o racismo se constitui enquanto uma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira, dessa forma, o racismo produz efeitos nocivos na produção negra em geral e o racismo e sexismo na mulher negra em particular.

A autora comenta que alguns textos falavam da mulher negra em uma perspectiva socioeconômica, mas algumas coisas ficavam em aberto. E ela vai buscar na psicanálise algumas dessas respostas, já que lógica da dominação coloca os negros como infans e na lata de lixo da sociedade, caberia uma análise via psicanálise. A partir de Freud e Lacan, Gonzalez vai redigir sobre as noções de mulata, doméstica e mãe preta. Interessante salientar que o discurso que se fortalecia na época era a inexistência do racismo no Brasil. “*Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus.*” (GONZALEZ, 1984. pg 226).

Através da neurose cultural brasileira, o que se quer esconder, ocultar, acaba revelando as marcas da africanidade em nossa sociedade, dessa forma, Lélia trabalha com duas noções: a de consciência e de memória. Consciência aqui, se entende como o lugar do desconhecimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por onde o discurso ideológico se faz presente. E a memória é considerada o não saber que conhece, um lugar de anotações que entregam uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção.

“Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade” (GONZALEZ, 1984. pg 228).

Segundo Lélia é no período do carnaval que o mito da democracia se renova com toda sua força simbólica, onde o duplo preconceito sofrido pela mulher negra vem à tona, já que a mulata se transforma exclusivamente na musa, passando a ser produto de exportação para os turistas do exterior apontando o racismo e o sexismo explícito. Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra, o oculto é a violência simbólica que sofre a mulher negra, porque o avesso



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

do endeusamento carnavalesco ocorre no dia a dia dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. Dessa maneira, o que se constata é que os termos “mulata” e “doméstica” são atribuições de um mesmo sujeito, a nomeação vai depender da situação em que as mulheres negras são vistas. Lélia aponta tal herança resulta do período da escravidão, já que função de mulcama no sistema produtivo (prestação de bens e serviço) se articulava e acabava se convertendo em um instrumento incosciente, que minava a ordem estabelecida na dimensão econômica e cultural. O engendramento da mulata e da doméstica se faz a partir da figura da mucama, e nesse caso à doméstica, nada mais é do que a mucama permitida. É a partir da figura da mãe-preta que a filósofa aponta a resistências das mulheres negras.

“É interessante constatar como, através da figura da “mãe-preta”, a verdade surge da equivocação (Lacan, 1979). Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante. É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português” (GONZALEZ, 1984).

A mãe-preta seria a responsável por africanizar o português falado no Brasil, transformando-o em pretuguês, através da contação de história ou no ensino da fala. Porque na perspectiva psicanalítica seguida por Gonzalez, ela é a mãe neste “barato” chamado cultura brasileira, a mulher branca é a legítima esposa e a outra, só serviu para parir os filhos do senhor, ela não exerce função materna como a mãe-preta. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário das pessoas. Lélia nega a latinidade do Brasil, afirmando este território como, *“uma América Africana, ou seja, uma Améfrica Ladina. Prá quem saca de crioulo, o texto aponta prá uma mina de ouro que a boçalidade europeizante faz tudo prá esconder, prá tirar de cena”* (Ibidem). De forma que em nossa sociedade (ou nas sociedades coloniais como nos alertava Fanon), o negro carrega essa polissemia sempre marcada por algo pejorativo e negativo.

A língua do colonizador foi corrompida e ressignificada para marcar a profunda resistência do negro e do indígena⁹, apontando que a presença da letra R no lugar do L nada mais é do que marca linguística de um idioma africano, no qual o L era inexistente. Assim, Lélia percebe uma interferência branca do discurso, que quer acreditar que todo mundo que é brasileiro é de ascendência europeia, e demonstra dialética hegeliana do senhor e do escravo. Onde o senhor se apropria do saber do escravo e aponta como cultura brasileira: o samba, maracatu, frevo, candomblé, umbanda dentre outros

⁹ Consciente, lembrar que no período colonial o português peninsular era a língua oficial, porque no cotidiano da vida normal, a língua geral era baseada no Tupi-guarani.



saberes e crenças, se afirmando como uma democracia racial, que nega a presença indígena e negra e usufrui de uma apropriação totalmente amefricanizada. Ou seja, Lélia Gonzalez estava afirmando através de sua epistemologia feminista subalterna, que como batalha discursiva em termos de cultura brasileira, o negro quem venceu, mesmo que isso seja negado.

Considerações finais

Retomando Conrad, em sua análise, o autor afirma que podemos encontrar possibilidades de uma história sem um centro único e fixo a partir dos estudos pós-coloniais, a fim de buscarmos alternativas não-eurocêntricas. Fanon nos apontava que a experiência negra foi invalidada, tirada a humanidade do negro, de acordo com a lógica racista sua experiência negra não é válida como experiência, porém com sua análise podemos entender mais sobre a colonialidade através da dupla alienação. Lélia Gonzalez por sua vez, nos ensina a partir de sua trajetória de vida e de produção intelectual e acadêmica a importância de recuperar linhas de interpretações empreendidas por intelectuais negros (as). Considerada uma intelectual orgânica, porque reconheceu a partir de sua própria subjetividade negra, percebeu que o ato de tornar-se negro no Brasil é um longo processo que está intimamente ligado a estrutura racista, patriarcal e sexista da nossa sociedade. O que marca nosso território é a lógica colonial de dominação e opressão que são interpretados por nossa autora como uma forma de negação do que somos de fato, um país negro mesmo que projete-se branco e pseudo europeu. O feminismo de Lélia Gonzalez era interseccional, mesmo antes da criação do conceito, por pensar nas dimensões de raça, gênero e classe. Através da figura da mulher negra, Gonzalez inaugurou uma categoria de feministas negras que assim como ela buscaram denunciar o sexismo e racismo permanente na vida das mulheres negras. Notório ressaltar que Lélia vinha nos mostrar uma história do povo negro que difere da versão colonizada, além de encontrar no conceito de Amefricanidade uma maneira de recontar essa história, em especial por analisar e recuperar a figura da escravizada por meio da psicanálise a linguagem como forma de re-interpretação da África diaspórica.

Referências

ALMEIDA, M. 2017. *A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº 75.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

BALLESTRIN, Luciana. 2020. *Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino Americano*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75304.

_____. *América Latina e o giro decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política, no11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

_____. *Feminismos Subalternos*. Estudos Feministas, Florianópolis, 25(3): 530, setembro- dezembro/2017.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, 17(49), 117-133. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948> - 2003, pg 117-132.

CONRAD, Sebastian. *O que é a História Global?*. Lisboa: Edições 70, 2019.

ESPADA LIMA, Henrique. *História Global do Trabalho: um olhar desde o Brasil*. Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 59-70. ISSN 1984-9222. 2019.

FANON, Frantz. Introdução e Capítulo 1. In: _____. *Pele negra máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Prefácio de Lewis R. Gordon. EDUFBA, Salvador, 2008. P. 25-51.

_____. *Em Defesa da Revolução Africana*. Trad. Isabel Pascoal. 1ª ed. Portugal: Sá da Costa Editora, 1980.

FAUSTINO, D. M. “*Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro*” - 1. ed. - São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018. 144 p.

FAUSTINO, D. M. “*Por que Fanon, por que agora?*”: *Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*. 2015. 252 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos*. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Editora Zahar. 2020.

_____. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HICKERT, Carmen. *Enrique Dussel: o professor à luz do conceito de mestre em uma práxis pedagógica libertadora*. São Leopoldo: Dissertação de Mestrado em Teologia, EST, 2005.

LUGONES, Maria. *Rumo a um feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 4, p. (935-952). Setembro/dezembro, 2014

SANTOS, H. C.; SANTOS, A. L.; SILVA, J. G. *Gênero, sexualidade e conexões com a História Global: protagonismos dos movimentos homossexuais do Brasil e da Alemanha Oriental*. Projeto História, São Paulo, v. 72, p. 182-204, set./dez. 2021.

The intersectionality of subaltern latin american feminism: reflections on global history and amefricanity



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Abstract: This article aims to articulate the intersection between Global History and Gender Studies, through the decolonial category of Amefricanity proposed by Lélia Gonzalez in 1988. The aim is to point out that the classic perspective of the Western hegemonic feminist movement, based on a universalizing conception of the category "woman", ends up hiding the multiple subjective experiences, and consequently the epistemologies of the Global South that are articulated with the categories of class, race and gender.

Keywords: Global History, Gender Studies, Amefricanity.



ENSINO DE HISTÓRIA E CIDADANIA: O SILENCIAMENTO DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO NA ESCOLA

Jaqueline Pelozato¹

Resumo: Este texto é parte da minha dissertação de mestrado que buscou contribuir para as pesquisas no campo do Ensino de História e Gênero. O enfoque deste trabalho são as entrevistas que fiz para compreender como três docentes que são graduadas em História organizam, tratam (ou não) os estudos de gênero na sua sala de aula. Para coleta de dados na pesquisa exploratória me utilizei de entrevistas semiestruturadas com as seguintes perguntas: Percebem as discriminações e violências contra LGBTQIA+? Como elas acontecem? Como você compreende as questões de gênero na sua sala de aula, como você planeja e trabalha essas questões? Quais materiais você utiliza na sua sala de aula? Livro didático, Internet, etc? Você reconhece os Estudos de Gênero (experiências vividas por homens e mulheres, masculinidades e feminilidades) como um campo de conhecimento que nos mostra os mecanismos que produzem e reproduzem violências e discriminações, principalmente contra mulheres e contra populações LGBTQIA+? Você concorda que há um desenvolvimento da educação para o exercício da cidadania? Em que direção? Para quem? Assim organizei para a análise as seguinte categoria: a) diálogos não inocentes sobre corpos, sexualidade e educação; b) sobre silêncios e estratégias; c) sobre as funções da escola e do/a professor/a; d) A violência e o “aceitar” da presença do outro. Portanto os movimentos que as docentes fazem ao longo das suas aulas, a invisibilização das questões de gênero, o não enfrentamento dessa falha na formação gera exclusão dos estudantes. Como resultado destas entrevistas percebi como o conservadorismo silencia as discussões de gênero, o não tratamento desses temas empurra estudantes para fora das escolas e conseqüentemente não permite o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Ensino de História; Cidadania; Gênero.

Este artigo é um desdobramento de minha dissertação de mestrado², na qual busquei contribuir para as pesquisas no campo do Ensino de História e Gênero. Desde a conclusão do mestrado, quando me vi inserida nas discussões sobre gênero e cidadania, tento compreender como alguns espaços de formação, tais como a escola, ainda não reconhecem e invisibilizam alguns corpos, com destaque para aqueles que escapam dos pressupostos heteronormativos. Como essa aresta na educação brasileira pode ser aparada, e colocada em discussão?

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNOESC, com financiamento da Capes, professora de História na rede pública de ensino de Santa Catarina. E-mail jaquelinepelozato@hotmail.com

² Dissertação intitulada “CIDADANIA E GÊNERO NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM EM REDES SOCIAIS”. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/230969/PPEH0036-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Os temas das relações de gênero e cidadania são fundamentais, uma vez que o espaço escolar é potencial para o exercício da cidadania. Reconhecendo na docência peça fundamental para promover visibilidade às várias vozes que ecoam na sala de aula. No entanto, persiste ainda um conservadorismo pronunciado, daí a necessidade de que se multipliquem as reflexões elaboradas no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade.

Fiz emergir em minha dissertação o olhar de três profissionais da educação - três mulheres cisgêneras - para compreender como as/os professoras/es percebem seu trabalho e como lidam com a questão de gênero e sexualidade do ponto de vista dessas professoras que atuam no ensino básico público no interior de Santa Catarina na disciplina de História. Tenho consciência de que isso não representa a totalidade das/os professoras/es, mas, as entrevistas em profundidade realizadas com essas professoras e também as minhas memórias pessoais, acumuladas ao longo de minha própria carreira de professora, forneceram subsídios suficientes para nossas reflexões. Elas levantam vários pontos problemáticos frente a esta questão, desde uma deficiente preparação e formação referente às questões de gênero, sexualidade e cidadania até as dificuldades na utilização dos termos. Como pensar uma aula de História na perspectiva de gênero se não é de meu domínio os termos desse campo, para que se consiga operacionalizar o próprio caminho de reflexão? Na tentativa de dar respostas a essa questão, eu fui sendo conduzida para as disputas políticas e as questões de gênero que, inevitavelmente, atravessam a sala de aula.

As entrevistas³ foram um meio para perceber como essas professoras compreendiam suas práticas em sala de aula, como organizavam suas aulas, etc. Para isso utilizei entrevistas semi-abertas, aplicadas simultaneamente a todas as interlocutoras em um lugar neutro em relação à escola ou às suas casas. Foram convidadas três professoras para a pesquisa, todas mulheres cisgêneras, brancas, de classe média baixa e heterossexuais, todas engajadas em

³ Para coleta de dados na pesquisa exploratória me utilizei de entrevistas semiestruturadas com as seguintes perguntas: Percebem as discriminações e violências contra LGBTQIA+? Como elas acontecem? Como você compreende as questões de gênero na sua sala de aula, como você planeja e trabalha essas questões? Quais materiais você utiliza na sua sala de aula? Livro didático, Internet, etc? Você reconhece os Estudos de Gênero (experiências vividas por homens e mulheres, masculinidades e feminilidades) como um campo de conhecimento que nos mostra os mecanismos que produzem e reproduzem violências e discriminações, principalmente contra mulheres e contra populações LGBTQIA+? Você concorda que há um desenvolvimento da educação para o exercício da cidadania? Em que Direção? Para quem?



relações conjugais heterossexuais estáveis, sendo, portanto, além de docentes, esposas, mães e uma avó.

Vale destacar que, mesmo que as temáticas de gênero tenham sido retiradas da BNCC, tem sido cada vez mais recorrente a presença na sala de aula de estudantes que já não silenciam sobre sua sexualidade, que querem ser ouvidos e que encontram nos movimentos feministas e LGBTQIA+ importantes espaços de informação, suporte e sociabilidade. Nesse sentido entendemos que o currículo deve ser um espaço polifônico e que essas disputas reverberam na sala de aula.

Currículo, heteronormatividade e subversão

Heteronormatividade foi um termo proposto por Michael Warner nos anos 1990, para se referir às instituições, estruturas de pensamento e orientações práticas que atribuem coerência e centralidade à heterossexualidade, entendida como privilegiada ou correta. Mas, para Warner, essa coerência só pode ser provisória e seu privilégio assume várias formas, naturalizada como linguagem básica acerca de aspectos sociais e pessoais. (WARNER, 1993, 1999)

Baseada nas sugestões teóricas do currículo em ação oferecidas por JUNQUEIRA (2015) entendemos que o currículo é um constructo social. Um currículo em ação é aquele que comporta as negociações e vivências ressignificadas na sala de aula, e fora dela, pela comunidade escolar, uma vez que há muitas outras vozes historicamente apagadas no ensino de História, mas que desejam ser ouvidas. Já não cabe mais o silêncio sobre as sexualidades dissidentes e as relações de gênero na escola. Nesse sentido:

Há, pois, um entendimento explícito e não mais oculto de que a escola não é apenas o lugar onde os alunos são alfabetizados ou obtêm informações de maneira sistematizada pelas disciplinas escolares, mas também a instituição em que se aprendem conteúdos sociais e culturais associados a comportamentos, valores e ideários políticos. Esse conjunto de saberes são “conteúdos escolares”, que exigem, portanto, uma integração nos programas e planos escolares e devem ser igualmente planejados e avaliados. (BITTENCOURT, 2011, p. 106)

A Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) é uma referência política para a construção cidadã na medida em que propõe a formação integral das pessoas, abarcando os aspectos subjetivos e emocionais e a diversidade sexual com o intuito de promover visibilidade às várias existências constitutivas da sala de aula, mesmo estando como um conteúdo transversal.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Se nos últimos tempos a temática de gênero e sexualidade ganhou algum espaço no âmbito escolar, assim como outras demandas provenientes dos movimentos sociais e minorias, desde 2014 somos surpreendidos com alterações nos projetos de leis educacionais, particularmente no que se refere às questões de diversidade sexual e identidade de gênero (retirada desses termos dos documentos, como ocorreu em relação ao plano nacional de educação), mas também mudanças de outra ordem, como as recentes reformas do ensino médio e a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) retirando também esses temas de sua pauta. A retirada dos termos vinculados ao gênero e à sexualidade envolve dois grupos que se articularam no contexto mais recente, o chamado projeto Escola sem partido (ESP) e os grupos preocupados com a “ideologia de gênero”, ambos são os principais responsáveis pelas alterações nos documentos. (SEVILLA e SEFFNER, 2017, p. 2)

Retirar os termos das pautas da BNCC, não coíbe a existência de estudantes dissidentes e isso emerge no âmago da sala de aula. Essas existências se impõem a/o professor/a. Mais do que nunca, os movimentos feministas e movimentos LGBTQIA+ atuam para impedir o silenciamento dessas e desses jovens.

Diálogos não inocentes sobre corpos, sexualidade e educação

Devido ao lugar de autoridade ocupado pelos docentes no ambiente da sala de aula, foi necessário, antes de mais nada, indagar sobre seus entendimentos a respeito das questões de gênero e sexualidade, que mais diretamente me interessavam⁴ para compreender como as questões de gênero atravessam a prática docente na sala de aula. Assim, as questões de gênero acabam chegando às professoras, não como algo refletido que mereceu a atenção das docentes no seu planejamento, mas sim como algo que se impõe em determinados momentos e sob certas condições, principalmente como uma demanda dos/as estudantes.

As adversidades representadas pela ausência dos temas de gênero e sexualidade nos livros didáticos fazem com que, caso achem importante incorrer nesse debate, essas professoras saiam, por conta própria, em busca de material para suas aulas. Outra questão que orienta a busca por materiais que possam ser utilizados na sala de aula é a repercussão que a abordagem de temáticas como essas possam ter junto aos pais dos/as estudantes.

As falas das minhas interlocutoras revelaram uma tensão que extrapola o ambiente escolar demonstrando que a implementação de uma educação para a diversidade se produz num

⁴ Para acessar as questões e as entrevistas ver capítulo 2 da Dissertação intitulada “CIDADANIA E GÊNERO NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM EM REDES SOCIAIS” Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/230969/PPEH0036-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero** 16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

campo conflitivo que deve considerar não apenas o que é ensinado, mas também como tais conteúdos vão ecoar entre pais e responsáveis. Lembrando que mesmo vivendo em um momento onde essas pautas fazem-se presentes no governo através das secretarias ainda vemos a ascensão do conservadorismo e de um pânico moral que atinge boa parte da população brasileira. Como bem pontua Richard Miskolsci (2017), uma “onda” conservadora na América do Sul, que no Brasil se materializa nos projetos de lei e movimentos contra o que se denominou de “ideologia de gênero”.

Nas entrevistas percebo ainda a dificuldade de minhas interlocutoras em pensar os corpos de pessoas LGBTQIA+, ou seja, certa defasagem em relação aos avanços dessas discussões que acontecem nos meios ativistas, jurídicos ou teóricos. Essas limitações se mostram um problema de fato quando os corpos não normativos dividem com ela o ambiente da sala de aula.

Se pensarmos que já é uma prática juridicamente aceita a troca do nome e identidade de gênero em muitos casos, a escola, como instituição pública, sujeita às leis e normas legais, deveria estar preparada para essa situação. As questões de gênero não são planejadas e, em muitos casos, sequer são tomadas como pautas pertinentes. Quando elas emergem, surgem como uma demanda dos/as estudantes, quando há homossexuais ou pessoas trans, escancarando o silêncio que impera ainda a respeito desses corpos no ambiente escolar.

Por ser quem está lá no momento, Flavia, nome fictício de uma de nossas interlocutoras, diz ser involuntariamente afetada por esses assuntos: “Alguma coisa ou outra que os alunos discutem, mas eu procuro nem me meter muito, não falar muito na questão pra não criar polêmica”, diz ela. Esses constrangimentos e conflitos diante da emergência de temas relacionados a gênero e sexualidade, ou aos corpos e sexualidades não normativos, acabam por revelar esses espaços como ambientes absolutamente heteronormativos:

A heteronormatividade está na ordem do currículo e do cotidiano escolar. A escola consente, cultiva e promove homo-transfobia e heterossexismo, repercutindo o que se produz em outros âmbitos e oferecendo uma contribuição decisiva para a sua atualização e o seu enraizamento. Não raro também informados pelo racismo e pelo classicismo (...), heterossexismo e homo-transfobia atuam na estruturação desse espaço e de suas práticas pedagógicas e curriculares, fabricando sujeitos e identidades, produzindo ou reiterando regimes de verdade, economias de (in)visibilidade, classificações, objetivações, distinções e segregações, ao sabor de vigilâncias de gênero que exercem efeitos sobre todos/as. (JUNQUEIRA, 2015, p. 234/235)



Os/as estudantes LGBTQIA+ estão na sala de aula. Para acessá-los nós, como professoras e professores, precisamos de uma linguagem mais adequada às suas demandas. Exemplo disso é o progressivo abandono da palavra “homossexualismo” em prol do termo homossexualidade, uma vez que, de acordo com os/as próprios/as ativistas do Movimento LGBTQIA+, o sufixo “ismo” conserva a noção de patologia.

Minhas três interlocutoras abordaram a falta de preparo e de material para trabalhar com as temáticas de gênero e sexualidade, além do medo do que os pais e mães dos/as estudantes vão falar. E essa não deve ser tomada como uma questão menor, principalmente quando se leva em consideração o contexto em que realizei minha pesquisa - uma cidade de médio porte e cujas relações de conhecimento e vizinhança são relativamente próximas e, portanto, mais sujeitas a diversos tipos de policiamento. Por conta disso, elas alegam não querer se envolver em polêmicas, e que, quando abordaram tais temáticas, só o fizeram por ter sido uma demanda dos próprios estudantes.

O isolamento discursivo dos jovens gays e das jovens lésbicas, em locais como escolas, comunidades, grupos de colegas e famílias e em espaços como o currículo escolar oficial e o Estado, adquire um sentido diferente quando se considera a presença agora visível de ativistas gays e lésbicas na mídia. Afinal, as lutas de gays e lésbicas são lutas de representação e de poder cultural. Assim, compreender as demandas dos/as estudantes, principalmente dos/as LGBTQIA+, é acessar o mundo por outro caminho, uma outra linguagem, é fazer um exercício de cidadania.

Sobre silêncios e estratégias

Diante da percepção de que, pelo menos no que se refere aos materiais didáticos oficiais utilizados no cotidiano das salas de aula de Lages, Santa Catarina, minhas interlocutoras se veem obrigadas a sair por conta própria em busca de conteúdos e fontes de informação. O livro didático, mesmo com todos os problemas e críticas sobre ele, é muitas vezes o único livro que os/as estudantes têm acesso.

As três interlocutoras são unânimes neste quesito da precarização do trabalho docente. Esse compromisso da escola pública que deveria ser firmado com estudantes e emerge dessas falas a importância de um conhecimento em rede, da formação continuada de professores/as, pois, a sensação de que estamos sozinhos/as reforça a nossa fraqueza enquanto classe. Nesse



sentido, enquanto professora, compartilho as angústias de minhas colegas. A precarização do trabalho, da formação. Precisamos trabalhar para sobreviver, porém, não é raro encontramos um cenário que afeta principalmente nós mulheres, muitas que assim como eu são mães solo e tem no seu trabalho a subsistência. Como nos dedicar a formação continuada que nos exige tempo e reflexão?

Entender como a nossa sala de aula molda a nós, professoras, e também os nossos/as estudantes é fundamental se queremos uma sala de aula mais plural. Eu, enquanto responsável pelas minhas aulas, sou responsável por abrir possibilidades de pensamento, de reflexão, mesmo com todas as muralhas e obstáculos que nos é imposto todos os dias, o acesso à informação, a permanência em uma formação continuada, a vida dos/as estudantes que nos afetam, a nossa vida material (comer, dormir, nos relacionarmos), a cobrança de escolas que foram cooptadas pela linguagem empresarial, qualidade, eficiência, etc. (LAVAL, 2004).

O que faz sentido em uma sala de aula onde os/ as estudantes acreditam que a morte de uma pessoa LGBTQIA+ é correta? Ou que as orientações e identidades dissidentes são anormais não deveriam existir? Diante dessas e outras questões que ferem os direitos humanos - e que me afetam diretamente pelo fato de me entender lésbica - procuro organizar minhas aulas - e algumas vezes o tempo é muito curto para preparar algo fora do livro didático - para a partir do ensino de história na perspectiva de gênero construir com eles/as estratégias e reflexões para uma escola mais plural e mais acolhedora.

Compreendendo também que, com a ascensão do governo de Jair Bolsonaro, entre 2018 e 2022, as perseguições a professores que defendem os direitos humanos estavam escancaradas e ainda persistem. Esse medo que minhas interlocutoras demonstram em tratar das relações de gênero eu não tenho, pois além de estarmos respaldadas pela legislação brasileira os/as estudantes trazem essas questões. Se não refletirmos onde esses adolescentes e jovens irão fazê-lo?

Na cidade onde moro e na cidade onde trabalho a maioria das pessoas são conservadoras. Se eu, enquanto professora, não oportunizar essas reflexões esses/as adolescentes e jovens terão que sair, ir embora pois muitos pais não os/as aceitam em casa. Meu objetivo, com minha dissertação de mestrado, foi, portanto, buscar ferramentas juntamente com esses/as estudantes para que consigam transformar suas vivências e experiências em possibilidade de viver melhor.



Sobre as funções da escola e do/a professor/a

No momento da entrevista procurei saber como minhas interlocutoras entendem a função da/o professora/o para com estudantes LGBTQIA+, e verifiquei que há o entendimento de que precisamos trabalhar as questões de gênero na sala de aula e ao mesmo tempo há um silenciamento sobre as vivências desses estudantes.

O silenciamento se dá na ideia de ficar quieto, ficamos quietos/as, todos e todas. O imperativo desconsidera a luta dos movimentos feministas por direito à participação política, ao corpo, à educação, e o alcance político dos/as ativistas e pautas LGBTQIA+ em sua luta por direito ao nome social, a saúde pública, a educação...) ou seja...

Quando falamos em história das mulheres, dos homens, dos homossexuais, transexuais, lembramos sempre que a representação da diferença sexual deve pouco à ciência e quase tudo à política e à cultura. Por este motivo a categoria de análise gênero é tão importante. Falar de desigualdades entre os gêneros é situar o debate nas relações sociais, entendendo que as relações de gênero ou a desigualdade nas relações de gênero são temas que atravessam todo o corpo social, inclusive os lugares de produção de conhecimento como a escola e a universidade. Quando falamos em gênero, neste texto, é necessário entendê-lo como uma metáfora dos sujeitos excluídos no discurso normatizador, ou melhor, heteronormatizador. (COLLING, 2015, p. 34)

Compreender que esses sujeitos fazem parte da escola como constituintes do espaço, significa principalmente, rever esse espaço, rever essas falas. Conscientemente ou não, minhas interlocutoras reproduzem essa heteronormatividade, que fica explícita quando encontramos as falas sobre as questões relacionadas ao ensino a partir dos estudos de gênero, ou seja, se localiza principalmente na biologia - doenças, gravidez na adolescência.

Orientar estudantes está no âmbito da prevenção de doenças, uma relação saudável é somente entendida como uma relação longe de doenças. E esse é o foco, inclusive na BNCC aprovada em 2017, mas sabemos que as sexualidades são múltiplas e dizem respeito às formas pelas quais vivemos nossos desejos, nossos prazeres corporais na nossa sociedade.

[...]. Precisamos apenas visitar as escolas para compreender que as crianças e os jovens constantemente produzem, corporificam e praticam sexualidades e para perceber suas diferentes urgências na tarefa de entender os desvios dos corpos e dos desejos. As conversas não-oficiais sobre sexo, sobre sexualidade e sobre o que significa assumir o gênero - sob qualquer forma - enchem os corredores, os banheiros, a lancheria e enchem, algumas vezes, até mesmo o discurso da sala de aula. Embora a necessidade de se ter um novo discurso do sexo nas escolas e os efeitos de não se tê-lo continuem a ser altamente documentados (...), a questão mais suprimida diz respeito à educação do/a educador/a. Supondo que o/a educador/a esteja disposto/a se envolver com representações gays e lésbicas, como será possível para ele/ela compreender as condições da auto formação e dos prazeres, produzidas pelos/as jovens? As implicações dessa questão vão bem além dos "fatos" da sexualidade, se é que essas coisas existem fora das verdades da representação. Isso é particularmente



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

verdadeiro a respeito do que significa educar sobre AIDS e sexo seguro numa época em que o financiamento público de uma educação que tenha uma visão positiva da sexualidade gay é proibida, ao mesmo tempo que estão sendo distribuídas camisinhas nas escolas públicas. [...] (BRITZMAN, 1996, p. 87).

Ao mesmo tempo em que se silencia sobre as identificações de gênero ou orientação sexual, fala-se em sexo seguro e reprodução humana. Pergunto então: para quem é essa fala? Qual modelo estruturante fica evidente quando me ateno a falar das questões que envolvem a sexualidade e o gênero pelo viés biológico? Que vozes falam nesse momento? Valéria, nome fictício, nos coloca a dificuldade que extrapola os muros da escola:

Falta orientação, não só pra gente como professor que falta orientação, mas da família, porque a maioria dos pais não sabe lidar com algumas situações. Os pais também estão perdidos. Os pais estão acostumados com a família nuclear, que menina tem que casar, tem que namorar ou ficar com homem e o homem com mulher então, os pais também não sabem lidar.

Nessa fala fica evidente a heteronormatividade colocada agora como um diagnóstico social, quando ela identifica o problema de não se conseguir acessar os/as estudantes, na falta de conhecimento da sociedade com relação às sexualidades, ela expõe a dificuldade de lidar com as práticas e identidades dissidentes. Segundo Maria José, nome fictício, acusa-se o/a professor/a de incentivar esse conhecimento das diversas sexualidades, porém ela traz à luz um veículo potente que colabora muitas vezes para distorcer e caricaturar o conhecimento produzido sobre as diversas sexualidades: “A mídia está incentivando, daí quando a escola fala, daí “ah, a escola está incentivando!” Só que na verdade a escola quer orientar o aluno. É complicado!”

Maria José explicita a disputa política em torno do conservadorismo latente (principalmente religioso e moral) e os movimentos LGBTQIA+ e movimentos feministas que lutam para se sentirem representados nas esferas da vida social. E ainda emerge outra preocupação que permeia todas as falas das docentes entrevistadas que é a falta de formação para trabalhar com essas múltiplas sexualidades.

Tal preocupação é ainda mais ampliada pelo pânico moral (MISKOLSCI, 2017) e pela dificuldade em trabalhar essa temática, principalmente porque não temos controle sobre a reação dos pais ou responsáveis e também porque não há muitas certezas sobre serem corretas ou não as informações de que se utilizam na sala de aula.

A violência e o “aceitar a presença do outro



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

O espaço escolar é um espaço estruturalmente heteronormativo. Podemos encontrar indícios dessas violências explicitadas nas falas das nossas interlocutoras. O que legitima um/a estudante ou um/a docente, declarar que “aceita” um/uma homossexual na sala de aula? Neste sentido, aceitar significa autorizar a existência desse outro? Quem detém esse direito? As violências na sala de aula são inaceitáveis compreendendo que as estratégias que podemos utilizar precisam estar ao alcance do docente que é o responsável pela aula.

Quanto mais conhecermos sobre os termos, a história, as afetividades, as lutas e sobre a interseccionalidade dessas relações na sala de aula, podemos criar possibilidades de mudança visando combater a violência.

A solução não se encontra meramente na punição das variadas formas de agressão homofóbica, todos são vítimas do processo de normatização. Um dos objetivos da escola seria transformar o agressor, familiarizá-lo com a diversidade, falar-lhe sobre a alteridade, sobre a diversidade cultural, enfim, a necessidade de respeito às diferenças. Mas, as campanhas educacionais sobre bullying nas escolas dificilmente incluem a homofobia. Assim, as realidades “homossexual”, “bissexual” e “transgênero” permanecem invisíveis e silenciadas, ainda que existam atos legais que tratem e prescrevam sobre o tema PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais sobre orientação sexual). [...] (TAVARES, FELICIO, 2016, p. 25)

Os aparatos legais e a ampla divulgação sobre o bullying nas escolas trouxe para a pauta de reflexões, várias violências, porém as violências de gênero muitas seguem, no mais das vezes, sendo silenciadas e nós docentes geralmente, olhamos de fora, como algo que não nos afeta. Porém somos sim afetados/as o tempo todo, inclusive quando nossa história também é atravessada pelas dos nossos estudantes e vice e versa. Fazendo-nos cúmplices ou resistentes dessas violências.

Essas violências também atingem a leitura dos corpos, assim o que se espera encontrar numa pessoa homossexual? Quais corpos podem existir e quais não?

Contemporaneamente, em nossa sociedade, a repressão sexual tem assumido outras formas sutis de visibilidade. Ainda que presente, a lógica segundo a qual se generalizou uma ampla aceitação dos homossexuais na sociedade, se mostra também como uma forma de controle, quando estabelece que homossexualidades serão permitidas e quais de suas formas possíveis devem ser desconsideradas, como é o caso do homossexual efeminado, ou dos transgêneros. O mesmo ocorre com mulheres homossexuais. Quando masculinizadas, tende-se à reprovação; quando femininas, fica-se entre a aceitação e sua transformação em fetiche sexual. Com essa adequação aos padrões morais, o homossexual vai fazendo parte do mundo, porém, como alguém que está determinado a cumprir um papel social na vida. [...] (TAVARES, FELICIO, 2016, p. 23)

Minhas interlocutoras deram evidências em suas falas de que compreendem que há um espaço já conquistado por mulheres e homens homossexuais cisgêneros, mesmo diante das



dificuldades em manejar os termos ou das dúvidas frequentes sobre quais as maneiras corretas de se referir às identidades dissidentes dentro ou fora da sala de aula. A estratégia primeira é buscar a compreensão da linguagem, dos termos, das histórias e das lutas dessas populações como um caminho inicial:

(...) penso que os/as educadores/as teriam muito a ganhar com uma familiaridade com esses campos, não porque isso possibilitaria o acesso a algum distante outro, mas, mais imediatamente, porque a leitura das pesquisas, das representações e das expressões gays e lésbicas poderia obrigá-los/as a um renovado olhar para a sua própria e construída sexualidade e a um olhar diferente para aquilo que estrutura a forma como a sexualidade do outro é imaginada. (BRITZMAN, 1996, p. 92/93).

O que foi mais comentado por minhas interlocutoras foi justamente a dificuldade em lidar com os termos, com a inteligibilidade dos corpos dissidentes. Reconhecendo que somos de gerações diferentes da dos estudantes, eles estão se informando e construindo seu mundo de várias formas, e nós também.

Considerações finais

Ao longo deste texto busquei compreender os movimentos que as docentes fazem ao longo das suas aulas, a invisibilização das questões de gênero, o não enfrentamento dessa falha na formação que gera exclusão dos estudantes. Como resultado destas entrevistas percebi como o conservadorismo silencia as discussões de gênero, o não tratamento desses temas empurra estudantes para fora das escolas e conseqüentemente não permite o exercício da cidadania. Assim, compreender as demandas dos/as estudantes, principalmente dos/as LGBTQIA+, é acessar o mundo por outro caminho, uma outra linguagem, é fazer este exercício de cidadania. Compreendemos, portanto, que nossa história também é atravessada pelos nossos estudantes e vice e versa, fazendo-nos cúmplices ou resistentes dessas violências.

Referências

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRITZMAN, Deborah P. *O que é esta coisa chamada amor*. Identidade homossexual, educação e currículo. Educação e Realidade. 71-96 jan/jun, 1996.
- COLLING, Ana Maria. *Inquietações sobre educação e Gênero*. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.4, n°8 jan-jun, 2015.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Temos um problema em nossa escola: um garoto afeminado demais. Pedagogia do armário e currículo em ação*. Revista Educação e Políticas em Debate v. 4, n.2 – ago./dez. 2015.

LAVAL, Cristian. *A escola não é uma empresa*. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Editora Planta, 2004.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica editora: UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto, 2017

PELOZATO, Jaqueline. *Cidadania e gênero no ensino de história: uma abordagem em redes sociais*. Dissertação de mestrado profissional Universidade Federal de Santa Catarina, centro de ciências da educação, Florianópolis, 2021.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação [*Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica*], 2014. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014> Acesso em: outubro de 2023.

SEVILLA, Gabriela Garcia; SEFFNER, Fernando. *A Guinada conservadora na educação: reflexões sobre o novo contexto político e suas reverberações para a abordagem de gênero e sexualidade na escola*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

TAVARES, Hiago de Souza; FELICIO, Julius Cezar. *A amolação de facas nos espaços educativos: quando o silêncio e o discurso também matam*. Revista Mundo Livre, ano 2 v.2 n. 2 edição 2016.

WARNER, Michael. (editor) *Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1993.

WARNER, Michael.. *The trouble with Normal: sex, politics, and ethics of queer life*. New York: Free Press, 1999

Teaching history and citizenship: the silence of gender discussions at school

Abstract:

This text is part of my master's thesis that sought to contribute to research in the field of History and Gender Teaching. The focus of this work is the interviews I carried out to understand how three teachers who have degrees in History organize, treat (or not) gender studies in their classroom. To collect data in the exploratory research, I used semi-structured interviews with the following questions: Do you perceive discrimination and violence against LGBTQIA+? How do they happen? How do you understand gender issues in your classroom, how do you plan and work on these issues? What materials do you use in your classroom? Textbook, Internet, etc? Do you recognize Gender Studies (experiences lived by men and women, masculinities and femininities) as a field of knowledge that shows us the mechanisms that produce and reproduce violence and discrimination, especially against women and LGBTQIA+ populations? Do you agree that there is a development in education for the exercise of



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

citizenship? In which direction? For whom? Therefore, I organized the following categories for analysis: a) non-innocent dialogues about bodies, sexuality and education; b) about silences and strategies; c) about the functions of the school and the teacher; d) Violence and “accepting” the presence of others. Therefore, the movements that teachers make throughout their classes, the invisibility of gender issues, the failure to face this failure in training generates exclusion of students. As a result of these interviews, I realized how conservatism silences gender discussions, failing to address these issues pushes students out of schools and consequently does not allow them to exercise citizenship.

Keywords: History Teaching; Citizenship; Gender.



USO POLÍTICO DE LA MASCULINIDAD EN LA DICTADURA STRONISTA (1967)¹

Jazmín Duarte Sckell ²

Resumen: La dictadura stronista (1954-1989) en Paraguay fue la más larga de América Latina en la segunda mitad del siglo XX. Este régimen clasificado como neo-sultanista se caracterizó por una dinámica de poder donde la figura central era la del dictador y donde la retórica nacional militarista tomó un lugar privilegiado en la propaganda política. En este contexto este trabajo selecciona una coyuntura específica de la dictadura, la apertura política de 1967, para analizar el uso simbólico de la masculinidad dentro del discurso político. Se encuentra que los valores del heroísmo, la autonomía y la libertad son clave para la disputas de poder dentro de las ideas de masculinidad de la época.

Palabras clave: Paraguay, dictadura stronista, masculinidad, política, años 60.

La dictadura stronista fue una dictadura cívica-militar que inició en Paraguay en 1954 extendiéndose hasta 1989, convirtiéndose en la más larga de América Latina y de las demás dictaduras militares de la misma época en la región en el contexto de la guerra fría. El régimen stronista se caracterizó por ser un sistema autoritario con una figura militar paternalista que fungió de articulador de los diferentes espacios de poder: el estado, el partido político hegemónico – Asociación Nacional Republicana-Partido Colorado –, y las fuerzas armadas. A esta figura masculina central como articulador de los espacios de poder se sumó un sistema de patronazgo, lo que llevó a que se clasifique a la dictadura como un regimen patrimonialista del tipo “neosultanista” (Riquelme, 1994; Nickson, 2020).

Esta clasificación proviene de la clasificación original de Max Weber “sultanato” como un tipo de dominación tradicional, donde el poder se concentra en una sola figura masculina que ejerce su autoridad de forma arbitraria apoyada en un «cuadro administrativo» de hombres. El tipo ideal propuesto por Weber emana de su observación de la dominación doméstica patriarcal, que en el caso de la dictadura stronista se perfilaba además de por la existencia del dictador, por el tipo de ejercicio del poder realizado muy similar al patriarcal tradicional, “el régimen es una extensión del hogar del mandatario, en el que las relaciones entre éste y sus

¹ El artículo se basa en algunos de los resultados de la tesis de doctorado titulada: “Uso de la masculinidad en el discurso político durante la Dictadura Stronista. La «apertura política» de 1967”.

² Doctora en Estudios Latinoamericanos por la Universidad de Colonia (Alemania). <https://orcid.org/0000-0002-6138-5405>, jazads@gmail.com



funcionarios siguen basándose en la autoridad paterna y la dependencia filial” (Riquelme, 1994, p.33).

En su calidad de árbitro del país, éste se convertía en una unidad doméstica donde el dictador se desempeñaba como un padre autoritario. No obstante, si bien dentro de una estructura de poder jerárquica, el dictador no actuó solo, y a su alrededor se vincularon diferentes personas que sostuvieron el poder en las dependencias del estado, el partido, las fuerzas armadas y espacios de poder económico. Las posiciones de poder en estos diversos espacios estaban en su mayor parte ocupados por hombres, por lo que resulta impostergable para analizar el sostenimiento de poder en la dictadura, un análisis de las masculinidades que formaban parte de estas relaciones de poder. Este artículo analiza un espacio específico de dominación: el partidario, para revisar las ideas y disputas entre hombres políticos a partir de los discursos presentes en periódicos políticos de la época. Se define así uso político como el uso simbólico-práctico de un discurso en búsqueda de mantener o conseguir poder-legitimidad. Se selecciona específicamente la coyuntura de la apertura política tutelada de 1967.

La “apertura” política de 1967

Un elemento central de legitimidad del poder dictatorial en el stronismo, fue la fachada democrática que se construyó para invalidar las denuncias de la oposición, como también para seguir manteniendo el apoyo internacional, especialmente de Estados Unidos. Es importante señalar que la dictadura stronista nunca reconoció que era un régimen autoritario o de “excepción” como el caso de otras dictaduras militares de la región, mas bien se posicionó como democracia en todo momento, a partir del uso de la maquinaria del Partido Colorado que legitimó el sistema sosteniendo elecciones periódicas para que sea elegido el dictador.

Sin embargo, las elecciones se habían mantenido no competitivas hasta 1963, cuando una facción disidente del Partido Liberal – principal opositor y partido tradicional paraguayo – decidió participar en las elecciones de la dictadura. Antes de la fecha Stroessner se había presentado como único candidato para la presidencia, y sus partidarios como única lista para el parlamento. En 1959 sin embargo, el descontento de la ciudadanía como también de ciertos políticos colorados se presentó con mucha fuerza, por lo que la dictadura respondió con violencia disolviendo al congreso y reprimiendo las manifestaciones. Si bien la maniobra fue efectiva para deshacerse de los principales opositores, requirió a posterior de la estructuración intencionada de un nuevo sistema aparentemente democrático.



Así inicia un acercamiento de la dictadura a diferentes facciones políticas con el ofrecimiento de participar de elecciones en búsqueda de una “tregua” y una aparente salida de la dictadura. Paulatinamente los diferentes sectores fueron aceptando participar de las elecciones, llegando a 1967, donde en el contexto de una Asamblea Constituyente, casi todos los sectores³, especialmente la facción mayoritaria del Partido Liberal, aceptaron participar de elecciones en la dictadura.

Si bien en la práctica se trató finalmente de una pseudo liberalización (Yore, 1992, p.110), ya que la constitución realizada sirvió para permitir la re-elección del dictador por dos periodos más. Fue un contexto donde existió un poco más de espacio para la circulación de semanarios, y es posible por ello rastrear las ideas de las agrupaciones y facciones políticas que estaban disputando poder en la época. A partir de estas publicaciones se encuentran que existen ideas comunes sobre la masculinidad política, es así que se puede observar que cada agrupación política obtiene sus ideas sobre lo que significa ser un “buen político” o un “buen hombre”, donde resaltan como valores transversales el heroísmo, la autonomía y la libertad. Estas ideas sobre masculinidad derivan de narrativas más grandes como son el nacionalismo militarista y las preconcepciones sobre la actitud de un hombre frente a la autoridad.

Los verdaderos depositarios del pasado nacional

El discurso nacionalista militar paraguayo, es una narrativa adoptada por diversos sectores políticos de la sociedad paraguaya durante la década del 30, cuando se vuelve historia oficial adoptada desde el estado (Capdevila, 2008). La Guerra del Chaco (1932-1935) con Bolivia y el revisionismo histórico que venía planteando una interpretación heroica de la experiencia bélica anterior de la Triple Alianza (1864-1870) – “Guerra guasú/grande” –, dan la base para la identificación de la masculinidad con lo militar. La construcción identitaria nacionalista donde el soldado asume una posición central, sumada a la nueva experiencia bélica en el Chaco, reforzó la idea de que ser un buen hombre paraguayo era ser un buen soldado. En este aspecto, todos los partidos compartían esta reivindicación en diversos grados, la conmemoración de la Guerra del Chaco y la estimación a los ex combatientes, en consonancia con las ideas construidas en los años 30.

³ Con excepción de la Democracia Cristiana que se rehusaba a participar de ninguna elección organizada por la dictadura, el Partido Comunista que estaba proscrito, y los colorados exiliados organizados en el I Movimiento Popular Colorado (MOPOCO), que seguían sin permiso para volver al país.



Dentro de la línea de reivindicación del discurso nacionalista y las guerras, deviene una concepción común de la masculinidad como aquella de la del soldado, lo cual implicaba heroísmo, sacrificio y lealtad. La lealtad era interpretada en el relato como aquella a la patria, pero sobre todo al líder máximo de la nacionalidad, Mariscal López, quien había sido construido como el símbolo del héroe que había defendido con su vida a la nación paraguaya durante la guerra (Caballero Campos, 2015). Esto se tradujo en términos de hombres de los partidos políticos: “Jurar, nunca desertar de las filas partidarias por cobardía, debe ser el principio básico fundamental de las nuevas promociones” (Portillo, 1967, p.4). Desde la narrativa nacionalista, como un relato que construye la nacionalidad, también devenía la idea de la conexión con los hombres heroicos del pasado, “próceres de la nación”, de quienes los hombres políticos serían sus herederos.

La dictadura stronista, encabezada por un militar que participó de la Guerra del Chaco, adopta el discurso nacionalista como forma de mantener legitimidad entre la población. Existía una intención directa de marcar a Stroessner como un líder nacionalista asimilado a las figuras masculinas del pasado que formaban parte central del relato mítico, donde el dictador recibió el título de “Segundo Reconstructor”⁴. Stroessner se vinculaba a las figuras masculinas del pasado a través de demostrar una “cosmovisión” común, utilizando en el discurso la idea de destino donde se “reataba e hilo de la historia” (Ramos Giménez, 1967, p.1), interrumpido por los gobiernos no colorados. Y si el mandato del dictador estaba dado por destino, entonces no podía ser cuestionado.

El discurso nacionalista durante la dictadura era un discurso hermético, cuya función no era solo despertar el “patriotismo” hacia el gobierno colorado, sino acallar cualquier discurso que pudiera competir con esta versión de los hechos. Es así que una queja común de los partidos de oposición fue el acaparamiento de los colorados del espacio público con sus símbolos, además del apropiamiento de lo nacional como propio. Este comportamiento era parte del monopolio más general que la literatura menciona sobre la acaparación de los público por parte del Partido Colorado (Martini y Yore, 1998). La dictadura no podía permitirse la inclusión de otros símbolos, porque significaba romper con su narrativa mítica nacionalista que no admitía

⁴ Desde el relato nacionalista mítico colorado stronista los padres de la patria serían José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840), Carlos Antonio López (1844-1862) y Francisco Solano López (1862- 1870), y el primer reconstructor Bernardino Caballero (1882-1886) – fundador del Partido Colorado –, quien gobierno en la postguerra de la Triple Alianza.



disenso ni diversidad. Específicamente esta narrativa nacionalista paraguaya, tiene como base a héroes masculinos.

Un caso particular donde se hizo visible esta disputa simbólica, fue en la Asamblea Constituyente de 1967. A pesar que el gobierno quería mostrar apertura hacia diferentes partidos políticos, que confluían “libremente” para la elaboración de una nueva constitución, la primera evidencia del rechazo de la dictadura en ceder espacios a la oposición se dio en la decoración del teatro municipal donde se llevó acabo la Asamblea Constituyente. Este estaba:

...lamentablemente con un aspecto más partidario que nacional, a juzgar por los exteriores e interiores, el mobiliario, alfombrado, y cortinado, todo de subido color escarlata. También los retratos en el hall del actual Presidente de la República y el del fundador del Partido Colorado, olvidando a los próceres de Mayo que son los padres de la Patria, y algunos otros hijos ilustres como el Vencedor del Chaco Mariscal Estigarribia y el Presidente de la Victoria, héroe civil” (El Enano, 25 de mayo de 1967, p.1).

Recreando el discurso nacionalista colorado en el espacio, además de Bernardino Caballero – fundador del partido – y Stroessner en el hall de entrada, estaban presentes cuadros de los dos López⁵ y uno de José Gaspar Rodríguez de Francia en el centro, en el interior del teatro:

El hecho de que los colorados hayamos rendido tributo a las egregias figuras de estos varones podrían llenarnos de orgullo porque es un tácito reconocimiento a la línea ideológica que el Partido mantiene a través del tiempo y el espacio y que se enhebran, en la magistral vocación paraguayista de estas figuras (Patria, 28 de mayo de 1967, p.1).

Tanto en esta situación como con el discurso en general que difundía la dictadura, la oposición reclamaba la apropiación exclusiva del nacionalismo, como “depositarios únicos del legado de los forjadores de la nacionalidad” (El Pueblo, 11 de Mayo de 1967, p.4), expresando que “el patriotismo no es patrimonio exclusivo de grupos de personas ni de persona aisladamente, lo es de todos los paraguayos, se llamen rojos, azules, verdes u overos (que son los que más abundan), como lo hemos demostrado a lo largo y ancho del territorio patrio” (Guanes, 1967, p.10).

La exclusión de los no colorados del discurso nacionalista fue una operación conjunta a poder definirse a sí mismos como los verdaderos patriotas. Esto permitía a la dictadura seguir presentando a la oposición como aquella que no buscaba el desarrollo y “traicionaba” la patria

⁵ Carlos Antonio López y su hijo Francisco Solano López, mandatarios del siglo XIX.



en un símil de los “legionarios” del pasado⁶. Así el “buen soldado” era quien veneraba la herencia del pasado, siguiendo al nuevo líder representante de los padres de la patria: el dictador.

Los verdaderos hombres libres

En el contexto dictatorial, además de las denuncias de violencia y represión, los hombres de la oposición se posicionaron como los “verdaderos hombres libres”, mientras que los partidarios de la dictadura se convertían así en sumisos obsecuentes al dictador. Más allá del reclamo de libertad en sí durante la dictadura – que era una constante sin distinción de género –, desde la oposición existía además varias reivindicaciones específicas del “hombre libre”, como facultad necesariamente parte del ser hombre. Expresaban los febreristas:

EL HOMBRE LIBRE PARAGUAYO⁷ es la unidad política indestructible de la nación y su libre e insobornable índole natural y biológica no acepta yugos autocríticos en el interior ni amos extranjeros en el exterior. Tampoco admite, por natural lógica, ninguna clase de dictadura, ni yugos ideológicos, espirituales, materiales ni morales y repudia en todas sus formas el yugo de clases (Stefanich, 1967).

El ser libres significaba poder ser autónomos, o en otras palabras “verdaderos protagonistas de su destino y sujetos de libertades eficazmente garantizadas por la ley” (El Pueblo, 26 de enero de 1967, p.3). En esta relación de la libertad con las leyes, se relacionaba esta con la democracia. “El hombre libre, el hombre de la democracia, el hombre que posee personalidad; en una palabra, el hombre de carácter y con impulsos creadores, siente horror a toda clase de servilismo y de obsecuencia” (El Pueblo, 12 de Octubre de 1967, p.4).

Se consideraba que ser libre significaba no someterse a la autoridad, inclusive estando en prisión, como el caso de los presos políticos, a quienes se nombraba como aún “hombres libres”:

En los calabozos policiales hay casi un centenar de presos políticos. ¿Por qué? Porque no piensan como los colorados, porque el ángulo de flexión de su espina dorsal no es lo suficientemente incondicional, y se atreven a mantener ideas propias. Es decir, un

⁶ El historiador Claudio Fuentes Armadans establece en su investigación sobre la conformación del vocablo legionario, que fue una palabra utilizada para estigmatizar dentro del discurso político e histórico posterior a la guerra del 70 hasta la actualidad, haciendo alusión al batallón de paraguayos que combatió del lado de la Triple Alianza. Desde una perspectiva de género se puede observar que tiene una connotación sobre todo referida *al hombre traidor*, siendo la lealtad esperada en el contexto de la relación soldado-líder.

⁷ Si bien esta podría interpretarse como una frase genérica que se refiere también a las mujeres, la caracterización en detalle dada a la idea de libertad en los semanarios, denota una asociación con una facultad especialmente masculina. Esto tiene sentido en el contexto de larga proscripción de derechos de las mujeres, que no se consideraban de este modo comúnmente sujeto de derechos.



gesto de masculinidad e independencia, es bárbaramente castigado (El Pueblo - Editorial, 19 de Octubre de 1967, p.3).

En el caso de los hombres, que tenían prescrita la característica de ser sujetos libres y autónomos, el ser “obediente”, “servil” o “complaciente” denotaba ponerse en una posición subalterna, ya que “hay obsecuencia, donde hay debilidad” (El Radical, 13 de octubre de 1967, p.4). Es por esto que la resistencia al sistema de la dictadura se convertía en un acto de virilidad que buscaba crear una “tierra nuestra poblada de varones enhiestos y no de esclavos sumisos” (El Pueblo, 16 de Febrero de 1967, p.6). Sin embargo, el posicionarse en contra de un sistema represivo no era tarea sencilla, y “quien no se sometía, tal vez vivía inmovilizado por el miedo” (Pérez Cáceres, 1967, p.10).

Miedo a qué? A represalias coloradas, a ser un desamparado ante la ley. Fundadas a veces, infundadas otras, lo cierto es que el miedo estuvo allí, robando el carácter. Nubes de inspectores: exigencias extremas; invención de faltas; desconsideración en el trato; apresamientos continuos y sin causas. El miedo dió lugar a muchas industrias. Suficiente es recordar los corredores de avisos para publicaciones oficiales. La coima se transformó en una institución, en algo absolutamente habitual y normal. Adulteración de precio en facturas y en ofertas, fue cosa cotidiana. La víctima ni siquiera tenía valor para denunciar. Prefería ser cómplice a denunciante. No hablemos de afiliarse a un partido político que no fuera el colorado, y Dios le salve de realizar actividad política (Levi Ruffinelli, 1967, p.2).

La contradicción entre la masculinidad heroica y la independiente

Los valores identificados en las narrativas de la coyuntura de 1967, sirven como un acercamiento a las ideas de masculinidad dentro de la política durante los sesenta en la dictadura stronista. Con ello se buscar ir explorando y encontrando los diferentes significados y los usos dados a estos en marcos contextuales específicos, para rastrear asimismo su permanencia en el tiempo. Analizando la apertura política de 1967 se pueden encontrar los valores de heroísmo, autonomía y libertad como formas clave de describir a un hombre político ejemplar. Esto quiere decir que tanto los hombres de la oposición como los de la dictadura buscaban acercarse a estos ideales.

En el caso de la dictadura, al tener como base de su propaganda al nacionalismo militarista y buscando posicionar la figura del dictador como un héroe mesiánico heredero de los padres de la patria, la idea de heroísmo estaba muy ligada a esta narrativa mítica. Si bien se resaltaba a todos los hombres colorados como “soldados del partido”, estos estaban subordinados a la figura del dictador que no podía ser cuestionada ni ensombrecida con otros liderazgos. Esto implicaba que los símbolos relacionados con la oposición o aquellos que salían



del relato replicado de la nación como el resultado de la reconstrucción de la guerra grande hecha principalmente a través de la fundación y la labor del Partido Colorado – que llegaba a su pico máximo con la dictadura de Stroessner –, estaban prohibidos.

Las restricciones que reforzaba la dictadura, tanto en su narrativa como en el accionar represivo durante el periodo, eran utilizadas no obstante por la oposición para señalar la falta de autonomía y libertad que poseían los hombres stronistas, siendo ellos en la oposición aquellos realmente “libres”. Esta capacidad les brindaba una posición de mayor virilidad en relación a sus pares, a pesar de las condiciones reales de limitación de libertades civiles con las que vivían en el momento. Es interesante como la libertad se relaciona de esta forma como una actitud de autonomía y no obedecer a ninguna autoridad, más que con la capacidad de actuar con libertad, lo que se señala con la metáfora de los presos políticos de la época, “de masculinidad e independencia” por mantener sus ideas a pesar de estar en la cárcel.

Es relevante resaltar que estos elementos identificados en el discurso, la masculinidad militar nacionalista, como la idea de una masculinidad autónoma, son contradictorias entre sí; ya que por la construcción de masculinidad del nacionalismo militar paraguayo, necesariamente aquel que es soldado de la patria es leal al líder máximo. Es por eso, que el discurso de la dictadura pudo tan efectivamente apropiarse de la narrativa tratando de ubicar al dictador Stroessner en el lugar simbólico del Mariscal López. Esta última operación, sin embargo no fue posible durante el régimen, por las continuas denuncias de la oposición de la cesión de derechos del Paraguay con el proceso de la construcción de la hidroeléctrica de Itaipú en esos mismos años.

Referencias

CABALLERO CAMPOS, H. (2015). *Entre el recuerdo y la reivindicación: Apoteosis, el Álbum conmemorativo de la inauguración del Panteón Nacional de los Héroes*. Folia Histórica del Nordeste, no. 24 (2015): 117, <https://doi.org/10.30972/fhn.024303>.

CAPDEVILA, L. (2008). *El macizo de la Guerra de la Triple Alianza como substrato de la identidad paraguaya*. Nuevo mundo mundos nuevos, 2008, 3, <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.48902> Acceso en: 11/10/2023

EL ENANO (sin autor). *Quedó instalada la Convención Nacional*. Bisemanario El Enano, 25 de mayo de 1967, N°561.

EL PUEBLO. Editorial. *El P.R.F. en las Urnas*. Semanario El Pueblo, 19 de Octubre de 1967, N°152.



- EL PUEBLO. *Partido y Gobierno*. Semanario El Pueblo, 16 de Febrero de 1967. N°117.
- EL PUEBLO (sin autor). *Nuestro Nacionalismo*. Semanario El Pueblo, 11 de Mayo de 1967. N° 129.
- EL PUEBLO (sin autor). *Un Documento Esclarecedor*. Semanario El Pueblo, 26 de enero de 1967, N°114).
- EL PUEBLO (sin autor). *El Derecho de Disentir*. El Pueblo, 12 de Octubre de 1967, N°151).
- EL RADICAL. *Una Luz en las Tinieblas*. Semanario El Radical, 13 de octubre de 1967. N° 7.
- FUENTES ARMADANS, C. J. (2018). *La maldición del legionario: Cómo se contruyó un estigma político autoritario en el Paraguay*. 2a edición corregida y ampliada. Asunción, Paraguay: Editorial Tiempo de Historia.
- GUANES, A. H. (1967). Solicitada. *Fue el día de la Paz del Chaco*. Semanario Comunidad, Cuarta Semana de Junio de 1967.
- LEVI RUFFINELLI, F. (1967) *La Mayoría colorada*. Semanario La Libertad, Cuarta Semana de Marzo de 1967. Edición 249.
- MARTINI, C. y YORE, F.M. (1998). *La corrupción como mecanismo de reproducción del sistema político paraguayo: Apuntes para una radiografía de la impunidad*. Asunción: Ediciones y Arte.
- NICKSON, A. (2020) La Caída de Alfredo Stroessner y el ocaso del sultanismo. *Nuevo mundo mundos nuevos Débats*. Disponible en: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.80597>. Acceso en: 11/10/2023
- PATRIA (sin autor). *Los Ausentes*. 28 de mayo de 1967, N° 3867.
- PÉREZ CÁCERES, H. (1967). *La noche quedo atrás*. Semanario El Pueblo, 28 de setiembre. N°149.
- PORTILLO, I.D. (1967). *Adelante Compañeros con la Revolución*. El Pueblo, Jueves 9 de Febrero de 1967, N°16.
- RAMOS GIMÉNEZ, L. *De Caballero a Stroessner con la Bandera de la Paz, en este año nuevo de la Patria*. Patria, 3 de enero de 1967.
- RIQUELME, M. A. (1994). *Toward a Weberian Characterization of the Stroessner Regime in Paraguay (1954-1989)*. European Review of Latin American and Caribbean Studies, N° 57, pp. 29–51. Disponible en: <http://www.jstor.org/stable/25675638> Acceso en: 11/10/2023
- STEFANICH, J. (1967). *Cátedra del Nuevo Dcho*. Revolucionario. Semanario El Pueblo, 5 de Enero de 1967, N°111.
- YORE, F. M. (1992) *La dominación stronista: orígenes y consolidación*. Asunción: BASE Investigaciones Sociales.

The Political Use Of Masculinity In The Stronista Dictatorship (1967)



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Astract: The Stronista dictatorship (1954-1989) in Paraguay was the longest in Latin America in the second half of the 20th century. This regime classified as neo-sultanist was characterized by a power dynamic where the central figure was that of the dictator and where the national militarist rhetoric took a privileged place in political propaganda. In this context this paper selects a specific juncture of the dictatorship, the political opening of 1967, to analyze the symbolic use of masculinity within the political discourse. It finds that the values of heroism, autonomy and freedom are key to the power struggles within the ideas of masculinity of the time.

Keywords: Paraguay, stronist dictatorship, masculinity, politics, 1960s.



O QUE É TRABALHO MULHER? REFLEXÕES DOS PAPEIS DE GÊNERO NA DINÂMICA DE TRABALHO

Jéssica Duarte de Souza¹

Resumo: Tendo em vista a pesquisa de doutorado em andamento, acerca da luta por direitos das trabalhadoras urbanas brasileiras, no após 1945 até 1960, o objetivo deste trabalho é trazer uma revisão bibliográfica acerca da questão teórica “o que é trabalho de mulher?”. Através desta pergunta se tensiona problematizar a noção de trabalho e de luta de classes, trazendo um cenário complexo e de ampliação sobre os mundos do trabalho e seus/suas sujeitos/sujeitas, ou seja, problematizar a noção de trabalho percebendo o funcionamento dos papéis de gênero na sua dinâmica. A partir de autoras como: Eileen Boris, Silvia Federici, Michelle Perrot, Heleieth Saffioti, Elisabeth Souza-Lobo entre outras, o artigo pretende abordar duas chaves de análise para pensar a pergunta proposta: 1) explorar as discussões teóricas sobre trabalho reprodutivo e divisão sexual do trabalho, que se apresentam como um trabalho invisível, mas fundamental para a base e funcionamento econômico e social do capitalismo; 2) as desigualdades e exploração dentro do trabalho produtivo e os empecilhos de mulheres fazerem parte ou de se estabilizarem dentro do setor produtivo formal. Pretende-se realizar uma leitura atenta acerca das diferenças e semelhanças da exploração do trabalho das mulheres entre países do norte e sul global; se, entre os recortes geográficos, a exploração incide sobre todas as mulheres da mesma forma – atentando para questões como raça, nacionalidade, etc; e, considerando o recorte da minha pesquisa, despender atenção sobre como o Brasil entra nesse debate.

Palavras-chave: Trabalho reprodutivo. Divisão sexual do trabalho. Mulheres trabalhadoras.

Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra, uma outra história (PERROT, 2021, p. 224).

O excerto acima, de Michelle Perrot, traz observações metodológicas e teóricas acerca de se fazer uma história que problematize as formas de resistências das mulheres trabalhadoras. Suas considerações conversam diretamente com o objetivo da minha pesquisa no doutorado: compreender a luta por direitos das mulheres trabalhadoras urbanas brasileiras, analisando suas formas de organização coletiva e como realizavam suas lutas, no período de 1945 a 1960. Esse tema surgiu a partir da constatação de que as mulheres têm outras “formas concretas de resistência” se comparadas àquelas mais

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. jds.duartejessica@gmail.com



largamente estudadas e que, de certa forma, são compreendidas como as maneiras usuais dos conflitos de classe e lutas por direitos.

As inquietações iniciais do projeto de pesquisa e a análise bibliográfica acerca do tema, impulsionaram meu olhar para outras facetas deste mesmo debate. Nesse sentido, ao invés de tentar responder as perguntas de como ocorrem as lutas por direitos das mulheres trabalhadoras e o porquê as mulheres têm formas de lutas e demandas diferentes daquelas enxergadas como tradicionais no mundo do trabalho, neste momento, parece fazer sentido dar “um passo atrás”. As disparidades entre forma e conteúdo da luta por direitos entre trabalhadores e trabalhadoras se dá porque a exploração capitalista do trabalho incide diferente entre os dois grupos. Sendo assim, neste texto exploro a pergunta teórica sobre *o que seria o trabalho de mulher?*

Considerar o trabalho de *reprodução social* é fundamental para compreender essa equação. Partindo de uma revisão bibliográfica, este trabalho traz discussões iniciais sobre os debates teóricos acerca do *trabalho reprodutivo* e da *divisão sexual do trabalho*, que se apresentam como um trabalho invisível, mas fundamental para a base e funcionamento econômico e social do capitalismo. Argumento que esses conceitos são centrais para a compreensão das experiências das trabalhadoras, considerando os diferentes contextos em que estão inseridas: trabalho produtivo, trabalhos formais (mas que fora do setor produtivo), informais e aqueles muitas vezes não enxergados com tal, como o trabalho doméstico não remunerado. Sobre este último, concordo com as autoras Eileen Boris (2014; 2019) e Silvia Federici (2019) quando afirmam que as atividades de reprodução da vida, em suas várias facetas, são um trabalho e este trabalho está diretamente conectado com a dinâmica do capitalismo. Esses conceitos ajudam a desvelar o quanto a noção de *trabalho* é construída a partir de uma perspectiva que universaliza a experiência masculina.

Notas acerca dos conceitos de trabalho reprodutivo e divisão sexual do trabalho

Ao pensarmos sobre as mulheres trabalhadoras e os trabalhos que exercem, os conceitos de *trabalho reprodutivo* e *divisão sexual do trabalho* são incontornáveis. A noção de reprodução social da vida é peça chave para refletirmos sobre a pergunta *O que é o trabalho de mulher?* Segundo Silvia Federici, o conceito ajuda a explicar a base, o ponto zero das formas de organização social que mantém as condições para as



desigualdades de gênero na sociedade (FEDERICI, 2019, p. 19). Antes de pensarmos sobre como esse conceito opera na realidade social, vamos delimitá-lo com base em Eileen Boris:

o trabalho reprodutivo consiste das atividades que produzem a força de trabalho – atividades que transformam matérias-primas e mercadorias compradas com um salário, para manter, cotidianamente, o(a) trabalhador(a) e gerar a futura força de trabalho, por meio da nutrição, da vestimenta, do cuidado, da educação e da socialização das crianças. Esse trabalho é usualmente desempenhado sem remuneração salarial e por uma mulher (BORIS, 2014, p. 103).

Portanto, trata-se de uma atividade necessária para a manutenção da vida. O trabalho reprodutivo existe como contrapartida, mas muitas vezes anterior a outras formas de trabalho produtivo. Pode-se argumentar que é uma forma de produção. Também chamado de *reprodução social*, esse trabalho trata da criação de pessoas através das tarefas da vida diária. “Essas atividades são tanto materiais (como alimentação), emocional (como o amor) e assimilativo (como a transferência de normas e valores), seja ocorrendo na família, na escola, na igreja ou na comunidade” (BORIS, 2019, p. 7, tradução minha).

Na percepção de Federici, o trabalho doméstico está na centralidade para se compreender “a questão das mulheres”, sendo fator crucial na definição da exploração das mulheres no capitalismo. Para a autora, as noções de trabalho reprodutivo e trabalho doméstico se confundem e, é fundamental reconhecer que o trabalho doméstico possui facetas próprias, pois trata-se da “manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2019, p. 42). Esse argumento parte do processo de naturalização que esse tipo de trabalho sofreu, muito, de acordo com Federici, por sua condição não remunerada.

Sob o capitalismo todo trabalhador é manipulado e explorado. Alguém trabalha e é pago por isso. É fato que esse salário oculta todo o trabalho não pago que gera o lucro para o patrão. Contudo, ao menos esse salário é uma forma de reconhecimento como trabalhador, isso possibilita a barganha e as lutas contra esses termos, sobre remuneração e condições de trabalho. “Ter um salário significa fazer parte de um contrato social, e não há dúvidas a respeito do seu significado: você não trabalha porque gosta, ou porque é algo que brota naturalmente dentro de você, mas porque é a única condição sob a qual você está autorizado a viver” (FEDERICI, 2019, p. 43). Explorado da maneira que for, o



trabalhador não é esse trabalho. De acordo com Federici, é aí que reside a diferença em relação ao trabalho doméstico, pois, além de ter sido imposto às mulheres, foi “transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina” (FEDERICI, 2019, p. 43).

As autoras citadas, Eileen Boris (2014; 2019) e Silvia Federici (2019), mesmo que reconheçam a natureza não remunerada do trabalho reprodutivo, colocam pesos diferentes nessa questão. Porém, ambas concordam ser este um trabalho fundamental para a reprodução da vida e à manutenção capitalista. Boris e Federici também dialogam ao apontar três fatores que impactam como o trabalho de reprodução social atua na vida das pessoas: as questões geoeconômicas, as definições e compreensões sobre o trabalho de *cuidado* e a relação entre casa e trabalho na dinâmica social.

No que se refere ao primeiro ponto, Boris demonstra que, ao longo do século XX os padrões globais de trabalho distinguiram, com frequência, as mulheres trabalhadoras nos países em desenvolvimento das mulheres trabalhadoras nas regiões industrializadas (BORIS, 2019, p. 2). Voltando-se para as convenções, recomendações, declarações, pesquisas e programas de cooperação técnica da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ela constatou que, mesmo objetivando criar padrões internacionais de trabalho, ativistas e legisladores não trataram todas as mulheres trabalhadoras da mesma forma. A diferença de tratamento não de uma maneira a respeitar a cultura e mesmo as especificidades geoeconômica das experiências dessas trabalhadoras. Eles abordaram a condição das mulheres de regiões colonizadas, do Sul Global e de mulheres indígenas através de termos distintos, ocasionando certas desvantagens a estes grupos. Também negligenciaram as desigualdades entre as mulheres com base na raça/etnia, religião, idade, classe, deficiência e setor de emprego (BORIS, 2019, p. 5).

Ou seja, esse primeiro fator de impacto nos coloca uma constatação óbvia, mas sempre necessária de ser apontada: o entendimento do que é *trabalho* e a *experiência* de ser uma mulher trabalhadora não são os mesmos em todos os lugares do globo. Tampouco se homogeneíza em um mesmo recorte geográfico, há elementos socioeconômicos, culturais e étnicos que incidem na experiência das trabalhadoras, mesmo quando tratamos apenas do trabalho reprodutivo.



O trabalho do *cuidado* é um elemento central para a compreensão do que é o trabalho reprodutivo. O *cuidado* também está intimamente ligado à desvalorização do trabalho das mulheres, ponto aprofundado com o capitalismo industrial. Ao falar de trabalhadoras europeias e estadunidenses dos séculos XVIII e XIX, Boris afirma que o *cuidado* estava entrelaçado com o tecido da vida cotidiana das mulheres, quer elas saíssem de casa para trabalhar, quer não (BORIS, 2014, p. 102). Mas o capitalismo industrial e a racialização obscureceram essas interdependências, celebrando o individualismo, promovendo os homens provedores e estruturando a desigualdade por meio das hierarquias de gênero, raça/etnicidade e classe (BORIS, 2019, p. 6).

O *cuidado* como trabalho permeia as dinâmicas das desigualdades de gênero. Na definição de Boris:

O *care* é, certamente, um conceito mais estreito do que o de trabalho reprodutivo[...]. O *care*, dessa forma, é um componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico, mas é geralmente executado junto com outras atividades domésticas – razão pela qual a linha que separa o *care* e o trabalho doméstico não é tão clara. O trabalho de *care* envolve serviços pessoais para outrem: atividades que se voltam para as necessidades físicas, intelectuais, afetivas e para outras demandas emocionais de cônjuges, filhos e pessoas idosas, doentes ou com deficiências. Isso inclui tarefas da vida cotidiana, abarcando a manutenção da casa (cozinhar, limpar, lavar e mesmo fazer compras) e a existência pessoal (dar banho, alimentar, acompanhar, transportar). A produção sexo-afetiva pode ser parte do *care*. Ela não precisa ser heterossexual ou homonormativa (BORIS, 2014, p. 102).

Conforme pontuado, o trabalho de *cuidado* pode adquirir muitas facetas e atuar em outras áreas além do trabalho doméstico. Mesmo quando circunscrito em setores mais valorizados e mesmo qualificado, como a área da saúde, a origem do trabalho de *cuidado* remonta ao amor, à obrigação e a racialização “(quando extraído coercitivamente de escravas ou minorias étnicas) e que, por isso mesmo, se tornava sub-remunerado quando exercido em troca de salário, desvalorizado na economia de mercado” (BORIS, 2014, p. 102) e cada vez mais realizados por não-cidadãos em países industrializados (BORIS, 2019, p. 8). O trabalho de *cuidado* é necessário à manutenção do capitalismo e o sistema capitalista gera a antítese do cuidado.

A relação entre casa e trabalho e do significado desses termos e da sua implicação para o trabalho de *cuidado* e para o *trabalho reprodutivo* é fator importante para nossa questão *o que é o trabalho de mulher?* Dentro de casa, o trabalho de reprodução social tem o *status* de afeto, quando se desloca para o mercado – o que muitas vezes é também dentro de uma casa, mas aí fora da dinâmica familiar e em troca por um salário – passa a

ter o *status* de trabalho desqualificado. Segundo Boris, a estigmatização deste trabalho ocorre por duas razões: i) porque envolve sujeira, intimidade e corpos; ii) pelas pessoas que comumente ocupam esses postos, pobres, negras e/ou migrantes. “Embora não tenham por que ser trabalhos de mulher, ou de mulher imigrante, eles o têm sido, historicamente. *Características dos trabalhadores ainda definem as qualificações e o valor do trabalho*” (BORIS, 2014, p. 104, grifo meu). Na sua forma mercantilizada, o trabalho reprodutivo permanece na seara do particular, do ambiente residencial e sendo exercido majoritariamente por trabalhadoras migrantes, sobretudo no Norte Global, e racializadas, em todo o mundo (BORIS, 2019).

A casa não é reconhecida como um local de trabalho. Essa noção dificulta também o reconhecimento de profissionais da saúde que trabalham no ambiente doméstico, a exemplo de enfermeiras/os e cuidadoras/es, como trabalhadoras/es. Por terem dinâmicas muito divergentes daquilo que é considerado trabalho, por trabalharem no ambiente doméstico e para pessoas físicas, ficam na fronteira entre o público e privado e entre o trabalhador/a e não trabalhador/a (BORIS; KLEIN, 2006). Mesmo com qualificação, o que há em comum aqui é o trabalho de *cuidado*, conforme já pontuado, historicamente exercido por mulheres e, geralmente, de forma gratuita. O não reconhecimento da casa como ambiente de trabalho contribui para a exclusão das/os trabalhadoras/es de cuidados – em seus múltiplos aspectos e postos – da cobertura da legislação trabalhista e proteção social.

Boris (2014; 2019) e Federici (2019) argumentam para uma cisão ideológica de casa e trabalho advinda do capitalismo industrializado, apagando as influências e as formas pelas quais cada uma dessas órbitas – casa e trabalho – conforma a outra. É necessário

compreender que a casa e o trabalho doméstico não são estranhos ao sistema fabril, mas sim a sua base. A partir daí, também aprendemos a buscar os protagonistas da luta de classes não apenas entre o proletariado industrial masculino, mas sobretudo entre os escravizados, os colonizados e a massa de trabalhadores não remunerados marginalizada pelos anais da tradição comunista, à qual agora podemos acrescentar a figura da dona de casa proletária, reconceitualizada como sujeito da (re)produção da força de trabalho (FEDERICI, 2019, p. 23).

As reflexões trazidas acerca da relação entre casa e trabalho, do trabalho de *cuidado* e do *trabalho reprodutivo* nos ajudam a complexificar o entendimento sobre a



classe trabalhadora e sobre a exploração e funcionamento do capitalismo. Trabalhos associados a reprodução social tem muito a nos ensinar sobre precariedade.

As argumentações traçadas por Boris (2014; 2019) e Federici (2019) demonstram os limites do entendimento de Friedrich Engels, e muito disseminado *a posteriori*, acerca da relação das mulheres com o trabalho e a sociedade capitalista. Na visão de Engels, se as mulheres seguem servindo suas famílias, em ambiente privado, elas estão fora da produção social e não se credenciam a ser remuneradas. Nas palavras do autor:

A mesma razão que assegurara à mulher o predomínio dentro de casa, isto é, sua limitação ao trabalho doméstico, assegurava agora a dominação do homem dentro de casa: o trabalho doméstico da mulher perdeu importância diante do trabalho de subsistência do homem; este passou a ser tudo, aquele um complemento insignificante. Aqui já se mostra que a libertação da mulher, sua equiparação com o homem, é e continuará impossível enquanto a mulher for excluída do trabalho social produtivo e permanecer restrita ao trabalho doméstico privado. A libertação da mulher só se torna possível no momento em que ela pode participar da produção em grande escala, ou seja, em escala social (ENGELS, 2019, p. 150).

O *trabalho reprodutivo* não é considerado um trabalho pelo autor. O problema das mulheres que estão exercendo o trabalho doméstico em seus lares seria, então, a ausência do capital em suas vidas. Este raciocínio alimenta a falácia de que os trabalhos precários são uma “falha”, um atraso, de algumas sociedades e setores ainda não suficientemente modernizados com a dinâmica capitalista. Este argumento viabiliza desigualdades e precarizações para além das de gênero, atinge as sociedades e população pobre no geral. O trabalho precarizado, diferente do que muito se prega, não é um deslize do sistema capitalista, mas sua engrenagem. Nesse sentido, afirmar que a libertação das mulheres e sua incorporação ao mundo capitalista só ocorreria quando estivessem inseridas no mercado de trabalho, é um erro que a realidade social continua nos demonstrando.

Conceito entrelaçado ao *trabalho reprodutivo* e que auxilia a complexidade – e as desigualdades – das mulheres trabalhadoras no mercado de trabalho é o de *divisão sexual do trabalho*. Pensando sobre o uso do conceito na França, Helena Hirata e Danièle Kergoat demonstram que no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, surgiu uma onda de pesquisas que se debruçaram sobre as bases teóricas do conceito. Neste momento, os trabalhos que usavam a noção de *divisão sexual do trabalho* estavam preocupados, sobretudo, em repensar o *trabalho*, ancorados na visão de que o trabalho doméstico também é um trabalho. Com o passar do tempo, o mesmo conceito, segundo

as autoras, vai sendo aplicado em duas vertentes possíveis, uma estuda a diferença na distribuição de homens e mulheres no mercado de trabalho e analisa como isso se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos; e a segunda se atenta em demonstrar que essas desigualdades são sistemáticas e em “articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596). Hirata e Kergoat, compreendidas como pertencentes a segunda vertente do uso do conceito, trazem suas definições acerca da *divisão sexual do trabalho*:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Nesse sentido, a *divisão sexual do trabalho* tem dois princípios organizadores: i) o princípio da separação, trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; ii) princípio hierárquico, um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher. Para Hirata e Kergoat, esses princípios estão presentes em todas as sociedades e legitimados por uma ideologia naturalista. Contudo, a *divisão sexual do trabalho* não é algo estático e imutável, pelo contrário, “tem inclusive uma incrível plasticidade: suas modalidades [trabalho reprodutivo, o lugar das mulheres no mercado mercantil...] concretas variam grandemente no tempo e no espaço, como demonstraram fartamente antropólogos e historiadores(as) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600).

Partindo da noção de *divisão sexual de trabalho* de Hirata e Kergoat (2007), Flávia Biroli argumenta que o “gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social nem é acessório relativamente a essas variáveis” (BIROLI, 2018, p. 22). A autora defende que a *divisão sexual do trabalho* é central para a produção do gênero, mas ela não incide da mesma forma sobre todas as mulheres. A produção de gênero é racializada e atende a uma dinâmica de classe (BIROLI, 2018, p. 23). Em sua obra *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*, Biroli complementa a noção de plasticidade da *divisão sexual do trabalho* – colocada por Hirata e Kergoat (2007) – a situando empiricamente com a experiência brasileira.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Para Biroli, a *divisão sexual do trabalho* tem impacto direto nas democracias contemporâneas, pois sua dinâmica define as possibilidades – e sobretudo os limites – de participação política, tanto na política institucional como em engajamentos mais amplos de se fazer política. A *divisão sexual do trabalho* compromete a cidadania das mulheres, contribuindo para criar obstáculos “ao acesso a ocupações e recursos, à participação política autônoma e [...] à autonomia decisória na vida doméstica e íntima” (BIROLI, 2018, p. 24).

Pensando a dinâmica de trabalho brasileira, Lélia Gonzalez defende a importância de se usar a noção de *divisão sexual do trabalho* junto com uma *divisão racial do trabalho*, em que “não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (GONZALEZ, 2020, p. 56). Ainda de acordo com a autora, ao abordar o lugar da mulher negra na sociedade brasileira a partir de uma abordagem político-econômica, constatou que o processo de decadência da indústria têxtil, ocorrido na segunda metade do século XX, desempregou muitas mulheres. Nesse contexto as mulheres negras tiveram mais dificuldades de se inserir em outros setores produtivos, um setor comumente mais valorizado e reconhecido como trabalho (GONZALEZ, 2020).

As perspectivas do *trabalho reprodutivo*, do *cuidado* e da *divisão sexual do trabalho* incidem também no trabalho produtivo, mesmo em setores e ramos que, aparentemente, não há nenhuma ligação com a reprodução social da vida. Mas, como visto em páginas anteriores, as características de quem faz o trabalho são fatores importantes para o valorar e, conseqüentemente, impactar em suas condições. O *trabalho reprodutivo* está presente também nas experiências das mulheres trabalhadoras que não o tem como sua principal função. Tanto exercendo uma dupla jornada de trabalho (trabalho fora de casa – remunerado, e dentro de casa – não remunerado) como nas suas formas de organização coletiva, nas demandas de melhorias no trabalho e implicações legislativas, quando empregadas no setor formal.

A condição de responsável pelo cuidado das tarefas domésticas e da criação dos filhos, justificou algumas medidas sancionadas às trabalhadoras, como o limite de horário de trabalho com a proibição do trabalho noturno. Em resposta, durante o século XX, mulheres em vários locais do mundo lutaram contra a discriminação e defenderam a



justiça no local de trabalho, exigindo, por exemplo, licença maternidade e creches no ambiente fabril (BORIS, 2019).

O reconhecimento das legislações específicas para as mulheres nos debates estatais, tomando o Brasil como exemplo, e naqueles estabelecidos na OIT, estavam diretamente relacionados a noção de reprodução social da vida, seja com a maternidade ou com a percepção de que são as mulheres as principais responsáveis pela manutenção do lar e da família – movimentando sempre uma ideologia naturalista. Ou seja, na maior parte das vezes, essas legislações foram conformadas levando em conta as diferenças biológicas e não por reconhecimento dos papéis sociais desempenhados (FRACCARO, 2018). Contudo, a regulação do trabalho das mulheres, assim como a dinâmica legislativa no geral, tanto controlava e impunha limites como abria brecha para a negociação e demonstração de força – mesmo que desigual – das trabalhadoras.

Diante desse cenário, e retomando a citação de Perrot (2021), que abriu este trabalho, as mulheres têm outras práticas cotidianas e formas concretas de resistência. Na perspectiva da luta de classes, quando problematizamos o trabalho das mulheres, talvez seja necessário assumir a possibilidade de existirem demandas diversas e formas outras de lutas, comparadas as comumente associadas à luta da classe trabalhadora.

Estudando as reivindicações por trabalho na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, Tatiana Bartmann constatou que, dos processos analisados, 40% pertenciam a trabalhadoras mulheres. Além da quantidade expressiva de reivindicações das trabalhadoras, também foram verificadas diferenças nas demandas entre homens e mulheres. Enquanto o grupo masculino reclamava pelo excesso de trabalho que tinha diariamente, o grupo feminino reclamava da má distribuição de serviço entre as operárias, fazendo com que ficassem várias horas do dia no ócio. A questão aqui é a distinção do contrato de trabalho dos dois grupos, pois enquanto os homens tinham sua remuneração por hora de trabalho, as mulheres recebiam por peças produzidas (BARTMANN, 2021, p. 126).

Essa especificidade no regime de trabalho reverberava em outras agendas da classe trabalhadora, como a jornada de trabalho de oito horas diárias. Em uma greve realizada em Porto Alegre no início do século XX, cuja pauta era a redução da carga horária diária, a reivindicação não atendia essas trabalhadoras que recebiam por produção. Na ocasião, os patrões disseram que as mulheres poderiam trabalhar o horário



que quisessem, visto que não havia exigência de carga horária a ser cumprida e a remuneração ocorria por produção. Outra especificidade das reivindicações das mulheres é que nenhuma das suas ações foi movida pelo sindicato das suas categorias, diferente do que ocorreu entre os homens, em que muitas das ações foram realizadas pelos seus respectivos sindicatos (BARTMANN, 2021).

De fato, havia pouca adesão das mulheres às entidades sindicais no período pesquisado. De acordo com o censo de 1940, apenas 30% das pessoas filiadas aos sindicatos eram mulheres (BRASIL, 1950). A não filiação ou a ausência no cotidiano sindical ocorrem por diferentes fatores. Aqui, a noção de *divisão sexual do trabalho* é elemento importante. Como vimos, são as mulheres as principais responsáveis pelo funcionamento do lar, o que dificulta a presença nas reuniões fora de sua carga horária. Também há o fato de que muitas tinham o lar e trabalhos informais como principal atividade de trabalho e sustento. O setor formal era ocupado majoritariamente por homens.

Há também a hostilidade entre os colegas, encontrada muitas vezes no meio sindical. Conforme constata Elizabeth Souza-Lobo (1991, p. 38), “o sindicato é apresentado como um espaço masculino do qual as mulheres são excluídas; a luta, é a luta dos homens”. Desse modo, a constatação da discriminação e diferença entre homens e mulheres parece, para boa parcela dos membros das entidades de classes, ameaçar a unidade da classe trabalhadora. Situando empiricamente, José Righetti, liderança da União dos Operários em Fábricas de Tecido, do setor têxtil paulista, defendia a saída das mulheres do ambiente de trabalho fabril como a solução para os problemas de achatamento de salários, do desemprego e das difíceis condições de trabalho. Para José, as mulheres, que tem o serviço doméstico e o lar como seu “*habitat natural*”, estariam tirando o emprego dos homens (FRACCARO, 2018, pp. 58-60).

Os dados sobre os baixos índices de sindicalização ou a pouca adesão da maior parte das trabalhadoras nas lutas sindicais, não é uma conclusão direta que elas não lutavam por seus direitos ou não tomavam decisões sobre suas próprias vidas. A ausência das mulheres nos sindicatos não as impediu de realizarem pressões por melhorias de condições de trabalhos, inclusive, fazendo parte de organizações grevistas. Suas formas de socialização perpassavam pela família e vizinhança, padrões que, a princípio, não se encaixam nas normas sindicais (FRACCARO, 2018, p. 55).



Além da disparidade da organização política dessas trabalhadoras em sindicatos, a dinâmica do *trabalho reprodutivo* reflete nas condições e cotidiano de trabalho das mulheres empregadas nos setores produtivos e/ou formalizados. As mulheres costumam ter maior rotatividade no trabalho do que os homens, muito disso se deve a sua idade reprodutiva e ao casamento. Nas fichas das trabalhadoras encontramos muitos registros de demissão pelo casamento, que coincide com sua idade reprodutiva e que, quando se consegue acompanhar a trajetória dessas trabalhadoras, muitas retornam ao ambiente de trabalho ao passar a sua idade de reprodução. Uma das justificativas pela alta rotatividade no trabalho e os salários menores em relação aos homens, era a pouca qualificação das mulheres, algo que nem sempre encontrava respaldo na prática (BARTMANN, 2021).

Heleieth Saffiot (1982) demonstrou como o problema da desigualdade salarial entre homens e mulheres está presente em diferentes setores e em diferentes países, inclusive em países desenvolvidos. Portanto, não é apenas em países da periferia do capitalismo que há discriminação salarial. Pesquisando grupos de trabalhadores e trabalhadoras no Estados Unidos na década de 1970, a autora constatou que a desigualdade salarial não tem uma relação direta com qualificação profissional. Nos grupos com as mesmas faixas de escolarização os homens ainda recebem salários mais altos do que as mulheres (SAFFIOT, 1982). Esses dados ajudam a desmontar a ideia de que o capitalismo reúne condições favoráveis para a emancipação das mulheres.

Ainda nas desigualdades de gênero na dinâmica de trabalho brasileira, e recuando para o século XIX, Popinigis e Lima (2018) trouxeram à tona casos de processos judiciais em que trabalhadores e trabalhadoras reivindicaram pagamento de salário. Tais processos foram apresentados nos tribunais superiores do Rio de Janeiro, no século XIX. A partir destas fontes, a autora e o autor fizeram uma importante reflexão sobre o trabalho cotidiano de trabalhadores do pequeno comércio (caixeiro) e de trabalhadoras domésticas para o crescimento econômico e social da cidade. No que se refere aos processos, se percebeu disparidades no tratamento jurídico e, principalmente, no reconhecimento de trabalho entre as duas categorias. Enquanto as demandas dos homens foram julgadas considerando apenas a esfera profissional, nos processos de reivindicações das mulheres a vida pessoal e profissional se confundiam. Com diferenças entre si, aspectos comuns nos processos por pagamento de salário entre as mulheres: não eram casadas e, mesmo com testemunhas atestando o trabalho doméstico e, em algumas situações, também



comercial, uma possível relação “amásia” com os réus invalidava integralmente seus argumentos por demanda de salários. A integridade moral das mulheres foi questão pontuada em todos os casos e o *trabalho reprodutivo* totalmente naturalizado pelo romantismo.

No que se refere as trabalhadoras domésticas, a autora e o autor concluem que “as aspirações pela cidadania e pelo reconhecimento público do seu trabalho” conflitava com uma noção hegemônica de cidadania masculina definida em oposição à domesticidade. A cidadania das mulheres esbarrava nessa barreira que era fomentada pela esfera pública e legal (POPINIGIS; LIMA, 2018). A honra, o casamento, a sexualidade, a família e o comportamento das mulheres eram preocupações também dentro das discussões dos padrões universais de trabalho da OIT, permanecendo até as últimas décadas do século XX (BORIS, 2019).

Esses casos demonstram o quanto as dinâmicas relacionadas ao *trabalho reprodutivo* e a *divisão sexual do trabalho* recaem sobre a vida das trabalhadoras. Essa forma de organização da vida influencia diretamente em como as mulheres trabalhadoras atuam em frentes amplas de lutas dos seus direitos, e em como essas lutas podem ter formas e/ou conteúdos diferentes daquelas traçadas como hegemônicas nos movimentos de trabalhadores. Há especificidades da exploração capitalista nas mulheres em relação aos homens, da mesma forma que essas questões não incidem igualmente entre todas as mulheres trabalhadoras, tendo a raça como um dos principais recortes de diferença. O gênero é “aproveitado” para a exploração da mão de obra das mulheres (ROCKMAN, 2009).

O trabalho mais precarizado e as desigualdades não são uma falha no sistema capitalista, mas uma condição para a sua manutenção, já argumentado através de Boris (2014; 2019) e Federici (2019). Nesse sentido, a tensão entre objetos limítrofes mostra a fragilidade do sistema. Conforme argumenta Souza-Lobo, tratar dos trabalhos das mulheres é também tratar da acumulação capitalista; da mesma forma que o movimento de pensar o sentido da igualdade entre mulheres e homens pode assumir um conteúdo capaz de questionar as relações de dominação na família ou a *divisão sexual do trabalho* (SOUZA-LOBO, 1991).

Considerações Finais



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

A pergunta *O que é trabalho de mulher?* pode parecer simples em um primeiro olhar, contudo, ao tentar respondê-la, muitas abas se abrem e temas complexos se entrelaçam. Este trabalho faz uma discussão inicial acerca do assunto e não demonstra as nuances e complexidade que o cercam, mas, mobiliza conceitos elementares para compreender as diferenças e desigualdades de gênero na sociedade capitalista: o *trabalho reprodutivo* e *divisão sexual do trabalho*. A meu ver, esses conceitos são fundamentais para entendermos o porquê o acesso ao mercado de trabalho é diferente para as mulheres e porque, mesmo quando inseridas nele, suas possibilidades ainda permanecem desiguais, seja na hierarquia, no salário, no tratamento ou na relação formalidade e informalidade. As noções de *trabalho reprodutivo* e *divisão sexual do trabalho* não estão apenas no mundo do trabalho, mas incidem em facetas diversas da vida das mulheres, como seu acesso à cidadania, conforme nos demonstrou Fabiane Popinigis e Henrique Lima (2018) e Flávia Biroli (2018). Mas, mesmo centrais ao debate, há outros elementos que ajudam a responder esta pergunta.

Algumas questões suscitadas no processo de elaboração deste trabalho – mas não respondida por ele – ficam registradas para a continuidade da pesquisa, como: noções e debates acerca da família, qualificar as diferenças entre trabalho produtivo e reprodutivo e delimitações mais completas (e gerais) do que é *trabalho*. No que se refere a este último, estudar as definições do que é *trabalho*, respaldadas em dados e experiências empíricas, ajuda a compreender aspectos mais amplos acerca da exploração capitalista e trazer mais elementos para o estudo das mulheres trabalhadoras. O gênero é uma questão central para a precarização do trabalho na sociedade capitalista, desconsiderar isto é fechar os olhos para os dados reais, contudo, não é o único. Portanto, afinar o olhar acerca do que é considerado *trabalho* e de quem é considerado *trabalhador/a*, auxilia a não cair em explicações simplistas de fenômenos complexos.

As especificidades e questões envolvendo o *trabalho reprodutivo* mercantilizado (ou remunerado) também precisam ser mais exploradas. Aqui, acredito que a experiência brasileira tem muito a nos ensinar. O trabalho doméstico é um dos setores que mais empregam as mulheres brasileiras. Em 1950, há o índice de que 50% da força de trabalho das mulheres era constituída de empregadas domésticas, importante considerarmos a possível subnotificação desses dados – devido ao caráter informal da ocupação (SAFFIOT, 1982). Há, neste tema, diversos pontos a serem considerados, como a devida



intersecção com a raça e a complexidade de como a *divisão sexual do trabalho* incide na vida das mulheres atendendo uma dinâmica de classe, como quando as mulheres brancas e ricas usufruem da força de trabalho de mulheres pobres, sendo elas majoritariamente negras.

Certamente, há muitas outras lacunas, contudo, problematizar a noção de *trabalho* percebendo o funcionamento dos papéis de gênero na sua dinâmica, a partir das perspectivas do *trabalho reprodutivo* e da *divisão sexual do trabalho*, ajuda a qualificar os estudos acerca do *trabalho* e da *classe trabalhadora* como um todo.

Referências

BARTMANN, Tatiane. Eles querem menos, elas querem mais: as reivindicações por trabalho na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre (1941-1945). *Cantareira*. Niterói, n. 34, jun./jul., 2021, p. 114-133. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/44212>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORIS, Eileen; KLEIN, Jennifer. Organizing Home Care: Low-Waged Workers in the Welfare State. *Politics & Society*, V. 34 N. 1, March 2006, p. 81-107.

BORIS, Eileen. *Making the Woman Worker Precarious Labor and the Fight for Global Standards, 1919– 2019*. New York, Oxford University Press, 2019.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/wWWkfy3NCCpzHKXXnQ6tLmw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 mai. 2023.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, v.17/18, p.139-156, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/PcsfvS6CPpgQRZLRmdTzgxL/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2023.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 596-609, dez. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmndsBWQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

POPINIGIS, Fabiane; LIMA, Henrique Espada. Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s–1880s. *International Review of Social History* 62(S25), 2017, pp. 45–73. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/international-review-of-social-history/article/maids-clerks-and-the-shifting-landscape-of-labor-relations-in-rio-de-janeiro-1830s1880s/C34ACAAF4B08F610D22D6711D35F6C2D>>. Acesso em: 02 mar. 2023.

ROCKMAN, Seth. *Scraping By: Wage Labor, Slavery, and Survival in Early Baltimore*. Johns Hopkins University Press, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petropolis: Vozes, 1969.

SAFFIOT, H. I. B. O trabalho da mulher no Brasil. *Perspectivas*, São Paulo, n. 5, 1982, p. 115 – 135. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1804>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora brasiliense, 1991.

What is women's work? Reflections of gender roles in work dynamics

Abstract: Taking into account the ongoing doctoral research on the struggle for the rights of Brazilian urban workers, from after 1945 to 1960, the objective of this work is to provide a bibliographical review on the theoretical question “what is women’s work?”. This question seeks to problematize the notion of work and class struggle, bringing a complex and expanding scenario about the worlds of work and its subjects, that is, to problematize the notion of work by understanding the functioning of the roles of gender in its dynamics. From authors such as: Eileen Boris, Silvia Federici, Michelle Perrot, Heleieth Saffioti, Elisabeth Souza-Lobo among others, the article aims to address two keys of analysis to think about the proposed question: 1) explore theoretical discussions about reproductive work and division sexual work, which presents itself as invisible work, but fundamental to the basis and economic and social functioning of capitalism; 2) inequalities and exploitation within productive work and obstacles to women being part of or stabilizing themselves within the formal productive sector. The aim is to carry out a careful reading of the differences and similarities in the exploitation of women's work between countries in the global north and south; if, across geographic areas, exploitation affects all women in the same way – paying attention to issues such as race, nationality,



Pesquisa e Ensino de
História das Mulheres e do Gênero
16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

etc.; and, considering the scope of my research, pay attention to how Brazil enters this debate.t.

Keywords: Reproductive work. Sexual division of labor. Working women.



AS PRIMEIRAS MULHERES

João Pedro Brunetti dos Santos¹

Resumo: Neste artigo, será realizada uma análise da evolução do corpo feminino nas artes ao longo da história por meio de um levantamento bibliográfico, destacando suas transformações ao longo do tempo. Além disso, serão explorados os desdobramentos dessa temática com o advento da arte indígena contemporânea, com ênfase na obra de Daiara Tukano. Por meio de suas criações, a artista desafia o epistemicídio indígena que foi perpetrado pela colonização, buscando romper com a dicotomia entre o ser humano e a natureza. Assim, ela atribui novos significados ao corpo feminino, denunciando a emergência de tempos disruptivos.

Palavras-chave: Corpo, arte, mulher, AIC, erotismo.

Ao nos depararmos com as obras de Daiara Tukano, diversos elementos se evidenciam, entre os quais se destacam a memória, a cosmogonia e a resistência indígenas. Contudo, há dois elementos cruciais que, inicialmente, podem passar despercebidos, mas são fundamentais para melhor compreendê-las: o erotismo e a morte.

Daiara Hori, cujo nome tradicional é Duhigô, nasceu em 1982 e pertence ao povo Yepá Mahsã, também conhecido como Tukano. Nascida em São Paulo, ela é uma ativista engajada na luta pelos direitos indígenas e é reconhecida como um dos principais expoentes da Arte Indígena Contemporânea (AIC). Dentre os princípios que regem esse movimento, destaca-se a "Nova Antropofagia" ou "Reantropofagia", termo cunhado por Denilson Baniwa, que tem sido adotada por artistas indígenas contemporâneos, os quais incorporam elementos da linguagem plástica acadêmica e dos cânones ocidentais em suas obras, reinterpretando o conceito oswaldiano de antropofagia da arte a partir de suas próprias perspectivas.

[...] aqui jaz o simulacro macunaíma
jazem juntos a ideia de povo brasileiro
e a antropofagia temperada
com bordeaux e pax mongólica
que desta longa digestão
renasça Makūnaimî
e a antropofagia originária
que pertence a Nós
indígenas
- Denilson Baniwa.

¹ Graduando do curso de História na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: joaobrunettidosantos@gmail.com, Florianópolis, SC, Brasil.



Denilson Baniwa, Re-Antropofagia, 2018. Técnica mista.

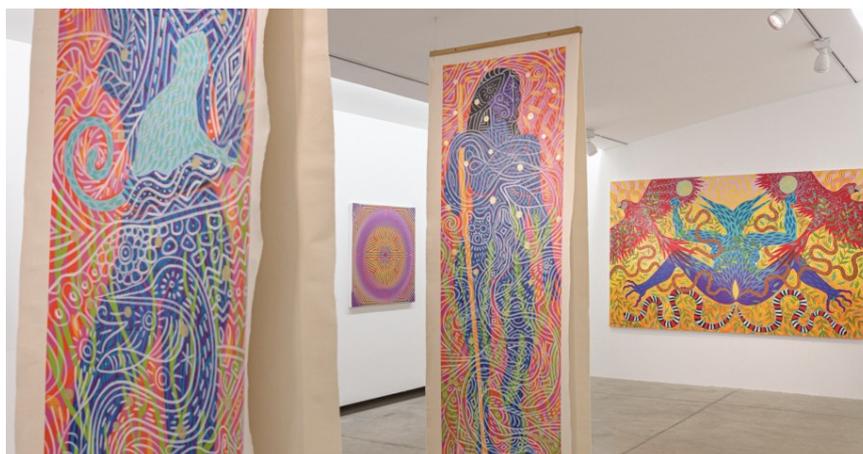
Nessa perspectiva, em sintonia com as ideias de Jaider Esbell (2018), os artistas indígenas contemporâneos incorporam elementos da cultura "branca", assimilando suas tecnologias, técnicas e seus conceitos. Esse processo representa uma inversão da colonização cultural, no qual os indígenas desempenham um papel ativo ao reapropriar e ressignificar as influências ocidentais. A "reantropofagia" permite que os artistas indígenas expressem sua identidade e resistência cultural de maneira contemporânea, ao utilizar elementos da cultura ocidental de forma não impositiva, mas sim por escolha própria, com o objetivo de fortalecer suas próprias tradições e visões de mundo.

Essa perspectiva desafia o processo de epistemicídio imposto pela colonização e nos encoraja a repensar nossa relação com o mundo natural, explorar as cosmologias indígenas e refletir sobre outras formas de cosmopolítica (Flores, 2023).

Para ilustrar isso, podemos mencionar Daniel Mundurucu, um escritor, professor, ator e ativista indígena brasileiro da etnia Munduruku, afirma que as narrativas tradicionais nos lembram que cada traço inscrito na natureza carrega um ensinamento. Ao reproduzir esses traços no corpo, "nosso principal meio de comunicação", os corpos indígenas se conectam com as diversas manifestações da natureza - o animal, o vegetal e o mineral - e com o que é essencialmente humano nela. Esses traços nos recordam de nossa origem comum, enfatizando que somos parte de um todo que nos une ao infinito (Mundurucu, 2020, p. 127). De maneira análoga a essa concepção, e com certa poesia, Daiara

antropomorfiza as narrativas de seu povo; ou melhor, ela as reproduz “em corpos”. Nesse contexto, a natureza se torna uma espécie de entidade ou figura humana, capaz de receber e interagir com os corpos humanos. Essa representação enfatiza a conexão profunda e espiritual entre os seres humanos e o ambiente natural que os rodeia.

Durante uma entrevista concedida à *Bravo!* Daiara compartilhou procura expressar artisticamente suas visões de Hori por meio de suas obras artísticas, que são as mirações causadas pelo uso da ayahuasca. Dessa maneira, em sua primeira exposição individual intitulada "Amõ Numiã", que no tronco linguístico Tukano significa "primeiras mulheres" ou "mulheres criadoras", realizada em fevereiro de 2023, a artista explora narrativas da cosmogonia Tukano, abordando contos que versam sobre a origem do mundo e destacando a significativa influência feminina na formação da sociedade.



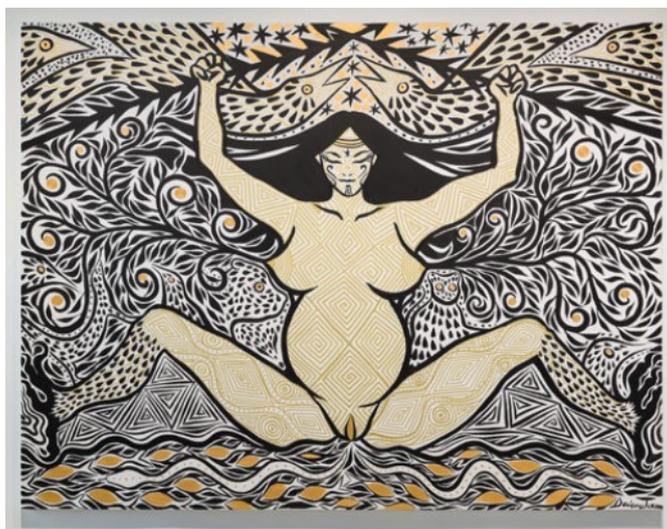
Visão da exposição individual de Daiara Tukano na galeria Millan (São Paulo, SP), 2023.

Na cosmologia Tukano, inicialmente, dois homens são criados como irmãos, e eles convivem com os animais no mundo. Porém, eles sentem solidão e solicitam a criação do restante da humanidade. Recebem instrumentos sagrados, como medicinas, tabaco, padu, farinha, bancos, bastões e cocares. Em seguida, aparecem duas mulheres, irmãs mais novas dos homens. Aqueles, entretanto, começam a subjugar-las por serem mais velhos, fazendo com que elas andem atrás deles e não tenham permissão para mexer em nada.

No entanto, as mulheres acabam tocando nos instrumentos sagrados dos homens e, misteriosamente, engravidam mesmo sem terem uma vagina física, pois são corpos espirituais. Dessa gestação, nascem seres de grande importância, incluindo a própria ayahuasca. No momento do parto, antes do bebê, essas mulheres dão à luz a todos os pássaros coloridos, como araras e japus; depois, nascem as cobras peçonhentas, e finalmente o bebê, que é feito de cipó. Quando as mulheres começam

a pintar a criança, todos os seres passam a ter mirações, cantar e falar línguas diferentes, o que torna os povos diferentes. Assim, nasceram os Tukanos.

Em junho do mesmo ano, ocorreria uma exposição coletiva intitulada "Dear Earth: Art and Hope in a Time of Crisis", na Hayward Gallery, em Londres, cujo objetivo era abordar as mudanças climáticas e as iniciativas artísticas para enfrentá-las, Daiara apresentou sua obra intitulada "Ohpeko Pati - Mundo das águas sagradas da grande avó do universo (2023)". Nela, é retratada uma das grandes avós, que, segundo a cosmovisão Tukano, é responsável pela criação do universo e de seus seres. A obra representa um mergulho no mundo das águas sagradas, honrando a ancestralidade e nossa conexão com a natureza.



Daiara Tukano, Ohpeko Pati - Mundo das águas sagradas da grande avó do universo, 2023.

Mas, afinal, como pode uma obra artística que aborda a temática da origem do mundo e do nascimento do universo estabelecer conexões com o erotismo e a morte?

Para Georges Bataille, escritor e filósofo francês, o *erotismo* é uma emoção que, sob a expressão de “primitivo”, constitui substancialmente a natureza humana. Ao contrário da atividade sexual exercida pelos animais, o erótico estaria exclusivamente vinculado ao ser humano em razão de sua consciência da *mortalidade*, herança dos homens de Neandertal do Paleolítico inferior, precursores do sepultamento de seus pares cadáveres. Mas afinal, qual a relação entre *erotismo* e morte?

Para Bataille, o erotismo transcende o mero desejo sexual, manifestando-se como uma força vital que permeia múltiplas dimensões da experiência humana; “é, na consciência do homem, o que o leva a colocar o seu ser em questão” (Bataille apud. Strozzi, 2007, p.184). Para tanto, é necessário

transcender limites e normas sociais estabelecidas, buscando intensas experiências emocionais, aventurando-se nos territórios da emoção, paixão, perigo, sexo e até mesmo mergulhando em diversas expressões culturais, abrangendo a arte, literatura, rituais e cerimônias ancestrais.

Dessa forma, o erotismo adentra o domínio do excesso, no qual as fronteiras entre prazer e dor, vida e morte, razão e loucura tornam-se tênues. Segundo Bataille, a procura pelo êxtase erótico constitui um meio de enfrentar o temor da morte, descobrir o sentido e plenitude de nossa breve existência e “e superar a descontinuidade que condena o ser” (Strozzi, 2007, p.184).

O erotismo compõe

Sob essa ótica, as primeiras representações de homens com órgãos sexuais eretos e mulheres com formas voluptuosas, seios grandes, quadris cheios e barrigas proeminentes poderiam ser interpretadas como indícios da vida erótica dos nossos antepassados diretos, os Homo sapiens do Paleolítico Superior, os quais, conscientemente – ao contrário de um instinto animal – valiam-se dela. Alguns arqueólogos compartilham a ideia de que tais artefatos com características incomuns possam ser interpretados como ídolos ou oferendas para divindades. Desse modo, Catherine Hodge McCoid e Leroy D. McDermott, autores do artigo intitulado " Toward Decolonizing Gender: Female Vision in the Upper Paleolithic”, argumentam que as Vênus possam ser uma representação fiel do corpo feminino sob a perspectiva de mulheres paleolíticas que celebravam seus corpos. Apesar de serem alvo de críticas por alguns arqueólogos, essas hipóteses nos conduzem a contemplar a ideia de que o erotismo possa ter sido objeto de culto na chamada “Era Pré-Histórica”.



Vênus de Willendorf, c. 24.000-22.000 a.C., pedra calcária 11,1 cm de altura (Museu de História Natural, Viena) (foto: Steven Zucker, CC BY-NC-SA 2.0)

É viável reconhecer em alguns momentos na antiguidade elementos semelhantes a essa ideia, como o erotismo religioso, especialmente no culto orgiástico de Dionísio. Nesse culto, assim como em muitas outras religiões, valorizava-se "o excesso, o sacrifício e a celebração, culminando em êxtase". Assim sendo, não se pode afirmar, na contramão do que se presume, que a religião sempre condenou o erotismo, uma vez que em suas origens, "este estava intrinsecamente associado à vida religiosa." (Bataille, 2016, p. 91); ou seja, uma experiência na qual buscava-se a dissolução da individualidade em conjunto.

Acreditamos ter a certeza de que, nos primeiros séculos do Império, o florescimento do dionisismo foi tão poderoso a ponto de ser considerado como um rival perigoso do cristianismo. Por outro lado, a existência tardia de um dionisismo mais moderado, um dionisismo decente, parece demonstrar que o medo das confusões levou os seguidores de Dionísio a se oporem à violência dos tempos iniciais. (Bataille, 2016, p. 95).



Monumento fálico. Pequeno santuário dionisiaco, Délos.

Com o fortalecimento contínuo do cristianismo na Europa e a consequente emergência de novos atores sociais, "o erotismo, ao perder seu caráter sagrado, converteu-se em algo imundo" (Bataille, 2016, p. 92); um rival combatido pela igreja desde, supostamente, a gênese de sua história.

No livro de Gênesis nos é exposto como Adão e Eva, os primeiros seres humanos, desobedeceram a Deus ao comer o fruto proibido da árvore do conhecimento no Jardim do Éden. Esse

ato resultaria na introdução do pecado e da imperfeição na natureza humana, que seriam transmitidos a todos os seus descendentes. O advento do pecado original nos apresenta, desse modo, “o terrível paradoxo do corpo cristão: imagem da perfeição criada, testemunho da corrupção e da abjeção da morte.” (Arasse, 2012, p. 544). Sob essa ótica, a obediência se sobrepôs ao erotismo; a recompensa futura aos prazeres concretos.

Dessa forma, o cristianismo ofereceu uma alternativa àquela perspectiva “pagã” erótica, buscando confrontar o medo da morte e encontrar o propósito da existência humana por meio de uma ética do trabalho e a promessa de um paraíso celeste.



O Juízo Final, c.1303-06, afresco, 1000 x 840 cm, Giotto di Bondone, Capela Arena, Pádua, Itália.

Um testemunho notável dos efeitos dessa moralidade foi registrado por Daniel Arasse em seu artigo intitulado "A carne, a graça, o sublime". Nele, é descrito que Giorgio Vasari (1511-1574) relatou a necessidade de remover um São Sebastião de Fra Bartolomeo de uma igreja, pois mulheres haviam confessado "que tinham pecado ao olhar para o santo por causa de sua beleza" (Arasse, 2012, p.555).

Não por acaso, durante a Idade Média, o erotismo foi propositadamente excluído das pinturas religiosas e relegado ao inferno. No entanto, na Renascença, observamos um fenômeno histórico interessante: a erotização do olhar tornou-se proeminente nas sociedades europeias, gerando a difusão de uma imageria mitológica, que, desde então, legitimava culturalmente a pintura do nu, anteriormente

confinada em uma esfera privada de recepção – principalmente entre a elite intelectual da época (Arasse, 2012, p.559).

No século XVI, um conjunto de imagens conhecido como "Figuras de Aretino" ganhou grande destaque na sociedade da época. Acredita-se que elas tenham sido originalmente criadas por Giulio Romano, um discípulo de Rafael. Posteriormente, essas imagens foram reproduzidas por Marcontonio Raimondi, natural de Molinella, na Bolonha, em um livro intitulado "*I Modi*".

Tal reprodução levou Raimondi à prisão sob a ordem do Papa Clemente VII, devido às representações explícitas de posições eróticas executadas por personagens mitológicos presentes no livro. Apesar desse revés, é importante notar que "Segundo o pintor e historiador Giorgio Vasari, que se dedicou a biografar a vida dos colegas no século XVI, várias cópias do *i Modi* foram encontradas em Viena, revelando sua circulação também nessa corte" (Anchieta, 2022, p. 87).

Ainda nesse contexto, a princípio reservados exclusivamente para o espaço íntimo do quarto de dormir, os primeiros retratos de mulheres nuas deitadas foram pintados no interior de luxuosas arcas de casamento que os noivos ofereciam à suas futuras esposas. Um exemplo notável é a "Vênus Adormecida" de Giorgione, pintada em torno de 1507-1508, em Veneza.



Vênus Adormecida, Giorgione, Ticiano. Ano: c. 1510; óleo sobre tela. Dimensões: 108,5 cm × 175 cm. Gemäldegalerie Alte Meister, Dresden.

Posteriormente, a obra sairia do contexto secreto das arcas de casamento, servindo como inspiração para inúmeras obras que a sucederam, como a "Vênus de Urbino", pintada por Ticiano em 1538. (Arasse, 2012, p. 559-560).

Essa “virada de chave” não se deve, entretanto, apenas à ampliação dos temas abordados ou ao mero crescimento quantitativo das obras produzidas, mas compreende um esforço teórico em defesa da representação da nudez física, como atestado pela obra *Iconologia* (1593) de Cesar Ripa, que tornou-se um importante manual europeu para pintores por quase dois séculos (Arasse, 2012, p. 544). As situações mencionadas acima evidenciam o despertar de um significativo interesse por parte da sociedade em questão em relação ao erotismo que, apesar de não limitar-se somente à mera representação da nudez, esta, até então, traduzira a inquietação que o ser humano sempre demonstrou em relação aos mistérios do sexo, mesmo quando reprimida por outrem. Sob essa ótica, verifica-se que os impulsos sexuais expressavam-se – e ainda expressam-se – em diversos segmentos da vida humana, como na religião, na arte e na literatura como uma tentativa de superarmos a solidão indelével que compõe a natureza humana.

Uma vida nua

O erotismo, entretanto, apesar de constantemente associado ao sexo, não limita-se à nudez. “Podemos dizer, com Jean-Luc Nancy, que ‘não colocamos o corpo a nu: nós o inventamos, e ele é a nudez [...]’”. (Arase, 2009, p. 558).

Hoje, é natural que o primeiro pensamento que venha à mente quando o *erotismo* é evocado seja a pornografia, uma vez que, com a consolidação do capitalismo informacional, a ampla disseminação e, em alguns casos, comercialização de imagens de corpos nus através dos diversos meios de comunicação social tornou a nudez do corpo humano facilmente acessível às pessoas, apesar de, para muitos, permanecer um tabu.

Um dos elementos que pode nos auxiliar na compreensão da forma como a sociedade lida com a nudez é a abordagem do filósofo italiano Giorgio Agamben. Em suas reflexões, Agamben baseia-se na "Teologia da Veste" de Erik Peterson, que aborda a conexão entre nudez e pecado. Refletir sobre a nudez de uma perspectiva teológica, com base no relato bíblico do pecado original, nos conduz a considerar o simbolismo presente nessa narrativa. Após Adão e Eva desobedecerem ao preceito divino e comerem o fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal, perceberam sua própria nudez. Esse ato resultou na perda da veste de glória que anteriormente revestia os seres humanos, simbolizando a graça divina. Antes da desobediência, o ser humano estava coberto com a veste da graça

divina, o que significava estar em harmonia e comunhão com Deus, desfrutando da plenitude espiritual e da inocência. Entretanto, a queda levou à perda dessa veste de glória, tornando-os vulneráveis e conscientes de sua condição humana, inclusive sua nudez física.

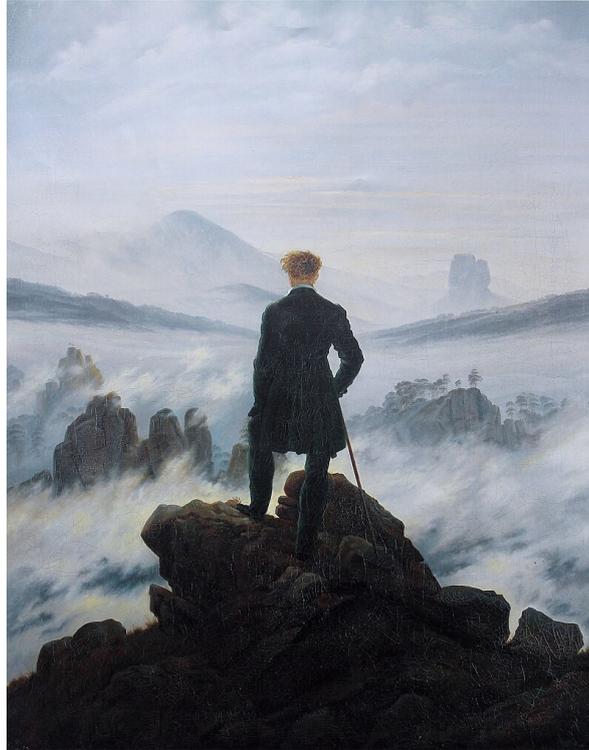
Nesse contexto, a nudez torna-se um símbolo poderoso da vulnerabilidade humana, da fragilidade diante das tentações e das consequências do pecado. A revelação da nudez após o pecado original representa a separação entre o ser humano e a divindade, rompendo a relação original com Deus.

Sendo assim, “Agamben entende que a nudez, na cultura contemporânea, é inseparável de uma marca teológica” (De Mori; Caixeta, 2020, p. 101) e, ao fazê-lo, demonstra que, em nossa cultura, a nudez não é uma condição permanente, mas um acontecimento, uma experiência histórica intrinsecamente ligada às relações sociais. Neste contexto, aquela pode ser usada como um instrumento de poder sobre o outro, privando-o da sua graça, liberdade, dignidade e beleza. Consequentemente, para aquele que foi despojado da vestimenta, o que resta é a vulnerabilidade e exposição resultante do desnudamento; o que lhe resta é uma “*vida nua*”.

A vida nua é um cenário implacável, no qual indivíduos são compelidos a labutar até o esgotamento de suas existências, submetidos a condições extremamente degradantes. Entre essas situações, destacam-se os desafios enfrentados por migrantes e refugiados, a terrível exploração de crianças e mulheres como vítimas de tráfico humano, tratadas como meras mercadorias para serem comercializadas. Além disso, não podemos ignorar a desvalorização dos trabalhadores pela lógica predatória do sistema econômico que impera nas sociedades atuais, bem como os genocídios e epistemicídios históricos sofridos pelos povos indígenas (De Mori; Caixeta, 2020, p. 112).

O erotismo rompe

No cenário artístico do século XIX, uma das obras que melhor expressa o sentimento burguês é "Caminhante sobre o mar de névoa" (1818), criada pelo artista alemão Caspar David Friedrich. Nessa obra, Friedrich simboliza a angústia e as transformações que marcaram a vida da burguesia ao longo desse período.



Caminhante sobre o mar de névoa. Caspar David Friedrich. Ano: 1817-18; óleo sobre tela. Dimensões 94,8 cm x 74,8 cm.
Hamburger Kunsthalle.

O século XIX foi palco de mudanças radicais na sociedade, especialmente nas grandes cidades que surgiam com o advento da Revolução Industrial e o processo de urbanização. Essas transformações tiveram um impacto significativo no modo de vida das pessoas que, anteriormente, estavam adaptadas à vida rural e ao ambiente dos campos. O avanço dos cercamentos de terras, o êxodo rural e o advento da Revolução Industrial impulsionaram a urbanização e alteraram profundamente o tecido social. Contudo, essas mudanças vieram acompanhadas de desafios ainda maiores. As más condições alimentares eram uma realidade para a população, já que os alimentos mais baratos frequentemente estavam deteriorados ou manipulados de forma inadequada. Além disso, a falta de saneamento e os esgotos a céu aberto contribuíam para a propagação de doenças na população, tornando o cotidiano urbano ainda mais difícil. A sensação de solidão também era um sentimento comum em meio ao vasto espaço urbano, agravada pela má iluminação e a falta de planejamento adequado das cidades. Dentre os aspectos mais sombrios dessa transformação há o aumento da criminalidade, fomentado pelas condições precárias e a falta de segurança nas grandes cidades e a ampliação da prostituição, representando a exploração dos corpos humanos submetidos à nova, e injusta, dinâmica do capital.

O protagonista retratado na obra de Friedrich, solitário, diante do penhasco e de costas para o cenário mencionado, que reflete a realidade dos grandes centros urbanos como Londres e Paris,

personifica esse sentimento de isolamento e desamparo, o que, de maneira análoga à visão de Bataille, que destaca como o ato sexual busca romper com essa individualidade angustiante, elucida, de certa feita, a “expansão da prostituição em Paris, após as reformas urbanas efetuadas segundo o plano de modernização e ‘gentrificação’, implementado pelo II império em sua estratégia de guerra ideológica e de classe” (Martins, 2022, p. 3).

O erotismo atravessa

Com o advento da modernidade, o fenômeno do Romantismo e o recrudescimento urbano-industrial, as formas tradicionais de representar o corpo foram abaladas, resultando em novas experiências estéticas relacionadas à sua nudez.

Em contrapartida à oferta de um corpo inconsciente aos olhares dos expectadores como ocorre em “Vênus Adormecida”, surgem numerosas imagens de mulheres nuas, desadormecidas, conscientes de serem observadas. Entre essas obras, destacam-se a Vênus de Urbino e a Vênus Liggie, ambas de Ticiano, assim como a célebre Olympia, de Édouard Manet, na qual o erotismo e a *vida nua* se confundem em um ponto de exclamação.



Olympia. Édouard Manet. Ano: 1863; óleo sobre tela. Dimensões: 191 cm × 130,5 cm. Paris, Museu D’Orsay.

Em relação à essa última, “nunca uma pintura suscitou tanto riso, zombaria e vaias quanto essa Olympia.” (Clarck apud. Anchieta, 2022, p. 168). Exposta no Salão de Paris em 1865, a obra sintetiza o clima social daquele momento, marcado pela consolidação e intrusão do capitalismo em diversos âmbitos do tecido social. Sendo assim, a tela aborda “um tema delicado para a sociedade burguesa porque nela a sexualidade e o dinheiro estão misturados.” (Clarck apud. Anchieta, 2022, p. 164).



Olympia satiriza o valor espiritualizado do nu neoplatônico ao retratar o corpo nu de forma mais realista e vinculada ao capital. Essa abordagem marca a ruptura entre a alma (ou espírito) e o corpo, apresentando à modernidade um novo conceito de corpo ocidental; ela “dá um passo decisivo rumo à elaboração de uma morfologia corporal materialista.” (Martins, 2022, p. 2).

Tal perspectiva provocativa incita discussões sobre sexualidade, poder e relações sociais, confrontando os valores tradicionais e introduzindo uma nova visão artística que desafia as convenções estabelecidas. “Olímpia podia ser vista como uma *cortesã nua*, mas de dentro de sua figura pulsava e pressionava a figura de uma *prostituta despida*.” (Packer, 2008, p. 172). De forma metonímica, Manet retrata as mulheres diante da opressão do capital, que as expõe completamente e as condena a uma vida nua, destinadas a preencher o vazio e a solidão dos homens a partir de sua sexualidade e erotismo.

Em suma, uma burguesia que, antes, costumava permitir, consumir e, até mesmo, incentivar a produção de obras de arte com “sátiros, corpos e paisagens idealizadas para sustentar a nudez (Anchieta, 2022, p. 166), agora depara-se com uma representação de formas humanas cada vez menos idealizadas; ou seja, que “não mais se aproxima e nem negocia com os tradicionais símbolos religiosos” (Anchieta, 2022, p. 165). Essa representação mais crua da realidade confronta diretamente o “pudor burguês”, abalando suas estruturas e questionando normas até então consolidadas. Por exemplo, na sétima edição do Meyers Konversations-Lexikon, uma das principais enciclopédias alemãs da época, publicada em 1929, a palavra “vergonha” estava rigidamente associada ao órgão genital externo encontrado em mulheres e mamíferos fêmeas. Consequentemente, naquele período, havia uma ampla crença de que a “vergonha” estava intrinsecamente ligada ao corpo feminino e, portanto, não deveria ser exposta da maneira como Manet o fez. (Frevort, 2020, p. 168).

Assim, o erotismo revela-se neste espaço na criação artística em si, na representação da nudez e na quebra das normas estéticas, bem como no contexto social violento àquelas mulheres.

Considerações finais

É inegável que, hoje, estamos enfrentando uma profunda crise do humanismo, cuja defesa do homem como “a medida de todas as coisas”, definiu, por séculos, a maneira sobre a qual se pensava o homem e o “outro”. Tais categorias, hoje, são “questionadas por um pós-humanismo crítico, focado em dismantlar o humanismo enquanto padrão de pensamento de longa data” (SIMON, 2021, p. 151), questionando o antropoceno, categorias dicotômicas, estéticas e destacando a mudança climática e os desdobramentos do capitalismo informacional.



Mudanças planetárias, que anteriormente se desdobravam ao longo de bilhões ou milhares de anos, agora ocorrem em paralelo com as transformações humanas – a extração e queima de matéria orgânica que esteve armazenada no subsolo terrestre por milhares de anos em um período muito curto é uma clara evidência disso –, aspecto o qual coloca em xeque preceitos humanistas de distinção entre história humana e história natural, que agora entrelaçam-se, seja pelo impulsionamento de migrações e deslocamentos forçados pelas mudanças climáticas, seja por perspectivas como a de Donna Haraway em "O manifesto das espécies companheiras", obra na qual propõe uma ponto de vista que desafia a visão antropocêntrica predominante no pensamento ocidental, defendendo a existência de laços de parentesco e interconexão entre todas as espécies.

Em suma, a expressão artística de Daiara colide, em diferentes graus, com tudo o que fora exposto previamente. Além das questões referentes ao recrudescimento do capitalismo, verifica-se, em suas obras, a influência de experiências sem precedentes na história do nosso planeta. O erotismo, presente em sua expressão artística para além da mera nudez dos corpos, surge da consciência da finitude/morte do mundo e da fragilidade da existência frente às crises que têm nos assolado; é como se a humanidade estivesse, de maneira análoga ao que afirma Agamben, impondo uma *vida nua* às primeiras mulheres, ou seja, ao planeta e, talvez, ao universo. Essa abordagem estabelece uma conexão entre a natureza e a efemeridade da vida ao mesmo tempo que desafia o epistemicídio que representa a aniquilação do conhecimento e dos saberes próprios dos povos indígenas.

Daiara entrelaça o aspecto erótico com uma consciência aguçada da mortalidade, tanto em relação ao sofrimento dos povos indígenas durante a colonização, como em relação ao estado atual do nosso planeta. Suas criações também confrontam a solidão humana diante das crises climáticas e o desalento que sentimos diante da possível extinção da humanidade uma vez que nos envolve, como um abraço, com histórias contadas do seu povo, tornando-se, também, uma resistente guardiã das memórias culturais. Sua arte é erótica porque arte; porque humana; porque transgressora; porque nos conecta com o religioso; afinal, porque, nas palavras de Daiara em uma postagem em seu Instagram em memória a Jaider Esbell, seu amado, “a arte extravasa todas as emoções.”

Referências

ANCHIETA, Isabelle. *Imagens da Mulher no Ocidente Moderno*. São Paulo: Edusp Livraria, 2021.

ARASSE, Daniel. A carne, a graça, o sublime. In: ____ (org). *História do corpo - Vol. 1: Da Renascença às luzes*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012, p. 535-620.



ARAÚJO, Rodrigo da Costa. Bataille e as Distintas Faces de Eros. *Textura - Revista de Educação e Letras*, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 33, p. 4, jan./abr. 2015.

BANIWA, Denilson. Canibal não, Antropofagia da Resistência. São Paulo: A História de Baker (vídeo), 2020.

BATAILLE, Georges. Las lágrimas de Eros. [s.l]: Epublivre, 2016.

DANOWSKI, Deborah; DE CASTRO, Eduardo Viveiros. Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. In: ____ (org). *Humanos e terranos na guerra de gaia*. Florianópolis: Cultura e Barbárie Editora, 2014, p. 107-142

DE MORI, Geraldo Luiz; CAIXETA, Davi Mendes. Considerações teológico-políticas sobre nudez, desnudamento e vida nua em Giorgio Agamben. *Rever - Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 275-298, 2020.

ESBELL, Jaider. Makunaima, o meu avô em mim! *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 11, jan./jul. 2018.

FLORES, M. Bernardete Ramos. A antropofagia na arte de Glauco Rodrigues: a propósito da I Bienal Latino-Americana de São Paulo. Ou um elogio da mestiçagem. Artigo inédito, 2023.

FREVERT, Ute. O gênero e a história: o exemplo da vergonha. In: CORBIN, Alan, VIGARELLO, Georges e COURTINE, Jean-Jacques (org), *História das Emoções*. Petrópolis: Vozes, 2020, p. 156-189.

HARAWAY, Donna. O manifesto das espécies companheiras. Cachorros, pessoas e alteridades significativas. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2021.

MARTINS, Luiz Renato. Duas cenas da mercadoria. *Revista crítica marxista*, São Paulo, nº 54, p. 33-44, 2022.

MCCOID, Catherine Hodge; MCDERMOTT, Leroy D. Toward Decolonizing Gender: Female Vision in the Upper Paleolithic. *American Anthropologist*, Virgínia, v. 98, n. 2, p. 319-326, jun. 1996.

MUNDURUKU, Daniel. Da Gênese Véxoa. In: TERENA, Naiane (org). *Véxoa: Nós Sabemos*. São Paulo: Pinacoteca SP, 2020, p. 127-142.

SIMON, B. Zoltán. A transformação do tempo histórico: Temporalidades Processual e Eventual. *Revista de Teoria da História*, Rio Grande do Sul, n. 24, v.1, p 139-155, 2021.

STROZZI, Gina Valbão. *Erotismo e Religião em Georges Bataille*. São Paulo, 2007. 267 f. Tese de Doutorado em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

The First Women

Abstract: In this article, an analysis of the evolution of the female body in the arts throughout history will be conducted through a literature review, highlighting its transformations over time. Furthermore, the implications of this theme with the advent of contemporary indigenous art will be explored, with an emphasis on the work of Daiara Tukano. Through her creations, the artist challenges the indigenous



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

epistemicide perpetrated by colonization, aiming to break the dichotomy between humans and nature. Thus, she assigns new meanings to the female body, denouncing the emergence of disruptive times.

Keywords: Body, art, woman, AIC, eroticism.



UMA MULHER DAS MINAS: A TRAJETÓRIA DE DOMITILA BARRIOS CHUNGARA NA BOLÍVIA (1937-2012)

Joelma Alves de Paiva¹

Resumo: Este trabalho se propõe a contar e a analisar as trajetórias de vida e política da boliviana Domitila Barrios de Chungara (1937 – 2012), que foi uma importante militante operária do movimento sindical boliviano. Mostraremos as lutas as quais Domitila esteve à frente pelas melhores condições de vida e trabalho dos mineiros bolivianos, e também, de suas esposas e famílias que viviam de forma precária e insegura. Além disso, também abordaremos o seu trabalho no combate às ditaduras civis-militares ocorridas na Bolívia a partir da década de sessenta se estendendo até a década de oitenta do século XX, onde sucederam inúmeros golpes militares, tendo seus principais ditadores, René Barrientos (1964-1969), Hugo Bánzer (1971-1978), Luís García Meza (1980-1981). O objetivo desse trabalho é, portanto, entender como Domitila compreendeu e atuou sobre a situação política e social que os bolivianos, principalmente os mineiros e a comunidade operária, viviam no período analisado. Como a grande proporção de sua luta ficou registrada na publicação do seu testemunho intitulado “*Si Me Permiten Hablar*” (1978), que também deu grande destaque para as condições de vida da população pobre boliviana, a principal fonte utilizada será essa obra, porém, também utilizaremos entrevistas concedidas por Domitila ao longo de sua trajetória e de registros da sua participação em conferências políticas. A metodologia será construída a partir de pesquisas bibliográficas sobre a Bolívia nesse contexto, sobre os movimentos de trabalhadores mineiros, assim como sobre o *Comité das Donas de Casa da Mina Siglo XX*, organização de mulheres da qual Domitila fazia parte. O presente trabalho será fundamentado a partir de discussões teóricas realizadas no campo da história das mulheres e dos estudos sobre trajetórias de vida, para que assim o mesmo venha a ter um melhor embasamento no seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Domitila Barrios Chungara, trabalhadores mineiros, trajetória de vida.

O presente trabalho reflete sobre a trajetória de vida e política da mineira boliviana Domitila Barrios de Chungara (1937-2012). Uma mulher que a sua vida toda esteve engajada na luta pelos direitos dos trabalhadores mineiros e da população mais desfavorecida. Faz-se de grande importância explorar toda a trajetória de Domitila com o intuito de analisar como o seu cotidiano de esposa de trabalhador mineiro, humilde, com poucos estudos permitiu que ela se constituísse em uma mulher politizada, com o desejo constante de melhorias para o seu povo, e por isso, buscamos compreender como a mesma levava sua vida doméstica para a prática política.

Domitila Barrios de Chungara nasceu em sete de maio de 1937, em Siglo XX, departamento de Pulacayo, na Bolívia. Chungara foi como muitos analisam uma representante de seu povo, uma mulher dona de casa, esposa de um mineiro, que ajudava a complementar a renda da sua família fazendo *salteñas* (tipo de pastel assado). Além do mais, era uma mulher que ao longo de sua vida foi se tornando

¹ Graduanda do curso de História, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: joelmaletts@gmail.com

politicizada, atuando pelo que acreditava e pela população boliviana mais desfavorecida, como os trabalhadores mineiros, camponeses, que, segundo ela, mereciam muito mais que o empresariado e o governo da Bolívia estavam dispostos a distribuir.

A trajetória de Domitila, sempre contou com dificuldades. Ainda criança se viu perdendo sua mãe aos dez anos de idade. Precisou abandonar a escola para cuidar de suas outras quatro irmãs mais novas, já que seu pai precisava trabalhar para conseguir manter o mínimo de subsistência que era possível para eles naquela época.

A Bolívia representa um exemplo de país com grandes riquezas naturais, embora a maioria da população viva na pobreza e em péssimas condições de vida. Mesmo assim, tem sido a história de um povo que não cansa de lutar contra a exploração internamente e também de origem estrangeira.

Júnior (2014, p. 19-23) aponta a Bolívia como um país bastante complexo, com uma história de contínuos conflitos internos no meio político-social, na qual a relação de classes, a percepção revolucionária, a natureza étnica do seu povo e a correlação das forças entre proletários, camponeses, governos e militares fermentam características singulares no contexto da América Latina. Irrompem por muitas vezes elementos condicionantes para que haja a catalisação do início de revoltas e motivos que conduzem mudanças primordiais em dados períodos históricos. Como afirma Raimundo Campos Junior.

Bolivia es un conjunto bastante heterogéneo de procesos que están en flujo, a pesar de las fuertes tendencias a la reproducción de las viejas estructuras coloniales y las oligárquico-liberales. Bolivia es y fue un país construido por oligarquías señoriales y liberales, contra el pueblo. Bolivia es y fue un modo de nombrar la forma (el conjunto de instituciones económicas y políticoideológicas) de dominación oligárquica sobre territorios expropiados a pueblos y culturas que se excluyen de las formas de gobierno. (...) Bolivia es y fue, también, una forma de identificación de sujetos populares que han producido su forma de integración entre sí y al país, a partir de su propia fuerza y sus luchas por sus tierras, su trabajo, sus vidas y por derechos para participar en el gobierno de este país. Bolivia es una larga historia de dominación pero también es una historia de luchas y presencia popular conflictiva, a veces subordinada, a veces rebelde, a veces autónoma. ² (JUNIOR Apud, GARCÍA et al., 2007, pp.17-18)

O confronto entre Bolívia e Paraguai na Guerra do Chaco (1932-1935) culminou na derrota boliviana dando início a etapas de transformações políticas, as quais desencadearam a Revolução

² “A Bolívia é um conjunto heterogêneo de processos que estão em fluxo, apesar das fortes tendências a reprodução de velhas estruturas coloniais e oligárquico-liberais. A Bolívia é e foi um país construído por oligarquias estatais e liberais contra o povo. A Bolívia é e foi um modo de nomear a forma (conjunto de instituições econômicas e político-ideológicas) de dominação oligárquica sobre territórios expropriados de povos e culturas excluídos das formas de governo. (...) A Bolívia é e foi, também, uma forma de identificação de sujeitos populares que tem produzido sua forma de integração entre si e o país, a partir de suas próprias forças e de suas lutas por suas terras, seu trabalho, suas vidas e pelos direitos de participar do governo deste país. A Bolívia é uma longa história de dominação, mas também é uma história de lutas populares conflituosas e de presença, às vezes subordinada, às vezes rebelde, às vezes autônoma.” (Tradução minha)

Boliviana de 1952. A partir de então foi dado início a um longo período de crises e reformas, tendo em evidência um aumento da participação popular e o crescimento abundante de organizações políticas e sociais, como partidos, sindicatos mineiros e uniões camponesas (JUNIOR, 2014, p. 20-21). É nessa efervescência social e política que formulasse a trajetória política de Domitila Chungara.

Domitila, por viver no meio mineiro, sempre esteve em contato com a realidade contida no interior das minas de estanho da Bolívia. Como filha e esposa de trabalhadores das minas, desde muito cedo começou a se envolver nos problemas das condições de trabalho dos mineiros locais. Diante de uma necessidade de dar suporte aos seus esposos mineiros que eram massivamente prejudicados pelas empresas mineiras, as donas de casa fundaram então, em 1961, uma organização chamada *Comitê das Donas de Casa*. Uma organização que passou a dar um apoio significativo para a causa mineira.

A princípio, nós tínhamos a mentalidade na qual havíamos sido educadas, de que a mulher é para cuidar da casa, dos filhos, para cozinhar e não tem capacidade para assimilar outras coisas como, por exemplo, o social, o sindical, o político. Mas a necessidade levou-nos a organizarmos. Fizemos isso sofrendo muito e, agora sim, podemos dizer que os mineiros contam com um aliado a mais, um aliado que sacrificou muito, mas que se tornou um forte aliado e que é o *Comitê de Donas de Casa*, a organização que surgiu primeiro na mina Siglo XX e que atualmente existe em outras minas nacionalizadas. (BARRIOS CHUNGARA, VIEZZER, 2003, p.101)

Domitila começou a fazer parte do *Comitê das Donas de Casa* em 1963. A incessante repressão aos companheiros mineiros a fez se juntar com as outras esposas e donas de casas em prol da luta por direitos dos trabalhadores mineiros. Podemos então constatar que a partir desse momento Domitila passa a ter uma visão mais crítica e política em relação às causas sindicais e àquelas envolvendo os direitos dos povos bolivianos mais desfavorecidos. Importante lembrar que nesse período se instaurava uma ditadura militar no país.

É importante considerar através desse trabalho a articulação das mulheres na América Latina. Araceli Cisneros (2022) pontua como os processos de lutas e resistências das mulheres em busca da transformação das realidades que as oprimem na América Latina são ocorridas de variadas formas e desenvolvidas em diferentes cenários. Em diálogo com Cristóbal Kay (2016), Cisneros dá ênfase em como as vozes de muitas dessas mulheres e as mobilizações organizadas por elas são muitas vezes negadas e silenciadas, mesmo que as desigualdades e as injustiças fossem urgentes e relevantes.

Precisamos nos atentar que as articulações de mulheres ocorreram por múltiplas razões. Elas sempre estiveram em busca de direitos e mudanças, não é algo recente, no entanto, na maior parte da história estavam invisíveis. Contudo, a partir do final do século XIX, as vozes dessas mulheres foram ganhando força, as mobilizações começavam a ser cada vez mais constantes na busca por mudanças,

especialmente em relação a sua própria condição enquanto mulheres. Foi se caracterizando assim as primeiras expressões do movimento feminista, que se compreende a partir de tudo aquilo que diz respeito à autonomia das mulheres.

Desde então, o movimento feminista vem ganhando força e podemos expressar que hoje ele é ao mesmo tempo uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, como também um movimento social que luta por transformação e uma atitude pessoal diante da vida das mulheres (CAMURÇA, 2013). Essa questão também se desenvolve no contexto latino-americano. Ana Laura de Giorgi (2018) nos esclarece que o feminismo latino-americano foi um resultado da circulação de ideias e pessoas na região por meio de revistas editoriais feministas e espaços nos quais as mulheres poderiam ter encontros e contato com outras mulheres, sendo assim possível conhecerem outras realidades.

Reflete-se também, por meio dos estudos decoloniais, como a América Latina nos dias de hoje continua a perpetuar condições colonizadoras, isto é, muitas desigualdades históricas e estruturais se mantêm nos processos contínuos de racismo, servidão dos povos indígenas e afrodescendentes, sendo evidente também na pobreza que acomete os países da “Abya Yala”³. (Cisneros, 2022). Todas essas questões estão diretamente ligadas e impactam a experiências sociais das mulheres da região, que se organizam através de movimentos que se identificam ou não como feministas. Apesar das adversidades, e talvez principalmente por elas, observamos a constante resistência e busca por transformações a favor da igualdade, liberdade e justiça através de diversos movimentos sociais.

Los movimientos guerrilleros, campesinos, obreros y ambientales, o incluso sectores de izquierda que buscan la disputa del poder por vías político-electoral, o los movimientos que tratan de construir procesos autonómicos en sus territorios, han emprendido amplias y constantes batallas para tratar de generar cambios estructurales, o al menos alcanzar logros sociales y ambientales específicos; no obstante, los movimientos y las estrategias utilizadas siempre tienen que renovarse ante el reposicionamiento de las relaciones de poder que caracterizan el orden capitalista global.⁴ (CISNEROS, 2022, p. 17)

A partir das reflexões apontadas no trecho, destacamos a necessidade de compreender teoricamente como se dá a multiplicidade das lutas políticas de mulheres negras, indígenas, camponesas, latinas, caribenhas, entre outras que compõem a realidade dos países latino-americanos.

³ Na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento. Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários ao continente que veio a ser colonizado pelos europeus e batizado pelos mesmos como América.

⁴ “Os movimentos guerrilheiros, camponeses, operários e ambientalistas, incluindo setores da esquerda que buscam a disputa do poder por caminhos políticos-eleitorais e os movimentos que tratam de construir processos autônomos em seus territórios têm travado amplas e constantes batalhas para tentar gerar mudanças estruturais ou pelo menos alcançar conquistas sociais e ambientais específicas: no entanto, os movimentos e as estratégias utilizadas sempre precisam ser renovadas diante do reposicionamento das relações de poder que caracterizam a ordem global.” (Tradução minha).



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

De acordo de Vargas e Alvarez (2000, 2008) citadas por Márcia Lima, Bruna Vasconellos e Laetícia Jali (2021), dentre as múltiplas lutas existentes é possível estabelecer três grandes eixos que se destacam na mobilização das mulheres na América Latina a partir dos anos 1980. A primeira delas é o próprio feminismo, que desempenha esforços para denunciar as diferenças existentes nas relações de gênero, as quais subordinam as mulheres em diferentes âmbitos da sociedade. O segundo se trata dos sindicatos e partidos que atuam na militância das estruturas mais tradicionais relacionadas às mobilizações sociais. As autoras citam como exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e também as Comunidades Eclesiais de Base (CEB). A terceira frente de ação seria a organização das mulheres populares. Segundo as autoras, essas mulheres têm seus papéis sociais como mães e cuidadoras, e a partir desse lugar, elas buscam atender as necessidades mais básicas de sobrevivência das suas comunidades (LIMA; VASCONSELLOS; JALI, 2021, p. 12-13).

Compreende-se como importante o diálogo entre a história social a das mulheres para pensar a sujeita social aqui analisada, Domitila Chungara. É entendendo a diversidade, os desafios e as diferenças de realidade e identidade que marcam o contexto latino-americano e boliviano, principalmente no período estudado.

Em seu testemunho, no livro “*Si Me Permiten Hablar*” (1978) é possível refletir as inúmeras situações que Domitila passou durante as ditaduras civis-militares da Bolívia (1964-1982), como casos de prisões que levaram-na a ser torturada e ao exílio de sua cidade. Muitas vezes Domitila afirma ter pensado em desistir de lutar pela causa dos mineiros e de seu povo, contudo, com os conselhos de seu pai e o auxílio de livros, ela pôde perceber como era necessário o comprometimento com as causas que envolviam a população boliviana.

Vale ressaltar que países como a Argentina, a Bolívia, o Brasil e o Chile vivenciaram, no período entre 1964 e 1985, uma rigorosa ditadura militar, um tempo de controle sistemático de todas as atividades e ações civis contrárias à política ditatorial. Esses governos e suas práticas repressivas imprimiram, na história e na vida da população desses países, as marcas da luta, da resistência e do sangue derramado nos confrontos contra os militares, assim como a dor, o sofrimento e a opressão impostos por seus líderes. (SOARES, 2022, p. 107).

O que chama atenção na pessoa de Domitila era como o seu discurso enfatizava a importância da união de toda a população para que houvesse uma significativa mudança na estrutura de poder da Bolívia. Era necessária uma organização política que viesse diretamente do povo. Apenas dessa

maneira seria possível compreender os reais problemas que essa população subalternizada encontrava. No referido livro de testemunho ela afirmava:

Eu vejo como uma necessidade urgente que nos formemos e nos organizemos de outra maneira para defender-nos de acordo com a nossa realidade. Nós temos uma tradição de luta muito grande. Quantos já deram a vida por nossa causa! Mas as medidas que tomamos já não são suficientes para fazer frente a nossos opressores que chegam bem armados e nos esmagam. Necessitamos pensar nisso e encontrar o caminho adequado para resolver essa situação. (BARRIOS CHUNGARA, VIEZZER, 2003, p. 251).

Domitila foi uma mulher que buscou alternativas sociais através das lutas políticas em que se envolveu em meados do século XX na Bolívia. Apesar do contexto difícil e complexo, marcou a história das mulheres militantes desse país. Portanto, fazer esse trabalho é poder compreender essas imensas contribuições que Domitila trouxe para a história da Bolívia, dos movimentos de mulheres e da América Latina, enfatizando a questão que move essa pesquisa que é o processo de politização vivido por essa mulher ao longo de sua trajetória de vida. Também acreditamos que é relevante poder transmitir a sua sabedoria e seu amor pelo seu povo, que tanto se dedicou para propagar por meio de seus ideais e de seus saberes dentro do país e no mundo.

Há muitos pontos a se destacar em toda a trajetória de Chungara. Um deles se dá pela participação de Domitila na tribuna do Ano Internacional da Mulher em 1975, ocorrida no México. Essa participação veio através do convite da cineasta brasileira Helena Solberg, que em 1974 esteve na Bolívia em missão pelas Nações Unidas, a brasileira estava percorrendo a América Latina, procurando líderes feministas, buscando opiniões das mulheres sobre sua condição, e a forma como elas atuavam no desenvolvimento e luta pelas melhores condições de vida das mulheres. (BARRIOS CHUNGARA, VIEZZER, 2003, p. 218).

Uma das mulheres da qual chamou atenção de Silberg, foi Domitila, que após conversar com a boliviana expressou a ideia do qual necessário seria que o mundo todo soubesse os conhecimentos de Domitila. Com isso propôs o convite para que a boliviana participasse do “Ano Internacional da Mulher” no México, como representante do *Comitê das Donas de Casa* da mina Siglo XX. (BARRIOS CHUNGARA, VIEZZER, 2003, p. 218).

A Primeira Conferência Mundial sobre a situação da mulher, como dito anteriormente foi realizada em 1975, na Cidade do México, durante o Ano Internacional da Mulher, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), com as temáticas entorno da igualdade de gênero, homossexualidade e prostituição, assim como contribuição das mulheres no fortalecimento da paz mundial. A Conferência estava dividida em dois blocos, o principal, do qual estavam delegados de 133 países, representando a parte governamental. E o outro que seria a tribuna, com a participação de

organizações não governamentais, contando com a presença de inúmeras mulheres que representavam a classe operária da América Latina.

Chungara ao chegar à Tribuna ficou surpresa e um tanto indignada pelos tipos de problemas abordados naquele local. A boliviana esperava ouvir experiências semelhantes com a sua e a do seu povo. Para Domitila os temas propostos não eram problemas para serem discutidos com urgência. Não fazia sentido naquele momento as mulheres indígenas e camponesas quererem que mulheres e homens tivessem os mesmos direitos, sendo que nem os homens os tinham. Por esse motivo Domitila e outras mulheres latino-americanas se agruparam para conversar e questionar seus problemas em comum.

Então nos unimos num grupo de latino-americanas e questionamos aquilo. E demos a conhecer nossos problemas comuns, no que consistia nossa promoção, como vive a maior parte das mulheres. Também dissemos que, para nós, o primeiro e principal trabalho não consiste em lutar contra nossos companheiros, mas com eles, mudar o sistema no qual vivemos, por outro onde homens e mulheres tenham o direito à vida, ao trabalho, à organização. (CHUNGARA BARRIOS, VIEZZER, 2003, p. 223)

Domitila na sua percepção se dá conta que o feminismo não englobaria o âmbito da realidade do seu povo, que para haver uma melhor integração entre as diferentes realidades sociais era necessário conhecer as desigualdades que envolviam as classes e etnias da América Latina.

Outro ponto a se destacar na luta política que Barrios Chungara enfrentava junto a seus companheiros se trata do episódio da greve de fome, da qual ocasionou o enfraquecimento para queda do ditador Hugo Bánzer.

Bánzer estava no poder desde 1971, a forma tirana que ditava a Bolívia, formulava o estado que se encontrava. A repressão rigorosa aos trabalhadores, camponeses e estudantes universitários, o parlamento não funcionava mais, as organizações sindicais e operárias estavam na clandestinidade e o controle massivo sobre as greves. (CHUNGARA BARRIOS, VIEZZER, 2003, p. 255).

Em 1977, após muita pressão tanto nacional quanto internacional, Bánzer convoca eleições, no entanto, as eleições continuam sem a participação da população. O que gera um descontentamento maior pelo país. Então a Central Operária Boliviana (COB) e a Federação Mineira propõe uma greve geral. Contudo, não havia consenso para a data da realização da greve de fome, já que estava nas festividades do fim do ano.

Então, Domitila e mais quatro companheiras do Comitê das Donas de Casa se dirigiram a capital La Paz com seus filhos, no intuito de iniciar a greve de fome. E no colégio Calixto há o início greve que instantaneamente vai aumentando o número de pessoas na adesão desse protesto principiado pelas cinco donas de casa.

A cada dia que passava, havia mais, alguém entrando para participar da greve. Tinha sido decretada a greve escalonada, sabe? Hoje, na Siglo XX param os operários. O exército estava



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

indo pra lá e eles começavam a trabalhar. Mas em outro lugar, onde já estava também o conselho geral em greve, quando o exército voltava, os camponeses tinham bloqueado a estrada, o exército não podia se mexer, tinha que liberar toda a estrada. E enquanto esta greve era interrompida, em outro lugar também estava à greve. E assim foi em cada Departamento, em cada província. Além do mais, a pressão internacional tinha se tornado forte. Centenas de pessoas exiladas tinham entrado em greve de fome em outros países. Vinha também muita pressão da imprensa internacional. (CHUNGARA BARRIOS, VIEZZER, 2003, p. 257)

Todas essas medidas fizeram com que Hugo Bánzer no dia 17 de janeiro de 1978, com vinte um dia de greve, retrocedesse nos seus ataques e comece-se a negociar as reivindicações exigidas pela população. Dentre elas estavam: anistia geral irrestrita a todas as pessoas perseguidas e exiladas por motivações políticas e sindicais, a retirada das organizações sindicais e políticas da clandestinidade.

O ditador foi obrigado a convocar eleições gerais, com a participação da população, teoricamente começaria o processo rumo à democracia, no entanto, com a queda de Bánzer outros militares tomaram o poder por meio de golpe de estado.

Após a greve de fome e dos golpes ditatoriais enfrentados nos anos seguintes na Bolívia, Domitila continuou a lutar pelo seu povo, não desistiu de acreditar na capacidade em que juntos, a classe operária, sindicalistas e camponeses poderiam construir um futuro melhor e mais digno para si mesmo, suas famílias e cidadãos da Bolívia. (SOARES, 2022, p. 137). Contudo, Domitila é realista quanto à política do seu país:

Eu penso que as reformas que estão fazendo agora a favor das eleições, afinal de contas são muito mais a favor da burguesia, muito mais a favor dos ricos e não dos pobres. Eu me preocupo com o desemprego e com a iniquidade. Nós acreditávamos em uma democracia justa, menos adormecida na frieza dos números e do mercado. Uma democracia assim, insípida, uma meia democracia, quem vai defender isso? (CHUNGARA BARRIOS, VIEZZER, 2003, p. 264).

Em 1980, ocorre a II Conferência Internacional da Mulher, em Copenhague, na Dinamarca, e mais uma vez Domitila foi convidada a participar. Dessa vez a boliviana foi encarregada pela Central Operaria Boliviana (COB) a denunciar na Conferência o recém-golpe de estado dado por Luís García Meza no país. A denúncia frente a inúmeras nações do mundo custou a Domitila a proibição de voltar à Bolívia e o exílio por dois anos na Suécia, até o fim do governo de Meza, em 1982, que foi o último ditador da Bolívia. Com muita luta pela abertura política, foi dado o início do período neoliberal no país.

Como dito um pouco acima, apesar de muitas mudanças em sua vida, Domitila não deixou de ter uma atuação em torno das causas trabalhadoras e dos direitos mais básicos necessários pela população boliviana. Foram por meio de palestras para sindicatos, escolas e universidades, que Domitila junto a outras companheiras de causa que decidiram criar um grupo com o intuito de levar conhecimento aos lugares sobre a realidade da Bolívia, as causas trabalhadoras e a importância de



conscientizar os mais jovens dos problemas enfrentados em torno da política e sociedade, sendo fundamental para a busca de melhores condições de vida dos bolivianos. Esse grupo ficou intitulado como: *Escola Móvel Domitila*, e tendo como instalação de organização a própria casa da Domitila.

Um dos motivos pelos quais Domitila Chungara é conhecida internacionalmente se dá pelo seu testemunho a Moema Viezzer, educadora brasileira que estava presente na Tribuna do Ano Internacional da Mulher em 1975, no México. Viezzer assiste o discurso de Domitila e fica admirada e curiosa para conhecer um pouco mais sobre a boliviana. Então começa-se uma série de entrevistas da qual se formula o livro “*Si me permiten hablar*” do qual expressa toda sua trajetória assim como o seu conhecimento adquirido no caminho percorrido. Domitila é vista e reconhecida por diversos países no globo como uma persistente batalhadora dos Direitos Humanos na história recente da Bolívia e uma das mulheres da classe trabalhadora mais conhecida no mundo.

Compreende-se que analisar a trajetória de dessa mineira representa a determinação e a resistência de uma mulher que dedicou sua vida para combater as injustiças existentes no seu país, assim como lutar para que houvesse melhora nas condições de vida daqueles mais subalternizados, enfrentando as condições mais adversas, mas acima de tudo enfrentando o medo e a vontade de desistir em prol do seu povo.

Referências:

CASTRO JÚNIOR, Raimundo Campos. *Neoliberalismo e lutas sociais na Bolívia: da guerra da água à guerra do gás (2003-2005)*. São Luís, 2014. 168 páginas. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

CISNEROS, RÚBIO. *Feminismos, memoria y resistencia en América Latina*. Coordenadoras Velvet Romero García, Araceli Calderón Cisneros y Ana Gabriela Rincón Rubio. Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas, México, 2022.

GIORGI, Ana Laura. *Un pensamiento propio. Feminismo desde y para América Latina en la década de 1980*. Facultad de Ciencias Sociales Universidad de la República (UdelaR) Montevideo, v. 20, nº 2, p. 45-64, jul./dez, 2018.

LIMA, Márcia; VASCONCELLOS, Bruna; JALIL, Laetícia. *Mujeres populares y sostenibilidad de la vida en América Latina: recontar histórico e importancia en la actualidad*. Revista Intersticios. Argentina, 2021.

SOARES, Eliane Aparecida da Costa. *Memória do fogo: o século do vento, de Eduardo Galeano: memória e resistência das mulheres nas ditaduras latino-americanas*. Goiás, GO, 2022. 150 páginas. Dissertação de mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade – Campus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás.



VIEZZER, Moema. *Se me Deixam Falar: testemunho de Domitila Barrios de Chungara, uma mulher da Bolívia – 25 anos depois*; tradução: Edmilson Bizelli, Beatriz Cannabrava. São Paulo: 15ª edição. Revista e Ampliada, Global, 2003.

A woman from the mines: the trajectory of Domitila Barrios Chungara in Bolivia (1937-2012)

Abstract: This work aims to tell and analyze the life and political trajectories of Bolivian Domitila Barrios de Chungara (1937 - 2012), who was an important labor activist in the Bolivian trade union movement. We will show the struggles that Domitila led for better living and working conditions for Bolivian miners, as well as for their wives and families who lived in precarious and insecure conditions. In addition, we will also address her work in the fight against the civil-military dictatorships that took place in Bolivia from the sixties to the eighties of the 20th century, during which numerous military coups occurred, with their main dictators being René Barrientos (1964-1969), Hugo Bánzer (1971-1978), and Luis García Meza (1980-1981). Therefore, the objective of this work is to understand how Domitila understood and acted on the political and social situation that Bolivians, especially miners and the working community, experienced during the analyzed period. As a significant portion of her struggle was documented in her testimony titled "Si Me Permiten Hablar" (1978), which also highlighted the living conditions of the poor population in Bolivia, the main source used will be this work. However, we will also use interviews given by Domitila throughout her trajectory and records of her participation in political conferences. The methodology will be built upon bibliographic research on Bolivia in this context, on the movements of miners, as well as on the Committee of Housewives of the Siglo XX Mine, an organization of women of which Domitila was a part. This work will be based on theoretical discussions in the field of women's history and studies on life trajectories, in order to provide a better foundation for its development.

Keywords: Domitila Barrios Chungara, mining workers, life trajectory.



GÊNERO, CÂNONE LITERÁRIO E POESIA VISUAL NO ESTÁGIO DOCÊNCIA

Julia Dias Lopes¹
Luiza Machado dos Reis²

Resumo: Reflexões sobre o projeto de docência elaborado pelas estudantes Julia Dias Lopes e Luiza Machado dos Reis, no segundo semestre de 2022, para a disciplina de Estágio de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura I do curso de Letras Português e Literaturas Vernáculas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Com base na observação de uma turma do oitavo ano do Ensino Fundamental de um colégio municipal de Florianópolis, o projeto teve como objetivo problematizar o cânone literário (Reis, 1992) majoritariamente branco, masculino e heterossexual; assim como ampliar o repertório dos estudantes, dando enfoque ao massivo trabalho de poetisas mulheres, literariamente ignorado, a partir de um portfólio elaborado pelas estagiárias docentes. O presente trabalho foi fundamentado, principalmente, a partir da leitura de bell hooks (2017; 2020), Geraldí (1993; 2013) e Eurídice Figueiredo (2020); escolhendo a obra *Adestradas*, da artista catarinense Fernanda Oliveira (2022), como fio condutor das aulas e da discussão central: a misoginia no cânone literário e seus reflexos na sala de aula, por meio do gênero literário poesia visual.

Palavras-chave: Gênero; Cânone Literário; Poesia Visual;

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir o projeto de docência desenvolvido sob orientação da professora Dra. Isabela Melim Borges na disciplina de Estágio de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no segundo semestre de 2022. O projeto foi elaborado para o oitavo ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Florianópolis e o título "*E a gente faz tudo isso?*" é a fala transcrita, entre aspas, proferida pelo aluno JG³ em uma aula durante o período de observação. A discussão que estava sendo feita na aula levou a professora regente, exausta e frustrada, a desabafar "Estão vendo? É por causa disso (o comportamento dos alunos) que temos um asno na presidência da república." JG, intrigado, pergunta: "E a gente faz tudo isso?". O projeto de docência se fez, também, para respondê-lo.

O tema principal do projeto, poesia visual, estava previsto no conteúdo programático e planejamento da professora regente e buscamos fundamentá-lo a partir das leituras realizadas ao longo do curso, com destaque para bell hooks, Geraldí, Bakhtin, Hélder Pinheiro, Irandé Antunes e Magda

¹ Graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email para contato: julia.lopes1907@gmail.com.

² Graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email para contato: luizamachadodosr@gmail.com.

³ Prezando pela privacidade dos alunos, escolhemos citá-los apenas com as letras iniciais de seus nomes.

Soares. As dissertações de mestrado *A construção da autoria dos alunos nas aulas de produção textual: uma análise à luz da filosofia bakhtiniana da linguagem*, de Karoline Vanolli (2018) e *A poesia pede (espaço) na sala de aula*, de Liliane Francisca Batista (2018) serviram como principal referência para elaboração do projeto de docência, por apresentarem exemplos práticos da experiência em sala de aula. Ao conteúdo previsto, acrescentamos as discussões sobre autoria e as contribuições da crítica literária feminista, imprescindível para compreensão do cânone literário.

Ao longo do texto, pretendemos apresentar o processo de construção do projeto, as importantes quatro semanas de observação, as quatro semanas de regência e as reflexões finais, com enfoque nas relações de gênero e poder, presentes e marcantes em cada etapa do processo.

Justificativa

A partir da observação da turma e das violências de gênero ali escancaradas, escolhemos iniciar a discussão sobre Poesia Visual com a obra *Adestradas*, de Fernanda Oliveira⁴ (2022), que expõe por meio do bordado a opressão, o apagamento das mulheres, a violência velada e histórica, as injustiças duradouras do patriarcado e do capitalismo - uma obra que pede ao espectador para que repense as narrativas oficiais.



Figura 1 - Adestradas, Fernanda Oliveira

⁴ Fernanda Oliveira é artista têxtil e visual, residente em Joinville, SC. Nascida em Blumenau, SC em 1986. Aos 6 anos já mexia com fios, tesoura e agulha, de forma natural instintiva. Desde 2018, a artista explora e expõe por meio do bordado e colagens a opressão, o apagamento da mulher na história da arte, a violência velada e histórica, as injustiças duradouras do patriarcado e do capitalismo, produzindo obras que pedem ao espectador para que repense as narrativas oficiais. Seu foco está centrado no corpo social da mulher, como um lugar de afirmação e poder potencial, produzindo, assim, registros sensíveis com potencial poético e fúria. A intenção de seus trabalhos é fazer com que suas obras proporcionem experiência reflexivas através do bordado, questionando assim padrões sociais existentes na vida de mulheres.



O estudo da poesia está previsto na Base Nacional Comum Curricular proposta para o Ensino Fundamental, prevê-se o estudo de poemas de forma fixa e livre, poema concreto e ciberpoema dentre outros. De acordo com esse documento, no 8º e 9º anos, o estudante deverá: ler, de forma autônoma, e compreender poemas de forma livre e fixa (como haicai), poema concreto, ciberpoema, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas autores (Brasil, 2018, p. 185). Ainda dentre as habilidades que devem ser desenvolvidas nessa etapa, uma delas é: criar textos em versos (como poemas concretos, ciberpoemas, haicais, líras, microrroteiros, lambe-lambes e outros tipos de poemas), explorando o uso de recursos sonoros e semânticos (como figuras de linguagem, jogos de palavras) e visuais (como relações entre imagem e texto verbal e distribuição da mancha gráfica), de forma a propiciar diferentes efeitos de sentido (Brasil, 2018, p. 185).

Ao longo das aulas, foram apresentados elementos importantes na constituição da poesia visual, como o uso das cores, da tipografia, da disposição espacial das palavras; ressaltando a relação intrínseca entre verbal e não-verbal na poesia visual - o “verbivocovisual” elencado no Plano Piloto para Poesia Concreta (Campos, Campos, Pignatari, 1958) - e dentro dela o uso das figuras de linguagem, com foco na metáfora e comparação.

Desejávamos que, durante a regência, os alunos se sentissem à vontade para exercer sua autoria, que tivessem a criatividade estimulada e energia aproveitada, incentivando o pensamento crítico e a participação de todos, pois compreendemos que, em uma sala de aula engajada, estudantes aprendem o valor de falar, dialogar e ouvir. Entendemos que estudantes que são excelentes na escuta ativa também contribuem muito para formar a comunidade. (Hooks, 2020).

Buscamos trabalhar a subjetividade dos discentes, aproximando-os da literatura por meio da identificação e da possibilidade de serem autores, incentivando assim a leitura. Rildo Cosson (2009) disserta sobre ser na leitura e na escrita do texto literário onde encontramos o senso de nós mesmos e da comunidade a que pertencemos.

Isso se dá porque a literatura é uma experiência a ser realizada. É mais que um conhecimento a ser reelaborado, ela é a incorporação do outro em mim sem renúncia da minha própria identidade. No exercício da literatura, podemos ser outros, podemos viver como os outros, podemos romper os limites do tempo e do espaço de nossa experiência e, ainda assim, sermos nós mesmos. É por isso que interiorizamos com mais intensidade as verdades dadas pela poesia e pela ficção (Cosson, 2009).

Foram apresentados também alguns poetas canônicos, abrindo espaço e incentivando a problematização deste cânone, essencialmente branco, masculino e heterossexual. O objetivo com essas discussões foi incentivar um olhar crítico para com essas instâncias de legitimação e promover a possível



identificação e reconhecimento de autoria por parte das alunas, acostumadas a lerem e estudarem apenas escritores homens. Desejou-se fomentar a segurança para que escrevessem e se vissem como autores. Seguindo esse mesmo propósito, foram apresentadas autoras contemporâneas da poesia visual, expondo e analisando diferentes obras da autora Fernanda Oliveira, a fim de que eles reconhecessem os traços de autoria ali presentes.

Referencial teórico

Como estudantes de letras, leitoras, escritoras e, acima de tudo, mulheres conscientes da nossa existência como tal, consideramos imprescindível usar, de referência para o trabalho, produções de mulheres: acadêmicas e/ou artistas. Sabemos, a partir da experiência e leituras acumuladas tanto na academia quanto fora dela, que o cânone é mais uma esfera do poder (Reis, 1992) e portanto, patriarcal.

A proposição era planejar aulas sobre Poesia Visual, sendo assim as pesquisas foram direcionadas para as referências desse gênero textual que são, sem surpresa, homens. Partindo da leitura crítica de Décio Pignatari, Haroldo de Campos e Augusto de Campos, a tese de doutoramento Felipe Paros, sobre mulheres e poesia concreta brasileira, foi utilizada para endossar a escolha de um trabalho crítico feminista.

Além de apresentar o trabalho de poetisas visuais diversas, Paros relaciona a ausência das mesmas nos ambientes literários de prestígio ao fato de serem mulheres, já que "a prática da escrita (fosse de que gênero fosse) não estava excluída de uma lógica tradicional de divisão do trabalho social" (Paros, 2022, p.395. Em *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras*, Eurídice Figueiredo, ao problematizar o cânone, cita Roberto Reis "[...] praticamente todas as instâncias culturais [...] parecem ter exercido o papel de legitimadores e reduplicadores da ordem social existente e, por tal motivo, não redundaram em genuínos agentes de transformação da sociedade" (Reis, 1992 apud Figueiredo, 2020) e conclui: "Na sociedade patriarcal brasileira, a produção literária de mulheres ainda é vista como reticência conquanto elas estejam cada vez mais produtivas, reivindicando sua posição na cena pública" (Figueiredo, 2020, p.89)

Problematizar a importância de centrar olhares na produção literária de mulheres é trabalho para toda uma vida acadêmica. A fim de relacionar essa escolha política com o projeto de ensino, acredita-se que o fato de que aulas para uma turma com 17 alunas estarem sendo planejadas já é motivo suficiente. Durante a observação pode-se confirmar a urgência de ampliar o repertório dos alunos para além do apresentado no livro didático e aproximar as discussões da realidade em que vivem que perpassa, entre outras, as opressões de gênero.

Resultados

Como previsto no planejamento, o tema principal do nosso projeto, poesia visual, começou a ser trabalhado no segundo dia de regência. Iniciamos a aula apresentando a obra *Adestradas*, da artista Fernanda Oliveira a fim de apresentar um poema visual, assim como iniciar uma discussão sobre misoginia e a socialização feminina. Como descrito anteriormente, durante a observação percebemos um comportamento constante e naturalizado de ataques físicos e verbais às meninas da turma, tanto vindo dos meninos, quanto entre elas mesmas.

Todas as aulas previam diálogo, mas, neste momento, pedimos aos alunos que fizessem silêncio, apreciando e contemplando o poema. Explicamos que, em seguida, poderiam falar o que quisessem, de forma organizada. Contando com o período de observação e o total das nossas aulas, acreditamos que foram os minutos mais silenciosos da turma. Em seguida, pedimos para cada aluno falar uma palavra que descrevesse sua primeira sensação e/ou interpretação da obra para construção de um mapa mental coletivo.

Ao longo da escrita do projeto, fomos orientadas a contar com a não participação dos alunos, pensar como daríamos sequência a essa discussão se eles não se interessassem por ela. Ficou decidido que iniciariamos a montagem do mapa mental com as nossas impressões e de certa forma, cobraríamos a participação de todos. Entretanto, desde que os conhecemos, sabíamos que o silêncio nada tinha a ver com a turma 81 e, principalmente, ao escolhermos uma temática extremamente próxima da realidade dos discentes, era quase impossível que interpretássemos sozinhas o poema visual de Fernanda Oliveira.

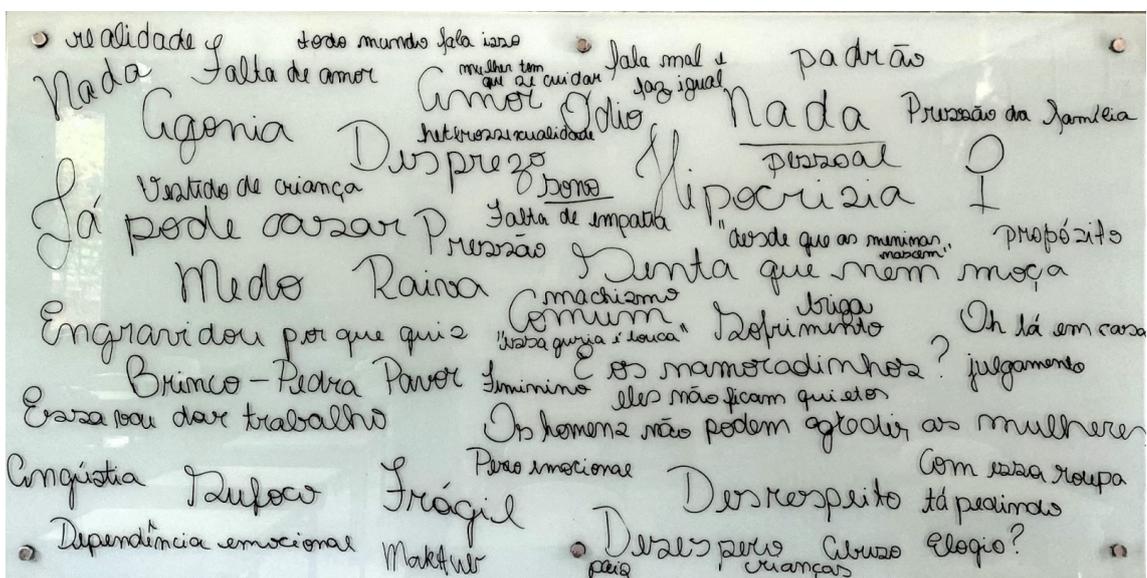


Figura 2: Mapa mental elaborado pelas estagiárias-docentes em conjunto com os alunos da turma 81 sobre a obra *Adestradas*, de Fernanda Oliveira

Alguns alunos de imediato iniciaram a discussão com suas palavras e impressões, e tudo corria calmamente até que uma das alunas da sala, LB, entou que considerava hipocrisia os meninos daquela turma estarem se colocando como aliados às mulheres, fazendo críticas ao machismo, já que no dia-a-dia proferiram aquelas mesmas frases a elas. Com base nesse relato, escrevemos a palavra “hipocrisia” no quadro. O que, a partir desse momento, gerou uma discussão mais acalorada na turma. Mesmo diante de uma quase briga, gritos e xingamentos que tivemos que mediar, o objetivo da aula foi cumprido: a reflexão feminista foi feita, materializada pelo mapa mental, e o desconforto da turma era prova disso. Tanto os meninos quanto as meninas, ficaram abalados estando em frente a termos, palavras e expressões machistas tão comuns nas nossas vidas - alguns demonstraram isso com tristeza, nervosismo, outros raiva, frustração e negação.

2) O que foi ruim:

o vestido

Figura 3: trecho da avaliação das estagiárias preenchida pelo aluno AS

2) O que foi ruim:

a parte do vídeo com várias coisas escritas

Figura 4: trecho da avaliação das estagiárias preenchida de forma anônima

5) O que foi ruim:

Alguns alunos mecom um pauco com as sentimenas e soluee as mulheres né que aimes de como são bastante "julgadas" na sociedade, mecom um pauco comigo, me deixando triste.

Figura 5: trecho da avaliação das estagiárias preenchida pela aluna GB

Durante o debate, o aluno JG declarou que não queria ter esse tipo de aula e, quando questionado o porquê, informou-nos que “gostaria de ter aulas de português”. No intuito de respondê-lo, iniciamos a



aula seguinte com a projeção do mapa mental feito por eles e a retomada da discussão e das reflexões, em que apontamos que essa produção (do mapa), assim como o vestido, poderia ser considerada um poema visual, e que eles, com nossa colaboração, eram os autores. Para Geraldi, “A linguagem é o lugar de constituição de relações sociais, onde os falantes se tornam sujeitos em meio ao processo interativo do qual a linguagem se constitui (Geraldi, 2008 [1984], p. 42).” e portanto, a intenção do mapa mental era que todos os discentes compreendessem que as palavras ditas por eles também importam, que suas contribuições ou falta delas fazem a diferença nas aulas e no mundo.

Com tal incentivo e reflexão buscou-se que os meninos entendessem que as palavras misóginas que proferem são carregadas de significados, e que as meninas compreendessem que seus protestos ou desabafos são de suma importância. Acreditamos que, por serem repetidamente desvalorizados e por carregarem em suas auto-compreensões a pergunta “e a gente faz tudo isso?”, os alunos da turma não compreendem, muitas vezes, a dimensão e peso de suas palavras.

Conclusão

Problematizar o cânone literário e trazer para o centro da discussão as violências de gênero vivenciadas dentro e fora de sala de aula foi ponto de partida e chegada (GERALDI, 1993) do nosso projeto de docência. Fazendo-o a partir da poesia visual, acreditamos ter promovido a percepção dos estudantes como possíveis autores, reforçando e respeitando suas subjetividades, além de permitir que pensássemos, coletivamente, sobre temas de interesse dos alunos, bem como o uso poético da linguagem. Acreditamos ter, de certa forma, respondido a pergunta de JG que intitula nosso trabalho: os alunos podem fazer tudo isso. E, se reconhecidos como autores de seus discursos e possíveis poetas, podem e fazem muito pela construção do seu conhecimento. Ao final do portfólio, anexamos os poemas visuais elaborados pelos nossos queridos primeiros alunos.

Referências

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GERALDI, João Wandreley. *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GERALDI, J. W. Bakhtin tudo ou nada diz aos educadores: os educadores podem dizer muito com Bakhtin. In: FREITAS, M. T. *Educação, Arte e Vida em Bakhtin*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras*. Porto Alegre: Zouk, 2020

PAROS, Felipe Martins. *Penélope sem paideuma, paideuma sem penélope: mulheres & poesia concreta brasileira (anos 50)*. 2022.



REIS, Roberto Cãnon. In José Luís Jobim, org. *Palavras da crítica – tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

PORTAL GELEDÉS. Rosana Paulino: *a mulher negra na arte*. Disponível em https://www.geledes.org.br/rosana-paulino-mulher-negra-na-arte/?amp=1&gclid=CjwKCAjws--ZBhAXEiwAv-RNly7lDuoNR_UNAw7zpsjVd8l_f_Nbi6pCyHJeJuJzePV19gAO8W0xnxoCOgcQAvD_BwE

BATISTA, Liliane Francisca. *A poesia pede (espaço) na sala de aula* [manuscrito], 2018.

VANOLLI, Karoline. *A construção da autoria dos alunos nas aulas de produção textual: uma análise à luz da filosofia bakhtiniana da linguagem*. Florianópolis, 2018.

PINHEIRO, Hélder. *Poesia na sala de aula*. Campina Grande: Bagagem, 2007.

COSSON, Rildo. *Letramento literários: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2009.

HOOKS, bell. *Ensinando a Transgredir. A educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF editora, 2017.

HOOKS, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria em prática*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

Plano-Piloto para Poesia Concreta Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos Noigrandes, 4, São Paulo, 1958.

Gender, literary canon and visual poetry in the teaching internship

Abstract: Reflections based on the teaching project prepared by students Julia Dias Lopes and Luiza Machado dos Reis in the second semester of 2022 for the Portuguese Language and Literature Teaching Internship I, course of the Portuguese Literature and Vernacular Literature course at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). Based on the observation of an eighth-year elementary school class at a municipal school in Florianópolis, the project aimed to problematize the literary canon (REIS, 1992), which is mostly white, male and heterosexual; as well as expanding the students' repertoire, focusing on the massive work of female visual poets, literary ignored, based on a portfolio prepared by the teaching interns. The present work was based mainly on the readings of bell hooks (2017; 2020), Geraldini (1993; 2013) and Eurídice Figueiredo (2020); choosing the artwork *Adestradas*, by Santa Catarina's artist Fernanda Oliveira (2022), as the guiding thread of the classes and the central discussion: misogyny in the literary canon and its reflections in the classroom, throughout the literary genre visual poetry.

Keywords: Gender; Literary Canon; Visual Poetry;

OFICINAS DE BORDADO E FOFOCA: TECENDO UMA HERSTORY

Júlia Petiz Porto¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar as oficinas de artes têxteis, denominadas Bordado e Fofoca, ministradas por mim desde 2020, explorando potência desses encontros na construção de saberes sobre essas técnicas manuais historicamente associadas ao feminino e na criação de espaços para o diálogo sobre os feminismos. No texto, teço reflexões sobre a minha prática de bordadeira-professora articulando minhas experiências às pedagogias feministas de Hooks (2013) e Sardenberg (2011) e ao trabalho artístico de outras mulheres que utilizam as artes têxteis como ponto de encontro, como as Sufragistas, as Arpilleiras e as Madres de Plaza de Mayo. As oficinas, compostas de uma parte teórica, onde esses conteúdos são desenvolvidos, e de uma parte prática, quando experimentamos com técnicas de bordado e costura à mão, são também momentos de encontro, escuta e acolhimento. Assim, proponho a contação de uma herstory, os seja, de uma outra história da Arte focada nas experiências femininas e feministas.

Palavras-chave: Arte Contemporânea. Feminismos. Arte Têxtil. Bordado. Oficinas

Neste artigo, relato minha experiência ministrando as oficinas que denominei de *Bordado e Fofoca*, criadas por mim em 2020, durante o isolamento social ocasionado pela pandemia causada pelo coronavírus *SARS-CoV-2*. As oficinas seguem acontecendo hoje de maneira presencial e produzindo desdobramentos sempre únicos, pois fruto do momento vivido, do contato entre diferentes bordadeiras. Conto uma *herstory* como propositora dessas oficinas, que rememoram a produção de outras bordadeiras, artistas e ativistas.



Figura 1. Oficina de Bordado e Fofoca realizada no Centro de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho, na cidade de Caxias do Sul - RS. Arquivo da autora. 2023.

¹ Júlia Petiz Porto, de nome artístico Julia Pema, é bordadeira, artista visual e pesquisadora. É Mestra em Artes Visuais da UFPel, Especialista em Artes e Bacharel em Artes Visuais pela mesma universidade e cursa Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados no IFSul – Campus Pelotas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0557757819111542>. Email: juliaporto@gmail.com

Quando o isolamento social foi decretado, eu cursava Especialização em Artes na UFPel e que tinha como principal interesse de pesquisa os encontros e relações agenciados pelo ato de se reunir para bordar, me vi bordando sozinha.

Minha produção como artista-pesquisadora propunha contatos: entre os processos de diferentes artistas, entre performers e a cidade, entre objetos relacionais ou proposições e espectadores-participantes, dentre outros tantos contatos. Como promover encontros durante o isolamento social? As oficinas, que aconteciam em um primeiro momento de forma virtual, foram a possibilidade que encontrei de estar junto com outras mulheres², propondo processos de criação e reflexão.

As tardes de Bordado e Fofoca fundam um lugar para vivenciar a criação artística enquanto atividade subversiva que permite outras formas de ler o cotidiano e se relacionar com o mundo. Durante as oficinas, é aberto espaço para o diálogo sobre a experiência cotidiana, ligando as vivências individuais às coletivas, lembrando o mote feminista “o pessoal é político”, e retomando manifestações artísticas e artistas feministas organizadas ao redor das artes têxteis.

Dessa forma, durante a oficina, a atenção das participantes é voltada para memórias e experiências femininas e feministas, buscando assim contribuir para a superação da invisibilidade das mulheres na História da e na Arte.

Era uma vez

O nome escolhido para as oficinas rememora a história da palavra *gossip*, inglês para fofoca. Hoje em dia, esta palavra tem um significado bastante negativo. Ao analisar a história do vocábulo, é exposto um processo de apagamento e invisibilidade: “Narrar a história das palavras que são frequentemente usadas para definir e degradar as mulheres é um passo necessário para compreender como a opressão de gênero funciona e se reproduz” (FEDERICI, 2019, p. 3)

Como nos conta Federici (2019), em sua origem, *gossip* denominava os relacionamentos íntimos de cumplicidade entre mulheres. As *gossips* eram aquelas que se reuniam para beber nas tavernas, que trabalhavam juntas, que auxiliavam umas às outras na hora do parto. Eram amigas, companheiras, comadres.

A partir do século XVI, com a intensificação da caça às bruxas, a posição social das mulheres começa a decair e sua autonomia é caçada legal e culturalmente. É nesse contexto em que a palavra

² Me refiro às participantes das oficinas como “mulheres” pois a maioria das participantes das oficinas se identificam como pessoas do gênero feminino. As oficinas são ofertadas ao público de maneira geral, sem restrições à participação.

gossip muda de significado, passando a designar mulheres mal-intencionadas, trambiqueiras, conversas improdutivas e maledicentes. A *amiga* se transforma em *fofoqueira*.

Ao retomar essa *herstory* no nome e no conteúdo abordado nos encontros de bordado, intenciono ressaltar a importância dos laços e das relações para a criação: de arte e de outras possibilidades de ser e estar no mundo.

O conceito de fofoca, enquanto relação de cumplicidade entre mulheres, se faz presente nas oficinas através de sua forma descentralizada e dialógica, em que as pessoas presentes são convidadas a aprender e ensinar. É aberto espaço para que as participantes compartilhem suas histórias com o bordado livre e com outras artes têxteis, como a costura, o ponto cruz, o tricô, o crochê, a tecelagem... Assim, ensino alguns pontos de bordado e aprendo muitas outras técnicas, mostradas pelas participantes. Durante os encontros, o papéis de professora e aluna são trocados, compartilhados e encarnados simultaneamente.



Figura 2. Oficina de Bordado e Fofoca realizada no Centro de Artes da UFPel durante o VII Seminário Internacional de Gênero, Arte e Memória. Arquivo da autora. 2022.

Procuo criar uma atmosfera de igualdade e cumplicidade com as participantes, onde todas se sintam à vontade para compartilhar suas experiências de criação e experimentação. Não busco ensinar a técnica do bordado perfeito, o que demoraria muito mais do que uma oficina, mas encorajar o entusiasmo e a alegria de mergulhar em si e na outra através em um processo criativo e colaborativo, como pontua hooks (2013):

Mas o entusiasmo pelas ideias não é suficiente para criar um processo de aprendizado empolgante. Na comunidade da sala de aula, nossa capacidade de gerar entusiasmo é profundamente afetada pelo nosso interesse uns pelos outros, por ouvir a voz uns dos outros, por reconhecer a presença uns dos outros (HOOKS, 2013, p. 17).



Como hooks (2013), acredito que o entusiasmo é uma parte essencial para um processo de ensino-aprendizagem significativo, que vá além da visão do conhecimento como mera informação, concebendo a construção do saber como algo capaz de transformar a nossa mente e o nosso ser, modificando o modo de viver e se comportar de modo a aumentar a nossa capacidade de sermos livres.

Ao estabelecer uma relação menos hierárquica e menos vertical, podemos construir uma rede de afeto e apoio mútuo, onde cada bordadeira se sinta confortável para se expressar através de bordados e palavras. Para tal, é importante que todas se sintam acolhidas e encorajadas a expressar sua criatividade, sem medo de cometer erros ou serem julgadas. Essa forma de ensinar e aprender descentralizada da figura do professor é característica das pedagogias feministas, que encaram a construção de conhecimento como “um processo de troca entre diferentes saberes e experiências” (SARDENBERG, 2011, p. 27).

Ao compartilhar momentos de criação em conjunto, podemos aprender umas com as outras, trocar ideias e referências. Assim, criamos coletivamente um ambiente colaborativo, onde cada participante se sinta escutada e empoderada através dos bordados.

O foco não recai sobre o resultado final do bordado, mas sim no processo criativo em si, na experiência daquele momento. A oficina de Bordado e Fofoca é um espaço para explorar novas técnicas, experimentar materiais diferentes e descobrir novas possibilidades dentro dessa forma de expressão. Para além da repetição das técnicas tradicionais, as participantes são encorajadas a encontrar um modo próprio de fazer, despreendendo-se das convenções.

Nesse ambiente de apoio e afeto, compartilhamos nossas histórias e experiências de vida. As rodas de bordado podem ser uma forma de expressar emoções, contar memórias e conectar-se com outras mulheres, permitindo reflexões sobre como as opressões impactam nossos cotidianos:

De fato, esse processo de socialização das experiências tem permitido às mulheres constatar que os problemas que vivenciam no seu cotidiano enquanto indivíduos têm raízes sociais e requerem, portanto, soluções coletivas. Daí o porquê da afirmativa “o pessoal é político” como retórica fundamental do feminismo contemporâneo, porque implica a perspectiva de que a separação entre a esfera privada (vida familiar e pessoal) e a esfera pública é apenas aparente, questionando, também, uma concepção do político, tradicionalmente limitado à descrição das relações dentro da esfera pública, tidas, até então, supostamente, como diferentes, em conteúdo e teor, das relações e interações na vida familiar, na vida “privada”. Na perspectiva de gênero feminista, essas diferenças são apenas ilusórias, pois a dinâmica do poder existe nas duas esferas. As relações interpessoais e familiares são também relações sociais e de poder entre os sexos e gerações. Elas não são “naturais”, mas, socialmente construídas e, portanto, historicamente determinadas e passíveis de transformação (SARDENBERG, 2011, p. 22).

Ao criar essa rede de afeto e apoio para a experimentação das técnicas têxteis, também estamos contribuindo para preservar e valorizar essa forma de arte, geralmente associada ao feminino pela cultura

ocidental. Ao valorizar esse saber, bem como as experiências de vida das participantes, tecemos espaços “para a criação de condições nas quais as mulheres possam ter voz, possam se ver como produtoras de conhecimento e apreciar sua experiência de aprendizado enquanto mulheres.” (Idem, 2011, p. 25).

Nesse espaço acolhedor e colaborativo, tecido com cuidado, pretendo que todas as participantes se sintam à vontade para explorar sua criatividade, compartilhar suas experiências e encontrar apoio mútuo através da imersão em um processo criativo, no diálogo e da criação de redes através do bordado e da costura.

Ouvir-se

Traduzindo literalmente, herstory seria “história dela”. O neologismo foi criado pela escritora e ativista Robin Morgan:

Morgan propõe uma performance com o termo History, destacando o pronome masculino “his” [dele] e o substituindo pelo pronome “her” [dela]. A proposta é escrever a história segundo a experiência das mulheres e de uma perspectiva feminista. Entendo que Morgan estabelece uma ação discursiva para chamar nossa atenção sobre como a Historiografia não é neutra nem universal. Ela parte da ideia feminista de que as práticas culturais são construídas no sistema patriarcal e operam em uma rede discursiva que, se por um lado privilegiam o universo masculino, por outro, criam uma sensação de neutralidade e universalidade, na qual o gênero não existiria. (MIRANDA, 2018, p. 233)

Entendo por herstory uma História particular que confabula “(...) o fim da história europeia marcada por grandes narrativas” (SIMIONI, 2013, p. 1). É uma história que se constrói/inventa para além de “(...) uma recordação objetiva e desinteressada do passado” (IDEM, p. 4), interessada também nos efeitos que a ativação de memórias e narrativas podem ter na construção do tempo presente.

A herstory de como aprendi a bordar rememora a herstory da minha família. Desde muito pequena, eu me envolvi com a costura e o bordado. Morando em uma casa cheia de mulheres - minha mãe, minha avó, minha tia-avó e bisavó – as linhas, agulhas, lãs e fios faziam parte do nosso cotidiano, interligas à vida doméstica. A casa em que vivíamos como um museu das obras têxteis da família, com toalhas de crochê decorando as mesas e estantes.

Sentada no chão, observava enquanto suas mãos teciam blusões de lã, toucas e cachecóis para o inverno. Enquanto trabalhavam, compartilhavam histórias de vida, risadas e conselhos.

Todos nós nos reuníamos em torno dessas atividades para compartilhar momentos, aprender, ensinar e conversar sobre a vida. Aprendi observando-as enquanto brincava com os retalhos, criando roupas para as bonecas.



Essa memória, pessoal e afetiva, está intimamente entrelaçada com a minha produção poética e com a minha posição enquanto artista, se fazendo presente na busca pela criação de espaços de partilha tecidos ao redor das linhas e agulhas.

Contar-se

Através do bordado, busco revelar e contar uma história das mulheres, analisando e valorizando a presença dessa técnica nos movimentos de mulheres para desvelar e desfilar/desafiar a opressão que as mantém em posições subalternas. Como provoca a historiadora Roziska Parker, “conhecer a história do bordado é conhecer a história das mulheres” (PARKER, 1984, p.VI, tradução minha). Para tal, busco, entre um ponto e outro, contar sobre a luta de grupos de mulheres que utilizaram das artes têxteis para tramar resistência.

Durante o final do século XIX e início do século XX, as Sufragistas, representando a primeira onda do feminismo, lutaram pelo direito ao voto e por igualdade de oportunidades de estudo e trabalho para as mulheres. Como forma de protesto, elas utilizavam, em suas manifestações, banners bordados à mão com mensagens feministas.

Os bordados sufragistas desafiavam as normas sociais e exigiam mudanças políticas. Sua produção, à mão, criava um senso de comunidade entre as bordadeiras, fortalecendo o movimento. Muitas vezes, os banners eram feitos de maneira colaborativa, de modo que fortalecia o laço entre as artistas.

Na Inglaterra, dentro do movimento sufragista, existia um ateliê compartilhado chamado Suffrage Atelier. Esse espaço promovia a troca de ideias, habilidades e técnicas entre as mulheres envolvidas na luta pelo direito ao voto, contribuindo para o fortalecimento do movimento.

Os bordados sufragistas eram uma forma de expressão política e artística que desafiavam as estruturas patriarcais e reivindicavam a igualdade de gênero, deixando um legado significativo para o movimento feminista e suas conquistas futuras.

Na América do Sul, as artes têxteis desempenham um papel fundamental como ferramenta de expressão artística, luta por transformação social e resgate de memória para diversos grupos de mulheres. Exemplos importantes são o das Madres de Plaza de Mayo, na Argentina, e das Arpilleras, no Chile.

As atividades manuais têxteis, que são fazeres tradicionais na América do Sul, remontam as práticas dos povos originários que as praticavam desde antes da chegada dos colonizadores. As técnicas de tecelagem, bordado e outras formas de trabalhos têxteis eram transmitidas de geração em geração, preservando a cultura e a identidade desses povos.

No contexto político e social desses países, as artes têxteis têm sido utilizadas como uma forma de resistência e protesto. As Madres de Plaza de Mayo, por exemplo, um grupo de mães argentinas que buscavam seus filhos desaparecidos durante a ditadura militar, bordavam lenços brancos com os nomes dos desaparecidos e a data do seu desaparecimento e outras mensagens de protesto como uma forma de dar a ver e fazer lembrar os desaparecimentos políticos.



Figura 3. Pañuelo blanco bordado por uma das Madres de Plaza de Mayo. Fonte: <<https://www.elindependiente.com.ar/pagina.php?id=239060>>

De forma semelhante, as Arpilleras no Chile utilizaram o bordado como uma forma de expressar sua resistência durante a ditadura de Pinochet. Por meio das linhas e agulhas, elas contavam histórias, denunciavam violações dos direitos humanos e mantinham viva a memória coletiva.

Essas práticas artísticas não apenas mantêm vivas técnicas ancestrais, mas também promovem a conscientização e a criação de possibilidades de luta contra as opressões. Rememora-las parte de um entendimento da memória como território de disputas e significações:

A memória é um processo aberto de reinterpretação do passado, que desfaz e refaz seus nós, para que se ensaiem novamente os acontecimentos e as compreensões. A memória remexe o dado estático do passado com novas significações livres, as quais colocam sua lembrança para trabalhar, levando começos e finais a reescrever novas hipóteses e conjecturas, para desmontar com elas o final explicativo das totalidades excessivamente seguras de si mesmas. E é a laboriosidade desta memória insatisfeita, que não se dá por vencida, o que perturba a vontade de sepultamento oficial da lembrança, vista simplesmente como depósito fixo de significações inativas. (RICHARD, 1999, p. 322)

Contando esse passado, aponto-o como possibilidade de resistência no tempo presente.



(In)conclusões de um processo em aberto

Essas práticas artísticas não apenas mantêm vivas técnicas ancestrais, mas também promovem a conscientização e a criação de possibilidades de luta contra as opressões. Rememorar a parte de um entendimento da memória como território de disputas e significações.

Nas oficinas propostas, são experienciados processos coletivos de criação de poéticas feministas, de caráter experimental, poético e político. São valorizados os momentos de troca e afeto na criação de um espaço de escuta que promove a autonomia.

Utilizando as metodologias oriundas das pedagogias feministas, que estabeleçam formas radicais de resistência através dos processos artísticos e da sororidade, os encontros de Bordado e Fofoca se diferem das relações hierárquicas geralmente presentes no formato da oficina ou da aula, centradas na figura do professor ou do oficineiro.

Tecendo cada oficina junto com as participantes, são criadas experimentações que questionam e reinventam o ser mulher, diferindo do imaginário social construído pelas instituições patriarcais e que possibilitam o apoio mútuo, a colaboração e a sororidade.

Referências

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. Traduzido por Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes, 2013.

MIRANDA, Maria Brígida de. *Colcha de Memórias: Epistemologias Feministas nos Estudos das Artes da Cena*. Urdimento, Florianópolis, v.3, n.33, p. 231- 248, dez. 2018.

RICHARD, Nelly. RICHARD, Nelly. Políticas da memória e técnicas do esquecimento. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 321-38.

SARDENBERG, Cecília M. B. Considerações introdutórias às pedagogias feministas. In: COSTA, Ana Alice Alcantara et all. (orgs). **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais**. Salvador: UFBA - NEIM, 2011. 247 p

Embroidery and gossip workshops: weaving a herstory

Abstract: This article aims to investigate the textile arts workshops, called Embroidery and Gossip, taught by me since 2020, exploring the power of these meetings in the construction of knowledge about these manual techniques historically associated with the feminine and in creating spaces for dialogue about feminisms. In the text, I reflect on my practice as an embroiderer-teacher, articulating my experiences with the feminist pedagogies of Hooks (2013) and Sardenberg (2011) and the artistic work of other women who use textile arts as a meeting point, such as the Suffragettes, the Arpilleiras and the Madres



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

de Plaza de Mayo. The workshops, composed of a theoretical part, where these contents are developed, and a practical part, when we experiment with embroidery and hand sewing techniques, are also moments of meeting, listening and welcoming. Therefore, I propose the telling of a herstory, that is, another history of Art focused on female and feminist experiences.

Keywords: Contemporary Art. Feminism. Textile Art. Embroidery. Workshop



PROPOSTA DE DEBATE DE MEMÓRIA E GÊNERO A PARTIR DO CINEMA: O CASO DA ÚLTIMA DITADURA ARGENTINA (1976-1983)

Larieli Ceron de Lima¹

Resumo: A presente apresentação pretende exibir e detalhar a construção da proposta da pesquisa em andamento inserida no debate e revisão da questão de gênero nas formas de atribuição de sentido ao passado na última ditadura argentina (1976-1983). Nossa proposição de inserção nesta discussão se dá a partir de uma importante tecnologia amplamente empregada no contexto de redemocratização como veículo da memória: o cinema. Para tanto, partimos da compreensão deste como uma tecnologia de memória e de gênero, destacando seu potencial de afetar os corpos e seus diferentes modos de agir, pensar e rememorar o passado sob a dimensão de gênero. Deste modo, concebemos ser possível, compreender os lugares e funções ocupadas por homens e mulheres nesse evento traumático e na memória que passa a ser elaborada nos anos seguintes através do cinema. Elegemos para isto os dois primeiros filmes produzidos na nação argentina a retratar a temática dos anos anteriores: *La Historia Oficial* (1985) de Luiz Puenzo, e *La Noche de los Lápicos* (1986) de Hector Oliveira. A partir das obras objetivamos discutir as representações e relações de gênero nos casos de violências sexuais e de gênero às quais foram submetidos homens e mulheres no contexto de repressão e o espaço reservado às narrativas destas experiências, ademais, buscaremos acrescentar ainda o debate do papel atribuído às mulheres na construção da memória dos eventos anteriores e o predomínio de sua manifestação sob a posição de vítimas indiretas e militantes de direitos humanos, sobretudo a partir de seus vínculos familiares. Pretendemos, neste sentido, evidenciar os elementos narrativos e audiovisuais que nos levaram à seleção das obras e da temática, discutindo os avanços do debate entre memória e gênero e buscando desvelar o potencial de contribuição das fontes filmicas no cenário.

Palavras-chave: Gênero e Memória; Cinema Argentino; Ditadura Argentina

O trabalho de rememoração do último regime militar argentino (1976-1983) é até os dias de hoje intenso e conflituoso (CAPELATO, 2006). Caracterizado por Marcos Novaro e Vicente Palmero (2007) por um nível inédito de militarização e pelo emprego de métodos inaugurais que o distingue dos demais países do Cone Sul, a última ditadura militar argentina figura até a atualidade como alvo de debate uma vez que permeado por “questões éticas, jurídicas e conflitos políticos que interferem nas decisões sobre o que se deve lembrar e o que é necessário esquecer” (CAPELATO, 2006, p.63).

Trata-se, portanto, de uma disputa não encerrada daquilo que Paul Riceur (2007) define como recurso privilegiado de referência ao passado, isto é, a memória. Compreendida como forma de atribuição ativa de sentido aos acontecimentos do passado a partir do trabalho de rememoração, a memória é marcada por um esforço reflexivo que possibilita a discussão não somente de referenciais do passado,

¹ Mestranda pelo Programa de Pós Graduação de História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” (UNESP) e Bolsista CAPES sob orientação da professora Dra. Daiane Vaiz Machado. Email para contato: larieli.lima@unesp.br



mas também do presente e do futuro pelos diferentes sujeitos (BARROS, 2000), os quais são enfatizados aqui sob a dimensão de gênero.

Neste controverso cenário, está inserido um dos principais dispositivos de manifestação da memória identificados no contexto das ditaduras do Cone Sul e nos períodos subsequentes de redemocratização: o cinema. No caso argentino, chama atenção não somente seu valor estético, mas a ampla quantidade de obras que se voltam até o momento atual para a temática². Esta postura se manifestara logo na primeira metade da década de 1980, na qual a referida modalidade de arte, amparada sobretudo nos relatos de parentes e amigos das vítimas coletados pelas Organizações de Direitos Humanos, buscara se posicionar como protagonista na missão de manter vivo os horrores cometidos nos anos antecedentes (ALMEIDA, 2011; GRAZIADEI, 2019; RODRIGUES, 2015), contexto no qual são produzidas as duas fontes analisadas no presente trabalho: *La Historia Oficial* (1985) e *La Noche de los Lápicos* (1986).

O cinema como tecnologia de memória e tecnologia de gênero

Nossa intenção ao pensarmos o cinema no período de redemocratização argentino ultrapassa a função representativa e constitutiva da realidade social pela qual esta forma de arte é normalmente conhecida ou sua compreensão como simples manifestação de uma febre memorialística do período. Antes, busca discuti-lo como espaço a partir do qual produzimos, pensamos e criamos conhecimentos sobre nós mesmos e o mundo (DELEUZE, 1990), e, portanto, também sobre as atribuições de sentido ao passado. Recorrendo ao filósofo Gilles Deleuze (1990), buscamos destacar o potencial do cinema, de um lado, de evocação da memória, através de uma membrana que coloca em contato o dentro e o fora, o coletivo e o individual, e que emaranha o presente e o passado, e de outro, de estabelecer modos de agir, sentir e pensar

O principal objetivo, ao lançar-se sobre esta perspectiva, é compreender como o cinema argentino buscou conceber e reforçar ou tensionar o papel e função que cumpriram homens e mulheres na elaboração da memória acerca de sua última ditadura, recorrendo para isto, às obras produzidas no período de efervescência de diferentes propostas sobre a memória dos últimos eventos experienciados pela nação argentina e suas distintas representações de gênero.

Para tanto, apoiamo-nos na compreensão de Teresa de Laurettis, filósofa italiana que cunha o conceito de gênero como “conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais

² Caso do filme “Argentina, 1985” (2022) indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro na cerimônia de 2023.



por meio do desdobramento de uma complexa tecnologia política” (DE LAURETIS, 1994, p. 208) que inclui práticas institucionalizadas e da vida cotidiana, dentre as quais o cinema exerce papel fundamental. O conceito de gênero aparece assim, de acordo com a autora, como resultado de uma representação e construção promovida por esta rede de tecnologias que busca estabelecer o que se compreende e se espera de homens e mulheres.

Desta forma, o cinema se apresenta em nossa concepção simultaneamente, de um lado, como tecnologia de memória uma vez que compreendido como dispositivo que “pode afetar corpos com sua lógica própria, envolvendo modos singulares de sentir, fazer pensar e agir” (DELEUZE, 1990, p. 277) inclusive de eventos do passado, e de outro como tecnologia de gênero, isto é, como promotor e construtor das representações e relações de gênero.

Nossa intenção ao atribuir à esta modalidade de arte estas duas qualidades é a de reconhecer em duas das principais obras do cinema argentino do contexto de redemocratização como o cinema buscou postular o papel de homens e mulheres na elaboração da memória, além de buscar localizar nas obras tendências de libertação ou colonização do exercício e trabalho da memória, sobretudo no que diz respeito às vozes das mulheres. Trata-se, em outras palavras, de traduzir as demandas da discussão de memória e gênero que aparecem centralizadas nas fontes orais e escritas³, para o campo do audiovisual, recorrendo à um dos principais dispositivos de memória no qual reconhecemos uma função de representação e promoção das distintas maneiras que homens e mulheres não somente experienciaram os eventos, mas atribuíram sentido a eles.

La Historia Oficial (1985) e La Noche de los Lápices (1986)

A escolha dos filmes *La Historia Oficial* (1985) e *La Noche de los Lápices* (1986) se dá, pelo fato de estarem inseridos em um contexto de intensa instabilidade social e de discussão do sentido do passado e pelo papel que cumprem na mobilização e exercício das memórias anteriormente silenciadas. As duas obras se inserem, de acordo com Maria Belén Ciáncio (2017), no que Deleuze (1990) denomina cinema político moderno, o qual, a partir da evocação da memória auxilia na construção da invenção de um povo e inaugura as tecnologias de memória na região (CIANCIO, 2017).

³ Dentre alguns pode se citar os trabalhos: BACCI, Claudia; OBERTI, Alejandra. **Testimonios, géneros y afectos.** América Latina desde los territorios y las memorias del presente. Villa María: Eduvim, 2022; OBERTI, Alejandra. “¿Qué le hace el género a la memoria?”. In: Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolf.(org), **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul,** Florianópolis, Editora Mulheres, 2010, p. 13-31.

Tomamos, neste sentido, um espaço para descrição individual das fontes. Amplamente premiado, inclusive tendo ganhado a primeira estatueta do Oscar para a nação argentina, *La Historia Oficial* (1985), dirigida por Luis Puenzo, acompanha a trajetória de Alicia, uma professora de História de classe média que, após permanecer alheia aos acontecimentos do regime, passa, no período de sua queda, a tomar contato com os horrores praticados nos anos anteriores a partir do relato de uma amiga que retorna do exílio. Alicia, então, se vê atemorizada não somente pelos atos praticados, mas pela possibilidade de sua filha adotiva Gaby, cuja origem ela desconhece, ser resultado do relacionamento de um casal de presos políticos.

Por sua vez, acerca de um dos episódios mais emblemáticos da última ditadura militar argentina, a obra *La Noche de Los Lápices* (1986), dirigida por Hector Oliveira, retrata a trajetória de sete estudantes secundaristas desaparecidos na cidade de *La Plata* meses após ter sido deferido o golpe. Evidenciando sobretudo a perspectiva de Pablo Díaz, um dos organizadores da campanha pelo boleto estudantil e o único sobrevivente do grupo retratado, em cujo relato a obra se baseia, a película retrata desde os momentos de mobilização anterior à fatídica noite em que os adolescentes são retirados à força de suas casas até as duras consequências físicas e psíquicas resultantes do processo de tortura. No período em que foram sequestrados e assassinados por agentes militares, eles possuíam entre 13 e 18 anos.

A discussão sobre as duas obras é ampla, seja pelos caracteres inaugurais ou pela ampla repercussão nacional e internacional que obtiveram, no entanto, como se objetiva evidenciar, são raros os trabalhos que se propõem a inseri-los em um debate de gênero.

No caso de *La Historia Oficial* (1985), chama atenção para a bibliografia que buscou analisar o longa, o uso do recurso de alegoria (VEZZETTI, 2017; ALMEIDA, 2011; GOMES, 2018). Dentre seus diferentes empregos ganha destaque o “jogo de espelhamento nação-família” identificado por Ismail Xavier (2003), de modo que podemos ressaltar um importante aspecto ao qual Hugo Vezzetti (2017) chama atenção através do filme: o de centralidade da violência e ataques à família no contexto repressivo, paradoxalmente, momento no qual esta se apresentava como núcleo central de organização e objeto de defesa do discurso interpretativo promovido pelos dirigentes do regime militar (JOFFILY, 2009). Ademais, a obra é ainda alvo de revisão à medida em que é qualificada como veículo de uma perspectiva despolitizada das vítimas (XAVIER, 2003; GOMES, 2018; VISCONTI, 2009) e uma consequente redução da compreensão do social.

Todos os aspectos aqui apresentados são considerados relevantes no que diz respeito à análise da obra sob uma dimensão de gênero, debate este ao qual se propõe somente um único trabalho de Maurício Acuña (2017). No artigo “Brasil e Argentina: corpo, gênero e memória em Cabra Marcado para Morrer



e *La Historia Oficial*”, Acuña (2017) dispõe de uma postura comparativa entre as duas obras e discorre sobre o problema da relação entre o corpo feminino, memória, luto e imaginação nacional na política estética do período que marca a transição entre ditadura e democracia nos dois países. Trata o autor, portanto, de considerar que ao passo em que os filmes colocam em destaque certa construção de mulheres, posicionam o corpo feminino como elemento central para a reelaboração de uma memória social à medida em que é estabelecido como local de testemunho da violência e do luto nacional. No caso da obra argentina, Acuña destaca ainda o aspecto de transgressão com a ordem social -por que não dizer de gênero?- por Alicia conforme a personagem passa a distanciar-se das qualidades tradicionais e estabelecer-se em um corpo que investiga, movimento que parece estar propositadamente evidenciado na segunda unidade narrativa da obra quando a personagem, já envolta pelos questionamentos da origem de sua filha Gaby, passa a utilizar roupas mais claras e soltar o cabelo (MACCHIONE, 2007).

No caso da obra de Hector Oliveira, os trabalhos voltados para sua análise parecem estar centrados sobretudo na construção e reprodução de um episódio real, que por vezes apresenta uma preocupação em relação à ocupação de uma espécie de lugar de verdade histórica ocupada pelo filme (RAGGIO, 2017) e a historicidade da memória na qual a obra se baseia (RAGGIO, 2017; TOLENTINO, 2014). Ademais, um dos principais aspectos a chamar atenção na bibliografia relaciona-se ao caráter inaugural da obra cinematográfica argentina de representação explícita da tortura empregada no contexto do regime (BLANES, 2009; FERREIRA, 2021). Contudo, com exceção do artigo publicado por Victoria Alvarez (2018) intitulado “*Cine, represión y género em la transición democrática: Um análises de La Noche de los Lápices*”, nenhum dos trabalhos levantados buscou analisar como o exame da fabricação de corpos e subjetividades “docializados” e disciplinados, estivera perpassado por uma dimensão de gênero.

O trabalho de Alvarez (2018), na contramão dos demais, analisa a partir da obra de Hector Oliveira as violências sexuais às quais estiveram sujeitas as mulheres detidas em centros clandestinos no contexto de repressão. Destacando aspectos físicos e psicológicos deste tipo de violência, a autora acresce a dimensão de gênero na análise da obra e da representação explícita da tortura, buscando debater ao final, como este tipo de violência fora abordado pelo cinema produzido no contexto de redemocratização

e nas demais tecnologias de memória do período -leia-se aqui o *Juicio de las Juntas*⁴ e o informe *Nunca Más*⁵.

Desta forma, é possível evidenciar que a eleição das duas obras cinematográficas como fontes nos permitirá, a medida em que compreendido simultaneamente como tecnologia de memória e de gênero, adentrar as representações das relações de gênero e o que se esperava de homens e mulheres na construção da memória da última ditadura argentina em um dos principais contextos de atribuição de sentido do regime que mais deixou marcas no corpo social da nação argentina (NOVARO; PALERMO, 2007). Trata-se, portanto, de apresentar o potencial ainda não amplamente explorado desta modalidade de arte no debate entre memória e gênero no caso da última ditadura argentina e que envolve pensar as funções desempenhadas por homens e mulheres na elaboração da memória pública, o espaço de suas narrativas e, neste cenário, como o cinema, compreendido enquanto meio a partir do qual a sociedade produz conhecimento sobre si mesma acerca do passado e das relações de gênero, percebeu estas temáticas.

Memória e Gênero na última ditadura argentina (1976-1983)

Ao compreendermos o trabalho de rememoração enquanto perpassado pela dimensão de gênero, postulamos não somente que homens e mulheres atribuem diferentes sentidos ao passado, mas ainda que às suas vozes são reservados lugares e funções distintas na elaboração da memória pública uma vez que inseridos em um sistema de gênero. Elizabeth Jelin (2012) identifica este processo no contexto das ditaduras do Cone Sul através de um predomínio das narrativas de mulheres como vítimas indiretas da repressão, isto é, de uma tendência do “viver e narrar pelo outro”. Este fenômeno, a autora evidencia através da criação de organizações de direitos humanos e postula que

No es un simple accidente que las organizaciones de derechos humanos tengan una identificación ‘familiar’ (madres, abuelas, familiares, hijos viudas o comadres). Tampoco es accidental que el liderazgo y la militancia en estas organizaciones sean básicamente de mujeres.⁶ (JELIN, 2012, p. 132)

⁴ Julgamento histórico que baseado nos testemunhos de familiares e sobreviventes da repressão, levou em 1985 ao banco de réus integrantes das três armas, dentre eles os presidentes do regime: Jorge Rafael Videla e Orlando Ramón Agosti. A Câmara Federal deferiu sentença de 709 casos apresentados durante o evento e condenou cinco militares, dentre eles Videla à prisão perpétua e Agosti a quatro anos e seis meses de prisão.

⁵ O informe *Nunca Más* foi resultado da ação da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP), criada por Raul Alfonsín, primeiro presidente eleito democraticamente após o regime autoritário e que buscou, a partir do levantamento de relatos de vítimas e familiares e amigos de desaparecidos, “atender às demandas da população por justiça e verdade”. (BAUER, 2008, p.4)

⁶ Não é um simples acidente que as organizações de direitos humanos tenham uma identificação “familiar” (mães, avós, familiares, filhos, viúvas ou comadres). Também não é por acaso que a liderança e a militância destas organizações sejam basicamente mulheres. (JELIN, 2012, p. 132)

Jelin (2012) atribui este processo ao sistema de gênero que predomina no contexto, identificando, de um lado o que denomina de “feminino ambivalente” marcado pela superioridade espiritual da mulher ao passo em que esta se apresenta submissa e passiva frente aos desejos e ordens dos homens, e de outro, uma masculinidade associada ao poderio militar e predomínio da esfera pública, fenômeno que se manifesta não somente na atuação e narrativa dos dirigentes do regime, mas também na organização das formas de oposição à ele (HENTZ; VEIGA, 2009).

Isto não significa dizer que as mulheres não se apresentaram no contexto da última ditadura como sujeitos políticos ativos, longe disso, é possível indicar que por vezes elas se enfileiraram nas organizações de oposição ao regime (JELIN, 2012), e/ou posicionaram-se como estandartes da busca por justiça e verdade pelas vítimas da repressão (JELIN, 2012). O que buscamos evidenciar, entretanto, é que no que tange sobretudo a elaboração de atribuição de sentido do passado é possível identificar a primazia de um sistema tradicional de gênero que assegura a participação de mulheres na elaboração pública da memória sobretudo quando associada ao papel de mães, avós e esposas, de modo que “Su lugar social está anclado em vínculos familiares naturalizados, y al legitimar la expresión pública del duelo y el dolor, reproducen y refuerzan estereotipos y visiones tradicionales.”⁷ (JELIN, 2012, p. 147)

Propomos identificar, neste cenário, como as obras de Luiz Puenzo e de Hector Oliveira dão continuidade ou tensionam com esta perspectiva. Esta análise estará centrada em uma compreensão da relação do corpo feminino, memória e nação proposta por Acuña através de uma reflexão acerca do protagonismo de Alicia em *La Historia Oficial* (1985) e a qual buscaremos estender também à personagem de Maria Claudia Falcone em *La Noche de los Lápice* (1986) e às *Madres e Abuelas de La Plaza de Mayo* nas obras, buscando refletir acerca do significado de suas representações na elaboração da memória que os longas pretendem veicular. Ademais, as discussões abarcarão ainda as representações das violências sexuais e de gênero empregadas no contexto de repressão e sua assimilação e compreensão no período de redemocratização, momento fundamental de ascensão de tecnologias de memória.

Algumas problemáticas levantadas a partir das fontes

O protagonismo de Alicia em *La Historia Oficial* (1985) se apresenta como importante campo de debate sobre o cinema enquanto tecnologia de gênero uma vez que, de acordo com Acuña, o corpo feminino figura na obra como elemento central para a reelaboração de uma certa memória social ao

⁷ “O seu lugar social está ancorado em laços familiares naturalizados e –ao legitimar a expressão pública do luto e da dor– reproduzem e reforçam estereótipos e visões tradicionais.” (JELIN, 2012, p. 147)



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

mesmo tempo em que coloca em destaque certa construção de mulheres: “Habitante do mundo burguês, branco e urbano de Buenos Aires, ela [Alicia] estaria destinada à reprodução da ordem social argentina, em seu papel central de mãe e professora.” (ACUÑA, 2017, p. 62). Vejamos que neste caso, até mesmo a profissão da protagonista pode ser alvo de análise a partir do conceito de gênero ao representar uma espécie de extensão maternal a medida em que seu exercício manifesta um “princípio de conexão entre o espaço doméstico e àquele destinado a formar cidadãos” (ACUÑA, 2017, p.59), fenômeno que é acrescido pelo fato de seus alunos serem todos homens, elemento que torna ainda mais contrastante a presença e a função da professora (ACUÑA, 2017).

Ao nos centralizarmos na primeira unidade narrativa do filme poderíamos identificar através destas características iniciais, o predomínio de uma perspectiva que concorre com o papel ocupado por mulheres no sistema de gênero que caracteriza o contexto de elaboração da memória pública. Isto se dá não somente pela centralidade dos vínculos familiares no caso de Alicia –como se identifica na própria ocupação da personagem- e da avó biológica de Gaby –a qual compõe o grupo das *Abuelas de La Plaza de Mayo* na busca por sua neta e filha desaparecidas-, mas também ao fato da primeira se apresentar como símbolo de ingenuidade e passividade frente aos eventos horrendos do período anterior.

Entretanto, vale se destacar a transformação de Alicia em um corpo que investiga através da “desestabilização causada pelo mistério da origem da filha adotiva e dos questionamentos sucessivos dos estudantes de sua aula de História, amplificada pelas manifestações das *Abuelas de la Plaza de Mayo* e pela confissão de uma amiga que foi torturada” (ACUÑA, 2017, p. 62). Esta transfiguração, parece romper com a reprodução da ordem social argentina –e, acrescentamos, do sistema tradicional de gênero em voga- a medida em que a personagem “transgride o pacto de silêncio, sacrificando seu corpo (violência do marido), sua família (a revelação de que Gaby foi roubada) e sua ideia de nação (moldada durante a ditadura).” (ACUÑA, 2017, p. 64).

Se a relação entre o corpo feminino e a memória se apresenta no caso de *La Historia Oficial* (1985) através da mobilização inicial de uma mulher “destinada à reprodução da ordem social argentina, em seu papel central de mãe e professora” (ACUÑA, 2017, p. 62), *La Noche de los Lápicos* (1986) nos possibilita realizar a discussão a partir daquelas vítimas diretas da repressão que contestaram o modelo de feminilidade socialmente aceito no período através do ingresso em formas de oposição ao regime (HENTZ; VEIGA, 2009).

Na obra de Hector Oliveira, a despeito do protagonismo de Pablo Díaz, único sobrevivente do evento representado no longa e em cujo relato o filme se baseia, a primeira unidade narrativa parece centrar-se no papel de Maria Claudia Falcone, uma das estudantes presas e torturadas, e que é

representada no longa como personagem fundamental na luta pelo boleto estudantil. Sua ação neste primeiro momento, o qual tem por função caracterizar a vida dos estudantes no período que antecede a noite de seu sequestro, aparece marcada por uma série de valores como de coragem, força, praticidade e autoridade, que apontavam, no contexto, para um modelo de masculinidade que embasava as organizações de oposição do regime (HENTZ; VEIGA, 2009).

O processo de tortura que caracteriza a segunda unidade narrativa acarreta, porém, uma transformação na personagem que é fundamental para a compreensão de como o sistema de gênero fora empregado no contexto de repressão direta. De acordo com Diana Taylor (1994) todos aqueles violentados pelo regime, independentemente de seu sexo, foram submetidos à um processo de feminilização. Neste cenário, o emprego de violências sexuais e de gênero se apresentou como importante instrumento do processo e foi repetidamente representado na obra de Hector Oliveira, a qual permitiu destacar, de acordo com Alvarez (2018), não somente os aspectos físicos, mas também psicológicos das violências desta natureza. Este último fenômeno torna-se evidente sobretudo à medida em que o longa coloca em destaque a culpabilização e a naturalização desta espécie de violência a partir da fala de Maria Claudia Falcone que afirma que, após ter sido violentada sexualmente, não teria mais nada para dar para Díaz, com o qual vivia uma espécie de romance no longa.

Atentemo-nos neste ponto ao fato de que as tecnologias de memória desenvolvidas no mesmo contexto de produção do longa -o *Juicio de las Juntas* e o informe *Nunca Más*- são marcados por uma ausência de instrumentos adequados de escuta para as violências sexuais e de gênero sofridas no cárcere e pela ausência de tratamento específico para este tipo de agressão, o que pode ter acarretado um silenciamento destas experiências e ao mesmo tempo sua naturalização (ALVAREZ, 2015).

Na contramão deste movimento podemos indicar à guisa de Deleuze (1990) que Hector Oliveira apela para uma característica fundante no cinema político moderno, trata-se de colocar o telespectador em contato com as violências e destituí-lo de habilidades sensório-motoras com a finalidade de que este apreenda algo intolerável ou insuportável (DELEUZE, 1990), de modo a romper com o silêncio causado pela ausência de trabalho específico com as violências sexuais e de gênero predominante nas demais tecnologias de gênero. Isto o diretor realiza ao colocar em evidência violências dessa natureza através não somente da fala de Maria Claudia Falcone, mas também de outras cenas como “*la desnudez al bañarse, los comentarios lascivos sobre los cuerpos de las detenidas, el parto em cautiverio y la violación de uma de las estudiantes que queda muy mal física y psiquicamente*”⁸ (ALVAREZ, 2018,

⁸ “a nudez no banho, os comentários lascivos sobre os corpos dos detentos, o parto em cativeiro e o estupro de uma das alunas que está muito mal física e mentalmente.” (ALVAREZ, 2018, p. 57)

p.57), lista à qual podemos acrescentar ainda a violência sofrida por Díaz na primeira vez em que é encaminhado para a tortura. Ao sofrer choques na parte inferior do corpo -não apresentado no enquadramento-, Díaz escuta do militar: “Não vai mais ter vontade de seguir transando, garotinho! Vou te arrebentar! Vou acabar com sua vontade de trepar!”. Este momento, podemos afirmar, está associada não somente ao aspecto material e, portanto, de violência sexual – os choques nos órgãos genitais-, mas também à ordem simbólica -a perda de sua masculinidade e virilidade-, relação comum no uso da tortura no contexto de repressão.

Vale-se destacar que algumas das problemáticas levantadas são comuns aos dois filmes, tendo sido chamada atenção individualmente àquelas que mais parecem dominar cada um dos filmes. Dentre estas temáticas ressaltamos duas: a composição de mulheres na elaboração da memória pública a partir dos vínculos familiares –sobretudo aqui de mães e avós- e a discussão acerca das violências sexuais e de gênero sofridas no contexto da repressão no processo de elaboração da memória. A primeira temática, é veiculada na obra de Hector Oliveira, através da reunião das mães dos estudantes secundaristas desaparecidos e da representação do que poderíamos compreender como o primeiro encontro das *Madres de La Plaza de Mayo* na Praça localizada em frente à Casa Rosada, sede do poder executivo da Argentina.

A segunda diz respeito à cena na qual Ana, amiga de Alicia em *La Historia Oficial* (1985), relata o processo de tortura do qual foi vítima, inclusive das ameaças de estupro por um dos agentes militares e o impacto psicológico em sua vida. Percebemos que sobretudo neste último caso, ao compará-lo com o longa *La Noche de los Lápicos* (1986), a representação deste tipo de violência se dá de maneira mais discursiva e alegórica e menos representativa na obra, característica que também se insere como alvo de nossa discussão.

Vejam, portanto, que as obras cinematográficas ao serem definidas como tecnologia de memória e acrescidas de uma dimensão de gênero nos permitem lançar luz sobre diferentes questionamentos e perspectivas que perpassam o debate de memória e gênero que estivera até o momento centralizado nas fontes orais e/ou escritas. Deste modo, a medida em que compreendido simultaneamente como tecnologia de memória -isto é, como uma tecnologia de liberação e/ou colonização, como forma de compreender diferentes práticas de uma singularidade concreta que ultrapassa a representação (CIANCIO, 2017)-, e como tecnologia de gênero -isto é, promotor das representações e relações de gênero (DE LAURETIS, 1994)- podemos identificar como estas diferentes práticas, representações ou tendências pensaram a relação de homens e mulheres na elaboração da memória pública acerca da última ditadura argentina, destacando em última instância o processo de colonização ou liberação sobretudo das



vozes de mulheres que somente poderiam adentrar a esfera pública através de vínculos associados ao sistema tradicional de gênero -como mães, avós e esposas.

Conclusão

Por se tratar da apresentação de uma pesquisa ainda em andamento, o presente trabalho buscou evidenciar algumas das principais temáticas e objetos de análise que permeiam a atual discussão no campo no qual a pesquisa se insere. O objetivo, portanto, da exposição não se centralizou na apresentação de conclusões finais, mas em especial de evidenciar o rico potencial que identificamos nas fontes cinematográficas para o debate da relação entre memória e gênero acerca da última ditadura argentina.

Defendemos assim, através desta breve exposição, que *La Historia Oficial* (1985) de Luiz Puenzo e *La Noche de los Lápices* (1986) de Hector Oliveira, inaugurais na representação e discussão da última ditadura argentina se apresentaram simultaneamente como tecnologia de memória e gênero. Isto é, através da atribuição de sentido do passado que veiculavam, também elaboravam e promoviam representações e organizações das relações sociais de gênero para o processo de construção da memória de corpos gendricados que pensam, agem e rememoram através deste dispositivo. Este fenômeno nos permite adentrar o debate acerca do lugar e da função que homens e mulheres ocuparam nesse evento traumático e na elaboração de narrativas nos anos seguintes, lançando luz sobretudo às temáticas que concernem a questão de gênero e que compõem as obras, tais como: o predomínio da elaboração da memória pública pelas mulheres através de vínculos associados ao sistema tradicional de gênero e violências sexuais e de gênero.

Referências

- ACUÑA, Mauricio. Brasil e Argentina: corpo, gênero e memória em *Cabra Marcado para Morrer* e *La Historia Oficial*. *Revista de Antropologia e Arte*, Campinas, n.7, v.1, p.56-69, jan-jun.2017
- ALMEIDA, Ricardo Normanha Ribeiro de. As ditaduras militares no cinema argentino e brasileiro: uma análise de *A História Oficial* e *Pra Frente Brasil*. *Baleia na Rede*, [S. l.], v. 1, n. 6, p.128-145, 2011.
- ALVAREZ, Victoria. Cine, represión y género en la transición democrática: Un análisis de “La noche de los lápices”. *Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*, v. 68, p. 51-62, 2018.
- ALVAREZ, Victoria. Género y violencia: Memorias de la represión sobre los cuerpos de las mujeres durante la última dictadura militar argentina. *Nomadías*, n. 19, p. 63-83, jul. de 2015.
- ARGENTINA, 1985. Dirección: Santiago Miltre. Argentina: Amazon Prime Video, 2022.
- BACCI, Claudia; OBERTI, Alejandra. *Testimonios, géneros y afectos*. América Latina desde los territorios y las memorias del presente. Villa Maria: Eduvim, 2022.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

BARROS, José D'. Memória e história: uma discussão conceitual. *Tempos Históricos*, Cascavel, v. 15, n. 1, p. 317–343, 2000.

BLANES, Jaume Peris. Desplazamientos, suturas y elusiones: el cuerpo torturado en Tiempo de Revancha, La Noche de los Lápices y Garage Olimpo. *Espéculo*, n. 40, p.1-12, fev.2009.

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. *Revista de História Comparada*, v.2, n.1, p. 1-19, 2008.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história. *Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n.24, p. 61-81, 2006.

CIANCIO, Maria Belén. El cuerpo en los estudios sobre cine: gestus femenino, o tecnologías y teratologías del género y de la (pos) memoria. *Daimon Revista Internacional de Filosofía*. v.5, p. 245-256, 2017.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.206-242.

DELEUZE, Gilles. *A Imagem-Tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FERREIRA, Alexandre Maccari. Uma memória transnacional da tortura em La Noche de Los Lápices: olhares epistemológicos sobre o cinema-história entre o representável e o irrepresentável. *Historiae*, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 102–125, 2021.

GOMES, Salatiel Ribeiro. *Cinema, história e melancolia: memórias da última ditadura militar argentina*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

GRAZIADEI, Neiva Maria Mallmann “Ó vós que entráis perdei toda a esperança”: a estética da resistência no cinema argentino. *Literatura e Autoritarismo*. [S.I.], n.33, 2019.

HENTZ, Isabel Cristina; VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, J.M; WOLFF, C.S; VEIGA, A.M. *Resistências, Gênero e Feminismos: contra as ditaduras do Cone Sul*. Mulheres: Florianópolis, 2009. p. 145-164.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Lima: IEP, 2012.

JOFFILY, Mariana. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. *Espaço Plural*, v. 10, n. 21, p.78–88, 2009.

LA HISTORIA Oficial. Direção: Luiz Penzo. Argentina: Entertainment One Films, 1985.

LA NOCHE de los Lápices. Direção: Hector Oliveira. Argentina: Aries Cinematográfica Argentina, 1986.

MACCHIONE, Patricia Delponti. Cómo analizar una película: a propósito de La Historia Oficial. *Área Abierta*, n.18, p.1-15, 2007.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: Edusp, 2007.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

OBERTI, Alejandra. “¿Qué le hace el género a la memoria?”. In: Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolf.(org), *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*, Florianópolis, Editora Mulheres, 2010, p. 13-31.

RAGGIO, Sandra. *Memorias de la Noche de los Lápices: tensiones, variaciones y conflictos en los modos de narrar el pasado reciente*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Gilberto Marcos A. "A História Oficial": Atualidade de um filme sobre ditadura e direitos humanos. *Revista Extraprensa*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 25-37, 2015.

TAYLOR, Diana. Performing Gender: Las Madres de la Plaza de Mayo. In: TAYLOR, Diana; VILLEGAS, Juan (org). *Negotiating Performance: Gender, Sexuality and Theatricality in Latin/o America*. Durham: Duke University Press, 1994, p.275-303.

TOLENTINO, Marcos. La noche de los lápices e os usos públicos das memórias e das representações dos desaparecidos na Argentina (1976-1988). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº 29, p.86-126, Ago./Dez., 2020.

VEZZETTI, Hugo. El terror en escenas: un estudio arqueológico del cine argentino en la postdictadura. *Romanische Studien: Beihefte*, n.2, p.27-38, 2017.

VISCONTI, Marcela. Lo pensable de una época: sobre La historia oficial de Luis Puenzo. *Aletheia*, v.4, n.8, p.1-13, abril 2014.

XAVIER, Ismail. Cinema político e gêneros tradicionais: a força e os limites da matriz melodramática. In. _____. *O Olhar e a Cena*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003

Proposal for a debate on memory and gender from cinema: the case of the last Argentine dictatorship (1976-1983)

Astract: This presentation intends to display and detail the construction of the ongoing research proposal inserted in the debate and also review the gender issue as a way of attributing meaning to the past in the last Argentine dictatorship (1976-1983). Our proposal to discussion is based on an important technology widely used in the context of redemocratization as a vehicle of memory: the cinema. To do so, we start from understanding this as a memory and gender technology, highlighting its potential to affect bodies and their different ways of acting, thinking and remembering the past under the gender dimension. In such a way, we believe it is possible to perceive the places and functions occupied by men and women in this traumatic event, leading to the constructed memory in the following years through cinema. For this, we chose the first two films produced in the Argentine nation to portray the theme of previous years: *La Historia Oficial* (1985) by Luiz Puenzo, and *La Noche de los Lápices* (1986) by Hector Oliveira. Based on the movies, we aim to discuss gender representations in cases of sexual and gender-based violence to which men and women were subjected, regards their repression and the space reserved for the narratives of these experiences. Furthermore, we will also seek to add the debate on the role designated to women in the construction of the memory of previous events and the predominance of their manifestation from the position of indirect victims and human rights activists, especially from their family ties. In this sense, we intend to highlight the narrative and audiovisual elements that led us to the



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

selection of works and themes, discussing advances in the debate between memory and gender and seeking to reveal the potential contribution of filmic sources to the scenario.

Keywords: Gender and Memory; Argentine Cinema; Argentine Dictatorship.



CURRÍCULOS ESCOLARES, GÊNERO E SEXUALIDADE: UM DIÁLOGO EMERGENTE

Leandro Cordeiro da Silva¹

Resumo: Na atual conjuntura brasileira, no âmbito educacional, a pluralidade de sujeitos e suas demandas vem crescendo, visando que os profissionais que atuam na área da educação estejam preparados para essas novas discussões e práticas escolares, ao atender um público diverso e plural. Nesse embate sobre educação, gênero e sexualidades, entraremos por uma abordagem dos currículos escolares, a problematização da exclusão dos sujeitos plurais nos currículos, assim como a invisibilidade ao trabalhar esses dilemas emergentes no cotidiano da sala de aula. Torna-se necessário observar como os currículos escolares do Brasil estão pautados, no modo como foram construídos e reconstruídos culturalmente através do tempo. Por fim, perpassando pelas instâncias sociais e culturais, o artigo aborda como as formas de violências que os estudantes sofrem dentro e fora do meio educacional, violências essas às vezes explícitas ou subjetivas, e como essa violência ocorre em graus diferentes, dependendo do gênero, da classe e da raça.

Palavras-chave: Currículo; Violência; Cotidiano.

Introdução

Conforme o avanço nos estudos da área de gênero, o campo das humanidades passou a rever, refletir e pesquisar questões antes não problematizadas e historicizadas, tem-se como exemplo pensar a importância da pluralidade dos sujeitos em seus currículos escolares. Partindo dessa premissa, o artigo a seguir busca trazer a importância da inserção desses sujeitos nos currículos escolares, tecendo problemáticas ao encontro das violências presentes no chão da escola. Na atual conjuntura brasileira, é notório a presença da pluralidade dos sujeitos em nossa sociedade, sendo essa mesma sociedade um espaço de naturalização e banalização de diversas violências contra os corpos marginalizados.

Em paralelo vemos em nossa sociedade, a conscientização da existência dessa diversidade, buscando uma inclusão/exclusão desses sujeitos que possuem diferentes religiosidades, raças, gênero, classe social, sexualidades e muitos outros marcadores sociais e identitários plurais. A sociedade se encontra polarizada em diversas questões sociais, políticas, econômicas e outras áreas. No entanto, apesar de os categorizarem como sujeitos marginalizados e tirarem seus direitos, principalmente com o aumento da onda conservadora na política brasileira nos últimos quatro anos, esses sujeitos resistem.

¹ Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. leandrocord64@gmail.com



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

As instituições escolares, por serem um dos pilares que compõem a formação dos sujeitos em nossa sociedade, vemos essa pluralidade ali presente, dando ênfase na educação básica. Contrapondo a essa diversidade de corpos e pensamentos, as universidades, as escolas e as demais instituições de ensino estão profundamente marcadas por grandes desigualdades sociais e suas violências.

Nesse cenário, essas diversidades são distinguidas pela cor da pele, pela cultura, pela origem, pela classe social, pela identidade de gênero, pela sexualidade, entre outros marcadores identitários e sociais. As práticas discriminatórias e preconceituosas em instituições laicas, vem muitas vezes de outros estudantes da instituição, como também de docentes e de funcionários da parte administrativa, contudo essas violências acabam a acarretarem para esses estudantes, um ambiente não muito saudável de aprendizagem; E se avançarmos nas etapas de ensino essa desigualdade social torna difícil o acesso à educação e a permanência de muitos estudantes nas universidades, ressaltando que os sujeitos alvos dessas violências são os que pertencem aos grupos marginalizados por nossa sociedade.

A sociedade brasileira, com raízes no patriarcado, oriundas do sistema escravocrata na fundamentação do imaginário do corpo negro e indígena. Desse modo, partindo dos pressupostos alicerçados na transdisciplinaridade das áreas de raça, gênero, sexualidade e classe social, evidenciamos uma grande problemática, a cultura opressora e preconceituosa, que se propaga cada vez mais pela sociedade conservadora em que vivemos, tornando difícil o indivíduo compartilhar de diferentes valores; O movimentos sociais (movimento negro e LGBTQIA+) e suas comunidades, buscam visibilidade e garantia de seus direitos, e mesmo assim ainda vemos com frequência inúmeros casos de violência, agressões físicas e psicológicas, além de inúmeras mortes por dia.

No que se diz respeito ao movimento LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgênero/travestis/transsexuais, queers, intersexuais, assexuais, sendo sinal de +, englobando pansexuais, binários, não binários, demissexuais e outros). Movimento criado para lutar por diversas causas, entre elas estão o direito ao casamento homoafetivo, à adoção de filhos, à dignidade no mercado de trabalho, buscando igualdade de salário, de tratamento no ambiente do trabalho e possibilidade de ocupar diferentes espaços e outros direitos.

Além das diversas sexualidades e gêneros que encontramos entre os estudantes e os sujeitos da comunidade escolar, encontramos uma pluralidade de etnias, raças e classes sociais na sala de aula, trazendo em pauta a questão racial, sendo outro marcador social que acentua a hierarquização da violência na sociedade e no chão da escola. Com a pluralidade dito anteriormente, presente em nossa sociedade, muitas escolas, ainda não estão preparadas para as novas demandas, desses novos sujeitos, seja por falta de formação adequada ou por mero fanatismo religioso de outrem. Muitas escolas, ainda



cultivam e promovem o preconceito e a discriminação, repercutindo e produzindo seu enraizamento, seus estereótipos, sua colonialidade, fabricando sujeitos e identidades, e uma falta de pertencimento desses sujeitos que não se veem nesses espaços e nem na história do nosso país.

Antes de adentrarmos nas violências que ocorrem no chão da escola e a importância do respeito às diferenças, buscaremos refletir e questionar os processos da construção dos currículos escolares, e como por muito tempo alguns sujeitos não estavam inseridos neles, contribuindo para a falta de pertencimentos desses estudantes na história e a contribuindo para a construção de estereótipos e imaginário em relação aos sujeitos marginalizados.

Os sujeitos nos currículos escolares: uma conquista.

A discussão de gênero é uma temática pertinente, e que não deve restringir suas discussões apenas à universidade. As pesquisas dos estudos de gênero devem ser levadas e discutidas na educação básica, no entanto, não deixando se restringir apenas na sala de aula, ou nas disciplinas isoladas de história e sociologia. As discussões de gênero devem incluir toda a comunidade escolar, desde estudantes, direção, gestão, coordenação à merendeiras, zeladores, motoristas dos ônibus que trazem os estudantes das áreas rurais; visto que esses funcionários têm papel importante na formação da cidadania e da identidade dos estudantes e na sua formação crítica e reflexiva.

Segundo Miguel Arroyo (2011, p. 147), “são sujeitos de história, culturas, valores e conhecimentos e exigem reconhecimentos.”. Por muito tempo a diversidade étnica e racial dos sujeitos foi ocultada pelos currículos de formação docente, contudo apenas com a legislação de nº 10.639/2003, onde torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, que esses sujeitos passam a ser obrigatórios estarem nos currículos escolares para serem trabalhados. No entanto, ter uma legislação que torna isso obrigatório, não diz respeito se está sendo trabalhado de uma forma correta, visto a falta de material didático ou o como esses materiais traziam esses sujeitos, muitas vezes apenas no período escravocrata e depois ele eram apagados da história do Brasil, mesmo entendendo que ao decorrer da historicidade da formação cultural do nosso país, houve uma grande influência da cultura africana.

Em relação aos sujeitos indígenas, nas abordagens dos currículos, foi apenas com a legislação de nº 11.645/2008, que alterou a lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, trouxe a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da rede de a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Entretanto, nos encontramos numa sociedade de grande conservadorismo, mesmo nomeada por muitos de sociedade liberal. Pontuando a partir daqui que as escolas reconhecem esses sujeitos, por meio das legislações



conquistadas com lutas e resistências, mas nunca na plena forma de igualdade, fazendo com que essa pluralidade de corpos e ideias permaneçam na forma de submissão perante a sociedade.

Já em relação aos estudos de gênero e sexualidades nos currículos escolares, o Brasil tem muitas problemáticas para sua implantação, visto a onda conservadora que se instaurou no país, pós eleições de 2018, onde Jair Messias Bolsonaro, foi eleito. Outro aspecto a se considerar, é que os estudos de gênero, ainda é bastante recente na história enquanto campo de pesquisa na área de história, imagine o quão novo são esses diálogos sobre currículos, gênero e sexualidade, numa perspectiva histórica, ainda se expandindo muito ao se tratar dessas discussões na educação básica.

Usamos um exemplo não muito distante, meu caro leitor, que provavelmente já tenha ouvido falar, é do projeto “Escola sem homofobia”, um projeto que foi barrado em 2011, pelos políticos que representam a onda conservadora do Congresso Nacional, alegando que o denominado “Kit Gay”, nome dado ao projeto pelo ex presidente da república, Jair Messias Bolsonaro e seu governo, estimulava o “Homossexualismo”- ressaltamos que não se utiliza-se o sufixo “ismo”, e sim o termo homossexualidade, já que não é mais considerado uma doença. No entanto, apesar de ser um projeto pensado visando combater a violência contra LGBTQ+ nas escolas, podendo impactar positivamente as vidas dos(as) estudantes, sujeitos sendo eles marginalizados ou não; Damos ênfase na grande valia ao levar que o projeto resultaria ao levar a discussão de gênero e sexualidade para as escolas, pois para além de ajudar as(os) a se identificarem como sujeitos com direito à cidadania e dignidade, em paralelo iria combater as injustiças criadas a partir de uma supremacia cis heterossexual.

No entanto, autoras como Joan Scott (1990), na sua obra “Gênero: Uma categoria útil para análise histórica”, discute a importância dos estudos de gênero na/e para história buscando algumas discussões do passado, fazendo rever o seu surgimento na historiografia da segunda metade do século XX. Procurando também a inserção da construção da masculinidade como parte do processo que aborda a perspectiva da identidade feminina; trazendo para o debate a emergência dos estudos das mulheres no campo da história perante uma narrativa tradicional. Abordando a importância dos estudos de gênero no campo da história, fazendo uma imersão no passado oferecendo novas perspectivas antes consolidada apenas por uma perspectiva masculina.

Portanto trazendo a diversidade desses corpos marginalizados e suas idéias, realidades e práticas de saberes, devemos considerar que em cada um desses sujeitos plurais implica várias lutas e desafios à violências. Na questão das mulheres indígenas e negras, um ponto que pode servir de aprofundamento, é a sexualização dos corpos. O grande embate, que se pauta numa visão muito genérica de como uma parcela da sociedade vê a área dos estudos de gênero, é pensar de modo genérico que estudamos apenas



o movimento LGBTQIA+, no entanto os estudos de gênero perpassam várias interfaces, nuances e abordagens, como discutido na obra da Joan Scott.

Segundo Ferreira (2009, p.43) “os temas como gênero e sexualidade não tem a intenção de acabar com os outros conteúdos já estabelecidos pelas disciplinas, apenas trazer uma outra forma de análise, sendo transversal e dialogando com as inquietações do presente”, sendo assim, compreendemos a importância da inserção desses sujeitos plurais, de gênero, sexualidades e etnias nos currículos. Entendemos que a desigualdade de gênero tem como consequência ao intensificar de outras desigualdades como a racial, social, étnica e outras. Na mesma perspectiva, devemos ressaltar que as suas masculinidades, também é uma linha de pesquisa dos estudos de gênero, e a construção dessas masculinidades perpassa questões sociais e históricas.

Ao pensar a construção da masculinidade uma questão social e histórica, e que também são plurais (masculinidades negras, trans, heterossexuais, indígenas, negras e outras), “a masculinidade não pode ser explicada por meio de referências à biologia. O gênero se refere aos papéis sociais que as pessoas desempenham (...); o sexo se refere ao sexo biológico, e a sexualidade, aos desempenhos das identidades de gênero” (TURNER, 2014, p. 25).

Segundo Sousa Santos citado por Arroyo (2011, p.149), “todos os conhecimentos sustentam práticas e constituem sujeitos”, portanto, se considerarmos as pluralidades como um leque de possibilidades de aprender com o desconhecido, as múltiplas práticas, os múltiplos saberes étnicos, raciais, de gênero, sexualidade e em paralelo com suas vivências, a rica diversidade de sujeitos plurais, resultaria num enriquecer dos currículos, além dos (as) estudantes de sentirem pertencentes a história, ao ambiente escolar, e ao facilitar o ensino e aprendizagem ao trazerem exemplos ligados às suas realidades.

Então podemos perceber, que os currículos escolares brasileiros, eles são uma construção social, política e histórica, que tem a possibilidade de pensar sua construção mais plural, visando uma educação mais humana e libertadora, onde tanto mestres quanto alunos aprendam no coletivo. Porque o grande problema que se encontra nas escolas e na sociedade é a dificuldade de lidar com a diversidade existente, principalmente aquelas ligadas à sexualidade e ao gênero. Essa dificuldade no âmbito educacional é extremamente prejudicial, pois acarreta problemas como bullying e atrapalha no ensino e na aprendizagem das (os) estudantes, além da dificuldade da permanência dele na educação.

Após essa discussão sobre currículos e a importância dos sujeitos de estarem inserido neles e se terem pertencido como parte sujeitos da história. Apresento aqui algumas formas de como podem ser trabalhados esse conteúdo de uma forma que não veja apenas o sujeito negro como homem agressivo e



a mulher na questão doméstica, ou a sexualização e os fetiches pelos corpos negros. Ou trabalhar a questão de gênero e sexualidades de formas pejorativas.

Uma boa forma de prevenir e combater atos de discriminação e preconceito no ambiente escolar é a inclusão de trabalhos sobre questão de gênero, sobre história das mulheres, papéis sociais, a construção das feminilidades/masculinidades, raças e sexualidade. A inclusão das discussões poderia ocorrer em forma de rodas de conversas e palestras, o acompanhamento psicológico nas escolas também se faz necessário nesse cenário.

Por fim ressaltamos que pensar numa educação histórica através da decolonialidade, entraremos na discussão da inserção do sujeito subalternizados e marginalizados ao decorrer da história pela racionalidade moderna sob uma visão eurocêntrica; essa mudança dos currículos traria uma proximidade do sujeito das salas de aulas com sujeitos históricos estudados assim acrescentando diversas narrativas em sua concepção histórica.

As violências no “chão da escola”

Depois das masculinidades surgirem nos espaços de discussão dos estudos de gênero, visto a necessidade da inserção da construção da masculinidade como parte do processo que aborda a perspectiva da identidade feminina (SCOOT, 1990), entende-se como a masculinidade, principalmente a hegemônica, ela contribui para as práticas das violências no chão da escola, toda construção do viril, da honra, pautada na religiosidade com demasia cristã.

Partindo da afirmação “Sem tratar os homens privilegiados como objeto de pena, devemos reconhecer que a masculinidade hegemônica não necessariamente se traduz em uma experiência de vida satisfatória”. (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.271). Ao pensar e refletir masculinidades, é violento pensar que em alguns modelos de masculinidade é previsto para os homens significa negar tudo que é feminino; buscando se afastar de tudo que remete a feminilidade e as prática remetidas ao feminino, essa ação se categoriza como violenta.

Para Bell Hooks (2017), “a masculinidade é tóxica para o homem, já que ele é o primeiro a sofrer, principalmente aqueles que não se encaixam totalmente nos padrões impostos”, no entanto a autora também discorre que essa violência se estende a outros sujeitos, pois acabam fazendo o mal para outros homens (homofobia) e as mulheres (machismo, feminicídio). E na questão dos sujeitos negros, o racismo, a sexualização e a objetificação dos corpos de homens e mulheres.

Claro que você já ouviu uma destas frases, no ambiente escolar, onde você estuda ou estudou, “homem não chora”, “anda igual homem”, “vira homem”, “isso é coisa de mulherzinha”, “que delicadeza



é essa”, causa disso é o traço em comum relacionada a representação da masculinidade hegemônica, que cabe ressaltar, que estamos nos referindo, a masculinidade de homens brancos, cisgênero e heterossexual. Essa violência que vimos nos são da escola, também vemos em relação às mulheres, estruturado no machismo, quando homens acreditam que são superiores apenas por serem homens. As grandes medidas da heteronormatividade no cotidiano escolar, podemos encontrar nos currículos saturados, que ainda promovem categorização, privilégios, hierarquização, violências em diversos graus, marginalização, estigmatização, subalternização, atos que acarretam por comprometer o direito à educação de qualidade.

Todas essas questões abordadas nos parágrafos acima, são discussões emergentes a serem discutidas agora no presente, entretanto, essa problemática da violência sofridas pelos sujeitos no ambiente escolar, não é tão recente; portanto para confirmar que essa discussão não é tão recente, pegamos como exemplo o ano de 2009, onde foi feita uma pesquisa pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), da USP, buscando atender um pedido do Ministério da Educação (MEC). nesta pesquisa ficaram evidentes que os homossexuais negros/as e pobres são as principais vítimas de bullying e discriminação no ambiente escolar. Portanto, já aqui podemos abrir espaços para discutir como o grau das violências que os sujeitos sofrem ao decorrer de quantos marcadores sociais, ele está inserido. Nessa pesquisa a FIPE, mostrou que a maior parte das práticas de discriminação e preconceito no ambiente escolar é contra a comunidade LGBTQIA+, negros/as e pobres, tendo um percentual de 40%. Podemos, portanto, compreender que essas discussões acerca das violências nas escolas, vem de muito tempo atrás, ressaltamos que esses crimes e preconceitos enfrentados pelas “minorias” e suas dificuldades cotidianas, acarretam num choque do que deveria ser a educação, onde essa pluralidade não precise lutar contra o preconceito em um ambiente que a princípio deveria ser de acolhimento, pertencimento, construção de saberes, cidadania e convivência coletiva.

Considerações finais

A função da escola é garantir acesso à educação formal e de qualidade para todos, o espaço de interação e troca de saberes, propiciando a promoção social de conhecimentos, de tradições, e de valores. No atual contexto, como a formação íntegra, inclusive interativa, fazendo os sujeitos chegar numa crítica reflexiva perante a sociedade a qual pertence e no tempo/espaço a qual está inserido. Os aspectos para mobilização de conhecimentos, adotados pelas práticas pedagógicas para chegar no resultado estabelecido pelo próprio currículo, são de caráter cognitivos, sócio econômicos, culturais e políticos com objetivo de fortalecer as relações interpessoais, a cidadania e a democracia, com ênfase a valorização da pluralidade de ideias e sujeitos.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

A escola, que seria um lugar de construção do conhecimento, perpetua-se em relação ao gênero e à sexualidade como lugar de medo, ignorância, muitas vezes moralistas, fundamentalistas, violentas e vergonhosas. A importância do tema “gênero” nos currículos escolares e no espaço escolar, e buscar uma maior conscientização das diferenças, defesa da pluralidade e da diversidade, resultando na contribuição da luta contra o discurso de ódio e os preconceitos, que virá da base da formação da cidadania, a educação básica.

Portanto, lutamos que o debate de gênero se torne emergente em outros espaços, além da educação, mas que esteja presente nessas discussões na segurança, na saúde, justiça, assim como outros assuntos considerados pertinentes. Por fim, voltando na questão educacional, como por exemplo, que a sexualidade e o gênero sejam implementados de forma concisa e reflexiva no currículo e no espaço escolar e trabalhados de forma ética por parte dos docentes, tanto nos currículos dos estudantes, como também na formação continuada de docentes, que nesse ponto, defendo que a formação continuada deveria se para todos os profissionais da educação, já que a formação cidadã desses estuda.

Referências

APRENDIZAGEM EM FOCO. *Silêncio da escola em relação à diversidade sexual prejudica a todos*. São Paulo, SP: Instituto Unibanco, n.11, mai. 2016. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-emfoco/11/index.html>. Acessado em: 13/04/2021

ARROYO, Miguel. A emergência dos sujeitos na sociedade e na escola. IN: ARROYO, Miguel. *Currículo, território em disputa*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. *Caderno Escola sem Homofobia. Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <https://nova-escolaproducao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acessado em: 13/04/2023.

BRASIL. Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 27 maio. 2023.

BRASIL. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008*

BRASIL. Ministério da Educação – MEC, Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP. Projeto de estudo sobre ações discriminatórias nome escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, Sócio econômica e orientação



sexual. Produto 07. Relatório analítico final. Coordenador responsável: MAZZON, José Afonso. São Paulo, maio de 2019.

CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W; Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Estudos Feministas, Florianópolis-SC, 21(1): 424, Janeiro-Abril/2013.

FERREIRA, M. O. V. Docentes, representações sobre relações de gênero e consequências sobre o cotidiano escolar. In: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Rosane Santos da; RIBEIRO, Paula Regina Costa, Org(s). Corpo, gênero e sexualidade: Problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande: Ed. FURG, 2009. p. 69-82.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista** Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v. 24, N. 1, p. 77-98, 2005.

Pesquisa Nacional Diversidade na Escola (2009). MEC e Fipe/USP: bit.ly/pesquisaDiversidadeEscola.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

TURNER, Bryan S. Corpo e sociedade: Estudos em teoria social. trad. MOURÃO, Maria Silvia. São Paulo: Ideias e Letras, 2014.

SOARES, Wellington. Conheça o “kit gay” vetado pelo governo federal em 2011. Nova Escola, 01 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governofederal-em-201>

School curriculums, gender and sexuality: an emerging dialogue

Abstract: In the current Brazilian situation, in the educational field, the plurality of subjects and their demands has been growing, aiming for professionals working in the field of education to be prepared for these new discussions and school practices by serving a diverse and plural public. In this clash between education, gender and sexualities, we will problematize the exclusion of plural subjects in the curriculum as well as the invisibility when working on these emerging dilemmas in the daily classroom through the approach of school curriculums. It is necessary to observe how Brazilian school curriculums are structured, the way they were culturally constructed and reconstructed over time. Finally, going through social and cultural instances, this paper discusses how the forms of violence that students suffer inside and outside the educational environment, violence that can be explicit or subjective, and how this violence occurs to different degrees based on gender, class and race.

Keywords: Curriculum; Violence; Daily.



PEÇA DE MOSAICO: O CASO DA ESCOLA NA REGIÃO DO RIO DOS BUGRES

Lorena de Freitas Fernandes Pereira¹

Resumo: No início da década de 1960, na região de Alfredo Wagner, uma escola foi criada. Não pelo crivo do estado de Santa Catarina, mas por um grupo de colonos que ansiava pelo aprendizado da língua portuguesa por parte de seus filhos. Afastados da administração do governo, convidaram uma mulher negra, de localidade próxima, para o posto de professora de 22 alunos, durante o período de 2 anos. Por meio dos relatos orais desta professora, busca-se compreender um objeto ainda pouco explorado pela historiografia catarinense: não só as escolas que se criaram por falta de amparo, mas as complexas relações étnico-raciais e de gênero que se deram em diferentes contextos. A apresentação discorre sobre esta escola e suas singularidades, sua construção, agentes citados naquela comunidade, motivações para sua construção, bem como a interação causal entre este evento e outros que o precederam, como a nacionalização do povo brasileiro e a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Educação. Imigração. Raça.

Introdução

Na possibilidade do uso de um relato oral como fonte histórica, embora o entrevistador vá com um objetivo em mente, as possibilidades que podem se abrir são desconhecidas. De início, este trabalho trataria unicamente do ensino de português para imigrantes alemães no início da década de 1960. A entrevistada, Maura Júlia de Souza Freitas, hoje com 79 anos, contou suas experiências como professora desta pequena população, aos 17 anos. Como dar enfoque apenas no aprendizado do português, em vista do relato de uma mulher, negra, que participou deste mundo por dois anos, enquanto ocupou este ofício?

A partir da leitura crítica do texto “Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho”, da historiadora Cristina Scheibe Wolff, surgiu a reflexão da temática de raça e gênero. Na passagem, ao dissertar sobre as mulheres imigrantes - italianas, alemãs e portuguesas -, a autora tende, como o título sugere, a falar sobre a laboriosidade destas figuras. A construção do pensamento, no entanto, encaminha o leitor a crer que estas mulheres trabalharam não por necessidade ou pela imposição de um sistema fortemente patriarcal, mas por sua origem, pelo fato de serem imigrantes, o que provocava em seus corpos esta bela lógica do trabalho. Afirma: “[...] um dos pontos em comum entre as mulheres italianas, luso-brasileiras e as poucas alemãs era o trabalho. Trabalhavam de sol a sol, tanto nas atividades da roça quanto da casa”

¹ Graduanda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); e-mail: loredeffpereira2014@gmail.com.

(WOLFF, 2000, p. 62). Ora, cria-se aí uma questão dicotômica: se existem as mulheres laboriosas, existem as que não o são?

Por meio do referido registro oral, rico não só por elucidar relações de um grupo com dado idioma, há relações étnico-raciais e de gênero ainda negligenciadas pela historiografia catarinense. Embora em seu texto Wolff assinala: “Pouco se tem pesquisado sobre ainda sobre as mulheres indígenas, as afro-brasileiras, ou sobre as mulheres de etnias asiáticas que vivem em nosso estado” (WOLFF, 2000, p. 61), a temática ainda é tratada como nota de rodapé ou jogada aos cantos como um problema para outrem. Cabe a este trabalho, então, não sanar estas lacunas, mas apresentar uma pequena parte de um mosaico ainda pouco explorado: das mulheres negras, seu labor, suas relações com outros grupos e as diferentes funções que executavam, dando enfoque, neste caso, ao ensino do português a crianças alemãs.

Entre a língua e o isolamento

Entre os anos de 1960 e 1961, Maura, aos 17 anos, recebeu um convite na porta de sua casa: *Ele foi lá a cavalo, o alemão, foi a cavalo falar com o meu pai, perguntar pro meu pai se ele não cedia uma filha pra ensinar os meninos, as crianças, a falar em brasileiro. Ao menos a escrever o nome. Porque eles não sabiam nadinha, não tinha ninguém adequado pra dar aula pra eles*². Na região entre o Rio dos Bugres e Alfredo Wagner, a situação da alfabetização de comunidades negras, bem como de imigrantes, seguia um padrão já visto em outras localidades: o abandono. Semelhante situação ocorreu com a irmã da depoente, já professora - não para alemães -, e sim brasileiros da região de Vargem dos Bugres, também sem escolas: *Já tinha uma irmã minha que era professora, a tia Laura. Ela era professora em Vargem dos Bugres, onde nós tínhamos casa, onde nós morávamos. Passava o Rio dos Bugres, e depois que chegava no Rio do Misch*³.

A imigração alemã foi politicamente utilizada de diferentes formas, variando entre momentos de ora indiferença, ora maior atenção (ALTENHOFEN, 2004, p. 83). Embora houvesse o objetivo de introduzir mão de obra no Sul do país e estimular o branqueamento, foi necessária a adaptação. Com a vinda destas populações no século XIX, políticos do Império e posteriormente da República demonstraram preocupação com a nacionalização destes imigrantes. No período republicano, a criação de colônias mistas, por exemplo, foi ação com o objetivo de assimilação linguística por convivência (Ibidem, p. 84).

² FREITAS, Maura Júlia de Souza. Depoimento concedido em 20/06/2023, Centro Histórico, São José.

³ Ibidem, 2023.

Com o pouco auxílio recebido pelas populações alemãs no momento de sua imigração, embora se tenha propagandeado um mundo novo e cheio de possibilidades, os recém-chegados receberam terras ainda a serem desbravadas. O conflito com caboclos e indígenas se deu violentamente – como no Oeste do estado –, terminando com a extinção destes grupos, principalmente por meio de bugreiros⁴, num processo que se deu até o início do século XX (FÁVERI, 2002, p. 31). Em áreas isoladas, acabaram por se formar comunidades próprias. Igrejas, escolas e jornais se utilizavam do alemão na comunicação, e, em alguns casos, possuíam pouco contato com o português (PREIS JÚNIOR, 2020), e a questão de gênero se acentua: *Os pais sabiam. Muitos pais sabiam, e a mãe não. O pai sabia falar, e a mãe não. A Dona Martina, que era mãe do Arno e da Valmira, o pai sabia falar em brasileiro, e a mãe não, chamava as vacas pelo nome em alemão [...] ela falava comigo tudo em alemão*⁵. Este foi o caso do grupo de imigrantes que se instalou do Rio do Misch.

Ali, no entanto, já se encontravam populações negras e indígenas, bem como a miscigenação entre ambas. Estes grupos, dos mais marginalizados do período (, eram vistos pelas elites, apoiados por uma obsoleta psiquiatria do século XIX, como degenerados, doentes (DÁVILA, 2005, p. 111). Reformas urbanas de teor higienista que haviam ocorrido em Florianópolis na primeira metade do século XX passaram a excluir ainda mais o negro. Em algumas regiões rurais, no entanto, operavam outras lógicas, como na interação dos diferentes grupos vistos e vivenciados por Maura: uma mulher negra fazendo o papel de educar, o que posteriormente viria a ser desempenhado pelo Estado.

Do ensino do português

Distantes dos centros administrativos do estado, as comunidades de colonos se organizaram para iniciar o ensino do português. Aqui, o movimento era diferente de urbes como Blumenau, onde posteriormente a memória do imigrante trabalhador e solidário se firmou (FROTSCHER, 2000, p. 190). Embora ali tenham aflorado centros e clubes alemães, nos arredores do Rio do Misch formou-se uma escola, construída pela comunidade. A necessidade falou mais alto: *Eles queriam falar porque estavam no meio... tinha aquela aglomeração no Rio do Misch, mas aqui por fora, era tudo brasileiro. Brasileiro de Vidal Ramos, brasileiro de Imbuia, da terra da cebola...*⁶. No projeto comunitário, *fizeram uma escola para mim. Os colonos se juntaram e fizeram uma escolinha para mim. Fizeram, se juntaram, as famílias,*

⁴ Mercenários contratados especificamente para a aniquilação de povos indígenas.

⁵ Ibidem, 2023.

⁶ Ibidem, 2023.



do Sr. Leopoldo Schwab, do Sr. Alfredo Zeitz, meu padrinho João Voss, a minha madrinha Lúcia Voss, que tinha dois filhos, o Vilson e o Valmor, que se juntou também, e fizeram a escolinha⁷.

A mobilização para a execução do projeto não só demonstra a necessidade da absorção do idioma local, mas também as atividades econômicas desenvolvidas no período: *A maioria das famílias... tinha um que tinha uma serralheria, grande, que eles trabalhavam mesmo na serralheria. As pessoas levavam madeira para eles serrarem para fazerem as casas. E tinha outros que era agropecuária, tinham gado, e junto com o gado, porcos, galinhas, muito marreco, pato, ganso...*⁹. De um destes ofícios, surgiu a possibilidade de construção da escola: *Fizeram a escolinha assim: foram numa madeireira, lá de um alemão, o Sr. Leopoldo Schwab, e cortaram a madeira todinha, da terra deles mesmos, e trouxeram para um lugarzinho, assim, um terreninho, num lugar alto, que não lembro de quem era a família. Eu sei que roçaram e fizeram o fundamento, único e exclusivamente para eu dar aula*¹⁰.

Da integração nacional

Como já dito, a escola existiu por dois anos. Como se encaminha, então, o fim desta pequena organização? Voltando um pouco no tempo, dois eventos podem responder à pergunta, e ambos giram em torno de Getúlio Vargas: as impressões que se criaram em torno da Segunda Guerra Mundial e a nacionalização do Estado brasileiro, exposta no tópico seguinte. Num primeiro momento, pode-se pensar que espaços rurais não sofrem estas interferências, contudo, estes processos ocorreram, em tempo posterior às metrópoles.

Embora os ânimos contra os imigrantes alemães tenham se potencializado no Estado Novo (1937 – 1945), esta questão já estava presente entre o fim do século XIX e início do XX. Os movimentos imperialistas da Alemanha ante países africanos e asiáticos, somados à Primeira Guerra Mundial, foram motivo de tensões num momento em que grupos, clubes e associações alemãs fervilhavam (FÁVERI, 2002, p. 32). Neste processo, a nacionalização no estado de Santa Catarina por meio da educação teve seu início já em 1911, num período anterior.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a situação piorou. Dado o rompimento das relações do Brasil com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) em janeiro de 1942, o governo federal se voltou de forma firme às perseguições políticas. Não apenas alemães, mas italianos, japoneses e seus descendentes receberam o estigma da guerra. Em diversas cidades do estado de Santa Catarina ocorreram

⁷ Ibidem, 2023.

⁸ Ver anexo I.

⁹ Ibidem, 2023.

¹⁰ Ibidem, 2023.

manifestações contrárias a estes grupos. Estabelecimentos e placas com nomes alemães foram depredados, bem como casas e muros foram pichados, num movimento de contrariedade a este tal inimigo interno e em favor do “ser brasileiro” (PREIS JÚNIOR, 2020, p. 35). Nesta esteira, o discurso de Getúlio Vargas proclamado no 7 de setembro de 1942 elucida a questão. Embora faça um aceno aos imigrantes que se assentaram no país, laboriosos, adverte:

De modo bem diverso serão tratados todos que, traindo os compromissos assumidos e ludibriando nosso acolhimento generoso, auxiliarem de alguma forma os inimigos, com eles mantiveram entendimentos, espionando ou fazendo sabotagem. A estes, aplicaremos com rigor a lei da guerra (VARGAS, 1942, apud FÁVERI, 2002, p. 36).

Tom semelhante foi mantido pelo interventor Nereu Ramos, quando da sacada do palácio do governo do estado discursou sobre “hordas vandálicas que o hitlerismo adestrou para o crime [...] pela alucinação demoníaca do totalitarismo pagão” (RAMOS, 1942, apud FÁVERI, 2002, p. 36 - 37). Esta dicotomia entre bem e mal, entre nós e os outros, se mostrava viva por meio da alcunha dos “quintas-colunas”. Esta expressão que também durante o período Vargas enquadrava comunistas, demarcava grupos infiltrados, suspeitos. Neste contexto, a brasilidade estava em voga. Ainda que estes eventos tenham se dado num momento anterior, continuou reverberando no estado nas décadas seguintes. O cuidado e a mistificação deste europeu trabalhador permanecem quando conveniente, contudo, se apagam facilmente face à situação isolada e de abandono destas comunidades fora de círculos de visibilidade, como Blumenau.

Para a criação de um imaginário pleno, que englobasse a todos, estes estrangeiros deveriam ser incorporados, bem como, e em maior instância, negros e indígenas. O ambiente escolar, de formação dos cidadãos brasileiros, deveria ser o ponto focal. A existência de escolas formadas por imigrantes se deu do fim do século XIX até meados do XX e se tornou foco de combate no período (SANTOS, 2010, p. 95). A escola do Rio do Misch, no entanto, embora tivesse 22 alunos quase que em sua totalidade alemães e nascida num período posterior, passou pelo mesmo processo.

Respondendo à questão sobre o fim da escola, eis o que o relato nos diz: *Aí, eles aprenderam a ler e a escrever, e a fazer o próprio nome. Aí mais no alto da serra, já indo pra Leoberto Leal, Alfredo Wagner, surgiu uma escola mista estadual. Já tinha pequeno convênio com o município, estado, não sei. Lá eles formaram uma escolinha maior. Veio uma professora também do meu lugar, de onde eu morava, casou e foi pra lá. Só que os meninos, da minha redondeza, que eu dei aula, eles não frequentaram porque era muito longe. Era na boca da serra, já indo pra Leoberto Leal¹¹.* O caminhar para uma

¹¹ Ibidem, 2023.

educação unificada na figura do estado, processo iniciado mais de duas décadas antes, havia pousado na comunidade do Rio do Misch.

O trabalho não remunerado

Maura, que residiu com uma das famílias, retornou à sua casa: *Eu morava na casa do alemão. Morei na casa do alemão, do Sr. Alfredinho. E eu acho que não [recebi]. Eu tinha estadia na casa, comia e bebia sem pagar nada. Ele tinha uma criação de gado e de porco grandes. A escola foi ideia dele. Era um dos colonos mais fortes que tinha. Dos filhos dele estudava a Niksha, o Arno e o Hélio*¹². Chama a atenção o fato da não remuneração, apenas garantia de estadia, contudo, o fato parece não causar grande estranhamento à entrevistada, e sim certo constrangimento. Junto à declaração de não receber qualquer tipo de pagamento, justificando o fato por ter sido *tratada como uma princesa*¹³, restam a estadia e alimentação garantidas como suficientes.

Na década de 1930, mais de 30 anos antes da escola do Rio do Misch surgir, parlamentares discutiam a elaboração de uma nova Constituição. Bertha Lutz e outras vozes do período debatiam sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, bem como direitos que apenas mais tarde seriam garantidos junto à Previdência Social, como o direito a licença maternidade (MARQUES, 2016, p. 683). As políticas trabalhistas do período Vargas tratavam de conferir ao empregado, quase que exclusivamente masculino e urbano, uma gama de direitos nunca antes vistos. Em cantos mais afastados, rurais e envoltos por questões de raça e gênero, no entanto, mesmo décadas depois, estas lógicas não se operavam, havendo até mesmo, como no caso, trabalho não remunerado.

Quanto a se sentir confortável naquele ambiente, diz: *Muita colaboração. Eu fazia festa junina. Eles tinham tudo para a festinha das crianças. Era tranquilo. Nesse tempo que eu estive lá, eu não achei nada assim (em relação a qualquer tipo de preconceito racial)*¹⁴. Contudo, ainda que a presença alemã fosse quase que majoritária, havia casos: *Lá por dentro, assim, poucos brasileiros. Eu lembro do Sr. Santos Severo, eu lembro do Sr. Valdomiro, era uma família preta, me lembro do Sr. Joãozinho da Dona Dolores e me lembro do Firmino e do Zequinha*¹⁵

Considerações finais

¹² Ibidem, 2023.

¹³ Ibidem, 2023.

¹⁴ Ibidem, 2023.

¹⁵ Ibidem, 2023.



Cabe aqui a reflexão sobre alguns pontos trazidos pelo relato oral. Um deles, partindo do próprio objeto de análise, é pensar sobre a vastidão de eventos e cenários singulares que se perderam no tempo pelo desprezo e pouca atenção dados a deste tipo de fonte. Embora haja um forte movimento em vista da visibilidade da mulher negra nos estudos historiográficos, ainda nas produções catarinenses há uma carência destas pautas. As imigrações açorianas, italianas e alemãs para o estado monopolizaram pesadamente debates nos campos do trabalho, gênero e costumes, travestidos por sua propagandeada rica cultura. Isto não se deu por um acaso, uma vez que os governos catarinenses propagandearam pesadamente cada um destes expoentes imigratórios. Ao negro, em segundo plano, restaram as relações de trabalho como o único papel que lhe coube, deixando ainda mais de lado outras nuances, como as de gênero.

A referida interação entre grupos e agentes diferentes demonstrou pelo exemplo de Maura aspectos do cenário catarinense, bem como nacional. Embora o movimento modernizador do Governo Federal estimulasse a integração e homogeneização em prol da identidade una do brasileiro, diferentes comunidades não hesitaram em criar suas próprias relações sociais. Estas interações, no entanto, possuem ainda suas incongruências e particularidades relativas a jogos de poder interiores, como a questão da remuneração. Estes casos pouco documentados poderiam auxiliar na formação de uma história do negro catarinense, bem como desmistificar algumas das relações tidas como glamorosas criadas entre os imigrantes que aqui se instalaram.

Referências bibliográficas

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. **Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil.** Revista Internacional de Linguística Iberoamericana, Vol. 2, No. 1 (3), Políticas da Linguagem no Brasil (2004), pp. 83-93.

CAMPOS, Cynthia Machado. Diversidade e integração. In: **Santa Catarina 1930: da degenerescência à regeneração.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p. 59 -104.

DÁVILA, Jerry. **O valor social da brancura no pensamento educacional da era Vargas.** Revista Educar, Editora UFPR. Curitiba, n. 25, p. 111-126, 2005.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) Guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina.** Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

FROTSCHER, Meri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: identidade, memória e poder. In __: **Visões do Vale: Perspectivas Historiográficas Recentes.** Editora Nova Letra, Blumenau, 2000.

GARCIA, Fábio & NOGUEIRA, João Carlos. Movimentos negros e negros em movimento: associativismo e transformações sociais no pós-abolição. In: BRANCHER Ana Lize & MACHADO,

Vanderlei. **História de Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2022, p.43 – 60

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 667-686, set./dez. 2016.

PREIS JÚNIOR, Egar. **O perigo alemão nas colônias do estado de Santa Catarina: Era Vargas e Segunda Guerra Mundial**. Revista Caribeña de Ciencias Sociales, 2020.

SANTOS, Ademir Valdir dos. **Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas**. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, n. 24, p. 83-111, set./dez. 2010.

WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho. In: BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000, p. 61 – 72.

Anexo I



Maura e os alunos da escola da região do Rio do Misch.

MOSAIC PIECE: THE CASE OF THE SCHOOL IN THE RIO DOS BUGRES REGION

Abstract: At the beginning of the 1960s, in the Alfredo Wagner region, a school was created. Not because of the state of Santa Catarina, but because of a group of settlers who longed for their children to learn the Portuguese language. Removed from government administration, they invited a black woman, from a nearby location, to teach 22 students for a period of 2 years. Through this teacher's oral reports, we seek to understand an object still little explored by Santa Catarina historiography: not only the schools that were created due to a lack of support, but the complex ethnic-racial and gender relations that took place in different contexts. The presentation discusses this school and its singularities, its construction, agents mentioned in that community, motivations for its construction, as well as the causal interaction between this event and others that preceded it, such as the nationalization of the Brazilian people and the Second World War.

Keywords: Immigration. Education. Race.



TRANSEXUALIDADE E VIOLÊNCIA: O COTIDIANO DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Luciene Carla Corrêa Francelino¹

Resumo: O presente estudo é parte integrante de uma pesquisa de doutorado, que investiga as violências que mulheres transexuais e travestis enfrentam e os mecanismos que utilizam para subsistência. Dentre os diversos tipos de violências, podemos destacar: as dificuldades enfrentadas na família em virtude da transexualidade, os preconceitos vivenciados no ambiente escolar e os desafios para conseguirem um emprego formal. Em virtude da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, muitas dessas mulheres são empurradas de forma compulsória para a prostituição. A transfobia tem sido responsável pelo extermínio dessa parcela da população, os crimes são ritualizados, com requintes de crueldade e violência, como uma forma de espetacularização. O Brasil é o país que demonstra maior nível de intolerância contra essas pessoas. Tais violações de direitos se manifestam de diversas formas, como: assédio moral, violência física, psicológica, até o assassinato. Para embasar esta pesquisa serão utilizados relatos de mulheres transexuais e travestis, dados estatísticos obtidos através de relatórios produzidos pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e transexuais) e reportagens veiculadas nos meios de comunicação impresso e digital.

Palavras-chave: Mulheres trans; travestis; violência; subsistência; cotidiano.

Travestilidades e transexualidades

Os estudos de gênero procuram analisar as desigualdades sociais nas relações entre homens e mulheres a partir de relações de poder. Gênero é uma categoria que estreou uma forma de pensar as relações entre homens e mulheres com base na desnaturalização dos sentidos atribuídos às diferenças entre os sexos. O conceito de gênero revela que as diferenças biológicas entre homens e mulheres são utilizadas para explicar como naturais, os seus comportamentos sociais, e tais diferenças têm sido interpretadas e valoradas de modo desigual, sendo transformadas em desigualdades e favorecendo a cristalização de posições tais: homens opressores e mulheres oprimidas. Isto tem contribuído para a justificação da violência contra as mulheres. Segundo a perspectiva da teoria de gênero, as diferenças entre o que é considerado como próprio do feminino ou do masculino são construídos culturalmente, ou seja, sentidos socioculturais para as diferenças sexuais são produzidos e transformados continuamente ao longo da história (SCOTT, 1995).

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Título da pesquisa: Mercado de trabalho, violência e subsistência no cotidiano de mulheres trans e travestis em Cachoeiro de Itapemirim/E.S (2015-2022). E-mail para contato: lucienecarla20@hotmail.com.



Nesta perspectiva Saffioti (2004) assevera que a violência que atinge mulheres, homossexuais, travestis e transexuais não pode ser entendida como um fenômeno natural, ou como algo que acontece fora de uma relação de poder, mas como um acontecimento produzido entre pessoas que ocupam posições opostas e desiguais no binômio: dominação/submissão. A dualidade imposta pela percepção das relações desiguais entre os sexos, geralmente está relacionada a uma análise heteronormativa², excluindo outras formas de existência. Mas é importante destacar que nem sempre o sexo biológico de nascimento representa o modo como a pessoa se identifica, ou se reconhece. A identidade de gênero refere-se à percepção que a pessoa tem de si mesma, enquanto homem ou mulher. Tal definição se baseia em uma lógica binária dos sexos, que qualifica o indivíduo como feminino ou masculino a partir do nascimento. Essa condição o acompanhará por toda a sua trajetória e influenciará a sua vida social e jurídica, moldando suas práticas sociais e a maneira de perceber-se e comportar-se, que serão reforçadas ou punidas no âmbito social (FIGUEIREDO, 2012).

De acordo com a identidade de gênero, as pessoas cisgênero (“cis”) são aquelas que se identificam com o gênero, referente ao sexo biológico de nascimento, e pessoas não-cisgênero, são aquelas que nasceram com um determinado sexo biológico, mas possuem uma identidade oposta a este, sendo classificadas como, transgênero, transexuais ou somente pessoas “trans” (JESUS, 2012).

Os termos transexualidade e travestilidade são utilizados para falar de pessoas que foram identificadas como homens pelo sexo de nascimento, mas que em um determinado momento da vida se reconheceram com uma identidade feminina. É comum a utilização do termo genérico, trans para identificar tais pessoas, mas uma diferença que pode ser mencionada em relação aos termos trans e travesti consiste no seguinte, o termo travesti foi cunhado a partir de um sentido pejorativo, para se referir a pessoas que trabalhavam como prostitutas ou para representar essa categoria a partir da perspectiva da marginalidade e criminalidade. Enquanto a palavra transexual, pode ser entendida como um termo mais polido, deixando subtendido que as trans possuíam mais instrução e estivessem desvinculadas do universo da criminalidade e da prostituição.

Entretanto, muitas ativistas trans defendem a necessidade de utilização do termo travesti, como forma de posicionamento político e para dar visibilidade às conquistas do movimento no Brasil. É importante destacar, que a palavra transexual é um termo novo, que tem sido utilizado com o sentido que atribuímos atualmente apenas há cerca de 20 anos. E a luta dessa categoria vem de longa data. As palavras

² É um termo usado para descrever situações nas quais a orientação sexual que diferem do heterossexual, são marginalizadas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.



mudam e se reelaboram, mas o ativismo acontece há muitos anos, reivindicando dignidade, reconhecimento e políticas públicas para essa população. Ao tentarmos definir a categoria trans nos colocamos diante de um grande desafio, pois mesmo que haja uma divisão genérica na qual se enquadrem diversas pessoas com vivências plurais, há também singularidades que fazem parte desse agrupamento. Dessa forma, é difícil definir transexualidade partindo de categorias fixas, visto que o termo apresenta certa plasticidade. De forma genérica o termo trans engloba todas as pessoas que possuem um gênero diferente do sexo biológico ou de nascimento (CLARK, 2015).

No passado alguns autores defendiam que o principal fator de diferenciação entre mulheres transexuais e travestis estava na cirurgia de redesignação, que é um procedimento cirúrgico com a finalidade de adequar o órgão genital da pessoa trans à sua identidade de gênero. Neste caso, para ser reconhecida como mulher trans, a cirurgia era fator essencial. Partindo dessa lógica, a travesti desejava realizar o procedimento cirúrgico. Thanem e Wallenberg (2016) destacam que, categorias trans não podem ser consideradas como permanentes ou definitivas, visto que algumas transexuais não desejam fazer a cirurgia de redesignação, do mesmo modo que algumas travestis desejam fazê-la. O pressuposto de relacionar a transexualidade à necessidade de procedimento cirúrgico de transgenitalização, teve início na segunda metade do século XX, quando teorias a esse respeito começaram a ser difundidas, por estudiosos interessados pela temática.

Um desses estudiosos foi o endocrinologista Harry Benjamin, que na década de 1950, nos Estados Unidos, passou a estudar e estabelecer fenômenos e características que diferenciavam transexualidade de homossexualidade. A principal diferença, de acordo com Harry, era a abjeção que as pessoas transexuais tinham em relação à sua genitália. Ele defendia que a única solução terapêutica seria a cirurgia de “transgenitalização”. Assim, ficaram estabelecidos os critérios científicos para diagnosticar e tratar o que muitos estudiosos diziam ser o “verdadeiro transexual”. A repulsa pelo sexo biológico era tida como a principal forma de reconhecer uma pessoa como sendo transexual. Mas a fluidez dos conceitos e o avanço das pesquisas, acabou demonstrando que a cirurgia pode ser uma possibilidade para ambas as categorias. Contudo, procedimentos cirúrgicos ou o desejo de realizá-los, não são suficientes para definir a identidade transexual dos sujeitos (KÖLLEN, 2018).

Após essas considerações, destacamos que os termos utilizados acerca das interlocutoras deste estudo será mulheres trans e travestis, sem critérios de diferenciação biológicas ou estéticas, visto que, essa diferença está relacionada ao modo como cada pessoa se autodenomina, e não como a sociedade interpreta esses sujeitos.



Mulheres trans e travestis são atravessadas por diversos marcadores sociais relacionados a gênero, raça e classe social que influenciam no modo como elas significam suas vivências e a maneira como a sociedade as percebe. Essa população está sujeita a diversas violências que se impõem através da expulsão de casa, na dificuldade de permanência na escola e da não inserção no mercado formal de trabalho. No Brasil, o racismo, aliado à transfobia são fatores determinantes para eleger quem acessa direitos básicos relacionados a moradia, escolarização, empregabilidade e segurança.

O trabalho no cotidiano de mulheres trans e travestis

Algumas trans e travestis vivenciam uma rotina de violência no ambiente familiar, as vezes ainda na infância, quando são constrangidas a desempenharem papéis relacionados ao sexo de nascimento, ouvindo frases do tipo: *vira homem! Se comporte como um menino!* No ambiente escolar as opressões se materializam, e muitas vezes são praticadas por pessoas que deveriam proteger essas crianças ou adolescentes, ou seja, gestores, professores, pedagogos e corpo docente em geral. Embora essa população seja amparada pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e na Resolução nº 01/2018 do MEC, que garante o uso do nome social e do banheiro conforme o gênero, esses direitos não são garantidos. Nesta perspectiva, a escola acaba se tornando um ambiente hostil, no qual ir ao banheiro se torna uma prática constrangedora e por vezes, motivo de discussões e disputas. Tais corpos não são bem-vindos no banheiro feminino e ao mesmo tempo estão sujeitos a assédio e violência no espaço masculino. Por isso, uma grande parcela dessa população não consegue completar a Educação Básica, Bento (2011) nomeia esse fenômeno de expulsão informal.

Dessa forma, a baixa escolaridade associada a transfobia e muitas vezes ao racismo – no caso das trans e travestis negras - diminui drasticamente a possibilidade de inserção das trans e travestis no mercado formal de trabalho. De acordo com dados fornecidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) cerca de 90% da população trans e travesti atua na prostituição por falta de oportunidade no mercado formal de trabalho. Isso quer dizer que o emprego formal não é uma realidade para a maioria delas.

Isto posto, a prostituição apresenta-se como um trabalho quase que inevitável, principalmente por causa dos preconceitos que reprimem as oportunidades tanto de escolarização, como de acesso ao trabalho formal. Neste artigo serão utilizados relatos de três mulheres trans e travestis maiores de 18 que compõem a pesquisa de doutorado em questão. É importante mencionar que a pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa e as informações referentes a gênero e cor/raça, são atribuídos conforme autodeclaração das entrevistadas.

Nice é uma mulher trans negra de 24 anos de idade que compõe esta pesquisa, seu relato exemplifica bem o que a transfobia e a falta de oportunidade no mercado formal de trabalho podem provocar no cotidiano de mulheres trans e travestis. Nice informou que por volta dos 10/11 anos de idade, começou a se vestir e maquiar como uma menina, na casa de uma amiga. Isso dificultou a sua vida na escola e na família.

Eu saí da escola, né! Como eu já tinha virado uma transexual, a escola começou a implicar com os meus trajes (...) muito preconceito, muito bullying. Professores e diretores não faziam nada. Eu saí da escola na 8ª série, né! (...) A minha mãe era a única que me aceitava (...) minha mãe morreu quando eu tinha 13 anos de idade. Daí pra frente eu fiquei sozinha, nas ruas, nas casas das pessoas (...) comecei a me prostituir aos 18 anos, em Viana. Ali mudou tudo (...) ali acabou com a minha vida, destruiu todos os meus sonhos, acabou com a minha saúde, acabou comigo.

A prostituição é um dos ofícios predominantes entre as trans e travestis e são pouquíssimas as iniciativas estatais para inserir tais mulheres no mercado de trabalho para além da prostituição. O mercado informal do sexo apresenta-se como um trabalho quase que inevitável, principalmente por causa dos preconceitos que reprimem as oportunidades tanto de escolarização, como no trabalho formal. Benedetti (2005) observa que quando as trans e travestis começam o processo de transição, ou simplesmente passam a utilizar roupas e acessórios femininos, é comum que o espaço familiar se torne hostil e ameaçador para muitas delas. As agressões passam a ser frequentes por parte de familiares, até ocorrer a expulsão de casa. Muitas dessas pessoas procuram espaços de sociabilidade que sejam de encontro com seus pares. Conforme afirma Pelúcio (2007, p.72): *Nas esquinas é que as travestis têm a sensação de pertencer a algum lugar. Um lugar que começa no corpo de outra travesti.*

Sobre o mercado do sexo, Nice destacou que após ter trabalhado em Viana/E.S foi para São Paulo, com sonhos de uma vida melhor. Mas como diversas mulheres trans e travestis que se prostituem, foi vítima de exploração sexual,

(...) Aí eu fui pra São Paulo e fiquei presa na casa de uma cafetina. Ela batia nas meninas, raspava a cabeça, dava choque, jogava na Br. Eu fiquei presa nessa casa tendo que trabalhar dia e noite, suja, na rua. Pensei que eu ia morrer, foi uma fase horrível da minha vida.

Para aguentar a rotina pesada dos programas, Nice fazia uso frequente de bebidas alcólicas e drogas ilícitas, fator que comprometeu drasticamente a sua saúde e qualidade de vida, inclusive na prostituição, pois sua aparência física não era tão vendável neste período.

A transfobia afeta drasticamente o modo de vida das transexuais e travestis, percebo que Nice tenta normalizar tais situações como forma de proteção, mas é notório como o preconceito favorece a sensação de insegurança e de não pertencimento a espaços sociais majoritariamente cisgêneros. Por isso

muitas pessoas trans mesmo exploradas por cafetões, cafetinas e intermediadores, sentem-se mais seguras no mercado do sexo.

Os territórios da prostituição também são locais de disputas, onde estão bem demarcados os lugares onde as trans e travestis devem trabalhar. Além disso há relatos de violências entre elas, em virtude da concorrência. Nice enfatizou esse tema em seu relato, referente ao período em que viveu e se prostituiu em São Paulo.

As próprias travestis as vezes implicam umas com as outras. Já me pegaram na covardia, já me bateram, sabe! De tudo um pouco nessa vida eu já passei. Então eu conheci a droga (...) é na prostituição que a gente conhece. Aí, né! você não tem valor na sociedade. Então ali no meio das suas amigas você já perde o valor, elas te criticam, elas te julgam, ninguém quer te ajudar, todo mundo te julga. Suas amigas não, ne! Porque ali na verdade você não tem amigas, tá!

Atualmente Nice não trabalha no mercado do sexo, relatou que conseguiu alguns empregos, mas nenhum deles com garantias trabalhistas. Os desafios nos locais de trabalho ainda são muitos.

O meu primeiro emprego foi numa pizzaria. Foi muito difícil porque eu sofri muita transfobia lá dentro. Muita, muita, muita! (respiração profunda) (...) esse segundo emprego até que me respeitam, tá sendo tranquilo. Mas sempre tem um funcionário ou outro que faz uma piadinha, não comigo, mas com uma pessoa próxima, com alguém que eu conheço, aí fica chato. As vezes um cliente olha assim, de uma cara fria, sabe, estranha! Mas nada demais, assim que possa me afetar muito. Mas eu fico um pouco triste as vezes, né! Dá vontade de chorar, mas isso acontece, né! É o mundo que a gente vive, infelizmente.

O relato de Nice está em conformidade com o que assevera Juliani (2017) acerca da inserção das travestis e mulheres trans no mundo do trabalho. Este destaca que nas poucas oportunidades em que tais pessoas são incluídas, vivenciam situações constrangedoras, são motivo de piadas ou atuam em situações onde são constantemente invisibilizadas.

As histórias de extorsão e exploração no cotidiano de mulheres trans e travesti apresentam similaridades. Iara é uma travesti branca de 33 anos que faz parte desta pesquisa, a mesma informou que desde os 13 anos de idade começou a se vestir com roupas femininas e usar maquiagem. Estudou até a terceira série do Ensino Médio, mas não concluiu os estudos. Nesse período, com 17 anos de idade, sonhava em colocar uma prótese e realizar algumas modificações corporais. Foi quando recebeu uma proposta de estudar e trabalhar em outro estado, o convite foi feito por uma pessoa conhecida da família. Ao chegar no Rio de Janeiro foi submetida a trabalho análogo a escravidão no mercado informal do sexo. Permaneceu nessa condição durante 12 meses.

Essa pessoa veio do Rio de Janeiro e prometeu que eu iria terminar os estudos, fazer faculdade e trabalhar. No primeiro dia já me jogou na rua (...) não foi fácil (...) ela segurava o celular, não tinha como ligar para a família, meus documentos foram apreendidos. Eu orava todo dia, não queria que meus pais soubessem daquela situação. Quando ligavam eu tinha que falar que estava tudo bem, as ligações eram sempre perto dela (...) Consegui um dinheiro que eu tinha que esconder com o porteiro. Quando eu entrava dentro do



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

apartamento, ela me despia inteira e verificava se eu tinha algum dinheiro escondido (...) olhava dentro das minhas partes íntimas (...) eu tirava um pouco pra que ela também não desconfiasse e me maltratasse.

A exploração sexual de mulheres trans e travestis é recorrente no mercado informal do sexo, através de intermediadores, cafetões e cafetinas. Tais mediadores podem atuar em diferentes etapas do processo no mercado do sexo, procurando uma forma de se apossar dos rendimentos oriundos do trabalho sexual dessas mulheres. Jara (2021) destaca que o trabalho de cafetões e cafetinas pode constituir-se na demarcação dos territórios de atuação, definindo as que podem ou não atuar em determinado local, através de acordos de pagamento. Aquelas que não aceitam a extorsão, são impedidas de atuar na área predeterminada, caso contrário, estão sujeitas a sofrerem sanções violentas.

Iara foi explorada sexualmente por uma cafetina no Rio de Janeiro de 2007 a 2008, quando conseguiu ser expulsa da casa onde trabalhava e voltou para Cachoeiro de Itapemirim, na época com dezoito anos de idade. Iara informou que conseguiu juntar cinco mil reais – escondido da cafetina – e construiu a casa onde reside. Fez diversos cursos: Técnico em administração, cabeleireira profissional, designer de sobrancelha e maquiadora. Mas nunca conseguiu trabalhar de carteira assinada. Há seis anos procura emprego sem sucesso, por isso trabalha como autônoma em um salão improvisado na própria residência. Em relação aos cursos que fez destacou que possui um currículo impecável.

Se você ver o meu currículo, ele é maravilhoso. Então, o meu currículo é impecável. Tirando que eu só tenho o terceiro ano. Mas eu tenho vários cursos, entendeu! Eu tenho vários certificados (...) eu fiz cursos assim, de telemarketing, fiz curso de administração, cursos até de inglês básico. Eu fiz tudo pra me adaptar melhor. E infelizmente mesmo oferecendo um currículo bom, ainda não foram abertas pra mim a vaga de emprego (...) enquanto isso, sigo na minha carreira de cabeleireira, eu sou autônoma, tenho o meu espaço dentro da minha casa (...) mas né, procuro um emprego de carteira assinada, porque é uma garantia. Mas são seis anos que eu estou desempregada (...) eu acho que isso é por causa da minha aparência (risos). Eu tenho a perna grossa, a bunda arrebentada, os seios bonitos, o rosto bonito. Isso de alguma forma pra mim, fecha portas. Eu tenho certeza absoluta (...) uma travesti bonita. Inclusive o último emprego eu perdi porque a minha patroa estava enciumada do esposo comigo (...) eu trabalhei três anos nesse salão sem carteira assinada. Já trabalhei também em um restaurante, durante um ano, fazendo tudo, lavando, cozinhando, servindo mesa (...) mas também não foi de carteira assinada.

A transfobia enfrentada por mulheres trans e travestis aliada ao desemprego, impactam de forma significativa as condições materiais e o desenvolvimento de suas subjetividades. Favorecendo a realização de trabalhos precários, agravados pela exploração contínua de “empregadores”, “amigos” e “benfeitores”. O relato de Ana corrobora com essa realidade. Ela é uma travesti negra de 38 anos que mora em Cachoeiro de Itapemirim, em virtude da transfobia e dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal atuou por um breve período no mercado do sexo. Relatou que se sentiu vulnerável e

passou a vivenciar uma espécie de pânico quando estava na “rua”, principalmente após um episódio de violência.

Nesse espaço já tive uma arma apontada para minha cabeça, fui confundida com outra travesti. Eu não estaria viva se não fosse a ajuda de outras travestis que disseram: Não é ela, não é ela! Disseram que não era eu, que na noite anterior tinha roubado (...) na pista as pessoas já têm ódio desses corpos (...) mas também por se tratar de uma travesti preta.

Como várias mulheres trans e travestis, Ana começou a trabalhar como cabeleireira autônoma. Aprendeu as técnicas de salão de beleza com um amigo que atuava neste ramo. Ela destacou que viveu uma relação trabalhista de exploração junto a esta pessoa, e que foram os piores anos de sua vida.

Porque eu fui escravizada (...) hoje eu entendo, eu não sabia. Eu fui escravizada por essa pessoa, há anos, anos e anos. E era tão surreal que eu não consegui fazer nada na minha vida, só depois que eu consegui me libertar dessa pessoa que eu fui, terminei meus estudos (...) Eu ouvia várias vezes essa pessoa dizendo: Eu odeio preto, eu não gosto de negro (...) E um dia eu também comecei a reproduzir isso (...) Pra mim isso é muito forte (olhos lacrimejando). Então foi um período muito, muito difícil pra mim, mesmo! Hoje eu entendo que uma travesti negra (fala incompleta) eu deixei minha família de lado e vivi serviçal da família dele, toda branca! toda branca, italiana, toda branca! E eu via eles próprios falavam, alguns familiares que não gostavam de negros. Mas eu não entendia muito, não tinha letramento, não sabia, não era empoderada (...) Ele usava os melhores cabelos, caríssimos, de dois, três mil reais. Eu uma travesti (...) sem condição, sem emprego, sem nada. Então era isso que me prendia, ele usava essas chantagens, porque eu nunca recebi nada (...) então era isso que ele me dava, cabelo, me arrumava (...) E eu me pergunto, gente, como é que eu permiti? (bateu no braço do sofá indignada) (...) ele tirava o meu cabelo pra dar manutenção, era sempre um processo muito tortuoso. Esses processos de alisar, escovar. Tinha um pouco de violência (...) porque queimava muito, doía muito. Quando eu me via sem cabelo, entrava em depressão, digamos assim. Aí eu não saía de casa, não queria que as pessoas me vissem. Aí ele fazia questão de me expor, pras pessoas me verem daquele jeito. Sabendo (alterou a voz) o quanto era torturoso pra mim! (...) Ele me deixava mais de duas semanas, três semanas sem cabelo (...) e me ridicularizava: Vai ficar careca, tá careca!

O relato de Ana foi intenso e provavelmente provocou uma auto-reflexão sobre esse período de sua vida, que durou cerca de vinte anos. É notório como o racismo impactou sua autoestima e moldou a sua subjetividade. Destarte, que não gostava da imagem do seu cabelo natural, sentia-se constrangida e envergonhada de aparecer em público se não estivesse usando mega hair³ de cabelo liso. Bell Hooks (2005) enfatiza o desconforto que mulheres negras sentem quando o seu cabelo é o foco das atenções. No caso de Ana, o desconforto era propositalmente provocado pelo “amigo” que procurava mantê-la subjugada através da colocação ou não de uma extensão capilar.

Relatos de mulheres negras contidos na obra de Bell Hocks, demonstram a dificuldade que muitas delas sentiam em usar o cabelo natural ou trançado, porque sentiam medo de serem discriminadas e

³ É um termo originário do inglês, para designar uma extensão capilar que é adaptada ao cabelo da pessoa. Na prática ocorre a interação do cabelo da pessoa com outro cabelo, que pode ser natural ou produzido pela indústria da beleza, neste caso são denominados e orgânicos. A intenção é aumentar o volume e o comprimento dos cabelos de quem recorre a esta técnica.



ridicularizadas por colegas de trabalho, parceiros e amigos, pois muitas pessoas associam o cabelo crespo a desleixo e sujeira. O racismo presente na sociedade brasileira afeta a produção das corporalidades negras, nesta perspectiva Gomes (2012) assevera que, cor da pele e o cabelo não são apenas características biológicas referentes a classificação racial. Um corpo com todas as características fenotípicas peculiares da raça negra em um país extremamente racista como o Brasil - que se apoia em um padrão de beleza europeu - revela o antagonismo existente entre o que é lido como belo ou feio. A ideia constituída socialmente pelo racismo que atribui ao negro um cabelo ruim e ao do branco um cabelo bom, demonstra como a desigualdade racial foi construída a partir de um modelo colonizador que tinha o intuito de desqualificar tudo que era referente ao negro, cultura, fenótipo, religião, a fim de justificar a dominação e escravização.

O cabelo afro traz a perspectiva de pertencimento a um grupo que tem sido estigmatizado pelo racismo, mas ao mesmo tempo é símbolo de resistência, por ser revelador de aspectos das relações sociais. Nesta perspectiva, Gomes (2012) afirma que o modo como o cabelo é manipulado pode revelar a intenção de disfarçar o pertencimento étnico-racial ou demonstrar uma identificação com a ancestralidade africana. Outrossim, o cabelo não é um elemento neutro na composição da identidade. Isto posto, quando Ana afirma que o “amigo” manipulava o seu cabelo com violência durante a realização dos procedimentos capilares, inclusive queimando o seu coro cabeludo, verificamos uma manifestação simbólica do racismo, porque aquele cabelo crespo representar o que ele afirmava odiar, pessoas pretas.

Rondas e Machado (2015) em seu estudo sobre a inserção de mulheres trans e travestis no mercado de trabalho, destacam que essa população encontra as maiores dificuldades de aceitação nos espaços laborais, pois estão sujeitas a: intolerância, hostilidade, chacotas, assédios, baixa remuneração, acúmulo de funções, trabalho exaustivo e estressante, além de enfrentarem obstáculos em relação a promoção e funções de destaque. No caso das travestis e trans negras como Nice e Ana, o racismo potencializa as violências em todas as instâncias da vida em sociedade, favorecendo a baixa escolarização, o trabalho precário e degradante, as barreiras em relação ao processo transexualizador, os crimes de ódio e assassinatos.

Cotidianos marcados pela violência

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (DAHLBERG e KRUG, 2006).

Nesta perspectiva, Sacramento e Resende (2006) asseveram que a violência é um fenômeno que acontece no âmbito das relações sociais, envolvendo pessoas e seus atos, com o intuito de subjugar o outro. A violência pode ser utilizada em diferentes situações e se estabelece na forma física, psicológica, sexual, moral, patrimonial e sutil. A manifestação da violência contraria o princípio básico da saúde, de acordo com a OMS, que é o bem-estar físico, social e mental do indivíduo. As violências de gênero, praticadas contra as mulheres, são comumente utilizadas por homens para punir, humilhar e castigar, principalmente na esfera doméstica. O objetivo desse tipo de violência é “educar” e desmoralizar essa mulher, que passa a sentir-se gradativamente oprimida e dependente emocionalmente do agressor. Tais situações de violência não acontecem apenas com mulheres cisgênero, mas também com as trans e travestis, pois a motivação é o ódio e o desprezo ao gênero feminino.

A história da humanidade é marcada pela violência. Mas há violências que são toleradas e outras não. Isso acontece, devido às normas sociais que regem as sociedades em determinada época e contexto histórico. Por isso, muitas vezes é difícil conceituar a violência. Nesta perspectiva Minayo (2006) assevera que

A maior parte das dificuldades para conceituar violência vem do fato de ela ser um fenômeno da ordem do vivido, cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre, e de quem a presencia. (...) Os eventos violentos sempre passaram e passam pelo julgamento moral da sociedade (MINAYO, 2006, p. 14).

Todas as trans e travestis que compõe esta pesquisa relataram diversos tipos de violências que sofreram ao longo de suas vidas. Outrossim, têm dificuldade de identificar as violências quando estas não se apresentam no aspecto físico.

Nice se viu sozinha após a morte da mãe, quando tinha 13 anos de idade. Viveu peregrinando em algumas casas até os 16 anos, quando começou a se prostituir junto com uma amiga. Na prostituição, conta que sofreu diversas agressões de clientes. Relatou que um homem após fazer sexo com ela, não quis pagar, por isso a enforcou até que ela desmaiasse. O agressor acreditando que ela estivesse morta e foi embora. Outro cliente, segundo ela, surtou dentro do carro e começou a espancá-la. Quando perguntei a ela quais eram os seus maiores desafios, ela fez uma pausa, respirou fundo e respondeu:

Meu maior desafio, é ser bem vista na sociedade. A partir do momento que a gente fala da nossa vida, das nossas coisas, eles sempre repugnam a gente. Eu queria muito que o mercado de trabalho acolhesse mais a gente, que as pessoas entendessem que a gente não é um monstro. A minha dificuldade é no dia a dia. No preconceito, nas palavras transfóbicas que eu ouço. Entendeu?

Ana, Iara e Nice através de seus relatos e histórias de vida, fornecem um panorama das dificuldades e violências enfrentadas por mulheres trans e travestis no Brasil. Essa população no contexto



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

LGBTI+ são as mais afetadas pelo desemprego, subemprego, abandono familiar, exclusão e transfobia no ambiente educacional, sofrem com a fetichização e hipersexualização de seus corpos, além da rejeição pública. O estigma que tais pessoas enfrentam no dia a dia é responsável pelo adoecimento e autoextermínio. Para romper com os estigmas relacionadas a essa parcela da população é necessário políticas públicas de enfrentamento a transfobia e ao racismo, mas também que estudos como este sejam acessados para além da universidade, que a sociedade tenha conhecimento das pesquisas sobre o tema, a fim de desmistificar o preconceito e a transfobia entranhadas no imaginário popular.

Referências

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Editora: Garamond Universitária. Rio de Janeiro, 2005.

BENEDETTI, Marcos. **A batalha e o corpo: breves reflexões sobre travestis e prostituição, 2013**. Disponível em: http://www.ciudadaniasexual.org/boletin/b11/breves_reflexoes_sobre_travestis_e_prostituicao

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz diferença**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos).

CLARK, D. (2015). *What to Do When Your Colleague Comes Out as Transgender*. Harvard Business Review. Recuperado em 03 setembro, 2021, de < <https://hbr.org/2015/02/what-todo-when-your-colleague-comes-out-as-transgender>

DAHLBERG, Linda L; KRUG, Etienne G. **Violência: um problema global de saúde pública**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.11, 2006.

Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. (Org). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2023.

FIGUEIREDO, A. C. **Estudo jurídico e bioético da situação da transexualidade: Direito humano à identidade pessoal**. E-Civitas, 6, 1-16, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2012, p.3. Disponível em: < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2023

HOOKS, bell. Alisando o nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba** – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005, p.7. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Retirado do blog coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html. 2005.

JARA, Marlon da Silva. *O trabalho de mulheres transexuais e travestismo mercado do sexo*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2021.



JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos.** Brasília, DF: 2012. 24p. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 26 mar.2022.

JULIANI, Rafael Paulino. *LGBTTrabalhadores: trajetórias de vida e representações sociais sobre trabalho.* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017).

KÖLLEN, T. *Declining career prospects as 'transition loss'? On the career development of transgender employees.* In A. M. Broadbridge & S L. Fielden (Eds.). *Research Handbook in Diversity and Careers.* Northampton: Edward Elgar, 2018, p. 486-498.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids.* Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos (UFScar), 2007).

PELÚCIO Larissa. **Abjeção e desejo uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids.** São Paulo: Annablume; 2009.

PELÚCIO, Larissa. "Próteses, desejos e glamour: tecnologias de si na construção de corpos travestis no mercado do sexo transnacional". In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; RIBEIRO, Paula Regina Costa (Orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida.** Rio Grande: FURG, 2011.p.77-86.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. *Pesquisa e práticas psicossociais*, v.10, n.1, 2015, p.192-205.

SACRAMENTO, Livia T., REZENDE, Manuel M. **Violências: lembrando alguns conceitos.** *Aletheia*, Canoas, n.24, p.95-104, jul./dez. 2006.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** 2ed, São Paulo: Perseu Abano, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade.* Porto Alegre: UFRGS, 1990.

THANEM, T., & WALLEMBERG, L. (2016). **Just doing gender? Transvestism and the power of underdoing gender in everyday life and work.** *Organization*, 23(2), 250-271.

Transsexuality and violence: the daily lives of trans women and transvestites in brazilian society

Abstract: This study is part of a doctoral research project investigating the violence faced by transsexual women and transvestites and the mechanisms they use to survive. Among the various types of violence, we can highlight: the difficulties faced in the family due to transsexuality, the prejudices experienced in the school environment and the challenges of getting a formal job. Because of the difficulty of entering the job market, many of these women are forced into prostitution. Transphobia has been responsible for the extermination of this section of the population, and crimes are ritualized, with exquisite cruelty and



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

violence, as a form of spectacularization. Brazil is the country that shows the highest level of intolerance towards these people. These rights violations manifest themselves in a variety of ways, such as moral harassment, physical and psychological violence, and even murder. This research will be based on reports by transsexual women and transvestites, statistical data obtained from reports produced by ANTRA (National Association of Transvestites and Transsexuals) and reports in the print and digital media.

Keywords: Trans women; transvestites; violence; subsistence; everyday life.



“ALGUÉM PRECISA CONTAR ESSA HISTÓRIA”: BERTHA LUTZ E A HISTÓRIA DAS MULHERES

Manoela de Oliveira Veras¹

Resumo: Bertha Lutz foi uma importante figura do movimento feminista brasileiro da primeira metade do século XX, sendo parte fundamental para a conquista do voto feminino no país ao atuar tanto na política institucional como na militância, além de representar as mulheres brasileiras em conferências internacionais. Contudo, apesar de sua relevância, Lutz sofreu um processo de silenciamento, uma vez que muitos de seus feitos no Brasil e no Exterior possuem pouca visibilidade até a atualidade, como é o caso de seu protagonismo na defesa das mulheres na fundação da Organização Nações Unidas, descoberto apenas em 2016. Nesse sentido, visa-se observar o apagamento do protagonismo do Sul Global e realizar uma crítica à colonialidade e o feminismo hegemônico. Para tanto, analisa-se uma bibliografia selecionada sobre o movimento sufragista e documentos do acervo Bertha Lutz e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada por Lutz. Além disso, uma bibliografia adicional referente à teoria feminista e feminismos subalternos será utilizada.

Palavras-chave: Bertha Lutz; Movimento Sufragista; Sul Global; História das Mulheres.
Introdução

Com a frase “alguém precisa contar essa história, porque nós não tivemos tempo”, Bertha Lutz, cientista e uma das líderes do movimento sufragista brasileiro, demonstra sua preocupação com o apagamento da memória dos feitos das sufragistas no Brasil. A fala foi feita em 1970, numa entrevista realizada pela pesquisadora Branca Moreira Alves em que Lutz ressaltou a importância de contar a história de mulheres referências nos movimentos pelos direitos femininos para que seus legados não sejam excluídos em meio às narrativas hegemônicas e masculinas da História (Alves, 1977).

No âmbito nacional, o clamor de Bertha foi atendido. Rachel Soihet, Monica Karawejczyk e Teresa Cristina de Novaes Marques são algumas das principais pesquisadoras que se debruçaram sob o legado de Lutz e a história do movimento sufragista brasileiro, destacando mulheres que foram protagonistas dessa luta e compreendendo-o como parte de uma conjuntura global, sem ignorar as particularidades do cenário da política interna. Contudo, na esfera internacional, sua atuação segue invisibilizada, tendo em vista que, em 1945, Bertha Lutz foi escolhida como uma das representantes do Brasil para a Conferência de São Francisco, que fundou as Nações Unidas (ONU) e mostrou-se pioneira – em conjunto a Minerva Bernardino, única outra delegada latino-americana presente – na defesa da

¹ Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Atualmente, é discente do Mestrado em História Global no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH UFSC) e integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH UFSC).

inclusão da palavra mulher e da igualdade entre sexos. Mesmo assim, seu nome não recebeu o devido reconhecimento nos anais da História (Dietrichson e Sator, 2022).

Assim, é inegável que Bertha Lutz e Minerva Bernardino foram peças-chave no avanço da visibilidade de mulheres no cenário internacional, fortalecendo discursos emergentes nas manifestações da época sobre a importância de compreender mulheres enquanto sujeitos políticos que sofreram inúmeros processos de silenciamento ao longo da história. Todavia, os créditos pelas alterações foram direcionados à Eleanor Roosevelt, ex-primeira-dama estadunidense. Essa atribuição incorreta perdurou de maneira geral até 2016, quando pesquisadoras da Universidade de Londres propuseram um novo olhar dos documentos do evento e o trabalho das latino-americanas veio à tona (Dietrichson e Sator, 2022).

À vista disso, o processo de silenciamento das mulheres do Sul Global é explicitado na constituição da Carta das Nações Unidas, confluindo na desvalorização da agência do Sul frequente nos movimentos feministas que possuem perspectivas hegemônicas do Norte Global e priorizam as agências eurocentradas e oriundas dos Estados Unidos em suas análises.

Nesse contexto, este trabalho visa analisar o apagamento de Bertha Lutz no cenário internacional a partir do descrédito das conquistas da Conferência de São Francisco. O Sul Global e a colonialidade emergem como conceitos centrais para tal e, portanto, serão explorados neste estudo. Para tanto, realiza-se uma revisão de bibliografia e se observa a Carta das Nações Unidas e documentos adjacentes. Assim, indica-se a constituição de uma História das Mulheres decolonial como instrumento de combate de silenciamentos e apagamentos.

À Lu(t)z da Conferência de São Francisco

Bertha Lutz é uma figura central do movimento sufragista brasileiro. Nascida no Brasil e sempre muito incentivada pelos pais a estudar, foi uma aluna notável e, na adolescência, mudou-se para a França para terminar seus estudos secundários. Na Europa, gradua-se em Ciências Naturais, seguindo os passos do pai. Contudo, o interesse pela biologia dividia a atenção com outro fascínio de Lutz: o movimento feminista. Em seu período na Europa e após seu retorno ao Brasil em 1918, Lutz trocou correspondências com feministas de diversos países, como Inglaterra e França, inspirando-se com os acontecimentos de lá, mas buscando adequar os discursos à realidade nacional das mulheres que compunham seu grupo social.

Assim, Bertha inicia seus trabalhos enquanto feminista com a publicação de textos em jornais e revistas cariocas, bem como se juntando a outras militantes de classes sociais altas para a fundação da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, tendo em vista que a educação feminina era uma das suas principais preocupações, motivando posteriormente a fundação da Sociedade Brasileira pelo Progresso

Feminino. Diferente das sufragistas inglesas – apelidadas de sufragetes – que utilizavam uma abordagem violenta para conquistar seus direitos, Lutz era defensora do diálogo com as figuras políticas da época. Essa perspectiva alinhada com o status quo contribuiu para que a bióloga ocupasse um papel de destaque no movimento feminista do período, sendo convidada a representar o Brasil em diversos eventos como o Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho, a 1ª Conferência Interamericana de Mulheres e a Conferência da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino (Schumaker; Vital Brasil, 2000).

O ativismo feminista de Bertha prosseguiu nos anos seguintes e, em 1944, ela foi convidada para integrar a Conferência de São Francisco como uma das delegadas brasileiras. O evento, que visava a formação de uma organização internacional que ampliasse a cooperação entre nações e evitasse uma nova guerra mundial a partir do fortalecimento da segurança internacional.

Desse modo, entre os dias 25 de abril e 26 de junho de 1945, representantes de 50 países se reuniram nos Estados Unidos naquela que posteriormente ficou conhecida como a Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional. Nas reuniões, a Carta das Nações Unidas, documento que origina a ONU, foi desenvolvida após dois meses de intensos debates entre as delegações. Assim, a Organização das Nações Unidas surge no contexto pós-guerra com quatro objetivos principais que ilustravam os interesses das grandes potências do período: manter a paz e a segurança internacional; desenvolver relações amistosas entre as nações; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; e ser um centro destinado a harmonização da ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns (ONU, 1945). Entretanto, apesar do uso recorrente do termo universal nos documentos que registram os diálogos entre os delegados, nota-se um déficit na representação de um grupo que, incrivelmente, corresponde à metade da humanidade: as mulheres.

Entre os 160 delegados que fizeram parte da negociação final do Tratado fundador da ONU e foram signatárias do documento, apenas quatro eram mulheres: a estadunidense Virginia Gildersleeve, a dominicana Minerva Bernardino, a chinesa Wu Yi-Fang e a brasileira Bertha Lutz. Dessas, somente as duas latino-americanas se manifestaram em prol da representação de mulheres na Carta, indo de encontro à neutralidade defendida pelas outras duas delegadas presentes, ambas oriundas do Norte Global. Nesse sentido, após intensas discussões, o ativismo das mulheres latino-americanas foi vitorioso: a palavra “sexo” foi incluída entre as categorias que não devem sofrer quaisquer tipos de discriminação no capítulo 1 e, ao Artigo 8, que trata da elegibilidade de pessoas para cargos dentro da ONU, foi incluída a palavra mulheres, evitando que o termo homem fosse utilizado para designar todos os seres humanos. Todavia,



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

apesar do pioneirismo de Lutz e Bernardino, foi apenas em 2016, com uma pesquisa desenvolvida pela Universidade de Londres, que seu protagonismo obteve reconhecimento, uma vez que, até a data, atrelava-se erroneamente a à adição da palavra mulher no documento à ex-primeira-dama dos EUA Eleanor Roosevelt, como consta em documentos oficiais das Nações Unidas e nas placas turísticas que se encontram próximas à sede da ONU em Nova Iorque (Dietrichson e Sator, 2022).

Desse modo, infere-se que Bertha Lutz sofreu um processo de silenciamento que não se restringe ao momento de sua atuação, mas que se insere nas narrativas criadas a partir do evento. Nessa perspectiva, emerge o conceito de Trouillot (2015) que aponta que o silenciamento advém à produção da História em quatro momentos cruciais: na criação do fato que origina as fontes; na montagem do fato a partir da seleção dos arquivos e documentos; na recuperação do fato que confecciona as narrativas; e no significado retrospectivo que se refere ao fazer História em sua última instância. Nesse sentido, aponta-se que os processos de silenciamento são agravados por recortes de gênero, sexualidade, raça, origem e classe.

À vista disso, observa-se que a violência cometida contra Bertha Lutz e Minerva Bernardino não é um caso isolado na história mundial, uma vez que o silenciamento de mulheres do Sul Global é uma prática frequente nos estudos da história e no movimento feminista. Nesse sentido, aponta-se que a escrita da História é um campo de disputas de narrativas e, conseqüentemente, disputas de poder. Assim, esse processo de priorização de determinadas narrativas a partir das relações de poder não ocorre apenas na categoria gênero, mas também quando se analisa Norte e Sul Global. Como afirmam Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007):

Grande parte desse retardo [da inclusão de ‘mulher’ e ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa história] se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, a, representado pela categoria ‘homem’. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco **ocidental** (Soihet; Pedro, 2006. p 4).

A partir disso, desponta a necessidade de se questionar o termo mulher enquanto universalizante, demonstrando que a experiência feminina é plural e distinta de acordo com o corpo que a anuncia. Assim, vislumbra-se a necessidade de investigar os atravessamentos coloniais nas narrativas que são selecionadas como oficiais e quais vozes são silenciadas neste processo.

E eu não sou uma sufragista? Por uma História Decolonial das Mulheres Sufragistas

Comumente, quando a História do Sufrágio Feminino no Brasil é abordada, explicita-se a sua relação com a conjuntura global que este se insere: tanto na Europa quanto nas Américas, os movimentos

de reivindicação pelos direitos das mulheres despontavam e fortaleciam-se de forma veloz. Contudo, as influências costumam ser visualizadas de apenas uma direção: do Norte para o Sul Global, de maneira a inferir que os movimentos de mulheres latino-americanos, asiáticos e africanos foram receptores das ideologias que floresciam na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, ignorando a agência das mulheres do Sul Global e seus contextos particulares (Mohanty, 1984; 2003).

Nesse contexto, o pioneirismo de mulheres sufragistas do Sul Global de diferentes regiões é pouco debatido, bem como a conquista brasileira do direito ao voto para as mulheres em 1932, anteriormente ao sufrágio em diversos países Ocidentais e considerados referências de progresso como a França, que legalizou a participação política eleitoral das mulheres somente em 1944 ou mesmo a Suíça que aprovou o sufrágio feminino apenas em 1971 (Karawejczyk, 2020). Esta seleção de narrativas que ignoram as conquistas precursoras do Brasil e outros Estados que sofreram processos coloniais condiz com a denúncia realizada por Quijano (2005) ao inaugurar, em conjunto com outros autores, os estudos sobre a colonialidade. Em sua análise, o autor aponta como o processo colonial segue moldando as relações de poder indivíduo e coletivamente nos territórios que foram colônias europeias, influenciando suas realidades, impondo distorções da História que não visualizam as populações do Sul Global como sujeitos e colocam-nas em posições hierarquicamente inferiores quando comparadas ao desenvolvimento europeu em suas mais diversas esferas.

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia européia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (Quijano, 2005, p. 121).

Desse modo, Quijano explicita que os feitos do Sul Global são distorcidos pelas epistemologias europeias a fim de favorecer uma narrativa hegemônica que é favorecida com a objetificação dos subalternos. Assim, observa-se processos de criação de estereótipos e desumanização, assim como a perpetuação de práticas discriminatórias, a ênfase na perspectiva eurocêntrica e a atribuição das realizações de líderes e intelectuais do Sul Global a figuras que não se originam neste espaço, como é o caso do silenciamento de Bertha Lutz (Spivak, 2010).

À vista disso, a denúncia da colonialidade se insere também nos estudos de gênero e no movimento feminista a partir das perspectivas de mulheres negras, marrons e amarelas do Sul Global, construindo teorias e práticas que reconhecem o atravessamento colonial em suas vivências.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Academicamente, esta concepção é inaugurada por María Lugones (2005) ao acrescentar a questão de gênero aos trabalhos de Aníbal Quijano sobre colonialidade do poder.

A lógica dos eixos estruturais mostra o gênero como formado por e formando a colonialidade do poder. Nesse sentido, não existe uma separação de raça/gênero no padrão de Quijano. Acredito ser correta a lógica que ele apresenta. Mas o eixo da colonialidade não é suficiente para dar conta de todos os aspectos do gênero (Lugones, 2020, p. 60).

A partir de Lugones, feministas de diferentes regiões do Sul Global acresceram o seu debate e possibilitaram a inserção das análises sobre a colonialidade e o combate ao feminismo hegemônico/civilizatório em suas práxis. Dentre elas, destaca-se Françoise Vergès e sua obra acerca do feminismo decolonial, em que ela determina:

Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra “feminismo” das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência (Vergès, 2020, p. 26).

Desse modo, evidencia-se que a decolonialidade contribui para que feministas se engajem nas lutas de mulheres do Sul Global e, como coloca Vergès (2020), “recebam suas heranças” que são interrompidas pelo desconhecimento sobre a luta e os feitos das mulheres que as antecederam como ocorre com o caso Bertha Lutz. Isto posto, conhecer e estudar como as mulheres latino-americanas se manifestaram contra o universalizante patriarcal presente na designação da palavra homem como sinônimo de humanidade na Conferência de São Francisco contribui para o combate da colonialidade científica e cria disputa de narrativas que divergem do eurocentrismo/ocidentalismo presente na História contemporânea.

Sem embargo, ainda que a decolonialidade se coloque como um instrumento para a pluralização dos sujeitos históricos, no âmbito da História das Mulheres Sufragistas e da História das Mulheres no Brasil de maneira geral, há um esforço histórico para o reconhecimento do gênero como marcador social que determina a marginalidade de mulheres. Entretanto, ele não deveria ser o único. No Brasil, os estudos do campo vêm se debruçando nos entrelaces entre as opressões sexual e racial – ainda que de modo bastante incipiente – a partir da década de 1990, como é demonstrado nas pesquisas de Bebel Nepomuceno (2012) e Schuma Schumacher (2007). Contudo, ainda pouco se aborda dentro da área sobre os debates acerca da colonialidade e a possibilidade de uma História das Mulheres decolonial, ou seja,



que centre suas epistemologias, teorias e práticas no Sul Global, reconhecendo-o enquanto produtor de conhecimento e de práxis feministas.

Nesse sentido, defende-se que a inserção do pensamento decolonial no campo não apenas possua objetos de estudo no Sul Global, mas reconheça as particularidades e a agência desses sujeitos em uma perspectiva global, compreendendo como o silenciamento colonial se coloca nas trajetórias e nas escritas posteriores sobre as lutas destas figuras e nega-lhes o pioneirismo em sua própria militância. Assim, é necessário também ter como bases epistemológicas mulheres que sejam do Sul e que debatam a partir do Sul e para o Sul, fugindo dos preceitos das ciências eurocentradas e do feminismo hegemônico/civilizatório.

Considerações Finais

Nesta análise, buscou-se demonstrar a relação entre o pouco reconhecimento internacional da atuação de Bertha Lutz na fundação da Organização das Nações Unidas e a colonialidade que atravessa a História e as outras áreas de conhecimento, determinando uma seleção de narrativas que privilegiam o protagonismo do Norte Global. Além disso, visou-se evidenciar o pensamento decolonial e a sua inserção na História das Mulheres como uma possibilidade de se combater o apagamento de mulheres do Sul Global das perspectivas hegemônicas.

À vista disso, ressalta-se também que a análise realizada se centra em uma mulher branca que se encontrava em uma classe abastada. Nesse sentido, duas alegações emergem. A primeira se refere ao privilégio de Bertha Lutz que se localizava socialmente em uma posição de maior poder do que pessoas pobres e negras, principalmente quando se observa que a escravidão foi abolida apenas 44 anos antes da conquista do sufrágio feminino, ou seja, as pessoas negras e, em especial, as mulheres negras possuíam um espaço diminuto na política, principalmente ao se intersecionar a opressão de raça e gênero. Contudo, partindo para a segunda alegação, o privilégio social que Lutz possuía no cenário brasileiro não impediu que sua memória fosse invisibilizada e os créditos de sua luta pelos direitos femininos na Conferência de São Francisco fossem destinados para outra mulher que, como Bertha, era branca e economicamente abastada, mas que se localizava no Norte Global. Assim, é possível inferir que a colonialidade possui um papel marcante na definição de quais histórias de mulheres serão contadas e quais serão silenciadas.

Dessarte, sugere-se para futuros trabalhos que tenham como objeto de pesquisa mulheres negras e periféricas a fim de demonstrar a profundidade das amarras coloniais na História do Brasil e principalmente a importância de seus estudos para História das Mulheres. Dessa maneira, ampliando os debates que demonstram a relevância da decolonialidade para o campo, será possível tecer a História



coletivamente, olhando para as vozes e corpos subalternos e suturando as trajetórias de mulheres e demais figuras interrompidas pelo colonialismo e pela colonialidade, como sugere Rita Segato (2012).

Referências

ALVES, Branca Moreira. Em busca da nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil (1919/1932): fatos e ideologia. 1977. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), IUERJ, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (orgs.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DIETRICHSON, Elise; SATOR, Fatima. The Latin American Women. In: ADAMI, Rebecca; PLESCH, Dan. Women and the UN. Londres: Routledge, 2021. p. 16-38

KARAWEJCZYK, Mônica. As filhas de Eva querem votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935–952, set. 2014.

MOHANTY, C. T. Under Westerns Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. Boundary 2, Durham, v. 12, n. 3, 1984.

_____. Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity. Durhan: Duke University, 2003.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado: Mulheres Negras. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2012.

ONU. Documents of the United Nations Conference on International Organisation (UNCIO). London and New York: United Nations Information Organization, 1945.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. e-cadernos CES [Online], n. 18, 2012.

SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico (orgs.). Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silencing the past: Power and the production of history. Boston: Beacon Press, 2015.



VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: UBU Editora. 2020.

“Someone has to tell this story”: Bertha Lutz and Women’s History

Abstract: Bertha Lutz was an important figure in the Brazilian feminist movement in the first half of the 20th century, being a fundamental part of achieving female suffrage in the country by acting in both institutional politics and activism, in addition to representing Brazilian women at international conferences. However, despite her relevance, Lutz suffered a process of silencing, since many of her achievements in Brazil and abroad have little visibility to this day, as is the case with her leading role in defending women in the founding of the United Nations, discovered only in 2016. In this sense, the aim is to observe the erasure of the protagonism of the Global South and to criticize coloniality and hegemonic feminism. To this end, a selected bibliography on the suffrage movement and documents from the Bertha Lutz collection and the Brazilian Federation for Women's Progress, created by Lutz, will be analyzed. Furthermore, an additional bibliography relating to feminist theory and subaltern feminisms will be used.

Keywords: Bertha Lutz; Suffragist Movement; Global South; Women’s History.



**A LITERATURA DE MULHERES EM CADERNOS NEGROS COMO ECO LITERÁRIO
RESSOANDO NA HISTÓRIA**

Maria Clara Martins Cavalcanti¹

Resumo: Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Eliane Alves Cruz, Esmeralda Ribeiro e Miriam Alves são alguns dos nomes mais conhecidos dentre as dezenas de escritoras que integraram as páginas dos Cadernos Negros, entre 1979 e 2022. Com diferentes temáticas conectadas pelas questões de raça, gênero, cultura africana e afro-brasileira etc., essa escrita, entendida aqui como negrofeminista, tem disputado as narrativas sobre diferentes temas, lendo o Brasil. Este trabalho está especialmente interessado em analisar as relações entre a escrita da história do Brasil e as narrativas literárias de algumas destas autoras, refletindo sobre as formas com que estas narrativas interpelam o apagamento histórico sobre as contribuições das mulheres negras para a formação do país. Em 1986, no volume número nove (09) dos Cadernos Negros, Esmeralda Ribeiro escreve: “Agora e sempre, abrirei minha boca para que o eco ressoe na história” (RIBEIRO, 1986, p.07). A definição para eco no Dicionário Oxford é “1. repetição de um som que se dá pela reflexão de uma onda sonora por uma superfície ou um objeto. 2. o som produzido por essa reflexão”. O eco é uma repetição resultante de uma reflexão. O uso metafórico e poético dessa ideia na frase de Esmeralda inspira o título desta comunicação, uma vez que este texto está interessado nas implicações – nas ressonâncias – da literatura e pensamento intelectual das mulheres escritoras de Cadernos para a produção do conhecimento histórico sobre as relações de gênero, raça, colonialidade e decolonialidade no Brasil, assim como sobre sexualidade, maternidade, violência, amor, família, política, classe, etc. - desde os anos finais da década de 1970.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Literatura. Cadernos Negros.

Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida. (ANZALDÚA, 1981, p.234)

A citação acima é um trecho da carta de Glória Anzaldúa para as mulheres escritoras do terceiro mundo, texto em que a intelectual, escritora e ativista tece reflexões e comentários sobre o ato, o significado e o papel da escrita para si e para as mulheres não brancas no terceiro mundo. A escrita das mulheres é considerada perigosa, justamente porque subverte as relações de poder instauradas historicamente.

Considerando o potencial transgressor dessa escrita, este texto espera analisar parte da produção literária de mulheres na antologia *Cadernos Negros*², afirmando escritoras como Celinha, Angela Lopes

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutoranda em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Faperj Nota 10. E-mail: mamartinscavalcanti@gmail.com

² Os *Cadernos Negros* são uma das maiores plataformas de literatura negro-brasileira do país, publicando sem interrupção por mais de 40 anos, com a edição mais recente (nº44) lançada em 2022. Trata-se de antologias de contos e poemas, exclusivamente de autoras e autores negras e negros, publicadas de forma independente deste 1978. A escrita das/os autoras/es nos *Cadernos Negros* tem exposto o objetivo político do grupo de não deixar esquecer um passado de violência



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Galvão, Conceição Evaristo, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, etc., como intelectuais que, a partir da palavra, desestabilizaram as normas patriarcais, os estatutos racistas e os espaços de poder cristalizados pela *colonialidade*.³ O texto de Anzaldúa parece se encaixar confortavelmente para iniciar as reflexões elaboradas aqui, ao mobilizar politicamente os afetos – os medos, as raivas, a força -; revelados na escrita. Nos ajuda também a pensar como essa escrita foi perseguida, houve quem a dissesse inexistente ou não qualificada, mas, apesar disso, encontrou espaços de florescimento e enunciação.

É importante lembrar que a escrita literária das mulheres tem sido tema de reflexões feministas já há muito tempo. Se em Virginia Woolf a reivindicação é de que uma mulher precisaria de *Um teto todo seu* (1929), assim como tempo, silêncio e renda, para escrever, Gloria Anzaldúa (1981) convoca as mulheres de terceiro mundo para que escrevam em qualquer momento, em qualquer lugar, que escrevam porque precisam escrever, por que não podem esperar ou almejar um teto todo seu, como o fez Carolina Maria de Jesus em seu *Quarto de Despejo* (1960). Entre elas e depois delas, diversas intelectuais, em todo o mundo, refletiram sobre a escrita de mulheres.

Esta pesquisa não está considerando que exista uma forma essencial de escrita feminina, como se houvessem características que atrelassem a criação, a voz narrativa e a condição de mulheres, associadas a perspectivas biologizantes. Entendemos aqui o gênero como uma construção social inscrita no tempo e na História, atuando nas experiências sociais, na construção das subjetividades e nas relações de poder, como nos lembram Gayle Rubin (1978) e Joan Scott (1992). Segundo a crítica feminista chilena Nely Richards:

(...) o tratamento conteudista do “feminino” o assume como o referente pleno de uma identidade-essência, que tornaria segura e imutável a relação entre “as mulheres que escrevem” e “escrever como mulher”, sem levar em consideração o modo pelo qual identidade e representação se juntam e se separam, no transcurso do texto, sob a pressão do dispositivo de remodelagem linguístico-simbólica da escrita. Ambas dimensões — a escrita como produtividade textual e a identidade como jogo de representações — necessitam ser incorporadas pela nova teoria literária feminista para construir e desconstruir o “feminino” no/do texto. (RICHARDS, 2002, p.130)

De acordo com Richards, é preciso recusar a naturalização entre determinante biológico (ser mulher) e identidade cultural (escrever como mulher) para romper com a crença essencialista que associa

e opressão à população negra no Brasil e as presentes permanências das dores e das relações de poder herdadas desse passado (DUARTE; FONSECA, 2011).

³ Conceitos como o de “colonialidade” - entendido como as formas de dominação das nações centrais sob àquelas colonizadas, denunciando, por isso, as continuidades das relações de colonialidade mesmo após a destituição do colonialismo -, cunhado por Aníbal Quijano (2005), vieram apontar para o fato de que as diferenças étnicas, raciais, de gênero e classe têm sido utilizadas historicamente para produzir hierarquias e relações de poder que resultam no controle do trabalho, dos recursos, dos corpos, etc.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

função anatômica e papel simbólico, entendendo as nuances, contradições, rupturas e não rupturas da literatura feita por mulheres, em relação às práticas discursivas hegemônicas. Por isso, não parece profícuo entender a literatura de Esmeralda Ribeiro, ou das mulheres escritoras de Cadernos Negros, como homogêneas e igualmente transgressoras, mas se faz essencial pensá-las em relação, especialmente no que confere aos seus espaços de enunciação.

Se ainda é surpreendente para muitas pessoas saber que, desde o período colonial no Brasil, existiram mulheres negras escritoras, como Rosa Maria Egipcíaca, Maria Firmina dos Reis ou Auta de Souza, cada vez mais pesquisas, antologias, projetos educacionais, enredos de escola de samba etc., trazem à tona suas obras e trajetórias. Como afiança Miriam Alves, dizer que a literatura de mulheres negras é inexpressiva é uma afirmativa falaciosa que busca justificar um processo de invisibilização. (ALVES, 1995) Há uma tradição de escrita negrofeminista no Brasil que se relaciona com formas ancestrais de dizer, de discursos elaborados no interior de famílias negras, que nem sempre seguiram, como nos lembra Calila Oliveira (2020), a lógica ocidental. São narrativas que operam conhecimentos como ações, escritas que são possíveis, pois houve/há também toque de tambor, oralidade, banho de folhas e silêncio. (OLIVEIRA, 2020, p.22) Neste texto, me dedicarei a *trançar os pensamentos* (OLIVEIRA, 2020) das escritoras em *Cadernos Negros*, mapeando-os e pensando-os historicamente em relação à tradição de escrita de mulheres negras no Brasil. Este constitui um esforço de delinear essa literatura negrofeminista, entrelaçando-a aos movimentos dos feminismos negros e decoloniais, investigando as maneiras com que mobilizam as categorias de gênero, raça, classe etc.

É importante lembrar que o cenário da literatura brasileira hoje é resultado de uma historicidade que, como aponta Regina Dalcastagnè (2012), investiu na homogeneidade, na branquitude e masculinidade, de autores e personagens. Essa constatação nos permite problematizar com maior complexidade os números em torno da escrita de mulheres no país, e a maneira como o gênero atravessa a literatura. Ao mesmo tempo, essa constatação não pode servir para afirmar, de antemão, a inexistência de uma tradição de literatura de mulheres negras no Brasil. Isso seria desconsiderar a escrita precursora de Esperança Garcia, Rosa Maria Egipcíaca Vera Cruz, Teresa Margarida da Silva e Orta, Maria Firmina dos Reis, Antonieta de Barros, Auta de Souza, Gilka Machado, Carolina Maria de Jesus etc. Nos últimos anos, assistimos Conceição Evaristo, Eliana Alves Cruz e Luiza Romão ganharem categorias no Prêmio Jabuti 2015 e 2022 e Sueli Carneiro receber a homenagem de Personalidade Literária (2022), no mesmo prêmio. Em 2018, sonhamos com a eleição de Evaristo para a Academia Brasileira de Letras, que contou com uma campanha abrangente e apaixonada de um público considerável e uma extensa mobilização nas redes sociais, mas terminou com o insucesso da empreitada e a evidente manutenção do *status quo* branco



da ABL – ainda sem nenhuma mulher negra em seu corpo de literatas/os. Multiplicam-se também as pesquisas que se debruçam sobre a literatura de mulheres negras, presentes em diferentes espaços – romances, poesias, contos, rodas de slam, etc.

Portanto, a literatura de mulheres negras pode ser entendida historicamente a partir da chave da invisibilização pelo cânone literário, marcada por um processo de publicização e reconhecimento que, em geral, é “uma conquista recente e que vem sendo construída na contemporaneidade” (VASCONCELOS, 2014, p.10). Como afirma Linda Nochlin, em seu texto de 1971, na tentativa de refletir sobre “Por que não houve grandes mulheres artistas?”, “como todos sabemos, as coisas como estão e como estiveram, nas artes, bem como em centenas de outras áreas, são entediantes, opressivas e desestimulantes para todos aqueles que, como as mulheres, não tiveram a sorte de nascer brancos, preferencialmente classe média e acima de tudo homens.” (NOCHLIN, 2016, p.8) Entretanto, não podemos correr o risco de corroborar com a ideia de uma escassez de produção: apesar de todos os entraves que, certamente, prejudicaram o processo criativo das mulheres, elas estiveram presentes desde o Século XIX - principalmente nas publicações em periódicos, alguns destes criados e dirigidos pelas próprias mulheres.

O que acontece é que, apesar dessa produção, estas mulheres permaneceram indiscutivelmente fora do cânone ocidental que ainda é composto majoritariamente por homens brancos, europeus ou estadunidenses. Como afirma Eurídice Figueiredo, “mulheres e não brancos não entraram no cânone ocidental, senão como honrosas exceções que confirmam a regra”. (FIGUEIREDO, 200, p.85) A crítica feminista tem sido fundamental no sentido de interpelar a existência e configuração desse cânone, desafiando os regimes de verdade (FOUCAULT, 1979) que sufocam a complexidade presente na história, especialmente sob a luz que as questões de gênero conseguem propagar. Esta crítica tem apontado não só para a necessidade de inclusão de mulheres nas narrativas, mas tem se ocupado de desconstruir os estatutos tradicionais de arte, os próprios pilares de sustentação da disciplina, como o gênero e o gênio artístico, desmistificando uma suposta pretensão universal e neutra a ela atribuída: “A história enquanto enunciado pretensamente verdadeiro e absoluto não serve ao feminismo”. (TVARDOVSKAS, 2015, p.32) É nesse sentido que a literatura negrofeminista precisa ser entendida, em consonância com as perspectivas de críticas feministas, ou seja, tendo em vista que a história não é uma tábua esburacada, onde a inserção das trajetórias femininas daria o sentido de uma completude, mas é sim um emaranhado complexo que produz e revela relações de poder, onde a disputa aqui é para que o passado seja narrado de forma diferente, sob uma perspectiva feminista.



É sob essa concepção que os estudos sobre a produção de autoria feminina começaram, ainda que de forma tímida, a aparecer no Brasil, depois de anos de uma história literária e tradição crítica dominadas majoritariamente por homens brancos e constituídas por uma perspectiva eurocêntrica. Enquanto homens brancos e sua literatura são fontes de análise há muito tempo, somente a partir da década de 1980 os estudos sobre a escrita literária feminina - e em bem menor escala a escrita literária feminina negra - começaram a ganhar força. Podemos citar, por exemplo, o texto de Esperança Garcia intitulado “Carta”, escrita ainda nos tempos de escravidão e que fornece indícios de que já há muito tempo mulheres negras subvertem estruturas e, com a possibilidade de aprender a ler e escrever denunciaram, a partir da escrita, os sistemas de opressão em que vivem. Apesar de escrita ainda no Séc. XVIII, a “Carta” de Esperança só ganhou visibilidade na década de 1990, quase dois séculos depois, quando os deputados estaduais Olavo Rebelo e Francisca Trindade a transformaram na epígrafe do projeto de lei que instituiu o Dia da Consciência Negra no Piauí.

As últimas duas décadas, entretanto, foram marcadas por pesquisadoras que começaram a, em maior quantidade e profundidade, se debruçar sobre a literatura de mulheres negras. A título de exemplo, não poderia deixar de citar aqui alguns trabalhos importantes neste sentido. O livro *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras* (2010), por exemplo, reúne reflexões da trajetória de pesquisa da professora Eurídice Figueiredo e mapeia a produção literária feminina nos séculos XX e XXI, inclusive sob uma perspectiva interseccional e decolonial. Além disso, é preciso citar trabalhos que se debruçaram sobre escritoras de *Cadernos*, como a pesquisa de Miriam Cristina dos Santos intitulada *Intelectuais Negras: Prosa Negro-Brasileira contemporânea* (2018) sobre a escrita de Conceição Evaristo, Miriam Alves e Cristiane Sobral ou o trabalho de Bárbara Araújo Machado (2014), que em sua dissertação de mestrado se propôs a analisar a relação entre literatura e militância a partir da obra de Conceição Evaristo. Ou as teses de Fernanda Rodrigues de Figueiredo intitulada *A mulher negra nos Cadernos Negros: autoria e representações* (2009), a de Francineide Santos Palmeira, *Vozes femininas nos Cadernos Negros: Representações de insurgência* (2010) e de Calila das Mercês Oliveira, *Movimentos e (re)mapeamentos de mulheres negras na literatura brasileira contemporânea* (2020). Em 2023 foi a primeira vez que muitas pessoas ouviram falar de Rosa Maria Egípcíaca, autora do mais antigo livro escrito por uma mulher negra no Brasil, tema do enredo carnavalesco do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Viradouro. E só a partir de 2017 os livros de Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista negra brasileira, vêm ganhando notoriedade e reedições.

A escrita de mulheres negras, entretanto, sempre foi motivo de reflexão entre as próprias escritoras dos *Cadernos Negros*. Em seu texto intitulado “A narrativa feminina publicada nos *Cadernos*



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Negros sai do quarto de despejo” (2002), Esmeralda Ribeiro descreve o processo criativo fazendo menção à Carolina Maria de Jesus: afirma que o processo de visibilização da produção literária feminina negra é o movimento de saída do “quarto de despejo”, título do livro publicado por Carolina em 1960. Se o “quarto de despejo” é o “pior lugar que sobrou para nós negros e negras na sociedade”, se “é como se disséssemos que estamos desalojadas do nosso próprio eu” (2002, p.230), o movimento de saída do quarto de despejo metaforizado por Esmeralda parece ser um reencontro, um exercício de *reajuntamento* em si. Esmeralda analisa, neste ensaio, a escrita de três contos: “Obsessão”, de Sônia Fátima da Conceição, “Caguira”, de Ruth Souza e “Por que Nicinha não veio”, de Lia Vieira. Este não é, entretanto, o primeiro ou o único ensaio de Esmeralda sobre a escrita de mulheres negras: em 1987 publica em *Criação crioula, nu elefante branco*, o ensaio “A escritora negra e seu ato de escrever participando” e em 2005 o ensaio “A Relação Afetiva entre o Homem e a Mulher na Poesia dos *Cadernos Negros*”.

Em um mundo onde as opressões de raça e gênero fazem restar pouco tempo livre às mulheres negras, ser criativa e reelaborar sua própria existência a partir da literatura torna-se um espaço importante: “sua criatividade é uma esfera de liberdade, uma esfera que a ajuda a lidar com a vida cotidiana e a transcendê-la” (COLLINS, 2016, p.112). Esse exercício não só de escrever ficção e poesia sobre personagens negras, mas também de pensar sobre o próprio exercício da escrita, de forma coletiva, é um exercício de autorrecuperação, prática ética de cuidado de si (FOUCAULT, 1978) que nunca está afastada do cuidado dos outros. (ALMEIDA, 2019) É nesse sentido que a intelectualidade negra feminista destas escritoras opera não só no espaço individual, nas elaborações sobre suas personagens negras ou na denúncia do racismo e da misoginia, mas também de forma coletiva, numa construção articulada e relacional de uma literatura implicada no combate de opressões. A poesia *Ressurgir das cinzas* (2004) de Esmeralda Ribeiro dá o tom dessas elaborações coletivas:

Sou guerreira como Luiza Mahin,
Sou inteligente como Lélia Gonzáles,
Sou entusiasta como Carolina Maria de Jesus,
Sou contemporânea como Firmina dos Reis
Sou herança de tantas outras ancestrais.

Desde o primeiro volume dos *Cadernos Negros* existiram mulheres escritoras refletindo, inclusive, sobre a própria condição como mulher negra. Em termos quantitativos, há um contrapelo: na publicação de 1978, duas mulheres e seis homens assinam poesias. Essa disparidade acompanha a trajetória dos *Cadernos Negros*, em geral: Entre 1978 e 2006, o número de escritoras era 46% do número de escritores, ou seja, menos da metade de mulheres (39) em relação aos homens (84). (PALMEIRA,

2010) Desde 2006, podemos aferir um considerável aumento. Entre 2006 e 2022, o número passou de trinta e nove (39) para cento e vinte e três (123) assinaturas de mulheres. Apesar do número inferior em relação aos escritores negros, ainda assim é importante afirmar que os *Cadernos Negros* são a antologia de maior relevância para a difusão da literatura de mulheres negras, não tendo nenhuma outra coletânea ou antologia, publicado tantas escritoras negras como ela. (PALMEIRA, 2010; SOUZA, 2017) A complexidade do cenário se dá, justamente, porque cada avanço no sentido do espaço conquistado por essas mulheres escancara ainda mais as desigualdades da estrutura existente. Essa estrutura, por mais que desmobilizada pela literatura negrofeminista ao longo desses quarenta e cinco anos, se faz presente, por exemplo, no grande número de escritoras que publicaram apenas uma ou duas vezes nos *Cadernos*, como são os casos de Angela Lopes Galvão (1978 e 1980) e Roseli da Cruz Nascimento (1986 e 1992).

A regularidade de escrita das mulheres negras nos *Cadernos* ficou por conta de nomes como Célia Pereira, Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Esmeralda Ribeiro, Lia Vieira, Miriam Alves, Ruth Souza e Sônia Fátima Conceição. Muitas das escritoras de *Cadernos* eram professoras, militantes de movimentos negros ou jornalistas e possuíam idades muito diversas, entre os 20 e os 60 anos. Algumas assinaturas em contos e poesias não assinaram outras obras e não encontrei referências sobre elas em buscas nos sites de literatura ou no catálogo unificado de bibliotecas de São Paulo, como foi no caso de Eliane Rodrigues da Silva, Eliete Gomes, Angela Lopes Galvão e Marta Monteiro André.

Frequentemente Cuti, Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa refletem em suas entrevistas sobre como muitas/os escritoras/es não continuaram a escrever depois de publicar nos *Cadernos*, pelas dificuldades materiais e subjetivas que enfrentaram. Ou seja, as violências decorrentes do sexismo e do racismo teriam impedido centenas de mulheres a publicarem em *Cadernos Negros*, especialmente nos primeiros quase 30 anos de sua história. Podemos supor que o aumento do número de mulheres publicando em *Cadernos* a partir dos anos 2000 é resultado de uma multiplicidade de fatores ligados às reivindicações por espaço vindas dos movimentos de mulheres negras. Dentre eles, poderíamos citar a publicação de textos importantes de feministas negras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro nas décadas de 1990 e 2000, até o fato de que é nesta época que Esmeralda Ribeiro assume posição destaque no Grupo Quilombhoje, o que poderia ter facilitado o acesso de mais mulheres tanto entre as pareceristas quanto entre escritoras.

Se para algumas escritoras, os *Cadernos* foram uma oportunidade única de publicação, para outras, significou um espaço inaugural, que abriu portas para uma trajetória consistente. Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro, Sônia Fátima da Conceição, Miriam Alves e Cristiane Sobral são os nomes de algumas das escritoras que publicam um texto seu, a primeira vez, nos *Cadernos Negros*. Esse



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

processo afiança a movimentação, mesmo que descontínua, e o tensionamento que essas escritoras provocam no contexto da literatura brasileira: ao passo que avançam no sentido do preenchimento dos espaços, deixam evidentes as relações de poder que atravessam este cenário. Na ocasião da publicação da edição comemorativa dos 30 anos de *Cadernos*, a pesquisadora Aline Costa utiliza o depoimento de uma leitora dos *Cadernos*, Marinete Silva, para elucidar a importância da visibilidade da escrita negrofeminista:

(...) esta que foi e é tão importante no Movimento Negro e que nas primeiras edições esteve presente em pequeno número e que, no *Cadernos Negros* volume 30, aparece em maior quantidade, demonstrando assim que a escrita da mulher negra vem se articulando e ocupando o seu espaço único específico dentro da literatura afro-brasileira : Os *Cadernos Negros* são de grande importância porque eu não conhecia mulher negra que tivesse um trabalho (literário), exceto a Carolina de Jesus. Mas, poetisa negra que falasse de amor, da nossa vida, dos nossos filhos, não era comum. E hoje a gente vê Elizadra, Esmeralda Ribeiro, Conceição Evaristo, Miriam Alves, e tantas outras. Então eu acho que tem o sabor diferente, estão escrevendo e isso é importante. (SILVA apud COSTA, 2008, p. 37)

Angela Lopes Galvão e Celia Aparecida Pereira são as duas primeiras escritoras de *Cadernos*. A primeira, que aparece também nos *Cadernos Negros* N°2, se apresenta como “matogrossense, 24 anos.” (1978, p.10) E em sua descrição, a da primeira mulher a escrever na antologia, afirma: “Dessa forma o que eu escrevo reflete as minhas preocupações, dúvidas e questionamentos, enquanto mulher e negra, em uma sociedade delimitada por valores brancos e machistas”. (GALVÃO, 1978, p.10) Em seu poema intitulado “retratação”, vocifera:

bela
desejável
atraente
mulher
mulher negra
negra mulher
oprimida
tangenciada
traída e
enxovalhada,
usada
manipulada

mulher
submissão
negra,
inferiorização

o peito latente
clama
a boca tapada
geme



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

o coração magoado
anseia
e luta
e sonha
e espera
espera...

A condição racial e de gênero está presente na elaboração poética dos versos que associam “mulher/submissão”, “negra/inferiorização”. A esta última pode ser acrescida os usos das palavras “oprimida/tangenciada/traída/enxovalhada/usada/manipulada” pela autora. Se para a categoria *mulher* – que pode ser entendida nesse primeiro uso sem a distinção da cor – está relegado o lugar da submissão, atrelar a condição racial, *mulher negra*, parece acrescentar opressões. Ou seja, há uma condição complexa descrita a partir dos atravessamentos entre gênero e raça e um tom evidente de denúncia sobre essa condição. Dessa forma, aquele que é o mote principal dos *Cadernos Negros* desde sua fundação – o combate ao racismo – aparece indissociado da experiência *mulher*. Ou seja, mesmo que os *Cadernos* possuam mais escritores homens que escritoras em seus 45 anos de publicação, as mulheres se fizeram presentes, inclusive, pensando a articulação entre raça e gênero em sua escrita, desde o primeiro volume.

E as mulheres negras sempre se fizeram presentes, em diferentes espaços. Desde o começo da vida em cativeiro, as mulheres negras se opuseram ao sistema escravista, de diferentes formas. Articularam fugas, rebeliões e atuaram na organização de quilombos, assim como promoveram abortos, infanticídios e suicídios para livrarem a si e aos seus dos sofrimentos e violências da escravidão. Também buscaram diferentes formas de acúmulo das quantias necessárias para a compra de cartas de alforria, as suas e as de membras/os da sua família. (SHUMAHHER, 2006) Depois da abolição da escravidão, atuaram na Imprensa Negra de São Paulo durante a Primeira República, no Teatro Experimental do Negro na década de 1940 e na reorganização do Movimento Negro Unificado (MNU) a partir da década de 1970. Articularam, em seus contextos, épocas e especificidades, experiências de resistência contra a colonialidade – e suas violências -, o racismo, o patriarcado etc. A partir da década de 1980, na conjuntura de reorganização dos movimentos negros, feministas negras produziam a todo vapor e integravam diferentes movimentos antirracistas e de esquerda em diferentes partes do país.

Ou seja, o espaço em que a poesia de Angela Galvão se fazia possível era um cenário permeado pelo movimento de dar nome às coisas. Chamar de mulheres negras às mulheres negras, dar nome ao estado de opressão e também às criações e subversões. Contrapunham-se a um suposto feminismo “hegemônico” que, protagonizado por mulheres brancas, com pautas importadas da Europa e Estados Unidos, não contemplavam as experiências raciais das mulheres negras. Assim como na escrita das mulheres nos *Cadernos*, no pensamento de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Roseli Borges, Beatriz



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Nascimento, complexificava-se a categoria *mulher*: desafiaram seu caráter universalizante e chamaram atenção para o atravessamento racial de sua constituição histórica:

As mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina. (...) É a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira (...) (CARNEIRO, 2003, p. 121).

Em detrimento ao imaginário pejorativo sobre as mulheres negras denunciado por Collins (2019) e Nascimento (1987), as escritas negrofeministas dos Cadernos operaram em uma gama de novos significados. Estão no lugar que Collins vai chamar de *autodefinição* (2016). Tensionaram e denunciaram as opressões decorrentes do racismo, do sexismo, do patriarcado e afins. Como no poema de Esmeralda Ribeiro (1990) que, em referência ao nome dado às mulheres que recolhem lixo no interior de São Paulo, recita:

Dúvida

Se a Margarida flor
É branca de fato
Qual a cor da Margarida
Que varre o asfalto?

Ou seja, assim como Beatriz Nascimento denunciava a exploração do trabalho das mulheres negras em 1976, e Lélia Gonzalez estava na década de 1980 chamando atenção para o fato de que a maior parte das mulheres trabalhadoras domésticas ou em serviços de baixa remuneração eram mulheres negras, Esmeralda Ribeiro elabora uma poesia que dá o tom de uma denúncia que parte da co-constituição de opressões entre gênero e raça. Se a Margarida flor é branca, a Margarida trabalhadora é negra.

Ao passo que denúncias como essas eram feitas, estas escritoras também utilizaram a literatura para afirmar novos imaginários sobre as mulheres negras, como na poesia “Álågbará Obínrín” de Andréia Lisboa de Souza, publicado em 2002 nos *Cadernos Negros*:

Homenagem a uma mulher
Você
Admirável
persistente ousada.
[...]
Muitas vidas! Muito sangue e lágrimas



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Ah! A mulher...
O que dizer da mulher negra a marulhar?
Esta mulher é raiz
Que brota da terra e
Avança para o céu.
Batalhadora...por vezes estigma e estereótipo
Firme e forte ...digna de louvor, amores e ócio
Explorada...feito efeito de bumerangue óptico
Matriarcal...no leito mercadoria internacional

A literatura de mulheres negras nos Cadernos possui um escopo abrangente de temas. Africanidade, violência policial, amor, afeto, amizade, trabalho, política, religiosidade, justiça, são apenas alguns dos assuntos sobre os quais essa escrita negrofeminista se debruçou, geralmente atravessada pelas temáticas de raça e gênero. Não é o objetivo deste texto mapear todas as nuances dessa escrita mas não poderia deixar de citar alguns exemplos de contos e estratégias discursivas que dão o tom dessa literatura negrofeminista: diversa e engajada.

Essas insurgências fazem parte das movimentações feministas – especialmente das mulheres negras – que pelas frestas ou portas da frente conquistaram espaços de expressão cultural, política e social. A partir da luta política, da ocupação dos espaços acadêmicos, das produções culturais, intelectuais, literárias etc., as mulheres negras tem rompido o status de subserviência. (ALVES, 2010, p.10) Nesse processo, ressignificam o substantivo negra/negro a partir de um movimento de positivação, escapando dos imaginários da *branquitude* e desconstruindo saberes cristalizados. Se os espaços de poder insistem em objetificar estas mulheres – na figura da “mulata” exportação ou da mulher negra subserviente, nas *imagens de controle* como as descritas por Collins, etc. – elas “colocaram-se como sujeitos da História apresentando seus movimentos (...) O conceito mulher negra esvaziado de significados no espaço da branquitude passa a somar significantes de mulheres negras nos mais variados setores das sociedades”. (ALVES, 2010, p.10) Na literatura negrofeminista o processo de tornar-se *sujeito* a partir da escrita se dá na elaboração das complexas, tensionadas, disputadas subjetividades de mulheres negras.

Referências

- Cadernos Negros. N°1 (Org. Quilombhoje). São Paulo: Edição dos Autores, 1978.
_____. N° 25 (Org. Quilombhoje). São Paulo: Edição dos Autores, 2002.
_____. N° 27 (Org. Quilombhoje). São Paulo: Edição dos Autores, 2004.

ANZALDÚA, Gloria. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 1, pp. 229-236, 2000. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>: Acesso em: 12. Set. 2023.



- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1965
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. 322 f. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). FEUSP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005
- COLLINS, Patricia Hill. *The black feminist thought*. London, Routledge: 2000
- CUTI (Luiz Silva). *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo. Negro, 2010
- DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004, *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n° 26, Brasília, jul.-dez. 2005, p. 13-71.
_____. *Literatura Brasileira contemporânea: um território contestado*. São Paulo: Horizonte, 2012
- DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Nazareth Soares (Orgs). *Literatura e Afrodescendência no Brasil: Antologia Crítica. Precursores*. Vol. I. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. In: SILVA, Denise Almeida; EVARISTO, Conceição. (Org.). *Literatura, história, etnicidade e educação: estudos nos contextos afro-brasileiro, africano e da diáspora africana*. Frederico Westphalen: URI, 2011
- FIGUEIREDO, Fernanda Rodrigues de. *A mulher negra nos Cadernos Negros: autoria e representações*. 2009. 133 f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizontes – MG, 2009
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Revista Isis Internacional. Santiago, v. 9, pp. 133-141, 1988.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
_____. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 3, n° 2. 1995.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Ática, 2014.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019
- LUGONES, María. *The Coloniality of Gender*. Worlds & Knowledges Otherwise, 2008, 1-16
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

OLIVEIRA, Calila das Mercês. *Movimentos e (re)mapeamentos de mulheres negras na literatura brasileira contemporânea*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Instituto de Letras, Universidade de Brasília (UNB). 2020, 221 f.

PALMEIRA, Francineide Santos. *Vozes femininas nos Cadernos Negros: Representações de insurgência*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgard. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SALES, Cristian Souza de. Pensamentos da Mulher Negra na Diáspora: Escrita do Corpo, Poesia e História. *Sankofá. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, Ano V, Nº IX, São Paulo: julho/2012

SANTOS, Mirian Cristina dos. *Intelectuais Negras: Prosa Negro-Brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Malê, 2018

SOUZA, Florentina. *Mulheres Negras Escritoras*. Revista Crioula. São Paulo, nº20, 2017

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

Women's literature in black notebooks as literary echo resounding in history

Abstract: Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Eliane Alves Cruz, Esmeralda Ribeiro, and Miriam Alves are among the most well-known names among the dozens of writers who contributed to the pages of Cadernos Negros between 1979 and 2022. With diverse themes connected by issues of race, gender, African and Afro-Brazilian culture, etc., this writing, understood here as black feminist, has contested narratives about different subjects, interpreting Brazil. This work is particularly interested in analyzing the relationships between the writing of Brazil's history and the literary narratives of some of these authors, reflecting on how these narratives challenge the historical erasure of the contributions of Black women to the country's formation. In 1986, in volume number nine (09) of Cadernos Negros, Esmeralda Ribeiro wrote: "Now and always, I will open my mouth so that the echo resounds in history" (RIBEIRO, 1986, p.07). The definition for echo in the Oxford Dictionary is "1. the repetition of a sound caused by the reflection of a sound wave by a surface or an object. 2. the sound produced by this reflection." The echo is a repetition resulting from reflection. The metaphorical and poetic use of this idea in Esmeralda's sentence inspires the title of this communication, as this text is interested in the implications— the resonances—of the literature and intellectual thought of the women writers of Cadernos for the production of historical knowledge about gender, race, coloniality, and decoloniality relations in Brazil, as well as about sexuality, maternity, violence, love, family, politics, class, etc. - since the late 1970s.

Keywords: Gender. Race. Literature. Cadernos Negros.



RELAÇÕES DE GÊNERO E DISSEMINAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS NA IMPRENSA: UMA ANÁLISE DA REVISTA *MANCHETE* (1975-1979)¹

Maria Daniele Mourão da Costa²

Resumo: Este trabalho buscou analisar de que modo as figuras femininas e masculinas estão representadas nas reportagens e campanhas publicitárias que foram veiculadas na Revista *Manchete* entre os anos de 1975 a 1979. Com isso, traçou-se um breve panorama da história da revista em seu momento de fundação e em seu posterior momento de glória, quando se tornou conhecida e popular em todo o país. Importante mencionar que, ela esteve em ascensão durante um período ditatorial, em que diversas mídias tiveram seu conteúdo censurado. Ao se popularizar, a revista foi desenvolvendo um grande poder de influência entre os seus leitores, com isso, é de extrema importância refletir sobre como os estereótipos de gênero presentes nas páginas ajudaram a fortalecer certos ideais entre o público da época.

Palavras-chave: Ditadura, Gênero, Estereótipos, Imprensa, *Manchete*.

Introdução

A Revista *Manchete* teve seus primeiros exemplares vendidos no ano de 1952 e esteve em circulação até meados dos anos 2000, tendo algumas edições especiais até 2007. Ela foi criada para competir com a revista -, *O Cruzeiro*, que começou a circular no país a partir do ano de 1928 e desde então era a mais prestigiada pelo público brasileiro. Com o sucesso da revista dentro e fora do país, a *Manchete* que era mais simples decidiu buscar novas abordagens e aos poucos foi garantindo seu espaço no mercado editorial brasileiro, se tornando a segunda revista mais popular do país. Algum tempo depois, seguiu avançando e se tornou a número 1. Pensando na sua popularidade, é importante analisar de que modo esse periódico contribuiu para a construção e manutenção de estereótipos em torno do gênero no Brasil entre os anos de 1975 a 1980.

Como as mídias vão se relacionando com o tempo e o meio social, é importante levar em consideração o momento histórico em que o Brasil estava inserido entre os anos selecionados para a pesquisa, pois como vemos, isso exerce bastante influência ao que será divulgado nos diversos veículos de comunicação. Ao analisar as representações de gênero que a revista produz em suas reportagens, e

¹ Versão reduzida do trabalho de conclusão de curso da autora.

² Graduada em História - Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa História, Gênero e América Latina. E-mail: dannycosttawn@gmail.com

também aquelas que reproduz por meio das campanhas publicitárias que veicula em suas páginas, torna-se possível perceber as mudanças e permanências de ideias e estereótipos que ainda hoje se fazem presentes em nosso meio acerca desses grupos sociais. Para apresentar essa discussão, inicia-se situando o contexto histórico, examinando de que modo a revista se portou frente à censura que era imposta nesse período. Posteriormente faz-se um apanhado geral da relação entre a imprensa e seu uso no fazer historiográfico, em seguida a revista é apresentada em maior destaque, desde a sua fundação até seus anos de glória. Por último trazemos as representações de gênero na imprensa, pensando os imaginários criados em torno dos homens e das mulheres.

Contexto Histórico

No período em que se situa o recorte da pesquisa, o Brasil estava inserido em um momento obscuro de sua história, marcado por intensas repressões, tortura e censura, em que o direito de ir e vir e de emitir opiniões era cerceado dia após dia. Tudo "começou" em 1964 com a queda de João Goulart e tomada de poder pelos militares. No entanto, a narrativa aqui percorrida se inicia no ano de 1975 período em que o regime já se encontrava consolidado e cada vez mais repressor no país, visto que, para se manterem no comando por tantos anos, foram necessárias uma série de medidas autoritárias que minavam as forças opositoras do campo progressista/esquerda e fortaleciam o campo conservador/direita opressora.

Além disso, as propagandas foram amplamente utilizadas para mascarar a real face dos grupos que detinham o poder. Levando em consideração que o Brasil estava imerso em um contexto ditatorial, sabe-se que os meios de comunicação estavam sob intensa censura. Dentro desse contexto, podemos analisar a revista *Manchete* como conivente às ações do regime, pois, nota-se em suas páginas um apoio explícito ao governo. De acordo com a pesquisadora Greyce Nascimento, em trabalho que trata a relação da *Manchete* com o regime militar durante a vigência do AI-5³:

Ao examinarmos o conteúdo da *Manchete* da época, percebemos que o trabalho da revista consistiu, principalmente, na apreensão e disseminação de notícias que visavam persuadir o leitor da necessidade de instalação de um governo forte, associando-o ao desenvolvimento econômico prometido pelos militares. Além de omitir casos de tortura, perseguição, ou manifestações contrárias ao governo. (NASCIMENTO, 2013, p. 5)

³ O AI-5 foi o 5º dos 17 atos institucionais instaurados durante os primeiros anos do regime militar, por meio dele o presidente adquiriu amplos poderes. Foi o mais rigoroso de todos os atos e tornou aquele regime ainda mais violento e repressor. Esteve em vigor de 1968 a 1978, caracterizando a fase mais dura da ditadura.



Por meio desse trecho, podemos compreender o porquê de ela ter conquistado tanta popularidade em um período tão obscuro de nossa história, “pois a Manchete não teve censores em sua redação nem teve nenhuma de suas matérias 'cortadas' por agentes do governo” (NASCIMENTO, 2013, p. 8), ao contrário de outras revistas e jornais do período que tiveram sua liberdade cerceada. Por causa desse apoio, ela conseguiu se destacar durante o período, influenciando assim um grande número de pessoas ao longo daquelas décadas, pois pôde circular livremente sem censura.

Além de ser um período de regime ditatorial, e apesar disso, a década de 70 também foi palco de grandes transformações na vida do público feminino, chegando mesmo a ser declarado como o início da década da mulher⁴. No ano de 1975, foi realizada pela ONU a I Conferência Mundial da Mulher, evento que também repercutiu na organização das mulheres do país. Segundo Teles:

Graças ao desempenho das mulheres, 1975 tornou-se de fato o marco histórico para o avanço das ideias feministas no Brasil. Sob uma ditadura militar, mas com o apoio da ONU, a mulher brasileira passou, então, a ser protagonista de sua própria história, em que a luta por seus direitos específicos se fundia com as questões gerais. Respondia de maneira forte aos anseios da época: de se expressar, de falar, de enfrentar, de agir (TELES, 1993, p. 84-85)

Com todos esses desdobramentos ocorridos na época, e levando em consideração o posicionamento político e ideológico da revista, é possível imaginarmos que muita coisa foi omitida nas páginas do periódico.

Imprensa e História

Em qualquer pesquisa historiográfica é de fundamental importância refletir sobre a relevância das fontes para o ofício do/a historiador/a. Como bem observa José D'Assunção Barros:

[...] As fontes históricas, além de permitirem que o historiador concretize o seu acesso a determinadas realidades ou representações que já não temos diante de nós, permitindo que se realize este “estudo do homem no Tempo” que coincide com a própria História, também contribui para que o historiador aprenda novas maneiras de enxergar a história e formas de expressão que poderá empregar em seu texto historiográfico. (BARROS, 2010, p. 74)

Com base neste trecho, podemos perceber que a história como a conhecemos hoje, advém da interpretação de vestígios deixados para nós por nossos antepassados ao longo dos tempos, e cabe aos historiadores desvendarem esses fragmentos que chegam para nós de maneiras diversas. Para isso, se faz

⁴ (1976-1985)



necessário uma análise minuciosa das fontes a que se tem acesso para que se possa problematizar o passado e produzir interpretações fundamentadas e consistentes.

Além de compreendermos a importância das fontes para a pesquisa historiográfica, também é importante que tenhamos conhecimento acerca do alargamento do conceito de fontes, trazidos pela revolução historiográfica ocorrida ao longo do século XX, o que abriu para o pesquisador múltiplas possibilidades de abordagens e diversas pesquisas com temáticas e objetos que antes eram impensados, ou quando muito, vistos com desconfiança. Como era o caso da imprensa, que por muito tempo não era vista como algo passível de ser trabalhada de maneira séria, por ter-se a concepção de que as informações contidas nas páginas possuíam distorções e subjetividades que prejudicariam a escrita da história. Como assinala Tânia Regina de Luca:

A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos Annales, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo. Percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber histórico implica acompanhar, ainda que de forma bastante sucinta, a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina (LUCA, 2008, p. 112).

Percebe-se por meio desse trecho, que mesmo a imprensa sendo classificada como fonte, ainda continuaram os debates acerca do modo em que seriam trabalhados esses documentos. Sabe-se que cada material recebe uma análise diferente, em relação ao que vai oferecer, historicamente falando, e em relação às influências externas que permeiam a criação daquele objeto, pois todos os documentos, mesmo aqueles que eram vistos como mais importantes, possuem uma intencionalidade produzida por quem deixou ele pra trás. Com a imprensa isso não seria diferente. Por causa disso, ainda manteve-se, naquele momento, um certo preconceito acerca dessa nova tipologia de documento, mesmo com tantas recomendações de como usá-las.

Apesar disso, aos poucos esse segmento começou a ser reconhecido enquanto grande potencializador da escrita da história, e é cada vez mais comum no âmbito acadêmico a presença de pesquisas que o utilizam, não ficando restrito apenas aos trabalhos na área dos cursos de comunicação. Como mencionado anteriormente, iremos nos debruçar no segmento das revistas impressas, sendo a revista *Manchete* a escolhida para análise. É importante deixar claro que não buscamos reescrever a história por meio dela, mas sim tentar perceber a influência da revista na construção de ideias, e na manutenção de certos estereótipos no imaginário de quem consumia aqueles conteúdos na época.

Manchete



Quando apareceu de maneira despreziosa nas bancas no ano de 1952, provavelmente ninguém imaginava que dali partiria uma das mais influentes publicações das próximas décadas. De fato, o público brasileiro já estava acostumado com a revista *O Cruzeiro*, periódico semanal bastante influente no país, e que já circulava desde 1928. Com tantos anos de fundação, e reconhecida qualidade gráfica, era natural que fizesse parte do lar da grande maioria dos brasileiros.

Manchete buscava ser um diferencial no mercado - que já contava com amplas revistas de variedades. Analisando o primeiro exemplar da revista, nota-se que ela começou de maneira tímida, apenas 44 páginas, sendo a grande maioria delas com fotos em preto e branco, contando com pouquíssimas coloridas, e com escassos anúncios. Apesar do difícil desempenho inicial, a revista começou a render frutos e a ocupar um espaço de prestígio no país. Para dar essa guinada rumo ao sucesso, foi necessário mudar algumas estratégias de formatação e divulgação. Para chegar a isso, os Bloch⁵ foram direto à fonte e trouxeram para a revista Hélio Fernandes, o antigo diretor de *O Cruzeiro*, com isso, ele traria para sua publicação boa parte das ideias que levou a outra ao estrelato e algumas outras ideias inovadoras que as pudessem diferenciar.

Além da reconhecida qualidade textual - já citada anteriormente - *Manchete* ficou também bastante conhecida pelas suas fotorreportagens. Por ter um grande número de imagens em suas páginas, a revista chamaria atenção até mesmo de um público não leitor, que ficariam embevecidos pela qualidade e beleza de suas fotos. Segundo Fáveri:

O índice de analfabetismo, ainda muito grande até nas sociedades mais abastadas da segunda metade do século XX, proporcionou que uma revista composta por cerca de 70% de sua totalidade por material fotográfico ganhasse espaço na sociedade urbana brasileira (FÁVERI, 2014, p. 5).

Ao longo dos próximos 48 anos, *Manchete* viveria períodos gloriosos, e estamparia em suas páginas, diversos acontecimentos do Brasil e do mundo, e assim cresceria junto com uma parte da população que a acompanhava. Em tantos anos de publicações, a revista foi se moldando ao gosto dos seus leitores, e paralelamente, moldando os ideais de cada um, pois querendo ou não, acabamos sendo influenciados direta e indiretamente pelo conteúdo que a imprensa produz e distribui. Sendo assim, é interessante pensar de que forma ela influenciou na construção de ideais em torno das figuras dos homens e das mulheres, seja nas propagandas e campanhas publicitárias que ela veiculava, ou nas suas reportagens.

Representações de gênero na imprensa

⁵ Fundadores da revista



Ao folhearmos uma revista de maneira casual, por vezes não nos atentamos para os discursos que ali estão produzidos, devido principalmente a certa naturalização dos eventos que ali estão discorridos. Essa aceitação advém dos discursos e representações sociais que foram reproduzidos ao longo dos tempos, que criaram imagens ditas naturais, mas que são construções sociais de um determinado período. Como afirma Coelho (2014), dialogando com Chartier e Bordieu:

De acordo com Chartier e Bourdieu as “representações” são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo. Desta forma, os sujeitos e o grupo ao qual pertence criam representações de si mesmos e de outros grupos, fundamentando suas visões de mundo sobre as experiências históricas. As representações visam construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Assim, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é construído socialmente (COELHO, 2014, p. 95).

Pensando nisso, é interessante analisar de que forma a imprensa ainda produz e reproduz essas representações, no que se refere às relações de gênero. Trazendo para essa discussão, é importante refletir que as mulheres nas mais diversas culturas foram colocadas em uma posição de subalternidade, e por muito tempo isso se justificou por meio dos fatores biológicos - ideia bastante presente nos discursos filosóficos e religiosos - e dessa forma eram consideradas impassíveis de mudanças. Segundo Tedeschi:

O papel do olhar masculino na teoria filosófica transforma a mulher em objeto. Apresentam as mulheres como criaturas irracionais, sem pensar próprio, pouco criativas, sem espírito estético, dependentes do seu corpo, portanto, necessitavam devido a sua natureza, ser submissas e controladas pelos homens (TEDESCHI, 2012, p. 45):.

Percebe-se por meio desse trecho, a naturalização de uma ideia e a dificuldade para se desvencilhar de determinados ideais que se encontram tão enraizados no imaginário coletivo, até porque o público masculino como principal beneficiário do tipo de organização social advinda desse pensamento, se preocupou recorrentemente apenas em validar esse discurso. Ao trabalharmos com essas representações é de extrema importância pensar em como o gênero influencia essa discussão. Sabe-se que, por muito tempo no campo das pesquisas, o conceito de gênero era associado unicamente ao público feminino. Posteriormente, em meados dos anos 1980, ele passa a abarcar uma reflexão simultânea sobre os homens, visto que, homens e mulheres se definem mutuamente em determinado contexto social e cultural. Segundo Scott, (1995, p. 75) “nessas circunstâncias, o uso do termo ‘gênero’ visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que mulheres.” Esse uso tentava afastar a pecha que muitos estudos sobre as mulheres tinham de ser políticos e subjetivos demais. No entanto, para a historiadora, essa era uma forma de invisibilizar de maneira sutil as mulheres dentro desse debate pois:

Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo "gênero" inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça (SCOTT, 1995, p. 75).⁶

Com isso, a historiadora propõe algumas definições para melhor trabalharmos o termo dentro da pesquisa historiográfica. Uma das conceituações de Scott, é que gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86). Ou seja, o termo abrange essas diferenciações entre o sexo feminino e masculino dentro de uma determinada conjunção social. Entender o contexto é de extrema importância pois essas definições variam de acordo com o tempo e o lugar. Com isso, a imprensa acaba por veicular as ideias de acordo com esses cenários, auxiliando na hierarquia de certos papéis. Pensando nisso, o próximo tópico busca analisar de que forma a revista constrói e dissemina essas diferenças de gênero.

Representações de gênero na *Manchete*

Nas páginas da revista *Manchete* é possível encontrarmos uma grande variedade de conteúdos tanto nacionais quanto internacionais. Entre as temáticas abordadas, temos política, futebol, economia, uma diversidade de reportagens sobre a vida dos famosos e uma grande quantidade de anúncios publicitários. Ao longo da exposição desses conteúdos percebemos algumas contradições, em relação às representações de gêneros, por vezes se portando de maneira conservadora e em outras não, como poderemos observar ao longo deste tópico.

Na página 14 da edição 1185 do ano de 1975, chama bastante atenção, uma reportagem que tem como título a seguinte chamada: “*Num recanto ensolarado do litoral paulista, cercado de mulheres milionárias por todos os lados, o famoso comico do cinema italiano reencontra a alegria de viver. Alberto Sordi ‘Meu paraíso é uma ilha brasileira’.*”⁷ Destaco no trecho abaixo alguns pontos pertinentes para análise:

[...] Aos 54 anos, Sordi já fez 150 filmes e contracenou com todas as estrelas do cinema europeu, mas continua um solteirão irrecuperável. [...] O grande ator só perde o ar circunspecto e severo quando vem passar as férias no Brasil, mais precisamente no litoral paulista, como hóspede de amigos milionários, o que acontece todo o mês de janeiro. [...] - Ir ao Brasil é um capítulo obrigatório de todas as férias. [...] Passo boa temporada numa ilha tranquila, onde as famílias milionárias de São Paulo têm mansões de veraneio. Os maridos, coitados de segunda a sexta-feira estão ocupados com o trabalho na cidade e só aparecem no fim de semana. Eu me torno o único homem da ilha durante cinco dias. É um verdadeiro paraíso. [...] - É claro que as mulheres são principalmente minhas amigas. Adoro viver entre mulheres, mesmo quando não há, como é o caso, qualquer relação

⁶1995, data da reimpressão que consta no livro impresso. Data de publicação 2006, tradução no Brasil 2007.

⁷ Reportagem de Angelo de Robertis.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

sentimental. Numa situação assim, como a da ilha paulista, escolher uma só mulher significaria renunciar às outras 49. Seria um crime. Todas as mulheres têm sempre alguma coisa a dar a um homem: uma parte importante que tanto pode ser do corpo como do coração.⁸

O primeiro ponto que busco destacar aqui é a aceitação social que os homens em qualquer idade recebem quando estão solteiros, ao mencionar que um homem com 54 anos é um "solteirão irrecuperável", algo impensável a se mencionar quando voltamos o olhar para o público feminino ao longo da história. "A imposição social do casamento e a constituição de família (com filhas e filhos) recaem sobre as mulheres como uma norma a ser cumprida para se ter um lugar social valorizado. Defende-se que para ser uma mulher realizada, completa e responsável, é necessário cumprir com essas 'obrigações'." (SILVA, 2018, p. 99).

Outro ponto importante a se salientar é a visão sexualizada que se tem das mulheres, especificamente as brasileiras - algo presente, não apenas nessa reportagem, mas ao longo da revista. Mesmo que ele não deixe 100% claras as suas intenções, fica subentendido na fala, o interesse sexual e a hipersexualização das mulheres, maquiado por meio da informação de que são suas amigas. Com a frase que finaliza o trecho, subentende-se que as mulheres de uma forma ou de outra, estão condicionadas a servir os desejos masculinos, seja na esfera do amor ou simplesmente no campo sexual. Percebe-se que não se menciona um sentimento mútuo, o que o homem poderia dar para uma mulher, quais os benefícios, até porque, a regra ditada para as mulheres sempre foi servir, "a mídia continua, autoritariamente, usando a imagem da mulher-objeto, sensual, aquela que satisfaz os padrões de desejos impostos (SAMARÃO, 2007, p. 55).

Nas páginas 62 e 63 da mesma edição, vemos mais uma ocorrência da sexualização da mulher brasileira. Ao contrário da anterior, essa traz algumas fotografias para elucidar o que fala nas breves linhas que recorta a página. "*Além do sol, do mar e das montanhas, o Rio tem, de fato, as mulheres mais bonitas do mundo*".

Figuras 2 e 3: Fotografias presentes na *Manchete* nº 1185, de 04 de janeiro de 1975.

⁸ A reportagem completa está disposta em uma página inteira, na seguinte, Sordi aparece sorridente ao lado de uma mulher



Como mencionado em tópicos anteriores, *Manchete* se destacou principalmente por suas fotorreportagens, e de fato, analisando essas duas páginas, é inegável a beleza e qualidade de suas fotos. Como podemos notar também, está em destaque a beleza do público feminino, porém, as fotografias dão uma maior evidência para seus corpos sensuais, como podemos perceber pela foto que recorta praticamente duas páginas inteiras, e a fotografia do canto direito, em que há a supressão do rosto da mulher, ficando exibido apenas o seu corpo.⁹ Nota-se com esse apagamento, a perda de identidade da mulher, e fica entendido que só importa o seu corpo, é só o que o público quer ver. Nesse período, era bastante comum esse tipo de conteúdo, principalmente por meio da publicidade que visava incitar o turismo para essas regiões do Brasil.

Algumas peças publicitárias divulgadas no exterior vendiam a imagem do Brasil tendo como aporte a mulher brasileira como um produto turístico. Especialmente nos anos 1970/80, as imagens de mulheres de biquíni, sem um contexto ou grandes explicações, expressam a valorização dos corpos femininos, particularmente o “bumbum” (MARTINS; MIRANDA, 2020, p. 139).

Percebe-se por meio desse trecho uma objetificação profunda do corpo feminino. Ao vendê-las como produto por meio de publicações como essa, a revista e os setores publicitários auxiliam na construção de um imaginário coletivo, que levará muitos turistas estrangeiros, e mesmo brasileiros a terem opiniões parecidas com o ator da primeira reportagem, que elas estão ali para servi-los. Contrastando com a sexualização feminina, pode-se perceber que os homens que estão presentes ao longo das páginas da revista são representados de maneira mais formal, com uma seriedade acentuada, por meio de roupas formais e poses distraídas. Na edição 1236, penúltimo número do ano de 1975, na página 40, é possível encontrar uma campanha de móveis de cozinha, como exposto na imagem abaixo:

⁹ Importante ressaltar que as duas mulheres de cima não são as mesmas. Percebe-se isso pela diferença dos biquínis.

Figura 6: Propaganda Lineabella, veiculado na edição de nº 1236, de 27 de dezembro de 1975.



Com uma cozinha igual a esta, é bem capaz dele ajudar a lavar os pratos todos os dias. Ele tanto pode ajudar você a lavar os pratos como, de uma hora pra outra, resolver aprender a cozinhar. E com isso ele estará querendo dizer que você fez uma ótima escolha quando preferiu Lineabella - uma cozinha desenhada especialmente para a mulher moderna.

Interessante perceber que neste texto da campanha, menciona-se a mulher moderna, no entanto, a mulher da campanha está relegada à esfera do trabalho doméstico, e infere-se que ela faz tudo sozinha, visto que o seu companheiro, só irá ter vontade de “ajudá-la” se ela tiver uma cozinha equipada e moderna. Novamente, essa mulher encontra-se ligada à presença física de um homem. Apesar de ele ser citado no texto, a propaganda não faz alusão ao homem moderno, que também poderia precisar de uma cozinha equipada, pois subtende-se que ele terá alguém para fazer as tarefas para ele. Esse duplo discurso da revista acerca da mulher moderna, também é apontado na dissertação de Isabelle Dias Silvestre, como podemos ver no seguinte trecho:

Notamos que a revista tenta mostrar e vender essa visão da mulher moderna, trabalhadora, com discurso da modernidade, porém, em algumas matérias, volta a propagar o discurso conservador, mas mascarado de “moderno”, colocando a mulher como dona de casa, mãe e esposa que se utiliza de produtos sofisticados para o cuidado da casa e dos filhos (SILVESTRE, 2021, p. 39).

Na edição nº 1240 de 24 de janeiro de 1976 trazemos uma reportagem diferenciada na página 117, que traz como destaque principal uma mulher empresária. O texto traz como início a seguinte frase: *Cleusa de Paula Moura é um exemplo de capacidade feminina*¹⁰. Apesar de não ser a primeira aparição de uma mulher ao longo desses números analisados, é bastante positiva essa menção da capacidade das mulheres, não só no meio artístico¹¹, mas também no ambiente corporativo, local associado geralmente

¹⁰ Reportagem de Álvaro de Castro, p. 117.

¹¹ Essa menção leva em conta apenas as representações femininas nos números analisados da *Manchete*.

aos homens, como subteve-se na reportagem por meio do seguinte trecho: *Jovem, simpática, alegre, quem a vê não pode imaginar seu dinamismo e a sua força criadora*. Apesar da ascensão das mulheres nesse mercado de trabalho, ainda há certa “surpresa” por parte da sociedade em vê-las nesses espaços. Por fim, para não fugir do padrão vigente, a reportagem finaliza mencionando a família de Cleusa:

[...] Mas, apesar disso, ainda lhe sobra tempo para a família. E como toda mãe-coruja ela diz: “Tenho três filhos maravilhosos, a que faço questão de dedicar inteiramente os fins de semana. Para esquecer um pouco a agitação, vamos para a fazenda. Lá, só quero saber de descansar, andar a cavalo, conversar um pouco com os amigos e aproveitar o sol. Enfim, viver a minha família.” Sua empolgação ao falar dos filhos, da fazenda, de tudo que pertence ao seu mundo é a mesma de quando fala de seus negócios. Só então percebe-se que não há nenhum grande segredo atrás de tudo que realiza com tanto sucesso. Cleusa de Paula Moura apenas ama intensamente tudo que faz.

Na edição 1358 do ano de 1978, seguimos com padrões similares aos dos números anteriores, com o culto à beleza feminina e sua exaltação como donas de casa promovidas por uma série de campanhas publicitárias de vendas de cosméticos e eletrodomésticos, todos voltados para elas. Contemplando tudo isso dentro de um combo só, trago a seguinte frase de Manchete, que anuncia uma das revistas do grupo Bloch¹²: *A mulher atual é informada, se veste bem, tem cuidados especiais com a beleza e ainda é uma perfeita dona de casa*. Como percebe-se pelo teor da frase, para a época ainda é impossível dissociar a mulher do espaço do lar, mesmo com tantos avanços e conquistas que elas tiveram.

Na página 44 da edição 1445 de 29 de dezembro de 1979 temos um exemplo de uma jovem mulher traçando seus caminhos de independência por meio do esporte. No entanto, mais importante do que isso, o jornalista Ney Bianchi que assina a reportagem, prefere focar nos atributos físicos da moça, mesmo quando menciona as qualidades dela, enquanto ginasta:

Figura 10: Revista Manchete, edição 1445 de 29 de dezembro de 1979.

¹² Além da revista Manchete, o grupo Bloch produziu diversas outras revistas de variedades.



A sorte continua longe da romena Nádya Comaneci, a enfant gatée das Olimpíadas de Montreal e uma das maiores ginastas de todos os tempos. E ela está com azar em todos os sentidos. A passagem da adolescência para a idade adulta, transformou-a numa juvenzinha musculosa e de feições duras. Só que recentemente, em Dallas, Estados Unidos, ela estava preparada para reconquistar seu título mundial. E liderava quando uma infecção na mão esquerda, afastou-a do campeonato. Sua esperança, agora, é Moscou. Talvez ainda mais feia. Ou apenas graciosamente feia. Mas olímpica como sempre. Ela merece (já dizia o Chacrinha...)

É possível perceber por meio da escrita do repórter que a moça não está dentro do ideal criado para o corpo feminino, que deve ser cheio de curvas, como o apresentado nas imagens anteriores deste tópico. Ser uma “juvenzinha musculosa” era sinônimo de azar, já que isso de certa forma a masculinizaria, segundo o modelo de representação social vigente até os dias atuais. Bianchi poderia ter fixado seu texto, apenas no talento da moça, mas optou por mencionar também a sua suposta falta de beleza, algo bastante relativo, mas que ajuda a reforçar uma série de inseguranças na cabeça de outras meninas.

Considerações finais

Considerando tudo o que foi exposto ao longo do artigo, podemos perceber que os anos que recortam a pesquisa foram repletos de mudanças nas mais diversas esferas sociais. A revista *Manchete*, devido sua popularização, pôde acompanhar e divulgar em suas páginas vários dos desdobramentos que ocorreram dentro e fora do país.

É perceptível que nesse período o público feminino emergia na esfera pública com grande destaque e ocupa um espaço que antes lhes era negado. No entanto, percebe-se que prevaleceu nas campanhas e reportagens analisadas, alguns velhos padrões, principalmente no que concerne à representação da mulher do lar, responsável pelo bom andamento da casa e do casamento. Às



representações masculinas não diferem muito do que já estamos acostumados a ver, homens em papéis de destaque, com representações formais. No ambiente do lar, eles são responsáveis por prover e ajudar de vez em quando as mulheres nesses serviços que seriam "naturalmente" delas. Por meio dessas representações, a revista fortalece ideais e estereótipos que já são incutidos no imaginário social da época, e muitas dessas representações permanecem muito atuais.

Importante deixar claro que devido à brevidade do artigo, muito ainda ficou por ser dito e analisado porque a história não se esgota e sempre haverá um olhar diferente, uma análise diferente. A revista *Manchete* oferece amplas possibilidades de análises em uma infinidade de conteúdos distintos. Esperemos, portanto, que a pesquisa que resultou neste artigo seja apenas o início de um percurso de análise dessa documentação e que possa gerar outros trabalhos posteriormente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Revista Manchete nº 1, de 26 de Abril de 1952.
Revista Manchete nº 10, de 28 de junho de 1952.
Revista Manchete nº 36, de 27 de dezembro de 1952.
Revista Manchete nº 1185, de 04 de janeiro de 1975.
Revista Manchete nº 1236, de 27 de dezembro de 1975.
Revista Manchete nº 1240, de 24 de janeiro de 1976.
Revista Manchete nº 1358, de 29 de abril de 1978.
Revista Manchete nº 1445, de 29 de dezembro de 1979.

OBRAS DE REFERÊNCIA

- BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas**: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. Albuquerque: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 2, n. 3, p. 71-115, jan/jun. 2010.
- BLOCH, Arnaldo. **Os irmãos Karamabloch**: ascensão e queda de um império familiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- COELHO, Fabiano. **Conceitos “cultura” e “representação”**: contribuições para os estudos históricos. *Fronteiras*: Revista de História|Dourados, MS|v. 16| n. 28| p. 87-99| 2014.
- FÁVERI, Marlene. **A Revista Manchete como fonte**: memória social e representações do Brasil Contemporâneo. VII Simpósio Nacional de História Cultural. **História Cultural**: Escritas, Circulação, Leituras e Recepções. USP. 10 e 14 de novembro de 2014.
- LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º ed., 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Carmentilla; MIRANDA, D. C. B. **Erotização e Sexualização do Corpo**: representações sociais da mulher brasileira. *Gênero na Amazônia*, Belém, n 16-18, jul/dezembro, 2020 - A Identidade, Cultura, Comunicação, Arte e Sexualidades. P. 131-145.
- NASCIMENTO, Greyce Falcão do. **A IMPRENSA A SERVIÇO DO GOLPE: O AI-5 NAS PÁGINAS DA REVISTA MANCHETE (1968-1979)**. XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal - RN. 22 à 26 de julho de 2013.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

NISKIER, Arnaldo. **Memórias de um sobrevivente**: a verdadeira história da ascensão e queda da Manchete. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SAMARÃO, Liliane. **O espetáculo da publicidade**: a representação do corpo feminino na mídia. Contemporânea. N 8. 2007.1.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SILVA, Simone Maria S. **Destino Social das mulheres e o lugar das mulheres solteiras**. Coisas do gênero - Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião. São Leopoldo, v. 4, n. 1, p. 86-101, 2018.

SILVESTRE, Isabelle Silva. **“A Vênus Moderna”**: das mulheres idealizadas nas revistas às mulheres representadas em processos criminais (Uberlândia - 1950-1980). PPGHIS-UFU, Março de 2021.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As Mulheres e a História**: Uma Introdução Teórico Metodológica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.¹³

Gender relations and the dissemination of stereotypes in the press: an analysis of Manchete Magazine (1975-1979)

Abstract: This work sought to analyze how female and male figures are represented in the articles and advertising campaigns that appeared in Revista Manchete between 1975 and 1979. With this, a brief overview of the magazine's history was drawn up at the time it was founded and in its later glory days, when it became known and popular throughout the country. It's important to mention that the magazine was on the rise during a dictatorial period in which many media outlets had their content censored. As it became more popular, the magazine developed a great power of influence among its readers, so it is extremely important to reflect on how the gender stereotypes present in its pages helped to strengthen certain ideals among the public at the time.

Keywords: Dictatorship, Gender, Stereotypes, Press, Manchete.

¹³ 1º ed. 1993, 1º reimpressão 1999.



COZER SEM QUEIMAR: PERMANÊNCIAS, SEGREDOS E TROCAS DE RECEITAS CULINÁRIAS

Mariana Vogt Michaelsen¹

Resumo: No século XIX, a escrita de receitas culinárias foi autorizada às mulheres, por não ser vista como uma ameaça ao patriarcado (PERROT, 2005). Assim receitas culinárias foram escritas em cadernos de receitas que, por sua vez, foram transmitidos entre gerações. Esse modo de escrita ao redor do fogo, iminência de queimar, permaneceu como um saber transmitido entre mulheres. Barthes (2013) pontua como saber e sabor têm a mesma etimologia e, no caso dos livros de receitas, a proximidade dessas duas palavras pode ser sentida na língua. Amigas, vizinhas e familiares trocavam receita culinárias e nas páginas do livro *Quitutes da D^a Carolina Porciúncula: arte culinária*, de Carolina Marcondes Porciúncula, vemos nomes próprios entre parênteses, manuscritos ao lado do título de algumas receitas. Esses nomes indicam uma rede formada entre mulheres, isto é, os saberes do cozinhar, muito atrelados ao espaço doméstico, circulavam na cidade. Assim, a partir do livro de receitas de Carolina busco pensar a escrita de receitas culinárias como criativa, plural e refeita. Os modos de fazer se refazem ao sabor de quem cozinha. Esse modo de escrita subestimado é, na verdade, espaço de escritas subjetivas e criativas. Isso se realça nos romances *Como água para chocolate*, de Laura Esquivel, e *Papel manteiga para embrulhar segredos: cartas culinárias*, de Cristiane Lisbôa, onde as autoras passam a escrever receitas culinárias como estruturantes de narrativas. A escrita ao redor do fogo, não somente porque o verbo cozinhar vem da ação de colocar o alimento no fogo, mas também por tudo o que acontece ao redor dele, enquanto o alimento coze.

Palavras-chave: Literatura. Livros de receitas. Mulheres. Receitas culinárias. Saber e sabor.

Uma fita azul sai da montanha e percorre a comuna de Ulassai, na Itália. As moradoras, os moradores e até as crianças guiam a fita azul pela comuna e em seus percursos delineiam as relações de proximidade ou de desavença. A performance intitulada *Legarsi ala montagna* ocorreu em 1981 e foi feita a partir da colaboração da artista italiana Maria Lai (1919-2013) com as moradoras e os moradores de Ulassai. A fita azul desenha a rede de relações entre vizinhos, familiares e moradores de um mesmo território.

Ijuí é uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Nesta cidade foi publicado o livro que pesquisa há quatro anos: *Quitutes da D^a Carolina Porciúncula: arte culinária*, de Carolina Marcondes Porciúncula. Livro de receitas escrito e planejado para ser material de apoio dos cursos de culinária ministrados por Carolina para mulheres. O livro não tem ficha catalográfica, ainda não sei precisar quando foi publicado, provavelmente entre os anos 1960 e 1970. Neste artigo proponho delinear algumas

¹ Doutoranda em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura (PPGLit) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Literatura e Graduada Bacharel em Psicologia pela UFSC. E-mail: marivogt1104@gmail.com

trocas culinárias feitas entre as mulheres que tem ou tiveram contato com o livro de receitas em diálogo com as trocas culinárias narradas nos romances *Como água para chocolate* (1989), de Laura Equivel, e *Papel manteiga para embrulhar segredos: cartas culinárias* (2006), de Cristiane Lisbôa. A rede de relações entre essas mulheres não se estabelece através de fitas azuis, mas de receitas trocadas e segredos compartilhados.

Se a performance *Legarsi ala montagna* tem a montanha como símbolo de uma comunidade, lugar onde a fita se origina e tece relações entre moradores; em uma analogia proponho o livro de receitas como símbolo de uma comunidade de mulheres, o lugar onde minha pesquisa se origina. O livro de receitas, portanto, retrata as relações entre essas mulheres: as receitas trocadas, aprendidas e modificadas. Através das receitas culinárias é possível traçar uma rede de mulheres.

Escrevo este artigo em mo(vi)mento de pesquisa. Estou em Ijuí e venho encontrando mulheres que têm o livro de receitas *Quitutes da D^a Carolina Porciúncula: arte culinária*, com a intenção de aumentar meu *corpus* de pesquisa. A estrutura do livro é essencial para a pesquisa, visto que tem receitas de um lado e páginas em branco no verso. As páginas em branco foram preenchidas com novas receitas e nessas páginas encontro alguns nomes próprios entre parênteses ao lado dos títulos das receitas: indícios das trocas de receitas culinárias. Esses nomes, até o momento, são femininos.

As relações entre mulheres no espaço da cozinha são centrais nos romances *Como água para chocolate* e *Papel manteiga para embrulhar segredos: cartas culinárias*. Mais além, ambos os romances têm receitas culinárias em suas narrativas. *Como água para chocolate* é dividido em doze capítulos, cada um se refere a um mês do ano e à uma receita culinária. Depois do título do capítulo, ao folhear a página, segue uma lista de ingredientes. E, na página seguinte, a maneira de fazer, onde a história da personagem Tita se mescla com a maneira de fazer a receita que dá nome ao capítulo. O romance é composto de modo similar a um livro de receitas, visto que tem título, ingredientes e maneira de fazer. Já em *Papel manteiga para embrulhar segredos: cartas culinárias*, as receitas culinárias são escritas por Antônia e acompanham as cartas que a personagem envia à bisavó Ana. Somente as cartas de Antônia fazem parte do romance, assim, não temos acesso às respostas da bisavó. No romance, as receitas seguem o padrão desse gênero: título, ingredientes e modo de fazer. As receitas, todavia, imprimem comentários de Antônia e têm um tom poético.

Segredos culinários

Os segredos de cozinha aparecem nos romances *Como água para chocolate* e *Papel manteiga para embrulhar segredos: cartas culinárias* como segredos compartilhados entre gerações de mulheres.

As cartas de Antônia endereçadas à Bisa Ana são escritas durante o seu estágio de cozinha com a Senhorita Virgínia, uma chef que não acredita em receitas culinárias, portanto, não tem as suas receitas escritas: “Só para a senhora entender: instruções para ela são o que chamamos de receita. Senhorita Virgínia detesta receitas. Nem diz a palavra” (LISBÔA, 2006, p. 7). Logo que a jovem chega na casa, a Senhorita Virgínia confisca os papéis, o gravador, os blocos, os lápis e o relógio de Antônia. A jovem, então, passa a escrever para a bisavó em papel manteiga, papel muito usado nas cozinhas:

BisAna

Os papéis estão cada vez mais raros. Penso em usar papel-manteiga nas próximas cartas, mas temo que Senhorita Virgínia dê por falta. Ela estranha as longas cartas, diz que nunca viu uma bisneta tão amorosa. **Mal sabe do nosso segredo.** Se soubesse, capaz de jogar-me no rio (LISBÔA, 2006, p. 24, grifo meu).

Além das cartas enviadas à bisavó, Antônia passa a escrever e enviar as receitas culinárias que aprende com Senhorita Virgínia. Os segredos embrulhados, presente no título do romance *Papel manteiga para embrulhar segredos*, então, faz referência às receitas culinárias escritas em papel manteiga. Não apenas os segredos culinários se manifestam no romance, mas também os segredos de Antônia, que revela nas cartas o seu cotidiano e seus sentimentos. Segundo Silva (2019, p. 135) o gênero epistolar “se caracteriza, em sua base, por uma linguagem intimista, às vezes visceral, segredada, através da qual relatam-se eventos, confessam-se sentimentos, afetos, desejos (em se tratando da carta pessoal)”.

Segundo Resende (2003), as cartas são escritas endereçadas que visam mobilizar alguém e, no caso das cartas, sabe-se quem é esse alguém. Antônia revela seus segredos à bisavó, como quando comprava livros de receitas às escondidas, pois a sua mãe não aprovava a paixão pela culinária: “penso em todos os meus livros de culinárias comprados às escondidas, e bem trancados no fundo falso do armário. Comecei lendo como se fossem ficção, e acabei em uma paixão proibida, alimentada pelo fogo e aromas” (LISBÔA, 2006, p. 24). Na análise de Silva (2019) sobre os livros de receitas escondidos por Antônia, o relato da jovem se assemelha às leituras consideradas impróprias em épocas passadas, quando os livros eram escondidos pelas jovens como se fossem segredos. Neste sentido, os próprios livros de receitas podem ser segredados, bem como os são as receitas culinárias enviadas às escondidas de Senhorita Virgínia.

No caso do romance *Como água para chocolate*, embora existam menções aos livros de receitas da família de Tita, também podemos ver outra dimensão dos segredos culinários, isto é, aqueles que são transmitidos oralmente. Tita é a filha mais nova e segundo a tradição mexicana da época, ela deveria cuidar da mãe, portanto, não poderia casar enquanto a mãe vivesse. Tita nasce na cozinha e aprende a cozinhar com Nacha e Chancha, as cozinheiras do rancho:

Tita era o último elo de uma cadeia de cozinheiras que desde a época pré-hispânica **havia transmitido os segredos de cozinha de geração em geração**, e era considerada como a melhor expoente desta maravilhosa arte, a arte culinária. Portanto, ser nomeada como cozinheira oficial do rancho foi muito bem recebido por todo o mundo. Tita aceitou o cargo de bom grado, apesar da pena que sentia pela ausência de Nacha (ESQUIVEL, 1993, p. 38, grifo meu).

Tita é a destinatária dos segredos de cozinha de sua família e ao ser nomeada como a cozinheira oficial do rancho é, de algum modo, responsável por manter vivas as receitas e os segredos de cozinha. Neste sentido, embora o livro de receitas faça parte do cotidiano na cozinha do rancho, é possível notar como a experiência de cozinhar e de aprender as receitas com outras mulheres ganha lugar de importância e de destaque na narrativa. Por exemplo, no terceiro capítulo, intitulado “Codornas em pétalas de rosas”, a prática de cozinhar é colocada como essencial para o sucesso de um preparo:

É importante que se dejenem as codornas a seco, pois submergi-las na água fervente altera o sabor da carne. **Este é um dos inumeráveis segredos da cozinha que só são adquiridos com a prática.** Como Rosaura não quisera participar das atividades culinárias desde que queimou as mãos no *comal*, logicamente ignorava este e muitos outros conhecimentos gastronômicos (ESQUIVEL, 1993, p. 40, grifo meu).

Rosaura, irmã de Tita, não cresceu na cozinha como a irmã nem demonstrava interesse nas atividades culinárias. Os segredos de cozinha, portanto, não foram transmitidos à Rosaura, pois ela não circulava pelo ambiente da cozinha. A receita que Rosaura tentou fazer não deu certo:

Obviamente o arroz virou papa, a carne ficou salgada demais e a sobremesa queimou. Ninguém na mesa se atreveu a demonstrar nenhum gesto de desagrado, pois Mamã Elena, à maneira de sugestão, tinha comentado:
– É a primeira a vez que Rosaura cozinha e acho que não se saiu tão mal. O que é que acha, Pedro? (ESQUIVEL, 1993, p. 40).

O trecho acima retrata algo que de fato pode acontecer na experiência de cozinhar: mesmo tendo a receita em mãos é possível que ela não dê certo. Por quê? Porque parte do saber fazer uma receita se constrói na ação de cozinhar ou de ver outras pessoas cozinharem. As receitas escritas no papel, então, não dão conta da complexidade de alguns preparos. Nem todos os detalhes da feitura são escritos nas páginas dos livros, parte do fazer depende da experiência, bem como dos segredos.

A transmissão de receitas culinárias pode ser feita tanto oralmente quanto através da escrita e visa a continuidade desse saber. Em uma pesquisa sobre livros de receitas, Amon e Menasche (2008) percebem como quem escreve uma receita muitas vezes sabe de cor, portanto, escreve com a intenção de transmissão para as próximas gerações. Considerando que o livro de receitas *Quitutes da D^a Carolina*



Porciúncula: arte culinária foi escrito para as alunas do curso de Carolina, percebemos essa intenção de transmissão de saber entre mulheres.

Neste momento, retorno para os livros de receitas de Carolina. Nas últimas semanas de pesquisa em Ijuí, recebi a Dolair Galai, uma das alunas do curso de culinária de Carolina. Devo dizer que Carolina era minha bisavó, eu a conheci, mas nunca conversamos, pois ela já estava acamada devido ao Alzheimer. Dolair fez o curso de culinária no final dos anos 1950 e me contou que visitou Carolina já adoecida algumas vezes e, apesar dos efeitos do Alzheimer, Carolina perguntava para Dolair se ela ainda fazia as receitas aprendidas no curso. Neste relato, percebo como a manutenção dos saberes culinários é importante para quem transmite uma receita. Há desejo de continuidade.

A escrita de receitas culinárias

Algumas formas de escrita – como os diários, as correspondências, as anotações da casa e as receitas culinárias – foram autorizadas às mulheres no século XIX, pois não eram vistas como uma ameaça ao patriarcado (PERROT, 2005). Nesse contexto, os escritos femininos estavam restritos ao ambiente doméstico e engendravam práticas de memória feminina, que foram frequentemente queimados pelas próprias autoras (PERROT, 2005). A escrita de receitas culinárias costuma ser vinculada ao espaço doméstico, embora tenham uma capacidade de circulação enorme: através das receitas trocadas, dos pratos levados de um jantar a outro, dos livros de receitas publicados, da transmissão entre gerações, dos cursos de culinária.

As receitas culinárias têm potencial de circulação e, ainda, de colocarem narrativas em movimento, considerando o que diz Italo Calvino:

Estamos conscientes de que, quando história nos é contada (e quase todos os textos escritos contam uma história, até um ensaio filosófico, até um balanço de sociedade anônima, até uma receita de cozinha), essa narrativa é posta em movimento por um mecanismo semelhante aos mecanismos de qualquer outra narrativa (CALVINO, 2002 p. 101).

O mundo escrito e o mundo não escrito (CALVINO, 2002) constituem o universo das receitas culinárias, onde a prática de cozinhar se mescla com a escrita. As duas práticas – de cozinhar e de escrever receitas – são intimamente relacionadas, apesar de não serem totalmente imbricadas. Ou seja, é possível que haja a escrita – por exemplo, uma receita culinária manuscrita em um livro de receitas – e esta não seja feita, assim como é possível que uma receita seja feita, mesmo que não esteja escrita em papel algum. Sendo assim, o que estabelece a existência de uma receita culinária? É a feitura da receita? É a existência

de manuscritos ou livros de receitas? É necessário a existência tanto da escrita quanto da prática de cozinhar?

Piazza (2020, p. 276) entende que a manutenção das receitas culinárias depende de leitores e do acesso aos livros de receitas: “La capacidad de las recetas de preservar para la posteridad las creaciones culinarias, así como las tradiciones milenarias depende, no obstante, de la existencia de lectores y del acceso que éstos tengan al recetario”. A autora destaca a importância de destinatários de receitas culinárias para a manutenção e preservação de gostos, sabores e saberes. Afinal, saber e sabor têm a mesma etimologia (BARTHES, 2013) e, no caso dos livros de receitas, essas duas palavras constroem a prática culinária.

A manutenção do saber culinário se fez também por ser um espaço subestimado: as receitas feitas por mulheres dentro de casa não eram vistas como uma ação criativa e subjetiva, assim, a escrita de receitas culinárias persistiu e existiu nas páginas dos livros de receitas. É interessante como a escritora Laura Esquivel reconhece que o seu primeiro romance começou a ser escrito quando ela recebeu o primeiro alimento dado com amor (ESQUIVEL, 1998).

Laura Esquivel faz parte de uma geração de mulheres que já não tinha a cozinha como uma obrigação feminina, assim, a autora saiu de casa para estudar e trabalhar. O retorno à cozinha ocorre com o nascimento de sua filha e o desejo de que a filha coma as mesmas comidas que ela comia em sua infância, então, Laura Esquivel passa a ter ligações telefônicas e trocas culinárias com a sua mãe (ESQUIVEL, 1998). A escrita de seu primeiro romance é feita nesse contexto de retorno à cozinha e de reconhecimento da capacidade criativa das mulheres de sua família:

Los primeros años de mi vida los pasé junto al fuego de la cocina de mi madre y mi abuela, viendo como estás sabias mujeres, al entrar en el recinto sagrado de la cocina, se convertían en sacerdotisas, en grandes alquimistas que jugaban con el agua, el aire, el fuego, la tierra, los cuatro elementos que conforman la razón de ser del universo. Lo más sorprendente es que lo hacían de la manera más humilde, como si no estuvieran haciendo nada, como si no estuvieran transformando el mundo a través del poder purificador del fuego, como si no supieran que los alimentos que ellas preparaban y que nosotros comíamos permanecían dentro de nuestros cuerpos por muchas horas, alterando químicamente nuestro organismo, nutriéndonos el alma, el espíritu, dándonos identidad, lengua, patria (ESQUIVEL, 1998, p. 15-16).

Ao revisitar as suas memórias de infância a autora reconhece como os alimentos feitos por aquelas mulheres, que cozinham como se não estivessem fazendo nada, continuam a alterar quimicamente o organismo de quem comia as suas comidas (ESQUIVEL, 1998). Essa visão mostra a potencialidade dessas grandes alquimistas da cozinha, isto é, como elas lidam com os quatro elementos na transformação dos alimentos e, além de nutrir, são simbólicos e constitutivos (ESQUIVEL, 1998). Neste sentido, é

possível perceber como a Laura Esquivel repensa lugares preestabelecidos de gênero no que diz respeito ao espaço da cozinha.

Segundo Santos e Lúcio (2017), a dinâmica entre opressão e resistência no ambiente da cozinha é frequente no romance *Como água para chocolate*:

Esquivel possui uma capacidade ímpar para incorporar em sua diegese o discurso gastronômico, e a partir dessa ficcionalização do modo de fazer e do consumo da comida problematizar a (i)materialidade do ser feminino. O cômodo da cozinha e as receitas nela preparadas se transformam numa linguagem simbólica e metafórica que não só promove o empoderamento (e às vezes a perpetuação da opressão patriarcal) dessas mulheres, mas também perpassa pelos conflitos socioculturais presentes no romance (SANTOS; LÚCIO, 2017, p. 144).

O espaço da cozinha em sua complexidade pode estabelecer relações de poder, bem como de afeto. Através dos afetos entre mulheres, amigas, irmãs, familiares ou vizinhas, vejo formas de permanências culinárias. Os nomes próprios entre parênteses acompanham o título das receitas, dão autoria à receita culinária, mas, além disso, indicam uma rede de relação formada entre mulheres.

Cozer sem queimar

Dolair me contou que na época do curso de culinária ela morava na Rua Doutor Pestana – mesma rua onde hoje está a confeitaria da minha família – e ia a pé até a Escola 25 de Julho, onde o curso era ministrado. Desde a saída de sua casa, Dolair encontrava outras mulheres, também alunas do curso, e conforme andavam em direção à Escola 25 de Julho, o grupo de mulheres crescia. Como se formassem uma rede. Se levassem uma fita azul como fez Maria Lai e seus conterrâneos, por quais caminhos essa fita correria?

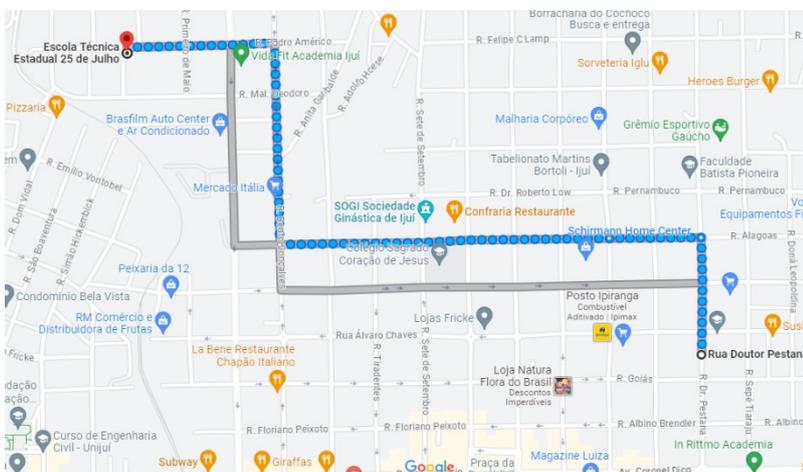


Figura 1: Caminho entre a Rua Doutor Pestana e a Escola 25 de julho

Conforme a previsão do Google Maps, da Rua Doutor Pestana até a Escola 25 de Julho são aproximadamente trinta e cinco minutos caminhando. Será que elas seguiam o caminho mais curto ou desviavam da rota para se aproximar da casa de alguma colega de curso? Sobre o que elas conversavam no caminho? As minhas curiosidades não se respondem nas páginas dos livros de receitas.

Além do trajeto feito por mulheres em direção ao curso de culinária, podemos pensar como o livro de receitas, material de apoio desse curso, continuou a acompanhá-las. As páginas em branco foram preenchidas ao longo da vida dessas mulheres. Encontramos recortes de jornais e revistas, receitas manuscritas, receitas-presentes. Não encontramos algumas páginas, pois se perderam pelo tanto manuseio do livro. Um dos exemplares foi comido pelo cachorro e por isso algumas páginas estão rasgadas.

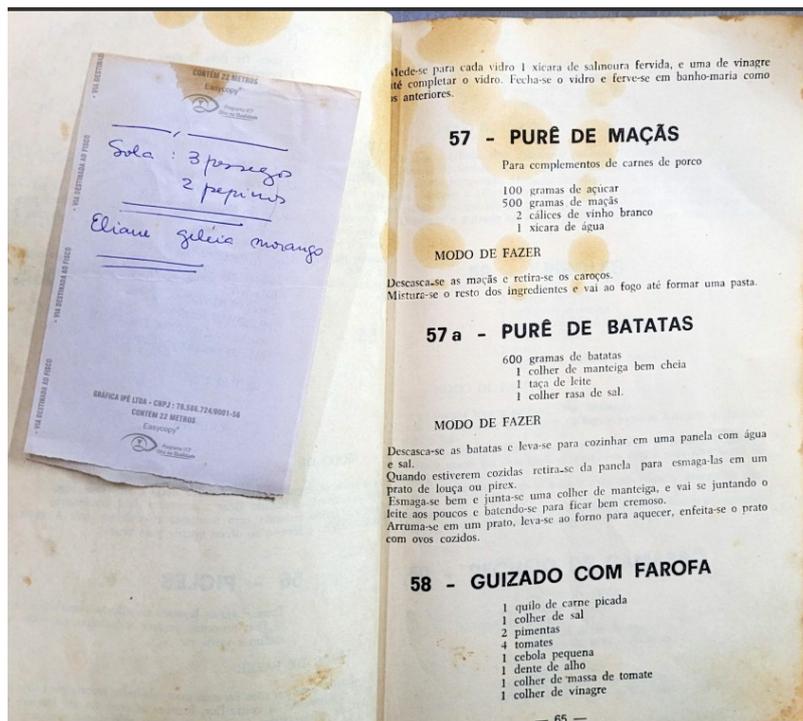


Figura 2: Página 64 e 65 do livro de receitas *Quitutes da D^a Carolina Porciúncula: arte culinária*

As marcas constituem os livros de receitas conforme eles são utilizados. Os livros de receitas ficam muito próximos do fogo, embora não queimem. Por serem muito manuseados, têm em suas páginas as manchas da farinha, dos ovos e dos dedos que folheiam as páginas ou conferem os ingredientes de uma receita. Desse contato o amarelecimento se materializa nas páginas. Os livros que foram mais usados

têm algumas páginas perdidas ou são mais amarelcidos. As receitas que mais foram feitas também podem ser notadas, pois estão mais amarelcidas as páginas em que foram escritas. Dessa intensa proximidade com o fogo, o que permanece?

Em uma análise de livros de cozinha produzidos entre 1860 e 1930 por mulheres de Campinas/SP, Abrahão e Lunardelli (2019, p. 2) buscam “mostrar como essas mulheres difundiam seus saberes culinários e as relações estabelecidas, ou perpetuadas, nessa estratégia comunicativa”. A repetição das mesmas receitas em diferentes livros de cozinha manifesta a troca de receitas culinárias entre mulheres: “essas interconexões levavam a uma troca de conhecimentos e cultura alimentar, registrando inclusive a proliferação de novas possibilidades dessas receitas” (ABRAHÃO; LUNARDELLI, 2019, p. 9).

No caso dos exemplares do livro *Quitutes da D^a Carolina Porciúncula: arte culinária*, que analisei em minha dissertação de mestrado (MICHAELSEN, 2022), há algo bastante curioso: das receitas manuscritas acompanhadas de nomes próprios, a letra de quem escreveu a receita não é a mesma de quem presenteou. Ou seja, normalmente quem escreve as novas receitas é a “dona” do livro de receitas. Assim, o nome de Carolina Porciúncula impresso na capa não sustenta a autoria de um livro de receitas que continua a ser escrito por outras pessoas.

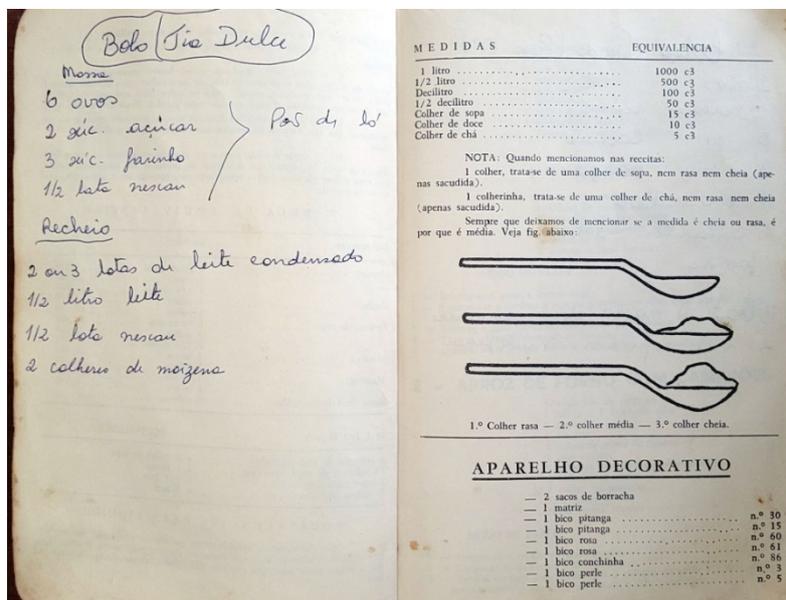


Figura 3: Páginas de um exemplar do livro de receitas *Quitutes da D^a Carolina Porciúncula: arte culinária*

Os livros de receitas, portanto, podem ser entendidos como plurais e múltiplos. Além disso, podemos pensar como os livros de receitas se formam a partir de um saber feminino coletivo e colaborativo. Os nomes próprios entre parênteses são indícios dessas trocas culinárias, da formação de

rede que se fez desde o caminho até o curso de culinária até a manutenção das receitas através de seu preparo ao longo dos anos.

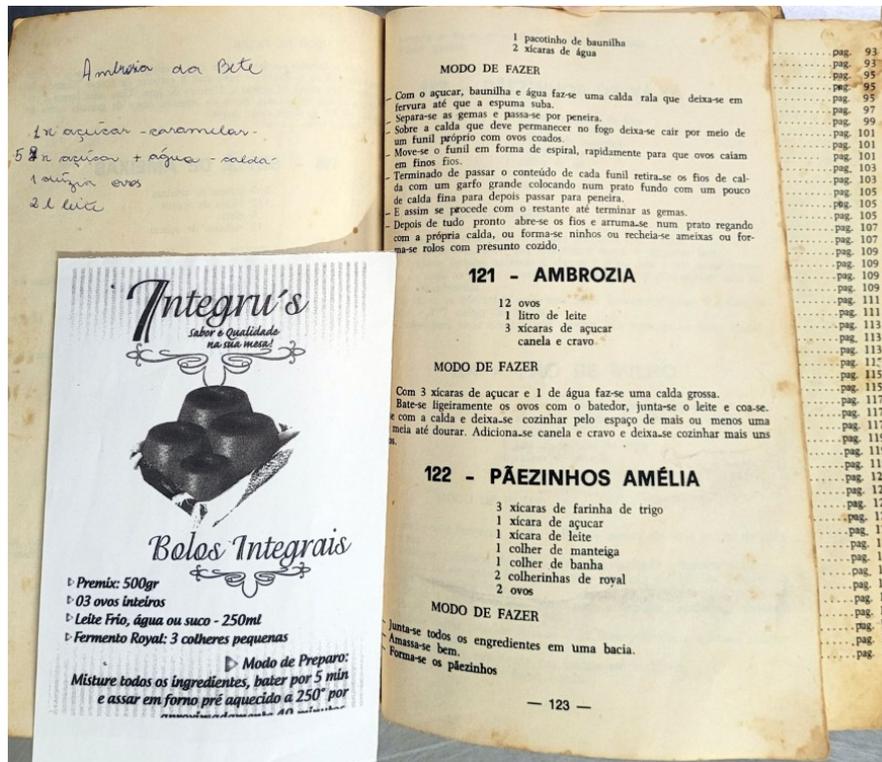


Figura 4: Páginas de um exemplar do livro *Quitutes da D^a Carolina Porciúncula: arte culinária*

A “Ambrosia da Bete” é manuscrita na página ao lado da receita de ambrosia. A quantidade dos ingredientes se altera e o modo de fazer não é escrito. Nem tudo se escreve em uma receita culinária. O que não se escreve? Talvez o que se transmite na prática, o que já se sabe de cabeça ou o que não se quer contar, revelar. Os segredos culinários rondam os fazeres culinários. As mulheres escolhem com quem compartilhar os seus segredos, as suas receitas. A personagem Antônia encontra na Bisavó Ana a destinatária de suas cartas culinárias escritas em papel manteiga, onde revela o seu dia a dia na cozinha de Senhorita Virgínia. Antônia escreve as receitas culinárias escritas em segredo.

De certo modo o movimento de Antônia é contrário ao comum, isto é, as receitas culinárias não são compartilhadas da geração mais velha para a mais jovem, mas ao contrário. A geração mais jovem, na figura de Antônia, se endereça à geração mais velha, na figura de sua bisavó Ana. Tita, por outro lado, aprende a cozinhar com as mais velhas e é inevitável pensar como a autora Laura Esquivel tem as suas mais velhas como inspiração de escrita. Já nos exemplares do livro de receitas *Quitutes da D^a Carolina*



Porciúncula: arte culinária, as receitas não são trocadas somente entre diferentes gerações, mas também entre mulheres da mesma geração.

Os três livros – *Como água para chocolate*, *Papel manteiga para embrulhar segredos: cartas culinárias* e *Quitutes da D^a Carolina Porciúncula: arte culinária* – abordados neste artigo, embora bastante diferentes, inclusive em relação ao gênero literário, têm as receitas culinárias como elo entre mulheres. Os aprendizados, as trocas culinárias, os saberes e os saberes se fazem no ambiente da cozinha e podem ou não ser registrados nos livros de receitas. Nem tudo se materializa na escrita, embora possa se materializar no paladar. Segredos culinários são compartilhados na cozinha e, de algum modo, perpetuam modos de fazer sabores e saberes.

Referências

ABRAHÃO, Eliane Morelli; LUNARDELLI, Tatiana. *Os livros de cozinha: uma literatura inspiradora*. Esferas, n. 15, p. 112-121, nov. 2019. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/11250>. Acesso em: 05 out. 2023.

AMON, Renata; MENASCHE, Denise. *Comida como narrativa da memória social*. Sociedade e cultura, v. 11, n. 1, p. 13-21, jan.-jun. 2008. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/fcs//article/view/4467>>. Acesso em: 03 out. 2023.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CALVINO, Italo. *Mundo escrito e mundo não escrito – Artigos, conferências e entrevistas*. Trad. de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ESQUIVEL, Laura. *Como água para chocolate*. Trad. de Olga Savary. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

ESQUIVEL, Laura. *Íntimas suculencias: tratado filosófico de cocina*. Madri: Ollero & Ramos, 1998.

LISBÔA, Cristiane. *Papel manteiga para embrulhar segredos: cartas culinárias*. Rio de Janeiro: Memória Visual, 2006.

MICHAELSEN, Mariana Vogt. *(N) o verso das receitas, uma página em branco: a escritura, a leitura e a litura de livros de receitas*. Florianópolis, 2022. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura.

PIAZZA, Sarah Maria. *Entre el diario y el recetario: la reivindicación de la escritura íntima en la trilogía culinaria de Laura Esquivel*. Revista Letral, n. 23, p. 257-285, jan. 2020. Disponível em <<https://revistaseug.ugr.es/index.php/letral/article/view/9281>>. Acesso em: 03 out. 2023.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.



PORCIÚNCULA, Carolina Marcondes. *Quitutes da D^a Carolina Porciúncula: arte culinária*. Ijuí: Litografia Serrana, [197-].

RESENDE, Isabel. “Ah, eu quero receber cartas”: a correspondência de Ana Cristina César. In: SÜSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO, Carlito (Orgs.). *Vozes femininas: gênero, mediações e práticas de escrita*. Rio de Janeiro: 7 Letras: Fundação Casa Rui Barbosa, 2003, p. 301-309.

SANTOS, Jenison Alisson; LÚCIO, Ana Cristina Marinho. *Opressão e resistência na cozinha em Como água para chocolate, de Laura Esquivel*. Revista Criação & Crítica, n. 18, p. 128-151, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/129125>. Acesso em: 06 out. 2023.

SILVA, Antônio de Pádua. *Gastronomia e literatura ou a receita culinária como ficção e arte*. O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira, v. 28, n. 2, p. 123-143, jun. 2019. Disponível em <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/14110>. Acesso em: 02 out. 2023.

Cooking without burning: permanence, secrets and recipes exchanges

Astract: In the 19th century, women were allowed to write recipes, because it was not seen as a threat to patriarchy (PERROT, 2005). Thus, recipes were written down in cookbooks which, in turn, were passed down between generations. This way of writing around the fire, on the verge of burning, remained as a knowledge transmitted between women. Barthes (2013) points out how knowledge and flavor have the same etymology and, in the case of cookbooks, the proximity of these two words can be felt in the tongue. Friends, neighbors and family members exchanged recipes and in the pages of the book *Quitutes da D^a Carolina Porciúncula: arte culinária*, written by Carolina Marcondes Porciúncula, we see first names in parentheses, handwritten next to the titles of some recipes. These names indicate a network formed between women, that is, cooking knowledge, closely linked to the domestic space, circulated in the city. Thus, based on Carolina's cookbook, I seek to think about writing recipes as creative, plural and remade action. The ways of doing it are remade according to the taste of whoever cooks. This underrated way of writing is, in fact, a space of subjective and creative writing. This is highlighted in the novels *Like water for chocolate*, by Laura Esquivel, and *Papel manteiga para embrulhar segredos: cartas culinárias*, de Cristiane Lisbôa, where the authors write culinary recipes as structuring narratives. The writing around the fire, not only because the verb to cook comes from the action of putting food on fire, but also because of everything that happens around it, while the food cooks.

Keywords: Literature. Cookbook. Women. Cooking recipes. Knowledge and flavor.



***WEARING WHERE YOU'RE AT: IMMIGRATION AND UK FASHION, DE
SABRINA MAHFOUZ: UM ENSAIO COMPLEMENTAR AO FEMINISMO
BRANCO-OCIDENTAL***

Mariana Soletti da Silva¹

Resumo: O presente ensaio busca trabalhar questões do feminismo branco-ocidental no ensaio *Wearing Where You're at: Immigration and UK Fashion*, de Sabrina Mahfouz, presente no livro *The Good Immigrant*, editado por Nikesh Shukla. De antemão, Nikesh Shukla, autor de *Brown Baby: A Memoir of Race, Family and Home*, nos diz que “the universal experience is white” (SHUKLA, 2021, p. ix). Dessa maneira, os autores que o seguem tratam da discriminação vivida por aqueles que são julgados ingratos ao não absoverem a cultura tida como *padrão* do lugar no qual moram, sendo taxados como “maus imigrantes” - aqueles que roubam os empregos dos verdadeiros cidadãos, que destroem a máquina pública ao receberem benefícios, aos refugiados. Mesmo conseguindo uma posição de destaque na sociedade, como o comediante Nish Kumar ou a escritora Sarah Sahim, os fantasmas da colonialidade não desaparecem tão facilmente. Logo, a partir dos textos de Françoise Vergès (2020) e Chandra Talpade Mohanty (apud BRANDÃO; CAVALCANTE, 2017), buscamos realizar uma reflexão perante como o Reino Unido do século XXI enxerga as particularidades da mulher não branca e muçulmana.

Palavras-chave: Feminismo. Feminismo Ocidental. Imigração. The Good Immigrant.

Em uma sociedade, os indivíduos reproduzem diversas representações quanto à origem, história e natureza da cultura na qual estão inseridos - o que pode ser visto em *Identity and Violence: The Illusion of Destiny* (2007), de Amartya Sin. Em seu livro, fala-se sobre a violência pelo cultivo de um senso de inevitabilidade sobre alguma identidade supostamente “única” que os seres humanos devem ter – o que pode ser contrastado, inclusive, com a ideia do “universal” de Frantz Fanon. O senso de identidade, por mais que seja insignificante (por exemplo, ser torcedora do Grêmio antes de “brasileira”), pode servir como instrumento para brutalizar outro grupo (brigas de torcida entre brasileiros). Quando o foco do autor está nas religiões, o cristianismo e o islamismo aparecem como identidades que não pressupõem singularidades entre os seres humanos: no Ocidente, o islamismo significa terrorismo; o cristianismo, o detentor dos valores a serem seguidos. Como há uma significativa parcela de imigrantes e descendentes de imigrantes no Reino Unido cuja religião é o islamismo (e são eles quem mais sofrem com ataques de xenofobia pelo país), o livro de Sin (2007) se torna pertinente para o presente projeto de tese.

Em relação ao processo de colonização da África, Sin (2007) entende que a mente do colonizado funciona numa dialética de insatisfação e admiração. O papel da humilhação da colonização não é só a perda de instituições antigas, mas a perda da confiança social de povos. A dialética da mente cativada

¹ Doutoranda em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisa literária em língua inglesa no século XXI. E-mail: mariana.soletti@edu.pucrs.br.



pode levar à percepção profundamente tendenciosa e reativa – o que Frantz Fanon também diz em *Os condenados da terra*: a criminalidade argelina possui uma "crueldade" sistematizada, sendo heterodestrutiva e não autodestrutiva. Na realidade, a colonização deixa, como legado, nada de valores de vida. O que importa, então, é sobreviver.

Amarthya Sin fez a faculdade na Universidade de Cambridge, tendo emigrado para o Reino Unido em 1953. A sua visão sobre os processos identitários no país é a seguinte: havia uma federação de identidades. Em vez de uma comunidade com diferentes religiões e idiomas, há "pequenos países" no Reino Unido em que os valores veiculados são diferentes, e é assim que os conflitos xenofóbicos se iniciam. Sin (2007) nos lembra do *cricket test*, ou *tebbit test*: o político conservador Norman Tebbit sugeriu, em 1990, que os imigrantes que apoiam seus países de origem ao invés da Inglaterra no esporte de críquete não estão significativamente integrados ao Reino Unido. Portanto, ao assistir a um jogo de críquete entre Inglaterra e Índia, um imigrante indiano *deveria* torcer para o time inglês. A conjuntura do Brexit nos mostrou que grande parte dessa população imigrante não compactua com o apagamento de suas identidades culturais, levando em conta que esse movimento é histórico no Reino Unido. Portanto, podemos supor que questões semelhantes a essas aparecem em romances que retratam o Brexit ou que foram escritos na época do Brexit (SIN, 2007).

Esses membros compartilham as mesmas maneiras de estar no mundo, oriundas de sua socialização, e de valores e princípios que consideram fundamentais para viver em sociedade. Por esse prisma, afirma-se que há um “núcleo memorial, um fundo ou um substrato cultural”, “compartilhado por uma maioria dos membros de um grupo e que confere a este uma identidade dotada de uma certa essência” (CANDAU, 2016, p. 26). Não é certo, todavia, que a identidade coletiva possa ser um estado. As críticas expostas pelo teórico dizem respeito às expressões “identidade cultural” ou “identidade coletiva” utilizadas a fim de nomear o estado de um grupo inteiro, sem levar em consideração o que foi dito anteriormente.

As identidades, então,

não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de “traços culturais” – vinculações primordiais -, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sociais situacionais - situações, contexto, circunstâncias – de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas. Essa emergência é a consequência de processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam em ação estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados. Esses destaques das “dimensões” e das “significações da identidade” são geradores de diferenças ou, mais exatamente, de “fronteiras sociais” escorregadias a partir das quais os atores estimam que as coisas e as pessoas – “nós” versus “os outros”



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

– são diferentes. Essas variações situacionais da identidade impedem de reificá-la, de reduzi-la a uma essência ou substância (CANDAU, 2016, p. 27).

A respeito disso, “porque a tradição se remete a um passado atualizado no presente”, ela “incorpora sempre uma parte do imaginário” (CANDAU, 2016, p. 122). Seu sentido está justamente na legitimação enquanto traço cultural indiscutível da comunidade com uma aplicação prática ao presente, sem ser um “objeto de nostalgia” (CANDAU, 2016, p. 122). O autor complementa:

Como se pode ainda verificar em muitos rituais de memórias migrantes que conjugam habilmente as incorporações e as rejeições da novidade através de ideologias de conservação da herança, ou ainda na constante reinterpretção de usos “ancestrais” - como, por exemplo, a troca e a ajuda mútua, a caça em montaria - que assegura a vitalidade da identidade da Vendaia, a tradição é então “tradicionante”, ou seja, modo de legitimação da tradição “tradicional”, referência legitimadora no presente (CANDAU, 2016, p. 122).

Receber essa tradição é comumente discutida como a transmissão dos hábitos e valores culturais de um grupo, sociedade ou comunidade. No entanto, o autor opta pela utilização do termo “recepção” antes da transmissão, de maneira que “consiste inicialmente em uma reivindicação consciente antes de ser uma proclamação ativa” (CANDAU, 2016, p. 123). O objetivo da prática da recepção é de reconstituir identidades, como na comunidade judaica, ou mesmo no trabalho político do ensaio discutido em questão que discutiremos aqui. A partir disso, ocorreria a transmissão, que vai da continuidade à ruptura:

a transmissão é tanto emissão quanto recepção. A eficácia dessa transmissão, quer dizer, a reprodução de uma visão de mundo, de um princípio de ordem, de modos de inteligibilidade da vida social, supõe a existência de produtores autorizados” da memória a transmitir: família, ancestrais, chefe, mestre, preceptor, clero etc. Na medida em que estes serão reconhecidos pelos “receptores” como os depositários” da “verdadeira” e legítima memória, a transmissão social assegurará a reprodução de memórias fortes (CANDAU, 2016, p. 124).

O fato de essa tradição ser construída a partir de um senso – quiçá fictício – de identidade coletiva faz com que os imigrantes sejam dificilmente absorvidos nessa sociedade, principalmente se fazem parte de um recorte étnico ou racial marginalizado. Para o Estado, “el migrante constituye una anomalía intolerable, una anomia del espacio interior y en el internacional, un reto a su soberanía” (DI CESARE, 2019, p. 20). Este homem é capaz de demonstrar a construção de uma nova visão de mundo baseada na fluidez de trânsito entre seres humanos, na desterritorialização do Estado (o que compromete todo o seu funcionamento) e na hibridização da identidade, que perderia o seu caráter ensimesmado.

A pergunta “De onde você é?” surge mascarando (nem sempre) o estranhamento que alguém tem ao pensar “Você **não** é daqui”, ou seja, “você é de outro país”, grifado como a constante negatividade lembrada aos imigrantes, impossíveis de se igualar àquelas outras pessoas. Mais do que isso, Donatella Di Cesare (2019) entende que a negatividade do **não**, em um contexto atual, pressupõe a inexistência do



ser humano: “Você não existe”. Haja vista que “la esencia precede a la existencia” (DI CESARE, 2019, p. 149), o imigrante está condenado à dualidade que compartilha com o autóctone, que existe porque pode responder: “Já eu, sou daqui”. Tudo ainda diz respeito a uma questão política-existencial: por “ser dali”, tal ser tem direito a uma casa, a um trabalho, à assistência social e direitos básicos como sistema de saúde, educação e saúde. Àquele que não existe, nada sobra, pois é submetido à uma “inexistência política” (DI CESARE, 2019, p. 149).

The Good Immigrant, editado por Nikesh Shukla, é um livro celebrado pelos leitores britânicos, pois ganhou o *Readers' Choice Award* na categoria *Books Are My Bag* e foi indicado na categoria “livro do ano” no British Book Awards, uma das maiores premiações literárias do país. Em sua quinta edição, traz um compilado de 21 relatos de imigrantes de primeira e segunda geração no Reino Unido. De antemão, Nikesh Shukla, autor de *Brown Baby: A Memoir of Race, Family and Home*, nos diz que “the universal experience is white” (SHUKLA, 2021, p. ix). Dessa maneira, os autores que o seguem tratam da discriminação vivida por aqueles que são julgados ingratos ao não absoverem a cultura tida como *padrão* do lugar no qual moram, sendo taxados como “maus imigrantes” - aqueles que roubam os empregos dos verdadeiros cidadãos, que destroem a máquina pública ao receberem benefícios, aos refugiados. Mesmo conseguindo uma posição de destaque na sociedade, como o comediante Nish Kumar ou a escritora Sarah Sahim, os fantasmas da colonialidade não desaparecem tão fácil: “What it’s like to live in a country that doesn’t trust you and doesn’t want you unless you win an Olympic gold medal or a national baking competition?”, pergunta a contracapa.

O ensaio *Wearing Where You’re at: Immigration and UK Fashion*, de Sabrina Mahfouz, contempla a experiência de uma mulher que cresceu entre Londres e Cairo. Mahfouz é editora do livro *The Things I Would Tell You: British Muslim Women Write*, ganhador da categoria “livro do ano” do jornal *The Guardian*, em 2017. A autora também escreve poesias e é dramaturga, sendo uma das residentes do Globe Theatre.

A problemática racial inicia mesmo ao mostrar uma respostas às pessoas que leem ou escutam seu sobrenome: “I thought you’d be, you know, darker... You don’t look at all how I imagined... Well, I have to say, I thought you’d look more, ha ha, I suppose, foreign... You look a bit, English though... It’s quite a relief you’re, well, you know...” (MAHFUZ apud SHULKA, 2021, p. 144). Assim a autora começa demonstrando como a branquitude é definida de maneira distinta entre pessoas e países - trazendo o exemplo do Egito e da Guiana, países dos quais é descendente. É através dessa parte de sua herança e tradição que Sabrina Mahfouz descobriu “the extent to which my ethnic identities can be validated, dismissed, or even prove offensive to others in the UK, just from me wearing a particular piece of

clothing, arguably a luxury others who look ‘less white’ don’t ever get” (MAHFOUZ apud SHULKA, 2021, p. 147).

O uso do *hijab* cobre o colo, pescoço e cabelos no Egito. Ele não é obrigatório por lei, mas a maioria das mulheres usa. As bisavós de Mahfouz utilizavam o véu à maneira de refletir a conjuntura político-cultural do momento dos países. As motivações eram diversas. Vejamos a parte egípcia:

My Egyptian great-grandmother wore a thin, silky turban of sorts, with a costume jewel in the middle, fashionable but conservative in the days when not many middle-class women in Egypt covered their heads. She was practicing Muslim, but in those days this did not mean what it often does today in terms of Egyptian women’s attire. She chose it partly because her husband was an active Islamic scholar and both of them felt more comfortable if she covered her head in public, as they were often attending places of worship and religious importance. The other factor was that despite Egypt being credited with the emergence of the turban thousands of years ago, it had unexpectedly become globally fashionable in the 1950s, so she was doubly happy (MAHFOUZ apud SHULKA, 2021, p. 147).

No texto de Chandra Talpade Mohanty (apud BRANDÃO; CAVALCANTE, 2017, p. 309), *Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais*, percebemos como a colonização, definida por ela como um aparato de “apagamento discursivo ou político da heterogeneidade do(s) sujeito(s)” em questão, se faz presente na estruturalidade dos estudos feministas ocidentais. Não à toa, ela chama atenção para o fato de que este feminismo não é um monólito: há uma série de estratos abstratos (!), estabelecidos em contextos diferentes culturais e históricos, que possibilitam a visão de “Mulher” e “mulheres” e, por fim, a criação da “mulher do terceiro mundo” (apud BRANDÃO; CAVALCANTE, 2017, p. 310).

Essa visão, mesmo arbitrária, nos parece um monólito: os terceiro-mundistas fazem parte de uma realidade estática, não histórica. No alto do etnocentrismo, o universalismo promovido pela experiência ocidental (e muito branca) dissemina a ideia de opressão compartilhada, o que o relato de Mahfouz (2021) não corrobora. Não há imaturidade ou ingenuidade, como Mohanty (apud BRANDÃO; CAVALCANTE, 2017) comenta, na popularização do estilo nessas sociedades citadas pela ensaísta.

É o que Mohanty (apud BRANDÃO; CAVALCANTE, 2017) argumenta ao decorrer de todo o seu texto: duas pessoas usando o véu podem usá-los por preceitos diferentes. Ora, por que uma mulher sofre com discriminação e outra é comumente aprovada como *ícone fashion*? Sabrina Mahfouz (apud SHULKA, 2021, p. 148) narra a sua própria experiência utilizando um turbante:

Waiting at the bus stop in South London one day, I was wearing a black turban similar to the style my Egyptian great-grandmother wore. I hardly knew her, but I have always been more comfortable with my head covered, albeit not in a traditionally religion-specific styled. When living in Cairo for a few years of my life at various times and whilst exploring aspects of my faith, I have worn hijabs, but in London I have always



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

worn a wide variety of head coverings. On this particular turban-wearing day, a white English man came up to me just before I stepped onto the bus, pointed at my head-covering and shouted, ‘All Muslims should die’, before scurrying away to dissolve in the acid of his hatred (hopefully). I am well aware that this is light conversation compared to what Muslim women wearing hijab or niqab have to face every day in this country. But it astounded me, as it always does, that somebody could be driven to such vociferousness by a piece of cloth and the ‘difference’ this might represent.

O tratamento de pessoas muçulmanas que utilizam adereços de cabeça é contrastada fortemente com a aceitação massiva de *corsets* na sociedade britânica - também são essas peças de vestuário importadas de imigrantes, haja vista que “the garment first became popular in Italy and was introduced to France by Catherine de Médici in the sixteenth century. It is from this point onward that corsets become common in Britain” (MAHFOUZ apud SHULKA, 2021, p. 156). Ora, a autora explica que *corsets* são o segundo item mais vendido no site da Amazon no país. Ademais, é evidente que se uma mulher branca utilizar um lenço na cabeça, a percepção da sociedade não trará consequências como escutar um grito de que ela merece morrer, como aconteceu com a autora. Não se considera a história do adereço quando nos diz Mahfouz (2021, p. 155) que

the first large migration to the UK by Indian women, who brought with them versions of the fantastic chiffon scarves that today sell so proficably in the mainstream, seems to have been from Kenya in 1968, when 100,000 Indians arrived in Britain following Kenyan independence from Britain - mostly as families invited there and promised passports and citizenship. The scarves women were already reflected in the popular Western fashions of the time - the loose flowing hippy garments and Indian-influenced designs. Much fashion of that era disappeared along with the feelings of peace and love, but the chiffon scarf evidently remains a strong staple. (MAHFOUZ apud SHULKA, 2021, p. 156).

Mais do que isso, em *Um feminismo decolonial*, Françoise Vergès (2020) discute a posição de vitimização em que se colocam as mulheres fora de um feminismo decolonial, como se houvesse, para as mulheres brancas, um sentimento de inocência: elas não “veem cor, veem alma”, tal como escrevem pieguices em redes sociais. A mulher branca foi uma produção da colônia e a recusa da escravidão e o feminismo Às mulheres, por si só, não constituem em si uma classe política. Nesse sentido, é importante também lembrarmo-nos de romances como *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo, de maneira a realizar uma crítica contundente ao desfecho conciliatório na partida da personagem principal.

Isso vai ao encontro do que Vergès (2020, p. 23) aponta como a “cooptação das lutas das mulheres pelo feminismo civilizatório”, que trabalha em conjunto com o capitalismo. O termo “feminista” teria sido esvaziado por questões que entremeiam a colonialidade, presente em pensamentos como *a supremacia da cultura bretã* frente a outras comunidades estrangeiras no país, principalmente em Londres, tida como uma metrópole diversa.



A autora infere, como qualquer pessoa que caminha pelas ruas das maiores cidades do Reino Unido, que em qualquer grande loja de departamento haverá cores, tecidos e estilos de toda a parte do mundo, e que as tendências mais populares do Reino Unido geralmente são originárias dos países *de terceiro mundo* vistos aos olhos do colonialismo: “Indian embroidery, East African beaded jewellery, Caribbean colour palettes, North African styles such as the kaftan, West African prints - the list continues (MAHFOUZ apud SHULKA, 2021, p. 152). No entanto, quando pensamos em “estilo inglês”, é um Peaky Blinder que nos vêm à mente. Dessa maneira, “by not widely acknowledging the influence immigrant groups and individuals have had on UK fashion, we allow the story of colonial superiority in all realms to perpetuate” (MAHFOUZ apud SHULKA, 2021, p. 153).

Em *Just Like You* (2021), romance de Nick Hornby, a polarização entre pessoas do Norte e do Sul do país também aparece. Quando Polly, do Norte, conversa com Lucy, a professora do Sul, indaga-a: “E você acha que não está sendo condescendente nessa conversa toda? Os sulistas sempre são condescendentes comigo” (HORNBY, 2021, p. 204). As próprias marcações do autor sobre o local onde a personagem principal, Joseph morava, Wood Green, e Tottenham, também um bairro operário, demonstram as diferentes identidades que podem residir lado a lado em um país. Outrossim, sentia-se “igualmente em casa em Whitechapel, Brixton ou Notting Hill”, enaltecendo a sua nacionalidade acima de qualquer ponto. A mesma ideia de que se “roubam os empregos” dos verdadeiros cidadãos britânicos “minimiza os laços entre capitalismo e racismo, entre o sexismo e racismo”, de acordo com Vergès (2020, p. 15): são as mulheres muçulmanas entre todos os grupos que detém a maior taxa de desemprego do Reino Unido. Os dados da pesquisa mostraram que a taxa de desemprego entre as mulheres muçulmanas era de 18%, em comparação com 9% das mulheres hindus e 4% das cristãs. (UNIVERSITY OF BRISTOL, 2015).

É neste “antagonismo estrutural” (VERGÈS, 2020, p. 76) em que ressurgem as mazelas intransponíveis do colonialismo, reduzindo as mulheres muçulmanas a pessoas oprimidas, fragilizadas - ou pior, as vilinizam como terroristas e usurpadoras da cultura ocidental, universalmente difundida. Como bem sabemos, “a luta raramente é coletiva” (VERGÈS, 2020, p. 60), logo, enquanto relatos como os de Sabrina não estarem no cerne da questão para um feminismo que se expanda às “mulheres de terceiro mundo” (MOHANTY apud BRANDÃO; CAVALCANTE, 2017, p. 310), nada valerá a pena.

Referências

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

CONNELL, J.; KING, R.; WHITE, P. **Writing Across Worlds: Literature and Migration**. London: Routledge, 1995.

DI CESARE, D. **Extranjeros residentes**. Una filosofía de la migración. Buenos Aires: Amorrortu, 2019.

HORNBY, N. **Igualzinho a você**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MOHANTY, C. T. Sob os olhos do ocidente: estudos feministas, discursos coloniais. In: BRANDÃO, I.; CAVALCANTI, I. *et al.* (Org.). **Traduções da cultura**. Perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

MUSLIM women much more likely to be unemployed than white Christian women. **University of Bristol**, Bristol, 15 apr. 2015. Disponível em: <http://www.bristol.ac.uk/news/2015/april/muslim-women-and-employment.html#:~:text=and%20hiring%20practices%E2%80%9D.-,Survey%20data%20showed%20that%20the%20unemployment%20rate%20among%20Muslim%20women,white%20Christian%20women%2C%20he%20said..> Acesso em: 31 maio 2023.

SIN, A. **Identity and Violence: The Illusion of Violence**. London: Penguin Books, 2007.

SHUKLA, N (Org.). **The Good Immigrant: 21 writers reflect on race in contemporary Britain**. London: Unbound, 2021.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

***Wearing Where You're at: Immigration and UK Fashion*, de Sabrina Mahfouz: a complementary essay on the white-Western feminism**

Abstract: This essay seeks to work on issues of white-Western feminism in the essay *Wearing Where You're at: Immigration and UK Fashion*, by Sabrina Mahfouz, presented in the book *The Good Immigrant*, edited by Nikesh Shukla. Nikesh Shukla, author of *Brown Baby: A Memoir of Race, Family and Home*, tells us that “the universal experience is white” (SHUKLA, 2021, p. ix). In this way, the authors who follow him deal with the discrimination experienced by those who are judged to be ungrateful when they do not absorb the culture considered the standard of the place in which they live, being labeled as “bad immigrants” - those who steal jobs from true citizens, who destroy the public machine by receiving benefits from refugees. Even achieving a prominent position in society, like comedian Nish Kumar or writer Sarah Sahim, the ghosts of coloniality do not disappear so easily. Therefore, based on texts by Françoise Vergès (2020) and Chandra Talpade Mohanty (apud BRANDÃO; CAVALCANTE, 2017), we seek to reflect on how the United Kingdom in the 21st century sees the particularities of non-white and Muslim women.

Keywords: Feminism. White-Western Feminism. Immigration. The Good Immigrant.



OS MOLDES FEMININOS EM BELÉM DO PARÁ (1885-1895): CONTROLES SOCIAIS E O DISCURSO JORNALÍSTICO

Mariane Tavares Zibell¹

Resumo: O presente trabalho abordará como se deu a construção do ideal feminino, sua perpetuação e consequências em Belém nos anos de 1885-1895. Os objetivos consistem em analisar os modos comportamentais impostos às mulheres de Belém dentro do contexto social do período; compreender o papel do governo na construção desse "modelo feminino" e seu interesse social; verificar a participação dos discursos jornalísticos na disseminação e afirmação desse ideal. Destarte, por meio dos padrões considerados corretos, buscar entender a ideia de mulher do período, e quais as diferenciações entre ele e as mulheres que divergiam desse ideal? Como se deu a relação entre o governo e os jornais para a construção desses discursos? De que modo a historiografia brasileira abordou esse período da História das mulheres? Para compreender essas questões, a metodologia utilizada será uma abordagem quantitativa e o método crítico-dialético, valendo-se principalmente das obras de Margareth Rago (1985), Cristina Cancela (1997) e (2006), Mary Del Priore (2004), Michelle Perrot (2019), Joan Scott (1995), Joana Maria Pedro e Rachel Soihet (2007), Michel Foucault (1987) e Robert Park (1976). Também será utilizada a coleta de dados nos jornais do período disponíveis na Hemeroteca Digital principalmente Diário de Notícias, Diário do Gram Pará e O Liberal do Pará, os quais registraram opiniões morais e religiosas sobre esse grupo. Com isso, objetiva-se contribuir para a escrita da História das mulheres e de Gênero visando ampliar os estudos acerca dessas mulheres que por vezes foram silenciadas e colocadas no ambiente doméstico visto como "lugar de mulher".

Palavras-chave: Mulheres; Controle social; Jornais; Ideal.

Introdução

A cidade de Belém, no fim do século XIX e início do XX, passou por um processo de urbanização e modernização conhecido como *Belle Époque*. Tal acontecimento resultou em decorrência da grande comercialização do látex para a Europa e grandes centros comerciais desenvolvendo economicamente a região. Além disso, as mudanças urbanas e industriais engendraram significativas transformações no modo de vida da Capital pretendendo caracteriza-la como uma "Paris n'américa", visando imitar seus costumes, cafés, moda, etc (SARGES, 2010). O modelo da mulher belle epouiana inspirado na mulher europeia surge, portanto, atrelado a essa época de transformações, o qual seria imposto às mulheres da alta sociedade (visando construir um modelo às demais) e às mulheres pobres (visando higienizar a população de modo geral)². Desse cenário, Coelho (2011), analisa a importância dos jornais em meio as

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade do Estado do Pará, email: profmarianezibell@gmail.com

² O termo "higienismo" refere-se a políticas públicas voltadas para a melhora das condições de saúde e habitação nas cidades, teve seu auge em Belém com o Intendente Antônio Lemos a partir de 1897. Ver Maria de Nazaré Sarges (1998).

transformações ocorridas devido a economia da borracha, não somente para noticiar os avanços econômicos, os jornais foram utilizados para expressar o descontentamento da população com as pessoas indesejadas nas ruas, como será analisado posteriormente, além de ressaltar as qualidades de boas pessoas, principalmente “boas mães de família”³. As falas nos jornais circulavam pela cidade e nos meios familiares, gerando opiniões e olhares em torno dos expostos nas páginas além de retratar o cotidiano na capital.

Com os avanços econômicos na região e a recente proclamação da República (1889), as mudanças chegaram às famílias da capital muito rapidamente, e restava a estes adequarem-se aos novos tempos. A reorganização familiar impôs a mulher (mãe e esposa) um papel de grande importância, esta deveria organizar a casa, cuidar dos filhos, amar e respeitar o marido, tudo isso visando contribuir para a formação de um lar adequado aos moldes republicanos, segundo Oliveira (2003, p.15), “a mulher burguesa, aliançada com os saberes médico e educacional, modelava a família aos discursos político-institucionais e à ordem republicana”. Assim, a mulher deveria continuar reservada ao espaço doméstico e, a partir dele, contribuir para o progresso nacional, como ressalta Freire (2008),

Ainda que intrinsecamente vinculado à natureza feminina, ao associar-se ao projeto modernizador nacionalista o exercício da maternidade ultrapassava os limites da esfera doméstica e adquiria um novo caráter, de missão patriótica e função pública. Tratava-se não mais de garantir filhos ao marido, mas sim cidadãos à Pátria. (FREIRE, 2008, p. 154).

Haja vista ser necessário impor esse valor a maternidade, não raro encontramos nas páginas dos jornais manchetes ressaltando as qualidades femininas vinculadas a ela. Contudo, ao valorizar a maternidade, a sociedade utilizava esta condição para controlar e resguardar a mulher ao espaço privado, desse modo podendo vigiar seu exercício como mãe e também limitar a participação feminina na sociedade, tendo em vista a permanência de pensamentos contrários a participação da mulher na vida pública, pois como ressalta Almeida

Por carregar a *nódoa do pecado original*, a mulher deveria ser vigiada, mesmo que isso significasse tolher sua liberdade, abafar sua individualidade e privá-la do livre arbítrio (ALMEIDA, 2011, p. 153).

Tal afastamento visava mantê-las sob um espaço restrito e submetidas ao controle do Estado, Igreja e Marido, reiterando pensamentos da Idade Média⁴ e do Antigo Regime como o princípio do

³ Termo retirado do Jornal *O Liberal do Para*, 16 jun, 1885.

⁴ Criado em 1484 por dois inquisidores dominicanos, o *Malleus Maleficarum* (martelo das feiticeiras), foi um documento utilizado no período da inquisição para julgar e condenar mulheres acusadas de feitiçaria.

*Imbecillitas sexis*⁵ o qual afirma ser a mulher incapaz de participar publicamente da vida política e tomar decisões judiciais, sendo por isso designada ao ambiente doméstico. A necessidade da presença de um ser masculino para representa-la, o pai e posteriormente o marido, por serem estes superiores advém, portanto, desta condição. Segundo Ribeiro (2021, p. 61), “ser mulher significava ser um ser imbecil”.

A mulher na historiografia, uma breve análise

Sobre o Brasil colonial, Del Priore (1993), analisa a condição feminina e expõe o “ideal da Santa-Mãezinha”. Segundo a autora, devido a grande influência religiosa nesse período, fora criado este termo referente a Virgem Maria, Mãe de Jesus, sendo esta um modelo a ser seguidos pelas mulheres para tornarem-se boas mães de família, havia uma intenção do Estado e da Igreja com a criação deste ideal pois, “confinada à casa, delimitada pela privacidade doméstica, a mulher no papel da santa-mãezinha poderia fazer todo o trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar” (DEL PRIORE, 1993, p.46) Nessa época, a maternidade era a principal função feminina visto que muitos viam a mulher como naturalmente mãe, sendo julgadas as que por algum motivo se desviassem desse modelo.

Nos novos tempos republicanos, a família recebeu maior atenção, sendo a cada um dos membros desta destinada uma função, “à mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família” (RAGO, 1985, p. 62). Devido a isso, a mulher deveria seguir uma série de condutas que a enquadrariam nesse novo modelo feminino, o qual fora proposto em vias de transformá-la de fato numa boa mãe de família, segundo Rago

Foi designado [à mulher de moldes ideais] o triste destino de vigilante do lar e de mãe de família. Todos os comportamentos que se produziram fora destes parâmetros recobriam-se do estigma da culpabilidade e da imoralidade. (RAGO, 1985, p. 206).

Ademais, nos fins do século XIX, apesar das mudanças no cenário econômico e fabril, estes ambientes continuavam hostis às mulheres que por algum motivo buscassem trabalho fora de casa. Embora muitas mulheres estivessem presentes nestes locais, para muitos o papel feminino ainda era a maternidade, vista como a escolha de Deus para as mulheres. Inclusive, as questões morais recaiam com maior peso entre aquelas que por algum motivo precisassem sair de casa para trabalhar, pois “quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado.” (RAGO, 1985, p. 63).

⁵ Suposta incapacidade feminina para determinadas questões (política, social, jurídica, etc) proposta por Eneu Ulpiano, jurista romano.

Modernamente, segundo os estudos de Rago (1995, p. 88), surge a necessidade de “pensar as *relações de gênero* enquanto *relações de poder*”, mais do que apenas designar a mulher como responsável pelo espaço doméstico, esta condição a retirava propositalmente do espaço público e das questões políticas, transformando-a num sujeito passivo em relação à sociedade pública. Para entender essas relações é preciso adentrar aos estudos de Scott (1991) a cerca do gênero, pois segundo ela, gênero seria “um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott 1991 *apud* Pedro; Soihet 2007, p. 290), portanto, tal afirmação condiz com a condição feminina em Belém dos anos 1885-1895, quando analisamos a formação social do período, à mulher estava destinado um papel pré-estabelecido, o qual fora imposto historicamente a esta pelo fato de ser mulher.

Portando, ao analisar brevemente a trajetória das mulheres pode-se perceber como os pensamentos e atitudes desde os tempos coloniais impuseram sobre as mulheres um olhar de vigilância, reverberando nos tempos modernos sua participação restrita na sociedade.

Controle social e o discurso jornalístico

Segundo Neto e Silva (2021, p. 430), o controle social “comporta um conjunto de mecanismos e sanções sociais que pretendem submeter o indivíduo aos modelos e normas comunitárias”, dito isso, surge a figura da mulher em Belém nos anos de 1885-1895, controlada e com uma função pré-estabelecida, sendo vigiada a todo momento e julgada caso se desviasse do ideal proposto pelo Estado. Além desse controle estatal, as mulheres também eram vigiadas pela sociedade, e expostas nas páginas jornalísticas diariamente, seja para exaltar ou julga-las caracterizando o que, Foucault (1978), conceituou como “micropoder”⁶. Segundo Brígido (2013, p. 60), ao analisar o que é poder para Michel Foucault, este ressalta que “o poder atua como uma força coagindo, disciplinando e controlando os indivíduos”.

Este poder acabava por disseminar um olhar disciplinador nas pessoas e principalmente nas mulheres que, por haver um ideal feminino (inclusive expostos nas páginas dos jornais) sentiam-se coagidas a segui-lo visto que, segundo Almeida (2011, p. 144), “as que se enquadravam nessas normas eram consideradas honestas, as demais eram as transgressoras, que deveriam sofrer a rejeição social e serem marcadas pelo estigma do pecado”, caracterizando-se como um controle social, moral e comportamental.

Aliado a este controle estavam os discursos jornalísticos que, segundo Marocco e Berger (2006), eram utilizados como órgão governamental para o controle social salientando comportamentos anormais

⁶ Segundo Foucault, o poder não é exercido (somente) em grande escala, mas também por meio das relações sociais e pessoais, caracterizando micropoderes dispersos na sociedade.

e determinando um comportamento comum. Segundo Foucault, ao expor os indivíduos, o jornalista tornava-os “espetáculo público”, causando desconforto e constrangimento aos que mantinham comportamentos estranhos à sociedade. (FOUCAULT, 1986, p.189 *apud* BERGER; MAROCCO, 2006, p. 12).

Outrossim, mais do que noticiar os acontecimentos, para Park, a notícia na época moderna servia para coagir as pessoas a se adequarem as “normas e formas convencionais” para dissipar quaisquer rumores ou boatos sobre as mesmas (PARK, 1976 *apud* BERGER; MAROCCO, 2006, p.11). Vale ressaltar que por vezes as notícias indicavam nome e endereço dos envolvidos, expondo-os à sociedade.

Dito isso, os jornais belenenses do período analisado expunham opiniões e conselhos sobre as mulheres da cidade, os quais se tornavam quase regras de comportamento. Em uma sociedade em modernização como a Belém na época da borracha, se comportar adequadamente era extremamente necessário para os que quisessem se manter na alta sociedade, principalmente para as mulheres.

Nos jornais da época, as mulheres estavam sempre presentes nas páginas, seja para ressaltar suas qualidades como boas mães de família, seja para condenar as que se desviavam desse ideal. Nos jornais paraenses *Diário de Notícias* e *O Liberal do Pará* era comum encontrar anúncios como o do falecimento de “D. Maria Gomes Pinheiro, respeitavel matrona que conhecemos como exemplar mãe de família” (*Diario de Notícias*, 1886, p. 2); o de “d. Justiniana Maria Lopes [...] bôa mãe de familia e digna da estima de todos [...]” (*Diario de Noticias*, 1895, p. 1) e o de “D. Francisca Amelia da Silva Leite [...] A finada era uma senhora de virtudes elevadas, boa esposa, excellente mãe de familia, alma caridade e sincera amiga. [...]” (*O Liberal do Para*, 1885, p. 2). Notícias como estas, ressaltando os atributos de boas mães de família visavam qualificar a conduta dessas mulheres em vida e guardar sua memória como comprometidas com o ideal feminino: ser mãe. Estas notícias objetivavam causar um sentimento de honra e igualdade nas mulheres que liam os jornais, pois, as que quisessem ser retratadas dessa maneira após a sua morte deveriam seguir este modelo.

Ainda sobre as “mulheres de família” aparece no Jornal *O Liberal do Pará* uma manchete com o título “*Cartas femininas, lyceus para meninas*”, vinda de Lisboa, em 1888. Nesta notícia é discutido a construção dos lyceus para a educação feminina e o tipo de educação que deveria ser oferecido para não desvirtua-las de sua maior missão, a maternidade.⁷ Diz o seguinte

⁷ A educação feminina em Belém nesse momento estava ganhando destaque, sendo o Colégio Nossa Senhora do Amparo e o Asilo Santo Antônio os principais locais para a instrução de meninas pensionistas e desvalidas. Contudo, esta educação ainda era voltada para o futuro exercício da maternidade e uma forma de diferenciar as moças na sociedade entre aquelas que não possuísem tal prestígio. Ver José Maia Bezerra Neto (1994).



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Qual será, mesmo aos olhos do mais exigente, o *ideal* da mulher completa? Será aquella que tiver, no maximo desenvolvimento e na maxima perfeição, a *sciencia* de fazer feliz a familia, que é a sua. [...] Nas sociedades latinas, [...] o typo da mulher que alcance pela atividade physica e pelas facultades mentaes a sua propria independencia material, é senão impossivel, pelo menos antipathico a todas as tradições, a todos os costumes e a todas as idéas (*O Liberal do Pará*, 1888, p. 2, itálico nosso).

Ademais, no decorrer na matéria, é discutido que a mulher que quisesse seguir esse caminho (da independência) iria entrar em conflito com os homens, pois, estes

não lhe permitem que ella exceda os limites que por elles homens lhe foi implacavelmente traçado, e além do qual ellas perdem o direito á sua cavalheirosa protecção e ao seu respeito artificial e levemente hypocrita (*O Liberal do Pará*, 1888, p. 2).

Logo, fica evidente que à mulher estava destinado um lugar na sociedade, e aquelas que divergissem desse modelo, seriam mal vistas e mal tratadas. Por fim, a matéria reitera que “não ha nada mais glorioso de que a missão de esposa, de dona de casa, de mãe de familia” e sugere que seguindo esse ideal

Talvez que assim seja possivel salvar a familia da decadencia a que os costumes actuaes a condemnam, e a mulher dos pruridos de falsa independencia, que tão funestos são á sua paz e á sua felicidade! (*O Liberal do Pará*, 1888, p. 2).

Vale ressaltar que em Belém nos anos de 1885 a 1895 apesar dos novos tempos republicanos e os avanços na região, a formação educacional para o pleno desenvolvimento dos cidadãos ainda estava restrito a classe masculina, havendo inclusive aqueles que pensavam ser prejudicial a mulher aprender determinados assuntos, pois “o saber [historicamente e impositivamente] é contrário à feminilidade” (PERROT, 2019, p. 91) sendo por isso a elas destinado somente uma educação voltada para sua formação como futura esposa e mãe.⁸

Contrapondo este ideal estavam as mulheres que não se encaixavam nos moldes femininos republicanos, e não raro, elas estavam presentes nas manchetes do dia a dia paraense. Um das principais exposições dessas mulheres são as prisões por ofensas a moral pública como nos mostra os seguintes trechos: “Foram detidos [...] Catharina do Rosario, por offensas á moral pública.” (*Diario de noticias*, 1895, p. 2); “Foram detidos [...] Rachel Francisca da Conceição, por desordens e offensas á moral pública.” (*Diario de Noticias*, 1895, p. 2) e

[...] Maria Gentil a prostituta moradora na casa nº 99 da travessa da Princeza, e que tem o máo costume de offender céos e terra com a sua lingunha de prata. A policia deve

⁸ Havia exceções, como no caso das Normalistas, alunas da “Escola Normal” destinada a formação de professoras.



obstar a que a horisontal em questão faça uso tão soêz da lingua, em detrimento da moral publica (*Diario de Noticias*, 1891, p. 2).⁹

Estas acusações mostravam comportamentos que fugiam dos padrões estabelecidos para as mulheres, que deveriam ser recatadas e submissas. Por meio destas notícias, acontece o que Park analisa como um meio de “salientar comportamentos anormais.” (BERGER; MAROCCO, 2006, p.11) para causar constrangimento e silenciamento por parte dos sujeitos.

Segundo o Jornal *Diário de Noticias* ao falar sobre uma discussão na Assembleia Geral sobre a lei contra a vagabundagem expõe que não eram acusados apenas homens, mas também mulheres. O jornal propõe uma solução para este grupo dizendo que “[...] Não faltam casas onde sirvam de creadas, fabricas e olarias em que trabalhem” e ao cobrar uma solução ao Governador termina dizendo “[...] Guerra as VADIAS” (1888, p. 3), utilizando uma expressão dualista, no sentido de vadiagem e na expressão pejorativa.

Uma coluna chamada *Revistinha* no jornal *Diario de Noticias* trazia poesias, contos, folhetins, etc e no ano de 1895 trouxe o seguinte trecho

Uma senhora fazendo uma prelecção sobre os direitos de seu sexo, dizia, mostrando a importancia da mulher na sociedade: - Onde estaria o homem se não fosse a mulher? [...] –No paraíso, minha senhora, responderam todos (*Diario de Noticias*. 1895, p. 2).

Estas espécies de versos retificavam o estereótipo da mulher ligada a Eva como responsável pelo pecado original, afirmando a necessidade de vigilância sobre as atitudes femininas e seu lugar no ambiente doméstico. Ademais, por estar num jornal, um meio veiculado pela cidade e dentro das famílias, este pensamento acabava circulando na cidade e conseqüentemente tornando-se popular.

O jornal *Diario do Grão-Pará* destaca-se por registrar no ano de 1885 inúmeras agressões as mulheres residentes em Belém, por exemplo, “Foram detidos [...] o paraense Manoel de Oliveira Pantoja, por espancar a sua própria mulher” (*Diario do Grão-Pará*, 1885, p. 2); “Espancamento [...] foi preso o cearense João Vieira Barbosa, por espancar a uma mulher” (*Diario do Grão-Pará*, 1885, p. 2); e registrado em Curityba e exposto no Jornal paraense um caso de infanticídio, trata de Antonio João de Barros que

[...] espancara tão barbaramente a uma sua filhinha, Maria Magdalena, de 20 mezes de idade, que causara-lhe a morte. Este homem fera casara-se ha 3 annos com Elisa Maria Rosa e promettera, antes de nascer a innocentinha, que a mataria de fosse mulher! (*Diario do Grão-Pará*, 1885, p. 1).

⁹ O termo “horisontal” era um dos nomes dados as meretrizes da época.



Estas notícias demonstram que as agressões às mulheres eram recorrentes na sociedade Belenense, fato marcado pelo estigma que rondava as mulheres como sujeitos dependentes e objetos de seus maridos e outros homens. Ademais, no caso do infanticídio registrado, tal foi a comoção pelo crime que mesmo longe do ocorrido, registraram o caso e nessa situação não resta dúvida da motivação do espancamento: ser mulher.

Considerações finais

Portanto, ao analisar alguns jornais belenenses de 1885 a 1895 pode-se perceber como as mulheres apareciam nas páginas jornalísticas da capital. Por mais que estes discursos chegassem somente a algumas mulheres (as que sabiam ler e tinham acesso aos jornais) essas informações, folhetins e manchetes foram responsáveis por propagar na cidade informações de mulheres de boas família e mulheres de má conduta, expressando a dualidade feminina do período, sendo firmemente demarcado quais eram as condutas corretas e respeitáveis e as erradas e difamatórias.

Ademais, estes pensamentos sobre o que era ser uma boa mulher não surgiram no período republicano, mas sim, estavam presentes desde os tempos coloniais, reverberando nos costumes da Belle Époque e Brasil adentro. Se de um lado estavam as mulheres segundo os ideais da “Santa-mãezinha”, boas esposas e donas de casa comprometidas com o funcionamento do lar, do outro lado haviam mulheres das classes trabalhadoras e populares que por vezes eram julgadas por trabalhos fora de casa, mulheres que não se submetiam à moral social do período e por vezes eram acusadas de vadiagem e ofensas a sociedade. Entender estes e outros “modelos” femininos do período é perceber a pluralidade de mulheres nesta sociedade em transformação, e analisar cada uma em suas funções e grupos sociais como participantes da sociedade, cada qual a sua maneira na medida do possível.

Dito isso, fica evidente a necessidade da ampliação desses estudos, as quais devem analisar a condição que levava essas mulheres a determinadas atitudes e posicionamentos, sejam as submissas ou as desordeiras, percebendo as construções sociais de cada período impostas a estas mulheres.

Referências

Fontes

D. Maria Pinheiro. Diaríio de Notícias. p. 2, 11 ago 1886. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=5394>

Fallecimento. Diaríio de Notícias. p. 1, 6 jan 1895. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=13461>



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

D. Francisca Amelia da Silva Leite. O Liberal do Pará. p. 2 16 jun 1885. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704555&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=16874>

Cartas femininas, lyceus para meninas. O Liberal do Pará. p. 2, 20 out 1888. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704555&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=20708>

Notas policiaes. Diario de Noticias. p. 2. 8 jan 1895. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=13465>

Notas policiaes. Diario de Noticias. p. 2, 17 jan 1895. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=13497>

Diario de Noticias. p. 2, 28 jun 1891. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=10158>

Mulheres vadias. Diario de Noticias. p. 3, 21 out 1888. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=7568>

Revistinha. Diario de Noticias. p. 2, 13 fev 1895. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=13581>

Chronica policial. Diario do Gram-Pará. p. 2, 8 out 1885. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=819417&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=25>

Espancamento. Diario do Gram-Pará. p. 2, 10 nov 1885. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=819417&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=97>

Barbaro infanticidio. Diario do Gram-Pará. p. 2, 1 out 1885. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=819417&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=65>

Bibliografia

ALMEIDA, Jane Soares de. *Professoras virtuosas; mães educadas: retratos de mulheres nos tempos da república brasileira (séculos XIX/XX)*. Revista HISTEDBR On-Line, v. 11, n. 42, p. 143-156, 2011.

BRÍGIDO, Edimar. *Michel Foucault: uma análise do poder*. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, v. 4, n. 1, p. 56-75, 2013.

COELHO, G. M. “*Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares*”. Escritos V, p. 141–168, 2011.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Jose Olympio: Unb, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

FREIRE, Maria Martha de Luna. *'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920*. História, ciências, saúde-Manguinhos, v. 15, p. 153-171, 2008.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *Malleus Maleficarum (O martelo das feiticeiras)*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. *A notícia como forma de controle social*. Revista Contracampo, n. 14, p. 07-18, 2006.

NETO, José Maia Bezerra. "O asilo Lyndo e Protetor": práticas e representações sociais sobre a educação feminina – Belém (1870-1888). In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D'INCAO, Maria Angela (org). *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM, 1995

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. "Fora da higiene não há salvação": a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. Mneme - Revista de Humanidades, v. 4, n. 07, p.15-29, 2003.

PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil:1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Emerson Melquiades. "Delitos da carne": os crimes e a diferenciação de gênero no Brasil entre os séculos XVIII e XIX. In: CESAR, Tiago da Silva; DA SILVA, Wellington Barbosa; NETO, Flavio de Sa Cavalcanti (org). *Crime, justiça & sistemas punitivos*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021, p. 58-78.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1910)*. Belém: Paka Tatu, 2010.

_____. *Memórias do "Velho" intendente: Antônio Lemos - 1869-1973*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo, 1998. 304f.

SILVA, Rodrigo Nunes da; NETO, Francisco Linhares Fontelles. *Historiografia crítica da pena de prisão: do controle social à crise estruturante atual*. In: CESAR, Tiago da Silva; DA SILVA, Wellington Barbosa; NETO, Flavio de Sa Cavalcanti (org). *Crime, justiça & sistemas punitivos*. Porto Alegre, RS: Fi, 2021, 429-248.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Revista Brasileira de História, v. 27, p. 281-300, 2007



“DEUS AS FEZ E O DIABO AS AJUNTOU”: NARRATIVAS, GÊNERO E CRIME ATRAVÉS DE *FAIT DIVERS* EM JORNAIS (FORTALEZA, 1850-1890)

Nicodemos Zacarias da Silva¹

Resumo: O presente artigo busca analisar a elaboração de narrativas criminais protagonizadas por mulheres e vinculadas em jornais fortalezenses oitocentistas. Para tal, aponta-se para a significativa produção e circulação de relatos com temática voltada para crimes brutais, insólitos e grotescos dentro do suporte periódico estudado. De igual modo, busca-se discutir como o *fait divers*, então em ascensão dentro dos jornais, foi apropriado em suas características e fórmulas narrativas para perpetuar os discursos tradicionais sobre moral, feminilidade e criminalidade.

Palavras-chave: Jornais. Narrativa. Crime

[...] A assassina foi logo presa e dizem-nos achar-se muito satisfeita com o que praticara; chegando a declarar com o maior cynismo que – *o infeliz Capoeira morrera como uma galinha !* Cedo porém os tribunaes do paiz punirão a essa fêra

Cearense 12/10/1869

Alguns dos periódicos cearenses mais longevos surgiram ainda na esteira das disputas políticas de fins do período regencial. Contudo, eles se consolidariam apenas na segunda metade do século XIX², por meio das disputas entre grupos políticos e do seu envolvimento direto nos debates sobre o progresso da província. Esses jornais, portanto, foram um suporte fundamental para elites locais esboçarem seus projetos e alinharem suas questões no cotidiano oitocentista³.

Neles houve lugar para as contendas políticas, demandas econômicas e, gradualmente, abrigou até mesmo um significativo entretenimento literário. Mas, dentro de suas páginas fabricou-se também uma área de convergência interessante entre a ficção e um incipiente jornalismo noticioso. Dentro dessa mesma

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFCE). nicoz.silva83@gmail.com

² Como destaca Geraldo Nobre, a imprensa cearense obteve maior estabilidade nesse período, tendo os partidos políticos expressado suas disputas a partir daquele momento no parlamento e através dos jornais, na sua grande maioria fundados já como suporte partidário (NOBRE, [1974] 2006, p. 81). No mesmo sentido, Ana Carla S. Fernandes pondera que o jornal oitocentista se tornaria mecanismo de comunicação, de apresentação social, política e partidária. A um só tempo ele deveria funcionar como aparato de defesa para as críticas da oposição, espaço de associação, mas quando davam lugar a ocasionais divergências e ocorriam cisões entre partidários, tratava-se logo de criar outro periódico (FERNANDES, 2006, p. 32).

³ Aqui destacam-se, sobretudo, quatro desses jornais, **Pedro II** [1840-1889] e **A Constituição** [1863-1889] representantes de dois grupos adversários dentro do partido Conservador cearense; **Cearense** [1846-1891] representante lideranças liberais e **Tribuna Catholica** [1866-1890] jornal ligado diretamente ao bispado em Fortaleza. Essas folhas foram elencadas pelo seu alcance dentro da província e pela sua longevidade.

zona, sobreviria um espaço dúbio onde o *fait divers*⁴ tornou-se um gênero narrativo versátil capaz de revelar nuances insólitas da sociedade daquela época.

Isso é substancialmente perceptível desde o aparecimento das primeiras dessas notas nos periódicos locais. O que se tentará demonstrar é como o discurso jornalístico constituiu, por meio delas, um dispositivo narrativo ambíguo. Pois, mesmo elaborado para criticar, combater, censurar e neutralizar perfis vistos como perigosos, desviantes ou inadequados, ainda assim, abria espaço para lhes dar destaque tornando-os uma marca característica das folhas locais daquele período:

Horroroso assassinato.

Acabamos de receber cartas de pessoas fidedignas do Ipú, que nos noticiam ter ali havido ultimamente um assassinato horrível praticado por uma mulher na pessoa de seu próprio marido com um machado, em quanto ele (horresco reféns) cheio de confiança repousava das fadigas do dia ! Informam-nos porem que essa furia com figura de mulher já se acha em poder da justiça.⁵

– **ASSASSINATOS** – Os mais horrorosos assassinatos se tem commettido este anno. Ainda á pouco foi assassinado em S. José dos Pinhaes (S. Paulo) o juiz municipal.

Em Campos (Rio) foi assassinado um pobre homem: não ha muito que na Bahia uma mulher assassinou o marido deitando-lhe um taxo d’agoa a ferver na cabeça, estando ele dormindo. Mas de todos esses factos que envergonhão, e degradão a espécie humana, e poem em problema se o homem, ou a cascavel è mais perverso, o mais horroroso foi o assassinato desse infeliz menino por esse malvado pai do centro de Pernambuco, de que derão noticia as folhas da corte, transcrevendo do Cearense, e o seguinte e mais horrível facto que se lê no C. Mercantil. [...]⁶

Assassinatos . – Na noite de segunda para terça-feira Rufina de tal em um samba no Oiteiro dos Educandos matou com uma caniveteda sobre o peito esquerdo o guarda nacional João Ribeiro Lima; e ante-hontem á noite no Oiteiro da Prainha foi morto Domingos da Silveira com um golpe de foice que lhe atirou Rufino Eufrazio.⁷

Como se percebe, essas notas começaram a povoar pontualmente as folhas dos periódicos locais ainda em sua primeira década, quando sequer havia uma coluna específica para o noticiário criminal. Essas notícias misturavam-se a outras diversas notas acerca do cotidiano, mas sempre chamavam atenção pelos títulos extravagantes e pela narrativa prolixa. Desenvolvendo um enredo grotesco, com fortes traços de violência ou simplesmente bizarro, cômico ou burlesco:

⁴ O *fait divers* constitui um tipo de notícia presente nos jornais com temática variada, mas geralmente caracterizadas pela forma dramática e exagerada com são narradas. Nesse período, esse tipo de notícia já havia se popularizado pelo ocidente, marcadamente na imprensa francesa, inglesa e norte-americana onde houve grande número de periódicos especializados na sua publicação ou que se utilizaram dela como recurso editorial. Esse gênero narrativo atrairia leitores por meio dos seus traços folhetinescos habilmente construídos por jornalistas que buscavam em crimes, escândalos, desastres, eventos climáticos, prodígios da natureza e mesmo fenômenos enigmáticos elementos que pudessem compor essa teatralização de eventos incomuns ou macabros. Desse modo, a notícia do tipo “desgraça pouca é bobagem” encontrou amplo destaque nas folhas oitocentistas (MEYER apud GUIMARÃES, 2013, p.55)

⁵ (Biblioteca Nacional). Hemeroteca digital. **Pedro II**, Horroroso assassinato., 07 de dezembro de 1850, p.3.

⁶ (BN). Hemeroteca digital. **Cearense**, Diversas, 28 de outubro de 1853, p.2.

⁷ (BN). Hemeroteca digital. **A Constituição**. Noticiario, 27 de setembro de 1870, p.1.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Ferimento. No dia 25 do corrente, no Outeiro d'esta cidade. Francisca Maria da Conceição feriu gravemente a Maria Francisca dos Anjos. Por ser certamente extraordinário o facto de uma *Conceição* revoltar-se contra os *Anjos*, foi presa a delinquente!⁸

Fratricídio. – No districto de S. Gonçalo, lugar Livramento, Anna de tal, filha de Domingos Gonçalves assassinou a seu proprio irmão Paulino Gonçalves. A criminosa não foi presa e nem será porque a policia do lugar a protege.⁹

Assassinato. – No dia 13, no Oiteiro da Praia. Cosma Maria da Conceição travou um conflicto com Maria de tal por causa de um pinto, dando em resultado a morte desta por uma canivetada que lhe atirou aquella. [...] ¹⁰

Destacavam-se, como se nota, dentro desses primeiros relatos, aqueles crimes cometidos por mulheres. Embora a criminalidade feminina estivesse muito distante de acompanhar as cifras daqueles atos cometidos por homens, a sua presença era recorrente nos periódicos. Um recorte que demonstrava isso seria a *Relação de Criminosos Capturados nesta província no anno de 1857*¹¹, uma lista oficial construída pela *Secretaria de Policia do Ceará* e reproduzida pelo jornal *Pedro II* nas edições do dia 22 e do dia 26 de maio de 1858. Nela, num rol de 232 criminosos capturados apenas 14 mulheres estavam presentes.

Como já foi destacado por importantes nomes da historiografia brasileira, nesse período, a delinquência feminina parecia ser mais acidental, se comparada com a masculina (FAUSTO, 1984). Contudo, essa afirmação pode ser considerada para o contexto cearense, somente em termos, pois ainda que os crimes femininos ocorressem em menor monta, considerando-se o contexto local¹², dentro das folhas, os crimes cometidos por mulheres eram corriqueiros e amplamente destacados.

Como se nota nos casos acima citados, o crime cotidiano já era elencado nos jornais de forma bastante chamativa. Porém, os crimes violentos recebiam muito mais notoriedade. Não à toa, o caso de assassinato de uma esposa contra seu companheiro e de um pai contra o seu filho recebiam destaque e geravam estupefação de quem lia aquelas notas. Embora fossem crimes ajuntados de forma improvisada, apesar de serem todos assassinatos, eles serviam para constituir pioneiramente moldes da narrativa

⁸ (BN). Hemeroteca digital. **A Constituição**. Noticiario, 29 de janeiro de 1882, p.3.

⁹ (BN). Hemeroteca digital. **Cearense**. Noticiario. 15 de março de 1874, p. 3.

¹⁰ (BN). Hemeroteca digital. **A Constituição**. Noticiario, 16 de dezembro de 1870, p.1.

¹¹ (BN). Hemeroteca digital. **Pedro II**. Relação de criminosos capturados no anno de 1857 com declaração de seus crimes, 22/26 de maio de 1858, pp.1-2 e p.2; respectivamente.

¹² Como aponta Walter B. Júnior, havia enorme diferença entre o número de réus homens presentes nos relatórios e mapas de crimes das autoridades locais no período e aquele de mulheres. O que se explicaria em sua análise devido ao fato das mulheres por não exercerem funções públicas dificilmente estariam associadas a crimes tidos como públicos (falsidade, estelionato), mas apenas naqueles considerados femininos (aborto/infanticídio) ou ainda em homicídios e ferimentos. Analisando o intervalo de 1852 a 1861, esse autor destaca que 2.378 homens estavam alocados na condição de réu enquanto apenas 208 mulheres encontravam-se na mesma condição. Frente a número tão reduzido ficava o contraste de que embora diminuto elas estavam, geralmente, envolvidas em crimes mais violentos, ora como autoras, ora como vítimas. Cf. BRAGA JÚNIOR, 2018.

criminal cotidiana. Nela, a figura do assassino serviria, quase sempre, como arquétipo de inversão da naturalidade da existência em sociedade ou de ameaça à ordem dessa mesma.

Sabe-se que a sociedade cearense, na segunda metade dos oitocentos, ainda era marcada por conflitos entre indivíduos e entre famílias. Algo que margeava, até mesmo, as disputas de poder entre autoridades. O próprio arbítrio estatal por meio da intervenção jurídica e policial ocorria, ocasionalmente, de forma que muitas vezes reafirmava mandonismos locais. Era uma sociedade ainda violenta onde rotineiramente discussões, embates e discordâncias podiam terminar de forma brutal (VIEIRA JUNIOR, 2002).

Aquela relação de criminosos publicada pelo jornal *Pedro II* pode ilustrar um pouco essa realidade. Das 14 mulheres criminosas listadas pela autoridade policial cearense, a maioria trazia os crimes violentos como causa principal da sua prisão. Cinco eram acusadas de causar *ferimentos*, seis pelo crime de *homicídio/morte/tentativa de morte*, uma por *ofensas físicas* e duas pelo crime de *damno*. Nesse grupo, apenas duas delas tinham sido apreendidas na capital, a maioria pelo interior da província e uma última na província do *Piauhy* pelo crime de *homicídio* e pelo de *tomada de presos*.

Como se pode perceber apesar de numericamente menos expressivos, os crimes cometidos por mulheres não eram insignificantes ou ignoráveis, mesmo no período em questão. Sua presença nos documentos oficiais ou nas páginas dos jornais, todavia, era mais comum quando os crimes cometidos eram ostensivamente contrários aquilo que se idealizava a seu respeito e a sua pretensa natureza física e mental. As mulheres criminosas chamavam atenção e constituíam material para notícias no molde de *fait divers* quando suas ações contrariavam aquilo que se demandava delas em sociedade. Seu comportamento e moralidade, muito mais que seus atos criminosos é que eram devassados e reconstruídos nas páginas dos periódicos:

CORRESPONDENCIA DO “PEDRO II”.

Tauhá, 22 de junho de 1855.

Tudo por aqui vi em paz, sem haver cousa alguma que possa entreter aos seus leitores.
[...]

O único caso de mais importancia, que se deu aqui, que mereça publicar se, é o seguinte: em dias do corrente mez uma mulher casada, que estava apartada do marido, que eu ignoro as causas da separaçã, pario uma infeliz menina, salva a creança dos perigos do parto. A cruel mãi esmigalha a cabeça da sua innocente filha, provavelmente para encobrir sua vergonha. Denunciado o caso n’esta villa, a policia expedio logo uma patrulha de quatro soldados de policia para prendel-a, e felizmente a mulher foi presa, e se acha recolhida á cadêa d’esta villa. A presa é moça e parda, e mostra visos de muita presença de espirito. Eu e um amigo fomos á cadêa para vel-a, pelo espirito de novidade, e achamos ella cosendo com grande desembaraço, e com ar de tranquillidade de consciencia e perguntando lhe pelo acontecido, respondeu-me muito senhora de si, que não sabia porque estava presa, e eu dizendo a causa, então me disse, que era falso este boato, porque a criança que deu á luz, nasceu morta. Eu suponho que breve vaõ dar



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

princípio ao processo de formação de culpa. Se a presa é criminosa, deve ser punida com todo o rigor da lei, pois o crime é grave, uma mãe matar uma recém nascida pagã, mostra muita perversidade.

Por agora é o que posso noticiar-lhe.¹³

Como se pode notar nesse relato, a narrativa sobre o crime feminino recebia um tratamento diverso daqueles dos pares masculinos. As suas histórias costumavam ser construídas quase sempre à sombra dos modelos, normas e das expectativas daquela época sobre o lugar, a forma correta de ser mulher e de exercer suas funções sociais (CASTAN, 1991).

Camadas de moralismo não conseguiam esconder, contudo, os exemplos de desvios e as contradições das mulheres comuns. Embora não fossem maioria entre essas, as criminosas reafirmavam aquele perigoso signo da mulher perturbadora e desordeira constituído ao longo da história ocidental. Ele retomava a concepção de *stasis*¹⁴ grega (LORAUX apud PERROT, 2007), recorrentemente aludida quando as mulheres agiam e se moviam para fora dos domínios das teias discursivas tradicionais.

Por meio desses relatos magnificados na narrativa do *fait divers* (SODRÉ, 2009), tínhamos a representação das rupturas pontuais ou recorrentes para com comportamentos, senso de honra e modelos de agir que eram idealizados e forçosamente construídos sobre as mulheres. Sobretudo aquelas das elites brancas, alvo desse arcabouço normativo, mas certamente a cobrança se fazia de forma correlata também sobre aquelas dos setores mais baixos e/ou de outras etnias. (SOIHET, 2013).

A violência reconstruída pelo discurso jornalístico provinciano através das notícias criminais, portanto, não era mero recurso informativo. Ele compunha um importante meio difusor de discursos normativos, pois embora fabricado sobre o limitado suporte escrito dos periódicos, alcançava indiretamente um maior público. Afinal, num universo provinciano onde a larga maioria era iletrada, eram comuns, seguindo um costume próprio do período, as leituras em voz alta, compartilhadas nos comércios, praças e logradouros públicos (FERNANDES, 2006; MOREL, 2018).

Esses jornais, todavia, não operavam apenas como reflexo ou sombra da realidade. Portanto, é fundamental compreendê-los enquanto fragmentos materiais e simbólicos constituídos com finalidades e em percursos complexos pelos quais se pode entender parte do funcionamento da sociedade daquela época (BAKHTIN apud PEDRO, 1995, p.47).

¹³ (BN). Hemeroteca digital. **Pedro II**. Correspondência do Pedro II, 26 de julho de 1855, p.4.

¹⁴ *A desordem*. A própria fala feminina em público era indecente e percebida como rompedora da tranquilidade na cidade. Na Antiguidade ocidental, deviam permanecer afastadas do espaço público, onde seu silêncio era sinônimo de tranquilidade e sua aparição em grupo causava medo. Aspectos que seriam reafirmados nas tradições cristãs a partir da doutrina oficial desde os escritos do apóstolo Paulo. Cf. PERROT, 2007.



Assim, mais que refletir ou ressoar o mote de *uma sociedade violenta, ignorante, bárbara* que as elites ecoavam a respeito da maior parte da população, os periódicos elaboravam uma teia intrincada onde os fios dos discursos erram cerzidos muitas vezes de forma contraditória, mas sempre comprometidos com um senso de progresso. Indiretamente vinculadas a ideias, normas, leis, hábitos e costumes tidos como essenciais para a elevação material e civilizatória, aquelas notícias eram um recurso discursivo que reafirmava valores almeçados pelos grupos de elite para toda a população não só da capital, mas da província como um todo.

Aquelas notas relembavam o atraso flagrante, não apenas do povo cearense, mas da sociedade brasileira como um todo no século XIX. Conseqüentemente, ao recontar condutas criminosas de forma detalhada nas páginas dos periódicos, enfatizava que aquela violência não era intrínseca à sociedade local, mas grassava pelas demais províncias e alhures. Afinal, muitos relatos vindos de outras cidades e mesmo de outros países foram constantemente republicados em folhas cearenses. Reafirmando também, o gosto inconfessável por aquelas histórias violentas, algo muito mais antigo, mas que na época se deslocara para a escrita periódica por meio do gênero de notícias imortalizado pelo *fait divers* (MUCHEMBLED, 2012):

Revoltante – Sob este título publica o *Estado de S. Paulo* de 20 de julho a seguinte tristíssima notícia:

« Em dias do corrente mez, chegou presa á cidade de Piranga, estado de Minas, uma família composta de mãe e cinco filhos, acusados de haverem assassinado o respectivo chefe.

A mulher, uma velha de 60 annos, matou o marido a golpes de cavadeira; uma filha assistiu ao crime; dois filhos carregarão o pae à sepultura, que foi aberta por um outro filho, no quintal da casa, e ahi o enterrarão.

Por espaço de tres mezes ficou tudo sob o maior sigilo.

Os vizinhos, porém, dando por falta do velho tanto indagarão que, afinal conseguirão descobrir a causa do desaparecimento do pobre pae de família, victima da ferocidade de sua mulher e de seus proprios filhos.

Os assassinos, depois de presos, confessaram cynicamente o crime sem dar explicações dos motivos que os impelliram a commetel-o.»¹⁵ (grifos no original)

Quase quarenta anos separam aquelas primeiras notas informativas dessa última. E uma notória marca permaneceria na maioria dessas notícias criminais, a evocação aos estereótipos femininos tidos como ideais. No caso, o pensamento de que os principais papeis sociais femininos eram o da esposa e da mãe. Reafirmando a cultura católica do século XIX, portanto, o modelo ideal de feminilidade era de submissão e espírito de abnegação. Enquanto o matrimônio e a maternidade coroavam essa imagem feminina no exemplo da *Virgem Maria*, exemplo maior para todas naquele momento (GIORGIO, 1991).

¹⁵ (BN). Hemeroteca digital. **Cearense**. Noticiario, 15 de agosto de 1891, p.2.



A crítica no discurso jornalístico, no entanto, não conseguiria barrar o avanço daqueles perfis tidos como inadequados. Sua presença, cada vez maior dentro dos jornais, era por si mesma, uma evidência que crimes cometidos por mulheres mantinham em destaque um grupo consideravelmente grande de pessoas que não se adequavam aos modelos e representavam uma parte incômoda da sociedade oitocentista.

A construção de arquétipos femininos censuráveis dentro dos jornais (a mulher desordeira, criminosa e principalmente, assassina) partia, geralmente, da visão religiosa tradicional a qual reiteradamente apontava aqueles perfis como antinaturais, imorais e transgressores.

Deve-se lembrar, todavia, que embora já houvesse uma considerável dispersão dos discursos médicos e científicos acerca da natureza feminina, os discursos tradicionais da religião e do direito ainda se sobrepunham. Os estudos da fisiologia e da psiquê feminina, atingiriam o discurso jornalístico com maior afinco somente a partir das décadas de 1880/1890, quando trabalhos sobre criminalidade, inclusive a feminina, seriam mais esmiuçados, sobretudo pelos estudos de Cesare Lombroso cuja obra *A mulher criminosa e a prostituta* somente seria lançado em 1895¹⁶.

Por conseguinte, efetivar a análise dessas tramas sob a lente de gênero se faz necessário pois, apesar de se pretender neutro, objetivo e racional, o discurso jornalístico era profundamente atravessado por outros discursos moralizantes, ordenadores e restritivos¹⁷. Todos eles direta ou indiretamente buscavam referendar aspectos, modelos ou ideais específicos de identidades e relações de gênero.

Desse modo, nos embasamos na compreensão de Joan Scott, para a qual uma análise de gênero, além de empreender uma crítica sobre os significados feminino/masculino, revelando suas contradições e instabilidades, deve, sobretudo, procurar perceber como visões da ordem social podiam estar sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e defendidas nos termos daquelas mesmas definições (SCOTT, 2012, pp.332 e 347).

É preciso, conseqüentemente, analisar como tais discursos, dentro dessas tramas jornalísticas, contribuía para a construção de identidades genereficadas. Como articulavam representações

¹⁶ Nessa obra, escrita junto com o professor Guillaume Ferrero, o célebre criminologista italiano reafirmava um pensamento recorrente ainda no período: o da inferioridade intelectual e sensibilidades atenuadas nas mulheres. Tidas como característica comum a todo gênero feminino. Ele destacava como inatas nas mulheres normais e potencializadas ao máximo naquelas que eram criminosas: a crueldade, a tendência à mentira, a hipersensibilidade sexual e a falta de gênio, os quais poderiam ser redimidos nas mulheres normais pelo seu instinto materno. Cf. DARMON, 1991, p.62-63.

¹⁷ O discurso jurídico-policial amalgamado ao político tinha grande poder e repercussão dentro das folhas locais, bem como o discurso religioso de vertente católica o qual era profundamente operante dentro de todos esses periódicos e não apenas daqueles de cunho religioso. Embora em menor proporção, o discurso laico (médico-científico) do período começava gradualmente a se estabelecer em debates sobre a organização e controle da sociedade.



simbólicas que, ligadas diretamente ou indiretamente às políticas e práticas de coerção social, reafirmavam normas, leis e parâmetros para organizar a sociedade e evitar contestações ou conflitos.

Aquelas notícias apontam como determinadas narrativas construía, reforçavam e ocasionalmente davam espaço para questionamentos de modelos comportamentais, de honra, de conduta e de moral que eram ou deveriam ser próprios de cada gênero. Como certas caracterizações reforçavam ou negavam diferenças e semelhanças fisiológicas/mentais entre homens e mulheres e acerca de identidades masculinas e femininas.

Interessa, portanto, pensar como os *fait divers* também construía gênero, demarcando, portanto, uma efetiva relação de poder. Atentar para a questão de gênero é fundamental porque possibilita uma visão mais complexa acerca das construções sociais do período e das experiências das pessoas daquela época em relação às formas de sociabilidade e moralidade admitidas ou negadas.

Os textos jornalísticos, assumindo a forma de um *fait divers*, se encontravam num limiar para onde se direcionava aquilo que permanecera, durante muito tempo, território das normas culturais e da organização em sociedade. Eles apontam como se movimentavam as fibras nessa tessitura oitocentista que buscava compor o assujeitamento de determinados grupos subalternizados, aí inclusas as mulheres. Importa, certamente, perceber como eles compunham um espaço estratégico onde convergiam diversas formas de agenciamento que, embora parecessem contradizer-se, cerziam diferentes discursos que se renovavam para garantir a manutenção de determinados papéis sociais (RIOT-SARCEY, 2014).

Seguindo Pedro P. G. Pereira¹⁸, que investiga como os jornais constroem discursos sobre violência e estabelecem imagens sobre masculinidades e feminilidades por meio desses mesmos discursos. É preciso analisar esses textos enquanto um artifício discursivo que se estabelecia no limiar entre informação e ficção¹⁹. Embora existam diferenças, procura-se realizar uma investigação em sintonia com o referido estudo, em relação a hipótese de que esse discurso jornalístico deve ser problematizado e historicizado, enquanto um dispositivo produtor de gênero.

Nas ocorrências destacadas nos *fait divers*, pode-se facilmente perceber diferenças consideráveis entre atos cometidos por homens e aqueles protagonizados por mulheres. Em ambas as narrativas temos uma construção similar acerca do crime, geralmente lesões corporais e assassinatos. Mas, a forma como

¹⁸ Através da análise dos jornais a partir do conceito de “tecnologia de gênero” o autor procura percebê-los como uma tecnologia capaz de articular e reverberar modelos, padrões e visões de mundo que (re)produzem as relações de gênero já estabelecidas.

¹⁹ Tanto o autor mencionado quanto a presente pesquisa buscam problematizar suas fontes a partir do conceito de *cronotopo* de M. Bakhtin (BAKHTIN, 2018, pp.11-12). Entendendo as narrativas analisadas aqui enquanto ambiente constituinte de relações espaço-temporais que capturavam a forma como homens e mulheres eram representados enquanto autores ou vítimas de violência. Como a escrita desses textos institua uma construção discursiva sobre a violência, o comportamento humano, a diferença entre gêneros, classe e raça, naturalizando as formas violência dentro desse discurso entremeadado de literatura e jornalismo.

se elaborava a descrição dos espaços, a atuação desses sujeitos, a temporalidade em que tais fatos ocorreriam ou ainda a forma como se estruturava o personagem principal de cada uma delas, diferia bastante um do outro.

Naqueles referentes a homens criminosos, observava-se que depois de uma introdução dramática, o narrador localizava seu evento e seu personagem principal na espacialidade. Ele tinha origem, embora essa não fosse muito esmiuçada, sendo caracterizado desde o início de forma complexa e tendo suas ações pontuadas em espaços dados a reconhecer na narrativa. Sua apresentação inicial buscava justamente constituir-lo como alguém que atravessava uma significativa transformação:

Lê-se no *Correio Mercantil*, do Rio.

- Um desses crimes espantosos, cuja possibilidade o espírito recusa supor, ainda diante das mais evidentes provas, e que dão ideia da degradação a que pode baixar a natureza humana, acaba de ser praticado em Uberaba, na província de Minas.

- Antonio Soares Ferreira, viuvo ha perto de dous annos, era pai de duas meninas, uma que teria dez annos e outra seis. Desregrado em seus costumes, vendeu o que possuia, e chegou tambem a querer vender a pequena legitima de suas filhas; não o podendo porem fazer validamente, tentou assassina-la! Para esse fim levantou-se de madrugada, tomou a mais nova ao colo e a outra pela mão, conduziu-as a ponte do rabeirão (sic), e ahi atirou na agua primeiramente a que tinha nos braços, e com todo sangue frio atirou também depois a mais velha, não se comovendo com os lastimosos grito (sic) que esta soltava, dizendo: “que não a matasse, que lhe daria sua negra !!!”

Alguem que chegava, ouvindo o choque que produzia o corpo da ultima ao cahir na agua, deu disso noticia; e o povo indignado por tão grande malvadeza, quis assassina-lo, o que não se effectuou, a rogos de José Antonio de tal. Foi porém preso o assassino, e partiu para Ouro Preto bem escoltado.

Por causa da escuridão só foi encontrado um dos corpos, que apesar de serem-lhe empregados todos os esforços da arte, não voltou a vida!

A pessoa que nos informa deste lamental (sic) successo communica-nos que havia chegado a villa um destacamento de deseseis praças commandado pelo tenente do corpo policial da província Brandão, que fora reclamado pela camara e as autoridades locais para acudir as palpitantes necessidades da tranquillidade publica e segurança individual que ali se fazem sentir.²⁰

Esse assassinato havia sido divulgado junto daquela primeira nota que continha diversos crimes de assassinato, já exposta no começo desse texto. Ele lhe complementava e tinha como se percebe, um tamanho bastante superior. O que se explicava não pela violência empregada no crime, mas pelo fato de ter sido realizado pelo próprio pai das crianças. Como já foi dito, a crime ainda era noticiado e comentado muito mais em seus aspectos morais e grotescos que na sua origem social ou *atávica* como muitos iriam supor posteriormente. A figura do pai *assassino* era corriqueira, mas so ocasionalmente recebia tanta atenção, no caso pelo fato das vítimas serem ainda crianças.

²⁰ (BN). Hemeroteca Digital. **Cearense**, Diversas, 28 de outubro de 1853, p. 2

Percebe-se, na narrativa sobre esse pai, uma metamorfose marcada após um momento de crise onde, o personagem principal se transformava em outro e ambas, transformação e ruptura eram partes visíveis no percurso descrito (PEREIRA, 2009). O tempo deixava marcas, era notificado ou datado na narrativa. Desse modo, percebe-se facilmente como o personagem que iniciava o texto, não correspondia completamente aquele que o finalizava. A mudança que o atingiu se havia se dado num espaço reconhecível e suas ações por mais condenáveis que tivessem sido, faziam parte da sua livre iniciativa.

Compare-se então, esse relato com uma trama noticiada pelo jornal *Tribuna Catholica*, que como o próprio destacava inicialmente, republicava aquela nota de outro jornal cearense que já havia exposto a notícia anteriormente. Agora divulgada sob a ótica do órgão oficial da igreja católica cearense:

«**Assassinato por feitiçaria.** – No dia 14 a uma hora da tarde Maria Angelica matou a facadas à Maria Joanna. A muito que esta malvada criatura queixava-se da sua infeliz victima por causa de feitiçaria, e no mesmo dia e quem resolvera tão terrível atentado foi muito cedo ter-se com o delegado, pedindo-lhe providencias.

Dizia esta visionaria que a outra vivia à cozer-lhe a rede com alfinetes, conseguindo espetal-a com um no lado esquerdo, que desde logo ficou dormente e quase insensível. Accrescentava ainda que Maria Joanna, desejando acabar com uma visinha enterrara tres pedras de sal no canto da casa; que a pobre mulher já estava muito amarela, quase a expirar.

O delegado dissuadiu-a de taes busões, e mandou-a embora, aconselhando-a que no caso de sofrer qualquer encommodo em morar perto da feiticeira, mudasse-se.

Ella sahio pesarosa, mas sem dizer nada. Chegando em casa, tem a infelicidade de encontrar-se com a sua rival, e então não duvida empregar-lhe uma porção de facadas, que a deitão por terra sem vida. Tão satisfeita ficou com a acção que praticou, que disse às pessoas, que correrão para o lugar do conflito, que não a prendessem, que ella mesmo ia-se entregar a policia.

Effectivamente tomou o caminho, que dava para lá; mas apenas julgou-se so procurou escapolir-se. Felizmente a policia poude captura-la hontem à noute. »²¹

Nesse segundo caso apresentado, percebe-se uma aparente temporalização direta e perfeita do evento narrado. Ele foi dado a perceber em minúcias, dia e hora fixados. Mas é um artifício destinado apenas ao logro daqueles que o liam despreocupadamente. Ao contrário da personagem do caso anterior, aqui não se localizava sua origem, nem mesmo onde suas ações vieram a ocorrer de forma precisa. Aqui não houve espaço definido, mas também não houve tempo diferenciado sendo instituído.

Como se percebe a violência era naturalizada quase como um essencialismo e era o que dava presença e significado aos personagens. A vida delas, no caso, só adquiria significado e função pelo ato de violência a partir do qual ganhavam existência também. A personagem principal, nessa segunda notícia, não passou por nenhum grande momento de transformação. Ela iniciava a narrativa certa de suas

²¹ (BN). Hemeroteca digital. *Tribuna Catholica*. Noticiário - lê-se na Constituição, 24 de maio de 1868, p. 3

queixas e convicções e nada aponta para qualquer outra temporalidade, ação ou evento que manifeste na trama uma mudança profunda na sua personalidade.

Como se percebe, essas narrativas reconstruíam tramas que absorviam esses personagens e seus percursos “reais”, mas que operavam de forma diferenciada, expondo nas colunas dos jornais oitocentistas, muito das diferenças de classe, gênero e raça. O relato sobre performances criminosas femininas se diferenciava consideravelmente daquele de crimes cometidos por homens. Assim como os crimes cometidos por membros das classes altas se diferenciavam daqueles realizados por mais desafortunados e não brancos. Os primeiros tinham suas próprias formas de lidar com a criminalidade, não passando na maioria das vezes, pela exposição dos mesmos nos jornais (SOIHET, 2009).

A banalização dos crimes nos jornais, algo notório já no século XIX, apenas reafirmava aquelas diferenças. Supostamente, haveria, portanto, lugares e espaços mais violentos, determinados (nas narrativas) quase que pelo acaso, onde o crime e os criminosos agiam conforme sua *natureza*. Logicamente esses eram os espaços rotineiramente já ocupados por populares (KALIFA, 2014). Neles, o tempo e o espaço eram abstratos, não se tornavam parte das histórias contadas, permaneciam como meros detalhes. Da mesma forma, como aponta Pedro P. G. Pereira, a violência de gênero também era construída e naturalizada dentro dessas narrativas, pois mesmo quando eram mulheres que cometiam crimes, seu papel permanecia secundário, elas não se constituíam como sujeitos de suas tramas.

Aquelas notícias construíram, involuntariamente, uma zona para explorar características específicas da cultura letrada junto de tradições populares daquele período. Essas tramas uniam a curiosidade, um interesse mórbido pelo perverso e pela violência, ao mesmo tempo em que encaixavam essas estruturas narrativas no suporte periódico destacando-as de outros gêneros já existentes (GUIMARÃES, 2013).

Violência essa que era rotineiramente experimentada fora das folhas dos periódicos, o que ajuda a questionar a ideia tradicional de um poder masculino disseminado e consolidado de forma indistinta por toda uma sociedade. De igual modo, leva a perceber que a superioridade física dos homens nunca foi um obstáculo de fato para as mulheres nesse período (ENGEL, 2000).

As narrativas sobre crimes femininos embora abarcassem certa diversidade temática, ficava constantemente girando em torno de perfis que rompiam com modelos de moral e passividade comumente defendidos para as mulheres nesse período. O que faz crer que embora fossem construídos no intuito de fazer repercutir não apenas o crime, mas a desonra e imoralidade presentes nesses atos quando cometidos por mãos femininas, eles conseguiam também entreter um grupo de leitores/ouvintes que tinha certo apreço por esse tipo de relato.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

O que os *fait divers* faziam de diferente era que eles tinham a capacidade de aproximar o discurso oficial presente nos periódicos da linguagem e entendimento no nível do *sensu comum* daquela época, podendo assim, serem mais efetivos. Afinal, relatar o crime naquele período ainda era como construir uma estória nos moldes dos antigos contos infantis, onde os personagens não tinham real autonomia, estavam entregues à capacidade criativa e à disposição do narrador que lhes guiava.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo**. São Paulo: Editora 34, 2018.

BRAGA JÚNIOR, Walter de Carvalho. **Mulheres criminosas: transgressão, violência e repressão na fortaleza do século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

CASTAN, Nicole. Criminosa. In: DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette (dir). **História das mulheres no Ocidente**, v. 3: do Renascimento à Idade Moderna. Tradução de Alda Maria Durães... [et al.]. Porto: Edições Afrontamento, Ltda., 1991.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na “Belle Époque”**: a medicalização do crime. [Tradução Regina Grisse de Agostino]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). In: **Topoi**, Rio de Janeiro, n.º.1, jan-dez 2000, pp. 153-177.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Editora Brasiliense s. a., 1984.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: jornais Pedro II, Cearense e Constituição**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: FRAISE, Geneviève; PERROT, Michelle (dir.) **História das mulheres no Ocidente**, vol.4: o século XIX. [Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves]. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

GUIMARÃES, Valéria. **Notícias diversas: suicídios por amor, leituras contagiantes e cultura popular em São Paulo dos anos dez**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. (Coleção Histórias de Leitura).

KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, v.15, n.28, p.287-307, jan-jun.2014.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de (orgs). **História da Imprensa no Brasil**. 2ª.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MUCHEMBLED, Robert. **História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

NOBRE, Geraldo. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, [1974], 2006.



PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violências e tecnologia de gênero: tempo e espaço nos jornais. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(2): 344, maio-agosto/2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** [Tradução Angela M. S. Côrrea]. São Paulo: Contexto, 2007.

RIOT-SARCEY, Michèle. Michel Foucault para pensar o gênero: sujeito e poder. In: **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour.** Organização Danielle Chabaud-Rychter et al. [Tradução Lineimar Pereira Martins]. 1ª. ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. Os usos e abusos do gênero. In: **Projeto História**, São Paulo, n.45, dez. 2012, pp.327-351.

SODRÉ, Muniz. **A Narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** 10ª. ed. 2ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. Relações de gênero e formas de violência. In: BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; MOURA, José Francisco de (orgs). **Violência na História.** Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2009.

VIEIRA JÚNIOR. Antonio Otaviano **A família na seara dos sentidos: domicílio e violência no Ceará (1780-1850).** Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

“GOD MADE THEM AND THE DEVIL GATHERED THEM”: NARRATIVES, GENDER, AND CRIME THROUGH FAIT DIVERS IN NEWSPAPERS (FORTALEZA, 1850-1890)

Abstract: This article seeks to analyze the creation of criminal narratives starring women and linked to nineteenth-century Fortaleza newspapers. To this end, we point to the significant production and circulation of reports with themes focused on brutal, unusual, and grotesque crimes within the periodical support studied. Likewise, we seek to discuss how fait divers, then on the rise within newspapers, was appropriated in its characteristics and narrative formulas to perpetuate traditional discourses about morality, femininity, and criminality.

Keywords: Newspapers. Narrative. Crime.



LUÍZA TÁVORA, "MÃE DOS POBRES": A CONSTRUÇÃO E OS USOS POLÍTICOS DE UMA IMAGEM NO CEARÁ (1960-1980)

Norma Sueli Semião Freitas¹

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar a atuação da primeira-dama Luíza Távora, buscando entender, a partir de sua figura pública, como ela articula relações entre gênero, política e religião, durante as décadas de 1960-1980, no Ceará. Luíza Távora desenvolveu ações de cunho social que lhe atribuíram destaque como mulher e como primeira-dama. Ela ao participar diretamente na execução dos projetos de assistência social do governador Virgílio Távora, ganha notoriedade ao ponto de ficar conhecida como “mãe dos pobres”, tendo em vista que o Estado passou a possuir o controle do processo, enquanto, anteriormente, era a Igreja a principal articuladora das atividades de assistência à pobreza (ALENCAR JÚNIOR, 2006). Luíza Távora, assim, soube utilizar bem o lugar de primeira-dama nos espaços de poder para ultrapassar os limites de “bela, recatada e do lar”. A sua figura central, altiva, imponente, aparece sempre, ou quase sempre, no meio dos homens de poder. Logo, a análise dessa figura permite problematizar as relações entre público e privado, tendo em mente que as primeiras-damas “se lançaram na esfera pública a partir da sua condição de seres privados” (SIMÕES, 1985); e, ao mesmo tempo, buscar compreender as maneiras como essa personalidade interveio na área social, como parte das políticas públicas. Na perspectiva do gênero, sua percepção, por vezes, limitada ao feminino e presa às dimensões do corpo e da vida privada, é superada por uma dimensão que avança sobre os espaços públicos da política, da cultura e da religião. Portanto, busca-se compreender as relações de poder que existem entre homens e mulheres, ligadas à cultura machista; bem como entender como são criadas normas de gênero e construídos discursos e imagens que mobilizam o feminino (mulher, mãe, caridosa), sob o signo cristão, como estratégia política.

Palavras-chave: Gênero. Política. Religião. Primeira-dama.

Introdução

Este artigo objetiva refletir acerca da atuação da primeira-dama Luíza Távora, buscando entender, a partir de sua figura pública, como ela mobiliza gênero e política, em dois períodos (1963-1966 e 1979-1982), no Ceará.

O percurso de Luíza esteve frequentemente atravessado pelo poder. Na esfera pública, usufruiu do cargo de primeira-dama para estreitar laços e ampliar relações e influências. Na esfera privada, desfrutou de uma vida regada a privilégios. Filha de juiz e professor universitário, era branca, proveniente de família de destaque nos círculos de poder. Todavia, como os âmbitos público e privado têm fronteiras permeáveis, a mulher Luíza teve que lidar com os tradicionais papéis de mãe e esposa, ao mesmo tempo

¹ Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: sufreitas2009@gmail.com.



que, evidenciava-se como a figura pública que assumia o papel de primeira-dama. E, desse modo, soube teatralizar sua condição de mulher, capitalizando a partir dessa posição, lugares de visibilidade.

Esses papéis sociais, de mulher e esposa, numa primeira visada, limitavam sua força, enquadravam sua figura de sujeito em posições específicas no jogo do poder. No entanto, paradoxalmente, davam-lhe condições de fortalecer sua imagem como primeira-dama, ajudando a tornar sua existência válida e exemplar.

Independentemente de sua imagem, a despeito de suas marcações sociais (branca e oriunda de família de destaque), Luíza, e outras primeiras-damas, como, por exemplo, Darcy Vargas, representam uma personagem privada (a mulher/esposa do mandatário) que se torna uma figura pública (a primeira-dama). Essa personagem, portanto, cumpre também o papel de humanizar os homens de poder. Como um semióforo, a primeira-dama indica um percurso, um caminho, que liga as duas esferas da existência dos homens de poder, quais sejam: a pública e a privada.

A primeira-dama, assim, é acionada para dar visibilidade à imagem ordinária do homem político, mostrar que ele “é igual aos demais”, pois tem família, filho, casa. É a partir da instituição primeiro-damismo, portanto, que, muitas vezes se apresenta a dimensão confidencial, reservada, particular da vida do homem do poder. Paradoxalmente, o mandatário ao expor sua faceta ordinária, cotidiana, familiar, isso não o enfraquece, mas fortalece ainda mais o seu poder.

Há ainda que se notar que a primeira-dama faz o percurso inverso ao entrar no mundo da política. Ela vai do privado ao público, diferentemente do marido, consorte, que vai do público ao privado. Quando um governador, por exemplo, tem uma esposa e a apresenta à sociedade, essa mulher sai do campo privado e vai para o público, portanto. Mas se o governador faz o movimento inverso, ele sai da esfera pública e volta para a privada.

No caso de Luíza, ela continua presente na memória do Ceará, principalmente na capital, Fortaleza, a partir de dois movimentos. De um lado, frequentes reportagens e homenagens atravessam o tempo, e, não raro, evocam sua memória, mobilizando os epítetos com os quais ela era tratada, quando ocupava o cargo de primeira-dama. Assim, expressões como “a mãe dos pobres”, “a irrepetível”, “a grande mãe”, são rememoradas quando surgem quaisquer menções ao nome de Luíza Távora. Por outro lado, a monumentalização de seu nome em lugares públicos como praças, ruas e escolas contribui para que sua memória permaneça em evidência.

Luíza Távora, desse modo, é uma personagem histórica, que marca a vida pública, no Ceará, desde os anos 1960. Afinal, como dissemos, Luíza é um nome constantemente lembrado, quando, por um motivo qualquer, se deseja tratar da relação mulher-poder, no Estado do Ceará. De imediato,

deixamos claro que não se trata da elaboração de um discurso laudatório sobre a personagem, mas pensar como essa figura e suas histórias, nos ajudam a entender a relação entre história, memória, e gênero.

A partir dessa perspectiva, buscamos entender como se dá a fabricação da imagem de Luíza na/para a sociedade e perceber como as construções sociais fazem parte das percepções do Brasil que o regime militar se empenhou em projetar. Além disso, refletir como Luíza joga com as condições identitárias de mulher, mãe, esposa caridosa, sob o signo cristão, de modo que sua memória é frequentemente evocada por meio de suas palavras e dos outros, compondo uma construção mítica da primeira-dama.

Luíza Távora: a construção e os usos políticos de uma imagem no Ceará

As demandas políticas de cunho caritativo empreendidas por Luíza Távora criaram o cenário para que ela fosse apelidada de “grande mãe” e “mãe dos pobres”. Enquanto isso, “os meios de comunicação apresentando Virgílio Távora como o salvador” (AZEVEDO, 2002, p.64). Essa construção social de Luíza como “mãe dos pobres”, santa, fortalece os laços sociais pautados na caridade, no cuidado, no assistencialismo, bem como esse sentimento de pertencimento e de proximidade constituem os dispositivos de poder que são evocados para erigir a imagem da primeira-dama ao lado do marido.

Da mesma forma, ao pensarmos a questão da pobreza, a caridade e a repressão coexistem, ora de força ora de fraqueza, haja vista que “a caridade pública, objetiva muitas vezes a sua projeção social, o que se consegue através da imprensa e de seu registro em sermões, discursos (...), nomes de ruas e praças (..) independentemente do gênero, se homem ou mulher” (LAPA, 2008, p. 28). Assim, quando o autor perscruta a institucionalização do assistencialismo através da Igreja e do Estado em seus estudos, nos ajuda a pensar como tal relação é munida por dispositivos do universo político e da religião católica, que carrega em si uma série de encadeamentos socioculturais e históricos.

A partir desse pressuposto, analisar a atuação da primeira-dama Luíza Távora, mulher de elite, nos leva a avaliar outra abordagem relevante que nos parece pertinente, que é a participação das mulheres no apoio à ditadura, uma vez que os estudos há um certo tempo estiveram voltados para a resistência, e a participação das mulheres de esquerda em relação à ditadura civil-militar, nas organizações e guerrilhas, por exemplo. E, agora, há um cenário que se redesenha na última década, no qual há um processo de reatualização, de olhares remodelados alusivos às pesquisas sobre as direitas no Brasil, e a atuação feminina conservadora (CORDEIRO, 2021), tendo em vista que a ditadura não se deu isolada da sociedade, ela aconteceu nela. Esse pensamento desemboca na premissa que um regime de exceção não

é permeado apenas por resistências, mas por meio do apoio, do aquiescimento de uma parcela da coletividade vigente.

A mobilização de identidades de gênero, portanto, fomentou o apoio ao período de exceção, como forma de identificar as principais formas de construção e distribuição de discursos relacionados ao gênero, à moral, ao forte apelo religioso com conotação cristã e ideário anticomunista (DUARTE, 2014). Nesse cenário, Luíza Távora movimentava princípios éticos, morais e sociais concordantes com o sistema de valores da ideologia dominante; ao mesmo tempo nos permite averiguar como a figura da mulher aparece como constituinte de uma política pautada em novas formas de sensibilidade e emoção, isto é, aliada ao processo de ereção da sociedade autoritária.

Partindo dessa premissa, Luíza evoca diversas marcas identitárias, e joga com elas, a fim de erigir e performar a sua personalidade política. Logo, o que mobiliza não é o gênero, mas a sua figura pública, haja vista que as marcas identitárias (mulher, mãe, católica, direitista, elitista, popular, primeira-dama) são, no fundo, linhas de atração em torno das quais orbita, mobilizada, sua imagem pública.

É importante o entendimento, portanto, que Luíza Távora não tinha um cargo público e sim, uma função política. Isso sob o ponto de vista que o primeiro-damismo surge, efetivamente, a partir do século XX no Brasil, de tal maneira que as mulheres dos governantes são convocadas a intervir no social, por meio da benevolência, de práticas assistenciais no combate à pobreza. Para Amaral (2007), a figura da primeira-dama é componente crucial para consolidar o poder e a legitimidade do marido, de forma tal que promove a produção de discursos que são mais aceitos se vistos pelo o papel da mulher.

Gênero e política: a fabricação de uma imagem pública

Eu nunca tive outra vida, isto tudo que as outras mulheres fazem: enrolar os cabelos, passar um creme no rosto, botar roupão, eu nunca fiz. Desde o primeiro dia em que me casei que o meu quarto era um escritório. Eu nunca tive a hora do almoço e do jantar só para a família. Pela manhã, na minha casa, sempre tinha os políticos, os prefeitos e os vereadores. Eu já amanhecia toda pronta. Se o Virgílio ia se vestir, os políticos iam todos para dentro do quarto. Quer dizer, o meu quarto, pela manhã, passava a ser a sala de Virgílio. Então, essa outra vida eu não sei, porque nunca tive (CARTAXO, 1988)

A fala acima se refere a uma entrevista publicada no jornal O Povo, cuja matéria intitula-se “Depoimento de uma grande dama”. Na reportagem, Luíza transita entre o público e o privado quando se mostra desprendida de sua vaidade, de sua privacidade, e atribui essa renúncia ao casamento. Na verdade, ela troca uma ideia de vaidade por outra. Não uma vaidade sobre seu corpo, mas, onde escolhe apresentar-se como uma mulher pública e poderosa, capaz de lidar e conviver com o poder. Aliás, se por um lado o quarto, cujo lugar deveria ser o íntimo e particular do casal, constitui-se, em certa medida, em um lugar público reservado à política; por outro, nos remete ao privado quando os políticos adentram o

quarto pela manhã. Além disso, em seu discurso não há momentos dedicados exclusivamente à família. Pelo contrário. Imprime em sua voz uma doação maior ao trabalho, à política, à vida pública de Virgílio. Por intermédio de sua fala, Luíza performa sua imagem recorrendo à simplicidade, à abnegação de sua vida pessoal, privada, e a imprime no público.

Esse ponto de vista demonstra um tensionamento que nos leva a refletir acerca das relações de gênero enquanto relações de poder, e nesse contraponto, a dominação não se estabelece apenas no masculino, mas constituído por meio dos jogos relacionais.

Com base nisso, analisar a atuação de Luíza Távora, a partir da construção de sua figura pública por diversos olhares, inclusive o próprio, nos leva a refletir como ela mobiliza as relações entre gênero, política e religião, no Ceará, durante as décadas de 1960 a 1990. Do mesmo modo, as relações entre o público e o privado estabelecidas por Luíza Távora como “mãe dos pobres”, “mãe dos filhos”, primeira-dama, gestora de ações do Estado e também do lar, integram os construtos sociais das teias da memória.

Simili (2008), ao estudar a figura de Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, presidente da República do Brasil, nos fornece embasamento para entendermos como se erige a fabricação de uma imagem pública, quando diz:

Na construção dessa mulher pública, é possível identificar aquilo que Darcy Vargas emprestou e deixou à disposição do Poder no Exercício do presidente: suas habilidades pessoais, sua simpatia, sua maneira de ser, enfim, "seus gestos, posturas, olhares e comportamentos da mulher que ela era". Desses e com esses materiais, foram elaborados seus poderes sociais, políticos e simbólicos", que ela utilizou no exercício de seu poder (SIMILI, 2008, p. 161).

Aqui se percebe uma apropriação e produção de significados para os corpos, gestos, posturas como capital político e simbólico no processo de construção da mulher pública, os quais foram transformados, assim, em instrumentos das relações de gênero (SIMILI, 2012, p.123). Isso nos leva a reflexão de como as relações de poder criam estratégias identitárias “que recrutam sua vontade própria, mas, afora isso, é tributária de construções da teia de identidades tecida por aqueles que o cercam”, afirma François Dosse (2015, p.320) e, ao mesmo tempo, as conduz na busca de uma personagem condizente com discursos, atos e imagens, aos olhos de si e dos outros.

Sposati (2002) destaca essa instrumentalização da memória como “‘a arte da política’ da esposa do político mostrando o caráter humanitário do governo, agindo como apêndice do governante para área de ação social sob ótica totalmente assistencialista” (SPOSATI, 2002, p. 09). A autora expõe que se trata de mulheres atuando, por vezes como coadjuvantes, por outras como protagonistas, ou seja, com menor ou maior autonomia, mas agindo em apoio ao governo vigente. Percebemos, por seu turno, essa “carta

branca” dada à Luíza Távora por Virgílio, em certa medida, e à cumplicidade que perpassa a esfera privada e atravessa a pública, quando ela menciona:

O Virgílio sempre me deu inteiro apoio em tudo o que faço, principalmente, porque sabe que procuro fazer as coisas certas. Endossamos, sem perguntas, qualquer ato um do outro. Quando, certa vez, inauguravam o retrato seu numa obra, ele pediu para que colocassem o meu, já que fora eu quem tocara aquela obra do começo ao fim. O retrato foi trocado. Conto esse fato, um entre muitos, para demonstrar a segurança e o desprendimento do meu marido (CARTAXO, 1988).

Nas narrativas articuladas por Luíza podemos perceber um culto à autoimagem quando menciona que o retrato de Virgílio foi trocado pelo seu. Ao mesmo tempo, ela tenta empregar um tom de benevolência no trabalho exercido em prol do povo e chega a destacar que toda essa “bondade” vem de berço quando afirma que seu “vovô achava que quem não vivia para servir não servia para viver. Mamãe seguiu isso desde pequena, muito antes de conhecer papai” (Jornal O Povo, 11/05/2014). Daí que o legado de Luíza aparece como àquele que a liga ao cuidado com os filhos e à prática da caridade, de ajuda aos combalidos de toda sorte e do amor cristão ao próximo, valores de uma família adepta do catolicismo (MEDEIROS, 2012) e não como “obrigação” de primeira-dama, como ela emprega em sua fala, a seguir:

Gosto sempre de repetir que mulher de governador não é governadora. Não tem obrigação de fazer nada. Isso de primeira-dama é coisa transitória. Melhor ser uma grande dama que é coisa permanente, como diz minha irmã Nícia. Portanto não se deve cobrar, nem falar mal de uma primeira-dama que não chegou a realizar aquilo que os outros acham que ela deveria fazer. (BRASILEIRO, 1983)

Dessa maneira, a construção simbólica da imagem pública de Luíza Távora que predomina no imaginário coletivo – também constituída da fala/apresentação de si – de referencial de primeira-dama, benevolente, “mãe dos pobres” faz parte de uma elaboração social em torno de sua memória. Além de uma grande dama, ela busca representar um modelo padrão da mulher de elite do Ceará, casada, mãe de família, católica; e como parte das políticas de gênero, as tramas da monumentalização de sua memória, de sua imagem, dos gestos, dos discursos, das práticas, arquetizam-se os usos sociais que se carregam de significação. Ora, no meio às narrativas de memória com enfoque na forma que Luíza se autoapresenta, se por um lado percebe-se a imbricação de práticas e representações constituídas por aspectos socioculturais e políticos; por outro lado, “[...] a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a ‘sua verdade’” (GOMES, 2004, p.14).

Vale ressaltar que a imagem pública de Luíza Távora também é construída pelas palavras dos outros, haja vista que há uma personificação de sua figura na memória coletiva produzida pelo discurso midiático, sobremaneira, pelos jornais, devido a sua estreita relação com a imprensa local. Atrelado a isso, essa fabricação simbólica que enreda sua trajetória, sua imagem, também se faz presente nos discursos políticos:

Da mãe, a saudosa, Dona Luíza Távora, nosso inesquecível companheiro [Carlos Virgílio] recebeu a lição da generosidade humana, do sentimento fraterno, do amor ao próximo, virtudes que a imortalizaram como a eterna Primeira-Dama no coração e na saudade do povo simples que ela tanta amava. (Presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, in BRASIL, 2001, p.702) [...] [Virgílio Távora] [e]ra casado com uma mulher que acompanhava pari passu a peregrinação do esposo, Luíza Távora, digna também de reconhecimento pelo amparo dirigido aos mais necessitados, dando efetivo cumprimento a sua frase tradicional: “O nosso trabalho de ação social é um ato constante de amor ao próximo” (Deputado José Linhares in BRASIL, 2001, p.718)

Os referidos discursos integram à sessão solene de homenagem póstuma ao filho de Luíza Távora, Carlos Virgílio, Deputado Estadual, realizada em 22 de março de 2001, na Assembleia Legislativa do Ceará. Na ocasião foi exaltada sua personificação como mãe, esposa, primeira-dama, e aspectos como os de caridade e amabilidade, elementos que propiciam sentimento de pertencimento e aproximação do povo.

Sobre o assunto, o depoimento abaixo comunga com tal premissa:

O Ceará é visto, pois, da seguinte maneira: - antes de Luíza e depois de sua incansável atividade em prol dos desprovidos de recursos econômicos. Mas, seja como for, indiscutivelmente, Luíza sempre visou, acima de tudo, a dignidade humana. É muito amplo o elenco de sua profícua ação em tudo que diz respeito ao campo vastíssimo da ação social, em cujo trabalho não faz discriminação de natureza ideológica, fisiológica, religiosa e política. A todos se dedica sem fronteiras, isto porque, o seu imenso trabalho se volta, exclusivamente, para dignificar a pessoa humana (BRASILEIRO, 1983).

O mencionado relato dá destaque ao trabalho dispendido pela primeira-dama com a preocupação de frisar que era feito sem qualquer discriminação, ao mesmo tempo que faz uma separação temporal de “antes” e “depois” de Luíza na condução das políticas públicas sociais no Ceará. Ademais, há uma busca de manter sacralizada sua imagem, pois há uma tentativa de dissociar o “lugar” de Luíza do lugar do marido, isto é, de um governante em um regime ditatorial. No entanto, não podemos perder de vista que a política assistencialista conduzida pela primeira-dama fazia parte da “cortina de fumaça” que buscava amainar a real situação da população cada vez mais marginalizada na periferia de Fortaleza (AZEVEDO, 2002, p.58), enquanto o governo destinava o dinheiro público para a realização de obras faraônicas vinculadas aos interesses das elites, desconsiderando as reais necessidades do povo naquele momento.

Em face do exposto, o depoimento abaixo do ex-deputado Aquiles Peres Mota, compactua com a ideia de que mesmo após o falecimento de Luíza, busca manter no imaginário coletivo uma imagem ilibada da primeira-dama como parte da monumentalização de sua memória, construída com o argumento da caridade para com os “menos favorecidos”:

Com a mesma naturalidade que andava de pés descalços nas favelas, Luíza Távora circulava nos salões da burguesia do Estado. Tinha uma preocupação especial com as crianças, mães solteiras, menores, **prostitutas** e velhos. Seu trabalho não tinha o peso da fadiga nem da tibieza. Era executado. A ação político-social de Luíza não ficava restrita às fileiras do seu partido. Atendia a qualquer um independente da cor partidária. Perdemos a grande personalidade feminina dos

últimos 40 anos. A partir de hoje, o Ceará fica mais pobre (Jornal TRIBUNA DO CEARÁ, 1992a) [grifo nosso].

Em uma primeira análise, o jornal alternativo Mutirão, no que tange a essa “preocupação” com as prostitutas externada no texto supracitado, apresenta registro dissonante em relação a essa invenção da memória e demonstra como uma construção jamais é blindada quando submetida ao olhar do outro. O jornal concedeu voz em suas breves páginas às mulheres do Farol, bairro pobre e de elevada prostituição, perante a uma matéria publicizada em um dos jornais de grande circulação, O Correio do Ceará.

Esse jornal publicou em 03/12/1979 uma reportagem intitulada “Dona Luíza quer salvar as crianças; nos sorrisos de uma noite de amor a vítima é o menor; queda e morte do ‘curral das éguas’”. A matéria foi publicada após visita da primeira-dama ao bairro. Na ocasião seriam abordadas as necessidades dos moradores, especificamente, sobre a questão de fornecimento de água, creche e possível desapropriação dos moradores, segundo os habitantes do Farol. Todavia, ao se depararem com a discrepância da reportagem, as mulheres procuraram o jornal Mutirão pedindo espaço de refutação e acusaram Luíza de mentirosa. Após a escuta dos depoimentos, o jornal anunciou a seguinte manchete de capa: “Moradores do farol revoltados com Luíza Távora”, precedida da matéria “Dona Luíza mentiu”. No texto de abertura, encontramos a revolta dos moradores estampada em forma de escrita:

Diariamente os jornais que recebem subvenções do Governo Estadual vem divulgando as visitas de dona Luíza Távora, ‘primeira dama’ do Estado, a alguns bairros de Fortaleza, aparentemente em forma de matéria paga (apesar do tom de ‘reportagem’ com que seus autores procuram revestir os acontecimentos). Uma dessas reportagens, contudo, pela ênfase com que abordou uma visita da ‘primeira dama’ ao Farol, provocou revolta entre os moradores da área, incluída pela matéria no plano de ‘desfavelamento’ do Governo. [...] A conclusão das mulheres do Farol, que procuraram MUTIRÃO para dar sua versão dos acontecimentos: ‘foi um amontoado de mentiras desrespeitosas’. Todas se sentiram insultadas mais uma vez e considerando o fato mais grave porque o insulto partiu da ‘primeira-dama’, a mulher do governador do Estado. (Jornal MUTIRÃO, 1980, p.4)

Conforme os depoimentos das mulheres que sucedem à matéria, elas evidenciaram que a primeira-dama não deu atenção às reais necessidades delas. Pelo contrário. Demonstrou mais interesse em saber quanto elas ganhavam com a prostituição. Como repercussão dessa tiragem, Virgílio adquiriu todos os exemplares impressos contendo a matéria, proibiu a impressão do jornal nas gráficas do estado e passou a perseguir o jornal (BIZERRIL, 2019, p. 120-121).

Pelo viés de uma segunda análise, podemos perceber a constituição da imagem de uma primeira-dama como uma mulher simples – perfil que a “aproxima” do povo, a partir de uma imagem idealizada dela – e personalidade única, uma vez que circula entre o público (favelas) e o privado (fileiras do seu partido). Outrossim, a sua perda é representada por uma construção própria de seu “capital político”

(BOURDIEU, 2003) ligada à área social e a condução de demandas populares, quando afirma que “o Ceará fica mais pobre”, pois há uma perda simbólica da “personalidade feminina” que “olhava para os menos favorecidos”. Por esse lado, Torres (2002) especifica:

[...] a assistência social é associada à bondade dos governantes pelas mãos ‘generosas’ das primeiras-damas. [...] Na verdade, a relação de dominação, sob o eu do paternalismo que as primeiras-damas mantêm com os usuários dos serviços sociais, constitui uma face cruel da opressão que conduz à passividade, tratando esses usuários como seres dependentes desse tipo de serviço. (TORRES, 2002, p. 93)

Tal prerrogativa pode ser apreendida pelas vozes que ecoavam à época, a seguir:

Para essa gente humilde que a nominou “**mãe dos pobres**” costumava abrir as portas de seu endereço a qualquer hora do dia. Quando primeira-dama, a Sra. Távora costumava deixar circular entre os “socialites”, em palácio, a petizada carente que assistia. (Jornal TRIBUNA DO CEARÁ, 1992b) [grifo nosso]

A morte de Luíza é uma perda para o Ceará e seu povo, pois ela foi a grande figura feminina do Estado, nos últimos tempos. Era uma mulher de fibra e grande companheira de Virgílio Távora. Era a **mãe dos pobres**, amada e respeitada por todos, principalmente por aqueles menos favorecidos pela sorte (Jornal TRIBUNA DO CEARÁ, 1992a) [grifo nosso]

Percebe-se em ambos os depoimentos, que a invenção identitária de Luíza Távora como “mãe dos pobres” é forte no imaginário coletivo. Janaina Cordeiro (2009), entretanto, pondera sobre essa edificação, alertando que se deve atentar que se trata:

[d]o próprio discurso dos grupos femininos de acordo com o qual, as mulheres surgiram na vida pública do país como mães, esposas e donas-de-casa preocupadas com a crescente infiltração comunista no país. Ora, nada mais apolítico do que a palavra mãe e, portanto, esta ‘categoria’ representaria uma certa coesão social, uma aliança entre o público e o privado. (CORDEIRO, 2009, p.23).

Concernente ao assunto, no depoimento seguinte podemos perceber que há um discurso recorrente de benevolência e de relação “afetuosa” nas instâncias públicas estabelecidas pela primeira-dama. Além disso, a fala nos leva a indagar, quais as outras cidades interioranas que Luíza Távora aparece com tanto destaque na feitura de suas obras sociais, tal como em Fortaleza. Vejamos:

[...]Querida, unanimemente, pelos seus comandados, contava com eles, irrestritamente, toda vez que diligenciava, no sentido de objetivar alguns dos seus projetos, na intenção de melhorar as condições de vida das pessoas pobres da periferia de Fortaleza. Daí, o sucesso, precedentes, que teve ao executar, paulatinamente, com firme determinação, o seu grandioso plano de assistência social, nesta capital e em algumas cidades interioranas, ou adaptação de prédios próprios, onde passaram a funcionar com pleno sucesso. (PINHEIRO, Livínio V. apud BARRETO, 2000, p.129-130)

Dessa forma, percebe-se uma prevalência da força do privado sobre o público, quando as evocações das condições de mãe, esposa, católica fazem frente a mulher da política. Isso a partir da perspectiva que a política enquanto campo de forças é atravessada, a rigor, por relações de poder, de gênero, ao mesmo tempo que o poder não é sinônimo de violência, opressão, mas constituído também por relações afetivas, culturais. Em vista disso, no processo de elaboração da personalidade pública de



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Luíza Távora sobressai-se no imaginário coletivo uma grande mobilização das sensibilidades, formas de reconhecimento e socialização, entendendo-se que essa prerrogativa dá-se pela própria constituição do poder como uma relação social capilarmente construída e movida por interesses e forças diversas.

Referências

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. Virgílio Távora: O Coronel modernizador do Ceará. 2006. 325f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós -Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), Universidade Federal do Ceará. 2006.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão solene, de 22 de março de 2001. Homenagem póstuma ao ilustre Deputado Carlos Virgílio Távora. Fortaleza, CE: Câmara dos Deputados, 2001, p.701-737. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/plenario/notas/solene/hv220301.pdf>. Acesso em: 28.03.2021.

BRASILEIRO, Núbia. Luíza Távora – Depoimento. O Povo. Fortaleza, 06 ago. 1983. Suplemento Fame

BRITTO, Clovis Carvalho. “Petrificado fiquei! Ainda hoje, até agora”: usos do passado, memória topográfica e monumentalização do poeta João Sapateiro em Laranjeiras/SE. História, histórias: Brasília, vol. 3, n. 6, 2015.

BURKE, Peter. A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CARTAXO, Jorge Henrique. Confissão de uma Grande Dama. O Povo, Fortaleza, 24 jul.1988.

CORDEIRO, Janaína Martins. Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela. Democracia e a Ditadura no Brasil. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009.

CORREIO BRAZILIENSE. Coluna Variedades, Brasília, 04 nov. 1980.

DUARTE, Ana Rita Fonteles & LUCAS, Meize Regina (orgs). As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira: 1964 -1985. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: F.A. Novais & N. Sevcenko (orgs). História da vida privada no Brasil 3 – República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva. Primeiro – damismo no Ceará: Luíza Távora na gestão do social. 2012. 138f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Acadêmicos em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2012.

MOTA, Maria Aparecida dos Santos. “Bela, Recatada e do Lar”: Gênero, Política e Redes Sociais. 2017. 92f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2017.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

MUTIRÃO. Moradores do farol revoltados com Luíza Távora. Nº 19, de 01 a 15 jan.1980.

NASCIMENTO, Patrícia Pereira. Nunca fui primeira dama: autoficção e memória na reconfiguração de uma nação. 2019. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura e Práticas Culturais) – Programa de Pós-Graduação em Letras, UFGD, Dourados-MS.

PONTES, Bruno. Dona Luíza Távora, a irrepetível. Jornal O Povo, Fortaleza (CE), 11/05/2014.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAMPAIO, Thiago. Inaugurado o Centro de Rendeiras Luíza Távora que vai movimentar a economia em Aquiraz. Fortaleza, CE: 22/dez/2017. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2017/12/22/inaugurado-o-centro-de-rendeiras-luiza-tavora-que-vai-movimentar-economia-em-aquiraz/>. Acesso em: 03/04/2021

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SIMILI, Ivana Guilherme. Políticas de gênero na segunda guerra mundial: as roupas e a moda feminina. Acervo, RJ, v. 25, nº 2, p.121-142, jul/dez.2012.

SIMILI, Ivana Guilherme. Mulher e Política: A Trajetória da Primeira-Dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP. 2008.

SPOSATI, Adaílza. Prefácio. In: TORRES, Iraíldes Caldas. As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TORRES, Iraíldes Caldas. As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 14. fev. 1992^a

TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 15. fev. 1992^b

Luíza Távora, “Mother Of The Poor”: the construction and political uses of an image in Ceará (1960-1980)

Abstract: The present work aims to analyze the performance of First Lady Luíza Távora, seeking to understand, based on her public figure, how she articulates relationships between gender, politics and religion, during the 1960s-1980s, in Ceará. Luíza Távora developed social actions that gave her prominence as a woman and as first lady. By participating directly in the execution of governor Virgílio Távora's social assistance projects, she gained notoriety to the point of becoming known as “mother of the poor”, considering that the State now has control of the process, whereas, previously, it was the Church is the main coordinator of poverty assistance activities (ALENCAR JÚNIOR, 2006). Luíza Távora, therefore, knew how to make good use of her position as first lady in spaces of power to overcome the limits of “beautiful, modest and homely”. Its central, proud, imposing figure always appears, or almost always, among men of power. Therefore, the analysis of this figure allows us to



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

problematize the relations between public and private, bearing in mind that the first ladies “launched themselves into the public sphere from their condition of private beings” (SIMÕES, 1985); and, at the same time, seek to understand the ways in which this personality intervened in the social area, as part of public policies. From a gender perspective, its perception, sometimes limited to the feminine and tied to the dimensions of the body and private life, is overcome by a dimension that advances into the public spaces of politics, culture and religion. Therefore, we seek to understand the power relations that exist between men and women, linked to machista culture; as well as understanding how gender norms are created and discourses and images are constructed that mobilize the feminine (woman, mother, charity), under the Christian sign, as a political strategy.

Keywords: Gender. Policy. Memory. Religion. First Lady



PUBLICAR É COLETIVO: MEMÓRIAS DE AUTORAS DE PUBLICAÇÕES FEMINISTAS NA DÉCADA DE 90¹

Pamela Cristina da Penha²

Resumo: Através da análise das publicações *Fêmea* (DF), *Enfoque Feministas* (SP), e *Presença da Mulher* (SP), dos relatos e testemunhos de intelectuais e ativistas que fizeram parte da criação e desenvolvimento dessas publicações, este trabalho procura compreender como as mudanças sociais e políticas afetaram aos feminismos no Brasil e como essas transformações estiveram expressas nas publicações. Por meio de entrevistas e relatos pessoais, é possível reconstruir as experiências individuais e coletivas das mulheres que estiveram envolvidas no movimento feminista da década de 1990, compreendendo principalmente o que não se encontra nas páginas das publicações, as experiências e impressões particulares de suas colaboradoras. Essas narrativas enriquecem o entendimento da diversidade de perspectivas e vivências, contribuem para a compreensão de como essas mulheres uniram-se para veicular debates e ideias que consideravam importantes para o movimento e para a política nacional.

Palavras Chaves: década de 1990; publicações feministas; feminismo.

Introdução

Na década de 1990, o Brasil vivenciou um período marcante de transformações sociais, políticas e culturais. A luta das mulheres, os movimentos feministas, neste contexto, ganharam ainda mais força e visibilidade, e novas formas de atuação emergiram. O processo da transição democrática evidenciou a presença de tensões no movimento de mulheres e feministas, como ressalta a historiadora Joana Maria Pedro

[...]manter a militância envolvida em atividades como manifestações, atuação direta junto às camadas populares e formação de grupos de consciência ou então participar do governo recém-saído da Ditadura. O debate da época era, então, como manter a autonomia, tão cara ao feminismo dos anos setenta, como manter ativa a militância, enfim, como levar adiante todo um, trabalho de transformação cultural da sociedade se as militantes passavam a participar de cargos dentro do governo que as chamava? (PEDRO, 2008, p.88)

Nesse contexto havia diferentes esferas de atuação dos movimentos de mulheres e feministas, em ONGs, diferentes coletivos, grupos temáticos sobre a violência contra a mulher e da saúde da mulher,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

² Doutoranda em História Social pela FFLCH – USP. Email: pamela.penha@usp.br



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

sindicatos, movimentos negros e indígenas, grupos de pesquisas dentro da academia, partidos políticos, organizações internacionais de ajuda e desenvolvimento e em esferas governamentais.

A imprensa feminista desempenhou um papel fundamental na disseminação das ideias e reivindicações feministas, marcado por intensa produção editorial, com a publicação de folhetos, livros, boletins, revistas, cadernos, jornais, cartilhas (MELO, 2003, p. 298) proporcionando um espaço para o debate e a conscientização sobre questões de gênero. A pluralidade do movimento expressava-se, portanto, na produção editorial dos grupos feministas, como ressalta Karina Woitowicz, “os grupos revelam a importância da mídia alternativa no fortalecimento das lutas que construíram historicamente o feminismo como um movimento organizado no país” (2008, p. 6).

As publicações feministas abriram caminho para a ampliação do diálogo sobre igualdade de gênero e direitos das mulheres, trazendo à tona questões como violência doméstica, sexualidade, direitos reprodutivos, representatividade e equidade salarial, entre outros temas. Esses instrumentos foram fundamentais para a divulgação de informações, denúncias e mobilizações em prol das demandas e reivindicações das mulheres no referido período.

Pensar o papel da imprensa feminista é refletir como cada grupo que veiculava sua publicação tinha como seus principais objetivos divulgar os debates que permeavam o feminismo, buscando inclusive um alcance para além do movimento. Como ressaltou Jacira Melo, a produção da imprensa feminista era parte orgânica do processo de trabalho de militância, não se constituía apenas como instrumento de informação, mas também como “como uma ação política direta, de disseminação de ideias, propostas, questões e conceitos” (2003, p. 298) e ainda divulgação das ações empreendidas pelos grupos responsáveis pela publicação.

De maneira geral as publicações feministas experienciam características semelhantes entre elas, no que diz respeito a estrutura da publicação. Woitowicz, apontou algumas dessas características: “a tiragem reduzida, equipe de produção formada por colaboradoras (voluntárias), restrição de recursos e conteúdo engajado com as questões feministas” (2008, p. 7). É possível ainda inserir uma certa irregularidade na circulação, mudando de mensal para bimestral, para semestral, assim adaptando-se conforme a disponibilidade de seus recursos.

Embora esta pesquisa tome como centralidade publicações que circularam em fins da década de 1980 e durante os anos 90, é importante reconhecer que a trajetória da imprensa feminista remonta à períodos anteriores. Periódicos como *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, segundo a pesquisadora Elizabeth



Cardoso (2004, p. 14) fazem parte de uma primeira geração de periódicos feministas, 1974 a 1980.³ Conhecê-las é compreender que *Presença da Mulher*, *Enfoque Feminista*, *Fêmea*, publicações que fazem parte do corpus documental deste trabalho são parte de um caminho aberto pelas publicações da geração anterior. Ou seja, as revistas deste presente estudo contaram com a ampla efervescência política e intelectual produzida pela imprensa alternativa, sendo que os periódicos feministas lograram continuidade nas décadas posteriores ao processo de redemocratização do país criando uma tradição de imprensa feminista.

Este trabalho apresenta parte dos caminhos que esta pesquisa tem percorrido sobre as revistas, as experiências e impressões particulares de suas colaboradoras. A partir da realização e análise de entrevistas, assim como do exame das publicações, seus relatos fornecem subsídios para compreender os processos que permeavam a produção das publicações, conferindo uma pequena amostra de um projeto coletivo de publicações feministas. Tal composição metodológica que combina análise das revistas como fonte material e a dimensão subjetiva das militantes e colaboradoras se justifica uma vez que:

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (LUCA, 2008, p. 140).

As mulheres entrevistadas fizeram parte da criação e produção das publicações pesquisadas, *Presença da Mulher* (produzida em São Paulo), *Fêmea* (produzida no Distrito Federal) e *Enfoque Feminista* (também produzida em São Paulo). Todas elas circularam na década de 1990 e no caso do Boletim *Fêmea* e da *Presença da Mulher* atravessaram o início dos anos 2000 e, é possível ver algumas referências entre elas em suas edições. Essas entrevistas foram realizadas de forma *online*, principalmente devido ao momento no qual se iniciaram, durante a pandemia de Covid- 19. No entanto, foi possível perceber que ferramentas *online* podem contribuir para transpor as barreiras geográficas, pois cada entrevistada mora em locais distintos, São Paulo, Natal e Florianópolis. As entrevistas foram muito ricas, perpassando por diversos temas tão caros aos feminismos no Brasil na década de 1990. Contudo

³ É possível uma periodização geral sobre a imprensa feminista no Brasil reconhecendo a importância e o pioneirismo dos periódicos publicados na década de 1970, *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, conformando uma primeira geração de publicações feministas. As produções dos anos de 1980, são classificadas como pertencentes à segunda geração, a partir de 1981, como os periódicos *ChanacomChana* (1981) produzido pelo Movimento Lésbico-Feminista, um marco importante por ser o primeiro periódico lésbico-feminista do Brasil, *Mulherio* (1981-1988), impulsionado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, considerado o herdeiro das publicações *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, *Nzinga Informativo*, fundado em 1985 pelo coletivo homônimo, sendo importante publicação para o feminismo negro e um dos primeiros a desenvolver a discussão sobre gênero e raça.

para esta comunicação destaca-se o surgimento de cada publicação, seu processo de circulação e como eram organizados os conteúdos.

Presença da Mulher: partido político e feminismo

A revista *Presença da Mulher* (SP), foi lançada em 1986, a partir das resoluções do VI Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1983⁴, circulou ao longo de toda a década de 1990 e início dos anos 2000. Dirigido inicialmente por Ana Maria Rocha, a primeira edição do periódico ocorreu em julho/agosto de 1986, propondo-se uma revista bimestral. Olívia Rangel pontua sobre o início da publicação,

Teve muita discussão mas uma questão assim de tratar da questão das mulheres que era uma necessidade de tratar como uma questão específica. Que precisava ser tratada com a devida seriedade, né? Com a devida preocupação. E então nós começamos o debate [...] foi o momento em que começa a surgir também as delegacias da mulher, começam a surgir encontros estaduais de mulheres, encontros nacionais de mulheres pra debater as questões das mulheres, a emancipação das mulheres. [...]Então a gente tenta abordar todas essas questões. Quer dizer tá ali dentro digamos assim do que se estava em debate na época, inclusive fizemos com mulheres sindicalistas, fizemos com mulheres trabalhadoras do campo, né? A gente que todo esse movimento assim que ressurgia, a gente procurava um pouco trazer pra revista todos esses debates que estavam em curso. (04.04.2023)

Embora tivesse seu aporte no partido, Rangel explicita como a revista ia para além das questões partidárias, pois buscavam diálogo com outros grupos e movimentos, contribuições em textos de pessoas que não estavam inseridas no partido,

[...] Mas nós tínhamos uma colaboração muito ampla de gente de tudo quanto era lugar. Não só a gente conseguia entrevistas e debates. Mas com pessoas que também mandavam artigos pra gente e coisas pra gente publicar também né? Pessoas que se interessavam pelas ideias que a revista estava lançando. E nós fizemos lançamento da revista em vários Estados. Então assim com presença. Chamando amplamente né? Embora tenha sido uma revista lançada por membros do partido, ela não tinha o caráter de ser uma revista assim partidária, ela queria...ela procurava se dirigir a ao amplo, um público amplo. (04.04.2023)

As conexões possibilitadas pelo partido e também pelo diálogo com outros grupos de mulheres e feministas, permitiam que a revista tivesse uma significativa distribuição, contando com circulação em diversas partes do país, com diferentes pontos de distribuição e vendas, com uma tiragem de

⁴ No documento “Emancipação da mulher: uma luta de todos”, assinado pelo Senador Inácio Arruda do PCdoB indica-se que desde a realização do 6º Congresso do PCdoB, realizado em 1983, o partido levantou discussões acerca de ações referentes à questão das mulheres, apresentando um informe especial intitulado “A luta pela emancipação da mulher” fundamentando as tarefas do Partido nessa questão. O lançamento da Revista *Presença da Mulher* seria parte desses encaminhamentos, bem como a fundação da União Brasileira de Mulheres em 1988.



aproximadamente 2000 exemplares. Olívia relata que foram realizados eventos para o lançamento de *Presença da Mulher* em diversos locais pelo país, eventos organizados pelo partido, mas buscando público amplo, com a presença de diferentes organizações, de outras publicações feministas.

Capas bem elaboradas, edições com cerca de 40 páginas, com conteúdos que dialogavam com temas chaves na opinião pública do período, seção de cartas de leitoras, debates teóricos (em algumas edições havia o *Encarte Teórico*), *Presença da mulher* agregava uma multiplicidade de temas referentes às questões das mulheres. Por ser a única entre as revistas pesquisadas que circulou concomitante aos processos da Constituinte, este tema é bastante presente nas edições nº 4 e nº 6, de 1987 com destaque a atuação da deputada constituinte pelo PCdoB, Lídice da Mata. O processo de criação das edições e dos conteúdos a serem publicados era fruto de um trabalho coletivo, como pontuou Rangel,

A gente fazia o que a gente chamava reuniões de pauta. A gente conversava quais eram os temas, que muitas vezes eram das coisas que a gente via, mas também o que o pessoal mandava dos Estados né? Sugestões de questões que aconteciam nos Estados pra não ficar uma coisa só em São Paulo né? Então tinha coisas importantes às vezes acontecendo em outros Estados. Então a gente juntava aquilo lá e organizava dentro do prazo que a gente tinha, dentro do espaço que a gente tinha, etc e tal pra fazer as reuniões de pauta. E a gente discutia o conjunto da revista, as tarefas que a gente estava e distribuía.... cada uma fazia os seus artigos né? E a gente lia uma da outra e via se estava tudo bem. (Olívia Rangel, 04.04.2023)

Olívia Rangel é bastante consciente nas especificidades que a publicação *Presença da Mulher* possuía se tratando de uma revista organizada por um partido político. Essa característica não é menor, uma vez que, se contrasta com outras revistas publicadas na década de 90 no âmbito de movimentos sociais e/ou ONGs que se entendiam como suprapartidários e mais autônomos. No entanto, nos relatos sobre a organização da *Presença da Mulher* é visível que o tema da mulher, as pautas feministas e o espírito de um feminismo social, que perpassava de forma transversal várias camadas da sociedade, influenciou no conteúdo e na forma organizativa que produzia a revista, fazendo que ela fosse mais do que um simples “instrumento do partido”.

Enfoque Feminista: diversas entidades e um boletim unificado.

No editorial número zero, (ano 1, maio de 1991), da revista *Enfoque Feminista*, publicada entre 1991 e 1997, os coletivos que compunham sua publicação afirmavam que o projeto que estavam iniciando era uma proposta inédita. Embora organizações feministas editassem boletins espalhados pelo país, era a primeira vez que diversas entidades decidem editar um boletim unificado. E, nesta mesma



edição trazia uma descrição e apresentação de cada grupo que compunham a formação da publicação, incluindo informações para contato com esses grupos.

A articulação entre as mulheres que faziam parte da Casa da Mulher do Grajaú, da Casa da Mulher Lilith, do CIM (Centro Informação Mulher), do Coletivo Feminista Sexualidade Saúde, do Pró-Mulher e da União de Mulheres de São Paulo, deu origem a ideia de uma publicação unificada. Essas mulheres reuniam-se com frequência para discutir temas como a violência contra a mulher e a saúde feminina quando surgiu a publicação. Como conta Amelinha Teles,

A gente conversava, a gente fazia reunião, a gente tinha muita iniciativa, era assim organizações muito atuantes, então nós, eu também, dou a ideia: Vamos fazer um jornal? Aí todo mundo vamos fazer uma revista, um jornal, alguma coisa. Aí demos esse nome *Enfoque Feminista*. (Amelinha Teles, 03.05.2021)

Inicialmente com um formato de folheto, com 4 páginas, poucas imagens, com periodicidade trimestral e sempre com a referência aos grupos que a impulsionava, *Enfoque Feminista*, passa por uma significativa mudança, adotando um perfil de revista, a partir da edição nº4, de abril de 1993. Agora com capas ilustradas, sumários, com publicação semestral, com textos que traziam análises sobre questões referentes às mulheres, noticiava acontecimentos que julgavam importantes ao conhecimento das mulheres, como também divulgavam publicações de outros grupos feministas. Segundo aponta Teles, essa mudança ocorre em decorrência do financiamento que a publicação passa a receber. É possível encontrar nas edições a referência a Fundação Ford e Fundação MacArthur.

Partindo da troca de experiência e da relação entre as mulheres que atuavam no grupo, surgiu uma publicação que seria veiculada por 7 anos e distribuída de forma gratuita para diversos lugares e grupos. Suas edições mostram que eram impressos 5 mil exemplares, “distribuídos por mala direta à entidades feministas registradas em nossos cadastros e diretamente para as mulheres com as quais trabalhamos.” (*Enfoque Feminista*, ano I, nº 0, Maio/91, p. 2). Segundo Amelinha, cada entidade recebia uma cota para ser distribuída.

O processo de elaboração e discussão das temáticas acontecia a partir de reuniões entre os coletivos, realizadas com revezamento nas sedes. Amelinha relata que não havia pautas prontas ou já pré-definidas sobre o que seria veiculado nas páginas da *Enfoque Feminista*, mas que eram definidas a partir de um trabalho conjunto:

O dia da reunião da pauta, para levantar a pauta da revista, fazia almoço. Cada dia o almoço era num lugar, que a gente mesmo fazia e recebia as demais. Então por exemplo, hoje eu tô aqui na União, então se era aqui na União de Mulheres, eu que ia fazer o almoço. Se era lá no Coletivo, geralmente era a Mazé que fazia, que era do Coletivo, se era na Casa, cada lugar, entendeu? Então era muito interessante. E aí a gente ia pensando,



trocando ideias e fazendo essa revista. Essa revista foi feita com muito afeto. (Amelinha Teles, 03.05.2021)

Em seu relato, é constante a referência que Amelinha faz a relação existente entre os coletivos feministas e o processo de produção da *Enfoque Feminista*, ressaltando que era produzida de forma coletiva e marcada por uma relação de afeto entre as mulheres que compunham os coletivos.

Com a mudança a qual a publicação passou em 1993, os objetivos também alteraram. Em seu surgimento havia prioridade para noticiar acontecimentos que fossem importantes para as mulheres. A mudança gráfica destaca-se também pela mudança de conteúdo, tornando-se uma publicação com maior espaço a textos “de análise mais aprofundada a respeito da realidade que envolve a vida das mulheres.” (Editorial *Enfoque Feminista*, ano 3, nº4, abril/1993). Objetivando que a publicação atinja também outros setores para além dos movimentos de mulheres, como universidades, centros de pesquisa, legislativo e sindicatos, assim como expresso em seu editorial, impulsionada por esses seis coletivos feministas, o perfil da publicação buscava ser um meio de comunicação para divulgar e introduzir novos assuntos e fornecer “uma leitura feminista respeito de acontecimentos nacionais e internacionais.” (Editorial *Enfoque Feminista*, ano 3, nº4, abril/1993).

É importante pensar a imprensa feminista produzida nessa conjuntura, como meios de expressão do projeto e, no caso da *Enfoque Feminista* a relação dos grupos que a impulsionava, das discussões sobre feminismo, relações de gênero e da conjuntura histórica na qual estavam inseridas. Publicações feministas buscam manifestar ideias, projetos dos grupos que as impulsionam. Conforme ressaltou Barbara Godard (2002), é uma forma de publicar que ultrapassa o modo dominante de publicação, ocorre nas margens, criam novos circuitos para disseminar entre as mulheres ideias e práticas que fossem capazes de transformar a condição feminina. Segundo ressaltou Amelinha Teles (Amelinha Teles, 03.05.2021), trata-se de uma forma de produzir militante que é ao mesmo tempo imprensa e “fator de motivação de debate, de ideias, de organização do movimento, então envolve outras questões que são importantes” e ainda que a “imprensa escrita no papel é um instrumento de trabalho, é uma ferramenta, para você ampliar o diálogo com o público. Ampliar, aprofundar, enfim, articular”.

***Fêmea*: do parlamento para os movimentos feministas e de mulheres**

O *Fêmea*, teve sua primeira edição publicada em fevereiro de 1992, impulsionado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFêmea). Em seu número de lançamento era anunciado que entre seus objetivos estava “fazer esta ponte: parlamentares X movimento e organismos de mulheres, autônomos e institucionais”. Segundo demonstra Iáris Cortês a origem do boletim está relacionada com a origem de

sua instituição impulsadora, o Cfemea, “organização não governamental feminista e antirracista, de caráter público e sem fins lucrativos, fundada em Brasília, em julho de 1989”⁵.

A ONG é fundada nos acontecimentos posteriores à aprovação da Constituição de 1988 e a partir da fragmentação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, (CNDM)⁶, com a saída de sua segunda presidente Jacqueline Pitanguy, acompanhada por todo o conselho deliberativo e parte expressiva do quadro técnico⁷. Como aponta Iáris (28.06.2021), “as feministas todas que estavam no Conselho saíram”.

As fundadoras do Cfemea, Guacira Oliveira, Malô Ligocki, Gilda Cabral, Iáris Cortês e Marlene Libardoni, atuaram também no CNDM, quando ocorreu a saída das integrantes. Segundo Iáris o fato de morarem em Brasília propiciou começarem a receber, através de telefonemas, cartas perguntando sobre os andamentos de projetos de lei no Congresso.

Aí a gente ia lá, a gente saía dos nossos trabalhos, era Guacira, Halô, Gilda[...], eu e Marlene. A gente ia cada uma individualmente, ia lá numa folgazinha da gente, na hora do almoço, a gente ia no Congresso para saber como que tava aquele processo, aquele projeto[...] (Iáris Cortês, 28.06.2021)

As mulheres obtiveram significativas vitórias durante os processos da Constituinte, “cerca de 80% das proposições foram incorporadas ao texto constitucional, outras levaram a mudanças nos códigos civil e penal, em leis complementares, ou na criação de novas leis e serviços” (PINTANGUY, 2019, p. 89). Assim como afirmou Iáris, “era época de fazer a adaptação da Constituição para as novas leis [...] gente tava querendo regulamentar a Constituição” (28.06.2021).

Foi a partir da experiência que possuíam, no diálogo que foram desenvolvendo no acompanhamento dos trâmites da legislação no Congresso que surgiria o Cfemea,

Aí assim, quando a gente viu, tava nós cinco lá no Congresso. Conversando sobre isso, aí alguém falou, que até hoje a gente não sabe quem foi: ‘Por que a gente não faz uma ONG para gente acompanhar tudo isso de forma organizada? Cada uma procurando individualmente, indo aos gabinetes principalmente das deputadas que a gente tinha feito amizade durante a constituinte. Então a gente resolveu fazer o Cfemea. (Iáris Cortês, 28.06.2021).

O Cfemea, portanto, surge como uma ONG que inicialmente objetivava realizar um trabalho de comunicação entre o Congresso e os movimentos, “aí a gente precisa comunicar as meninas do que, o

⁵ Informações retiradas do site do Cfemea, disponível em <https://www.cfemea.org.br/index.php/cfemea/nossa-historia>.

⁶ Criado em agosto de 1985, durante o governo de José Sarney, através da lei 7353, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), órgão federal com autonomia administrativa e orçamento próprio, responsável por cuidar dos direitos das mulheres. O CNDM atuou, principalmente durante a Assembleia Nacional Constituinte na organização das discussões referentes às questões das mulheres através de encontros e reuniões com feministas de várias partes do país.

⁷ Entre as conselheiras que deixaram o CNDM estavam: Ana Montenegro, Carmen Barroso, Hildete Pereira de Mello, Lélia Gonzalez, Maria Betânia Ávila, Nair Guedes, Nair Goulart, Ruth Cardoso, Tizuka Yamazaki. (PINTANGUY, Jacqueline, 2019, p. 95).

que tá havendo isso. O deputado da Paraíba tá com esse projeto, o deputado do Maranhão, o deputado do Rio Grande do Sul [...]” (Iáris Cortês, 28.06.2021). Inicialmente a ONG mantinha-se com recursos de suas próprias fundadoras e para envio dos boletins, relatando sobre os projetos de lei, contavam com a ajuda de deputadas e deputados, que forneciam desde envelopes e selos à possibilidade de mimeografar os textos na própria Câmara. Utilizando a cota desses deputados e deputadas, o boletim era enviado para várias partes do país.

Quando em 1992 o Cfemea passou a receber financiamento da Fundação Ford houve uma mudança principalmente na forma de realizar os boletins, Iáris ressalta que elas começaram a atuar de forma mais profissional. Segundo Freitas (2018, p. 177) “a atividade de financiadoras estrangeiras e a crescente hegemonia do modelo estadunidense no movimento de mulheres no Brasil, teve na atuação da Fundação Ford, um paradigma para a institucionalização de grupos”.

A Fundação Ford já atuava como financiadora de projetos feministas desde a publicação do *Mulherio*, na década de 1980. Com o financiamento e a possibilidade de profissionalizar a forma de organizar-se e atuar, segundo Iáris, será nesse processo que surgirá o *Fêmea*. A publicação do jornal contou com o apoio de outras instituições internacionais, como da Fundação MacArthur, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP).

Quando observa-se outras ONGs, como os grupos que impulsionaram a publicação *Enfoque Feminista*, que também obtiveram apoio da Fundação Ford e Fundação MacArthur, percebe-se que a influência de organizações internacionais e financiadoras na fixação de uma agenda comum era uma característica do contexto. O que se intensificava em meio às conferências internacionais, organizados principalmente pela ONU.

Desde o princípio *Fêmea* era distribuído gratuitamente e enviado para várias partes do país, via correio, para diversos grupos feministas e de mulheres, “movimentos sociais, núcleos de universidades, ONGs e secretarias de mulheres dos sindicatos e dos partidos políticos, além de mulheres que exerciam cargos eletivos” (FREITAS, 2018, p. 179).

Segundo Iáris, *Fêmea* foi crescendo, ganhando corpo e também status, relata uma conversa que teve com uma ministra do STJ que elogiou o trabalho delas feito no *Fêmea*, afirmando que a publicação, tinha tentáculos, “tem tentáculos porque alcança todo mundo [...] é o tentáculos das mulheres” (Iáris Cortês, 28.06.2021).

Esses tentáculos, as articulações que ocorriam, podem ser perceptíveis nas articulações que os grupos e as publicações desenvolviam entre eles. Por exemplo é comum observar referência aos textos e



edições do *Fêmea na Enfoque Feminista*. Assim como, no *Fêmea* é possível encontrar referências as outras ONGs, que estavam atuando em conjunto com o Cfemea em ações ou projetos em tramitação no Congresso.

Considerações Finais

Segundo Sônia Alvarez (2014, p. 28), em referência aos anos 90, “diferentes formas de atuação e localização dentro de partidos, secretarias formaram importantes nós articuladores e produtores e disseminadores de conhecimentos e discursos”. O que levou à ampliação e pluralização dos feminismos. A autora ressalta ainda como essas (re)configurações são também produto de mudanças nas alianças e disputas internas e das transformações (ALVAREZ, 2014, p. 20) dos movimentos, momento que se convencionou referir que o movimento se institucionalizou, como observado em algumas edições das publicações *Presença da Mulher, Enfoque Feminista e Fêmea*. No contexto em análise as feministas estavam se reposicionando, incorporando-se em espaços que antes não lhes eram acessíveis.

Em um contexto em que o país experimentava os anseios pela democracia que se iniciava, as mulheres não apenas procuravam ocupar os novos espaços, fosse na política institucional, em ONGs, em coletivos, procuravam divulgar e debater suas ações e ideias, fundavam publicações. Não suficiente, como aponta Melo (2003), essa produção de publicações é uma ação política, não apenas instrumentos de divulgação, mas um método dos grupos que as impulsionam querendo trazer discussões e políticas que abordem os temas que julgavam importantes às mulheres e às demandas dos movimentos feministas. Os relatos de Olívia Rangel, Amelinha Teles e Iáris Cortes ilustram como essas mulheres compreendiam que era importante fazer as informações e as ideias chegarem em diferentes lugares e para diferentes grupos.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, S. E., FRIEDMAN, E. J., BECKMAN, E., BLACKWELL, M., CHINCHILLA, N. S., LEBON, N., NAVARRO, M., & TOBAR, M. R.. (2003). Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, 11(2), 541–575. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200013>. Acesso em: 30.07.2023.

ALVAREZ, Sonia E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino, Arturo Escobar (org). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

_____. (1999). Advocating feminism: The Latin American Feminist NGO 'Boom', *International Feminist Journal of Politics*, 1:2, 181-209. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/146167499359880>. Acesso em 22.09.2020.

_____. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. IN: *Democratizando o Brasil*. A. Stepan (org). Tradução: Ana Luiza Pinheiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

CORTÊS, Iáris. Entrevista realizada em 28.06.2021. Iáris Cortês é advogada, artesã e feminista. Cofundadora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), faz parte do seu Conselho Deliberativo. Participou dos trabalhos constituintes no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, integra o Consórcio Lei Maria da Penha e já participou do Fórum de Mulheres do Distrito Federal, Fórum Nacional de Direitos Humanos, Grupo Arco-íris de apoio a portadores do HIV/AIDS do Distrito Federal e dos conselhos: OAB/DF, Direitos da Mulher do GDF e Conselho de Adoção do GDF, autora e colaboradora do Boletim *Fêmea*. Informações disponíveis em: <https://www.brasilpopular.com/mais-um-8-de-marco/>.

FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BARBOSA, Michelle Cristiane Lopes. Publicações feministas do CFEMEA: análise de conteúdo do Jornal *Fêmea*. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, p.142-156, dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300016>. Acesso em julho de 2020.

BARLETTO, Maria; PEDRO, Joana Maria. Movimentos feministas e academia: tensões e alianças. *Revista Feminismos*. Vol.7, nº1, Jan. – Abr. 2019. Disponível em: www.feminismos.neim.ufba.br. Acesso em 20.07.2021

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. 1ª Edição, São Paulo: Boitempo, 2018.

FALQUET, Jules. *Por las buenas o por las malas: las mujeres en la globalización*. Tradução: Rosario Galo Montoya y Olga L. González. – Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas, 2011. 208 pp.

FREITAS, Viviane Gonçalves. *Feminismo na imprensa alternativa: quatro décadas de lutas por direitos*. 1º Ed, Jundiaí/SP: Paco, 2018.

GODARD, B. (2002). Feminist periodicals and the production of cultural value: the Canadian context. *Women's Studies International Forum*, 25(2), 209–223. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0277-5395\(02\)00231-5](https://doi.org/10.1016/S0277-5395(02)00231-5). Acesso em setembro de 2020.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Bassanezi Pinsky (org.), *Fontes históricas*. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 47, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n47/1809-4449-cpa-18094449201600470001.pdf>. Acesso em 20/jul. 2020.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

MELO, Jacira. Publicar é uma ação política. *Revista Estudos Feministas*. 2003, v. 11, n. 1, pp. 298-301. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100022>>. Acesso em 30.04.2021.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Publicando nas ONGs feministas: entre a academia e a militância. *Revista Estudos Feministas*. 2003, v. 11, n. 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100019>>. Acesso em 28/07/2020.

PASSERINI, Luisa. Gênero e Subjetividade. In: *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011

PINTANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: *Pensamento Feminista brasileiro: formação contexto*. (org) Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

RANGEL, Olívia. Entrevista realizada em 04.04.2023. Olívia participou da resistência à ditadura militar. Cursou Ciências Sociais na Unicamp, filiou-se ao PC do B e foi da direção estadual por doze anos. Exilada na Albânia, trabalhou na Rádio Tirana. De volta ao Brasil, foi do conselho de direção do semanário Tribuna da Luta Operária, uma das fundadoras da revista Presença da Mulher e da União Brasileira de Mulheres. Concluiu mestrado e doutorado na PUC-SP sob a orientação da professora doutora Heleieth Saffioti. Informações disponíveis em: <https://resistirepreciso.org.br/protagonistas/olivia-rangel-joffily/>

SANTHIAGO, R.; BARBOSA DE MAGALHÃES, V. Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, [S. l.], v. 27, p. 1–18, 2020. DOI: 10.22456/1983-201X.102266. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/102266>. Acesso em: 8 out. 2023.

TELES, Amelinha. Entrevista realizada em 03.05.2021. **Maria Amélia Teles, a Amelinha**, é professora, militante feminista e pelos direitos humanos, integrou a resistência à ditadura, foi detida e torturada junto com seus familiares, inclusive com sua/seu filha/o ainda crianças. A família Teles é autora da ação declaratória que levou Brilhante Ustra a ser reconhecido pela justiça como torturador. Amelinha Teles foi assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. É autora da pesquisa *Breve História do Feminismo no Brasil (1993-2017, Alameda)*. Informações disponíveis em: <https://www.ufrgs.br/vozesdaditadura/?p=1158>. Fez parte das publicações *Presença da Mulher e Enfoque Feminista*.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Publicações feministas sediadas em ONGs: limites, alcances e possibilidades. *Revista Estudos Feministas*. v. 11, n. 1, 2003. p. 265-270.

WOITOWICZ, Karina Janz. Páginas que resistem: A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Trabalho apresentado no *GT História da Mídia Alternativa*, no VI Congresso Nacional de História da Mídia (UFF, Niterói/RJ). Ano 2008.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

_____. Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: Ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. **Revista AçãoMidiática**. Universidade Federal do Paraná. Vol 2. Nº 1. Ano 2012

WOITOWICZ, Karina Janz; SCHMITT, E.. Ocupar e resistir: a mídia como lugar de luta feminista. **Portal Catarinas**, Florianópolis/SC, 16 jul. 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ; Jair, MELLO, Soraia Carolina de (Orgs.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019.

Publishing is collective: memories of authors of feminist publications in the 90's

Astract: Through the analysis of the publications *Fêmea* (DF), *Enfoque Feministas* (SP), and *Presença da Mulher* (SP), the reports and testimonies of intellectuals and activists who were part of the creation and development of these publications, this work seeks to understand how social changes and policies affected feminisms in Brazil and how these transformations were expressed in publications. Through interviews and personal accounts, it is possible to reconstruct the individual and collective experiences of women who were involved in the feminist movement of the 1990s, understanding mainly what is not found in the pages of publications, the private experiences and impressions of their collaborators. These narratives enrich the understanding of the diversity of perspectives and experiences, contributing to the understanding of how these women came together to convey debates and ideas that they considered important for the movement and national politics.

Keywords: 1990's, feminist publications; feminism.



ENTRE A LOUCURA, O CRIME E O CONTROLE SOCIAL SOBRE AS MULHERES: UM ESTUDO SOBRE AS NORMAS DE GÊNERO E SEUS REFLEXOS NAS NARRATIVAS JURÍDICAS SOBRE O ENCARCERAMENTO E A INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA FEMININOS NO PERÍODO DE 1940-1960 EM FLORIANÓPOLIS/SC.

Pietra Lima Inácio¹

Resumo: A pesquisa se insere no campo da história do direito penal e da criminologia, e abarca especificamente o encarceramento feminino em Florianópolis/SC, no período de 1940 - 1960. Busca-se investigar as relações entre o controle penal-manicomial e as normas de gênero e comportamento femininos, a partir da narrativa das instituições sobre as mulheres condenadas que tiveram passagem pela Penitenciária de Florianópolis e receberam a atribuição concomitante de intervenção psiquiátrica em razão da aplicação de medida de segurança nos moldes do sistema de punição do duplo binário, vigente no Código Penal de 1940. A partir de uma pesquisa que utiliza a metodologia historiográfica e documental, analisando processos administrativos e judiciais da Penitenciária de Florianópolis, busca-se verificar se, a partir dos discursos das autoridades responsáveis pelas instituições analisados nos processos judiciais e dossiês penitenciários selecionados, referentes às mulheres recolhidas na Penitenciária de Florianópolis que tiveram sua pena atravessada também pelo controle psiquiátrico, com encaminhamento à Colônia Santana, no período de 1940-1960, é possível verificar a presença de uma avaliação jurídica que ultrapassa o tipo penal praticado, versando sobre a obediência (ou não) às normas de gênero e comportamento impostas às mulheres. A hipótese preliminar é afirmativa, no sentido de que os fundamentos sobre ser “uma boa mulher” se sobressaem aos demais aspectos do crime e da personalidade da detenta. O objetivo geral do trabalho é investigar quais os argumentos e elementos jurídicos utilizados pelos responsáveis das instituições de controle penal acerca das mulheres que durante o cumprimento da sua pena foram encaminhadas para tratamento psiquiátrico no período compreendido entre os anos de 1940 e 1960. Nesse sentido, busca-se avaliar se, para constatação de suposta “loucura” da mulher rotulada como criminosa, os discursos institucional, médico e jurídico demonstram, para além de questões criminais, a presença de argumentos fundados na adequação de seus comportamentos às normas de gênero.

Palavras-chave: História do direito das mulheres. Encarceramento feminino. Criminologia feminista.

Introdução

O presente trabalho parte das reflexões que estão sendo construídas no percurso de escrita da dissertação de mestrado, de título provisório homônimo, sob orientação do Professor Dr. Diego Nunes, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa surgiu de inquietações sobre a temática do encarceramento feminino na história do direito penal e das instituições de

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Advogada criminalista. E-mail: pietra.linacio@gmail.com



controle e tem como objetivo principal investigar se o discurso jurídico, no período de 1940-1960², mobilizava argumentos relacionados à presença de comportamentos (in)adequados ao gênero feminino para justificar a punição de mulheres e seu encaminhamento para serem tratadas como “loucas” em Manicômio Judiciário³.

A possibilidade de traçar relações entre o controle penal e o controle manicomial parte de análises trazidas por outras pesquisas já produzidas, especialmente do campo da criminologia feminista, que demonstraram que o controle social sobre as mulheres foi exercido através de ferramentas públicas apenas de maneira subsidiária, uma vez que a sociedade patriarcal priorizou o lar, a família e a igreja como formas de controlar as mulheres (MENDES, 2014). Entretanto, diante da ocorrência de comportamentos considerados inadequados, especialmente quando transgressores da norma penal, o encaminhamento daquelas classificadas como ‘anormais’ aos manicômios era mais comum que aos presídios, como aponta Borges (2018), sobretudo porque o crime feminino era compreendido, à época, como uma doença⁴, ou seja, um desvio biológico com causas patogênicas e aspectos morais.

Nesse sentido, esta pesquisa investiga as definições jurídicas sobre mulheres que cometiam algum delito ou que de alguma forma contribuía para este. Assim, busca-se compreender quais eram os aspectos utilizados pelas instituições de poder (e de controle) para definir o rótulo de anormal daquela mulher, com intuito de refletir sobre quais os aspectos utilizados para avaliar se uma mulher era louca ou criminosa. Além disso, verifica-se se a dificuldade de definições repercutia em questões vinculadas ao espaço físico e às condições de cumprimento de pena, cenário diferente do encontrado pelos homens, analisando-se especialmente o Estado de Santa Catarina.

O problema de pesquisa formulado indaga se, a partir do estudo de caso realizado através dos processos judiciais e administrativos selecionados, referentes às mulheres recolhidas na Penitenciária de Florianópolis que tiveram sua pena atravessada também pelo controle psiquiátrico a partir do encaminhamento subsequente ao Hospital Colônia Santana, no período de 1940-1960, é possível verificar

² Esse recorte temporal se fundamenta nas datas relacionadas à legislação penal, considerando-se a publicação do Código Penal de 1940, com o enfoque no período em que as discussões sobre a reforma realizada na década de 1980 ainda não tivessem tanta repercussão.

³ Juridicamente, os encaminhamentos deveriam ser aos Manicômios Judiciários, mas no Estado de Santa Catarina a criação de uma instituição específica para abrigar os loucos criminosos foi tardia. Assim, o Manicômio Judiciário na verdade consistia em uma ala do Hospital Colônia Santana.

⁴ A Escola Positiva de direito penal, também referenciada como escola italiana ou científica, surgiu nas últimas décadas do século XIX a partir dos trabalhos de Cesare Lombroso (1835-1909). O ponto central dessa escola teórica era traçar um discurso médico que tratava do crime enquanto o sintoma de uma doença, sendo o criminoso um doente e a pena uma forma de tratamento (Ferla, 2005). Sobre o assunto, ver Baratta (2002).

a presença de uma avaliação jurídica e institucional que ultrapassa o tipo penal praticado, versando sobre a adequação às expectativas de exercício dos papéis estipulados pelas normas de gênero impostas às mulheres.

A hipótese formulada é afirmativa, no sentido de que o discurso dos responsáveis pelas instituições de controle levava em consideração aspectos do comportamento feminino para justificar continuidades e transferências no curso do cumprimento de pena das detentas.

Em relação ao referencial teórico deste trabalho, são apresentados alguns aspectos vinculados à história das mulheres, uma vez que se parte de um esforço para recontar a trajetória de mulheres invisibilizadas, controladas e perseguidas por instituições estatais de controle. Ou seja, são sujeitas que sofreram uma dupla invisibilização, pois, além de silenciadas por serem mulheres, também o eram por serem criminosas, algo que desafiava o papel de passividade atribuído ao socialmente seu gênero.

Nesse cenário, embora tenha havido um movimento de resgate nos últimos anos, o fato é que, tradicionalmente, as mulheres foram excluídas da narrativa histórica oficial, sendo privadas de fazer e contar a história. Para Michelle Perrot (1988):

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes (“Não se sabe nada das mulheres”, diz-se em tom de desculpa). Também significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível (Perrot, 1995, p. 9).

Como ensina Joan Scott (1992), a tarefa de se inserir no campo da história das mulheres, buscando desvelar as trajetórias e experiências de sujeitas cuja importância dentro da história oficial era por demais subestimada é inevitavelmente política. Por essa razão, não se pode garantir a neutralidade do historiador/a, uma vez que decidir quais categorias se deve historicizar está necessariamente ligado ao reconhecimento do lugar do historiador na produção do conhecimento (SCOTT, 1992, p. 325).

A história feminista, continua Scott, deve contestar “a pertinência das oposições binárias entre homens e mulheres, no passado e no presente, e mostrar a real natureza política de uma história escrita nestes termos [...]; [ela] não é mais, assim, a narrativa das proezas realizadas pelas mulheres, mas a exposição do frequentemente silencioso e oculto funcionamento de gênero constituinte, apesar disso, das forças que estão presentes na maior parte das sociedades e que contribuem para definir sua organização. Para Scott, gênero, enquanto categoria de análise, está centrado na significação, no poder e no ator: “gênero é tanto um elemento constitutivo das relações sociais, fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, quanto uma maneira primária de significar relações de poder (TILLY, 1994, p. 48).



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Partindo para o campo da historiografia jurídica, tem-se que o movimento de contar de novo e de outra forma a história das mulheres que sofreram com a imposição do controle exercido sobre seus corpos através das instituições penitenciárias e manicômios é uma forma de buscar compreender os desdobramentos que permanecem vigentes na sociedade e na lógica fundante dessas instituições. É fundamental, também, ter consciência de que a pesquisa histórica impõe desafios dada a complexidade de seus objetos. Nesse aspecto, Diego Nunes (2010, p. 18) aponta a importância de acompanhar a “história dos contextos”, de modo a levar em consideração aspectos políticos, sociais, as práticas judiciais, entre outros, enquanto elementos essenciais para escrita da história do penal.

Além das referências historiográficas, esta pesquisa também trabalha com referenciais vinculados à criminologia feminista, que é um campo teórico a partir do qual se pretende a criação de um novo ponto de partida para análise e compreensão do fenômeno criminal em resposta ao discurso criminológico tradicional. Isso porque, como ensina Mendes (2014, p. 157), a criminologia nasceu como um discurso de homens para homens, sobre as mulheres e, posteriormente, tornou-se um discurso de homens, para homens e sobre homens, quando não era mais politicamente necessário estudar ou falar sobre mulheres. Dessa maneira, parte-se de um esforço teórico para compreensão delas enquanto sujeitas também dentro da criminologia.

Em relação à delimitação da pesquisa, trata-se de uma pesquisa local, que analisa especificamente a situação do encarceramento feminino em Santa Catarina. Para isso, está sendo realizado um estudo de caso a partir de um prontuário penal da Penitenciária de Florianópolis do ano de 1949, que retrata o caso de Catarina⁵, e integra o acervo dos processos catalogados e organizados pela equipe do projeto Arquivos Marginais, da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob coordenação da Prof^a. Dr^a. Viviane Trindade Borges. A documentação é de responsabilidade do IDCH (Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas), vinculado à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Trata-se de dossiê penal que conta a história de uma mulher encarcerada que foi encaminhada pelo Conselho Penitenciário para cumprimento de medida de segurança e teve a avaliação de seu comportamento utilizada pelos conselheiros e pelo juiz para questionamento da sua sanidade mental inúmeras vezes⁶. A partir desse parecer foi considerada uma personalidade psicopática, tendo sido ressaltado o saber médico

⁵ Por questões éticas o nome original foi preservado, tratando-se de uma substituição. Trata-se de caso apresentado na dissertação de mestrado de Carolina de Wit (2021), que teve orientação da Professora Dra. Viviane Trindade Borges.

⁶ O acesso ao caso e a autorização para seu uso na pesquisa em tela foi requerido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC), em que o processo está cadastrado sob o CAAE n. 69443523.9.0000.0121, no qual foi proferido parecer aprovando a pesquisa.

em detrimento aos relatórios encaminhados pelos guardas que conviviam diretamente com ela, o que deixou transparente a noção de que sua periculosidade não havia cessado. Com isso, foi encaminhada para instituição psiquiátrica nos primeiros anos da execução da pena a qual foi sentenciada.

Os prontuários são, para Fernando Salla e Viviane Trindade Borges (2017, p. 120), ferramentas importantes que permitem “problematizar as práticas institucionais, as quais são reveladoras de uma constelação de acontecimentos históricos múltiplos a respeito da sociedade que criou tais espaços”. Os prontuários penais consistem em “dossiês que documentam a vida institucional de homens infames”, sendo “arquivos que tratam daqueles que estão à margem da sociedade e que também estão à margem dentro das instituições que os produziram, são, portanto, arquivos marginais” (Borges, 2016).

Além disso, também estão sendo pesquisados outros documentos (como relatórios, ofícios e correspondências) emitidos pela Penitenciária de Florianópolis entre os anos de 1940 e 1960, disponibilizados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). Tais documentos tem servido para investigar e questionar qual era o local dado às mulheres criminosas no estado catarinense, pois, apesar de o Código Penal de 1940 ter estipulado um regime penitenciário de separação entre os sexos, a Penitenciária Feminina da Capital foi criada muito tardiamente, de modo que pesquisas como as de Camila Damasceno de Andrade (2017) e Carolina Wanderley Van Parys de Wit (2021) revelam a informalidade (e até mesmo ilegalidade) nos regimes impostos às mulheres.

Portanto, o presente trabalho busca compartilhar algumas reflexões e considerações da pesquisa em curso, apresentando elementos sobre a tênue construção da imagem de mulher criminosa e louca e alguns elementos acerca do encarceramento feminino em Florianópolis/SC entre as décadas de 40 e 60, com intuito de levantar questões sobre a ausência de tratamento específico dado ao gênero feminino.

A construção de uma linha tênue: criminosa ou dotada de “personalidade psicopática”?

Esta pesquisa tem levado a novos rumos e novos questionamentos a partir do contato com as fontes históricas e documentais. Se inicialmente as hipóteses eram no sentido de que os próprios juristas se utilizavam de argumentos relacionados às normas de gênero ao proferirem suas sentenças, vinculando as mulheres à imagem de ‘loucas’, as fontes estudadas até o momento foram capazes de revelar uma estrutura mais complexa, que demonstra a relação entre o saber médico e jurídico enquanto estruturas de poder patriarcais. O estudo de caso demonstra que o uso do saber médico, especialmente psiquiátrico, revelou-se como a principal ferramenta para fundamentar transferências da instituição prisional para psiquiátrica, o que leva a recolhimentos de maior duração e menos fiscalização por parte do poder estatal.

A partir do estudo de caso realizado no prontuário datado de 1949, a correlação entre presídio e manicômio é perceptível no caso de Catarina e na decisão judicial proferida pelo Juiz Belisário Ramos da Costa, que, após transferi-la para o Hospital Colônia Santana⁷ “com objetivo de garantir-lhe o tratamento adequado a personalidade e conduta”, buscou regularizar sua situação:

O delito foi cometido com manifesta perversidade, com premeditação, de tocais e por grupo munido de armas de guerra. A pena importa pelo Juri, foi mínima, e comutada, ainda para metade. Não é de justiça ir-se mais longe, pondo a sentenciada em liberdade, só pelo fato de ser mulher já idosa, cuja boa conduta carcerária, vem atestada por pessoas piedosas de São José, que não conhecem o processo. Atendendo, todavia, à justa ponderação do Egrégio Conselho Penitenciário, determino seja a mesma movida para o Manicômio Judiciário, anexo ao Hospital Colônia Santana, em São José, afim de submeter-se a tratamento adequado à psicose de que é portadora, permanecendo em custódia (IDCH, 1949, prontuário 1337) (DE WIT, 2021, p. 109).

Nesse sentido, o rótulo da dissidência aplicado às mulheres revela-se uma trama imbricada, construída a partir não só de discursos jurídicos, mas também do discurso médico quando mobilizado pelos juristas para fundamentar a repreensão a determinados comportamentos. O saber jurídico da época ainda carregava influências da criminologia positivista, a partir da qual se entendia a criminalidade feminina como uma questão moral e biológica.

As doutrinas jurídicas, bem como relatórios e outros documentos produzidos no período, buscavam explicar a anormalidade feminina e o fenômeno da criminalidade das mulheres. Na etapa atual da pesquisa, essas fontes históricas e bibliográficas estão sendo catalogadas para análise aprofundada e utilização na compreensão da imagem da mulher criminosa e os desdobramentos sobre seu tratamento pelos juristas no período.

A temática da inferioridade das mulheres foi alvo de produção de conhecimento no campo dos saberes médico e biológico, que voltaram suas análises para compreender a diferença entre o corpo feminino e masculino e quais seriam os impactos sociais dessas distinções biológicas. A conclusão dessas investigações, que, hoje é possível apontar como bastante enviesadas politicamente, era de que as mulheres, assim como os ‘selvagens’, eram inferiores em relação aos homens brancos. Para Ana Paula Vosne Martins (2004, p. 50):

A mulher foi comparada aos ‘selvagens’ ou ‘primitivos’ porque, da mesma forma que estes tinham chegado em um nível de evolução inferior às raças brancas, a mulher também tinha estacionado na linha evolutiva, ficando mais próxima às raças inferiores e às crianças (MARTINS, 2004, p. 50).

⁷ O Hospital Colônia Santana, localizado em São José/SC, na região da Grande Florianópolis, era uma instituição manicomial. Teve suas atividades encerradas e no endereço atualmente funciona um Instituto Psiquiátrico.

Ou seja, a imagem feminina criada pelo evolucionismo e pela craniologia, tão divulgada por médicos, antropólogos, sociólogos e outros especialistas nas diferenças sexuais, é uma imagem negativa e depreciativa. O saber científico, após medir crânios e corpos, avaliar força física e intelectual justificava, sob suposta neutralidade, a desigualdade social experimentada pelos sexos, que possui implicações nas dinâmicas punitivas e de controle, fortalecendo-se na ideia daquilo que seria natural, normal e o que não se adequava.

Nesse sentido, “o descumprimento de qualquer papel considerado tipicamente feminino era suficiente para que se consumasse o desvio e, quase como consequência inerente, se caracterizasse o distúrbio de ordem psíquica” (BOITEUX, COSTA, 2020, p. 472). Alguns aspectos como excesso de estudos, independência e “rebeldia” eram interpretados como “agentes degenerativos”, bem como o fato de não querer se casar, ter filhos, ou não demonstrar “instinto maternal”. Para falar em criminalidade feminina, a sexualidade (FOUCAULT, 2017) tinha um papel fundamental no julgamento do comportamento feminino, sendo esse um dos motivos para que as prostitutas sejam entendidas como “a criminosa nata”, pois, supostamente, revelaria aquilo que há de mais sujo das possíveis dissidências praticadas pelas mulheres.

Entre os desafios que estão sendo enfrentados na pesquisa destaca-se a existência de muitas lacunas sobre as trajetórias das sujeitas que foram alvo da perseguição estatal, pois, de um modo geral o encarceramento feminino em Santa Catarina no período estudado era bastante omitido, silenciado, havendo poucos registros oficiais a respeito. A mesma falta de informações se repete em relação ao prontuário de Catarina, cuja principal lacuna é em relação ao final, pois não se sabe se ela foi libertada ou se veio a falecer durante o cumprimento de pena. O último documento anexado é um pleito de habeas corpus⁸.

Com isso, o desfecho definitivo não fica claro e não se sabe se Catarina chegou a ser posta em liberdade ou se terminou sua vida internada em alguma das instituições de controle, seja o manicômio judicial ou a penitenciária. Ao ser definida como uma personalidade psicopática, sendo transferida da Penitenciária, seu rastro foi perdido, de modo que se questiona quantas outras mulheres podem ter sido apagadas da história assim, em termos dolorosamente parecidos.

O encarceramento feminino em Florianópolis/SC: um não lugar

Nas primeiras décadas do século XX a sociedade brasileira em um contexto no qual as elites, grupos tradicionalmente abastados externalizavam suas preocupações sobre a manutenção das hierarquias sociais após a decadência da escravidão e as mudanças que foram incorporadas. Viviane Poyer (2000) explica que houve um esforço para justificar novas formas de inferiorização dos grupos de trabalhadores.

⁸ O pedido se fundamenta a coação ilegal por já haver sido cumprida a pena, o que é desmentido em telegramas posteriores, que informam o término da pena somente no ano de 1955.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

A partir daí, foram inventadas as categorias das classes perigosas, que forneceram ao Estado as ferramentas para um gerenciamento e controle da população, bem como, para inserção dos valores de moralidade e civilidade que chegavam da Europa.

Para Poyer (2000, p.20) tudo indica que, em Desterro/Florianópolis, as elites não fugiram ao modismo que procurava mudar a cara do Brasil, sendo perceptível a influência dos padrões europeus nas tentativas de inserir a cidade em um processo de reorganização urbana e remodelação dos comportamentos públicos. Isso porque, os cientistas sociais da época apontavam a necessidade de moralização dos hábitos e higiene, com o objetivo de colocar cada um em seu lugar social (GUATTARI; ROLNIK, 1986). Para Antônio Luiz Miranda (1998):

O grupo dirigente local buscava implementar as reformas necessárias para respaldar seu discurso enquanto uma prática modernizadora da sociedade. O controle da criminalidade aparece como peça importante nesse processo, pois significava o controle sobre um determinado seguimento da sociedade, isto é., a camada pobre da população. Nos relatórios dos chefes de polícia do período, por exemplo, é possível encontrar uma crescente tentativa de controle mais eficaz das práticas cotidianas das camadas pobres da população e como uma das soluções apontadas, levantam a necessidade da construção de uma penitenciária, que se apresenta, neste contexto, enquanto um mecanismo de controle, dentro de uma concepção moderna de tratamento da criminalidade e, como um símbolo da modernidade em gestação na sociedade da época (Miranda, 1998, p. 15).

Assim, nesse período, diversas instituições foram criadas em Florianópolis com o objetivo de “manter cada indivíduo no seu devido lugar” (Rebelo, 2004, p. 29), pois além da Penitenciária Pedra Grande, surgiu o Asilo de Órfãos São Vicente de Paula, o Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim; a Colônia Santana (1942), para os loucos; o leprosário Santa Tereza (1938) e o Abrigo de Menores da Congregação dos Maristas (1940), instituições que funcionarão como agentes de poder e, em certos casos, de constituição de saberes (Rebelo, 2004).

Como parte desses esforços, em 21 de setembro de 1930, foi inaugurada em Florianópolis a Penitenciária Estadual da Pedra Grande. Muito embora sua construção tenha tido influência do clamor da opinião pública, percebe-se que a obra não foi realizada com a urgência que se imaginava que tinha. Isso porque, embora tenha sido aprovada em um Projeto de Lei de 1926, só veio a ser executada em 1930 (Poyer, 2000, p.36).

Apesar do esforço das autoridades catarinenses no sentido de adequação dos locais para cumprimento de pena, modernização e cumprimento de uma função de eugenia social, demonstrado a partir dos debates para criação da Penitenciária Estadual da Pedra Grande, percebe-se que as mulheres foram omitidas e esquecidas nesse discurso político, administrativo e institucional. Muito embora o Código Penal de 1940, conforme demonstrado em tópico anterior, tenha trazido a obrigatoriedade de

separação dos sexos durante o cumprimento de pena, em Santa Catarina essa mudança levou muitos anos até ser incorporada, por alguns dos motivos já mencionados no tópico anterior.

Em relação ao destino institucional dessas mulheres em Santa Catarina percebe-se que houve notória informalidade em relação a esses encaminhamentos, conforme De Wit (2021) que demonstrou que diversas mulheres eram encaminhadas, por exemplo, à casa de diretores ou funcionários da penitenciária para servirem de empregadas domésticas embora estivessem formalmente em cumprimento de pena.

A população carcerária da Penitenciária de Florianópolis em 1940 era formada por 288 sentenciados, que estão nominalmente relacionados no relatório. Dentre estes sentenciados, havia 4 mulheres que foram enviadas para a cadeia pública da comarca de São José transformada em seção da penitenciária, chamada de seção feminina pelo diretor (Rebello, 2004, p. 110).

Em uma busca dos documentos, comunicações e relatórios da Penitenciária de Florianópolis, verifica-se a ausência de discussões e de preocupação sobre as mulheres que estavam em cumprimento de pena. Dos relatórios disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, o único que menciona as mulheres é o do ano de 1971, no qual consta o seguinte no campo das necessidades gerais da Penitenciária:

- 1ª Urgente preenchimento de onze (11) vagas de Vigilantes;
- 2ª carente, também, se faz a urgente construção de Estabelecimento próprio para internamento do menor infrator, eis que, a título precário, êsses menores vêm sendo recolhidos na Colônia Penal onde, por mais que se procure evitar a proximidade com o sentenciado adulto nem sempre é possível ser ultimada;
- 3ª face o índice mínimo de criminalidade feminina, acreditamos que, anexo ao Estabelecimento para menores infratores, em dependências privativas, poderiam ser abrigadas e utilizadas em serviços para domésticas, as sentenciadas existentes no Estado (APESC, 1971).

As buscas até então realizadas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina confirmaram a existência de mulheres na Penitenciária Estadual da Pedra Grande, conforme ofícios e registros de entradas e/ou transferências. No entanto, nos próprios relatórios gerais sobre os presos, tipos de crimes, origem geográfica, observa-se que as mulheres são invisibilizadas, como se estivessem lá, mas não fizessem parte, também, da instituição. O acervo do arquivo não dispõe de documentação proveniente do Hospital Colônia Santana, não tendo sido possível verificar a existência de algum tipo de registro sobre a entrada de mulheres sentenciadas e posterior encaminhamento ao manicômio, havendo uma grande lacuna sobre se a maioria

dessas transferências se dava em razão da falta de espaço na instituição prisional, ou pela presença de ‘características psicopáticas’⁹.

Além disso, apesar da ausência de uma Penitenciária Feminina no Estado de Santa Catarina, tem-se que essas mulheres estavam efetivamente encarceradas, pois é o que apontam alguns registros esparsos sobre sua passagem na instituição. Entretanto, até o momento não foi possível localizar respostas exatas sobre a existência ou não de uma seção voltada às mulheres. Esse questionamento pragmático acerca de onde estavam não nega a violência que, de modo geral, o cárcere perpetra, mas busca instruir futuras questões sobre as violências que foram naturalizadas e até mesmo institucionalizadas no período.

Outros trabalhos sobre o tema têm revelado que a prisão de mulheres trazia fundamentos morais no curso do cumprimento da pena, buscando-se ensinar os comportamentos considerados adequados. Para tal, notava-se o uso do trabalho como forma de ressocialização dentro de funções adequadas ao “ser mulher”, e, além disso, os dispositivos amoroso e familiar também costumavam ser referenciados, tanto em decisões judiciais quanto em pareceres do Conselho Penitenciário.

em sentido amplo, a prisão enquanto espaço de confinamento e disciplinamento de corpos estende sua lógica ao sistema penal como um todo, sejam os encarcerados homens ou mulheres. Todavia, numa perspectiva micro, há especificidades no encarceramento feminino que não se aplicam ao encarceramento masculino, considerando as diferentes características biológicas de seus corpos e a binariedade dos papéis sociais de gênero (ANDRADE, 2017, p.31-32).

Nesse sentido, as escolhas da mulher criminalizada eram analisadas e julgadas para além do cenário e das circunstâncias do crime, sendo que a pena apresentava o propósito de reforma e resgate da mulher ideal. Como aponta Angotti (2011), um dos objetivos do aprisionamento de mulheres era inculcar nas prisioneiras sentimentos femininos e orgulho doméstico, de modo que as prisões femininas se guiavam pelo modelo casa-convento, tendo sido recorrente que até meados do século XX a administração das penitenciárias femininas estivesse vinculada às ordens religiosas, como ocorria especificamente no Estado de São Paulo.

Portanto, a conclusão que vem se construindo no curso da pesquisa é que a ausência de lugar não se dava apenas como uma questão objetiva e material, mas algo que servia para permitir e naturalizar arbitrariedades e violências direcionadas especificamente à detentas do gênero feminino dentro do período histórico estudado. Em última análise, relacionava-se, também, com manter a possibilidade de que diretores e gestores das unidades prisionais pudessem deslocar detentas para lhes servirem como empregadas

⁹ Por questões éticas, pela presença de dados pessoais sensíveis, não é possível acessar os prontuários existentes no Hospital Colônia Santana, não tendo sido viável, para esta pesquisa, relacionar os documentos penais com os documentos psiquiátricos das detentas.



domésticas, explorando sua mão de obra sem a obrigatoriedade de contraprestação de salário. A inadequação no cumprimento de pena tendia a fundamentar a rotulação das detentas enquanto loucas, com a consequente transferência à instituição manicomial.

Considerações finais

Por fim, como já apontado na introdução deste trabalho, trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento, de modo que as respostas encontradas até o momento ainda não são definitivas ou finais. Pelo contrário, ressalta-se que ainda existem fontes a serem catalogadas e estudadas, especialmente materiais jurídicos que fundamentavam as decisões analisadas.

A partir do estudo do prontuário penal de Catarina, vislumbra-se que a justificativa para classificação de mulheres criminosas enquanto loucas perpassava aspectos de gênero, uma vez que o Conselho Penitenciário mencionou mais de uma vez o cometimento de um crime em bando, algo incomum para uma mulher. Entretanto, embora a hipótese traçada no início da pesquisa fosse de que os juristas utilizavam por conta própria das questões comportamentais para julgar as mulheres, percebe-se que, na verdade, esses elementos eram utilizados enquanto recursos do saber médico e psiquiátrico para classificar as mulheres como anormais.

A invisibilização das mulheres encarceradas vem se demonstrando enquanto uma continuidade, pois embora hoje Santa Catarina possua mais de uma Penitenciária voltada especificamente para as mulheres, o cárcere segue se revelando como um instrumento patriarcal, incapaz de levar em consideração aspectos básicos para garantia de seus direitos humanos e fundamentais.

Em termos históricos, a pesquisa tem revelado que as informações e dados sobre mulheres foram perdidas, omitidas ou sequer registradas, o que demonstra a ausência de interesse estatal para lidar com a questão do crime feminino, o que leva a refletir se isso estava, de fato, vinculado à existência de julgamentos morais e de gênero. Isso porque, uma mulher criminosa era, por tabela, uma mãe e esposa ausente, de modo a contrariar duplamente aquilo que se esperava do comportamento feminino.

As buscas documentais realizadas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina levaram a constatar a falta de dados e de informações precisas sobre o encarceramento feminino no estado, de modo que os questionamentos sobre qual era efetivamente o tratamento que as detentas recebiam, se a separação de sexos era respeitada, se havia uma ala específica para lhes receber ou mesmo se a maioria delas era encaminhada para realização de serviços domésticos permanecem em aberto. Nesse sentido, buscar fazer história das mulheres no direito penal tem sido um desafio de mapear e traduzir silenciamentos e ausências.



Referências

ANDRADE, Camila Damasceno de. *Do trabalho ao cárcere: criminalização e encarceramento feminino em Santa Catarina (1950-1979)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2017.

ANGOTTI, Bruna. *Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. 2. ed. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto, 2018.

BORGES, Juliana. *O que é: encarceramento em massa?* Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

BORGES, Viviane Trindade. Nem loucos, nem são, 'tipos à parte': arquivos, crime e loucura em SC (1930-1970). In: *Revista Latino-Americana de História*, v. 3, p. 6-24, 2014.

COSTA, Bruna Martins; BOITEUX, Luciana. Controle penal da loucura e do gênero: reflexões interseccionais sobre mulheres egressas da medida de segurança no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, p. 460-480, 2020.

DE WIT, Carolina Wanderley Van Parys. *Entre o cárcere e o lar: trabalho e ressocialização feminina na penitenciária de Florianópolis (1930-1963)*. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2021.

FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2017.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

LOMBROSO, Cesare. *O Homem Delinquente*. 3ª Reimpressão. Ícone. 1997. em: <http://minhateca.com.br/AericaDiane/Livros/O-Homem-Delinquente-Cesare-Lombroso,14160546.pdf> Acesso em 05 de mai. 2023.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, 287 p. ISBN 978-85-7541-451-4.

MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: novos paradigmas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

MIRANDA, Antônio Luiz. *A Penitenciária de Florianópolis: de um instrumento da modernidade a utilização por um Estado totalitário*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 1998.

NUNES, Diego. *O percurso dos crimes políticos durante a Era Vargas (1935-1945): do Direito Penal político italiano ao Direito da Segurança Nacional brasileiro*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Florianópolis, 2010.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

POYER, Viviane. *Penitenciária Estadual da Pedra Grande: um estudo sobre a política de combate a criminalidade em Florianópolis entre 1935-1945*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2000.

REBELO, Fernanda. *A Penitenciária de Florianópolis e a medicalização do crime (1935-1975)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Florianópolis, 2004.

SALLA, Fernando; BORGES, Viviane Trindade. Prontuários de instituições de confinamento. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. (org.). *Possibilidades de pesquisa em história*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 115-136.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023. p. 49-80.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. Traduzido por Ricardo Augusto Vieira. In: *Cadernos Pagu* (3), São Paulo, 1994: p. 29-62.

Fontes

Relatório da Penitenciária Estadual da Pedra Grande, 1971. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Prontuário 1337 – 1949 - IDCH

Between madness, crime and social control over women: a study on gender norms and their reflections in legal narratives about women imprisonment and psychiatric hospitality in the period of 1940-1960 in Florianópolis/SC.

Abstract: This research is on the topic of history of criminal law and criminology, studying the women's imprisonment in Florianópolis/SC, during the years 1940-1960. The main objective is to investigate the relationships between criminal-asylum control and gender norms and female behavior, based on the narrative of the institutions about the convicted women who passed through the Florianópolis Penitentiary and received the concomitant attribution of psychiatric intervention due to the application security measure along the lines of the double binary punishment system, in force in the 1940 Penal Code. Based on research that uses historiographic and documentary methodology, analyzing administrative and judicial processes at the Florianópolis Penitentiary, we seek to verify whether, based on the speeches of the authorities responsible for the institutions analyzed in the judicial processes and selected penitentiary dossiers, referring to women held in the Florianópolis Penitentiary who had their sentence also crossed by psychiatric control, with referral to Colônia Santana, in the period 1940-1960, it is possible to verify the presence of a legal assessment that goes beyond the criminal type practiced, dealing with obedience (or not) to gender and behavioral norms imposed on women. The preliminary hypothesis is affirmative, in the sense that the fundamentals about being "a good woman" stand out from other aspects of the crime and the prisoner's



Pesquisa e Ensino de **História das Mulheres e do Gênero**

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

personality. The general objective of the work is to investigate what arguments and legal elements are used by those responsible for criminal control institutions regarding women who, during the execution of their sentence, were referred for psychiatric treatment in the period between the years 1940 and 1960. In this sense, The aim is to assess whether, in order to confirm the supposed “madness” of women labeled as criminals, the institutional, medical and legal discourses demonstrate, in addition to criminal issues, the presence of arguments based on the adequacy of their behavior to gender norms.

Keywords: History of law of women. Women imprisonment. Feminist criminology.



A EXPERIÊNCIA VIVIDA: A TRAJETÓRIA RELIGIOSA DE MULHERES SEM RELIGIÃO PERTENCENTES A COLETIVOS FEMINISTAS

Renata Fernandes Maia de Andrade¹

Resumo: As pesquisas que abordam mulheres e religião têm se dedicado, especialmente, em análises que buscam compreender como as relações de poder se estabelecem sobre o gênero feminino dentro dessas instituições. As problematizações mais frequentes se referem aos seguintes questionamentos: se o número de fiéis é majoritariamente feminino, qual é o motivo de mulheres não terem participação em cargos de poder nas instituições religiosas? E, quando nomeadas pastoras, por exemplo, por que isso ocorre em igrejas menos expressivas? Ainda não foram encontradas pesquisas que joguem luz para a compreensão do fenômeno do crescimento do número de mulheres que se declaram sem religião, bem como não foram identificadas pesquisas de campo que ouçam essas mulheres e problematizem quais as motivações que impactaram nessa escolha. Neste trabalho, portanto, objetiva-se apresentar a trajetória religiosa de mulheres sem religião pertencentes a coletivos feministas, demonstrando os elementos que contribuíram para seu afastamento das instituições religiosas. Como metodologia usamos as técnicas das práticas discursivas para produção de sentido. Utilizamos entrevistas semiestruturadas, tendo um roteiro de perguntas pré-estabelecidas, porém dinâmicas e flexíveis, que permitiu a fluência espontânea da entrevistada nos coletivos feministas União Brasileira de Mulheres (UBM) e DiJeje. A UBM foi escolhida pela longevidade, tendo acompanhado o processo de redemocratização e o aprofundamento das discussões de gênero e direitos das mulheres no Brasil e o DiJeje por representar as vozes das mulheres negras, uma vez que as vivências femininas são múltiplas e o recorte de raça é fundamental. As entrevistadas contam as suas histórias, pautadas pela sua memória afetiva e inseridas no seu esforço de se construir como sujeito no mundo. Busca identificar, então, como as sujeitas dão significado ao que vivem, bem como seus modos de sentir, agir e pensar. É a interpretação da sujeita que produz sentido e gera uma ação concreta na realidade, ou seja, busca identificar o ponto de vista das sujeitas sobre seu relato. Essa metodologia contribui na compreensão dos processos pelos quais as mulheres descrevem e explicam o mundo em que vivem, incluindo a si mesmas. Nos revelaram como a variedade das histórias de vida das mulheres, marcadas por uma complexidade significativa de experiências, as levaram a interpretar sua jornada pessoal como um embate interno acerca de seus valores religiosos e suas identidades femininas plurais contribuindo assim para seu rompimento institucional. Das oito mulheres entrevistadas, sete vem de famílias católicas e uma de família já sem laços institucionais. Se tornaram católicas por meio da imposição familiar. Todas elas romperam entre a adolescência e a fase adulta os laços com suas instituições religiosas e permanecem assim até os dias atuais. O afastamento das instituições religiosas ocorreu devido às suas vivências religiosas particulares nas igrejas correlacionadas às suas origens étnicas, seu gênero e sua orientação sexual. Seus relatos, portanto, não representam apenas um retorno ao passado, mas uma tomada de posição em suas próprias vidas e que nesse caso refere-se a se tornar uma mulher sem religião.

¹ Bolsista CAPES. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas, membra do Grupo de Pesquisa Religião e Cultura. Graduada em História (UNI-BH), Mestra em História da Educação (UFU). Atua como Professora de História do Ensino Médio na rede privada em Belo Horizonte/MG. Colunista da Revista Senso e articulista do Projeto Pensar Educação, Pensar o Brasil (1822-2022) da UFMG. E-mail: renatafma0212@gmail.com.

Palavras-chave: Sem religião, Gênero, feminismo, Ciências da Religião aplicada.

Introdução

O projeto de pesquisa doutoral em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião é “A experiência vivida: as mulheres sem religião em coletivos feministas” e o campo de estudo explorado é o de mulheres que já estiveram vinculadas a alguma instituição religiosa, mas por não se sentirem mais pertencentes se declaram sem religião.

Uma das fontes iniciais que apresentam informações sobre os indivíduos que se declaram como sem religião são os dados de recenseamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)² dos últimos anos. Neles a categoria sem religião é nova e, segundo Denise Rodrigues (2009), somente a partir de 1960 que essa categoria foi apresentada de forma independente no censo. José Álvaro Vieira (2020) nos apresenta os dados cronologicamente organizados sobre os sem religião na tabela abaixo.

Tabela 1 – Valores absolutos e percentuais dos sem-religião, no Brasil, de 1890 a 2010.

| | Valores absolutos | Percentuais |
|--------------------|--------------------------|-------------|
| 1890 | 7.257 | 0,05 |
| 1940 ¹³ | 189.304 | 0,45 |
| 1950 | 412.042 | 0,79 |
| 1960 | 388.126 | 0,54 |
| 1970 | 715.056 | 0,75 |
| 1980 | 2.252.782 | 1,86 |
| 1991 | 7.542.246 | 5,13 |
| 2000 | 12.876.356 ¹⁴ | 7,59 |
| 2010 | 15.335.510 | 8,04 |

Fonte: VIEIRA, 2020. p. 50

Na tabela percebe-se um crescimento significativo e contínuo desse grupo entre 1890 e 2010, mas vale destacar uma redução entre a década de 1950 e 1960. De acordo com Vieira (2020), isso ocorreu devido a uma mudança relativa à composição da categoria sem religião onde, até 1950, a autodeclaração sem religião e a população tratada como indefinida ou indecisa sobre a religião eram categorizados conjuntamente. A partir de 1960, os sem religião, foram categorizados separadamente. Os maiores picos nos dados aparecem a partir de 1980. Vale destacar que esse fenômeno não é

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). População por religião. Disponível em <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP60> - Acesso em 03 jun. 2021 às 14h.



exclusivo do Brasil e, segundo José Cláudio Ribeiro (2013), esse fenômeno é observado em outros lugares do mundo.

O Pew Forum on Religion & Public Life³ estima que 16% da população mundial (já incluídos 2,3% de ateus) seja de não afiliados a religiões, condição que vem crescendo. São não afiliados: 21% da população na região Ásia/Pacífico, 18% na Europa e 19,6% nos Estados Unidos. Na América Latina, o Uruguai apresenta 17,2% de ateus/agnósticos e 23,2% são crentes-sem-religião; na Argentina, 11% são não religiosos, assim como 8,3% no Chile. (RIBEIRO, 2013. p. 6).

Nos Estados Unidos, por exemplo, o crescimento do número de pessoas sem religião é chamado de *ascensão dos nones* e, segundo o relatório publicado pela Pew Research Center⁴ um terço dos adultos com menos de 30 anos não tem afiliação religiosa (32%).

Regina Fernandes (2006), dentre outros pesquisadores⁵, definem quatro tipos de sem religião no Brasil. O primeiro de *religiosidade própria* onde os indivíduos se apropriam de elementos de vários sistemas religiosos e moldam a própria religião. O segundo tipo é o *desvinculado e descrente* que podem ser os agnósticos que acreditam na existência de uma força superior, mas sem símbolos de outras religiosidades. O terceiro tipo, por sua vez, os *críticos das religiões* que analisam a religião como alienante aos indivíduos geralmente influenciados pelas teses marxistas e o quarto, por fim, os *ateus*. Portanto, esse agrupamento é heterogêneo, multifacetado, estão espalhados pelo Brasil e presentes em vários segmentos sociais.

Os sem-religião, portanto, são compreendidos como indivíduos desvinculados das instituições religiosas. Para aqueles que possuem fé, ela “[...] deixa de ser dominada pela tradição de um povo ou de uma comunidade para se tornar objeto de escolhas e gosto do indivíduo.” (ANTONIAZZI, 2004, p. 260). Isso significa que essas pessoas vivem suas crenças de um jeito próprio e podem adotar valores simbólicos de outras religiões e/ou filosofias de vida. Assim, têm um sincretismo próprio e não possuem práticas e obrigações constantes em nenhuma instituição religiosa. Assim como Regina Novaes (2004), que afirma que os sem religião podem ser compreendidos como conjunção de *ventos secularizantes e espírito de época*, pois “neste contexto, a religião torna-se um fator de escolha em uma sociedade que enfatiza inúmeras possibilidades de escolhas, mas reduz acessos e oportunidades” (NOVAES, 2004. p. 328). Isto é, os indivíduos são convidados a fazer escolhas em um campo religioso mais plural e diversificado onde se pode aderir a diversos sistemas de crença ou não possuir

³ Religiously Unaffiliated - <https://www.pewresearch.org/religion/2012/12/18/global-religious-landscape-unaffiliated/> - Acesso em 26 marc. 2023 às 09h.

⁴ “Nones” on the Rise - <https://www.pewresearch.org/religion/2012/10/09/nones-on-the-rise/> - Acesso em 26 de marc. 2023 às 09h30.

⁵ Tais como Juliana Alves Magaldi (2008), Denise Rodrigues (2009), Rafael Villasenor (2013) e José Vieira (2020).

nenhuma crença.

As pesquisas elaboradas sobre os sem religião buscam explicar esse fenômeno a partir de hipóteses como: crise das instituições tradicionais de sentido, destradicionalização, a secularização, os impactos da pós-modernidade, desencantamento, a privatização religiosa do indivíduo, anacronismo da estrutura das Igrejas, falta de fôlego das religiões tradicionais para a reprodução, crescimento do individualismo, neoliberalismo, dentre outros.

Nessas análises destaca-se que o perfil majoritário dos sem religião é o de serem jovens, homens, baixa ou nenhuma renda e maior concentração em periferias urbanas do país. Porém, quando fazemos o recorte de gênero, o desconhecimento é total sobre mulheres que se autodeclaram como sem religião.

Percebemos isso, quando mergulhamos nos microdados do IBGE onde apreendemos que nos anos de 2000 (4.887.267) e 2010 (6.253.004) o número de mulheres que se declararam sem religião teve um aumento de 27.94%. Mas, ao buscarmos informações e análises sobre essas mulheres percebemos a inexistência de pesquisas. As estatísticas representam uma das formas de representar a vida social e nos trazem o desafio da interpretação em busca e atribuir-lhes sentido. Em um país declaradamente religioso como o Brasil e, em que o número de desfiliações religiosas cresce, representando o terceiro maior agrupamento pelos dados do IBGE, pensar o papel do gênero como um possível agente na autodeclaração de mulheres sem religião apresenta-se como um desafio imperativo.

A trajetória religiosa de mulheres sem religião pertencentes a coletivos feministas

O número de mulheres entrevistadas foi o de oito nos coletivos feministas UBM e Di Jeje. No Coletivo UBM, ao total, 27 mulheres responderam ao questionário. Dessas, seis se declaram como sem religião, sendo uma sem religião atea, duas sem religião agnóstica e três sem religião com crença. Todas as seis mulheres foram convidadas para a entrevista individual e quatro aceitaram participar e foram entrevistadas. Já no Coletivo DiJeje, ao total, 37 mulheres responderam ao questionário. Dessas, 22 se declaram como sem religião, sendo quatro sem religião atea, 4 sem religião agnóstica e 14 sem religião com crença. Todas as 22 mulheres foram convidadas para a entrevista individual e quatro aceitaram.

A análise das entrevistas foi realizada por meio das técnicas da análise das práticas discursivas como produção de sentido, organizada por Mary Jane Spink (2013). Logo “para responder às perguntas feitas, a pessoa recorre às informações que circulam em seu meio, processadas por ela ao

longo de suas experiências de vida” (SPINK, 2013. p. 181). Elas buscam argumentos que tornem a resposta dada a pergunta plausível e com sentido, isto é, as entrevistas são ações contextualizadas no tempo e espaço social através das quais se constroem as compreensões da realidade, ou seja, os sentidos.

numa conversa o locutor posiciona-se e posiciona o outro, ou seja, quando falamos, selecionamos o tom, as figuras, os trechos de histórias, os personagens que correspondem ao posicionamento assumido diante do outro que é posicionado por ele. As posições não são irrevogáveis, mas continuamente negociadas. (SPINK, 2013. p. 173).

As entrevistas, nessa perspectiva, apresentam as diferentes formas de leitura da realidade social das entrevistadas, bem como é uma ação por meio do qual as entrevistadas produzem sentidos e constroem versões acerca da realidade que viveram. As entrevistas são ações contextualizadas no tempo e espaço social através das quais se constroem as compreensões da realidade, ou seja, os sentidos. Como estratégia para assegurar o rigor da interpretação, foi adotada a técnica dos mapas de associação de ideias. Esses mapas são construídos a partir das categorias temáticas que refletem os objetos da pesquisa.

Das oito mulheres entrevistadas, sete vêm de famílias católicas e uma de família já sem laços institucionais. Apesar das transformações do campo religioso brasileiro nas últimas décadas ainda continuamos como um país majoritariamente católico e, como afirma Denise Rodrigues (2009), os católicos são doadores universais para outras religiões. Além de saírem majoritariamente de igrejas católicas nossas entrevistadas, quando abordadas sobre suas lembranças de infância, convergem para as mesmas recordações relacionadas à obrigação.

“A minha família sempre foi muito religiosa, muito religiosa, muito católica. E na minha infância a religião aparece como uma obrigação, como se tivesse que prestar contas de alguma coisa.” Conceição. Coletivo DiJeje. 2023⁶.

Por meio das práticas de produção de sentido interpretamos que as entrevistadas compreendem sua trajetória religiosa como imposição da tradição familiar, isto é, se tornaram católicas por obrigação imposta pelos pais. Acerca da obrigatoriedade familiar, Denise Rodrigues (2009), chama de transferência vertical e intergeracional da religião onde os pais obrigam seus filhos a seguirem os rituais religiosos que eles seguem. Melissa Wilcox (2009), porém, nos mostra que a transferência vertical e intergeracional da religião não é mais garantia de permanência nas instituições religiosas. Para ela, no que se refere às mulheres, “neither of these factors is particularly important in determining the role of

⁶ Por questões éticas os nomes das entrevistadas foram alterados e os utilizados na pesquisa referem-se a importantes feministas do Brasil.

congregations in the lives of most women” (Wilcox, 2009. p. 140). Os fatores que determinam as escolhas religiosas das mulheres, é a história pessoal da sujeita e suas experiências vividas. Essa perspectiva é reforçada por nossas entrevistadas, pois a maior parte das delas relata que ao conquistarem sua autonomia intelectual, financeira ou quando não suportaram mais o ambiente hostil, rompem com a obrigação intergeracional.

“E no meio da crisma eu também desisti. Por quê? Porque não... na igreja católica, porque não... a fala não fazia sentido já naquele momento para mim, e eu não encontrava refúgio e conforto dentro da igreja. Aquela questão, ah, você tem que se confessar. Falei: “Meu, mas Deus sabe o que está no meu coração”. Lélia. Coletivo DiJeje. 2023.

O rompimento com a obrigação intergeracional ocorre a partir de uma análise da experiência pessoal da entrevistada, pois ela desistiu, uma vez que os valores da instituição não faziam mais sentido, além da igreja ser um local hostil em que as mulheres não encontram refúgio e conforto. Além disso, Lélia expressa uma visão mais pessoal de sua relação com Deus e, por isso, não precisa da intermediação institucional.

Todas as entrevistadas romperam entre a adolescência e a fase adulta os laços com suas instituições religiosas e permanecem assim até os dias atuais. Segundo Marcos Nicolini (2015) na adolescência, busca-se sua própria identidade, e um dos caminhos é o afastamento da religião na qual foi criado. Nossas entrevistadas corroboram isso:

“porque [com 18 anos] eu tinha muita sede de viver tudo, de experimentar tudo e sempre tinha justificativa do pecado, de na bíblia não pode, disso não pode. Eu estava querendo viver, eu me sentia podada e controlada o tempo todo, sabe?” (Conceição. Coletivo DiJeje. 2023).

Além disso, numa sociedade mais diversificada religiosamente, onde uma estrutura religiosa tradicional, em que valores e normas são transmitidos verticalmente e com poucas mudanças por gerações, vem perdendo força para processos culturais mais horizontais e dinâmicos.

A trajetória religiosa de nossas entrevistadas revela por fim que percebem a igreja como espaço de socialização e, ao mesmo tempo, violência e medo. A infância e adolescência são marcadas por um forte envolvimento com a Igreja Católica, estimuladas pela experiência lúdica – prazer, criatividade, imaginação - e pela dimensão social - serviços no altar, festinhas - presentes no espaço religioso, gerando uma forte sensação de pertencimento e conexão com a comunidade, mas também centrada no medo e na punição associada ao divino.

As mulheres sem religião entrevistadas definem religião como algo institucional, ou seja, a existência de um templo, regras, rituais e mandamentos. Portanto, para elas, ser uma mulher sem

religião está ligada a não frequentar as instituições religiosas. Isso corrobora as pesquisas produzidas pelo Grupo de Pesquisa Religião e Cultura da PUC Minas.

de modo geral, nas demais pesquisas de campo do Grupo de Pesquisa, [...] temos observado uma predominância de pessoas que se autodeclaram sem religião, mas que afirmam ter crenças religiosas. Trata-se de pessoas com crenças, que compreendem a religião como instituição. Sendo assim, o ser sem religião corresponde em algum medida ao processo de desvinculação da instituição. (RITZ e SENRA, 2022. p. 325).

Quando se aborda as práticas espirituais cotidianas e o que significaria Deus, caso ele existisse, especificidades aparecem. Caso Deus existisse, para as mulheres sem religião agnósticas, seria uma energia, algo que permite fluidez e jamais algo com características humanas. A concepção de Deus vai além das tradições e dogmas religiosos institucionalizados. As ateias, por sua vez, afirmam que a ideia de Deus é um vazio, uma ausência de significado.

Já as mulheres sem religião com crença nos mostram a existência de uma fé desinstitucionalizada. Se apropriam de elementos de vários sistemas religiosos e moldam a própria religião, bem como não estão ligadas a uma comunidade. A atração pelo religioso não sumiu, foi remodelada e, as entrevistadas, se sentem confortáveis e livres para construir suas identidades religiosas individuais. Utilizam os elementos religiosos que mais as atraem dependendo do momento que passam na vida. Assim que tais recursos não funcionam mais, são evitados ou podem ser substituídos, quase que de uma forma nômade. Lélia do Coletivo DiJeje:

“Eu não deixo de fazer retiros, eu já fiz retiro budista [...]. Sou praticante de yoga [...]. Eu professo a minha fé dessa maneira. Ah, olha, eu acredito em um Deus supremo, em uma energia. Mas eu acendo a minha velinha”. (Lélia. Coletivo DiJeje, 2023).

Melissa Wilcox (2009) chama esse fenômeno de mosaico religioso (ou espiritual):

Yet even here the picture is more complicated than it first appears, because which aspects of a religious organization a particular woman found useful were inevitably influenced by her own heritage, personal history, previous experiences, and self-understanding. (WILCOX, 2009. p. 133).

Consumem, portanto, apenas os elementos que fazem sentido em suas vidas, enfim, uma religiosidade customizada e com traços próprios. As religiões fornecem os ladrilhos de formas e tamanhos variados, onde cada mulher constrói sua identidade religiosa ou espiritual própria a partir de sua vivência pessoal e de experiências anteriores como vistos nos relatos de nossas entrevistadas. A história pessoal e sua autocompreensão como mulher influenciam como elas avaliam a utilizada das instituições religiosas e seus dogmas.

As religiões tradicionais, afirma Melissa Wilcox (2009), são delimitadas pela rigidez de normas e condutas, incluindo papéis de gênero. Porém, os indivíduos contemporâneos, são mais fluidos e



flexíveis e, por isso, consomem elementos religiosos sem a mediação das instituições religiosas, pois de acordo com o momento vivido um elemento religioso pode ser substituído por outro sem qualquer controle institucional. A expressão da crença, quando existe, se manifesta de forma individual e não institucionalizada e, isso reforça, que as sujeitas sem religião não são sinônimos de descrença, mas desinstitucionalização e, no caso das entrevistadas nessa pesquisa, desfiliações especialmente de igrejas católicas.

Considerações finais

O tempo vivido, como conceitua Spink (2013), é aquele das experiências de vida pessoal que refletem a classe social, faixa etária, orientação sexual, etnia, dentre outros elementos das sujeitas e, foi ele propiciou às mulheres sem religião dos coletivos feministas, a construção de seus repertórios interpretativos que as ajudaram no processo de compreensão dos fatores que as levaram a ruptura institucional.

As experiências religiosas vividas pelas mulheres entrevistadas, portanto, estão diretamente conectadas com suas formas de crer e não crer atuais. Suas formas de crer e não crer, portanto, foram afetadas pelas vivências religiosas, suas origens étnicas, seu gênero, sua orientação sexual e ainda fatores individuais que as levaram a experiências únicas e particulares nas igrejas. Hoje, portanto, somos indivíduos marcadas por um mosaico de identidades – raça, orientação sexual, classe, papéis de gênero, história pessoal, local de nascimento - logo, uma religião com uma identidade única e imutável, torna-se insuficiente para a complexidade de nossas identidades femininas plurais. Essas identidades femininas múltiplas dão sentidos ao mundo das entrevistadas e, portanto, renegociá-las constantemente torna-se necessário ao longo de nossas vivências e, isso inclui, os elementos religiosos.

As mulheres sem religião se posicionam criticamente em seus relatos sobre o passado e demonstram que viveram uma trajetória religiosa marcadas por lutas internas que confrontam os valores religiosos e suas múltiplas identidades femininas. Portanto, seus relatos não representam apenas um retorno ao passado, mas uma tomada de posição em suas próprias vidas que se materializa no afastamento das instituições religiosas. Suas trajetórias de vida proporcionaram as mulheres sem religião a compreensão de que suas identidades como mulheres não se alinhavam com os ensinamentos religiosos, levando-as a ruptura institucional.

Referências Bibliográficas



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

ANTONIAZZI, Alberto. Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto? São Paulo: Paulus, 2004.

FERNANDES, Silvia Regina Alves. Sem religião: a identidade pela falta? In.: FERNANDES, Silvia Regina Alves (org.). Mudança de religião no Brasil – desenvolvendo sentidos e motivações. São Paulo: Palavra e Prece, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). População por religião. Disponível em <https://seriestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP60> - Acesso em 03 jun. 2021 às 14h.

MAGALDI, Juliana Alves. Os 'sem religião' no Brasil: um estudo socioantropológico sobre suas interpretações e consequências. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

NOVAES, Regina. Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espírito de época” e novos sincretismos. Notas preliminares. Estudos Avançados, 18 (52), 2004.

NICOLINI, Marcos Henrique de Oliveira. Reconhecendo-se sem-religião nas periferias da cidade: liberdade compartilhada como resistência. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.

Pew Research Center. Religiously Unaffiliated - <https://www.pewresearch.org/religion/2012/12/18/global-religious-landscape-unaffiliated/> - Acesso em 26 marc. 2023 às 09h.

Pew Research Center. “Nones” on the Rise - <https://www.pewresearch.org/religion/2012/10/09/nones-on-the-rise/> - Acesso em 26 de marc. 2023 às 09h30.

RIBEIRO, José Cláudio. Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva. Cadernos IHU ideias Ano 11 – Nº 198 – 2013.

RITZ, Claudia Danielle Andrade; SENRA, Flávio. Pessoas sem religião com crenças: considerações sobre o fenômeno religioso dos sem religião. Caminhos, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 316-334, 2022.

RODRIGUES, Denise dos Santos. Os sem religião e a crise do pertencimentoinstitucional no Brasil: o caso fluminense. 2009. 344 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SPINK, Mary Jane. Produção de Sentido no Cotidiano. In.: SPINK, Mary Jane (org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2013.

VIEIRA, José Álvaro Campos. Ensaio de espiritualidade não religiosa: estudo a partir de indivíduos sem religião em Belo Horizonte. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

VILLASENOR, Rafael Lopez. Os "sem religião" no ciberespaço: interfaces da religiosidade nas comunidades Virtuais. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

WILCOX, Melissa M. Queer Women and Religious Individualism. Los Angeles: Indiana University Pres, 2009.



The lived experience: the religious trajectory of non-religious women belonging to feminist collectives

Abstract: Research on women and religion has focused especially on analyzing how power relations are established over the female gender within these institutions. The most frequent problematizations refer to the following questions: if the number of believers is mostly female, why don't women hold positions of power in religious institutions? And when they are appointed pastors, for example, why does this happen in less expressive churches? No research has yet been found that sheds light on the phenomenon of the growing number of women who declare themselves to have no religion, and no field research has been identified that listens to these women and discusses the motivations that had an impact on this choice. The aim of this paper is therefore to present the religious trajectory of women without a religion who belong to feminist collectives, demonstrating the elements that contributed to their withdrawal from religious institutions. As a methodology, we used the techniques of discursive practices for the production of meaning. We used semi-structured interviews with pre-established but dynamic and flexible questions, which allowed the interviewees to flow spontaneously in the feminist collectives União Brasileira de Mulheres (UBM) and DiJeje. The UBM was chosen for its longevity, having accompanied the process of re-democratization and the deepening of discussions on gender and women's rights in Brazil, and DiJeje for representing the voices of black women, since women's experiences are multiple and race is fundamental. The interviewees tell their stories, guided by their affective memories and embedded in their efforts to construct themselves as subjects in the world. It seeks to identify how the subjects give meaning to what they experience, as well as their ways of feeling, acting and thinking. It is the subject's interpretation that produces meaning and generates concrete action in reality, in other words, it seeks to identify the subjects' point of view on their story. This methodology contributes to understanding the processes by which women describe and explain the world in which they live, including themselves. It revealed to us how the variety of women's life stories, marked by a significant complexity of experiences, led them to interpret their personal journey as an internal clash over their religious values and their plural feminine identities, thus contributing to their institutional break. Of the eight women interviewed, seven came from Catholic families and one from a family with no institutional ties. They became Catholic through family imposition. All of them broke ties with their religious institutions between adolescence and adulthood and remain so to this day. They left their religious institutions because of their particular religious experiences in the churches correlated to their ethnic origins, their gender and their sexual orientation. Their accounts, therefore, do not just represent a return to the past, but a taking of a stand in their own lives, which in this case refers to becoming a woman without religion.

Keywords: No religion, Gender, feminism, Applied religious sciences



MULHERES NEGRAS: SIM, NÓS SOMOS PESQUISADORAS

Rosana Vargas Fraga¹

Resumo: O presente trabalho aponta a discussão da proposta de pesquisa a respeito da produção de conhecimento das mulheres negras na ciências humanas, que tem como propósito investigar as relações na construção dos saberes no espaço acadêmico, sendo assim, “Analisar o processo que as mulheres negras desenvolvem na realização de suas pesquisas em face às assimetrias de classe, gênero e raça no contexto acadêmico identificando os enfrentamentos às desigualdades. Para a introdução do tema, destacamos que o racismo estrutural invisibiliza a população negra no cenário educacional. Logo, o ambiente acadêmico como espaço considerado legítimo de produção de conhecimento, se estabelece como um lugar de acesso restrito devido aos condicionantes sociais e econômicos. Nesse contexto, para as mulheres negras a combinação do racismo e outros marcadores sociais, se transforma em uma forma eficaz de exclusão e coerção dificultando seu acesso e permanência na trajetória educacional, desse modo, colocando em dúvida a validade de seu lugar como produtora de ciência. Assim, destacamos a importância das mulheres negras para o enfrentamento ao racismo e fortalecimento da ciência, pois a produção de conhecimento das mulheres negras está atrelada à ancestralidade, numa perspectiva diaspórica, e se constrói por meio da teoria e da prática tendo um olhar atento às questões de raça, classe e gênero, ou seja, uma narrativa própria das experiências vivenciadas.

Palavras-chave: mulheres negras, pesquisa, racismo, sexismo.

O acesso e a permanência no ensino superior não acontece de maneira equânime, pois as questões excludentes de classe, gênero e raça não cessam com a entrada ao espaço acadêmico, considerando que esse lugar tem sido destinado prioritariamente a determinados corpos. Podemos apontar, que o racismo opera de maneira atroz, assim como, o sexismo que se propaga promovendo desigualdades entre os gêneros, ou seja, perpetuando padrões sociais que consentem como comportamento legítimo a superioridade branca, masculina e heteronormativa.

Nesse sentido, quando analisa-se a relação do racismo e educação e a maneira como afeta as mulheres negras na produção do conhecimento, não podemos esquecer da trajetória vivenciadas desde a infância, fatos que alteram as escolhas, e a continuidade no ambiente escolar. Sem dúvida é necessário pensar no contexto encontrado pelas meninas negras, com o racismo que atribui às suas famílias, condições econômicas ineficientes e escassez de oportunidades.

¹ Doutoranda em Interdisciplinar da Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Assistente Social. rosanavf12@gmail.com



Para as mulheres negras, as desigualdades reforçam os estereótipos construídos pelo racismo e sexismo de que essas mulheres não possuem capacidade para executar determinados tipos de trabalhos/carreiras, destacado carreiras acadêmicas, a produção de conhecimento.

Assim, corrobora-se que os desafios vivenciados pelas mulheres negras pesquisadoras, se inicia bem antes da inserção na carreira acadêmica, contudo quando alcançam essa etapa se constituindo como produtoras de conhecimento, o racismo e sexismo não cessam, pois, a estrutura de desigualdades se mostra transversal a vida das mulheres negras.

Nessa direção, apresentaremos alguns pontos importantes desta discussão, que remetem a pesquisa que pretende analisar o processo que as mulheres negras desenvolvem na construção de suas pesquisas em face às assimetrias de classe, gênero e raça no contexto acadêmico identificando os enfrentamentos às desigualdades. E que sustentam e colaboram na afirmação de que mulheres negras também são pesquisadoras que produzem conhecimento científico, contribuindo para justiça social e o progresso das ciências.

Universidade Espaço acadêmico e Mulheres Negras Pesquisadoras

A universidade é considerada um espaço legítimo de conhecimento, que se constituiu como um espaço “de ciência”, onde os homens tiveram seu acesso facilitado, e nessa perspectiva, a Universidade se desenvolveu promovendo o conhecimento que colaborou com uma pequena parcela, pois, percebe-se ao longo do desenvolvimento do conhecimento, o quanto esse processo foi inundado de pensamentos e ideias que pactuaram para construir um enredo que inferiorizaram populações que não correspondiam ao padrão “eurocêntrico, heteronormativo, masculino”.

O impacto da luta dos movimentos sociais na reivindicação de direitos sociais, como a educação, abriu caminho para que a Universidade se colocasse como um lugar de acesso igualitário, e também permitindo que se construísse como um espaço de pluralidade do conhecimento, contemplando todas as culturas.

As mulheres negras que estão produzindo conhecimento, sinalizam ao enfrentamento do silenciamento no espaço acadêmico, a partir do constante debate acerca da representação das subjetividades, das questões de gênero e raça e de classe. Conduzem a crítica em relação à imparcialidade da pesquisa quando se definem seus objetos a partir do lugar de suas vivências.

Com o advento das ações afirmativas, a crescente inserção da população negra na universidade, desvelou uma fragilidade da estrutura social já conhecida mas não admitida como racismo e sexismo. Denúncias recorrentes ataques de cunho racistas e sexistas apontam para uma estrutura violenta e de



risco às mulheres negras, podendo afetar diretamente sua permanência e o avanço de suas carreiras acadêmicas. Visto que, a presença de mulheres e negras no espaço “acadêmico” desobedece uma lógica, de para quem é destinado o acesso ao espaço do ensino superior, quem é aceito para ensinar e qual conhecimento está autorizado a transitar dentro dos muros da universidade.

Com a maior presença das mulheres negras no ensino superior, com o surgimento das ações afirmativas, todavia destaca que a entrada no ensino superior não cessou o racismo que confrontam as mulheres negras, logo, o olhar para as situações de racismo e também as questões que envolvem o gênero, como sexismo, se tornaram também uma pauta para a estudo e debate na universidade. Assim, enquanto as mulheres negras, na busca pelo reconhecimento, legitimidade e protagonismo no espaço do conhecimento, o status de pesquisadora sempre foi negado, juntamente com a cultura e os saberes que enfrentam a hegemonia do conhecimento em um espaço acadêmico predominante branco.

Nessa direção, conforme destaca Gomes (2017), o movimento negro trouxe o debate sobre o racismo para o cenário público e reivindicou políticas públicas e a efetividade na superação das desigualdades raciais. Ressignificou a política de raça indicando na perspectiva de emancipação e não de inferioridade. Ao compreender a raça, revela as imagens negativas que são naturalizadas sobre os negros, e afirma a raça como construção social apontando para a falácia do mito da democracia racial.

Além disso, Gomes (2017) contribui para a discussão narrando o histórico do movimento negro e a luta pela educação que a partir do final dos anos de 1970, o movimento negro, (intelectuais negros e não negros) indicam para a sociedade e o Estado que a desigualdade da população negra, não se define apenas pela herança da escravidão, mas se apresenta de uma forma mais complexa, e que abrange uma estrutura do plano econômico, político e cultural.

Assim, conforme Figueiredo e Grosfoguel (2009), a respeito do racismo nas universidades com base na experiência de estudantes negros, evidenciam a perspectiva da colonialidade do poder para entender as hierarquias sociais, a importância da temática das desigualdades, a formação do campo de estudos das relações raciais, e a entrada de pesquisadores negros, e também, as políticas decoloniais na produção de conhecimento, assim como, a colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço acadêmico.

Desta forma, o conhecimento das mulheres negras se constrói por meio da teoria e da prática unidas a um projeto de justiça social, com um olhar atento nas questões de raça, classe e gênero, e uma narrativa própria das experiências cotidianas. de acordo com hooks (2019) a combinação do racismo e machismo, tende a ser mais nociva para mulheres negras, pois raramente têm suas vozes reconhecidas como intelectuais, e são invisibilizadas. Assim, reforça o compromisso das mulheres negras que



ocupam esses espaços falarem, escreverem, relatarem seus enfrentamentos e estratégias de sobrevivência para sirva de encorajamento e resistência para as outras.

A problemática para as mulheres negras como intelectuais, está na desconstrução do pensamento de uma sociedade brasileira que mantém uma postura racista presente, determinando o que é aceito como legítimo socialmente. Como problematiza Gomes,

O desafio desse grupo de intelectuais está na abertura do olhar da ciência e de grupos que ocupam espaços de poder e decisão no campo da pesquisa científica para que enxerguem a realidade social para além do e compreendam o peso da cultura, das dimensões simbólicas, da discriminação, do preconceito, da desigualdade racial, de gênero e de orientação sexual na vida dos sujeitos sociais. Tal desafio está, também, no entendimento de que não há como hierarquizar desigualdades. Ou seja, toda e qualquer forma de desigualdade precisa ser superada. Esse grupo de intelectuais desafia a ciência a entender as imbricações das dimensões socioeconômicas, culturais e políticas e não de hierarquizá-las (GOMES, 2010, p. 421).

Ao pensar na formação dessa estrutura na sociedade brasileira, com referência na produção de conhecimento, Grosfoguel (2016) auxilia na reflexão acerca da estrutura do conhecimento nas universidades ocidentais a partir de um conhecimento disseminado por uma cultura formada pelos “colonizadores” europeus, onde acarretou o extermínio de outras culturas e seres humanos consideradas inferiores. Logo, observa-se que esse conhecimento desenvolvido como hegemônico vem sendo usado para privilegiar projetos que legitimam o racismo/ sexismo epistêmico.

Destaca-se que a estrutura a partir do conhecimento de homens ocidentais, que apresentam-se como autoridade de conhecimento para o resto do mundo e que como essas teorias poderiam ser capazes de elucidar as realidades sócio-históricas do restante do mundo de outras culturas, a retomada no processo histórico do desenvolvido do conhecimento hegemônico por meio da invisibilidade de outros conhecimentos.

Dados sobre a desigualdade

Nessa situação, podemos observar que a presença das mulheres negras é entendida como uma ameaça, pois a produção de conhecimento dessas mulheres é vinculada à ancestralidade em uma perspectiva diaspórica, ou seja, promove uma ruptura no ciclo hegemônico das epistemologias em voga, construindo um protagonismo plural, interseccional, e uma narrativa que representa a cultura afrodiaspórica na perspectiva da, sendo as mulheres negras, que subvertem a ideia que ainda persevera a história recente não superada de escravidão que delegou a corpos negros à servidão, sendo a mulheres negras submetidas ao trabalho doméstico ou braçal.

Conforme destaca Artes (2018), a discussão referente ao acesso ou conclusão das etapas de escolarização, com recorte de gênero e raça, não deve se definir somente em quantificar as diferenças observadas entre os grupos, é de grande valia, aliançar o debate das questões de poder existentes nas relações sociais que hierarquizam homens e mulheres, brancos e negros. Outro apontamento relevante da autora, é o enfrentamento de experiências de racismo e sexismo (ou discriminação racial/sexual) vivenciadas pelos negros e mulheres, em diferentes espaços sociais, com destaque aqui, o espaço acadêmico (a academia).

Ainda, em destaque para o debate das desigualdades e indicadores, Artes (2018), aponta que na literatura brasileira, a diferença entre homens e mulheres é quantificada a partir de dois indicadores, o primeiro é o índice de paridade de gênero (e a razão de sexo), representado pela sigla IPG e o segundo é o índice de paridade racial representado pela sigla IPR, assim, nesse sentido conforme aponta o estudo da autora, a definição em especificar a desproporção entre brancos e negros, em relação a variável escolar para os níveis selecionados, que tem como objetivo cientificar acerca da participação dos negros no âmbito do ensino superior e na pós-graduação brasileira.

Como apontam os estudos do “Relatório das desigualdades raciais, 2022” do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa - GEMAA, apontam que os indicadores educacionais² que se referem a população preta, parda e indígena no comparativo a respeito à população branca e amarela, apontaram um declínio consistente das desigualdades raciais em relação à escolarização formal.

A pesquisa aponta que a distância entre pessoas alfabetizadas dos grupos raciais foi reduzida da década 1980 para 2022, de 17,4 para 3,1 pontos percentuais (p.10), e acrescenta como dado pesquisado, que a média de anos de estudo cresceu, mesmo que ainda a distância tenha se mantido. Conforme os estudos apontam em 1987 a média de estudo de brancos e amarelos era de 6 anos, contra 3,7 de pretos, pardos e indígenas. Já em 2021, essa média subiu para 10,6 anos para brancos e amarelos e 9 para pretos, pardos e indígenas.

A pesquisa destaca em relação a distribuição dos brasileiros nos diferentes estratos educacionais, dos sem escolaridade ao ensino superior completo, também houve mudanças significativas, os graus de escolaridades cresceram para todos os grupos raciais. Porém, em relação aos brancos e amarelos, concluem que estão de maneira desproporcional nos níveis mais elevados, superior completo e incompleto, ao mesmo tempo que pretos, pardos e indígenas revelam-se em todos os demais níveis.

² pesquisas domiciliares do IBGE, cobrindo o período de 1987 (ano no qual o quesito cor/raça passou a fazer parte sistemática dos inquéritos) até 2022 (ponto mais recente dos dados).



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Como apontamentos, a pesquisa chama atenção que as desigualdades educacionais entre os grupos raciais iniciam-se nos primeiros anos da educação formal. Como apontam os estudos do “Relatório das desigualdades raciais, 2022” do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa - GEMAA, apontam que os indicadores educacionais³ que se referem a população preta, parda e indígena no comparativo a respeito à população branca e amarela, apontaram um declínio consistente das desigualdades raciais em relação à escolarização formal. A pesquisa aponta que a distância entre pessoas alfabetizadas dos grupos raciais foi reduzida da década 1980 para 2022, de 17,4 para 3,1 pontos percentuais, e acrescenta como dado pesquisado, que a média de anos de estudo cresceu, mesmo que ainda a distância tenha se mantido. Conforme os estudos apontam em 1987 a média de estudo de brancos e amarelos era de 6 anos, contra 3,7 de pretos, pardos e indígenas. Já em 2021, essa média subiu para 10,6 anos para brancos e amarelos e 9 para pretos, pardos e indígenas.

A pesquisa destaca em relação a distribuição dos brasileiros nos diferentes estratos educacionais, dos sem escolaridade ao ensino superior completo, também houve mudanças significativas, os graus de escolaridades cresceram para todos os grupos raciais. Porém, em relação aos brancos e amarelos, concluem que estão de maneira desproporcional nos níveis mais elevados, superior completo e incompleto, ao mesmo tempo que pretos, pardos e indígenas revelam-se em todos os demais níveis. Como apontamentos, a pesquisa chama atenção que as desigualdades educacionais entre os grupos raciais iniciam-se nos primeiros anos da educação formal.

O informativo Desigualdades Sociais por ou Raça no Brasil do IBGE (2022) aponta que as desigualdades raciais são importantes vetores de análise das desigualdades sociais no Brasil, na primeira edição em 2019 e a Síntese de indicadores sociais em 2021 já indicava o acesso desigual de distintos grupos populacionais a bens e serviços básicos necessários ao bem-estar. Em relação à educação, o estudo indica que a educação se apresenta como a principal dimensão para facilitar o acesso a oportunidades relacionadas ao trabalho, status de ocupação e mobilidade social.

Em relação ao gênero, IBGE em sua segunda edição do estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021), apresenta informações fundamentais para análise das condições de vida das mulheres no País. Em relação à educação, o estudo aponta que as menores remunerações e maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho não podem ser atribuídas à educação, os dados disponíveis apontam que as mulheres brasileiras são em média mais instruídas que os homens. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua 2019

³ pesquisas domiciliares do IBGE, cobrindo o período de 1987 (ano no qual o quesito cor/raça passou a fazer parte sistemática dos inquéritos) até 2022 (ponto mais recente dos dados).



mostrou que, da população com 25 anos ou mais, 40,4% dos homens não tinham instrução ou possuíam apenas fundamental incompleto, proporção que era de 37,1% entre as mulheres. Já a proporção de pessoas com nível superior completo foi de 15,1% entre os homens e 19,4% entre as mulheres. Ainda indicam que é importante destacar que, apesar de as mulheres mostrarem índices superiores aos dos homens, o acesso à educação se dá de forma desigual para mulheres.

Mulheres Negras e os feminismos

Em relação ao espaço acadêmico para discussão dos feminismos, identifica a universidade como um lugar produtivo e necessário ao questionamento das estruturas ideológicas dominantes. Assim, a produção de conhecimento na perspectiva dos feminismos se coloca como prerrogativa para romper as barreiras discriminatórias, por meio de práticas ativistas que criam novas dimensões sociais, para o processo de enfrentamento ao racismo, aos machismos que vivenciamos no cotidiano, dentro e fora da universidade.

Para Lélia Gonzalez (1988) o feminismo como teoria e prática, contribuiu fundamentalmente para conquistas de pautas importantes para as mulheres, apresentando indagações que motivaram a construção de grupos e redes e a busca por uma nova forma de ser mulher. Além disso, traz a luz para a discussão do caráter político do mundo privado, desenvolveu um debate social, contemplando questões até então estavam invisíveis, como sexualidade, violência, direitos reprodutivos, e essa estrutura tendo como base dominação e submissão a qual são as mulheres mais afetadas. Ainda, aponta que o feminismo contribuiu muito para as discussões acerca das discriminações com base na orientação sexual, porém, falhou em relação a questão de raça.

Como definição Gonzalez (1988), aponta que o feminismo se fundamenta na resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas sustentadas na presença de hierarquia entre homens e mulheres, sendo as mulheres consideradas inferiores. Gonzalez (1988), analisa que poderia ser substituídos os termos homem e mulher por brancos e negros, para se ter uma perfeita definição do racismo.

Nesse ponto, podemos destacar que, Carneiro(2003), elabora uma expressão, que reverbera no movimento feminista negro, “enegrecendo o feminismo”, em que nos mostra que o racismo determina as hierarquias de gênero em nossa sociedade, sendo urgente que os movimentos feministas pensem maneiras de combater essa opressão, ou seja, a necessária identidade reivindicada da mulher negra como sujeito histórico e político. O feminismo negro inicia uma nova epistemologia feminista que contempla as especificidades do grupo social discriminado, movimenta a estrutura de análise que leva



à uma nova teoria de conhecimento que rompe a forma universal do pensamento, para imprimir um olhar a partir das experiências das mulheres negras.

Para o desenvolvimento do pensamento feminista negro, conforme divulga Collins(2019), as intelectuais negras, buscaram recuperar os saberes que foram subjugado. Além disso, para a construção do pensamento feminista negro, todas as mulheres negras estadunidenses que contribuem nesse processo são consideradas intelectuais, logo, o próprio conceito de intelectual poderia ser desconstruído.

O pensamento negro feminista, é construído pelas mulheres negras que constrói a história de resistência, e a todas são incluídas como intelectuais. Esse pensamento ajuda a refletir sobre uma ideia ambígua que é tratada nas instituições superior que colocam as mulheres negras que não estão na academia apenas como objetos de estudo, porém, a ideia do pensamento feminista afasta a ideia de divisão entre a pesquisa acadêmica e ativismo. Segundo Collins(2019), o pensamento feminista negro como teoria social crítica, incluem conhecimentos e práticas institucionais que atuam continuamente nos principais problemas enfrentados pelas mulheres negras coletivamente. Destaca que o pensamento feminista negro como teoria crítica encontra-se no empenho à justiça social.

Considerações Finais:

A pesquisa acerca da produção do conhecimento científico com recorte em mulheres e negras tende a ser desafiadora devido ao enfrentamento necessário contra as estruturas sociais vigentes, como modelo de cultura. Para desconstruir epistemologias centradas em estruturas que desmantelam a identidade negra é necessário ter coragem de falar, de se posicionar, colocar-se como um corpo político e para isso acreditamos que o acesso ao âmbito da pesquisa, é fundamental para a mudança.

Com a cotidiana reprodução de comportamentos de cunho racistas e sexistas, fomentados pelo conservadorismo, o desafio das mulheres negras como intelectuais, está na desconstrução do pensamento escravocrata presente, delimitando o que é aceito como legítimo socialmente. Assim, o pensamento negro feminista para a luta das mulheres negras contribui para enfrentamento das desigualdades, mas também permite a escrita do conhecimento a partir da história ancestral, vivências afrodiáspórica contestando o caminho tradicional da pesquisa com objetivo de ruptura no ciclo hegemônico das epistemologias em voga.

Desse modo, fomentar a permanência de mulheres negras, ou seja, proporcionar ações que permitam que o ambiente acadêmico se faça um espaço seguro. Ainda, debater acerca do compromisso de pesquisadoras negras no enfrentamento ao racismo no espaço acadêmico, a importância de estarem



comprometidas com consciência política tendo o foco na educação como prática para ruptura das estruturas dominantes.

Além disso, a inserção das mulheres negras nesse espaço, o desafio da narrativa e o lugar de protagonismo, na construção de um conhecimento plural, interseccional e o desafio de enfrentamento ao embranquecimento da cultura devido às estruturas sociais que contribuem para a invisibilidade das mulheres negras nos espaços de saberes, são essas entre outras proposições e indagações necessárias para compor o caminho de pesquisa, onde seja possível confirmar a contribuição das vozes de mulheres negras e o reconhecimento na constituição de um conhecimento legítimo.

Referências

ARTES, Amélia. *Dimensionando as desigualdades por sexo e cor/raça na pós-graduação brasileira*. Educação em Revista|Belo Horizonte|v.34|e192454|2018

CAMPOS, Luiz Augusto; Barbosa, Rogério; Ribeiro, Jheniffer & Feres Júnior, João. *Relatório das Desigualdades Raciais* (GEMAA), IESP-UERJ, 2022, p. 1-22.

COLLINS, Patricia Hill. Bilge, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. - 1. ed-São Paulo : Boitempo, 2021.

_____, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. - 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2019.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOQUEL, Ramón. *Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário*. Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petropolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira, In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

GONZALEZ, Lélia. 2020. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

GROSGOQUEL, Ramón. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Revista Sociedade e Estado, vol.31, n. 1, janeiro/abril 2016.

HOOKS, bell. *Intelectuais negras*. Estudos feministas, Florianópolis, V. 3, n.2, p.464-478, ago/dez. 2005.

_____, *Erguer a voz : pensar como feminista, pensar como negra* / bell hooks ; tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019. 380p.1952



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2º edição.* Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.38 - 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2º edição.* Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.48 - 2022.

Black Women: Yes, we are researchers.

Abstract: This work points to the discussion of the research proposal regarding the production of knowledge by black women in the human sciences, which aims to investigate the relationships in the construction of knowledge in the academic space, thus, “Analyzing the process that black women develop in carrying out their research in the face of class, gender and race asymmetries in the academic context, identifying challenges to inequalities. To introduce the topic, we highlight that structural racism makes the black population invisible in the educational scenario. Therefore, the academic environment, as a space considered legitimate for the production of knowledge, is established as a place of restricted access due to social and economic conditions. In this context, for black women, the combination of racism and other social markers becomes an effective form of exclusion and coercion, making it difficult for them to access and remain in the educational trajectory, thus casting doubt on the validity of their place as a producer of science. Thus, we highlight the importance of black women in confronting racism and strengthening science, as the production of knowledge by black women is linked to ancestry, from a diasporic perspective, and is constructed through theory and practice, taking a close look at issues of race, class and gender, that is, a narrative specific to lived experiences.

Keywords: black women, research, racism, sexism.



MULHERES EDUCADORAS E EVANGELIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DO ESPIRITISMO EM ALAGOAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Vanessa Elisa da Silva Correia¹

Resumo: O espiritismo chegou em Alagoas ainda no fim do século XIX, vindo da Europa, e ocupando lugar nas disputas do campo religioso local. Apesar de suas primeiras instituições terem sido fundadas a partir de 1890, a participação das mulheres no espiritismo inicialmente foi restrita a atividades internas, como nas mesas mediúnicas, longe das funções públicas, distantes, também, das instâncias decisórias e dos cargos de liderança. Esse cenário começou a ser modificado na segunda década do século XX, a partir da implementação das escolas evangelizadoras espíritas. Essas organizações escolares, vinculadas aos centros espíritas, tinham foco na educação de crianças empobrecidas e eram dirigidas por um grupo de mulheres, que alcançaram, nessa nova fase, a ocupação de cargos de liderança e, finalmente, registros de suas vozes e ações. Este trabalho propõe a reflexão sobre a transição do silenciamento ao aparecimento das mulheres espíritas nos ambientes públicos, principalmente nas ações vinculadas à caridade e evangelização, considerando a reprodução de papéis idealizados de gênero no interior da estrutura religiosa. Para isso, tentaremos compreender o entrecruzamento entre educação, espiritismo e atuação pública das mulheres alagoanas.

Palavras-chave: Mulheres. Educação. Evangelização. Espiritismo.

O início do século XX trouxe mudanças importantes na organização das cidades. O processo de urbanização no Brasil não se limitava a tentativas de higienização e novos formatos arquitetônicos e urbanísticos, inspirados no que acontecia na Europa, mas também estavam presentes novas leituras de relações sociais, compreensões sobre família, sobre o mundo do trabalho no recente pós-abolição, e opiniões se dividiam acerca da participação das mulheres dentro e fora do ambiente privado. Segundo Rachel Soihet (2018), no final do século XIX e início do XX, com a instauração da ordem burguesa, emergiram temas como modernização e higienização, vistos como essenciais para que as cidades se adequassem aos novos hábitos civilizados, similares aos moldes parisienses. A implantação desses padrões também afetara valores e formas de comportamento de homens e mulheres, com a atribuição e reforço de papéis na estrutura familiar, inclusive com respaldo científico. (SOIHET, 2018, p. 363).

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestra em História pela Universidade Federal de Alagoas. Endereço eletrônico: vanessa.correia@fale.ufal.br. Este texto foi escrito com material coletado e com financiamento do CNPq - processo nº 404662/2021-8 - MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020).



Para Alda Britto da Motta (2012), os grandes acontecimentos e lutas ocorridas no século XIX, que incluem a abolição da escravidão e o fim do período imperial, trouxeram como consequência o clima social da primeira metade do século XX, que tentava se inspirar na burguesia francesa e na *Belle Époque*. Segundo a autora, sobre as mulheres das classes mais favorecidas, há um aprisionamento social delas na primeira metade do século XX, pois, ainda que tenham frequentado escolas, raramente alcançavam a universidade, eram desencorajadas a estender o tempo de escolaridade ou a trabalhar fora de casa. Elas ainda eram restritas ao espaço privado, e poucas conseguiam escapar desse destino.

Por outro lado, as mulheres empobrecidas sempre estiveram presentes nas atividades laborais fora de suas residências, no sustento das casas, trabalhos, principalmente informais, que gerassem renda para a sobrevivência de suas famílias, diferente das mulheres de famílias mais abastadas, que se mantinham longe dos espaços públicos e do mercado de trabalho. Para Alda Britto da Motta (2012), “ser chefe de família sempre foi um traço frequente da mulher pobre brasileira” (MOTTA, 2012, p. 88), enquanto as classes dominantes tentavam formar e manter famílias nucleares, nas quais os homens seriam os chefes e as mulheres seriam mantidas aprisionadas na vida doméstica.

Esse distanciamento das mulheres de classes mais altas e do mercado de trabalho não abrangia qualquer profissão, e era comum que as mulheres lecionassem nas escolas públicas e privadas, nas capitais e interiores. Em 1911, os “lindos erros da natureza”, como foram chamadas as mulheres numa nota de jornal de Maceió, eram incentivadas a estudar e até seguir uma carreira de magistério, pelo menos até alcançarem o casamento.

Veze sem conta os mais esclarecidos espíritos de várias épocas da humanidade têm acentuado com vigor a sobre-excelência do papel da mulher na sociedade. (...) Se é convicção predominante que da mulher provém a melhoria do gênero humano, mister se faz dotá-la da cultura indispensável aos grandiosos destinos da missão confiada àquelas que Milton chamava lindo erro da natureza.²

O incentivo que era dado para que as mulheres tivessem educação adequada pouco tinha a ver com qualquer independência ou noção de igualdade e acesso a lugares dominados pela presença masculina. Além da dificuldade em encontrar homens que aceitassem os baixos salários pagos na educação de jovens e crianças, a formação de mulheres ajudaria a ocupar vagas em um mercado de trabalho defasado, ou como afirmava o jornal Gutenberg, ainda em 1911, “os pobres que precisam resguardar as famílias das contingências acarretadas pela escassez de recursos, mandavam as filhas à Escola Normal³, com o simples

² Gutenberg, Maceió, 26 jul. 1911. Sisalhas, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 05 set. 2022

³ A primeira escola normal brasileira, inspirada no modelo europeu, foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, de 1835, com o objetivo de formar professores para o magistério da instrução primária. Sobre as transformações em legislação e formato das Escolas Normais, ver: TANURI, Maria Leonor. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, nº14, pp. 61 – 88, mai-ago, 2000.



intuito de fazê-las entrar, depois de formadas, para a carreira precária e árdua do magistério público”⁴. Para isso, elas deveriam ter acesso à educação formal, à cultura, mas não em demasia, para que não caíssem em caminhos indesejados.

Então, por um lado, existia a possibilidade de carreira para as mulheres empobrecidas, como era o caso das meninas órfãs asiladas e sob responsabilidade do governo, que teriam, no acesso à Escola Normal, uma saída para a pobreza, a orfandade, a fuga de trabalhos braçais. Por outro lado, podemos compreender que o trabalho como professora poderia ser exercido por mulheres de famílias das classes médias e altas, como passatempo e com experiência que duraria até o casamento, destino mais importante na vida dessas mulheres.

Segundo Fúlvia Rosenberg (2012), o processo de permissão legal para que as mulheres pudessem ter acesso à educação escolar foi longo. Segundo a autora, a Lei Geral do Ensino, de 5 de outubro de 1827 restringia que a educação feminina em relação às primeiras letras deveria ser atribuição de escolas exclusivamente para meninas e, somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1971, foram extintas quaisquer barreiras legais aplicadas de acordo com o gênero. Ainda segundo Rosenberg, a LDB de 1971 teria trazido a equiparação entre os cursos secundários, fazendo com que o curso normal, frequentado em sua maioria por mulheres desde o século anterior, também fosse um curso de acesso ao ensino superior (ROSEMBERG, 2012, p. 334).

Além disso, a educação se voltava para a ideia de que a mulher teria uma missão: cuidar da sua família e do lar, da manutenção do status familiar e educar as crianças. Essa construção que orienta comportamentos sociais tem uma base cristã, herdada de séculos de vinculação entre Estado e Igreja, finda no Brasil somente com a constituição da República, em 1890. Se, na teoria, as decisões não dependeriam mais da religião, na prática os costumes não acompanham a ruptura e seguiram indefinidamente ligados ao cristianismo e à sua construção patriarcal. Nesse sentido, a historiadora Margareth Rago (2014), ao falar sobre o mito do amor materno, ressalta como a fala “científica” foi somada aos discursos normativos que especificavam qual o lugar da mulher na sociedade. Geralmente envolto em argumentos morais, esse discurso impunha o que seria o novo padrão de feminilidade, usando a “missão sagrada” ou a “vocação natural” de ser mãe como esteio para as afirmações de atribuições cabíveis aos gêneros. Rago afirma que a mulher “vai ser o centro de todo um esforço de propagação de um modelo imaginário de família, orientado para a intimidade do lar, onde devem ser cultivadas as virtudes burguesas” (RAGO, 2014, p. 103).

⁴ Gutenberg, Maceió, 07 jun. 1911. Revisão, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 05 set. 2022



Mulheres, feminismo e atuação pública

O crescente movimento feminista parece ter demorado a alcançar Alagoas. Se em meados de 1920 organizações pelos direitos das mulheres buscavam reivindicar questões como o direito ao voto, em Alagoas encontramos algumas opiniões bastante conservadoras. Nos jornais alagoanos disponíveis para pesquisa digital, o termo “feminista” alcança poucos, mas importantes, resultados. Como no dia 01 de maio de 1910, em que o jornal Gutenberg anunciou as comemorações do Grupo Feminista Operário, vinculado a um grupo mais amplo, a União Operária Alagoana. Isso denota a circulação das ideias feministas dentro de determinados grupos organizados, e, sendo publicado em jornal, podemos inferir que não se tratava de algo totalmente alheio aos acontecimentos locais.

O dia de hoje consagrado ao operariado Universal será solenizado nesta capital, pelo Grupo Feminista Operário com o seguinte programa: Na sede social sita à rua de Sant'Anna, estará aberta durante o dia, a frequência de todos os companheiros e admiradores das classes trabalhadoras. Às 9 horas da noite após as festas da nossa coirmã União Operária Alagoana, terá lugar a conferência social pelo nosso digno consócio Hortêncio Costa sendo antes cantado o Hino do Povo, por todas as consócias. Às 10 horas dará começo a parte recreativa de cuja direção estão encarregados os consócios Guilherme Lemos, Manoel Gabriel da Costa, Maria A. da Rocha, Isabel Nunes, Maria Anunciada, America Oliveira, Eduardo Gouveia e Fernando Martins⁵.

Apesar de ser uma notícia que indica a existência de um movimento feminista operário organizado, não sabemos de que proporções, cabe ressaltar o que Margareth Rago (2014) afirma: o modelo normativo de mulher, desde meados do século XIX, fora direcionado inicialmente às moças de famílias abastadas e “paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual” (RAGO, 2014, p. 88). A autora indica que, apesar da imprensa operária cobrar maior participação feminina, na prática o movimento operário e suas lideranças masculinas atuaram fortalecendo a disciplinarização que deslocava a mulher para o espaço do lar, na tentativa de retirá-la da esfera pública do trabalho. Esse movimento contribuiu para firmar a própria posição social dos homens e a valorização da força de trabalho masculina em detrimento da feminina, e se fundamenta a partir de discursos paternalistas e de subordinação, levando em consideração também o aspecto moral, no ambiente de trabalho e dentro dos lares (RAGO, 2014, p. 94).

Os termos *feminista* e *feminismo* parecem ter diversas acepções para o público leitor dos jornais alagoanos. Se, em parte, o movimento de mulheres trabalhadoras se autodenomina adepto a um

⁵ Gutenberg, Macció, 01 mai. 1910. 1º de Maio, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 05 ago. 2023.

movimento social organizado, abarcando uma série de discussões e lutas concernentes a essa afirmação de identidade, por outro lado, o senso comum associa a palavra feminista a tudo que for feminino, como se fossem sinônimos. A confusão de termos, que considera “o belo pessoal feminista”⁶ como sinônimo de mulheres, e não vinculado ao ideal de luta política e social, pode ser evidenciada em matérias de jornais que versam sobre a moda ou comportamentos sociais desejados. No exemplo abaixo, a matéria de um jornal considerado feminista ensina como deve ser o andar e a postura de uma mulher, visando, segundo o autor, a elegância, simplicidade e a graça.

Um **jornal feminista** que se publica na Dinamarca lançou há dias essa pergunta, que não deixa efetivamente de oferecer um particular interesse. A maneira de andar é muito no que respeita à elegância feminina. O caminhar atabalhado quebra a harmonia da figura. De resto, o modo de andar define a criatura. Tendo estudado detidamente este assunto, o jornal dinamarquês dá os seguintes conselhos às damas elegantes: Não arrastar os pés nem atirá-los para a frente, como fazem os soldados em marcha; deve deixá-los deslizar, de leve, como numa sala. Caminhar com o busto ereto mostrando um bocadinho o pé. Andar devagar, com o passo lento de uma princesa e não com o duma criada que vai com pressa. (...) Andar com leveza e graça, sem afetação nem atitudes calculadas. Levantar o vestido com simplicidade de modo que não pareça que tem empenho em mostrar as saias de baixo ou o pé. Andar, enfim, com tanta leveza e tanta graça que deslize numa perfeita harmonia de movimentos⁷.

Em outro momento, um dos poucos registrados com a opinião de uma mulher sobre o tema, Itala Silva de Oliveira, em suas palavras uma “ardorosa feminista”, apesar de se sentir apta a votar, considerava que nem todas as mulheres seriam. Argumentava que era necessário primeiro organizar este setor, da educação, e assim, as mulheres poderiam ter o direito ao voto, quando estivessem plenamente consciente de seus deveres. O discurso de Itala nos chama a atenção por denunciar que as mulheres eram educadas deliberadamente de forma distinta, e eram ocupadas com questões que as manteriam longe de discussões de caráter social. Mas ao considerar que o movimento operário, por exemplo, teria uma educação “incompletíssima”, desconsidera a construção de movimentos de base, de caráter popular, e que poderiam ser espaços de discussões coletivas sobre os direitos das mulheres, como o já citado Grupo Feminista Operário alagoano.

Sou ardorosa feminista, mas sou daquelas que aspiram para a mulher a igualdade de direito sem o estapafúrdio das sufragistas de Londres, hoje voltadas, felizmente, ao trabalho que as enobrece e as dignifica, provando, destarte, a capacidade do seu valor. Quero essa igualdade sim, mas quero a conquistada a golpes de tenacidade e perseverança, e não concedida como um favor. Mas, francamente, não devo nem posso achar bom que no estado atual e na época presente, vote a mulher brasileira. (...) Pois

⁶ Gutenberg, Maceió, 07 fev. 1906. Carnaval, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 05 ago. 2023.

⁷ Gutenberg, Maceió, 17 dez. 1910. Como devem andar as mulheres? Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 05 ago. 2023.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

bem, se a educação ministrada aos homens é falha, se não é dada como nos grandes centros, de um modo completo, que não diremos da que se ministra à mulher? Ah, desta não convém falar! A dança, o estudo das línguas estrangeiras, ocupam o cérebro feminino durante todo o tempo dos estudos colegiais, e, quando, mais tarde, se apresentam no cenário da vida real, inconscientes, sem a noção clara do dever, muitas tropeçam e caem para nunca mais se erguer. Estas são vítimas, mas não são culpadas. Sua instrução correu ao bel-prazer de quem as educou: os mais graves e, portanto, imprescindíveis deveres da mulher, no momento presente, não lhe foram ensinados. Fizeram-na boneca, que só sabe enfeitar-se, e o mais faltou. A educação balda e eivada de erros, que se ministra à mulher no Brasil, tem trazido à coletividade sérios prejuízos(...). Há, eu bem sei, no Brasil, grande número de mulheres de elevada cultura, de larga compreensão - mas onde ficam o elemento popular e o elemento operário, cuja educação é incompletíssima? Convém, é um dever que se impõe, aproveitar as nobres aspirações e os nobres sentimentos que a mulher possui, porém, antes, eduquemo-la para isso. Chamemo-la a participar dos mesmos direitos que o homem; antes, porém, reformemos os atuais estabelecimentos de ensino, onde a instrução não é ministrada convenientemente; fundemos outros núcleos, especiais para a educação feminina e nos quais a mulher possa bem compreender a sua missão na hora presente, para que ela, regenerada por uma educação especial, possa regenerar a sociedade futura, educando as gerações porvindouras nos princípios da moral a mais pura e da justiça a mais sã. Quando isto estiver feito, quando a educação dada à mulher for perfeita, então, sem receio, poder-se-ão confiar-lhe todos os encargos públicos, que para isto ela está apta: - então votará e será votada.⁸

Segundo Fúlvia Rosemberg (2012), o índice de analfabetismo contava com taxas maiores entre as mulheres no final do século XIX e primeira metade do século XX, de acordo com o que foi publicado nos censos demográficos entre 1872 e 1950. Somente a partir de 1950 gradualmente há uma redução dessa distância, e a inversão, com o analfabetismo maior entre os homens se dá somente a partir de 1990 (ROSEMBERG, 2012, p. 334). Apesar disso, compreendemos que os movimentos sociais organizados independentem de educação formal para acontecerem e o argumento da época, sobre faltar uma consciência social das questões, apesar de ser colocado como universal, para todas as mulheres dessa localidade, seria incoerente quando não considerava a pluralidade que está além da formação educacional e do acesso aos meios formais de instrução.

Havia, no fim do século XIX e início do século XX, jornais voltados ao público feminino alagoano, a exemplo do *Alvorada: órgão dedicado à defesa e educação da mulher*, *A palavra: revista literária dedicada à instrução e recreio da mulher* e *A Flor: órgão dedicado ao bello sexo*, que contavam com mulheres como colaboradoras, que também assinavam as publicações. Essas publicações falaram sobre feminismo, mas o enfoque era no comportamento, papel da mulher, da família, questões religiosas cristãs e assuntos que envolviam, diante do senso comum, o universo feminino do período. Em 1895, Maria Amarilha Vaz de Carvalho escrevia em uma coluna sobre o que ela considera ser o papel social da mulher

⁸ Diário do Povo, Maceió, 01 jun. 1917. A mulher e o voto. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 26 ago. 2023.



e o que levaria à mudança de comportamento para um possível engajamento político e social feminino: se os homens não tratam bem suas mulheres, segundo Maria Amarelha, elas acabam buscando a atenção e admiração de outra forma, de modo a “lançar às urtigas a doce modéstia do seu sexo”, se tornando, assim, uma mulher política, jornalística, uma mulher-homem⁹.

Mulheres e espiritismo

O início do espiritismo em Alagoas, a partir de 1890, foi majoritariamente masculino em seus primeiros anos. As poucas mulheres do início, ao longo das décadas seguintes, foram se multiplicando nas sessões, participando ativamente, mas de modo silenciado, da construção desse novo movimento que pretendia disputar espaço no campo religioso local. Mas essa massiva participação de homens também gerou uma grande documentação produzida por eles e para eles. São atas, jornais, revistas para a organização e disseminação da doutrina espírita, sem a ação direta das mulheres, ao menos nominalmente. Nas atas de reuniões a que tivemos acesso, as opiniões formuladas por mulheres somente foram registradas a partir da década de 1920.

As mulheres que participaram das primeiras décadas de desenvolvimento espírita em Alagoas eram letradas, assinavam as atas, atuavam como médiuns ou internamente em cargos administrativos, mas não tinham suas vozes registradas. Assim como os jornais e revistas espíritas publicados, que eram escritos por jornalistas, médicos, advogados, professores, todos homens. Não foi encontrada até o momento nenhuma matéria sobre espiritismo da imprensa alagoana que tivesse assinatura de uma mulher como redatora, ainda que outras mulheres já ocupassem tímidos espaços nas colunas dos jornais voltados à educação e entretenimento feminino, como foi mostrado anteriormente. Isso só começou a mudar com a participação das mulheres em comissões internas de caridade e de desenvolvimento de escolas espíritas para crianças.

Mas se até aproximadamente o ano de 1920, elas mal eram percebidas como lideranças, o projeto para que o espiritismo se voltasse às questões educacionais trouxe com ele as vozes que antes não eram registradas. E por que especificamente essa questão traria à tona o maior destaque das mulheres? É longa a lista de discursos sobre a mulher dentro e fora do âmbito religioso. Ivone Gebara (2023) nos explica como o sexo feminino foi considerado pela Igreja como fonte de pecado, como a inteligência das mulheres fora considerada menor, e a fragilidade foi atribuída a elas, modelando comportamentos e justificando uma série de opressões a seus corpos. Segundo a autora, as religiões monoteístas sancionaram a

⁹ A palavra: revista literária dedicada à instrução e recreio da mulher. Penedo, 18 out. 1895. Do papel social da mulher. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 27 ago. 2023.



dominação sexual e cultural feminina, tudo isso com dogmas, orientações, mitos escritos por homens, que detinham a exclusividade da produção teológica. Ou seja, um mundo com os principais referenciais masculinos, inclusive a imagem de Deus, que no imaginário popular, é masculina. Gebara nos mostra que tudo isso faz parte de uma socialização patriarcal do sagrado, que traz à tona a hegemonia dos símbolos masculinos.

Socialização patriarcal significa que a maneira como somos educados é marcada por concepções que valorizam um referencial histórico masculino mais do que o feminino. Em outros termos, esta socialização frisa de diferentes maneiras o valor maior das atividades sociais realizadas pelos homens. É nesse sentido que falamos da força dos símbolos masculinos presentes em nossa cultura. Eles nos penetram de diferentes maneiras e nem sempre temos consciência de sua força em nosso psiquismo e em nossos comportamentos. Tornam-se “naturais” como se tivéssemos sempre existido com eles. (GEBARA, 2023, p. 87)

Para Bourdieu (2023) a dominação masculina se apresenta como uma violência simbólica, suave, insensível e invisível a suas próprias vítimas, e torna-se necessário demonstrar os processos que são responsáveis por transformar a história em natureza, ou seja, que naturaliza as relações e define esse arbitrário cultural como algo natural, reconhecido e reproduzido. Para o autor, a força da ordem masculina pode ser exemplificada no fato de que ela não exige justificção, pois “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (Bourdieu, 2023, p. 24).

Dessa forma, com o mundo culturalmente voltado à figura masculina, não é estranho que as novas religiões que surgiram nos fins do século XIX e começo do século XX também reproduzissem essa lógica, socialmente aceita, de prestigiarem os homens e mantê-los em papéis de destaque. Com o espiritismo não foi diferente. Ao propor compreender como se constroem as percepções e representações espíritas sobre gênero, sexo e sexualidade, a partir dos discursos de médiuns e intelectuais espíritas, Célia Arribas (2019) afirma que é importante tanto localizar a produção literária nos diferentes contextos históricos, mas também entender como se dá o diálogo entre o discurso espírita e outros campos discursivos.

Compreendidas na esteira do contexto histórico de lutas pelo reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, as explicações espíritas, ao mesmo tempo em que buscam responder às transformações culturais específicas da modernidade, cindida nas mais diversas esferas de valor (...) explicitam velhas tensões, porque historicamente tensa é a relação entre sexo e religião. Tensões que podem ser evidenciadas ao menos em duas direções: por um lado, por meio da constante menção à produção oitocentista de Allan Kardec, reconhecidamente de influência cristã; por outro lado, no manejo que intelectuais e médiuns operam entre princípios espíritas e discurso científico. (ARRIBAS, 2019, p. 99)

Os textos de Allan Kardec, escritos na segunda metade do século XIX, então, são a base do pensamento espírita e, independente da distância temporal, ainda são referência doutrinária. Ainda conforme Arribas (2019), o desenvolvimento da codificação doutrinária do espiritismo, em consonância com o pensamento liberal burguês em que Kardec estava inserido, coincide com o que se convencionou a chamar de primeira onda feminista, com a busca pela igualdade de direitos, discussão que girava em torno, principalmente, dos direitos políticos para as mulheres. Como destaca a autora, *O Livro dos Espíritos* abordou o tema, e trouxe a afirmação de que uma legislação justa deve consagrar a igualdade de direitos, mas não das funções, pois seria preciso que cada um, homem e mulher, esteja no lugar que lhe compete, ocupando do exterior o homem e do interior a mulher, segundo suas aptidões (ARRIBAS, 2019, p. 101).

Isso é colocado por meio do recurso, frequente no espiritismo, ao discurso biologicista, que entende existir uma conexão direta entre elementos anatômicos, comportamentos, sensações e prazeres, e que olha para a fragilidade física do corpo feminino como causa “natural” que direciona as mulheres aos “trabalhos leves” - leiam-se os trabalhos domésticos e o cuidado dos(as) filhos(as) e da família -, ao passo que ao homem, “por ser o mais forte”, estão destinados os “trabalhos rudes” (Kardec, 2001, p. 274, pergunta nº 819). Mesmo tendo havido mudanças reconhecidamente significativas nas relações de gênero, ocorridas em setores antes eminentemente masculinos - mercado profissional, escolarização e participação política - a visão kardecista oitocentista dissemina-se na produção atual, agora com contornos mais marcantes de cientificidade, contanto com o acionamento das explicações psicológicas. (ARRIBAS, 2019, p. 101)

Mas o que pensavam os espíritas locais sobre a participação das mulheres na vida pública? Encontramos uma coluna escrita pelo espírita Olympio Galvão, em 1910, na qual relata sobre um diálogo que teve com uma “deusa” que possuía “as harmônicas e deliciosas linhas da celestial fisionomia” em um ambiente de exibição de arte fora do Brasil. Nesse encontro, tentava atualizá-la sobre literatura nacional, imprensa escrita, transformação urbana e feminismo. Deu a entender que o feminismo no Brasil, em sua visão, tratava-se de um pequeno e restrito grupo, que somente ganhava corpo ao usar pseudônimos, para tentar forjar um movimento maior, e, ainda, criticou o impacto que essa movimentação acarretaria na vida dos homens, mais especificamente dentro do lar, em seus estômagos. A função da mulher como organizadora do lar, cuidadora dos maridos e filhos é reafirmado no diálogo.

O movimento feminista? Avança com as obras do porto, com a transformação da Urbs, a eletrificação da ferro-carril, a abertura das avenidas asfaltadas, cinematógrafos, cafês cantantes, etc. Nasceu no smartismo das retretas domingueiras no jardim do antigo Campo das Princesas, irradiou-se pelas colunas chiques dos jornais e tem hoje seu quartel general no simpático Pequeno, sob o comando em chefe do bondoso Nalde, comandante do bando trêfego e gentil. Três ou quatro moças sob dezenas de



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

pseudônimos, dão-nos a perfeita ilusão de um verdadeiro batalhão de feministas que pusesse em lamentável sítio... o estômago dos maridos, filhos e irmãos esquecido em virtude das altas cogitações intelectuais das esposas, mães e filhas... O que não se pode deixar de constatar é a metamorfose intelectual da maioria de nossas patricias que já hoje preferem uma página ardente, viva e colorida de Balzac, Zola, Daudet, Flaubert, Aluísio Azevedo e Euclides da Cunha a um romance de Montepin, Gaboriau e Richebourg¹⁰.

Olympio Galvão era uma liderança espírita bastante conhecida em Alagoas, foi idealizador de um jornal chamado *A Luz*, que visava a maior disseminação da doutrina no estado¹¹. Um dado que o autor traz de forma aparentemente irônica, mas que pode ser útil ao pensar o movimento das mulheres no começo do século é a mudança no costume das leituras habitualmente consumidas. Ao passo em que havia um maior número de mulheres sendo educadas formalmente, buscando empregos também formais, o universo das leituras se modificava, acompanhando outros autores, abrindo horizontes.

Concordando ou não com a maior aparição das mulheres no ambiente público, esse e outros espíritas tiveram que se adaptar ao crescente número de mulheres participando de ações sociais nos centros espíritas. Ainda que vinculados a ações que reforçavam os papéis de gênero, como as ações de educação infantil e caridade, elas ganharam seu espaço de forma lenta, gradual, mas consistente, contribuindo para o estabelecimento e crescimento do espiritismo no campo religioso local.

Em consonância com o discurso espírita de intensa valorização da educação como meio de crescimento moral e intelectual da sociedade, as ações educativas para crianças e adultos carentes, além da formação intelectual de seus adeptos, eram pilares para o desenvolvimento da religião. As reuniões sempre acompanhadas de leituras de textos fundamentais, assim como a valorização da escrita, tanto de obras, folhetos e na própria imprensa reafirmam o propósito espírita de valorização da intelectualidade.

Um dos projetos vinculados à essa ideia foi o de inaugurar escolas espíritas em diversos centros espíritas na capital, com o intuito de trabalhar em prol da divulgação doutrinária por diferentes meios, além da imprensa e os púlpitos, mas através da educação evangélica das famílias, visando a educação nos moldes espíritas direcionados a crianças carentes. Em 1920, após deliberações da maneira que se daria a estruturação das escolas, foi decidida a organização de um tipo de escola-piloto, com plano de expansão, que seria o modelo para as demais.

Quando estiver funcionando a escola do Centro, provocando aos que a visitarem o progresso moral e intelectual dos que ali forem buscar instrução e educação, então poderão cuidar da instalação de outras escolas congêneres, sob a proteção dos diversos

¹⁰ Gutenberg, Maceió, 08 nov. 1910. Um furo de reportagem. Interview com uma deusa. Curiosidades da arte. Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 05 ago. 2023.

¹¹ Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano, 25 jun. 1919. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.



grupos espíritas existentes nesta capital. A apreciável ideia da nossa congreira despertou simpatia entre todos os presentes, pois abrir escolas para os pobres é descortinar um mundo; é purificar uma falange que o vício espreita e a miséria espera. Arrancar do lodo e da obscuridade essa multidão de esfarrapadinhos é cumprir a lei de Jesus: - “Deixar que venham a mim os pequeninos”. E os grupos espíritas, criando escolas, poem em prática uma das mais belas formas da caridade: ensinar os ignorantes. Tendo sido aprovada a magnífica ideia por todos os presentes, mandou a Presidente que se lavrasse a presente ata que todos devem assinar, e que se fizesse comunicação à imprensa.¹²

Além do projeto em si, fica evidente o intuito da disseminação da moralidade conforme o entendimento espírita, com base nos preceitos cristãos e de acordo com o que convinha à ideia de família e comportamento da época, ou seja, o modelo europeu almejado e adotado como ideal no início do século XX, com destaque para o afastamento do vício e, teoricamente, da miséria, que era considerada potencial para o desenvolvimento das chamadas populações perigosas (CHALHOUB, 2017).

O protagonismo das mulheres diante das ações de caridade e da educação também reverberou timidamente num espaço de maior visibilidade dentro da instituição, que, pela primeira vez, elegeu uma mulher para o cargo de oradora (CORREIA, 2021). Também é possível que o avanço dos debates sobre o movimento feminista nas primeiras décadas do século XX tenha gerado um impacto significativo no aumento de número de mulheres circulando nos centros, além da crescente adesão nas lideranças. Finalmente, ainda na primeira metade do século XX, as mulheres alçaram lugares de mais destaque nas organizações. Os discursos dessas senhoras não eram articulados com o movimento feminista no sentido de pautas diretamente progressistas, mas a sua existência, sem dúvida, foi fruto de um crescente debate, que colocava as mulheres num protagonismo não vinculado somente à sua relação com o sagrado, mas a suas contribuições intelectuais e ativistas pela causa que defendiam.

Conclusão

Ainda são incipientes as pesquisas que abordam o tema das mulheres espíritas, e, tentamos deixar aqui nossa breve contribuição, sem a pretensão de ter analisado a totalidade das experiências das mulheres espíritas em Alagoas, posto que é uma pesquisa ainda em desenvolvimento. O espiritismo se disseminou numa época em que era ínfimo o espaço para que as mulheres ocupassem cargos de liderança, se lançassem como propagandistas, escritoras ou marcassem seus nomes como protagonistas do movimento. Entretanto, isso não quer dizer que não haveria participação feminina. As mulheres eram importantes figuras, exaltadas por serem privilegiadas em seu “dom” da mediunidade, da maternidade, da

¹² Ata de reuniões do Centro Espírita Alagoano Mello Maia, 27 jun. 1920. Acervo do Centro Espírita Mello Maia.



educação de crianças e manutenção familiar. A ascensão das mulheres a cargos eletivos, que refletiu o enfrentamento feminino em tantas outras esferas além a religiosa, teve início marcante na década de 1920 e foi direcionado à caridade e educação evangelizadora, também reproduzindo o que era esperado da figura feminina ideal: maternal, educadora, conselheira e condutora no caminho do bem. Por fim, ainda que os livros doutrinários indiquem uma reflexão progressista diante da igualdade de gênero, na prática, as questões raciais, de gênero e de classe se colocam como imperativas e denunciam as contradições que se dão no processo de desenvolvimento da doutrina espírita local. Mas tudo isso funcionava dentro da mesma lógica que outros espaços sociais, com diferenças marcadas pelo gênero, sendo ele a base de um discurso que divide papéis, obrigações, imagens e, principalmente, quem seria o detentor do poder de deixar registrada oficialmente a sua história.

Referências

ARRIBAS, Célia da Graça. *O sexo dos espíritos: gênero e sexualidade no espiritismo*. Revista USP, São Paulo, nº 121, abr. 2019. pp. 97-108. Disponível em: [O sexo dos espíritos | Revista USP](#). Acesso em 05 mai. 2023.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CORREIA, Vanessa Elisa da S. *Inimigos da Revelação: conflitos, criminalização e desenvolvimento do espiritismo em Alagoas (1890-1920)*. 2021. 186 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

GEBARA, Ivone. *Caminhos para compreender a teologia feminista*. São Paulo: Editora Recriar, 2023.

MOTTA, Alda Britto da. Mulheres velhas: elas começam a aparecer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 84-104.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890 - 1930*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

ROSENBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 333-359.

SCOTT, Joan W. *Outras reflexões sobre gênero e política*. Revista Crítica Histórica, Maceió, nº 19, jun. 2019, pp. 10-38. Disponível em: [Outras Reflexões sobre Gênero e Política | Scott | \[TESTE\] Revista Crítica Histórica \(ufal.br\)](#). Acesso em: 20 set. 2023.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência do Brasil Urbano. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. pp. 362-400.



TANURI, Maria Leonor. *História da formação de professores*. Revista Brasileira de Educação, nº14, maio, 2000. pp. 61-88. Disponível em: [SciELO - Brasil - História da formação de professores História da formação de professores](#). Acesso em: 10 ago. 2023.

Women educators and evangelization: contributions to the establishment of spiritism in Alagoas in the First Republic

Abstract: Spiritism arrived in Alagoas at the end of the 19th century, coming from Europe and occupying a place in the disputes in the local religious field. Although its first institutions were founded in the 1890s, women's participation in Spiritism was initially restricted to internal activities, such as the mediumship tables, far from public functions, and also far from decision-making bodies and leadership positions. This scenario began to change in the second decade of the 20th century, with the implementation of Spiritist evangelizing schools. These school organizations, linked to the Spiritist centers, focused on the education of impoverished children and were run by a group of women who, in this new phase, achieved leadership positions and, finally, records of their voices and actions. This paper proposes a reflection on the transition from silencing to the emergence of Spiritist women in public environments, especially in actions linked to charity and evangelization, considering the reproduction of idealized gender roles within the religious structure. To this end, we will try to understand the intersection between education, Spiritism and the public performance of women from Alagoas.

Keywords: Women. Education. Evangelization. Spiritism.



CONEXÕES FEMINISTAS ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE

Vera Fátima Gasparetto¹

Resumo: O objetivo desta comunicação é tecer algumas conexões entre feminismos latino-americanos e africanos (focados em Moçambique) que emergem de entrevistas e referenciais teóricos acerca de encontros, desencontros, aproximações e distanciamentos dentro do campo do ativismo e dos estudos de gênero e feministas nos territórios de África/Moçambique e América Latina/Brasil, a partir de uma perspectiva decolonial. Partimos de entrevistas com ativistas e intelectuais moçambicanas ou que vivem em Moçambique e que nas suas narrativas fazem uma crítica ao feminismo hegemônico, tanto acadêmico como ativista. Assim, buscamos trazer os níveis de circulação de saberes e conhecimentos entre os dois continentes, que emergem de intercâmbios culturais na globalização, diálogos e vivências de pessoas que estiveram em ambos os mundos, as influências dessas interrelações para a articulação dos feminismos globais a partir de conexões entre as resistências epistêmicas e de luta por direitos no âmbito do Sul-Sul.

Palavras-chave: Feminismos africanos; Feminismos latino-americanos; Globalização; Moçambique.

Introdução

Esta comunicação reúne reflexões da pesquisa de pós-doutorado, intitulada “Do local ao global: feminismoS africanoS, redes de pesquisa e conexões transnacionais” (2019)², dando continuidade às atividades realizadas durante o doutorado sanduíche em Moçambique, África, com trabalho de campo junto aos movimentos de mulheres e movimentos feministas. Parte do levantamento de dados foi realizada durante a pandemia de Covid-19, portanto, as atividades de pesquisa de campo foram realizadas *on-line*, concomitantemente à revisão bibliográfica, para situar o tempo e espaço da pesquisa. As entrevistas, coletas de dados, discussões e reuniões foram feitas à distância, o que facilitou em diversos casos a execução do trabalho, visto que independentemente do país, a adaptação às atividades *on-line* possibilitou entrevistar pessoas que estavam em diversos locais do mundo, de diversas vivências e idades.

De caráter semiestruturado, as entrevistas com pessoas que estavam inseridas nas vivências que investigamos permitem trazer conhecimento acadêmico, pistas e caminhos na busca por identificar redes de diálogos entre as mulheres acerca de suas reivindicações no âmbito da África e América

¹ Pós-Doutoranda Interdisciplinar em Ciências Humanas, PPGICH/UFSC, pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), Bolsista PNPd Capes. E-mail: gasparettovera@gmail.com.

² Esse artigo resulta da pesquisa aprovada no âmbito do Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD/Capes) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Agradeço imensamente à Débora Speck (Bolsista PIBIC) pela realização do artigo, aprovado na íntegra para publicação da Revista da ANPLAC (GASPARETTO E SPECK, 2022).



Latina. Tivemos acesso às experiências das entrevistadas na academia e nos movimentos sociais e suas percepções sobre os níveis de socialização intercontinental a partir de suas vivências.

A perspectiva feminista decolonial, seja na sua abordagem, construção empírica ou escolhas teóricas e metodológicas, é o guia para o encontro de saberes a partir de uma compreensão de que os feminismoS emergem da práxis cotidiana, de onde bebemos, refletimos, teorizamos e nomeamos, enquanto acadêmicas, essas práticas e discussões. Contudo, não acreditamos que as mulheres ativistas, as militantes, necessitem de teorias feministas para construir suas estratégias de ação. Sendo assim, as dicotomias e questões sobre “de onde vieram os feminismos” são por nós compreendidas como surgidas de experiências pluriversas, das quais os processos levam aos nomes, e não os nomes levam aos processos. Analisamos ainda que a academia, ao nomear, exerce de alguma forma um controle da narrativa, incompatível com as dinâmicas do cotidiano.

Nosso objetivo em conectar esses caminhos entre a América Latina e África é instigado pela vontade de compartilhar e aproximar narrativas, que, por serem de contextos diversos, têm distanciamentos entre si. São dois continentes que contam histórias de terras exploradas, colonizadas, hierarquizadas e que resistem ainda hoje à submissão imperial do ocidente (que articula aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais) (LUGONES, 2020; MCCLINTOCK, 2010; FALOLA, 2020; MUDIMBE, 2019; QUIJANO, 2005). Essas experiências influenciaram e influenciam os diferentes âmbitos da vida (pessoal, privada e pública), refletindo nas práticas feministas e nas relações de gênero. Intelectuais, artistas, ativistas, professoras, mães, filhas, mulheres de diversas realidades que tiveram suas histórias cruzadas pela colonialidade criam o suporte que nos sustentará para dialogarmos com as narrativas e interligá-las de maneira a descobriremos quais direções essas conexões tomaram ao decorrer do tempo e quais suas influências para os feminismos contemporâneos.

Ao realizarmos as entrevistas para a pesquisa de pós-doutorado em Moçambique “Do local ao global: feminismoS africanoS, redes de pesquisa e conexões transnacionais” (2019), dialogamos com intelectuais, ativistas e consultoras que estavam no trânsito global. Foram dessas conversas com moçambicanas, latino-americanas que vivem em contextos da África, que viveram entre Brasil e Moçambique e pessoas do norte global que circulam por esses territórios, que observamos essa conexão recorrente ativista e intelectual entre Moçambique e a América Latina.

Carla Teófilo Braga é moçambicana, antropóloga-médica, doutora pela State University of New York (SUNY) e professora na Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Viveu no Chile durante a ditadura Pinochet, foi pesquisadora visitante em várias universidades europeias e dos Estados Unidos e tem como interesses de pesquisa os temas de saúde,



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

desigualdades e meios de sustento; biomedicina em contextos pós-coloniais; violência e memória, poder/conhecimento e ética de pesquisa em ciências sociais.

Catarina Trindade é moçambicana, antropóloga e consultora independente para a área de gênero, feminismo e movimentos de mulheres em Moçambique. Viveu no Brasil no período em que realizou o Doutorado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Marilú Mapengo Námoda é moçambicana, socióloga e artista. Durante 10 anos foi militante feminista no movimento de Mulheres em Maputo-Moçambique, onde desempenhou diversos papéis de liderança, com destaque para a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Atualmente é estudante de mestrado na DAI *Art Praxis*, na Holanda, onde inicia sua pesquisa-ação ancorando ancestralidade e amor como prática para o fim do mundo como conhecemos hoje.

Solange Guerra Rocha, jornalista brasileira e doutora em Serviço Social/UFPE, é pesquisadora associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Cape Town (UCT) e do Centro de Estudos e Pesquisa em Política Social (NEPPS/UFPE). Atuou na organização SOS Corpo (Recife-PE) e atualmente é consultora na área de gênero e vive entre África do Sul, Moçambique e Brasil.

Tassiana Tomé é moçambicana, socióloga, escritora e artista com experiência nas áreas de educação pública, direito das mulheres e ativismo, feminismo decolonial, ecofeminismo, antirracismo e filosofia africana. Graduada em sociologia pela Universidade *College Roosevelt*, é colaboradora do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC).

Heike Friedhoff é uma antropóloga e pedagoga de origem alemã (com formação focada na América Latina), viveu no México, Guatemala, Brasil e Moçambique. Atua na cooperação internacional com foco em gênero e direitos das mulheres, vive no Quênia. É assessora de coordenação e ativista do Grupo de Mulheres de Partilha de Ideias de Sofala (GMPIS), fundado em 2014, que articula espaços de solidariedade e troca de experiências com foco na assistência a mulheres afetadas por zonas de conflito.

Tina Hennecken Andrade é uma cientista política de origem alemã e trabalha desde 2016 como representante da Fundação Friedrich Ebert (FES) em Moçambique, já tendo ocupado cargos no Brasil e Namíbia. Pesquisadora com experiência na área de análise de políticas e mídias sociais e atualmente reside na Alemanha.

O argumento do artigo emergiu do diálogo com essas entrevistadas, buscando um referencial teórico coerente com nossas observações, permeado pelas seguintes questões: É possível fazer conexões entre os feminismos latino-americanos e africanos? Por que estudar esses feminismos?



Qual a contribuição decolonial desses feminismos? O trabalho de pesquisa tem outras entrevistadas, mas optamos em trazer nessa discussão as contribuições que estabelecem essas pontes pela oportunidade que tiveram e têm de circular entre os contextos mencionados.

A partir desse conjunto de reflexões, no próximo tópico conectamos algumas experiências dentro dos feminismos latino-americanos e africanos com a ajuda de interlocutoras que dividiram suas experiências pessoais e coletivas a fim de promover a troca epistemológica no que chamamos de corredor de saberes³ (GASPARETTO, 2019).

Conexões entre América Latina e África

A iniciativa faz parte de um exercício que busca desmontar e transbordar os discursos hegemônicos do próprio feminismo eurocêntrico, que se apresenta como narrativa crítica do universalismo androcêntrico ao mesmo tempo em que produz e fixa um universalismo de gênero que se projeta sobre resto da humanidade, o que na realidade é a experiência histórica e a forma de interpretação e problematização do mundo de um grupo de mulheres geopoliticamente localizadas no Ocidente (MIÑOSO ET AL, 2014, p. 13, tradução nossa).

A questão de por que estudar o feminismo decolonial latino-americano e suas conexões com a África é teoricamente respondida no livro *Tejiendo de otro modo* (MIÑOSO ET AL, 2014). A obra compila textos feministas que produzem deslocamentos político-epistêmicos quanto à racionalidade ocidental do feminismo eurocentrado, por meio de perspectivas que enfrentam a narrativa até então construídas pelos marcos clássicos dos estudos feministas hegemônicos, protagonizados por discursos de uma branquitude feminista que generaliza as mulheres sem considerar os diferentes marcadores sociais da diferenças e as interseccionalidades de opressão, produzindo *locus* de enunciação privilegiados e outros marginalizados, como é o caso dos dois territórios acerca dos quais refletimos.

Somamo-nos à busca das autoras (MIÑOSO ET AL, 2014) por contribuir com a circulação de vozes e pensamentos ‘outros’, desde o sul global, dialogando com interlocutoras e genealogias feministas comprometidas com uma crítica teórica e prática à colonialidade, e com a busca por uma práxis decolonial que oportunize espaços de falas de correntes que vinculem feminismo e decolonialidade, como é o caso do conjuntos das entrevistadas para a pesquisa de pós-doutorado que busca evidenciar a dinâmica das redes de pesquisa e conexões transnacionais a partir de Moçambique.

³ Este termo foi cunhado numa viagem aérea Brasil-Moçambique, observando no mapa de voo que o percurso é em linha reta, remetendo à ideia de um corredor. A localização geográfica favorece as relações entre os dois continentes devido às latitudes similares (especialmente com a África Subsaariana), pois apresentam climas semelhantes e um litoral atlântico com composições parecidas. O “corredor de saberes” pode proporcionar trocas e ser o lugar para a circulação de tecnologias epistemológicas, facilitando a circulação entre as teorias feministas do Sul-Sul (autora, 2019).

O imaginário etnocêntrico sobre a África tem sido construído sobre uma série de estereótipos, expressos em palavras como pobreza, fome, dívida, “ajuda”, “vítima”, dependência, guerra, caos, deficiência (KABUNDA BADI, 2008; HALL, 2017). É preciso avançar em direção a novas teorias que superem o afro pessimismo, baseado em frias estatísticas internacionais, produzidas pelas agências multilaterais e bilaterais que não levam em conta a amplitude das alternativas, da economia popular em redes de comércio e de solidariedade, ou a história e a cultura de cada país (NHAMPOCA, 2015).

Buscar aproximações entre a América Latina e a África significa remexer em uma memória que envolve aspectos históricos, antropológicos, diplomáticos, o genocídio da escravidão, lutas pelas liberdades, relações atlânticas (GILROY, 2012), por onde navegou o tráfico, a escravização e a racialização, mas por onde circulam saberes, culturas, ideias e proporcionam a base da construção do próprio “negro” e a transgressão do seu destino. O Atlântico como um lugar de paradoxos, por onde circula o caráter híbrido das ideias e o intercâmbio entre o pensamento negro e as ideias dominantes “brancas”, a coexistência entre a produção cultural e as identidades negras e a modernidade. O Brasil e a América Latina unidos à África por esse Atlântico feito de ambiguidades.

Nosso intuito é o de reunir pensamentos de interlocutoras que estabeleçam aproximações e/ou distanciamentos entre ambos os espaços geográficos, bem como suas experiências sociais, abrindo horizontes de mútuo conhecimento em uma perspectiva cronológica abrangente para que esse passado conectado viva nas histórias do tempo presente e da micro-história que alimentam a história global (REVEL, 2010)⁴.

Portanto, na busca por trazermos os protagonismos das mulheres que não fazem parte dos centros hegemônicos e que, por vezes, são excluídas de lutas políticas e feministas, propomos compor um diálogo entre feministas pertencentes ao sul global, com foco nas relações entre Brasil e Moçambique, uma vez que essa relação intercontinental, apesar dos seus diferentes marcadores sociais, carrega tendências históricas e relações assimétricas e têm em comum a colonização portuguesa e o uso de idiomas semelhantes (GASPARETTO, 2019). Justifica-se essa investigação como um estudo das sociedades do sul global, de como elas se comunicam entre si e se passados que compartilham proximidades afetam as reivindicações e problemáticas das lutas das mulheres de hoje.

⁴ Dessa relação da micro-história com a história global emergem processos sócio-históricos de forma não linear, desordenada, contraditória, advindos de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas. Essa complexidade de perspectiva é que permite analisar as transformações do mundo social. A nova “história global” não parte da ideia de que os processos sociais maiores são globais e que podem dar conta das circulações que caracterizam a globalização com suas conexões e encruzilhadas. Sendo assim, a micro-história possibilita visualizar de imediato a questão da variação de escala e dos efeitos cognitivos a ela associados: sua questão fundamental não é aqui a do estudo dos objetos de tamanho reduzido, mas sim um olhar local sobre o global e um olhar do local no global (REVEL, 2010).



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Dessa forma, os objetivos gerais que conduziram a pesquisa estão na análise dos intercâmbios culturais entre América Latina e África e na investigação de conexões entre os âmbitos dos movimentos de mulheres e feministas, haja vista um cariz marcadamente transnacional nesses movimentos, organizações e/ou redes. Outro aspecto que ressaltamos é a busca por contribuir nos intercâmbios de conhecimentos de obras e saberes do continente africano, assim como de países da América Latina, que ainda têm baixa circulação no Brasil, em diálogo com a perspectiva da entrevistada Catarina Trindade (2020), ao comentar sobre a produção de conhecimento em África:

Temos muita produção aqui [em Moçambique] [...] e isso é uma coisa que tem me interessado cada vez mais: essa relação e circulação que extrapola o contexto dos feminismos. Por que é tão mais fácil para nós sabermos mais do Brasil ou de outros contextos, do que o contrário? E as pessoas não conseguem perceber o quão problemático isso é? Porque espelha-se tanto uma série de movimentos, de uma série de práticas, discursos e etc. mas e o contrário? Eu fiquei oito anos no Brasil, ninguém sabe absolutamente nada sobre o feminismo africano, ninguém sabe absolutamente nada sobre a realidade, o contexto moçambicano, principalmente (TRINDADE, entrevista, 2020).

Postos esses questionamentos, em especial no ambiente universitário, um dos desafios para "descolonizar o pensamento" e o "ser, o poder e o saber" é repensar a academia como um lugar plural e dialógico que possa propor espaços de reflexão entre ativistas e acadêmicas para conversar sobre o sentido dos projetos acadêmicos, políticos e culturais, descolonizar a práxis dos feminismos (na teoria e na prática) e constituir uma hegemonia de pensamento acadêmico engajado e transformador no Brasil, na América Latina e na África. Construindo novas perspectivas e genealogias, a partir das realidades, dos compromissos, preocupações e produções epistêmicas que contribuam para descolonizar os feminismos nos dois continentes (GASPARETTO, 2019). Assim, somamo-nos às críticas aos saberes hegemônicos e à crítica às teorias que deles fazem parte, devido aos impactos nos campos do feminismo e dos estudos de gênero na América Latina e na África, que subordinam, apagam e mantêm na invisibilidade a importância das lutas dessas regiões e, conseqüentemente, as epistemologias que delas surgem (HALL, 2017; GASPARETTO, 2019).

Tina Andrade (entrevista 2020) circula por esse mundo globalizado, olhando o processo local e o global e fazendo conexões entre os feminismos africanos e os feminismos latino-americanos:

Eu acho que seria muito interessante fortalecer essa ligação. Falo também do meu próprio lugar, porque antes eu tinha a sorte de trabalhar no Brasil e depois em Moçambique. Obviamente há muitas ligações, mas realmente, tanto Brasil-Moçambique e América Latina-África, aproveitando essa aprendizagem que um país, um continente pode dar ao outro. O Brasil tem movimentos sociais fortes, muito combativos. Por outro lado, os movimentos brasileiros muitas vezes têm um romantismo como a África [...] o Brasil fornece como criar um movimento, é muito inclusivo e realmente combate para conseguir certas agendas que estão sendo realizadas na política. Então isso é uma coisa boa para Moçambique, no sentido de



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

como fazer o convencimento dessa sociedade, uma sociedade em que menos pessoas têm acesso à formação formal e às redes ativistas. Em princípio, quando você está trabalhando aqui [em Moçambique], quer criar um movimento, porque não tem essa coisa tão forte como na América Latina [...]. Isso poderia dar uma coisa muito interessante e poderia levantar e avançar agendas (ANDRADE, entrevista 2020).

A antropóloga moçambicana, docente na UEM, Carla Braga, também relata sua experiência de ativismo na América Latina, que influenciou sua trajetória acadêmica, ilustrando o entre-lugar chamado *glocal*:

(...) eu venho do ativismo na América Latina. Nos anos 1980 eu fui no Chile, fiz parte de um movimento de mulheres em pleno período da ditadura Pinochet. Foi uma experiência muito forte, fico até emocionada quando falo. Fui parte do movimento pró-emancipação da mulher chilena, chamada Coordenadora de Ação Social de Mulheres, que envolvia organizações de base e outras redes. Foi um período muito tenso e de grandes discussões, onde se unia a luta pela democracia, contra a ditadura, pelos direitos humanos num modo geral, mas nós sempre tentando feminizar essas questões e pensando nas presas políticas - não só em presos (BRAGA, entrevista 2017).

Carla Braga se identificava com a luta contra a violência e não como feminista, mas esteve presente no ativismo feminista chileno dos anos 1980, período de forte resistência às ditaduras militares no Cone Sul (PEDRO, 2010). Ela esteve presente nas discussões que alimentavam o movimento e que posteriormente influenciaram sua trajetória acadêmica:

[...] havia mulheres das mais diversas tendências políticas. E havia mulheres que já se diziam feministas e havia o movimento feminista, etc. Então me lembro das primeiras discussões para organizar manifestações e ações contra a violência (pensada em termos de violência política e contra as presas políticas). E quando nos anos 1980 as feministas (estou a dizer porque nessa altura eu não me identificava enquanto tal) nos diziam: nós vamos fazer campanha contra a violência doméstica. Eu fiz parte de todas as discussões que houve naquela altura (BRAGA, entrevista 2017).

Indagamos Carla Braga quanto à experiência de resistência à ditadura e sua influência no seu pensamento acerca das relações de gênero, o feminismo e a interconexão entre o pensamento latino-americano (chileno) com o feminismo africano/moçambicano:

Eu acho que sim e de muitas maneiras, por exemplo, antes de ir para a América Latina, em 1974, quando foi a independência de Moçambique e participava na OMM. Eu era uma menina de 18 anos, preocupada com a condição das mulheres. Isso é parte da minha história. Lembro-me por exemplo dos primeiros encontros que se fizeram antes da independência em que havia orientações políticas e o lema era "contra práticas obscurantistas". [...] portanto assisti de alguma forma um discurso que era emancipador, era absolutamente revolucionário falar de emancipação da mulher, etc., mas acompanhado de práticas que estavam em conflito com o discurso. E hoje eu consigo ver por que: tu não mudas uma sociedade assim [de repente], é um processo [...]. Então isso foi um processo que me fez crescer e de fato faz parte de quem eu sou (BRAGA, entrevista 2017).

A experiência latino-americana de Carla Braga dialoga com a percepção de Catarina Trindade (entrevista 2020), para quem as articulações entre os feminismos moçambicanos, seja nos âmbitos acadêmicos ou de ativismo, foram feitas internacionalmente, sendo o Brasil uma grande influência. Ainda que a pauta feminista seja pensada em termos internacionais, há uma conexão regional menor, o que, em alguns casos, pode ser problemática, uma vez que se perdem oportunidades de trocas com realidades locais entre países com contextos similares:

Eu ouvi várias interlocutoras se referirem ao feminismo brasileiro como o ideal do feminismo: a maneira que se fazem as lutas, como se abordam é muito presente aqui, como chamar “companheiras” umas às outras, as canções, etc. [...] Há muitas jovens que estão nesse processo de recuperar e conhecer as feministas e ativistas africanas (que estão na luta há anos), mas até eu própria, quando comecei a fazer a pesquisa, não tinha lido quase nada das feministas africanas, não conhecia absolutamente nada de feministas e de ativismo feminista africano (TRINDADE, entrevista 2020).

Das experiências analisadas, bem como das problematizações acerca das relações entre os feminismos situados no Brasil e em Moçambique, Catarina Trindade (entrevista, 2020) analisa as motivações para a interconexão entre os dois continentes:

Hoje em dia tu tens muito mais informação, tu és bombardeado, circula muito mais, falando especificamente sobre a relação com os feminismos no Brasil, aquilo que é produzido é muito mais apelativo. Primeiro, porque está na mesma língua. Segundo, porque tem uma presença muito grande nas redes sociais. E não só *Facebooks*, mas em sites, *YouTube*, etc. É muito mais presente e tem uma linguagem muito mais simplificada do que talvez em outros contextos como África do Sul, Angola e nesses países aqui à volta (Idem).

Na visão da consultora Solange Rocha (entrevista 2019), o Brasil tem uma influência no feminismo moçambicano originada na educação popular feminista, que dialoga com a educação popular e os processos de luta de libertação, que influenciaram e foram influenciados pelas dinâmicas da educação com e para o povo, o trabalho de massas, o diálogo e a participação popular. Além disso, para Rocha (Idem), as dinâmicas internacionais na formação em gênero tiveram preponderância, como a formação de gênero que a ‘velha guarda’ teve na Europa, com programas de desenvolvimento que influenciou as gerações intermediárias e as atuais gerações de feministas.

É uma perspectiva de gênero e desenvolvimento que vem de fora, a primeira formação e a primeira vez que se fala de gênero em Moçambique, que é com Teresinha [da Silva] e Isabel [Casimiro]. Conheci Moçambique na Holanda, através das moçambicanas, fazendo formação de gênero. Segundo Isabel, isso influenciou a forma como ela construiu a carreira de gênero dentro da Universidade (ROCHA, entrevista 2019).

Além desses fatores apontados por Trindade (entrevista 2020) e Rocha (entrevista 2019), Tina Hennecken Andrade (entrevista 2020) parte de suas experiências no Brasil, Moçambique e Namíbia e afirma que há uma conexão a ser observada entre países da América Latina e África envolvendo a integração comercial internacional entre os países. Ambos os continentes estão estrategicamente inseridos nas Cadeias Globais de Valor onde “empresas participam tanto como usuárias de insumos estrangeiros quanto como fornecedoras de bens e serviços utilizados para exportações de outras ou mesmo, para consumo final” (ZHANG; SCHIMANSKI, 2014, p.78). Essa inserção industrial nos países em desenvolvimento por vezes esconde impactos negativos, seja na natureza ou no deslocamento de famílias que, forçadamente, migram para regiões onde elas não podem manter os mesmos hábitos de subsistência que tinham antes. O fator do chamado ‘desenvolvimento’ na vida das mulheres é refletido por Tomé (entrevista 2020):

Esse fato promove diversas interferências culturais e impulsiona a marginalização da mulher dentro desse suposto desenvolvimento econômico, uma vez que nesses corredores de desenvolvimento, muitas mulheres, forçadamente ou não, entram na prostituição, as colocando numa situação de muita vulnerabilidade. Quando há a entrada da mulher nessas relações econômicas, normalmente continua nas posições em que não é possível nenhuma abordagem de transformação de relações de poder entre homens e mulheres (Idem).

A resistência ao extrativismo é exemplo de agenda emergente em ambos os continentes com importante participação feminina. A defesa de seus corpos-territórios, o direito de preservação à identidade e ancestralidade e todas as violências de gênero consequentes desses projetos estão entre as principais pautas.

[...] acredito que na África Austral talvez tem mais sensibilidade já para estas lutas, começando com a África do Sul, que é um país que tem tradicionalmente uma indústria forte de mineração e tem também uma forte tradição de movimentos sociais, como vocês conhecem também na América Latina, que são um pouquinho mais disruptivos, não muito *establishment*, mas que enfrentam mesmo (ANDRADE, entrevista 2020).

Com o objetivo de combater a exploração extrativista e seus impactos em Moçambique, no ano de 2017, movimentos que integram a campanha “Não ao ProSavana”, organizaram em Maputo a Conferência Triangular dos Povos. Estudos das consequências de uma década do ProSavana em Moçambique foram apresentados, que expropria e não respeita povos, territórios, a vida e os direitos humanos (GASPARETTO, 2019, p. 160). Mulheres rurais e movimentos como Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Fórum Mulher (FM) e Fórum das Mulheres Rurais (FOMMUR) estavam presentes e se posicionaram na conferência. A palavra de ordem “Globalizemos a luta! Globalizemos a



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

esperança!” é utilizada pelos movimentos da Rede Internacional Via Campesina, que articula também o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil (GASPARETTO, 2019).

Na resistência em redes feministas, Tassiana Tomé (entrevista 2020) observa que a *Womin Africa Alliance* tem seu foco na questão extrativista, com a missão de organizar as mulheres, construir um movimento que desafia as destruições em larga escala, conseqüentes do extrativismo de recursos naturais, bem como de propor um desenvolvimento alternativo por intermédio de pesquisas, intercâmbios, escolas feministas e campanhas em parceria com organizações em treze países do continente africano. Por meio do ativismo ecoam a voz das mulheres camponesas que têm sido desapropriadas das suas terras, em razão do processo dos megaprojetos, especificamente das indústrias extrativas. Possui conexões com 20 outras organizações, sejam regionais ou internacionais e no âmbito da América Latina, há intercâmbio feitos pela Via Campesina, organização que têm mulheres como principais participantes e líderes, conectada com 81 países e destes, no contexto latino-americano, com Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Entre as redes presentes no continente africano, destaca-se a *African Feminist Forum*, responsável por conectar ativistas feministas africanas, acadêmicas, pesquisadores e profissionais de todo o continente em prol das reivindicações envolvidas nos movimentos feministas. Fora da África, as conexões entre os países são criadas e reforçadas principalmente quando há o idioma em comum, o que explica uma maior comunicação entre Moçambique e Brasil. Apesar dessas conexões serem úteis para aproximar os contextos e horizontalizar as lutas feministas, Catarina (entrevista, 2020) observa que se não houver um apelo para as realidades vizinhas dentro do continente africano, há o risco de enfraquecer lutas específicas deste. E o idioma foi um dos fatores que enfraqueceu as conexões entre as representações das *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust* (WLSAs), organizações responsáveis por pesquisar a situação dos direitos das mulheres, em sete países da África Austral: Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbábwe.

No âmbito local, redes como o Grupo de Mulheres de Partilha de Ideias de Sofala (GMPIS), fundado em 2014 com sede na cidade de Beira em Moçambique, são responsáveis por unir mulheres que articulam espaços de solidariedade e troca de experiências, além de integrarem a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) de Moçambique e estabelecerem redes regionais, com ativistas do Zimbábwe e Malawi. Atualmente estão presentes nas províncias de Sofala, Maputo, Gaza e Inhambane e contam com mais de 30 organizações, grupos membros e ativistas autônomas.

Com o intuito de prestar assistência a mulheres afetadas por zonas de conflito, priorizando o tema da “Paz e Segurança”, o grupo cresceu e institucionalizou-se, procurando manter a



horizontalidade e uma estrutura democrática (FRIEDHOFF, entrevista 2021). A institucionalização dos grupos pode afetar um pouco o desenvolvimento, como lembrou Tassiana Tomé (entrevista, 2020), pois apesar de haver ligação com as vivências locais, ainda há uma desconexão muito grande entre as organizações, principalmente por terem caráter institucionalizado, o que pode dificultar as ações ao criarem hierarquias entre suas integrantes.

Voltando às redes transnacionais, outra conexão que vem no processo é a passagem do 13o Congresso Mundos de Mulheres (e Fazendo Gênero 11), realizado em 2017, do Brasil (UFSC), para Moçambique (UEM). Devido à pandemia da Covid-19, o evento foi transferido para 2022 e essa travessia temporal tem oportunizado inúmeras aproximações e diálogos entre o Brasil e a África.

Durante o 12o Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, entre 19 e 30 de julho de 2021, no formato *on-line*, foram realizadas rodas de conversa com representações africanas de Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique. Da América Latina estiveram participantes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e República Dominicana. Também contou com uma mesa redonda com participação de pesquisadoras e ativistas da África do Sul, Angola, Cabo Verde, Brasil e Moçambique, com intuito de fortalecer a circulação de saberes e referências sobre contextos africanos de pouca circulação no Brasil.

Considerações Finais

Este artigo partiu de uma perspectiva epistemológica decolonial, utilizando-se de entrevistas realizadas para a pesquisa de pós-doutorado, experiências, metodologia e revisão bibliográfica que abordam a situação das mulheres, suas pautas e resistências nos contextos latino-americano e africanos. As entrevistadas são mulheres que já viveram ou vivem e circulam em ambos os continentes analisados, que atuam no campo da luta por direitos das mulheres e/ou pesquisam no âmbito dos estudos de gênero e feministas. Nossos questionamentos foram estabelecidos acerca dos níveis de conexões entre redes construídas por e para mulheres no continente africano, se há conexões com o contexto latino-americano. Constatamos no processo da pesquisa que existem inúmeras redes, marcadas por encontros e convívios políticos, acadêmicos, ativistas, afetivos e de solidariedade, que foram construídos nessas convivências entre Brasil-África-Moçambique. Percebemos ainda nas narrativas uma forte crítica ao chamado feminismo hegemônico, tanto acadêmico como ativista.

A partir dos levantamentos, reconhecemos que há redes formais e informais de organizações feministas que lutam pelos direitos das mulheres de acordo com as suas necessidades locais, regionais, nacionais e transnacionais. No entanto, apesar da importância das trocas intercontinentais, uma



articulação regional mais constante poderia fornecer oportunidades de interação com países de contextos similares e trazer benefícios às pautas específicas desses locais. Contudo, em algumas regiões dentro do continente africano, ainda que compartilhem de reivindicações semelhantes, podem encontrar dificuldades de conexão, sendo o idioma um exemplo de obstáculo. No caso do idioma, o Brasil tem suas conexões favorecidas com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs). Além disso, observou-se que os intercâmbios de África com a América Latina são reforçados pela questão do extrativismo e seus impactos na vida das mulheres, em especial as camponesas e indígenas.

Nesse sentido, ressaltamos a importância da contribuição feminista a partir de uma perspectiva decolonial para a promoção de saberes múltiplos e singulares, assim como a importância de estudá-los como forma de combater o racismo, o etnicismo e a colonialidade que estruturam nossas relações. Aponta-se para a conexão desses movimentos em uma rede intercontinental de apoio, solidariedade e resistência, articulações internacionais na luta pelos direitos das mulheres que tenha um olhar desde as perspectivas das mulheres do Sul Global.

Consideramos esse trabalho introdutório, em razão da complexidade em articular questões tão profundas, implicadas nas vidas das mulheres em seus contextos particulares e nas suas lutas seculares. Dessa forma, pretendemos continuar a aprofundar esses laços intercontinentais por meio da pesquisa, na busca por fortalecer a práxis, ligando a prática e a teoria feminista para entendermos as relações históricas e humanas que nos envolvem e que se aproximam: apesar das fronteiras e das distâncias que nos separam. Entre nós há afetividades, semelhanças, potências, histórias comuns e singulares, que nos tornam únicas e, ao mesmo tempo, irmanadas nesse corredor de saberes do Sul-Sul.

Referências

CAMPESINA, Via. Via Campesina. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FALOLA, Toyin. O poder das culturas africanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. (Coleção África e os Africanos).

FES. Gender Justice, Feminism and Transformation. Disponível em: <https://www.fes-mozambique.org/en/topics/gender-justice-feminism-and-transformation/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

GASPARETTO, Vera. Do local ao global: feminismoS africanoS, redes de pesquisa e conexões transnacionais. Projeto de Pesquisa a Programa Nacional de Pós Doutorado – PNPd/CAPES do Programa Interdisciplinar de Ciências Humanas (PPGICH), Área de Estudos de Gênero e Sexualidades, UFSC, 2019.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

GASPARETTO, Vera. Corredor de saberes: *vavasati vatinhonha* (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. 2019. 462 f. Tese (Doutorado) - Curso de PPGICH, CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193918>. Acesso em: 03 set. 2020.

GASPARETTO, Vera, SPECK, Débora. Tecendo conexões e aproximações entre feminismos africanos e latino-americanos. *Revista Eletrônica Da ANPHLAC*, 22(32), 2022, 119–151. Disponível em: <https://doi.org/10.46752/anphlac.32.2022.4047>

GILROY, Paul. O Atlântico Negro – Modernidade e dupla consciência. UCAM-Centro de Estudos Africanos, editora 34, 2012.

HALL, Gwendolyn Midlo. Escravidão e etnias africanas nas Américas - restaurando os elos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. Tradução de Fábio Ribeiro (Coleção África e os Africanos).

KABUNDA BADI, Mbuyi. *África en la globalización neoliberal: las alternativas africanas*. Revista Theomai, N. 17, 2008, pp. 77-87.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org). *Pensamento Feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2020.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

MIÑOSO, Yuderkis E. Presentación. In: OYÈWUMÍ, Oyèrónke. La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Editorial en la frontera: Bogotá - Colombia, 2017. Traducción: Alejandro Montelongo González.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa et al [Org.]. Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Editoria Universidad del Cauca, 2014.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial – Raça, Gênero e Sexualidade no embate colonial*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2010.

MST. Quem somos. 2021. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MUDIMBE, V. Y. *A invenção da África*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. Tradução de Fábio Ribeiro (Coleção África e os Africanos).

NHAMPOCA, Joaquim. Os três C's da África e a desconstrução do rótulo. In: BOAVENTURA, Ilka e SEVERO, Cristine (orgs.). *Kadila: culturas e ambientes – Diálogos Brasil-Angola*. Editora Edgard Blücher Ltda, 2016, p. 417-426.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, p. 115-137, 2010.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 45 set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/k5MsKMHv6ZQvPsF5vqvdkpB/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 21 jan. 2022.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. CLACSO, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod_folder/content/0/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 05 mar. 2021.

ZHANG, Liping; SCHIMANSKI, Silvana. *Cadeias Globais de Valor e os países em desenvolvimento*. 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5322/1/BEPI_n18_Cadeias.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

Entrevistas

ANDRADE, Tina H. On-line [23 nov. 2020]. Entrevistadoras: (Vera Gasparetto e Débora Speck). Plataforma Zoom ano. 1 arquivo .m4a (00:52:15 min). Entrevista para a pesquisa de Pós-Doutorado. Transcrição: (Débora Speck).

BRAGA, Carla. UEM [30 out. 2017]. Entrevistadora: (Vera Gasparetto). Maputo - Moçambique, 2017. 2 arquivos .m4a (00:51:58, 00:00:41 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

FRIEDHOFF, Heike. On-line [10 fev. 2021]. Entrevistadoras: (Vera Gasparetto e Débora Speck). Plataforma Zoom 2021. 1 arquivo .m4a (00:47:35 min). Entrevista para a pesquisa de Pós-Doutorado. Transcrição: (Débora Speck).

NÁMODA, Marilu. On-line [17 fev. 2021.]. Entrevistadoras: (Vera Gasparetto e Débora Speck). Plataforma Zoom 2021. 2 arquivos .m4a (00:38:16 min e 00:36:42 min). Entrevista para a pesquisa de Pós-Doutorado. Transcrição: (Débora Speck).

ROCHA, Solange. On-line [25 ago. 2020]. Entrevistadora: (Vera Gasparetto). Plataforma Zoom ano. 1 arquivo .m4a (00:45:08 min). Entrevista para a pesquisa de Pós-Doutorado. Transcrição: (Débora Speck).

TOMÉ, Tassiana. On-line [18 dez. 2020]. Entrevistadoras: (Vera Gasparetto e Débora Speck). Plataforma Zoom ano. 1 arquivo .m4a (01:34:00 min). Entrevista para a pesquisa de Pós-Doutorado. Transcrição: (Débora Speck).

TRINDADE, Catarina. On-line [03 dez. 2020]. Entrevistadoras: (Vera Gasparetto e Débora Speck). Plataforma Zoom ano. 3 arquivos .m4a (00:36:46 min, 00:39:51, 00:18:37 min). Entrevista para a pesquisa de Pós-Doutorado. Transcrição: (Débora Speck).

FEMINIST CONNECTIONS BETWEEN BRAZIL AND MOZAMBIQUE



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

Abstract: This communication aims to establish connections between Latin American and African Feminisms (focused on Mozambique) emerging from interviews and theoretical references about encounters, disagreements, approximations, and distancing within the field of activism, gender, and feminist studies in the territories of Africa/Mozambique and Latin America/Brazil from a decolonial perspective and narratives that criticize hegemonic feminism, both academic and activist. Thus, we seek to bring the levels of knowledge circulation between the two continents emerging from cultural exchanges in globalization, dialogues, and experiences of people who have been in both worlds, the influences of these inter-relations for articulating global feminisms from connections between epistemic resistances and the struggle for rights in the South-South. **Keywords:** African Feminisms; Latin American Feminism; Globalization; Mozambique.



A CONVERGÊNCIA ANTROPOFÁGICA DOS CORPOS EM *FOME AZUL*, DE VIOLA DI GRADO

Verônica Farias Sayão¹

Resumo: A corporeidade é uma área de estudo que apresenta diversas facetas, as quais expõem questão de como se colocar no mundo e como percebê-lo, possuindo um diálogo profundo com a subjetividade do indivíduo. Desta forma, este estudo busca analisar como os corpos de três personagens correlacionadas são apresentados na obra, principalmente o contraste existente entre o corpo da narradora em comparação ao corpo da amante, Xu, e ao corpo do irmão gêmeo, Ruben. Consequentemente, propõe-se a pensar a antropofagia existente na relação complexa de absorver o outro. Ou seja, o processo que ocorre quando a narradora absorve o irmão, inclusive sua identidade, e deixa-se ser absorvida por Xu. Logo, a forma como o corpo é exposto na obra parece expressar tanto uma manifestação de poder como de submissão, na qual a narradora está em ambas as posições. Ademais, para que essas questões sejam devidamente investigadas, procurou-se aporte teórico em Foucault (2004; 2015), Grosz (1994), Le Breton (2003; 2010), Louro (2003), Merleau-Ponty (2006), e Tavares (2021).

Palavras-chave: Corporeidade; Feminismos; Antropofagia; Literatura Italiana.

Considerações Iniciais

Os estudos sobre corporeidade vêm aumentando nas últimas décadas como forma de revisitar teorizações canônicas que foram cristalizadas ao longo do tempo. Esse processo de revisitação abriu espaço para diferentes postulações e olhares direcionados ao corpo e aos significados que dele nascem. Em vista disso, diferentes pesquisadores lançaram-se na tarefa de repensar e teorizar novas formas de contemplar o corpo que partissem, principalmente, de um discurso distinto à biologia. Isto é, que priorizassem a apreensão do corpo para além da sua constituição celular, adentrando terrenos simbólicos.

Este estudo, com o mesmo pressuposto, procura vislumbrar “o corpo como um fenômeno social e cultural, motivo simbólico, objeto de representações e do imaginário” (Le Breton, 2010). É do corpo que nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva, pois ele é o eixo da relação com o mundo. Nesse viés, o corpo se desdobra em significações que transcendem a sua própria materialidade, visto que ele significa e é significado dentro do contexto social e cultural que está inserido.

¹ Mestranda em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e graduada em Letras Língua Portuguesa pela mesma universidade. Email: revisora.veronica@gmail.com.

Este estudo percebe o “corpo como um sujeito da percepção” (Merleau-Ponty, 2006). Isso porque a corporeidade ganha significações que fundamentam a existência individual e coletiva, pois ela se torna o eixo de relacionamento com o mundo. Isto é, o corpo como um vetor semântico (Le Breton, 2010) pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída. Afinal, o indivíduo interpreta o mundo por meio do corpo e reage a ele de acordo com suas orientações.

A obra *Fome Azul*, de Viola Di Grado, dialoga consideravelmente com tais questões, pois coloca em evidência o corpo e sua relação com o mundo. Ao trazer a narração em primeira pessoa das vivências e experiências de uma italiana em Xangai, a obra explora as significações corporais e o contraste existente entre uma cultura e outra. Logo, esses corpos são expostos sempre em paralelo. Contudo, esse contraste não fica restrito às diferenças físicas de um corpo feminino para um corpo masculino — como quando a narradora se compara ao irmão gêmeo —, mas se estendem a divergências com outros corpos femininos. Além disso, a discrepância cultural entre Itália e China se mostra um eixo pelo qual orbitam não só questões de identidade, mas também formas de compreender o corpo. Dessa forma, este estudo busca analisar os corpos de três personagens correlacionadas: o da narradora, da sua amante, Xu, e o do seu irmão gêmeo, Ruben. Conseqüentemente, propondo-se a pensar a antropofagia existente na relação complexa de absorver o outro. Isto é, o processo que ocorre quando a narradora absorve o irmão, inclusive sua identidade, e se deixa ser consumida por Xu.

O reflexo no espelho

O conceito de corpo como um meio de entender o mundo dialoga com a ideia de que o corpo precisa do sujeito para resistir, assim como o sujeito necessita do corpo para existir (Tavares, 2021). Neste caso, é perceber a existência do corpo e de tudo ao redor justamente porque “a existência é fundamentalmente corpórea” (Le Breton, 2010). Todavia, essa noção implica a ideia de que o corpo, por ser um vetor perceptivo, também transporta consigo a compreensão de que o sujeito interpreta o outro e a si mesmo por meio do corpo.

A narradora não nomeada, da obra de Di Grado, traz essa noção de contraste do seu corpo com o corpo do outro. Tudo aparenta ter iniciado no momento do nascimento da protagonista e do seu irmão gêmeo, Ruben, visto que familiares e pessoas próximas realizavam inferências comparativas entre ambos. Não obstante, essa divergência que não se restringia somente à identidade, mas também a questões corporais, se fixou na mente da narradora, acompanhando-a até Xangai após a morte do irmão.

A protagonista transfere para o seu próprio discurso aquilo que era implementado por pessoas próximas a respeito de si mesma e de seu irmão, assimilando na sua percepção de mundo que o irmão

seria sempre melhor que ela. Tal visão autodepreciativa é notável de diferentes formas na obra, estando entre elas:

me vem à mente o rosto do meu irmão Ruben, seu cabelo loiro espetado e o nariz reto, as poucas palavras, o semblante firme e luminoso como o letreiro de um hotel depois de uma longa viagem. Estou acostumada a pensar nele ao invés de mim. É mais cômodo, porque ele era melhor (Grado, 2022, p.16).

Os traços corporais do irmão, assim como a sua personalidade, são mais fáceis de serem retomados à mente justamente porque ele era uma pessoa distinta, diferente da narradora. Se colocar em segundo plano, ao longo da narrativa, é o que a protagonista mais faz e, por isso, mudar-se para Xangai é um ato tão revolucionário para ela.

De certa maneira, é uma forma de se autopriorizar, mas também é uma manifestação de viver a vida que o irmão desejava ter — como uma espécie de homenagem singela. Contudo, isso também esboça uma rota de fuga de sua morte, como se a presença do irmão fosse inevitável. A respeito disso, a narradora expressa tais questões por meio da sua forma de viver o corpo. Em vista disso, ela expressa não só seu descontentamento corporal, mas também evoca constantemente a presença do irmão nos seus traços:

O rosto estava bem, porque, de vez em quando, se via Ruben por trás dos meus olhos, como um terçol, um traço de sangue e semelhança. O resto eu odiava. A barriga arredondada. As coxas. Toquei as ondas escuras das estrias com nojo. Ninguém tinha culpa se eu odiava o meu corpo (Grado, 2022, p.16).

A narradora clarifica que só gosta dos traços que são comparáveis ao irmão gêmeo, o resto que a distingue dele é repudiado, assumindo como verdadeiro o discurso perpetuado desde a sua infância por familiares e amigos. Isso demonstra, além de uma grande violência discursiva, que a realidade contemporânea erigiu o corpo como a verdade do indivíduo, um simulacro a partir do qual é avaliada a qualidade da sua presença no mundo. Isso porque o discurso expressa que “é por seu corpo que você será julgado e classificado” (Le Breton, 2003). Nesse viés, o corpo em sobrepeso da protagonista traduz, para ela, que é uma pessoa inferior, feia e indesejável em comparação a outros corpos: “Meu corpo era rechonchudo e tosco. Meu corpo era um pensamento fixo, a não ser quando eu dormia” (Grado, 2022, p.90).

O trecho anterior, além de demonstrar a quase impossibilidade de desvinculação do discurso modulador da aparência corporal, também expressa a determinação das posições das pessoas no interior da cultura moderna. No caso da obra de Di Grado mostra o olhar ocidental, o qual ao longo dos séculos vem examinando, classificando, ordenando, nomeando e definindo os corpos, ou melhor, realizando tal tarefa por meio de marcas (Louro, 2003) que são atribuídas a eles. Essas marcas são reconhecidas



não só pelos atributos sexuais, mas também em quesitos de raça, gênero, etnia, classe ou nacionalidade, decisivas para definir o lugar social de cada um (Le Breton, 2003). Em demonstração, a narradora relaciona algumas marcas corporais para quesitos mentais quando afirma que:

A Raposa [Xu] sorria enquanto olhava para os meus quadris carnudos, a saliência da minha barriga, a linha serrilhada deixada pelo elástico apertado sobre o umbigo. Ela sorria enquanto me comandava, porque sabia que a minha mente era mole como o meu corpo (Grado, 2022, p.53).

Ao realizar esse processo de transferência, a narradora se coloca novamente como uma pessoa inferior, indesejável e, em certo grau, de baixo intelecto. Achar isso de si mesma fica ainda mais aparente quando é Xu que comanda a relação entre elas, assim como a própria protagonista. Consequentemente, Xu, ao longo da narrativa, mostra-se uma namorada perversa com a narradora que, submissa, se entrega à parceira sem restrições.

Isso advém muito de Xu demonstrar que ama para além das questões corporais que, para a protagonista, são pilares fundamentais dentro das relações. Ressalta-se aqui a questão de que a aparência é algo que se apresenta, ou que se representa, como algo que é visto e, logo, é atribuído um significado (Louro, 2003). Ou seja, por não se sentir merecedora de amor e de ser desejada, a narradora aceita alegremente toda e qualquer demonstração de *afeto* por parte de Xu.

É o mesmo que dizer que a cultura, qual seja, dita padrões sobre o corpo, colocando à margem quem não se adapta a eles. Além disso, é exigido que a pessoa corresponda a um modelo de corpo jovem, saudável e bonito, segundo estereótipos calcados no imaginário social. Tal questão provoca um verdadeiro mal-estar coletivo, acometendo os que não se adaptam ao padrão (Zucchi, 2014). A sociedade almeja um ideal de corpo que não existe, logo o entende como um rascunho a ser corrigido (Le Breton, 2003), modelado e ordenado. Tanto que isso, no caso de *Fome Azul*, coloca a narradora em um estado de vulnerabilidade ainda maior: insegurança corporal advinda do discurso violento e estar imersa em um país desconhecido, dentro de uma cultura que vê o corpo de forma distinta à sua percepção ocidental.

Evidentemente que ocorre uma transferência entre a percepção do seu próprio corpo com o corpo do outro, fazendo com que a narradora crie constantes contrastes que a assombram por quase toda a obra. Entre os principais está a comparação que realiza com o corpo de Xu: “Xu tem cabelos cor de alcatrão e é estupenda. Mãos finas, pernas lunares. Um sorriso sombrio e ligeiramente torto” (Grado, 2022, p.16) e “De perto, tinha lábios carnudos e um corpo ossudo, como de modelos de capa de revista” (Grado, 2022, p.43). Esses trechos evidenciam que o corpo perfeito para a protagonista é o corpo magro, o que difere do seu próprio corpo.

Ressalta-se que, por mais que Xu esteja dentro da cultura oriental e perceba o corpo de forma diferente da cultura ocidental, ela ainda possui um padrão de beleza alto. A personagem evidencia que: “Eu como e depois vomito um pouco. Ser bonita é importante pra mim, é tudo o que eu tenho” (Grado, 2022, p.74). Pontua-se, novamente, a ideia do corpo como um vetor semântico e principal diferenciador classificatório de indivíduos, algo que conversa profundamente com a concepção de projeto corporal ao qual Xu está engajada, ao ponto de adoecer por isso. Em outras palavras, é a construção do corpo através de ações cotidianas, investimentos e intervenções pedagógicas voltadas a reiterar normas regulatórias que prescrevem o corpo magro como idealizado (Louro, 2003).

Logo, a narradora reforça a ideia de que os corpos são marcados, fortemente, “a partir da exterioridade do olhar e do dizer do outro” (Louro, 2003, s.p). Neste caso, ela reafirma, ao ler o corpo de Xu, que este corpo é a construção perfeita e idealizada e, em contrapartida, que o seu nunca chegará a ser. Essa questão é exposta no seguinte trecho: “A luz entorpecente da luminária de parede, com watts demais, não revelava nenhuma verruga ou estria naquela pele. Apenas perfeição branca” (Grado, 2022, p.53). Portanto, os corpos são feitos e inventados por tudo que — de fora — se diz à pessoa, sobre o sujeito, para o sujeito (Louro, 2003), algo que a narradora reproduz na forma como percebe a si mesma e aos outros.

Evidentemente que não há outra forma de conceber a si mesma que não seja por um olhar pejorativo, visto que é isso que recebe do mundo como avaliação de si. Logo, a narradora vive um processo de odiar a si mesma, mas de valorizar todos os outros corpos que estão dentro da norma social. Este duplo processo gera na protagonista um desejo de cobiça silenciado que a faz se envolver de forma corporalmente investida. Ou seja, ela inicia um procedimento de se tornar aquilo que não pode ser:

nos últimos meses, enquanto meu irmão ia se esvanecendo e ocupando cada vez menos espaço, até morrer, até se misturar aos grãos da terra, eu aumentei. Cinco quilos e alguma coisa. Havia algo de lógico, como uma lei da física, nessa troca de pesos. Algo de terrível (Grado, 2022, p.26).

A narradora, de tanto almejar um corpo e uma vida que não são seus, acaba por iniciar um método de absorção, não só identitária, mas corporal. Conforme o irmão morre pela doença e passa a “assumir menos espaço”, a protagonista revigora, cresce, se nutre. Ou seja, um verdadeiro processo antropofágico, visto que não poderá trocar de corpo e nem de identidade. Logo, em uma tentativa inconsciente, ela absorve o irmão como forma de ser algo superior, como o irmão era.

A antropofagia do eu

Em *Fome Azul*, o conceito de comer se desdobra em uma verdadeira prova de amor. Este amor remete tanto a saciar a fome do outro como a ser alimento do outro. No caso, o processo antropofágico ganha significações romantizadas e inconscientes, aprofundando-se em um método complexo e confuso. Entretanto, a antropofagia é apresentada em doses pequenas e graduais ao longo da narrativa, fazendo com que o leitor demore a compreender verdadeiramente o que está ocorrendo.

Primeiramente, a ideia de alimento é posta por meio do hábito chinês de alimentar o outro, uma forma cortês de afeto: “Eu já sabia que, para os chineses, pedir mais comida do que necessário é o único modo de mostrar gentileza. Sobrecarregar o outro com uma infinita promessa de nutrição. Uma forma desajeitada e bulímica de amor” (Grado, 2022, p.66). Até finalmente adentrar no terreno do que se está ingerindo: “— [...] O coração dá pra reconhecer de cara, tem um sabor mais triste, mais intenso” (Grado, 2022, p.66). Isto é, ingerir partes internas de animais é algo comum na cultura chinesa, assim como sobrecarregar o outro com esses alimentos é uma demonstração de afeto.

Novamente o contraste entre culturas se faz presente, visto que as práticas sociais diferem entre os povos. Ainda, “o corpo está no cruzamento de todas as instâncias da cultura, o ponto de atribuição por excelência do campo do simbólico” (Le Breton, 2010, p.31), estando, no caso da obra, tanto o corpo animal quanto humano. Nesse caso, ao redor do corpo orbita uma verdadeira constelação de fatos sociais e culturais que forma um campo social coerente, “com lógicas discerníveis; [que] formam um observatório privilegiado dos imaginários sociais e das práticas que suscita” (Le Breton, 2010, p.35).

O exposto se reflete na forma como a narradora vive o seu próprio corpo em Xangai, pois: “Coloquei a língua para fora, vi seu reflexo em um espelho: estava cinzenta e fibrosa, como se tivesse sido esfregada no cimento. Me assustei” (Grado, 2022, p.145). Tal desconforto com sua nova aparência foi espelhado pelo seu novo hábito alimentar, visto que:

Naquela noite, enquanto escovava os dentes, cheirei meu braço e descobri que o odor da minha pele havia mudado. Agora eu tinha um cheiro sombrio, profundo, como o de um poço onde a luz não chega. No último mês, andei comendo [...] patas de bichos, desidratadas e contraídas de dor, em excesso. Estômagos abertos, fígados com sabores terrosos. Pequenos cérebros não identificados. Por um mês inteiro, ingeri o interior de outros corpos (Grado, 2022, p.85-86).

Além do corpo ser um reflexo de como a narradora é tomada pelo *amor* e pelo *afeto* demonstrados em Xangai por Xu, também demarca a noção de que seu corpo é um elemento que inscreve os seus próprios limites (Le Breton, 2010, p.30). Há, notavelmente, um marco para tudo que uma pessoa é capaz de suportar e isso fica mais evidente conforme a história avança. Ou seja, até mesmo o processo antropofágico desenvolvido pela narradora possui uma extensão. Contudo, essa transferência deturpada de amor por aquilo que se come, ou que se é comido, aparece desde cedo na

protagonista: “Os mosquitos sempre apreciaram meu sangue. Nunca os espantei. Via a fome deles como forma de amor. Via cada invasão como forma de amor. Era um defeito meu” (Grado, 2022, p.32).

Ora, se desde jovem a narradora possui essa propensão a uma visão de amor deturpada, então a absorção do outro, e de si mesma, repercute um movimento muito mais profundo e complexo do que parece ser. Isso porque sorver o outro e ser consumida demarcam papéis totalmente diferentes, já que um é passivo e outro ativo. Dessa forma, a narradora está no eixo da antropofagia que baliza toda a obra, alargando-se em um duplo processo de absorção.

Primeiramente, ela realiza o método antropofágico ativo quando sorve o irmão gêmeo, Ruben. Conforme este morre aos poucos, ela renasce, se nutre e revigora com a vitalidade de Ruben. Esta absorção ocorre, inicialmente, de forma inconsciente. Até se tornar um ato lúcido e racional, que acontece após a narradora conhecer Xu:

- Xu. Me chamo Xu. E você?
- Ruben.
- Esse não era o nome do seu irmão?
- Sim, mas agora é meu (Grado, 2022, p.54).

Em outras palavras, o desprezo com seu corpo atingiu tamanho incômodo, somatizado à presença infindável do espectro do irmão, que a narradora decidiu assumir a identidade de Ruben. Assim, retomo aqui a noção de corpo como sujeito da percepção, visto que a pessoa não tem como conhecer o corpo humano senão vivê-lo, retomando por sua conta o drama que o transpassa ao ponto de se confundir com ele (Merleau-Ponty, 2006, p.269). Logo, ao assumir a identidade do irmão, a protagonista também assumiu o corpo dele dentro do seu.

A somatização corporal, ou a antropofagia em absorver o irmão, se torna mais presente quando a narradora clarifica esse acontecimento: “Primeiro vi meu reflexo, e me olhei com indiferença. Depois vi meu irmão, como um eco, uma sombra secundária das minhas linhas, e sorri. Toquei meu nariz como se fosse o dele” (Grado, 2022, p.40). A proximidade corporal nesse trecho se dá tanto por serem gêmeos, mas também pelo aprofundamento da presença de Ruben dentro de si. Ao assumir sua identidade, a narradora parece ter maior dimensão do ato antropofágico que consumiu o irmão gêmeo para dentro de si.

Mesmo que a narradora não tenha consciência total desse acontecimento, ou simplesmente não deseje compreender a dimensão da sua extensão, acaba por ser evocada de outras formas na narrativa, como pistas da simultaneidade de corpos presentes em um corpo só: “desde que Ruben se foi, havia dentro de mim uma massa disforme que misturava os meus pensamentos com aqueles que acreditava serem dele. Era difícil separar, era difícil saber com o que me identificar” (Grado, 2022, p.50). A

despeito da simultaneidade de corpos em um corpo só é posto que o corpo possui diversos locais, pois há diferentes possibilidades para a dor e o prazer em se alojar em um único corpo. Logo, o corpo “*não é uma unidade interna*, pelo contrário: num sítio posso ter prazer, noutra dor — ao mesmo tempo. Como se o organismo vivesse, de facto, neste caso, duas vidas simultâneas (pelo menos)” (Tavares, 2021, p.222, grifos do autor).

Ruben se tornou uma espécie de organismo dentro da narradora, uma consciência que se manifesta em amplas partes do livro, mesmo que de forma sutil. Ademais, a protagonista começa a reconhecer a presença do irmão dentro de si ao ponto que passa a, literalmente, alimentá-lo: “Entrei e comprei dois croissants, um para mim e outro para o meu irmão, e os devorei rápido, ali mesmo, em pé, com creme matcha quente escorrendo pelo queixo, manchando meu casaco de verde-radioativo” (Grado, 2022, p.91).

Em certo grau, Ruben parece reconhecer a união antropofágica entre seus corpos, mesmo que o estado da doença estivesse tão avançado ao ponto de poder deturpar seu raciocínio, pois: “Sua carta, em uma folha de papel quadriculada, dizia: *Onde quer que vá, estarei dentro de você. Como outra pele, mas mais profunda. Me reconheça, continue a me amar. A se amar. Não te deixarei nunca*” (Grado, 2022, p.177, grifos do autor). Por mais metafórico que a noção de antropofagia que está sendo empregada nesse estudo faça reconhecer, é perceptível que ao retomar a “pele, mas mais profunda”, Ruben estava dimensionando a real fundura, quase física, que ele causou na irmã.

Apesar disso, o processo antropofágico ocorrido com Ruben tenha sido ativo por parte da narradora, com Xu se mostra o oposto. Ao fim, é perceptível que a protagonista deseja e se entrega a Xu de forma consciente para ser seu alimento. Isso se desenvolve, inicialmente, por meio de alucinações de teor engraçado por parte da narradora, como em: “Vi minha barriga refletida e pensei que, na boca de Xu, ela teria a consistência de um doce químico e pegajoso, de uma doçura previsível e industrial, como os lanchinhos dos anos 90” (Grado, 2022, p.74). Evidencia-se, nesse trecho, como a concepção a respeito do próprio corpo, até então indesejável e odiado pela narradora, se transforma em um corpo cobiçável para Xu. Assim como, que o ambos os processos antropofágicos ocorridos na obra, tanto pela narradora como por Xu, são realizados por corpos femininos.

A mudança de perspectiva sobre o próprio corpo pode ser relacionada à “*proprio percepção*”, que “é a forma como o corpo se olha a si próprio” (Tavares, 2021, p.180). No caso, é quase como uma *autocegueira* que distancia a pessoa do próprio corpo. No entanto, minha perspectiva é que para a narradora se transformar em alimento de Xu é sinônimo de ser amada e desejada, algo que para ela

nunca ocorreu. Dessa forma, ela se transforma em comida de bom grado, já que essa era a forma mais próxima de amar a si própria:

Quando me olhava no espelho à noite, no eu banheiro luminoso e azulado do trigésimo primeiro andar do Starlight Hotel e examinava as feridas recentes, os vermelhões, as marcas de molaes nas minhas coxas, sentia um pouco de pena de mim, na verdade muita pena, que era o mais próximo que eu conseguia chegar de sentir amor por mim mesma (Grado, 2022, p.165).

Essa cena se desdobra em diferentes percepções que vão do absurdo da agressão física à comoção pela narradora, a qual só consegue se ver digna de amor estando em tamanha condição de vulnerabilidade. Todavia, como ao longo da obra faz perceber, essas agressões só ocorrem durante os atos sexuais entre as duas personagens, como uma forma de levar ao máximo a dor da pele como prova de envolvimento. A pele, nesse sentido, adquire a condição “de ver e ser visto, de tocar e ser tocado, e de sua mistura e integração possível, uma comunhão da qual ambos, sujeito e objeto, participam, uma única ‘coisa’ dobrada sobre si mesma” (Grosz, 1994, p.95, tradução nossa). Ainda, a pele tem o poder de se transformar em um órgão que interpreta, como um cérebro sentimental (Tavares, 2021), cuja capacidade adentra a níveis de ouvir e falar, sentidos ligados na intensidade máxima.

Nesse sentido, a antropofagia por meio do sexo alcança verdadeiros níveis de entrega que transcendem conotações de se desnudar perante o outro, pois elevam a pele — primeiro contato do indivíduo com outro — a níveis sensoriais máximos. Logo, se entregar a Xu é tanto um processo de prazer e dor, como também de amor. Não obstante, o ato antropofágico é frequentemente relacionado ao ato de comer alimentos ordinários da dieta humana, o que torna a absorção da narradora, por Xu., mais objetificada e irrelevante: “Xu agarrou meus peitos e mordeu um dos mamilos. [...] Entender é o contrário da fome. É o contrário do desejo. Xu me mordeu de novo. Uma linha de sangue escuro, quente como chocolate derretido, desceu até o umbigo” (Grado, 2022, p.75).

Correlacionar seu corpo a um alimento comum eleva sensação de antropofagia e de degradação da narradora, ao mesmo tempo em que evoca o papel de poder que Xu possui na relação de ambas. Além disso, Xu comanda quando e como irão se encontrar, principalmente como se dará, e onde ocorrerá, a relação sexual: “Porque sou eu quem decide quando devemos nos aproximar e quando devemos nos afastar. É tudo calculado” (Grado, 2022, p.85). Sobre a relação de poder entre as personagens, salienta-se a concepção de que a sexualidade é o instrumento mais recorrido, visto que é “utilizável no maior número de manobras, podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias” (Foucault, 2015, p.112). Ou seja, Xu utiliza da dominação sexual com a narradora de forma a reforçar a sua condição de poder dentro da própria relação amorosa.

A sexualidade, conseqüentemente, é uma “rede em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres”, assim como “o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (Foucault, 2015, p.115). Logo, a narradora não tem a dimensão do controle que Xu possui sobre si e sobre o seu corpo, principalmente como se desfazer de algo que no fundo para ela faz “bem”: “Me inquietava um pouco que fosse assim — que meu bem-estar fosse resultado da ação dos dentes de Xu, da sua saliva —, mas isso não era tão importante” (Grado, 2022, p.77). Isto é, a narradora por si já desmerece o fato de ser alimento de Xu e que a sua felicidade reside no fato de ser consumida pela parceira.

Em determinado momento na obra, a protagonista começa a ter plena consciência que o fato de Xu estar a devorando é a razão da sua completude, como por exemplo em: “— Me come — eu disse. Foi meu primeiro pensamento daquele tipo. Fui eu quem primeiro pensou no meu corpo como um fruto descerebrado. Me come: me faz tua, me faz desaparecer” (Grado, 2022, p.75). Aqui reside um duplo processamento: a noção de ser alimento e do prazer que isso gera, como também a vontade de desaparecer. No caso, a narradora ainda possui dentro de si a sensação de que não é merecedora de felicidade, mas que ela reside dentro de Xu: “Imaginei Xu vomitando tudo, e também imaginei ficar para sempre dentro dela, não digerida, protegida” (Grado, 2022, p.74).

Esse trecho clarifica que a narradora deseja ficar dentro de Xu como um local seguro, o que remete à segurança que seu próprio corpo forneceu ao irmão após a sua morte. Ou seja, é permanecer vivo mesmo sendo parte de outro, algo que pode ser conectado a ideia de alimentar como um ato de amor. Contudo, a sexualidade existente entre as duas personagens ressalta essa união, pois não é um ato de consciência expresso, mas que pode motivar as formas privilegiadas da experiência (Merleau-Ponty, 2006, p.233). Dessa forma, a sexualidade adquire a concepção de algo que é coexistente à vida.

A sexualidade, ganhando essa dimensão, também carrega, no caso da narradora, aquilo que foi trazido anteriormente como mecanismo de dominação, visto que ela cria um corpo dócil que pode ser submetido e utilizado de diferentes formas (Foucault, 2004). Todavia, esse corpo dócil somente é criado por meio da disciplina que submete e inferioriza ao ponto de ser manipulado pelo poder dominante. O corpo da narradora, então, foi trabalhado por Xu a ser visto por ela como um alimento que dá prazer para a própria Xu, já que a personagem demonstra ter problemas alimentícios — os quais decorrem tanto da exigência de ser bela, como por estarem relacionados ao abandono maternal:

— Eu não sabia que ela [mãe] estava doente, porque ela já era assim desde antes de eu nascer e, por isso, eu achava que todas as mães tomavam remédios, como gatos comem geleia de carne. Achava que todas as mães desapareciam de vez em quando, sumiam nos hospitais, e então tínhamos que esperar sem comer, senão elas não voltavam (Grado, 2022, p.184).

A narradora e Xu relacionam a comida com o afeto, com a presença do amor, como já fora ressaltado. Contudo, a comida para Xu também simboliza uma presença maternal que ela não teve visto que a mãe uma hora não voltou mais para casa, a deixando com uma fome que transpassava a dor física, pois adentrava terrenos de abandono afetivo. Igualmente, Xu, como forma de não sentir esse abandono novamente, começou a se cercar de comida: “Trepávamos com a barriga cheia e com o sono dos carboidratos e com o chão repleto de pacotes descartáveis e de palitinhos usados e de pacotinhos de molho shoyu” (Grado, 2022, p.81). Nesse caso em específico, a segurança da comida mesclada com o prazer da carne representava para Xu o ápice do poder e da segurança.

Para a narradora, “ser refeição de Xu” (Grado, 2022, p.82) e ter os sentimentos que restavam “enterrados dentro de Xu” (Grado, 2022, p.90) simbolizam uma espécie de “transcendência pessoal e de contato” (Le Breton, 2010, p.86) que só é possível através do corpo. Em outras palavras, a protagonista foi convidada a descobrir o seu corpo e o corpo de Xu como forma disponível à ação ou à descoberta, “um espaço cuja sedução é necessária manter e cujos limites vislumbrados é preciso explorar” (Le Breton, 2010, p.86), visto que isso é dar “carne à existência”. Entretanto, dar essa existência por meio da carne, no caso da narradora, acabou excedendo para uma relação violenta que a colocou em um estado de vulnerabilidade maior. Isso porque a protagonista não chegou a perceber que o ato da antropofagia chegou no seu ápice por meio do estupro: “Quando reabri os olhos, Xu estava dentro de mim. Era parte do meu corpo. Pele com pele. Uma infiltração. Gemia com impaciência. Cravei minhas unhas nas costas dela e seus cabelos curtos suado caíram na minha boca, como sanguessugas” (Grado, 2022, p.139).

A cena do estupro ganha contornos ainda mais pesados quando ela é localizada no espaço em que ocorre: um antigo abatedouro projetado nos anos 20 para “oferecer carne da mais alta qualidade” (Grado, 2022, p.148), um verdadeiro “palco onde os corpos eram abatidos” (Grado, 2022, p.148). Um espaço no qual cada centímetro é disputado para relações sexuais regadas a drogas, estando entre elas a “pílula amarela”, cuja função é retirar o medo. Ou seja, a cena do estupro se aprofunda em uma verdadeira realidade de abater um ser humano para o consumo da sua carne, elevando a antropofagia a níveis alarmantes.

Além disso, o trecho evidencia a exposição do que é estar dentro do corpo, algo que “sempre foi assumido como sendo algo privado: não apenas os órgãos internos, mas aquilo que o corpo interior *faz* ou *deixa de fazer*: as sensações, os pressentimentos, as crenças, etc.” (Tavares, 2021, p.236, grifos do autor). Tanto que, Xu ao invadir o interior da narradora, adentrou não só o terreno íntimo do seu corpo, mas a própria presença da consciência da protagonista que já estava entorpecida pelas drogas.

Nesse sentido, Xu concretizou a antropofagia de forma mais violenta que a narradora realizou com o próprio irmão gêmeo. Ou seja, a antropofagia ativa é mais extrema do que a antropofagia passiva, pois se eleva a níveis físicos corporais de quase consumo humano.

Considerações Finais

Ainda que esse processo antropofágico ocorra de duas formas diferentes e colocando a narradora em posições distintas, ativa e passiva, ele acontece tanto na ação inerente da protagonista quanto por influência de uma imersão cultural. Por mais que a narradora realize essa antropofagia de maneira consciente, como quando assume a identidade do irmão para Xu, ela ainda se desdobra de forma suave e amorosa, como forma de manter o irmão eternamente consigo. Contudo, o ato passivo de ser absorvida por Xu ocorre de forma violenta, erguendo o ato antropofágico a níveis de quase consumo humano, e saindo do terreno metafórico aplicado aqui. No caso, a antropofagia ativa de Xu coloca a narradora em estado submisso, aceitando de bom grado a demonstração de amor da amante.

Pensando no duplo processamento da antropofagia que acontece na obra parece irreversível sair da condição de alimento do outro. Todavia, ele se dá para ambas as situações quando a narradora desfaz a antropofagia realizada com o irmão, e se desvincula da mesma forma de Xu. Por mais que esses dois processos ocorram de formas distintas, eles se manifestam como uma libertação da própria narradora desse meio violento, no qual a necessidade de consumir o outro se sobressai ao ponto de ter de matá-lo metaforicamente para tanto. Primeiramente, destaco o momento em que a protagonista tem a plena ciência de que está sendo devorada:

Ela me mordeu mais fundo, no pescoço. Machucou. Fiquei tremendo, arqueei as costas. Não consegui falar. Protestar. Pensei que um corpo humano não deveria ficar assim tão aterrorizado. [...] Senti a mão pequena e ossuda de Xu entre as minhas pernas, as pontas dos dedos pressionando devagar, e deixei escapar um grito (Grado, 2022, p.160-161).

Nesse trecho é possível notar que a protagonista só percebe o que está ocorrendo justamente porque o ápice da dor a despertou para a sua *morte* iminente. Em contrapartida, a dor também possui a conotação de turvar o entendimento do que está acontecendo, mas, ainda assim, o rompimento do torpor decorre a partir de uma certa intensidade de dor (Tavares, 2021). No caso da narradora o despertar foi derivado tanto do ato máximo da dor física como a decorrência do estupro que, como foi ressaltado, é o cume da antropofagia de Xu.

Para além do evidenciado, o local que a cena transcorre também favorece esse despertar, visto que elas estão tendo relações sexuais no abatedouro, local com histórico de morte e de consumo de

carne. Ou seja, no subconsciente da narradora todas essas informações se sobrepõem, ao mesmo tempo que seu corpo é influenciado pelo espaço em que está inserido. Isso porque o corpo rodeia e é rodeado pelo tempo e pelo espaço, pois ele “não tem apenas coisas à sua volta, está no tempo e tem também tempo antes e depois: memória e projeção” (Tavares, 2021, p.185). Consequentemente, ao estar em espaço aberto e fora do domínio de Xu, a narradora tem o verdadeiro acontecimento de que ela está no mesmo papel que o irmão Ruben estava:

Olhei para o céu incolor que anunciava a neve e pensei em Ruben, no azul dos seus olhos desaparecendo sob as pálpebras se fechando pela última vez, e de alguma forma entendi que ele não havia lutado. Que se deixou levar. Compreendi que me deixava levar porque ele se deixou levar, porque nós dois somos assim, nos deixamos levar (Grado, 2022, p.156).

Esse excerto elucidava o entendimento da narradora de que se deixou comer por Xu da mesma forma que Ruben se deixou sorver pela irmã. O trecho evidencia, igualmente, a proximidade entre os irmãos que, além de dividirem uma aparência semelhante, também esboçam as mesmas pretensões. Entretanto, diferentemente de Ruben, a protagonista consegue se desvincular do processo antropofágico de Xu e inicia uma recuperação corporal das violências empregadas pela amante:

Tudo aconteceu tão rápido que apenas o corpo foi capaz de acompanhar. O tempo se transformou em algo físico, muscular. O sangue estava mais desperto do que o pensamento. As escoriações nos braços e no peito, nos dedos, tinham formado uma crosta. A pele se defendia, se regenerava, e se regenerando ela esquecia que tinha sido ferida (Grado, 2022, p.168).

Ao perceber o mundo pelo corpo, e vice-versa, a narradora compreendeu o que estava se tornando, principalmente a fundura que estava levando a si mesma. Notavelmente, apreendeu que se distanciar de Xu, ou desfazer o ato antropofágico, culminou em se autocurar das chagadas que a transformaram em alimento de outro. Ademais, a pessoa tem a capacidade de reaprender a sentir o próprio corpo, se reencontrar, sob o saber que se tem dele mesmo, já que o corpo sempre está conosco e porque somos corpo (Merleau-Ponty, 2006). De forma semelhante, a protagonista conseguiu realizar o processamento de desfazer a antropofagia realizada com Ruben: “No espaço de dois meses, de maneira desajeitada, meu corpo se distanciou do de Ruben, tão magro e mastigado pelo seu mal, ainda vivo. A carne flácida e pálida como um vestido velho” (Grado, 2022, p.171).

O trecho traz consigo que não há como anular o processo antropofágico, mas há como impedir que avance. No caso de Ruben, as marcas deixadas por o ter absorvido se desenvolveram no sobrepeso da narradora, porém, no caso de Xu, as marcas apresentadas foram fixadas em sua pele com as cicatrizes das mordidas. Portanto, a antropofagia é um procedimento que causa impressões tanto físicas



quanto psíquicas nas personagens de *Fome Azul*, de Viola Di Grado, transcorridas como um método deturpado de amor.

Referências

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- GRADO, Viola Di. *Fome Azul*. Porto Alegre: Dublinense, 2022.
- GROSZ, Elizabeth. *Volatile Bodies: toward a corporeal feminism*. Indiana: Indiana University Press, 1994.
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- LE BRETON, David. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. São Paulo: Papirus, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. *Corpos que escapam*. Labrys: Estudos feministas, [s. 1.], n. 4, 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys4/textos/guacira1.htm>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- TAVARES, Gonçalo M. *Atlas do corpo e da imaginação*. Porto Alegre: Dublinense, 2021.
- ZUCCHI, Vanessa. *A tessitura do desejo: Corpo, sexualidade e erotismo nos contos de Anais Nin*. Orientador: Ricardo Araújo Barberena. 2014. 111 p. Dissertação (Mestre em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2161/1/460149.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023, p.33.

The anthropophagical convergence of bodies in *Fome Azul*, by Viola di Grado

Abstract: Corporeality is an area of study that has several facets, which raise the question of how to place oneself in the world and how to perceive it, having a deep dialogue with the individual's subjectivity. In this way, this study seeks to analyze how the bodies of three correlated characters are presented in the work, mainly the contrasts between the body of the narrator in comparison to the body of her lover, Xu, and the body of her twin brother, Ruben. Consequently, it is proposed to think about anthropophagy existing in the complex relationship of absorbing the other. In other words, the process that occurs when the narrator absorbs her brother, including his identity, and lets herself be absorbed by Xu. Therefore, the way the body is exposed in the work seems to express both a manifestation of power and submission, in which the narrator is in both positions. Furthermore, for these issues to be properly investigated, theoretical support was sought in Foucault (2004; 2015), Grosz (1994), Le Breton (2003; 2010), Louro (2003), Merleau-Ponty (2006), and Tavares (2021).

Keywords: Corporeality; Feminisms; Anthropophagy; Italian Literature.



**EMOÇÕES, RELAÇÕES DE GÊNERO E HISTÓRIAS NA AVENIDA: A
(CO)MEMORAÇÃO DO 7 DE SETEMBRO EM CATUNDA-CEARÁ (2013 – 2022)¹**

Wagner Cavalcante Farias²

Resumo: Em Catunda – interior do Estado do Ceará –, assim como em outras cidades, os desfiles cívicos no Sete de Setembro são comemorados desde antes da emancipação política. Ainda que seja imprecisa a origem desse ato cívico, foi com o movimento emancipacionista e após o plebiscito de 1990, que resultou na emancipação municipal, que esse ato ganhou força e um novo significado para o povo catundense, não sendo somente momento ufanista e patriótico, mas tendo carga identitária e, portanto, emotiva para a localidade, buscando evocar a coletividade, ritualizando momentos, ao passo que narra histórias. A partir da compreensão desse ato cívico como momento que busca narrar pública e coletivamente passados, a mesmo tempo que é projeto político do presente, com interesses futuros, refletirei o desfile de sete de setembro em Catunda como “lugar de memória” (Cf. Nora, 1993). Dito de outra forma, buscarei nesse artigo problematizar o gênero e as emoções a partir das memórias sobre o ato comemorativo, os desfiles cívicos de Sete de Setembro em Catunda dessa última década (2013 – 2023), presentes na exposição virtual *História em Retrato* e de outras fontes, como fotografias e publicações sobre a comemoração nesses últimos dez anos. Deste modo, minha reflexão irá entrecruzar (co)memoração – como espaço dialógico e dialético, conforme propõem Albuquerque Júnior (2019; 2020); Candau (2021) e Le Goff (2013); ainda gênero – compreendido como significador das relações de poder (Cf. Scott, 1985) – e emoções – como mobilizadas e mobilizadoras dos corpos (Cf. Ahmed, 2015).

Palavras-chave: Catunda. Desfile Cívico. Comemoração. Relações de Gênero. Emoções.

¹ Este texto foi escrito com material coletado e com financiamento do CNPq - processo nº 404662/2021-8- MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020).

² Técnico em Edificações, nível médio, pela EEEP Antônio Mota Filho - 2015. Graduado em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) - 2022. Pós-Graduado (Especialização) em Gestão Educacional pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI) - 2023. Pós-Graduado em Metodologia do Ensino de História pelo Instituto Brasil de Ensino e Consultoria (IBRA Educacional) - 2023. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História (Área de Concentração: História Global. Linha de Pesquisa: Histórias Entrecruzadas de Subjetividades, Gênero e Poder) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação da Profa. Dra. Joana Maria Pedro. Realiza estágio em Docência, na disciplina Tópico Especial: História das emoções, afetos e gênero, da graduação em História da UFSC, sob a orientação da Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff. Foi membro do Movimento Estudantil de História (MEH) atuando como Secretário de Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro Acadêmico de História Ágora - CAHISA/UVA (2018-2019/2020-2021/2021). Foi Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-HISTÓRIA/UVA), entre os anos de 2018 - 2021. Atualmente é professor (CT) da Rede Estadual de Ensino, na Escola de Ensino Médio Integral Monsenhor Ximenes. Membro Pesquisador do Grupo de Pesquisa e Estudos de História e Gênero na América Latina (GEHGAL/UVA) e do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Integrante do Projeto Mandonas: memórias, políticas e feminismos no cone sul (1980 – 2020), financiado pelo CNPq. Está como 2º Tesoureiro e Diretor de Comunicação da Diretoria da Associação Nacional de História - Seção Ceará (ANPUH/CE), gestão Compór, somar, crescer (2022 - 2024). Tem interesse na área de História das Mulheres na Política, Relações de Gênero, Emoções e Afetos. E-mail para contato: wagnercavalcantef@gmail.com



Prólogo ou “Concentração, o ‘desfile’ já, já vai começar!”

No momento em que escrevo esse texto, talvez por ainda ter vívido em minha cabeça a leitura de Donna Haraway (1995), preciso “localizar” as questões que serão aqui apresentadas, não somente para situar as e aos que interessem esse escrito, como para demarcar minha responsabilidade em fazê-lo, uma vez que essa proposta é um só tempo pessoal e política. Seu caráter político se deve a importância de refletir um evento que mobiliza uma considerável parte da população de Catunda³, uma vez que o desfile é feito coletivamente, acionando docentes e discentes da cidade como atrizes e atores na avenida e o público que comparece para acompanhar, além de ser um acontecimento que propõe delinear algumas chaves de leitura do fazer histórico no município, mas que ainda não foi adequadamente problematizado⁴. Seu caráter pessoal ocorre, pois não somente tenho me dedicando a esses estudos desde 2021, mas, e principalmente, por ter participado dos atos cívicos a partir de diferentes perspectivas – como estudante, como professor e como músico.

Ao escrever esse texto, parto de uma demanda social, mas que não me impossibilita da inteligibilidade exigida pela historiografia. Na verdade, até contribui com a problematização, uma vez que, como propôs Delacroix (2018) ao refletir sobre a história do tempo presente em seus limites e possibilidades, a coexistência entre a/o historiadora/historiador e os sujeitos e acontecimentos tomados como objetos para reflexão podem ser postos à prova. E mais, por ser o desfile cívico aqui problematizado, uma forma de fazer história fora das pompas acadêmicas, com o público e de forma pública⁵, existe aqui uma capacidade de revisão de minha prática de pesquisa e de meu fazer docente.

³ A cidade de Catunda – a mais de 250 quilômetros da capital Fortaleza –, está entre os municípios mais jovens da federação (apenas 33 anos em 2023), entretanto, acredita-se que sua ocupação e constituição territorial ocorreu por volta do século XIX. O mote de suas origens não difere de algumas outras cidades do interior do Estado do Ceará: terras ocupadas próxima a rios e/ou riachos, e estar atrelado a um patrimônio religioso. De fazenda à vila e de vila à distrito da cidade de Santa Quitéria, em 1938, por decreto estadual, a localidade passou a ser denominada Senador Catunda. Após três tentativas mal sucedidas de emancipação (1963; 1985; 1988), o movimento emancipacionista catundense ganhou força e mobilizou boa parte da população local, sob a organização de comerciantes e com a representação de uma liderança política eleita para o parlamento municipal quiteriense, Regina Elena Magalhães. O projeto de Lei 024, de 08 de junho de 1990, da então vereadora, foi promulgado em 11 de junho do mesmo ano, como Lei 132, e modificou a demarcação territorial do distrito, atendendo as exigências para mais uma tentativa de emancipação. Após a consulta plebiscitária de 07 de setembro de 1990, os muitos “sim” venceram – não sem luta – e em 27 de dezembro daquele ano, por meio de lei estadual, criou-se “[...] o Município de CATUNDA desmembrado do de Santa Quitéria [...]” (CEARÁ, 1990).

⁴ Escrevi brevemente sobre esse tema no subtópico 3.2 Somando vivências, dividindo experiências: comemorar é narrar história em público, do capítulo 3 (ENTRE)LINHAS: REFLETINDO HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CATUNDA, do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Cf. FARIAS, Wagner Cavalcante. Do conhecido fio aos inexplorados rastros: história e memória das mulheres na política de Catunda – Ceará (1992 – 2021). Monografia (Licenciatura em História), sob orientação da Profa. Dra. Gleidiane de Sousa Ferreira – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, 2021.

⁵ Para aprofundar a discussão acerca da temática sugerimos CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública: uma breve bibliografia comentada. (Bibliografia Comentada). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-publica-biblio/>. Publicado em: 6 nov. 2017. Acesso: 18 de set de 2023; EVANS, Tanya. A História Pública e os seus múltiplos encontros: entrevista com Tanya Evans. Entrevista concedida a Adné de



Em síntese, essa é uma História contaminada e contaminante, que ainda que feita com propósitos da objetividade, também parte da e busca pela subjetividade. Assim, as reflexões aqui postas se fundamentam a partir de três categorias históricas que atravessam não somente o corpus documental tomado para análise, mas o corpo político que analisa. Minha reflexão entrecruza (co)memoração – como espaço dialógico e dialético –, gênero – compreendido como significador das relações de poder – e emoções – como mobilizadas e mobilizadoras dos corpos na avenida.

Para tanto, concordo com Albuquerque Júnior (2020), que (co)memorar, desde a etimologia da palavra, é um ato coletivo onde corpos, em suas diferenças, somam e dividem em busca de memorar e proliferar essas memórias, que ainda que não necessariamente uníssonas, criam versões que serão consagradas no ato comemorativo. “Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do mundo.” (Candau, 2021, p. 35), e por isso que um mesmo ato comemorativo pode ser celebrado de múltiplas formas a depender do grupo social que lidera a proposta de comemoração. Desta forma, (co)memorar é memorar com, e nesse processo, partindo de interesses comuns, decidir o que, como e por que evocar a memória e quais as memórias possíveis para a comemoração. (Co)memorar é ato político.

Importante destacar que os documentos tomados aqui para análise, em destaque as entrevistas utilizadas para a montagem da exposição virtual, sendo evocações de acontecimentos vividos a partir de diferentes vivências e experiências, não são inocentes, pois partem das escolhas a partir de interesses individuais e coletivos. São, portanto, memórias de um passado, guiadas pelo presente, marcadas pela racionalidade emotiva, ou seja, pelos elementos afetivos que os sujeitos interpelados sobre o assunto tiveram que lembrar e escolher como os narrariam (Cf. Le Goff, 2013).

Logo, aqui compreendo memórias como atravessadas pela subjetividade, uma vez que partem de indivíduos e de suas construções históricas, mas também pela política, já que o que se busca lembrar, como se busca lembrar e quando se busca lembrar é sempre contextual.

Tal como a comemoração e a rememoração, tomadas aqui como categorias relacionais e políticas, o gênero é útil para minha análise histórica, não somente por ser “forma primária de dar significado às relações de poder.” (Scott, 1995, p. 86), mas por ser “relevante para examinar atitudes e comportamentos e identificar as redes de relações sociais e políticas, estabelecidas por e entre homens

e mulheres.” (Prá, 2011, p. 103), uma vez que é na prática cotidiana que se moldam as relações hierarquizadas e as diferenças sexuais, que, nesse caso são expressas na avenida.

Deste modo, ainda que gênero seja uma categoria que precise ser revisitada e mais profundamente problematizada (Cf. Scott, 2019), seu uso nesse estudo me permite perceber a distribuição dos papéis atribuídos aos diferentes corpos no desfile, que considera quase que somente suas diferenças sexuais, além de como, assuntos relacionados a essas questões – gênero e intersecções – pouco ou nunca foram refletidos na avenida, mesmo que sejam temas transversais da educação e seja o setor educativo da cidade – escolas e secretarias – responsáveis pelo ato cívico.

Não somente o gênero me será indispensável para refletir sobre a comemoração aqui mencionada, mas também as emoções estão em meu horizonte, pois ao tratar sobre espaços de poder, podemos e devemos aproximar emoção e política (Cf. Procharsson, 2005), uma vez que ambas atravessam os corpos e são com eles mobilizadas (Cf. Ahmed, 2015). Em outras palavras, é preciso escrever sobre as carnes carregadas de emoções.

Contudo, como reflete Sara Ahmed (2015) em *La política cultural de las emociones*, não é suficiente entendermos que os corpos são movidos por emoções à medida que essas se movem com os corpos, mas é preciso, articulando gênero e emoção, questionar que corpos são tidos como emocionais e que emoções são possibilitadas a cada corpo. A resposta é de início simples, uma vez que dentro da compreensão ocidental cisheteronormativa, marcadamente machista, misógina, racista, classista e capacitista, baseada nos estudos evolucionistas de Darwin e que se pretendeu universal até ser questionada pelos movimentos sociais, são os corpos das mulheres entendidas como “‘mais próximas’ da natureza, governadas pelos apetites, e menos capazes de transcender o corpo através do pensamento, da vontade e do juízo”⁶ (p. 22, tradução minha), marcados pelo emocional.

Para não me estender no debate sobre a história das emoções⁷, marco somente que não considerarei em minhas reflexões as emoções mobilizadas nas produções dos documentos e minhas

⁶ No original: “ ‘más cercanas’ a la naturaleza, gobernadas por los apetitos, y menos capaces de trascender el cuerpo a través del pensamiento, la voluntad y el juicio.” (Ahmed, 2015, p. 22)

⁷ São múltiplas as reflexões sobre esse assunto em diferentes partes do globo e a partir de diferentes perspectivas e abordagens. Sugiro para aprofundá-las a coleção História das Emoções, em três volumes: Cf. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). História das emoções. Petrópolis/RJ: Vozes, 2020 (vol. 1. Da antiguidade às Luzes; vol. 2. Das Luzes até o final do século XIX; vol. 3. Do final do século XIX até hoje.) Também os importantes resultados do Projeto Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul, coordenado pela professora Cristina Scheibe Wolff, no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina, com financiamento do CNPq, sendo um livro e uma série de vídeos disponíveis no Youtube. Cf. Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul. Cristina Scheibe Wolff (org.). Curitiba, Brazil Publishing, 2021. Pp 229-242. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230126>. Cf. GÊNERO E HISTÓRIA. Playlist Projeto Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul. Youtube, 2021, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CMXgpX_ffuA&list=PLKdlTYoXnoNbb5paoJ5K69WdvqAXjsdyZ&pp=iAQB.



próprias sensibilidades na análise, mas as emoções possíveis e/ou experienciadas durante o desfile na avenida pelas diferentes atrizes e atores do desfile.

Finalmente, em busca do objetivo de problematizar o gênero e as emoções a partir das memórias sobre o ato comemorativo do desfile cívico de Sete de Setembro em Catunda na última década (2013 – 2023), e partindo das contribuições teóricas acima pontuadas, este trabalho segue pelo *(Co)memorar na avenida: o 7 de setembro em Catunda*, onde problematizo alguns dos desfiles cívicos ocorridos na cidade de Catunda nessa última década, entre os anos 2013 e 2022, dando destaque as temáticas propostas e seus contextos, buscando compreender esses atos cívico-comemorativos como uma forma pública de se fazer História na e da cidade e, a partir da exposição virtual “*História em retratos*”, observando os desafios e potencialidades dessa produção para pensar as *memórias entre emoções e gênero*.

Tudo isto posto, atenção, o “desfile” vai começar!

Histórias em retratos: memórias entre emoção e gênero

O alicerce das reflexões que seguem é a exposição virtual “*História em Retrato – um registro de memórias do Desfile Cívico 07 de Setembro pelos arquivos catundenses*”⁸, que foi concebida, dirigida e produzida por mim, com importantes parcerias⁹, e teve como objetivo celebrar o desfile cívico-comemorativo no ano de 2020, já que a pandemia da covid-19 impossibilitava sua realização na avenida naquele contexto. Através do diálogo com educadoras e educadores do município, e de registros fotográficos cedidos e/ou encontrados nas redes sociais, propus essa mostra.

Dividida em quatro partes, com fotografias e breves narrativas, essa “parada” virtual tanto destaca alguns aspectos do desfile sete de setembro em Catunda, como as bandeiras e outros símbolos e sentimentos, como também centraliza a concepção em dois grupos de pessoas imprescindíveis para o ato cívico. As porta-bandeiras e a banda de música municipal são chaves de leitura para esse ato cívico comemorativo em Catunda, pois, além de aparecerem em quase todas as entrevistas realizadas

Ainda, o terceiro número da Coletânea História e Gênero, organizada pelo Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da Universidade Federal do Espírito Santo, com a organização das professoras Maria Beatriz Nader e Ana Carolina Eiras Coelho Soares. Cf. História e gênero [recurso eletrônico] : amores, emoções e fantasias / Maria Beatriz Nader, Ana Carolina Eiras Coelho Soares (organizadoras). - Dados eletrônicos. - Vitória, ES: EDUFES, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/12193>.

⁸ Disponível em: <https://catunda30anos.wixsite.com/30anoscatunda/hist%C3%B3ria-em-retratos>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

⁹ Aqui agradeço a Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima (co-direção e responsável pelo projeto exposiográfico) e Antonio Raí Azevedo de Mesquita (identidade visual e projeto gráfico) pelas contribuições, além das pessoas que cederam entrevistas e fotografias que resultaram na referida exposição.

para a exposição, estavam igualmente presentes na maioria dos registros fotográficos. Assim, tomados como mote para a proposta expositiva, os dois grupos permitem refletir, como busquei ligeiramente naquela ocasião, as expectativas de gênero e as emoções na e a partir da avenida.

As porta-bandeiras, são exclusiva ou majoritariamente meninas que devem performar o orgulho de sustentar os símbolos visuais que representam a federação, o estado e o município, seguindo sempre a frente das alas do desfile, guiando, por assim dizer, a narrativa proposta. A banda de música, por sua vez, com diferentes instrumentos e composições, em marcha, deve alegrar e envolver os munícipes que participam desse momento. Logo, ambos – porta-bandeiras e banda de música – tem responsabilidade estética, ética e emotiva no desfile em Catunda.

À vista disso, essas corporalidades que carregam as bandeiras ou tocam os instrumentos musicais desempenham papéis no desfile cívico de sete de setembro em Catunda que destacam a complexidade das relações sociais na cidade, que são marcadas por gênero e carregadas de emoções, como buscamos demonstrar em seguida.

(Co)memorar na avenida: o desfile 7 de setembro em Catunda

Não irei me debruçar sobre a invenção da tradição das comemorações de sete de setembro em alusão a independência do Brasil¹⁰, nem sobre sua relação com a construção da ideia de cidadania nacional e as invisibilidades e silenciamentos¹¹ que essa concepção carrega desde sua origem no século XIX, tampouco sobre o caráter cívico-educativo acrescido a data no desenvolvimento de nossa história¹². Aqui busco somente, a partir do entendimento de comemoração fabricada e do sete de setembro como “necessidade”, propor considerações sobre as temáticas e contextos da realização do desfile na cidade de Catunda desde 2013 e suas implicações políticas, bem como problematizar as questões de gênero e das emoções envolvidas nesse processo.

¹⁰ Muitos trabalhos já se dedicaram sobre o tema. Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. *Revista de Estudos Históricos*. v.2, n.4, 1989. Cf. MOTTA, Marly Silva da. A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. Cf. LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995. Cf. KRAAY, Henrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, p. 52-61, maio 2010. Cf. KRAAY, Henrik. Sete de Setembro: 200 Anos de Comemorações da Independência. *Festas cívicas celebrando a Independência do Brasil tiveram diferentes significados ao longo do tempo*. *Cienc. Cult.* [online]. 2022, vol.74, n.1, pp.1-9. Cf. RICUPERO, Rubens. Vale a pena comemorar o bicentenário da Independência? *Revista Cebri*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 115-128, jan./mar. 2022.

¹¹ Trabalhos mais recentes buscam problematizar essas “ausências” instrumentalizadas. Para mais sobre o assunto, sugiro: LIMA JUNIOR, Carlos.; SCHWARCZ, Lília M.; STUMPF, Lúcia K. O sequestro da independência: uma história da construção do mito do Sete de Setembro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. E STARLING, Heloisa M. e PELLEGRINO, Antonia (org.). *Independência do Brasil: As mulheres que estavam lá*. São Paulo: Bazar do Tempo, 2022.

¹² Cf. BITTENCOURT, Circe Maria F. As “Tradições Nacionais” e o Ritual das Festas Cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.) *O ensino de História e a criação do fato*. 12ª Ed. São Paulo: Contexto, 1988.

Em Catunda, os desfiles cívicos no sete de setembro são comemorados desde antes da emancipação política. Ainda que seja imprecisa a origem desse ato cívico, foi com o movimento emancipatório e após o plebiscito de 1990¹³ que ele ganhou força e um novo significado para o povo catundense, não sendo somente momento de patriotismo nacional, mas tendo carga identitária e emotiva para a localidade, buscando evocar a coletividade, ritualizar momentos, ao passo que apresenta diferentes temáticas pondo o público para pensar e registrar o ensino.

Fotografia 01 – Registro mais antigo do desfile cívico de Catunda



Fonte: Arquivo privado de M^a Sonalba Borges de Lira

Num propor e performar na avenida, o desfile 7 de setembro em Catunda, agrega a população numa espécie de “comunidade imaginada” (Cf. Anderson, 2008) e “emocional” (Cf. Rosenwein, 2011) que forja a ideia de pertencimento e compartilhamento através de múltiplos símbolos e alegorias que, à medida que apresentam ao público uma narrativa em busca de resgatar, resguardar e publicar um assunto, constroem essa comunhão de subjetividades que torna mais tênue as diferenças nesse momento.

Portanto, ao fazê-lo com e em público, numa motivação e organização que fica a cargo da Prefeitura Municipal – através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto –, começa a se materializar nas escolas e se concretiza pelas ruas da cidade através de corpos, bandeiras, bandas de

¹³ Foi nesse ano que a localidade se desmembrou política-administrativamente do município de Santa Quitéria. Para saber um pouco mais sobre o assunto, sugiro o minidocumentário em que, a convite do Centro Educativo Pequeno Príncipe, Regina Elena Magalhães, primeira prefeita e uma das coordenadoras da campanha emancipacionista, narra o processo emancipatório que culminou na instalação da cidade de Catunda, na década de [19]90. Cf. PROJETO CATUNDA 30 ANOS - CEPP: Documentário com Regina Elena sobre Emancipação Política. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wPgIMv_hjJ0. Acesso em: 21 de set de 2023.



música, cartazes e celebrações, este ato que é cívico, mas também comemorativo¹⁴ – uma vez que se comemora o aniversário de emancipação municipal –, se constituindo assim “como um momento privilegiado para a proliferação de memórias, para a elaboração de versões daquilo ou daquele a que se comemora.” (Albuquerque Júnior, 2020, p. 179), marcando, por assim dizer, seus partícipes com um sentimento comum, o carinho por sua localidade, o orgulho de ser catundense, quase como se fosse algo natural e inerente e não atravessasse os espaços e relações de poder.

Logo, é importante destacar, que sempre que houve desfiles cívicos-comemorativos em Catunda¹⁵, ainda que se buscasse reforçar o orgulho e amor pela cidade, que deveria ser sentimento comum a todas e todos na ocasião, os grupos políticos dominantes em questão davam “seu rosto” a comemoração, em busca de construir versões dos passados e presentes que levariam para a avenida, como observaremos mais adiante. E assim faziam, utilizando suas interpretações dos suportes documentais e imagéticos disponíveis, afinal de contas, só se poderia narrar o que se conhecia, o que fosse possível acessar do passado e presente, por isso que, como também poderemos ver a seguir, os desfiles terão ausências e presenças conforme as vontades e possibilidades para sua proposta.

Além do mais, ao comemorar o sete de setembro, os catundenses eram/são convidadas e convidados a rememorar e memorar, convergindo suas subjetividades para uma identidade comunitária, tudo isso nos lugares utilitários e cotidianos, que involuntariamente se tornam “lugares de memória”. Em outras palavras, o vivido e experienciado através dos múltiplos sentidos e significados que são desfilados na avenida, é feito para fixar, immortalizar, materializar e prender (Cf. Nora, 1993, p. 22) partindo de lembranças comuns e constituindo memória coletiva que não pode cair no esquecimento e que deverá ser evocada em ocasiões próximas.

Tal fundamentação, corrobora minhas reflexões iniciais e pavimenta as seguintes, pois as propostas temáticas dos desfiles analisados, os contextos políticos e as imagens que segue a partir daqui serão lidas tendo como pano de fundo a compreensão de que foram feitas para formar comunidades (imaginas e emocionais), ainda propostas através de um conjunto de circunstâncias na proposição e realização que tem relação direta com as relações de poder e constituem lugares de memórias que devem ser constantemente revisitados para novas problematizações.

¹⁴ A partir desse ponto iremos utilizar o termo cívico-comemorativo, ou invés de cívico e comemorativo, para expressar tanto o caráter do que diz respeito aos interesses das cidadãs e cidadãos, o que é público, portanto cívico, tanto quanto para destacar que na cidade os desfiles de sete de setembro são proposta comemorativas de memorar o plebiscito de 1990, que possibilitou a instalação da cidade e marca, assim, importante data para as e os municípes.

¹⁵ Importante observar que, até onde tenho conhecimento, em alguns anos ou o desfile não ocorreu ou não se tem registro.

Fotografia 02 – Registro do desfile Sete de Setembro, 1995.



Fonte: Arquivo privado de Regina Elena Magalhães

- *O que podemos apreender com os desfiles cívicos-comemorativos da cidade Catunda?*

Essa é a questão que baseia o seguido breve histórico. Consideramos o período de 2013 – 2022, pois são os últimos dez desfiles que aconteceram na cidade e estão documentados em redes sociais, facilitando nosso acesso as fontes, bem como por conta da proximidade temporal com o momento dessa escrita, o que permite que as marcas inscritas em nossa memória como partícipe e agora problematizador desses atos contribuam para nossa reflexão.

Em 2013 a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Zacarias, a mais antiga da cidade e local de encontro e início do cortejo cívico-comemorativo, celebrava seus cinquenta anos de fundação e através do desfile Sete de setembro se propôs (co)memorar a história dessa instituição a relacionando com os vinte e três anos de emancipação política da cidade através do mote “*São Zacarias sua história faz parte de nossas vidas!*”. Importante observar aqui, como já mencionado anteriormente, que os atos comemorativos “constituem [...] momentos privilegiados para a observação das relações de poder” (Albuquerque Júnior, 2020, p. 185), pois o que e como (co)memorar é escolha do grupo dominante.

Nota-se por exemplo, que no ano em questão, o primeiro da gestão de Antonio Pereira Leitão (PP), ocorreram as primeiras versões das Olimpíadas Escolares, um circuito de competições artísticas, científicas e esportivas que remetiam aos jogos olímpicos de verão, em simbologia e propositura, e continham características parecidas com atividades recreativas desenvolvidas na cidade na década de [19]90 durante as comemorações cívicas de setembro. Importante observar ainda que foi nesse ano que Regina Elena Magalhães, uma das lideranças do movimento municipalista que culminou na emancipação da cidade e primeira prefeita eleita para o executivo municipal, retorna aos quadros

políticos catundenses, após anos de oposição, assumindo na gestão do então prefeito a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED), setor responsável pela proposição e organização do desfile cívico. Isto possibilita presumir que a proposta das olimpíadas escolares na programação cívico-comemorativa municipal, nesse ano em destaca, quando a história da Escola São Zacarias “se confundia” com a das e dos munícipes, foram estratégias tanto para rememorar e memorar as atividades artísticas-desportivas que ocorriam durante a gestão de Regina Elena nos anos 90, visto ser está a então secretaria responsável pelo desfile, quanto para reforçar a ideia de pertencimento e compartilhamento de emoções que os jogos olímpicos possibilitam, afinal, “assim como as manifestações de rua [...] as competições esportivas fazem parte dos raros momento em que as emoções se expressam ruidosa e visivelmente no espaço público” (Bromberger, 2020, p. 604)

“*Catunda. 24 anos evoluindo com a comunicação*”, foi a temática do desfile no ano seguinte (2014). As escolas trouxeram para a avenida o histórico dos meios de comunicação na cidade, desde os correios, passando pelas ondas do rádio – até hoje veículo muito utilizado na cidade como instrumento político –, até a difusão da internet e outras tecnologias de informação e comunicação.

Nos 25 anos de emancipação política de Catunda, em 2015, foi desfilado no/na¹⁶ Sete de Setembro o tema “*Minha cidade, Minha Paixão - 25 motivos pra sempre te amar!!!*”. No projeto de apresentação dessa proposta, se encontra os vinte e cinco pontos que compuseram as alas desse desfile e que pretendiam “constituir histórico e culturalmente os momentos marcantes [da cidade] e declarar esse amor por Catunda” (n. p.). Pela origem, povo, localização, comunidades, serras e matas, até a economia, educação, saúde, agricultura, esporte, fé, política e ações e representações culturais, tais como o barro, a dança, o teatro, a música e beleza catundense, a proposta desse desfile era resgatar e publicar, mais uma vez, a História e a Memória já conhecida sobre a cidade, em busca de firmar, como já mencionado, uma comunidade imaginada que soma e divide a valorização de determinadas emoções, das quais, na ocasião, o amor pela localidade se destaca.

Aqui duas observações precisam ser feitas. Primeiro, nesse ano além dos símbolos anualmente utilizados para o desfile cívico-comemorativo, em busca de celebrar coletivamente o jubileu de prata da cidade, outras alegorias foram suscitadas, como balões e um bolo, o que reforça a proposta de pertencer a e compartilhar com – afinal de contas com diz a canção “Hoje a festa é sua. Hoje a festa é nossa. É de quem quiser. Quem vier”¹⁷. Ainda, em 2015, ocorreram não um, mas dois desfiles na

¹⁶ O nome da avenida principal onde o desfile cívico-comemorativo mais se demora também é Sete de Setembro.

¹⁷ Trecho da música Um novo tempo, composição de Marcos Valle, Paulo Sérgio Valle e Nelson Motta, gravada e lançada pela Som Livre, 1971, com interpretação original do elenco da Tv Globo.

avenida. O primeiro, somente com o público da educação infantil, que teve como temática geral a importância da literatura infanto-juvenil, e culminou com um musical em homenagem a grupos culturais da cidade que fizeram parte da dessa história, partindo do ponto de vista de uma menina que ama livros, uma representação da infância de Regina Elena, já aqui mencionada.

A apresentação, assim como o desfile cívico-comemorativo protagoniza pelas crianças, cimentou-se nas paixões, em destaque no amor da menina Regina pelo mundo da leitura. Deprendo que a proximidade de Regina Elena Magalhães, que estava ainda como secretária de educação e desporto, sublinha a escolha e a organização dos atos comemorativos nesse ano. Não estou com isso afirmando que mesma utilizou de sua posição política para se narrar biograficamente, contudo é incontroverso que a menina leitora e contadora de histórias, a narradora-personagem que se dedicou a narrar a cidade na ocasião, o fez a partir das vivências e experiências de Regina Elena, marcada por suas emoções. Em outros termos, a perspectiva da subjetividade daquela que foi a primeira prefeita do município foi prisma para a narrativa catundense em questão, sendo uma maneira de usar o passado, resgatando-o e registrando-o, e imaginar a comunidade.

Em 2016, a proposta do desfile era *Pintando a Diversidade Cultural Brasileira nos 26 anos de Catunda*, relacionava a cidade a múltiplos contextos culturais e étnicos, nacionais e regionais, as destacando na avenida costumes, tradições e práticas de diversas partes do Brasil buscando conectá-las com a realidade local.

Sob o mandato de nova gestão municipal¹⁸, a reflexão do desfile de 2017 foi *Catunda, qual o valor da nossa cultura?*. Se nota que assim como o desfile do ano anterior, festividades, práticas culturais e personalidades locais e regionais foram destacadas, podendo esse fato ser interpretado como uma releitura da narrativa histórica e memorialística proposta em 2016, e essa compreensão é verificável partindo do entendimento que, como já mencionei, grupos sociais e políticos diferentes compreendem e narram uma mesma memória de pontos de vistas singulares “mesmo que as lembranças [e esquecimentos] se nutram da mesma fonte” (Candau, 2021, p. 35).

Nos 28 anos de Catunda (2018), as religiosidades foram mote do desfile cívico-comemorativo através do tema *Catunda – Eu sou história, eu sou cultura, eu sou paz*. A história da cidade foi apresentada timidamente, sendo temas como violência, Direitos Humanos, religiões e crenças, os destaques estampados nos estandartes das escolas nesse ano. A recepção das escolas ocorreu na quadra

¹⁸ A partir de 2017 toma posse o grupo político que fazia oposição a gestão de Antonio Pereira Leitão, assumindo o comando do executivo a prefeita, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita Lima (PDT), ex primeira dama e, até o final da escrita desse trabalho, a segunda mulher a ocupar o cargo municipal desde o primeiro pleito em 1992.



de festa da Dona Maria do Popó¹⁹, realocando a arena cultural da Praça da Igreja Matriz para esse outro espaço. A partir daqui os lugares de memórias são redefinidos não somente idealmente, mas principalmente, materialmente, talvez porque o espaço anterior evocasse memórias ligadas ao grupo de oposição política, afinal “a memória e a identidade se concentram em lugares” (Candau, op. cit., p. 156). Desta forma, um novo grupo social e político que deseja esquecer ou pelo menos tornar ausente uma memória ligada a um outro grupo, convida o coletivo não somente a observar um mesmo acontecimento de outra maneira, mas também, em um outro lugar, para diferenciar, se não a narrativa, pelo menos o espaço de (co)memoração.

Apesar dessa estratégia, como já observei anteriormente, a proposta de se reunir em comunidades que partilhem sentimentos de pertença e orgulho, evocando e fixando lugares de memórias, se mantém, como se nota no mote comemorativo de 2019, *Nossa Cidade, Nosso Orgulho!*

Em 2020, em meio a pandemia da covid-19, pela primeira vez nos últimos sete anos, não houve desfile cívico-comemorativo na avenida, devido as recomendações de saúde e o obrigatório distanciamento social. Contudo a comunidade emocional imaginada não deixou de ser produzida e, possivelmente por conta do isolamento, as *memórias, sentimentos e saudades*²⁰ a floraram com mais intensidade, por assim dizer. A prefeitura municipal, através da secretaria de educação e desporto, para não deixar de (co)memorar os trinta anos de emancipação política da cidade, propôs o projeto *Catunda. Nossa terra, nossa história! Orgulho de viver aqui!*, convidando o público em casa a compartilhar fotografias nas redes sociais e a gravar vídeos “pelas suas janelas”, para, assim como em outros momentos recordar para se orgulhar.

Ainda em meio a pandemia, mais um ano (2021) o desfile cívico-comemorativo foi realizado de forma pouco convencional, mas de forma típica. Algumas escolas, já em funcionamento, realizaram pequenos atos, como a entoação dos hinos junto as bandeiras, símbolos da tradição inventada que a data representa, como já mencionado. Também a Banda de Música Municipal – da qual falarei mais adiante – tocou as primeiras peças musicais em cima de um trio elétrico pela avenida sete de setembro

¹⁹ Como sugere o nome, é um espaço privado onde ocorriam algumas festas, em destaca as festividades juninas, durante o governo do ex-prefeito Ernane Peres Lima.

²⁰ Essa foi a temática do projeto de comemoração virtual que propus em parceria com o Centro Acadêmico de História Agora, da UVA, em 2020. O evento contou com uma série de atividades, como entrevistas sobre os mais variados temas relacionados a história da cidade, e uma exposição virtual – “História em Retratos” – sobre o desfile de sete de setembro em Catunda. Nota-se que a justificativa do projeto é extremamente emocional, pois é por amor à cidade que como autor me dediquei a resgatar, registrar e celebrar essa história. Para saber mais sugiro visita no sítio, disponível em: <https://catunda30anos.wixsite.com/30anoscatunda>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

até a praça da igreja matriz. Foi realizada ainda uma “gincana tecnocultural”²¹ com a temática *Catunda, sua história nos orgulha!*, evocando mais uma vez o orgulho da pertença.

Após dois anos sem as comemorações na avenida, através do desfile cívico, e em sincronicidade com o bicentenário da independência do Brasil e o centenário da Semana de Arte Moderna, em 2022 aconteceu, segundo anunciado pela gestão municipal, o “maior desfile cívico da história da cidade”, com a temática *Catunda. O tempo é agora, o lugar é aqui!*. Partindo das experiências do tempo presente, as alas do desfile narraram uma história nacional, que começou com a recém vivenciada pandemia da covid-19, seguindo por períodos políticos brasileiros, até chegar a episódios anteriores a proclamação da independência, como outros movimentos emancipatórios, a escravização e a colonização, além da vida dos povos originários antes da invasão.

Fotografias 03 e 04 – Registro do Desfile Sete de Setembro, 2022.



Fonte: Rede social (Instagram) do Governo Municipal de Catunda

Considerações finais

Este derradeiro desfile, talvez por estar mais vívido em minha memória e “em meu coração”, propicia problematizações que servem para arrematar nossas reflexões até este ponto e alicerçar, quem sabe, as aparecerão a partir daqui. Então, a título de epílogo, seguem algumas considerações.

Primeiro, como podemos observar a partir da exposição virtual *História em retrato*, o ato cívico comemorativo em Catunda é momento de encontro entre corpos, que seja carregando bandeiras ou tocando instrumentos, refletem as relações sociais gendradas e ostentam as emoções esperadas.

²¹ Esse termo foi utilizado pela organização do evento para relacionar as tarefas educativas ao meio digital, uma vez que todas, como postagens e competições por enquetes, foram realizadas por meio de redes sociais. Aproveito para lembrar a gameficação das atividades cívicas através de um jogo lançado para celular, *Nossa história*, que consistia de perguntas e respostas que geravam uma pontuação que deveria ser trocada por figurinhas nas secretarias das escolas, para a montagem de um álbum com algumas imagens da cidade.



Ainda, o desfile de sete de setembro em Catunda, bem como a celebração a nível nacional, pode e deve ser entendido como uma “tradição inventada” (Cf. Hobsbawm, 1997, p. 9 – 23), no sentido de exigir um conjunto de práticas e regulações através de uma constante atualização do passado, em busca de ritualizar costumes e sentimentos que se repetem anualmente na avenida, apesar das especificidades circunstanciais. Essa ritualização serve para imaginar e constituir comunidades onde as subjetividades dos corpos acreditam, quase que imperceptivelmente, pertencer e compartilhar de sentimentos e sensibilidades – emoções –, como orgulho e amor por seu território, seja ele o local, o regional e/ou o nacional, que os fazem sair à rua para participar do desfile. Através de alegorias, como bandeiras, cartazes, músicas e marchas, o emocional é mobilizado para estabelecer “lugares de memórias” – lembranças comuns e memórias coletivas do vivido.

Deste modo, *o tempo é agora e o lugar é aqui*, apontavam espaço-temporalmente onde e quando as e os munícipes deveriam se encontrar em busca de somar e dividir na (co)memoração que tanto faz referência ao ufanismo nacionalista fabricado no pós-independência e institucionalizado na trajetória política brasileira, quanto, e principalmente, alude a emancipação dessa localidade que se canta como “Catunda, Terra de grande valor!”²².

Referências

AHMED, Sara. La política cultural de las emociones. Ciudad de México: Programa Universitario de Estudios de Género de la UNAM, 2015.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2020, p. 179 – 190.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BROMBERGER, Christian. Paixões esportivas: In: História das emoções: 3. Do final do século XIX até hoje. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Trad. Maria Ferreira. Rio de Janeiro: Vozes, 2020, p. 604 – 621.

CANDAU, Joël. Memória e Identidade. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2021.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39–79, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>. Acesso em: 12 set. 2023.

²² Parte da letra do Hino Municipal de Catunda, escrito por Rogério Rodrigues de Mendonça, com melodia do professor e maestro Edinaldo Eugenio Gomes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=46KXbbDNKJY>.



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 2009, p. 7–41. Recuperado de:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: *A invenção das tradições*. Eric Hobsbawm e Terence Ranger (Orgs.). ° edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9 – 23.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. 7ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013, p. 387 – 440.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Prof. História*, São Paulo, (10), pp. 7 – 28, dez. 1993.

PRÁ, Jussara Reis. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. In: *Mulheres, política e poder*. Denise Paiva (org). Goiânia: Cãnone Editorial, 2011, p. 101 - 125.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a História. In: *Educação & Realidade*. (20); julho-dezembro, p. 71 – 79, 1995.

Emotions, gender relations, and narratives on the boulevard: the (co)memoration of september 7th in Catunda, Ceará (2013-2022)

Abstract: In Catunda, situated in the interior of the State of Ceará, like in many other municipalities, civic parades on September 7th have been celebrated since before attaining political independence. Although the precise origins of this civic tradition are elusive, it was with the rise of the emancipation movement and the 1990 plebiscite leading to municipal autonomy that this practice gained momentum and assumed a novel significance for the people of Catunda. It has transcended being merely a moment of patriotic pride, acquiring a profound local identity and, consequently, an emotional resonance within the community. These parades now aspire to evoke a collective spirit, ritualize moments, and narrate stories. Viewing this civic event as a public and collective narrative of the past, while simultaneously serving as a contemporary political project with future implications, this study explores the September 7th parade in Catunda as a "site of memory" (cf. Nora, 1993). In essence, this article critically examines the intersections of genre and emotions through the prism of memories associated with the commemorative event, the civic parades on September 7th in Catunda during the last decade (2013-2023). These memories are drawn from the virtual exhibition "História em Retrato" and various other sources, including photographs and publications related to the celebrations over the past ten years. Therefore, this reflection seeks to engage with commemoration – as a dialogical and dialectical space, in accordance with the propositions of Albuquerque Júnior (2019; 2020), Candau (2021), and Le Goff (2013) – along with gender, conceived as a signifier of power dynamics (cf. Scott, 1985), and emotions, both as mobilized by and mobilizing the individuals (cf. Ahmed, 2015).

Keywords: Catunda. Civic Parade. Commemoration. Gender Relations. Emotions.



TO BE YOUNG, GIFTED AND BLACK: MILITÂNCIA NEGRA E ENCORAJAMENTO EM NINA SIMONE (1960-1970)

Yhandê Aguiar¹

Resumo: Este trabalho visa verificar quais são as principais características da música de Nina Simone e quais suas possíveis contribuições para a conscientização política dos negros no contexto dos Direitos Civis nos anos 1960. Na posição de cantora de jazz, Nina Simone é tida como uma das vozes mais expressivas do movimento, e por este motivo, a análise de oito das suas canções está acompanhada de considerações sobre sua biografia, especificamente sua relação com alguns amigos e sua condição de mulher negra. Sendo suas canções a fonte principal da pesquisa, elas serão tratadas como documento histórico onde o discurso lírico tem potencial informativo na mesma proporção que aspectos musicais e performáticos. Em um panorama geral sobre as temáticas que explorou, Simone trabalha com a crítica pontual ao racismo e o encorajamento à beleza negra, o que além de trazer uma frutífera noção da diáspora africana nos EUA, também faz com que a cantora se conecte com questões políticas globais e atuais.

Palavras-chave: Racismo; Interseccionalidade; Nina Simone; Movimento pelos Direitos Civis;

Nina Simone foi uma cantora e pianista estadunidense alocada no gênero de jazz que atuou na segunda metade do século XX. Nascida num estado sulista onde a segregação racial era oficializada pelo governo, Simone teve sua história marcada pelo racismo. Nos anos 1960, ficou famosa por escrever canções políticas que estavam muito alinhadas às pautas do movimento pelos direitos civis nos EUA, movimento este que participou ativamente. Segundo sua biógrafa Nadine Cohodas, Simone via sua música de forma muito particular: “Não era piano clássico, não era música clássica, nem mesmo música popular, era música dos direitos civis” (COHODAS, 2010, p. 345).

Este trabalho, portanto, pode ser entendido como parte de uma pesquisa maior, desenvolvida a nível de mestrado, que compartilha uma problemática de pesquisa semelhante: quais são as características da música de Nina Simone e como ela influenciou a militância negra no contexto dos direitos civis nos EUA?

Sendo atualmente usada como uma figura de resistência, o trabalho de Nina Simone é um exemplo de que a música, enquanto um objeto de cultura, pode ser uma ferramenta importante para a conscientização política e o objetivo deste trabalho é investigar de que maneira Nina Simone participa da transformação social do seu tempo e de seu contexto.

¹ Professor e Mestre em História pela UFSC. Atualmente encontra-se no primeiro ano de doutorado no PPGH/UFSC. Contato: yhandeaguiar@hotmail.com.

Para responder à pergunta, oito canções foram selecionadas: *Mississippi Goddam* e *Pirate Jenny* de 1964; *Four Women*, de 1966; *Backlash Blues*, *I Wish I Knew How* e *Work Song* de 1967; *Ain't Got no Life*, lançada em 1968 e *Young Gifted and Black*, lançada em 1970.

Fazendo um levantamento temático destes títulos, pode-se perceber que Simone aborda diversos aspectos sociais, como questões de gênero, raça, entre outros. Esses temas que se intersectam, parecem contribuir para a construção da politização dos negros abrindo espaços para debater questões que envolvem não só o protesto ao racismo mas também orgulho negro, trauma geracional etc. O que todas estas músicas têm em comum, apesar do fato de que suas temáticas diferentes apontam para pautas diferentes do movimento, é que são, justamente, músicas, e neste sentido entende-se esta produção artística na sua singularidade em relação às outras fontes de informação e conscientização política.

Por isso, vale ressaltar que suas canções serão analisadas para além de seu conteúdo lírico, sendo importante também um entrelaçamento entre aspectos musicais, sonoros, performáticos e aspectos poéticos. “O “clima” e a mensagem observados na “letra” são confirmados pelo “clima” da melodia, e vice-versa? [...] quais os efeitos de um determinado arranjo para a canção analisada?” (NAPOLITANO, 2000, p. 99). Essas são algumas das perguntas consideradas para analisar o material de Simone.

Entretanto, deve-se destacar que por limites logísticos não serão abordados a todo momento todos os elementos da música de Nina Simone. Além disso, considerações sobre oito de suas canções em um trabalho com esta limitação de páginas devem compor apenas um panorama geral das principais características da arte da cantora. Salvaguardando todos os limites de uma abordagem generalista, espera-se que este trabalho seja um convite para a leitura da versão alongada da pesquisa mas principalmente, que seja um convite para ouvir com ouvidos mais apurados as músicas de Nina Simone.

Nina Simone: biografia, ativismo e música

Em uma entrevista para o programa *The Wire* em 1988, Nina Simone comenta que o início de sua carreira no jazz está relacionado à frustração de não ter se tornado pianista clássica, e que cantava sobre o amor porque não o tinha.

Sua frustração em não ter sido aceita no conservatório *Curtis*, na Filadélfia, que a formaria para ser a primeira pianista clássica negra dos EUA aparece em várias entrevistas. Porém, o fato é que ao receber esta negativa, Simone, ainda nos anos 1950, começa a entrar nos circuitos de bares de Nova Iorque como uma novata do jazz.

Em *New York* ou *Atlantic City* Simone fez seu nome, ganhou fama, conheceu gente, e chega nos anos 1960 como uma das principais porta-vozes dos Direitos Civis dos negros do seu país. Por causa

dos círculos sociais que habitava, Nina Simone ficou amiga de muita gente influente que ajudou a construir não só a unificação do movimento mas também a identidade artística da cantora.

Em muitas oportunidades de militância ativa, como shows beneficentes e marchas pelas cidades do sul, Simone dividiu as ruas com o escritor e amigo James Baldwin. Já em ocasiões mais intimistas, Simone foi muitas vezes convidada para os jantares particulares do amigo e poeta Langston Hughes, onde discutiam temáticas como pan-africanismo e a Renascença do Harlem. Nos seus momentos de palco, foi em Miriam Makeba que Nina Simone encontrou sororidade para alavancar a pauta feminina em um movimento que até então não considerava as particularidades sociais da mulher negra. Em Lorraine Hansberry, a primeira dramaturga negra a ter peça produzida na Broadway, Simone encontrou o despertar político da sua arte, como mostra a autobiografia da cantora: “Embora Lorraine fosse uma amiga mulher, nós nunca conversávamos sobre homem, roupas ou coisas inconsequentes quando nos encontrávamos. Era sempre Marx, Lênin, e revolução, conversa de mulher séria” (SIMONE, 1991, p.87)².

Toda essa influência, de maneira implícita ou explícita, aparece na arte de Nina Simone. A canção *To Be Young, Gifted and Black*, por exemplo, é uma homenagem à peça póstuma de Hansberry; já *Backlash Blues* é fruto de uma parceria de Simone com Hughes; sua abordagem crítica e interseccional para suas composições é fruto da sua interação com Baldwin, Makeba e muitas outras pessoas.

Diferentemente do que aconteceu com seus colegas, Simone passa por uma baixa na carreira que começa nos anos 1980 e segue por toda a sua vida. Isso aponta para duas questões interessantes para este trabalho: primeiro, o fato de que, mesmo atuando por mais de cinquenta anos na música, é a Nina Simone dos anos 1960 que está imortalizada. Segundo, não parece ser uma coincidência a fragilidade do movimento negro justamente no período de baixa da carreira da cantora. Isto aponta para a conclusão de que Simone parece ser fortemente impactada pelo movimento, que neste sentido, constitui sua identidade artística.

Isto é dizer, portanto, que muito do que Nina Simone considerava relevante em termos estéticos passava por temáticas raciais e políticas que estiveram em consonância com a histórica onda de conscientização política e transformação social dos anos 1960.

Acredita-se que a música de Nina Simone tem alto valor performático justamente porque em termos de imagem, a artista não somente conseguiu expressar em totalidade todo o potencial da sua música, mas também servir como uma referência para a colaboração coletiva.

² Tradução livre do original: “although Lorraine was a girlfriend...we never talked about men or clothes or other such inconsequential things when we got together. It was always Marx, Lenin, and revolution - real girl’s talks”.

É a partir da performance, portanto, que se estabelece uma Nina Simone que utiliza dos diversos elementos da sua música para transmitir e socializar saberes. É também, por causa da performance que se pode entender como uma percussão notadamente africana pode co-existir com um piano erudito que faz referência a Bach.

A hora certa de gritar, ou entoar a palavra como sussurro, suas roupas em palco ou a interrupção na música para divagar ou conversar com o público são características específicas de Nina Simone que elevam sua arte e, por isso, tornam impossível uma análise musical que não leve em consideração a imagem da artista em si.

Numa entrevista de 1968 Simone diz: “Eu amo roupas [...] ano passado, usei a mesma roupa o ano inteiro. Eu queria que as pessoas lembrassem de mim de um jeito específico [Referindo-se a um vestido de crochê preto]”. “Então quando eu ia para o palco, dava a impressão de estar pelada. Sempre impressionou as pessoas a ponto de elas se tornarem minhas imediatamente”³.

Nos anos 1960, com a emergência de movimentos como o *Black Power*, começa a entrar na âmbito do entretenimento temas como orgulho negro, aceitação da sua diferença e a valorização da estética negra. Com a entrevista de Simone, pode-se perceber que é intencional e estratégico mobilizar seu público através de sua performance porque, neste sentido, muito da sua performance passa pela fisicalidade do seu corpo.

Isto também está evidente na sua canção de 1968 *Ain't Got no - I Got Life*⁴, lançada no álbum *'Nuff Said*. Neste título, Simone inicia listando, de maneira triste e melancólica tudo que não têm: casa, sapatos, parentes, etc. Ao evidenciar que não tem mãe, pai, tios, tias, filhos, Simone mostra um apagamento histórico da ancestralidade dos negros, algo amplamente discutido nos estudos da diáspora. Porém, no ápice da canção, seu ritmo sofre uma virada e Simone começa a listar com otimismo e força tudo o que tem: o cabelo, o nariz, a cabeça. Ou seja, aquilo que traz um sentido de vitória, orgulho e empoderamento são os elementos do seu corpo negro.

Olhar com otimismo elementos de uma estética negra em emergência como o cabelo afro escovado naturalmente e o uso de estampas africanas, quando muitos destes elementos eram moda entre os jovens, foi uma saída interessante utilizada por Nina Simone.

Sua particular atenção à juventude negra, neste sentido, é outro ponto interessante da música da cantora. No show da Morehouse College (Atlanta, Geórgia) em 1969 em que apresenta seu célebre

³ SIMONE, Nina. Nina Simone on shock: Entrevista para Lily Terry. Blank on Blank. 1968. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PQFhQ7_7BA4. Acesso em 09/06/2021.

⁴ A canção é oficialmente publicada neste álbum, porém meses antes é lançada individualmente como *single*. Simone apresenta o número em diversas oportunidades nas suas turnês da Europa, deixando-a muito famosa com o título.



título “To Be Young, Gifted and Black”, isto é evidente. Simone estava vestida de preto, com o cabelo *black power*, maquiagem de Cleópatra e sua banda usava *dashikis*, bata colorida usada por homens e mulheres na África Ocidental.

Como se as estratégias imagéticas de sua composição em palco não bastasse, Simone apresenta um título sobre esperança: “Há um mundo esperando por você, a sua busca está apenas começando”. Com *To Be Young, Gifted and Black* é possível perceber como o elogio ao talento negro também tem caráter de protesto, um sentido político, na mesma proporção que canções que denunciaram violências específicas porque é uma estratégia política contrária ao silenciamento e a situação social de submissão.

Enquanto uma música sobre esperança e liberdade podia tocar gerações jovens pela curiosidade do futuro, ela também poderia oferecer um ombro amigo para quem mais precisava ouvir sobre esperança como ferramenta social curativa já que em várias instâncias, o racismo é uma experiência traumática.

O bombardeamento de uma Igreja Batista no Alabama em 1963 é um infeliz exemplo disso. E, somado a diversos outros casos de terrorismo racial, fez com que Simone compusesse sua canção mais famosa. *Mississippi Goddam*, além de ter se tornado muito popular, foi a primeira canção de protesto de Nina Simone e é considerada um hino dos direitos civis dos negros nos EUA. Por isso, em 2019 a canção entrou para o *National Recording Registry* da Biblioteca do Congresso por sua importância histórica.

Na canção Simone responsabiliza estados do sul pela violência, pede igualdade e incita a organização de levantes. Sua letra faz pensar não somente na denúncia à situações específicas de racismo mas na construção de uma resistência articulada, que pode ser verificada não só nas palavras ditas mas também no uso de uma bateria típica de jazz: frenética, ansiosa, pronta para explodir.

Simone, além de compor canções de protesto que se tornaram verdadeiros relatos sociais dos seus tempos, também explorou temáticas subversivas que, se foram vistas com maus olhos na época, com certeza foram amplamente aceitas pelo seu público pelo mesmo motivo que eram polêmicas.

Em *Pirate Jenny*, por exemplo, Simone explora e extrapola a temática da vingança sangrenta. Emprestada da Ópera dos Tres Vinténs de Brecht (1928), Simone grava o título em 1964 e anuncia que está transportando Jenny de uma pensão da Alemanha para a Carolina do Sul. Jenny é uma trabalhadora com sede de vingança porque é oprimida. Simone transporta esse imaginário para os trabalhadores negros dos EUA que além de oprimidos pelo trabalho, o são pela sua condição de cidadão de segunda classe. Com *Pirate Jenny* Simone mostra um aspecto da sua música de protesto que não estava evidente

até então: seu desejo por vingança e a violência como um efeito colateral necessário para a libertação do povo negro.

Simone, além de refletir os seus tempos, foi capaz de criticá-los e denunciá-los através do seu ativismo político que se deu através da sua condição de cidadã (participou de marchas, protestos, boicotes) e de cantora (compôs canções-protesto, gravou títulos de empoderamentos, estabeleceu parcerias, etc).

Na posição de cantora, Simone escreveu letra e música e às vezes musicou poemas de colegas, como é o caso de um presente que recebeu do patrono da Renascença do Harlem, Langston Hughes. Trata-se de *Backlash Blues*, uma canção identificada no gênero *blues* por conter uma estrutura de 12 compassos.

É possível perceber pela letra a denúncia de que o cidadão afro-americano tinha o status de cidadão de segunda-classe por não gozar dos plenos direitos de sua cidadania. Na canção isso é presente quando Simone fala: “você me dá casas e escolas de segunda classe, tu achas que todas as pessoas de cor são tolas de segunda classe?”. De maneira geral a música traz a questão da contrariedade da situação social dos negros nos EUA, que em si justifica a necessidade de um movimento nacional por melhorias sociais.

Por ter um piano bastante previsível, em várias apresentações Simone improvisa frases novas com a mesma base rítmica. No show de Montreux em 1976 Simone diz: “Langston Hughes me disse que eu tinha que continuar trabalhando porque um dia minha porta iria se abrir”. Isso deu para Nina Simone a possibilidade de trazer comentários pontuais e atuais para cada uma de suas apresentações, o que além de fortalecer a mensagem da canção, fortaleceu também seus laços com o seu público e o que ele esperava que Simone entregasse em termos de musicalidade.

O movimento pelos direitos civis, enquanto resposta à opressão racial, estava também vinculado à opressão de classe, econômica e política, e denunciar as diversas submissões do povo negro neste contexto era não somente necessário mas também urgente.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista da linearidade histórica, o movimento é tido como um marco por dois sentidos. Primeiro, porque ele representa a concretude das mobilizações nacionais deste contexto em forma de lei: a dessegregação oficial e o direito ao voto. Segundo, porque ele representa o início imediato de políticas como *Law and Order* e *War on Drugs* que, embora não mais com a bandeira racial oficialmente declarada, continuaram impactando negativamente comunidades negras país afora (ALEXANDER:2010).



Michele Alexander mostra, por exemplo, que a décima terceira emenda à constituição dos EUA garantiu o fim da escravidão, porém, ela ainda se justificava para presidiários. Nesse sentido, muitos negros, presos por crimes como vagabundagem, continuaram a serem escravizados.

Já com a Era Jim Crow no século XX, onde a segregação tinha respaldo da lei, foi o movimento pelos Direitos Civis que serviu como marco para o surgimento de um novo sistema de opressão. Deixando intacto os direitos negros conquistados com o movimento, as políticas duras contra o crime e drogas tiveram a criminalização negra como resultado mais evidente e isso levou ao atual encarceramento em massa que conta com a massiva presença de detentos negros.

Nina Simone, em 1967, utiliza da figura de um presidiário para abordar estratégias históricas que se dinamizam no tempo para a manutenção do racismo. Em *Work Song* Simone fala de um homem preso por ter cometido o crime de ter fome e ser pobre. Ele está condenado a trabalhar na pedreira para sempre, e ao enfatizar a palavra trabalho, Simone dá a entender que é a isso que o sujeito se reduz.

Em uma apresentação televisionada, Simone canta o título usando um turbante na cabeça, vestido de alças finas, com a cara mau-humorada e as mãos juntas, unidas pelos dedos entrelaçados. Conforme ela conta a história da canção, gesticula com os braços como em alusão a libertação das correntes.

Com este título, pode-se concluir que, ao usar da história de um presidiário, não se sabe se Simone trata de um caso (verídico ou fictício) pós-abolição, contemporâneo à canção ou posterior à artista, já que o que todos estes três tempos históricos têm em comum é a criminalização sistemática do homem negro.

Histórias que parecem atemporais são de fato muito bem exploradas por Nina Simone. Ao descrever aspectos físicos e psicológicos de quatro mulheres distintas em *Four Women*, (1966), Simone elabora questões que tocam as pouco debatidas pautas femininas no contexto do movimento pelos direitos civis.

Na figura da mulher negra retinta, da amarela, da prostituta e da depressiva, Simone constrói uma narrativa melancólica acompanhada de um piano que, simples e devagar, faz o baixo da canção.

Relacionando temáticas como colorismo, aceitação, família, trauma geracional, amargura e escravidão, Simone fala para além das pautas das mulheres negras. Ao abordar a experiência social feminina sob este viés, Simone deixa claro que a opressão não é apenas provinda de um contexto específico mas historicamente imposta e isso potencializa o viés crítico de sua denúncia musical.

Nina Simone, ao mesmo tempo que ofereceu este entretenimento em que responsabiliza estados e conta histórias pontuais de violência e trauma, também explora temas em que o protesto é mais sutil, leve e que faz o público se relacionar com a música de maneiras muito distintas.



Em *How It Feels To Be Free* verifica-se uma Nina Simone menos comum: mais serena, ainda que dúbia, esperançosa, ainda que impaciente pela transformação. Na canção Simone imagina como seria ser livre, não ter correntes. A música tem um piano presente com notas dedilhadas, um tempo bem demarcado pelo estalar de dedos e, como é comum de versões de estúdio, a voz de Nina Simone está projetada para ser mais alta que a instrumentação. Além disso, a bateria entra depois de uma longa introdução e instala um clima otimista para a canção. Em contraste com as versões de estúdio, Simone tende a ser mais rápida e mais impaciente nas versões ao vivo, sendo comum os acordes estourados no contratempo para demonstrar uma suposta indignação apesar da letra branda.

Contudo, falar sobre a liberdade da maneira que Simone escolheu, faz pensar na elucidação na temática pelo seu caráter positivo, isto é, celebrar o que une as pessoas para a subversão da realidade difícil do racismo. E a grande chave do Movimento pelos direitos civis dos EUA virou quando se entendeu que, o coletivo, a formação de unidade e a socialização de sentimentos e experiência era um caminho para a libertação.

Conclusão

Pode-se concluir com este trabalho, então, que é inseparável da análise das canções de Simone, considerações sobre sua biografia, já que elas apontam para uma influência mútua. As maneiras como Simone se percebeu no seu meio a levaram a produzir canções que foram o resultado de sua colaboração com outros artistas ao mesmo tempo que trouxeram à Simone um prestígio que dura até hoje.

Sobre as características de sua música, pode-se dizer que no plano lírico, suas abordagens não foram apenas e somente fluxos de consciência, mas também contaram histórias pontuais que fizeram referências às pessoas, acontecimentos, lugares e isso tornou sua música altamente relacionável.

No plano musical, suas entonações no piano estão em consonância com o humor de suas palavras, o que fortifica a mensagem lírica a ser passada. Na performance, Simone é ainda mais assertiva pois empodera a partir de referências globais de resistência negra.

Nesse sentido, o tom crítico das músicas de Nina Simone apontam para duas vertentes: o resistir, que abarca a denúncia explícita ao racismo e com isso a mobilização para a transformação; e o empoderar, que utilizou da beleza negra e do otimismo como ferramentas de ação que vieram a garantir direitos conquistados e a expandir as pautas do movimento negro dos EUA.

Com canções como *Mississippi Goddman*, Simone denuncia o racismo e se torna porta-voz dos direitos civis; com *Young Gifted and Black*, Simone fala com os jovens, o que projeta um futuro e traz



Pesquisa e Ensino de História das Mulheres e do Gênero

16 a 19 de outubro de 2023 | UFSC

maior alcance de público; quando constrói títulos em que celebra o que é discriminado, Simone mostra que é preciso problematizar as lentes que fazem construir um julgamento.

Com sua música, Simone ofereceu entretenimento e mais que isso: ofereceu também referências, informação e principalmente, inspiração para que cada um olhasse para o seu entorno e se mobilizasse na quebra das correntes coletivas que os prendiam.

Referências

Nina Simone. *Mississippi Goddam*. New York: Philips, 1964.

Nina Simone. *Young Gifted and Black*. New York: RCA, 1969.

Nina Simone. *Four Women*. New York: Philips, 1966.

Nina Simone. *Work Song*. New York: Philips, 1966.

Nina Simone. *Ain't Got no, I got Life*. New York: RCA, 1968.

Nina Simone. *Backlash Blues*. New York: RCA, 1967.

Nina Simone. *Pirate Jenny*. New York: Philips, 1964.

Nina Simone. *I wish I Knew How*. New York: RCA, 1967.

SIMONE, Nina. *Nina Simone: depoimento* [1968]. Entrevista concedida a Lilian Terry. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PQFhQ7_7BA4 . Acesso em: 09 de Junho de 2021.

SIMONE, Nina. *Nina Simone: depoimento* [1988]. Londres. Entrevista concedida ao programa The Wire. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZbYX83_yZNI . Acesso em: 04 de Fevereiro de 2021.

NINA SIMONE: The Sound of Soul. Direção de Hal Tulchin e Keith Becket. London, 1968. (60min)

Nina Simone: A Historical Perspective. Dirigido por Joel Gold e produzido por Peter Rodis, 1970. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x14hgds>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022. 23 min

ACKER, Kerry. *Nina Simone*. Philadelphia: Chelsea House Publishers, 2004.

AGUIAR, Yhandê. *To Be Young, Gifted and Black: Militância negra e Encorajamento em Nina Simone (1960 -1970)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

ALEXANDER, Michelle. *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the age of colorblindness*. New York: The New Press, 2010.



BROOKS, Daphne, A. *Nina Simone's Triple Play*. Callaloo 34.1 (2011), 176–197.

BRUN-LAMBER, David. *Nina Simone: the biography*. London: Aurum Press, 2009.

COHODAS, Nadine. *Princess Noire: The tumultuous Reign of Nina Simone*. New York: Pantheon Books, 2010.

COHODAS, Nadine. “*Mississippi Goddam*”—Nina Simone (1964). Library of Congress. 2018. Disponível em: <https://www.loc.gov/static/programs/national-recording-preservation-board/documents/MississippiGoddam.pdf>. Acesso em: 18 de Junho de 2021.

DOWD-HALL, Jacqueline. *O Longo Movimento pelos Direitos Civis e os Usos Políticos do Passado*. The Journal of American History, Vol. 91, No. 4, Mar., 2005.

HAMPTON, Sylvia e NATHAN, David. *Nina Simone: Break Down and Let It All Out*. Sanctuary Publishing, 2004.

KERNODLE, Tammy L.. “*I Wish I Knew How It Would Feel to Be Free*”: Nina Simone and the redefining of the freedom song of the 1960s. **Journal Of The Society For American Music**, [s.l.], v. 2, n. 3, p. 295-317, 18 jul. 2008. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s1752196308080097>.

NAPOLITANO, Marcos. *História e Música: História cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PIVEN, Frances Fox. CLOWARD, Richard, A. *Poor People's Movements: Why They Succeed, How They Fail*. New York: Vintage Books, 1979.

PURDY, Sean. *Rupturas do Consenso: 1960-1980*. In: KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. Editora Contexto, São Paulo, 2010. (p. 235-256)

To Be Young, Gifted and Black: Black Activism and Empowerment in Nina Simone (1960 -1970)

Abstract: This work aims at analyzing what are the main characteristics of Nina Simone's music and what are its possible contributions to the political awareness of black people in the context of Civil Rights in the 1960s. As a jazz singer, Nina Simone is considered one of the most expressive voices of the movement, and for this reason, the analysis of eight of her songs is accompanied by considerations about her biography, specifically her relationship with some of her friends and her condition as a black woman. Considering her songs as the main source of this research, they will be treated as a historical document where the lyrical discourse has informative potential in the same proportion as musical and performance aspects. In a general overview of the themes she explored, Simone works with specific criticism of racism and encouragement of black beauty, which in addition to bringing a fruitful notion of the African diaspora in the USA, also makes the singer connect with global and current political issues concerning race.

Keywords: Racism; Intersectionality; Nina Simone; Civil Rights Movement.